UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

USP

Programa de Pós-Graduação em Energia

PPGE

(IEE, EP, IF, FEA)

MÉTRICAS E ESTRATÉGIAS DE BLOQUEIO DE USO POLÍTICO NAS EMPRESAS DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO

Eduardo Müller-Monteiro

São Paulo

2011

EDUARDO MÜLLER-MONTEIRO

MÉTRICAS E ESTRATÉGIAS DE BLOQUEIO DE USO POLÍTICO NAS EMPRESAS DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Energia da Universidade de São Paulo (Instituto de Eletrotécnica e Energia, Escola Politécnica, Instituto de Física e Faculdade de Economia e Administração) para obtenção do título de Doutor em Ciências.

Orientador: Prof. Dr. Edmilson Moutinho dos Santos

Versão Corrigida
(versão original disponível na Biblioteca da Unidade que aloja o Programa e na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP)

São Paulo

2011

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

FICHA CATALOGRÁFICA

Müller-Monteiro, Eduardo

Métricas e Estratégias de Bloqueio de Uso Político nas Empresas do Setor Elétrico Brasileiro / Eduardo Müller-Monteiro; orientador Edmilson Moutinho dos Santos – São Paulo, 2011. 475 f.: il.; 30 cm.

Tese (Doutorado) Programa Interunidades de Pós-Graduação em Energia – EP / FEA / IEE / IF da Universidade de São Paulo.

1. Energia Elétrica – aspecto político 2. Setor Elétrico – Brasil
3. Energia Elétrica – grupos de pressão I. Título.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENERGIA
(IEE, EP, IF, FEA)

EDUARDO MÜLLER-MONTEIRO

"Métricas e Estratégias de Bloqueio de Uso Político nas Empresas do Setor Elétrico Brasileiro"

Tese defendida e aprovada em 19/12/2011 pela Comissão Julgadora:

Prof. Dr. Edmilson Moutinho dos Santos – PPGE/USP
Orientador e Presidente da Comissão Julgadora

Profª. Drª. Virgínia Parente – PPGE/USP

Prof. Dr. Ivan Camargo – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Bernardo Mueller – Universidade de Brasília

Dr. José Paulo Vieira – Externo

RESUMO

MÜLLER-MONTEIRO, Eduardo. **Métricas e Estratégias de Bloqueio de Uso Político nas Empresas do Setor Elétrico Brasileiro,** 2011, 475 f. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Energia. Universidade de São Paulo.

Esta tese analisa o impacto de interferências políticas sobre o valor das empresas do Setor Elétrico Brasileiro (SEB) e propõe estratégias e métricas para interromper a destruição de valor econômico e bloquear o uso político. A observação de manifestações de interferência política ao longo de oito anos e o acúmulo de farta documentação possibilitaram o estudo empírico de duas empresas estatais submetidas ao uso político nas formas de populismo tarifário e loteamento político-partidário. A aplicação de uma metodologia concebida para avaliar hipóteses de manifestação de interferência política permitiu concluir que os dois tipos de uso político são explicados pela Teoria de Grupos de Pressão de Gary Becker. Além disso, a destruição de valor econômico devido aos usos políticos foi bilionária em ambas as empresas e os grupos de pressão beneficiados e prejudicados foram identificados. As estratégias propostas para bloquear tais usos políticos nas empresas do SEB envolvem a implementação de quatro etapas: imposição de critérios meritocráticos no recrutamento de gestores de empresas estatais; divulgação transparente de resultados econômico-financeiros; definição de indicadores e metas gerenciais objetivos; e implantação de mecanismos de incentivos e penalidades baseados em desempenho. O percurso metodológico adotado pode ser extrapolado para outros setores e países e oferece contribuições a gestores públicos, administradores privados e demais *stakeholders*. A primeira contribuição consiste na metodologia de teste de hipóteses de uso político de empresas e/ou setores econômicos com base em referenciais conceituais sólidos. A segunda contribuição é a oferta de alternativas de quantificação dos efeitos de usos políticos sobre o valor de empresas. E a terceira contribuição se concentra na exploração de indicadores e estratégias que minimizem ou bloqueiem usos políticos e maximizem a geração de valor em empresas vitimizadas por interferências políticas.

Palavras-chave: Setor Elétrico Brasileiro, Análise Política, Análise Econômico-financeira, Grupos de Pressão, Uso Político, Interferência Política, Métricas, Indicadores, Estratégia

ABSTRACT

MÜLLER-MONTEIRO, Eduardo. **Metrics and Strategies for Blockage of Political Use in the Brazilian Electricity Sector Companies,** 2011, 475 p. Doctoral Thesis. Graduate Energy Program. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

This thesis analyzes the impact of political interference on the value of companies in the Brazilian Electricity Sector (BES) and proposes strategies and indicators to interrupt economic value destruction and block political use. The observation of political interference manifestations over an eight-year period and the accumulation of vast documentation were the basis for the empirical study of two state-owned companies that were submitted to political use in the forms of tariff populism and distribution of managerial positions to allied political parties. One can conclude, via the application of a methodology conceived to evaluate hypotheses of political interference, that both types of political use can be explained by the Pressure Groups Theory developed by Gary Becker. Furthermore, the economic value destruction due to political use can be measured in billions of dollars in both companies and the pressure groups that were benefited and jeopardized were identified. The strategies aimed at blocking political use in the companies of the BES involve the implementation of four stages: the imposition of meritocratic criteria in the recruiting process of state-owned companies executives; the transparent divulging of economic-financial results; the definition of objective indicators and their respective goals; and the institution of incentives and penalties based on performance. The methodological approach of this thesis can be extended to other sectors and countries and offers several contributions to public and private officers and other *stakeholders*. The first contribution consists of a methodology for testing hypotheses of political use of companies and/or sectors based on solid conceptual references. The second contribution is the offer of alternatives to quantify the effects of political use on the value of companies. The third contribution is related to the exploration of metrics and strategies to block political use and maximize value generation in companies victimized by political interference.

Keywords: Brazilian Electricity Sector, Political Analysis, Economic-financial Analysis, Pressure Groups, Political Use, Political Interference, Metrics, Indicators, Strategy

LISTA DE ABREVIATURAS

ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
BAS	Bank of America Securities
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BNDESPAR	BNDES Participações S/A
CAPM	Capital Asset Pricing Model
CCEE	Câmara de Comercialização de Energia Elétrica
CEMIG	Companhia de Eletricidade de Minas Gerais
CHESF	Companhia Hidro Elétrica do São Francisco
CMSE	Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico
CNPE	Conselho Nacional de Política Energética
COPEL	Companhia Paranaense de Energia
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CPMF	Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira
DCF	Discounted Cash Flow
DRE	Demonstrativo de Resultados do Exercício
DRU	Desvinculação das Receitas da União
EBITDA	Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization
ECF	Equity Cash Flow
ELETROBRAS	Centrais Elétricas Brasileiras S.A.
ELETRONORTE	Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.
ELETROSUL	Eletrosul Centrais Elétricas S.A.
EPE	Empresa de Pesquisa Energética
EPS	Earnings Per Share
ESUP	Empresa Submetida a Uso Político
EV	Enterprise Value
EVA	Economic Value Added
FCF	Free Cash Flow
FCD	Fluxo de Caixa Descontado
FURNAS	Furnas Centrais Elétricas S.A.

IOC	Interest on Own Capital
IPCA	Índice de Preços ao Consumidor – Amplo
IRR	Internal Rate of Return
LAJIDA	Lucro Antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização
ML	Merrill Lynch
MME	Ministério de Minas e Energia
MVA	Market Value Added
ONG	Organização Não Governamental
ONS	Operador Nacional do Sistema Elétrico
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PFL	Partido da Frente Liberal
PER ou P/E	Price/Earnings Ratio
PL	Projeto de Lei
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PP	Partido Progressista
PR	Partido da República
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
ROIC	Return On Invested Capital
SEB	Setor Elétrico Brasileiro
STF	Supremo Tribunal Federal
STJ	Superior Tribunal de Justiça
TCU	Tribunal de Contas da União
TDVA	Técnica de Determinação de Valor de Ativos
TIR	Taxa Interna de Retorno
TRE	Tribunal Regional Eleitoral
UBS	Union Bank of Switzerland
VNR	Valor Novo de Reposição
WACC	Weighted Average Cost of Capital

LISTA DE QUADROS

Quadro 1.1: Estrutura Capitular

Quadro 2.1: Proposições e Corolários da Teoria de Grupos de Pressão de Becker

Quadro 2.2: Conclusões derivadas da Teoria de Grupos de Pressão de Becker

Quadro 2.3: Tipos de Uso Político

Quadro 2.4: Hipóteses de Uso Político no Setor Elétrico Brasileiro

Quadro 2.5: Instituições que compõem e influenciam o Setor Elétrico Brasileiro

Quadro 2.6: Metodologia de Análise de Uso Político no Setor Elétrico Brasileiro

Quadro 3.1: Matéria "Copel: declaração de governador aumenta volatilidade de ação"

Quadro 3.2: Nota "Requião confirma que conta de luz não aumenta"

Quadro 3.3: Relatório de Análise sobre Ações da Copel e Cemig – BAS/ML

Quadro 3.4: Relatório de Análise sobre Ações da Copel – UBS

Quadro 3.5: EV/EBITDA da Cemig e Copel

Quadro 3.6: Matéria "Copel anuncia aumento de 15% no preço das tarifas"

Quadro 3.7: Matéria "Copel tenta de distanciar da Era Requião"

Quadro 3.8: Notas sobre "Fatores de Risco" do Formulário "20-F" da Copel

Quadro 3.9: Matriz "GTD x Tipo de Controlador"

Quadro 3.10: Estrutura Organizacional da Copel

Quadro 3.11: Estrutura de Capital da Copel

Quadro 3.12: Demonstrativo de Resultados da Copel

Quadro 3.13: Fluxo de Caixa Livre da Copel

Quadro 3.14: *Valuation* da Copel – *Cost of Equity* BofAML

Quadro 3.15: *Valuation* da Copel – *Cost of Equity* UBS, Pré-Interferência Política

Quadro 3.16: *Valuation* da Copel – *Cost of Equity* UBS, Pós-Interferência Política

Quadro 3.17: Uso Político e Alteração de Valor

Quadro 3.18: Mercado Faturado da Copel

Quadro 3.19: Perda Tarifária da Copel – 2003 a 2006

Quadro 3.20: Perda Tarifária da Copel – 2007 a 2010

Quadro 3.21: EVA (Economic Value Added) da Copel – 2003 a 2010

Quadro 3.22: Cálculo do EVA (Economic Value Added) da Copel – 2009 (RA 2009)

Quadro 3.23: Cálculo do EVA (Economic Value Added) da Copel – 2009 (RA 2010)

Quadro 3.24: Trechos da Ata da 176ª Assembleia Geral Extraordinária da Copel

Quadro 4.1: Uso Político do Setor Elétrico Brasileiro na Imprensa – 2004 a 2011
Quadro 4.2: Loteamento de Cargos no Setor Elétrico Brasileiro – 2004 a 2011
Quadro 4.3: Apropriação por Partidos Políticos no Setor Elétrico Brasileiro – 2004 a 2011
Quadro 4.4: Estrutura Organizacional da Eletrobras – 2011
Quadro 4.5: Visão e Missão da Eletrobras – Plano Estratégico 2010-2010
Quadro 4.6: *Ranking* das Empresas mais Rentáveis do Setor Elétrico Global – 2009
Quadro 4.7: *Economic Value Added* da Eletrobras – 1998 a 2007
Quadro 4.8: Entrevista do Presidente da Eletrobras – Rentabilidade – Out/2011
Quadro 4.9: Relatório dos Auditores Independentes da Eletrobras – Mai/2011
Quadro 4.10: Governança e/ou Rentabilidade de Estatais no SEB – 2004 a 2011
Quadro 4.11: *Clusters* de Geradoras
Quadro 4.12: EBITDA/ROL e LL/ROL – Geradoras
Quadro 4.13: ROL/Empregado e EBITDA/Empregado – Geradoras
Quadro 4.14: LL/Empregado e ROL/Energia Gerada – Geradoras
Quadro 4.15: EBITDA/Energia Gerada e LL/Energia Gerada – Geradoras
Quadro 4.16: Energia Gerada/Empregado – Geradoras
Quadro 4.17: Análise Comparativa "Indicador/Energia Gerada"– *Clusters* de Geradoras
Quadro 4.18: Análise Comparativa "Energia Gerada/Empregado"– *Clusters* de Geradoras
Quadro 4.19: *Clusters* de Distribuidoras
Quadro 4.20: EBITDA/ROL – Distribuidoras
Quadro 4.21: LL/ROL, ROL/Empregado e EBITDA/Empregado – Distribuidoras
Quadro 4.22: LL/Empregado, ROL/En. Distrib. e EBITDA/En. Distrib. – Distribuidoras
Quadro 4.23: LL/ Energia Distribuída e Energia Distribuída/Empregado – Distribuidoras
Quadro 4.24: Análise Comparativa "Ind. Financeiro/Empregado"– Distribuidoras
Quadro 4.25: Análise Comparativa "Indicador/Energia Distribuída"– Distribuidoras
Quadro 4.26: Análise Comparativa "Energia Distribuida/Empregado"– Distribuidoras
Quadro 4.27: Matéria sobre Plano da Eletrobras de Investimento na Nicarágua
Quadro 4.28: Entrevista de Conselheiro Independente da Eletrobras
Quadro 5.1: Domínios das Hipóteses de Uso Político no Setor Elétrico Brasileiro
Quadro 5.2: Estratégia para Bloqueio de Uso Político no Domínio Empresarial

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO 1
1.1 Contexto e Motivações 1
1.2 Objetivos 3
1.3 Questão Central 4
1.4 Estrutura Capitular 7

CAPÍTULO 2 – REVISÃO DA METODOLOGIA DE ANÁLISE DE USO POLÍTICO NO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO 9
2.1 A Teoria de Grupos de Pressão de Becker 9
2.2 Conceituação de "Uso Político" no Setor Elétrico Brasileiro 14
2.3 Manifestações do Uso Político no Setor Elétrico Brasileiro 16
2.4 Estrutura Institucional e Grupos de Pressão do Setor Elétrico Brasileiro . 18
2.5 Metodologia de Análise de Uso Político no Setor Elétrico Brasileiro 19
2.6 Comentários Finais 20

CAPÍTULO 3 – POPULISMO TARIFÁRIO E A COPEL 21
3.1 Populismo e Populismo Latino Americano 22
3.2 O Represamento Tarifário na Copel 25
3.3 Requisitos da Modelagem da Empresa Submetida a Usos Políticos 33
3.4 Impacto do Uso Político na Copel – Fluxo de Caixa Descontado 36
3.5 Impacto do Uso Político na Copel – Perda de Receita 43
3.6 Impacto do Uso Político na Copel – EVA 47
3.7 Uso Político na Copel à Luz da Teoria de Grupos de Pressão 51

CAPÍTULO 4 – LOTEAMENTO POLÍTICO E A ELETROBRAS 59
4.1 Propriedade Estatal versus Propriedade Privada 60
4.2 Loteamento de Cargos e Apropriação por Partidos Políticos 67
4.3 Operações Ineficientes, Governança Frágil e Rentabilidade Baixa 75
4.4 Uso Político na Eletrobras à Luz da Teoria de Grupos de Pressão 96

CAPÍTULO 5 – ESTRATÉGIAS E MÉTRICAS PARA GERAÇÃO DE VALOR E BLOQUEIO DE USO POLÍTICO NAS EMPRESAS DO SEB 103
5.1 Etapa 1: Recrutamento Profissional e Fim de Nomeações Políticas 108
5.2 Etapa 2: Divulgação Transparente dos Resultados 113
5.3 Etapa 3: Definição de Indicadores e Metas de Gestão Empresarial 116
5.4 Etapa 4: Aplicação de Incentivos e Penalidades por Desempenho 120

CAPÍTULO 6 – CONCLUSÕES 125

BIBLIOGRAFIA 131

ANEXO I – BANCO DE DADOS DE MATÉRIAS SOBRE USO POLÍTICO 137

ANEXO II – TÉCNICAS DE DETERMINAÇÃO DE VALOR DE ATIVOS 387

II.1 Técnicas com Base no Balanço Patrimonial 389
II.2 Técnicas com Base no Demonstrativo de Resultados (Múltiplos) 392
II.3 Técnicas de Fluxo de Caixa Descontado 396
II.4 Técnicas de Valor Adicionado 401
II.5 Comentários Finais 403
II.6 Bibliografia do Anexo I 405

ANEXO III – BANCO DE DADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS 407

ANEXO IV – LÂMINAS USADAS NA DEFESA DA TESE 435

CAPÍTULO 1 – Introdução

"Economists must not only know their economic models,
but also understand politics, interests, conflicts, passions – the essence of collective life.
For a brief period of time you could make changes by decree;
but to let them persist, you have to build coalitions and bring people around.
You have to be a politician."

Alejandro Foxley, Ministro de Finanças do Chile (1994)

1.1 Contexto e Motivações

Empresas representam um conjunto de ativos físicos, humanos e financeiros que são combinados ao longo do tempo com o objetivo de produzir valor tanto para os atores diretamente ligados a tais empresas – acionistas e empregados – quanto para outros atores da sociedade – governos, comunidades locais, fornecedores, consumidores, contribuintes etc.

A determinação do valor de empresas, por sua vez, é implementada por uma diversidade de métodos quantitativos, os quais podem ser questionados – individual e coletivamente – em diversos níveis, e essa é uma das razões que justificam a existência de vários métodos ou técnicas. Independentemente do setor econômico, já se sabe que há um significativo grau de incerteza nos resultados produzidos pelas diferentes técnicas de determinação de valor de ativos[1] (Damodaran, 2002).

Qualquer que seja a técnica de determinação de valor adotada, o Setor Elétrico Brasileiro (SEB) tem historicamente se defrontado com o desafio de calcular o valor de um ativo ou conjunto de ativos – agrupados em estruturas organizacionais do tipo empresarial, sejam elas estatais e/ou privadas – que gera(m), transmite(m), distribui(em) ou comercializa(m) energia elétrica no país.

O desafio ligado às incertezas e diferenças das metodologias de determinação do valor das empresas se torna ainda mais complexo quando se adiciona o fenômeno (frequentemente

[1] A expressão "Técnica(s) de Determinação de Valor de Ativos (TDVA)" será usada para expressar abordagens quantitativas de cálculo do valor de ativos – que no nosso caso representarão empresas – dado um conjunto de premissas. Esse acrônimo é conceitualmente equivalente ao termo "Valuation" do idioma inglês.

apontado, mas pouco analisado com ferramentas formais e quantitativas) do uso político e seu impacto sobre o valor das empresas.

Como será mostrado na revisão da literatura, o estudo da relação entre "interesse político" e "energia ou empresa energética" é recorrente e tem gerado inúmeras reflexões, com óticas metodológicas e focos distintos. Trata-se de questão complexa, cujo tratamento está distante da exaustão.

A expressão "uso político" é empregada neste trabalho seguindo as definições e conceitos da Teoria de Grupos de Pressão desenvolvidos por Becker (1983 e 1985) e aplicados no trabalho prévio de dissertação de mestrado[2] deste autor (Müller-Monteiro, 2007). Na ocasião, foi proposta uma metodologia de análise de hipóteses de uso político no Setor Elétrico Brasileiro.

Em suma, muito se fala sobre o uso político no Setor Elétrico Brasileiro (SEB) e sobre a destruição de valor provocada por tal uso, mas pouco se vê documentado com rigor analítico. Na opinião deste autor, a ausência de análises mais rigorosas pode ser uma das explicações para a persistência do fenômeno de uso político, apesar de tantas constatações empíricas disponíveis.

Os possíveis efeitos desse uso político sobre a capacidade de geração de valor das empresas do SEB constituem o foco desta pesquisa de doutorado. Em particular, pretende-se utilizar as técnicas mais consagradas de determinação de valor de ativos e realizar análises empíricas que permitam verificar tais efeitos.

Neste sentido, propõe-se determinar "métricas" ou indicadores que capturem os efeitos do uso político sobre o valor das empresas do SEB. Essa etapa oferece os subsídios para a subseqüente definição de estratégias de bloqueio de uso político nas empresas do SEB.

Algumas das manifestações concretas de uso político no SEB – que aparecem conceitualmente categorizadas nos quadros 2.3 e 2.4 do Capítulo 2 – podem ser

[2] MÜLLER-MONTEIRO, Eduardo (2007). Teoria de Grupos de Pressão e Uso Político do Setor Elétrico Brasileiro, 2007. 133 f. Dissertação (Mestrado em Energia) - Universidade de São Paulo.

visualizadas de maneira concreta no Anexo I, que lista 188 matérias publicadas nos mais diversos veículos da imprensa ao longo dos últimos oito anos, e que evidenciam a variedade e profusão de uso político do Setor Elétrico Brasileiro:

- populismo tarifário;
- uso de cargos em estatais como moeda de troca entre políticos;
- apropriação e loteamento de estatais por grupos privados e partidos políticos;
- assunção de projetos – leilões regulados, empreendimentos internacionais ou projetos internos – com retornos sobre o capital inferiores (ROIC) ao custo do capital (WACC);
- debilidade de mecanismos de controle e governança corporativa em estatais;
- uso eleitoral e falta de clareza de objetivos em estatais;
- corrupção.

Este trabalho não tem a pretensão de analisar todas as possíveis manifestações de uso político que impactam as empresas do SEB. Como será mostrado a seguir, o trabalho será concentrado em dois estudos empíricos específicos que mapeiam duas empresas de alta relevância para o setor e para as quais há fartas evidências de interferências políticas e disponibilidade de dados.

1.2 Objetivos

Com base no contexto descrito acima, esta tese pretende cumprir dois *objetivos principais*:
a) analisar o efeito do uso político sobre o valor das empresas que atuam no Setor Elétrico Brasileiro pela aplicação de uma metodologia concebida para analisar hipóteses de manifestação de interferência política;
b) propor métricas e estratégias para interromper a destruição de valor originada do uso político das empresas do setor.

Dado o peso das empresas do SEB para os cenários econômico e social, e assumindo que sempre haverá interesses políticos e supra-econômicos que atuam sobre as empresas do setor, acredita-se que o cumprimento dos objetivos acima poderá se constituir em contribuição relevante para gestores públicos, administradores privados e investidores (individuais e institucionais) que desejam preservar a capacidade de geração de valor

dessas empresas e conhecer o impacto econômico de influências políticas sobre a realidade empresarial.

A meta é permitir que tais atores possam não somente identificar de que forma as pressões políticas afetam as empresas sob sua gestão ou análise, mas também que seja possível entender como tais pressões destroem valor nas empresas e, num segundo momento, como se pode agir para bloquear usos políticos destruidores de valor.

Podem ser considerados *objetivos secundários*:

a) desenvolver um ferramental analítico que possa ser expandido para outros setores da economia cujas empresas também sejam alvo de eventuais grupos de pressão política (empresas reguladas, monopólios naturais e setores que demandam investimentos massivos com retorno de longo prazo);

b) construir um instrumento auxiliar para as análises dos profissionais da área financeira que avaliam empresas do SEB e que, de certa forma, influenciam a formação de opinião sobre os preços das ações – e portanto dos valores – de empresas do Setor Elétrico Brasileiro.

c) oferecer: um banco de dados de matérias que documentam o uso político no SEB ao longo de oito anos (Anexo I); uma revisão das técnicas de determinação de valor de ativos[3] *vis a vis* as particularidades de aplicação de tais técnicas às empresas do SEB (Anexo II); e um banco de dados econômico-financeiros das empresas do SEB (Anexo III).

1.3 Questão Central

A Questão Central que este trabalho procura abordar pode ser expressa da seguinte forma:

"Como analisar o impacto do uso político sobre o valor das empresas do Setor Elétrico Brasileiro e quais estratégias podem ser adotadas para bloquear o uso político?"

Esta questão é frequentemente colocada por profissinais do setor, analistas financeiros, imprensa, políticos e outros representantes da sociedade. É possível notar que quando este

[3] Em relação ao Anexo II, o trabalho ancora-se essencialmente em técnicas já consagradas, as quais a rigor necessitariam apenas ser referenciados pelo autor. Contudo, o Anexo II resume a essência dessas técnicas de forma a disponibilizá-las para um público da área de energia que não necessariamente está familiarizado com o uso das mesmas.

questionamento parte de atores mais identificados com "tendências privatizantes" ou de "perfil neoliberal", coloca-se em dúvida a motivação por trás da tal "hipótese não comprovada de uso político". Interpreta-se muitas vezes, neste contexto, que o impacto do uso político sobre o valor das empresas do setor é uma "hipótese não comprovada", vista meramente como "argumentação pró-retomada da privatização interrompida dos ativos do Setor Elétrico Brasileiro, iniciada em 1994".

Vale notar, no entanto, que a linha de raciocício acima – um tanto quanto ideológica e que pressupõe que o uso político não impacta as empresas do SEB – não consegue dar respostas aos seguintes fatos:

a) a longa (e explícita) disputa entre partidos políticos pela ocupação de cargos em empresas estatais do setor;

b) o represamento artificial de tarifas por políticos com objetivos populistas e eleitorais;

c) o uso político vitimiza tanto empresas estatais quanto privadas (interferências políticas ligadas a distorções interpretativas sobre rentabilidade perturbam mais as firmas privadas);

d) a carga tributária crescente sobre as empresas do setor, que são alvo preferido de tributação a partir de esforços do Congresso e governos federal, estaduais e municipais e outros grupos de pressão em busca de subsídios[4];

e) o desempenho econômico-financeiro insustentável de algumas empresas estatais extremamente relevantes, seja qual for o indicador escolhido para esta avaliação, mas principalmente quando se incorpora o custo de oportunidade de capital, capturado pelo conceito de EVA – Economic Value Added (Stern Stewart, 2009).

Por outro lado, é possível constatar que falta uma análise estruturada que suporte a tese de que tais usos políticos alteram o valor das empresas do Setor Elétrico Brasileiro. Afinal:

- Como as manifestações de uso político destróem valor das empresas?
- É possível isolar os fatores que produzem tal alteração de valor e estabelecer uma relação causal entre usos políticos e alterações no valor das empresas?
- Uma vez constatada a destruição de valor, há estratégias para interromper tal processo?

[4] Em 2008, as empresas do Setor Elétrico Brasileiro remeteram aos cofres federal, estadual e municipais mais de 45% de suas receitas anuais na forma de impostos e encargos sobre os serviços que prestam – geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia (Instituto Acende Brasil, 2010).

Estas são as perguntas que guiam o desenvolvimento das ferramentas que este trabalho se propõe a oferecer. Da resposta à Questão Central – *Como analisar o impacto do uso político sobre o valor das empresas do Setor Elétrico Brasileiro e quais estratégias e métricas podem ser adotadas para, num segundo momento, bloquear o uso político?* – advém a hipótese a ser testada que se refere a ser ou não possível medir tal impacto de forma quantificável e objetiva.

No trabalho de dissertação de mestrado (Müller-Monteiro, 2007) que antecedeu esta tese de doutorado foram mapeadas várias categorias de hipóteses de manifestação de uso político. Foram também analisados em profundidade dois casos concretos com fortes indícios de usos políticos. Naquela oportunidade, embora não se tenha estabelecido uma função matemática do tipo "causa-efeito" entre usos políticos e valor das empresas do setor, verificou-se empiricamente que tais usos produzem resultados econômico-financeiros decorrentes de "apropriações" das empresas do SEB por grupos de pressão política de acordo com as definições de Becker (1983 e 1985).

Tal constatação prévia serviu de plataforma conceitual para esta tese, que gravita ao redor do campo da Economia Política, disciplina que procura responder à pergunta "Como a Política afeta a Economia?". Essa questão tem despertado o interesse de muitos estudiosos há muito tempo. Com efeito, desde Adam Smith (1776) em seu "A Riqueza das Nações" e passando por John Stuart Mill (1848) em "Princípios da Economia Política" e outros estudiosos mais recentes, como John Maynard Keynes e Joan Robinson e o próprio Gary Becker, hoje enquadrados no dito "mainstream" das Ciências Econômicas, observa-se que seus objetos de estudo podem ser colocados na vertente do que originalmente foi o objeto de estudo da "Economia Política".

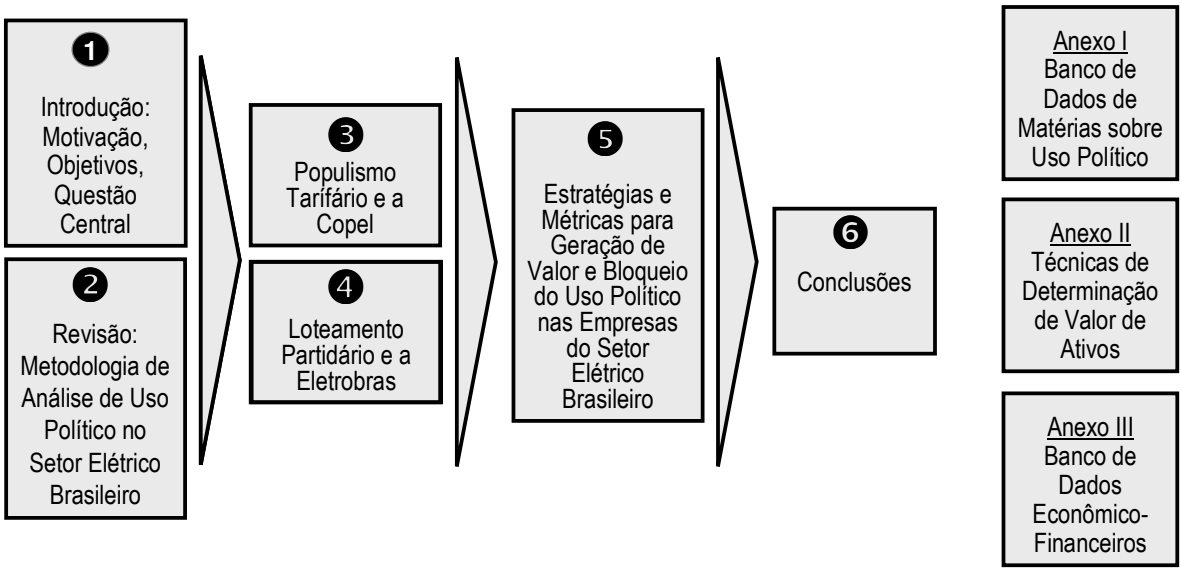
Essa opção terminológica refletia a noção inicialmente aceita de que as duas disciplinas – Economia e Política – não poderiam ser separadas, indo além de aspectos taxonômicos. A expressão buscava indicar a percepção geral então válida de que fatores políticos são fundamentais na determinação de resultados econômicos. O termo "Economia Política", quando empregado com o sentido atual de "Economia", originou-se na França do século XVII e Sir James Steurt (1767) foi o primeiro economista inglês a usar o termo em seu livro "An Inquiry into the Principles of Political Economy" (Drazen, 2002).

O presente trabalho é realizado com base na visão de que a resposta para a Questão Central pode ser obtida com o desenvolvimento de análises que exploram a interface entre os universos da Economia e da Política aplicadas ao campo da Energia, com o eventual apoio de técnicas/ferramentas econômico-financeiras.

O desafio inicial consiste em quantificar efeitos – aparentemente de difícil quantificação – com base em indicações empíricas e intuitivas que reforçam a hipótese de que usos políticos produzem impactos quantificáveis sobre o valor das empresas. Num segundo momento, uma vez determinados tais efeitos, o desafio passa a ser o desenvolvimento de uma metodologia que inclua estratégias e métricas voltadas à geração de valor e ao bloqueio do uso político nas empresas do SEB.

1.4 Estrutura Capitular

O Quadro 1.1 apresenta a Estrutura Capitular do trabalho:



Quadro 1.1: Estrutura Capitular
Elaboração Própria

A Introdução (Capítulo 1) discorre sobre a motivação do trabalho, objetivos principal e secundários e a questão central.

O objetivo do Capítulo 2 é: a) revisar os elementos centrais da Teoria de Grupos de Pressão, com ênfase nas suas proposições e corolários; b) formalizar a interpretação dada à expressão "Uso Político"; c) apresentar as categorias de hipóteses que expressam a manifestação de uso político no SEB; d) mapear os diversos grupos de pressão atuantes no Setor Elétrico Brasileiro, analisados segundo sua capacidade de organização e de exercício de pressão; e e) revisar a metodologia de análise de uso político no Setor Elétrico Brasileiro proposta na dissertação de mestrado deste autor.

O desafio dos Capítulos 3 e 4 é expressar o impacto dos vários tipos de uso político sobre o valor das empresas do Setor Elétrico Brasileiro. As empresas analisadas foram selecionadas em função:

a) da relevância econômica, social e política de tais empresas;

b) da disponibilidade de dados que documentam o uso político que foi feito de tais empresas ao longo dos anos.

O Capítulo 5, a partir das observações e resultados dos Capítulos 3 e 4, volta o seu olhar para o futuro e oferece estratégias e métricas/indicadores capazes de interromper a destruição de valor e o uso político das empresas no setor. A idéia é que tais ferramentas possam ser incorporadas ao arsenal de analistas e gestores públicos e privados para tornar mais visíveis e gerenciáveis os impactos do uso político sobre o valor das empresas sob sua gestão.

O Capítulo 6 finaliza o texto com os resultados obtidos e conclusões desta tese. Também são discutidas as limitações das análises desenvolvidas, possibilidades de aprimoramento e alternativas para trabalhos futuros.

CAPÍTULO 2 – Revisão da Metodologia de Análise de Uso Político no Setor Elétrico Brasileiro

"I have come to the conclusion that Politics is too serious a matter to be left to the politicians."

Charles de Gaulle, general que liderou as Forças Francesas Livres na II Guerra Mundial e presidiu a França entre 1959 e 1969 (1890 - 1970)

Como mencionado, a dissertação de mestrado "Teoria de Grupos de Pressão e Uso Político do Setor Elétrico Brasileiro", defendida em 2007 por este mesmo autor, constitui-se em referencial teórico para os objetivos deste trabalho de doutorado.

Desta forma, este capítulo tem o objetivo de revisitar de forma condensada os seguintes tópicos extensivamente cobertos na dissertação acima:

a) revisar os elementos centrais da Teoria de Grupos de Pressão de Gary Becker;

b) formalizar a interpretação dada ao conceito "Uso Político";

c) apresentar as categorias de hipóteses que expressam a manifestação de uso político no Setor Elétrico Brasileiro;

d) mapear os diversos grupos de pressão atuantes no Setor Elétrico Brasileiro, analisados segundo sua capacidade de organização e de exercício de pressão; e

e) revisar a metodologia de análise de uso político no Setor Elétrico Brasileiro proposta.

2.1 A Teoria de Grupos de Pressão de Becker

Gary Becker é reconhecido por seu trabalho baseado na aplicação de princípios econômicos ao comportamento humano. Recebeu o prêmio Nobel de Economia em 1992 "*por ter ampliado o universo da análise microeconômica a uma vasta faixa de comportamento e interação humana, incluindo comportamentos fora do domínio do Mercado*[5]".

De acordo com Febrero (1995), *"A proposta implícita de Becker para a profissão de economista parece ser a de que as coisas não necessariamente são o que aparentam ser, e,*

[5] Tradução livre de "*for having extended the domain of microeconomic analysis to a wide range of human behaviour and interaction, including nonmarket behaviour*" disponível em: http://nobelprize.org/nobel_prizes/economics/laureates/1992/

assim, o economista deve ir além da superfície visível para entender melhor o comportamento humano". Assim, a produção de Becker cobre interpretações econômicas para temas que variam desde "capital humano", "interação social" e "discriminação" até "competição", "democracia", "políticas públicas" e "grupos de pressão", este último foco deste trabalho.

Apesar da forte formação matemática adquirida na Universidade de Princeton, onde se graduou, Becker encontrou o seu espaço acadêmico na aplicação da racionalidade do mercado aos temas sociais, uma área que pode ser designada de "Economia Social". Seu trabalho tem sido fonte teórica para estudiosos que se dedicam ao conceito de "Capital Humano", definição que ganhou maior precisão a partir dos trabalhos de Becker.

O referencial conceitual conhecido como "Teoria de Grupos de Pressão" foi formulado a partir de dois trabalhos principais. Em "*A Theory of Competition among Pressure Groups for Political Influence*" (Becker, 1993), Becker desenvolveu a modelagem econômica formal que o instrumentou a publicar, logo no ano seguinte, "*Public Policies, Pressure Groups and Dead Weight Costs*" (Becker, 1994).

De acordo com Becker, o equilíbrio político encontrado em ambientes sujeitos à atuação de grupos de pressão depende dos seguintes fatores:
i) a eficiência com que cada grupo produz pressão;
ii) o efeito que a pressão adicional exerce na influência de cada grupo;
iii) o número de pessoas pertencentes a cada grupo; e
iv) a intensidade de peso-morto gerado pelo custo de impostos e subsídios que recaem sobre cada um dos grupos.

Enquanto para Bentley (1908), a dinâmica de grupos de pressão é explicada por fatores estritamente econômicos, Becker incorporou a este debate a dimensão política ou, como alguns preferem, a dimensão comportamental. Ao fazê-lo, porém, Becker dedicou pouca atenção a políticos, partidos políticos e eleitores, porque decidiu adotar o princípío de que estes indivíduos e/ou instituições apenas transmitem as pressões originadas de grupos de pressão ativos.

Segundo Becker, indivíduos pertencem a grupos – definidos por ocupação, setor da economia, renda, geografia, idade e outras características – que procuram usar sua influência política para aumentar o bem-estar de seus membros. A competição entre esses grupos de pressão pela influência política determina o "estado de equilíbrio" que pode ser expresso e materializado no conjunto de impostos, subsídios e outros favores que configuram o poder político.

O estado chamado de "equilíbrio político", por sua vez, possui a seguinte propriedade: todos os grupos de pressão se encontram num estado de maximização de sua renda pela aplicação da quantidade ótima de pressão política, assumindo-se uma determinada produtividade de seus custos e uma determinada conjuntura de comportamento dos outros grupos. Por conveniência analítica, assume-se que cada grupo age como se seus custos não fossem afetados pelos custos de outros grupos.

A influência política não é determinada simplesmente pelo processo político, mas também pode ser expandida pelo uso mais ou menos intenso de recursos e tempo dedicados a contribuições de campanha, publicidade e outras formas mais sutis de pressão política. Subsídios recebidos e impostos pagos podem ser relacionados a receitas e custos de um determinado setor ou país. Assim, a quantidade total coletada de impostos, incluindo impostos ocultos como a inflação e "encargos setoriais", equivale à quantidade total de recursos disponíveis para a concessão de subsídios, incluindo subsídios ocultos como reservas de mercado.

Essa igualdade corresponde à "Equação do Orçamento Governamental", na qual qualquer alteração na influência de um determinado grupo que afete a distribuição de impostos e subsídios totais obrigatoriamente gerará uma alteração na influência de outros grupos, que passarão a pagar mais/menos impostos e/ou receber menos/mais subsídios. Assim, grupos não ganham ou perdem completamente embates competitivos pela influência política porque mesmo os grupos que pagam altos impostos podem aumentar sua influência com investimentos em ações políticas. Essa abordagem se diferencia de cenários "ganha tudo, perde tudo" usados em vários modelos de comportamento político onde "a maioria" nitidamente ganha e "a minoria" nitidamente perde.

De acordo com o raciocínio acima, a premissa básica assumida é a de que impostos, subsídios, regulação e outros instrumentos são usados para aumentar a influência política de grupos de pressão. Estes grupos competem dentro de um contexto de regras que transformam os custos direcionados ao exercício de pressão política em influência política e acesso a recursos políticos. Essas regras podem estar expressas em constituições e em arcabouços regulatórios que permitem a imposição legal das mesmas e em práticas políticas e sociais mais ou menos formalizadas que regem os comportamentos dos grupos de pressão. A formulação matemática desenvolvida por Becker – e aqui não apresentada – derivou algumas proposições e corolários, apresentados a seguir no Quadro 2.1:

Proposição 1	**Um grupo que se torna mais eficiente na produção de pressão política é mais capaz de reduzir seus impostos ou aumentar seus subsídios.**
Corolário da Proposição 1	A eficácia política de um grupo não é determinada pela sua eficiência absoluta, mas por sua eficiência relativa a outros grupos de pressão.
Proposição 2	O aumento de custos relacionados ao peso-morto reduz o subsídio do estado de equilíbrio: como o peso-morto gerado pelos impostos encoraja o exercício de pressão dos pagadores de impostos e desencoraja a pressão dos recebedores de subsídios (já que nem todo o valor retirado dos primeiros é transferido aos segundos, daí a expressão "peso-morto"), os pagadores de impostos têm vantagem intrínseca no exercício de pressão.
Corolário da Proposição 2	Políticas públicas que aumentam a eficiência têm maiores chances de adoção em relação a políticas que diminuem a eficiência: como o aumento do número de pessoas tributadas diminui a alíquota necessária para obter uma certa receita, reduzindo por conseqüência o peso-morto marginal da tributação, o aumento do número de contribuintes reduziria a produção de pressão. É por isso que grupos preferem que seu subsídio seja viabilizado por impostos com pequenas alíquotas individuais pagas por um número alto de pessoas.
Proposição 3	Grupos bem-sucedidos politicamente tendem a ser pequenos em relação aos grupos tributados que viabilizam os pagamentos dos subsídios que beneficiam os primeiros.
Proposição 4	A competição entre grupos de pressão favorece a construção de métodos eficientes de tributação.

Quadro 2.1: Proposições e Corolários da Teoria de Grupos de Pressão de Becker
Fonte: Müller-Monteiro (2007). Elaboração Própria.

Para aumentar o alcance de seu trabalho, o próprio Gary Becker, a partir das proposições de sua Teoria de Grupos de Pressão, interpreta-as de forma a expressá-las numa linguagem mais próxima da realidade de indivíduos e empresas.

Afinal, um cientista que recebeu o prêmio Nobel de Economia em 1992 "*por ter ampliado o universo da análise microeconômica a uma vasta faixa de comportamento e interação humana, incluindo comportamentos fora do domínio do Mercado*" precisa reconhecer o aspecto humano e comunicá-lo de forma mais intuitiva.

O esforço de Becker para expressar sua teoria de forma mais simples é apresentado no Quadro 2.2 abaixo, onde, apesar de ainda permanecerem expressões como "jogo de soma-zero" e "peso-morto", caminha-se em direção a raciocínios mais diretos e com uma linguagem menos técnica.

A pressão se materializa, economicamente, na maximização de subsídios recebidos e na minimização de impostos pagos;
Políticos são apenas veículos dos grupos de pressão e agirão buscando sua própria viabilização política, posicionando-se a favor do(s) grupo(s) que têm maiores condições de exercer pressão;
A intensidade da pressão é diretamente proporcional aos recursos disponíveis e à homogeneidade de interesses dos membros dos grupos;
A influência é um jogo de soma-zero: quando um grupo competindo por influência política aumenta seu espaço, o(s) outro(s) competidores perdem espaço político;
O peso-morto produzido pela tributação oferece um incentivo natural aos grupos de pressão que têm de arcar com esses impostos;
A dinâmica de influências e de pressões políticas é importante para a construção de mecanismos eficientes de tributação e de políticas de subsídios.

Quadro 2.2: Conclusões derivadas da Teoria de Grupos de Pressão de Becker
Fonte: Müller-Monteiro (2007). Elaboração Própria.

A partir dessa revisão dos fundamentos da Teoria de Grupos de Pressão – que é uma formulação sobre a dinâmica de grupos de pressão que pode ser aplicada de forma genérica e universal – a próxima seção apresenta o conceito de "Uso Político" para que seja possível a aplicação desta teoria ao universo mais restrito dos grupos de pressão atuantes no Setor Elétrico Brasileiro.

2.2 Conceituação de "Uso Político" no Setor Elétrico Brasileiro

Propõe-se aqui definir o alcance e o limite lógico que o autor dá ao conceito de "Uso Político" no Setor Elétrico Brasileiro. É preciso ser dito, desde o princípio, que percebe-se e reconhece-se uma certa recorrência conceitual: para entender de forma menos abstrata o significado de "Uso Político" é necessário identificar quais seriam as manifestações do mesmo, mas para a classificação de certas manifestações como "Uso Político" é necessário dar ao conceito uma definição mais precisa, sem a ambição de esgotar a evidente polêmica que o tema encerra.

O Quadro 2.3 propõe agrupar as diversas manifestações de uso político em quatro tipos, que serão descritos logo a seguir:

Uso Político Tipo 1 "Benefício no Curto Prazo, Perda no Longo Prazo"	Uso Político Tipo 2 "Benefício Definido, Custo Indefinido"
Uso Político Tipo 3 "Subsídio do Setor Elétrico para o Estado"	Uso Político Tipo 4 "Estratégico se sobrepõe ao Econômico"

Quadro 2.3: Tipos de Uso Político
Fonte: Müller-Monteiro (2007). Elaboração Própria.

a) Uso Político Tipo 1 – "Benefício no Curto Prazo, Custo no Longo Prazo": quando uma ação produz um efeito aparentemente benéfico para o Setor Elétrico no curto prazo mas representa destruição de valor no longo prazo.

Exemplos: programas e obras estatais iniciados às vésperas de eleições majoritárias geram aparentes benefícios para o próprio setor e concretos e imediatos dividendos político-eleitorais para os políticos associados a tais ações. Mas podem representar um considerável ônus para o Estado num horizonte de longo prazo.

b) Uso Político Tipo 2 – "Benefício Definido, Custo Indefinido": quando uma ação que afeta o setor promove benefícios muito bem definidos e quantificados para alguns grupos de interesses sem que haja transparência sobre o custo que tal ação representa e muito menos sobre quais grupos responderão pelo seu custeio.
Exemplos: isenções, reduções e subsídios tarifários gerais ou para classes de consumidores.

c) Uso Político Tipo 3 – "Subsídio do Setor Elétrico para o Estado": quando o Setor Elétrico é visto como fonte de viabilização de objetivos externos ao próprio setor, sendo usado como fonte de recursos para projetos políticos.
Exemplos: contenção de tarifas para reduzir impacto inflacionário a despeito da não sustentabilidade no longo prazo de tais tarifas; tributação em níveis elevados sobre o setor com vistas à transferência de recursos para o caixa do Estado, a despeito da diminuição de competitividade e da própria redução da capacidade de expansão e manutenção do setor.

d) Uso Político Tipo 4 – "Estratégico se sobrepõe ao Econômico": quando decisões que implicam evidente desrespeito a padrões mínimos de rentabilidade e de governança corporativa são tomadas e quando se procura justificá-las com argumentos centrados na "importância estratégica" da decisão, sem explicações objetivas sobre tal importância.
Exemplos: assunção de projetos e operações com retorno sobre o capital inferior ao custo de oportunidade do capital.

É importante observar que, frequentemente, ações que seriam classificadas como de uso político satisfazem simultaneamente a mais de um dos tipos acima descritos. Um represamento tarifário, por exemplo, atende às características do Uso Político Tipo 2 – "Benefício Definido, Custo Indefinido" – e às do Tipo 3 – "Subsídio do Setor Elétrico para o Estado". No primeiro caso, é fácil identificar os que se beneficiam da redução tarifária, mas é difícil caracterizar o custo desta redução para a empresa. No segundo, os recursos tarifários que deveriam ir para a empresa distribuidora (e portanto permaneceriam no setor elétrico) acabam sendo subtraídos com benefícios para o Estado de ordem política (via discursos na linha de "tarifas mais baixas para a população") e econômica (contenção da inflação).

2.3 Manifestações do Uso Político no Setor Elétrico Brasileiro

O Quadro 2.4 apresenta, de forma não exaustiva, as várias hipóteses de manifestação de uso político do Setor Elétrico Brasileiro.

HIPÓTESE DE MANIFESTAÇÃO DE USO POLÍTICO	DESCRIÇÃO DA HIPÓTESE
1. Tarifa, Inflação e Eleições	Serviços públicos como eletricidade e telefonia compõem parte significativa dos orçamentos familiares e das estruturas de custos produtivos das empresas. Têm, portanto, peso relevante nos índices inflacionários. Governos, principalmente se sob eles estiverem estatais que oferecem tais serviços, podem adotar o represamento das tarifas como mecanismo de controle da inflação, produzindo uma situação artificial e tornando o setor insustentável. Prática extensivamente adotada no Brasil nas décadas de 70 e 80 e que, de acordo com Pires (1999), foi uma das causas do colapso econômico-financeiro do setor elétrico, oferecendo inclusive argumentos para grupos pró-privatização. Políticos também adotam o represamento de tarifas para criar "boas mensagens" eleitorais, a despeito da destruição de valor das estatais sob seu controle.
2. Impostos e Encargos	A dimensão da receita gerada pelo Setor Elétrico Brasileiro (cerca de R$120 bilhões tarifados em 2010), a relativa facilidade de fiscalização tributária (apenas 62 empresas distribuidoras se configuram como as únicas portas de entrada de todos os recursos e, portanto, como os únicos alvos de fiscalização) e a impossibilidade de inadimplência tributária do setor (os tributos são pagos com base em contas faturadas e não com base em contas pagas) são a combinação perfeita de fatores que fazem do setor um veículo para concentração de carga tributária.
3. Cargos e Empregos em Estatais	A grande quantidade de empresas ainda sob controle do governo permite a este último o exercício de indicações políticas – e legais – para centenas de cargos em diretorias responsáveis por contratos que somam dezenas de bilhões de reais. O setor elétrico, após a privatização completa e bem sucedida da telefonia, constitui-se hoje no segmento da economia onde estão as estatais mais cobiçadas por partidos políticos. Vide Anexo II para exemplos recentes deste fenômeno.
4. Seqüência das Obras de Expansão	Obras de expansão do setor elétrico, por seu porte e longa duração, oferecem vitrines de realizações políticas e contatos capazes de render dividendos de todas as naturezas para políticos e grandes encomendas para fornecedores de equipamentos e serviços. Geram, ainda, impostos diretos e indiretos que beneficiam as economias e governos locais.

HIPÓTESE DE MANIFESTAÇÃO DE USO POLÍTICO	DESCRIÇÃO DA HIPÓTESE
5. Uso de Fundos de Pensão	Assim como o BNDES, os fundos de pensão das estatais brasileiras administram bilhões de reais em ativos e podem ser usados para participar como acionistas de projetos de interesse político e baixo retorno, comprometendo o equilíbrio econômico-financeiro dos cálculos atuariais e a futura aposentadoria dos empregados dependentes destes fundos.
6. Interferências Políticas na Agência Reguladora	Além do risco de indicações políticas para os cargos de diretoria, a ANEEL tem sofrido dois tipos de interferências políticas incompatíveis com a autonomia que sua atuação exige: contingenciamento de verbas e ataques ao papel inicialmente concebido para o regulador. No primeiro caso, em 2005 mais de 60% das verbas destinadas à ANEEL, coletadas via tarifas e pagas pelo consumidor, foram represadas pelo Poder Executivo. No segundo caso, destaca-se o projeto de lei em tramitação no Congresso (PL 3.337/04) que cria as figuras de Contratos de Gestão e do "Ouvidor", indicado pelo governo, com acesso a todas as informações da diretoria.
7. Uso de recursos do setor elétrico para subsidiar Projetos Sociais	Como, para a opinião pública – ainda acostumada pela atuação até há pouco predominantemente estatal no setor elétrico – a propriedade das empresas e os programas do setor ainda são associados ao papel de governo, os poderes Executivo e Legislativo têm usado a tarifa de eletricidade para coletar recursos e promover programas de cunho social que deveriam ser responsabilidade do Estado e não das empresas do setor elétrico.
8. Baixa Rentabilidade de Estatais	A partir do modelo setorial estabelecido em 2004 pela Lei 10.848 cerca de 75% da demanda de energia elétrica é suprida via contratação entre geradoras e distribuidoras em leilões regulados pelo Governo Federal. O Governo Federal, por sua vez, assume o papel duplo de estabelecedor de regras e de competidor via suas empresas estatais (subsidiárias do grupo Eletrobras), empresas que competem no leilão com empresas privadas. Como o mecanismo adotado para a competição é o de leilão reverso, onde vence o gerador que demanda a menor tarifa por unidade de energia, há o risco de assunção de preços artificialmente baixos se considerarmos que o controlador destas estatais – o próprio governo – pode definir como objetivo mais relevante que a rentabilidade das empresas a contenção tarifária. O mesmo fenômeno pode se repetir em estatais de outros elos da cadeia de valor do setor (distribuidoras e transmissoras) devido a operações ineficientes.

Quadro 2.4: Hipóteses de Uso Político no Setor Elétrico Brasileiro
Fonte: Müller-Monteiro (2007). Elaboração Própria.

2.4 Estrutura Institucional e Grupos de Pressão do Setor Elétrico Brasileiro

Até agora, neste capítulo, percorremos o seguinte caminho: revisamos o referencial teórico, definimos o conceito de uso político e listamos hipóteses de manifestação de uso político. Mas, afinal, quem são os atores envolvidos nesta dinâmica de grupos de pressão? Esta seção procura oferecer uma abordagem estruturada para esta pergunta. O Quadro 2.5 abaixo busca representar os diferentes níveis de instituições que formalmente compõem e que influenciam o Setor Elétrico Brasileiro:

Instituições de Estado

- **ANEEL** (Agência Nacional de Energia Elétrica)
- **ONS** (Operador Nacional do Sistema Elétrico)
- **CCEE** (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica)

Poder Executivo	Poder Legislativo	Poder Judiciário
• **MME** (Ministério de Minas e Energia) • **EPE** (Empresa de Pesquisa Energética) • **CMSE** (Comitê de Monitoramento do Sistema Elétrico) • **CNPE** (Conselho Nacional de Política Energética)	• **Câmara dos Deputados** • **Senado** • **TCU** (Tribunal de Contas da União)	• **STF** (Supremo Tribunal Federal) • **STJ** (Superior Tribunal de Justiça)

- **Empresas Estatais do SEB**
- **Empresas Privadas do SEB**

- Poderes Executivo e Legislativo Estaduais e Municipais
- Fornecedores de Equipamentos e Serviços
- Órgãos Ambientais
- ONGs e Movimentos Sócio-Ambientais
- Associações de Classe

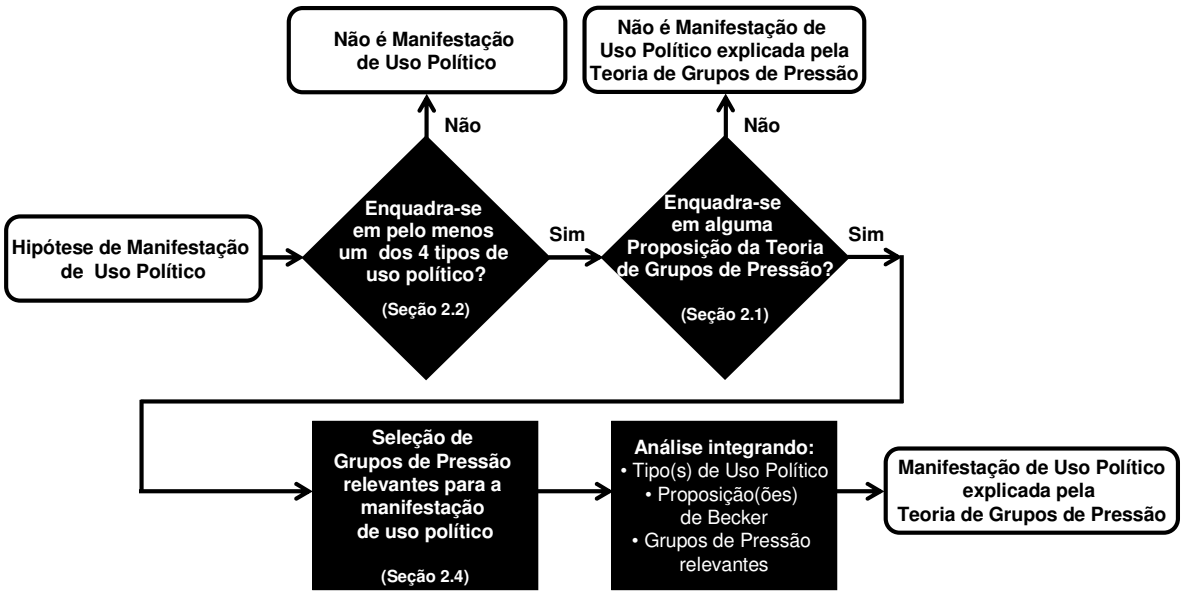
Quadro 2.5: Instituições que compõem e influenciam o Setor Elétrico Brasileiro (Jan/2007)
Fonte: Müller-Monteiro (2007). Elaboração própria.

As atribuições formais das instituições acima e os eventuais riscos de uso político aos quais tais instituições estão sujeitas são extensivamente discutidos por Müller-Monteiro (2007), onde são apresentadas a potencial força política que cada um dos atores pode exercer ou sofrer em eventuais situações que encerram possibilidade de uso político.

2.5 Metodologia de Análise de Uso Político no Setor Elétrico Brasileiro

O Quadro 2.6 representa em forma de diagrama de fluxo a metodologia desenvolvida por Müller-Monteiro (2007) para a análise de uso político no Setor Elétrico Brasileiro, apoiada na Teoria de Grupos de Pressão de Becker.

Conforme se percebe, esta metodologia integra três tipos de funcionalidade: filtro, mapa e processador. A função de filtro ocorre nos dois testes iniciais sobre o enquadramento da hipótese em relação aos tipos de uso político definidos na seção 2.2 e às proposições da Teoria de Grupos de Pressão revistas na seção 2.1. As hipóteses que sobreviverem aos dois filtros são então encaminhadas à etapa de seleção de grupos de pressão que afetam e/ou são afetados pela manifestação de uso político. Para esta etapa os grupos de pressão mapeados na seção 2.4 podem ser úteis em termos de abrangência da seleção.



Quadro 2.6: Metodologia de Análise de Uso Político no Setor Elétrico Brasileiro
Fonte: Müller-Monteiro (2007). Elaboração própria.

Na etapa final da metodologia as hipóteses são então analisadas de forma a correlacionar:

- os tipos de uso político;
- as proposições da Teoria de Grupos de Pressão; e
- os atores envolvidos na manifestação de uso político.

2.6 Comentários Finais

Como mencionado, a metodologia do Quadro 2.6 foi testada no trabalho prévio de mestrado do autor a partir do estudo de dois casos de naturezas distintas. A referida metodologia se mostrou eficaz para efeito de teste das hipóteses então elaboradas.

No primeiro caso então estudado, a partir do panorama de evolução histórica que produziu a carga atual de tributos e encargos incidentes sobre a tarifa de eletricidade no Brasil, foi possível identificar de que maneira o Setor Elétrico Brasileiro tem sido crescentemente usado por grupos de pressão política como fonte eficiente de arrecadação bilionária de recursos.

O segundo caso então analisado debruçou-se sobre as regras e resultados de um dos leilões de energia promovido pelo governo brasileiro, testando as hipóteses de impacto de decisões políticas sobre os comportamentos dos competidores. Naquele momento foi possível concluir pelos resultados e pela aplicação da Teoria de Grupos de Pressão que não seria possível descartar as hipóteses de uso das empresas estatais como ferramentas de condução de políticas públicas e de uso político e eleitoral, relegando a segundo plano a maximização de funções-objetivo orientadas à rentabilidade e à sustentabilidade econômica das empresas envolvidas no referido leilão. Este segundo caso indicou que outras análises poderiam ser feitas, dentre as quais estudos de criação/destruição de valor mais formais, no sentido de caminhar em direção a métodos quantitativos.

Esta última indicação – estudos de criação/destruição de valor mais formais e de caráter quantitativo – inspirou o prosseguimento do presente trabalho, pautando seus objetivos. Destaca-se, no entanto, que o presente esforço não ficará restrito a usos políticos baseados em resultados de leilões de energia. O olhar pretende ser mais amplo e deve incorporar a análise de outras formas de uso político, conforme categorias listadas no Quadro 2.4.

Os próximos Capítulos 3 e 4, com base no referencial teóricos da Teoria de Grupos de Pressão, analisarão o impacto de usos políticos sobre o valor de empresas do Setor Elétrico Brasileiro.

CAPÍTULO 3 – Populismo Tarifário e a Copel

"To build may have to be the slow and laborious task of years.
To destroy can be the thoughtless act of a single day."

Sir Winston Churchill, Primeiro Ministro do Reino Unido (1940-1945 e 1951-1955)

Este capítulo analisará uma hipótese de manifestação de uso político que envolve a Copel, empresa estatal do Setor Elétrico Brasileiro com atividades de geração, transmissão e distribuição de energia.

A Copel foi exposta durante oito anos ao fenômeno que ficou conhecido como "Risco Requião", expressão adotada para ilustrar o risco de ações políticas iniciadas pelo ex-governador do Estado do Paraná (2003-2006 e 2007-2010), Roberto Requião, que iniciou sua carreira política em 1982 como deputado estadual e que atualmente ocupa o cargo de senador da República (2011-2018).

Após uma discussão sobre as definições de Populismo (Seção 3.1), uma descrição do fenômeno de represamento tarifário (Seção 3.2) e de considerações sobre os requisitos de modelagem econômico-financeira de uma empresa submetida a usos políticos (Seção 3.3), o impacto econômico-financeiro da manifestação de uso político acima será analisado de várias formas:

a) na Seção 3.4 com base na técnica de Fluxo de Caixa Descontado[6];

b) na Seção 3.5 pelo cálculo detalhado da perda material de receita – bilionária, conforme será documentado – para a empresa e seus acionistas, os contribuintes paranaenses. A adoção desta segunda abordagem busca fugir das previsíveis controvérsias que envolvem algumas premissas da técnica de Fluxo de Caixa Descontado[7].

c) na Seção 3.6 pela técnica de *Economic Value Added*.

A Seção 3.7 conclui o capítulo pela aplicação da metodologia para análise de uso político – proposta no Capítulo 2 – ao episódio de represamento tarifário na Copel.

---

[6] De acordo com as conclusões sumarizadas no Anexo I (Seção I.5), tal técnica se destaca pelo seu "olhar voltado para o futuro" (onde o caixa é tido como elemento gerador de valor) e pela sua versatilidade para simulação de cenários e análises de sensibilidade

[7] Dessa forma, os grupos de pressão que se beneficiaram do subsídio explícito "contribuintes – consumidores" imposto pelo governador não poderão argumentar que as conclusões do item "a" acima são questionáveis por causa da "subjetividade" da técnica.

3.1 Populismo e Populismo Latino Americano

O termo geral "Populismo" foi inicialmente empregado para caracterizar as tendências ideológicas de um movimento nascido nos Estados Unidos da América por volta de 1891, ano de fundação do "Populist Party", ou Partido Populista.

À época, o objetivo do movimento era o de melhorar as condições de trabalhadores e fazendeiros, pessoas que não faziam parte da "elite", outro termo precariamente definido até a atualidade. Apesar de seu candidato próprio às eleições presidenciais de 1892 – James B. Weaver (1833-1912) – ter perdido, os Populistas ainda permaneceram como força política por alguns anos, até desaparecerem em 1908.

Desde então, a expressão "Populismo" tem sido frequentemente usada de forma pouco precisa e até mesmo as definições acadêmicas têm variado muito. Para alguns, populistas são vistos como forças democráticas e positivas numa sociedade, enquanto outros veem os movimentos populistas como irracionais e geradores de instabilidade no processo político.

Canovan (1999) argumenta que tais visões polarizadas são falhas e mapeou o fenômeno populista em duas grandes categorias – Populismo Agrário e Populismo Político – que por sua vez foram subdivididas em sete subcategorias que incluem, entre outros: o populismo que deu origem ao termo em 1891; o Populismo baseado em "maior participação" popular (via instrumentos como referendos populares); e ditaduras populistas como a de Getúlio Vargas (1930 -1945).

A ampla faixa que acolhe os chamados "Populismos" pode ser materialmente verificada quando, historicamente e em tempos atuais, tanto políticos da chamada "esquerda" quanto da "direita" foram ou são considerados populistas.

O Populismo também é muitas vezes considerado precursor de movimentos fascistas, como foi o caso do período nazista na Alemanha, quando uma classe média em dificuldades mobilizou sua fúria contra alguns "inimigos do povo alemão". De acordo com Fritzsche (1990):

> os Nazistas expressaram as carências da classe média e ao mesmo tempo defenderam uma forte mobilização anti-Marxista... Contra partidos 'artificialmente' divisivos e grupos de interesse estridentes, os Socialistas Nacionalistas se posicionaram como representantes da nação e de um público alemão traído e neglicenciado... quebrando barreiras de posição social e de castas, e celebrando um – pelo menos retórico – ideal populista da 'comunidade das pessoas'.[8]

De qualquer forma, uma definição que acolhe a maior parte do que se convenciona chamar de "populismo" na atualidade é a oferecida por Albertazzi e McDonnell (2008) em seu "*Twenty-First Century Populism*" ("Populismo do Século 21").

De acordo com os autores, o Populismo pode ser definido como uma ideologia que

> posiciona um virtuoso e homogêneo 'povo' contra um grupo de 'elites' e perigosos 'outros' que são conjuntamente descritos como destruidores (ou que procuram destruir) direitos, valores, prosperidade, identidade e voz de um povo soberano.[9]

Na América Latina, o Populismo tem sido uma força relevante. Suas principais correntes emergiram no século 20 com o aparecimento de líderes carismáticos à frente de movimentos como o Aprismo (no Peru), o Movimento Nacionalista Revolucionário (ou MNR, na Bolívia), o Getulismo (no Brasil), o Peronismo (na Argentina) e o Chavismo (na Venezuela). Tais movimentos adaptam-se ao "humor" predominante das nações, movendo-se "da esquerda para a direita" e "da direita para a esquerda", como já citado acima.

Enquanto os movimentos dos anos 1930 e 1940 tinham tonalidades fascistas já com cores de nacionalismo – como a Era Vargas (1937-1945) no Brasil, que deu origem à estatal Petrobras com base no lema "O petróleo é nosso" – o populismo dos anos 1960 foi associado ao nacionalismo esquerdista – como o governo de João Goulart (1961-1964), interrompido pelo golpe militar de 1964.

---

[8] "The Nazis expressed the populist yearnings of middle-class constituents and at the same time advocated a strong and resolutely anti-Marxist mobilization....Against "unnaturally" divisive parties and querulous organized interest groups, National Socialists cast themselves as representatives of the commonwealth, of an allegedly betrayed and neglected German public....[b]reaking social barriers of status and caste, and celebrating at least rhetorically the populist ideal of the people's community."

[9] "...pits a virtuous and homogeneous people against a set of elites and dangerous 'others' who are together depicted as depriving (or attempting to deprive) the sovereign people of their rights, values, prosperity, identity, and voice".

O Brasil depois viu surgir outros populistas como Leonel Brizola, que retomou a chamada "preocupação com o homem comum". O próprio ex-presidente Fernando Collor – em sua famosa "caça aos marajás", movimento pré-eleitoral que recebeu massivo apoio popular e é apontada como fator fundamental para sua meteórica ascensão à presidência – também pode ser classificado como populista, apesar de suas iniciativas econômicas terem sido consideradas, na sua maioria, como liberalizantes.

Hugo Chávez, na Venezuela, é expressão evidente do Populismo Latino Americano com sua pregação – também nacionalista e "anti-imperialista" – que apela para as massas mais pobres da população por meio de promessas de políticas redistributivas e controle dos recursos nacionais, incluindo os energéticos, políticas que fizeram seguidores como Evo Moralez, na Bolívia. Nesses dois países um confronto constante é feito entre "socialismo" e "capitalismo" de forma bastante emocional.

O Populismo na América Latina assume faces tanto econômicas quanto ideológicas ao posicionar o "Estado" como ator principal, "Estado" este que teria o papel de exercer a mediação entre "as elites" e "o povo". É com base na premissa desse confronto social e na necessidade dessa mediação que surgem os líderes populistas.

Apesar de suas promessas redistributivas, é crescente a pressão sobre os países latino americanos que têm adotado políticas populistas dados seus discutíveis resultados econômicos e sociais, incluindo a deterioração da infraestrutura após a "nacionalização dos ativos", eufemismo para a tomada militar de empresas privadas.

3.2 O Represamento Tarifário na Copel

O evento cujo impacto será analisado é descrito pela matéria apresentada no Quadro 3.1. Nele observa-se que em 21 de janeiro de 2009 o governador do Estado do Paraná, representante controlador da empresa estatal Copel, fez a afirmação de que não iria "*admitir a elevação de tarifas — seja de ônibus, de água, de energia. Um momento de crise é um momento em que o trabalhador merece respeito*".

Este tipo de declaração pode ser considerada uma manifestação do chamado "Populismo Latino Americano" onde uma ação política com alta carga emocional e baseada no confronto "povo contra elites", onde o "povo" seria representado pelo "trabalhador" e "as elites" seriam personificadas na "grande empresa" (Copel) que poderia abrir mão da elevação de tarifas em "sinal de respeito" ao trabalhador.

A expressão "represamento tarifário" desta seção não foi escolhida ao acaso. Ela denota, conforme se verá, que a ação do governador representa, no máximo, a postergação do inevitável: a volta da sustentabilidade econômico-financeira da concessão, que tem na tarifa sua única fonte de recursos.

Copel: declaração de governador sobre tarifa aumenta volatilidade de ação, diz Ativa
Possível congelamento da tarifa aliado a queda do mercado no quarto trimestre e aumento de investimento atrapalham papéis da companhia

Alexandre Canazio, da Agência CanalEnergia, Negócios
21/01/2009

A Ativa Corretora anunciou nesta quarta-feira, 21 de janeiro, que retirou as ações da Copel de sua carteira após declaração do governador do Paraná, Roberto Requião, sobre o reajuste da tarifa da companhia. O governador afirmou que não vai "admitir a elevação de tarifas — seja de ônibus, de água, de energia. Um momento de crise é um momento em que o trabalhador merece respeito". Para a corretora, a manifestação do governador vai gerar "significativa volatilidade devido ao aumento da percepção de risco" até o reajuste previsto para junho. A Ativa lembra em seu informe que a empresa anunciou um aumento "relevante" de investimentos para este ano, o que torna a perspectiva de curto/médio prazo mais incerta.

...

"Assim, a demanda por energia deverá continuar em patamares reduzidos, enquanto as atividades econômicas não apresentarem recuperação". No ano passado, o mercado total da Copel cresceu 5,6% e o cativo, 6%. O setor elétrico representa 18% da carteira da Ativa, e tem caráter defensivo. Por isso, para manter a participação, foram colocadas no lugar da Copel a ações preferencias da AES Tietê, que já faz parte do portfólio, e Cemig.

Quadro 3.1: Matéria "Copel: declaração de governador sobre tarifa aumenta volatilidade de ação"
Fonte: Canal Energia (21/01/2009), grifo do autor

Meses após (junho de 2009), e no próprio sítio da internet da Copel, foram postadas as seguintes declarações:

Requião confirma que conta de luz não aumenta

(Publicado em 16 de junho de 2009)

Governador reafirma que compromisso do Paraná e da Copel é com o interesse público, não com o lucro

O governador Roberto Requião confirmou nesta terça-feira, 16 de junho, que a conta de luz dos 3,5 milhões clientes da Copel não irá sofrer aumento por conta do reajuste a ser anunciado em breve pela Aneel. A decisão de não repassar aos consumidores o reajuste -- cujo índice ainda não se conhece oficialmente -- tem o propósito de não prejudicar a economia paranaense e, ainda, atrair novos investimentos para o Estado. ...

Diferencial. Para o governador, manter as tarifas de eletricidade nos patamares atuais é um forte diferencial em favor da economia paranaense. "A Copel é uma empresa com expressiva lucratividade, que tem planejamento de médio e longo prazo e que já tem a menor tarifa do país", afirmou. "Agora, ela terá uma tarifa excepcionalmente mais baixa que as cobradas no restante do Brasil, pois o seu compromisso com a lucratividade não se sobrepõe ao interesse social da geração de empregos, do incremento de renda e da melhoria na qualidade de vida da população". Segundo o governador, aumentar a tarifa seria aumentar a lucratividade da Copel, mas à custa do desestímulo às atividades produtivas e redução da renda para os trabalhadores. "Com o crescimento do consumo de energia elétrica, a Copel recuperará o percentual que não repassou como tarifa na quantidade comercializada, e não no preço".

Requião sugeriu a empresários e investidores que olhem com mais atenção para as condições oferecidas pelo Paraná, no momento de decidir onde sediar seus novos empreendimentos. "Temos energia elétrica abundante e expressivamente mais barata que a de outros estados, porque o Paraná não é administrado com a visão neoliberal do lucro máximo no menor tempo, que levou a economia mundial ao desastre e que comprometeu irremediavelmente grandes e poderosas corporações multinacionais", declarou. "O Paraná tem um governo vinculado aos interesses do povo e do país, que devem se sobrepor sempre à visão argentária dos que priorizam o lucro como objetivo".

Comparação. Ao apresentar os mecanismos utilizados pela Aneel para determinar os percentuais de reajuste nas tarifas de energia elétrica, o presidente da Copel, Rubens Ghilardi, comparou os preços praticados hoje pela Companhia e os de outras concessionárias pelo Brasil. As conclusões são expressivas. "A tarifa residencial da Copel teria de subir 14% para igualar-se à segunda menor tarifa residencial do país, enquanto a tarifa das indústrias teria que ser aumentada em 22%, a dos estabelecimentos comerciais 23% e a dos rurais, 20%", informou Ghilardi. "Considerando todas as classes de consumo, a tarifa média da Copel teria de ser majorada em 21% para alcançar quem tem a segunda menor tarifa de energia elétrica do Brasil".

O presidente esclareceu que a Copel tem conseguido conciliar "perfeitamente bem" o seu papel social de empresa pública comprometida com as ações de governo e os interesses de seus acionistas. "Quem investiu na Copel não tem do que reclamar, pois trata-se de uma das empresas mais sólidas e lucrativas do país", resumiu Ghilardi. "Nos últimos três anos, nosso lucro líquido tem superado a marca de R$ 1 bilhão e temos feito todos os investimentos necessários para expandir o sistema elétrico, ampliar a participação da empresa no mercado, assegurar condições para a continuidade do projeto de crescimento do Paraná e aumentar a eficiência empresarial da Copel, tudo sem descuidar da nossa missão social".

Ghilardi também aproveitou para comentar que as tarifas cobradas pela Copel são praticamente as mesmas desde junho de 2006. "De lá para cá, tivemos em junho de 2007 reajuste médio negativo de 1,22% e, no ano passado, reajuste de 0,04%", detalhou. "Dessa forma, é possível dizer que o bom desempenho da Copel, seja em termos de lucratividade, de competitividade dentro do setor ou dos investimentos que tem feito, pode ser atribuído muito mais à seriedade da sua gestão, exigência inegociável do governador Requião, que ao tamanho do reajuste de suas tarifas"....

Quadro 3.2: Nota "Requião confirma que conta de luz não aumenta"
Fonte: www.copel.com (acessado em 06/06/2011), grifo do autor

A despeito das declarações de caráter populista do governador e do presidente da Copel, o efeito imediato do represamento tarifária foi o de afetar diretamente o faturamento da empresa estatal e terminou por alterar a percepção de risco – e de valor – da Copel.

O anúncio do congelamento da tarifa, aliado a outros fatores como a própria queda de mercado consumidor em meio a uma conjuntura de crise financeira e de outras declarações anunciando aumento de investimentos – de rentabilidade questionável – da empresa produziram os seguintes efeitos:

- retirada das ações da Copel de carteiras de fundos de investimento com base no aumento da sua volatilidade (Quadro 3.1);
- aumento de percepção de risco de interferência política na empresa, fenômeno que abalou a empresa nos últimos seis anos (Quadro 3.3);
- rebaixamento da classificação das ações da Copel e aumento do custo do capital próprio da empresa (Quadro 3.4).

Cemig vs. Copel valuation premium widened: *The Cemig vs. Copel EV/EBITDA premium has widened following renewed concerns of political interference by the local state government (controlling shareholder) in Copel's regulated distribution tariffs following comments by the Paraná state governor that tariffs (bus, water, energy) should not be allowed to rise in moments of crisis.*

We do not expect premium to narrow in the short term: *We do not expect the valuation premium to narrow in the short term due to concerns about Copel (1) potentially not fully implementing its distribution tariff adjustment to be granted by the regulator (ANEEL) on June 24, and (2) potential acquisitions/investments in non-core assets (such as water utility Sanepar). However, as we head towards the election of a new governor in Oct-2010, political risk perception that has plagued Copel over the last six years could diminish. We expect this to gain more relevance in 2H09.*

Valuation premium is not only due to politics: *Although Copel's valuation discount is greatly influenced by political risk perception, there are other factors that drive Cemig's premium, in our view: (1) limits to capex in by-laws, (2) more attractive dividend policy (minimum 50% payout, with potential extraordinary dividends every 2 years), (3) growth outside of home state via acquisitions/new investments, (4) partnerships with private investors for new investments, (5) better capital structure, and (6) lower growth in headcount (-11% from 4Q02-3Q08 vs. Copel's +35%).*

Quadro 3.3: Relatório de Análise sobre Ações da Copel e Cemig – BAS/ML
Fonte: Bank of América Securities, Merrill Lynch (27/01/2009), grifo do autor

Tariff Risk is Back. Downgrading to Neutral

Governor Requiao calling for no tariff increase in 2009: *According to an article in Gazeta do Povo newspaper, Governor Requiao should not allow any increase in electricity, transportation and water tariffs in the state this year, in order to mitigate the impacts of the crisis on the population's budget.*

We estimate an increase of 11% in June: *Copel's tariff readjustment is scheduled to take place in June and we are projecting an average hike to final consumers of around 11%. Most of this increase (around 7%) is due to the FX impact on Itaipu energy purchases while a smaller part (2%) is a result of an increase in CCC charge. Considering (i) Requiao's long track record of populist measures, (ii) the magnitude of the needed increase, and (iii) Copel's comfortable financial situation, with a cash position of R$1.8bn, we believe the company could again be asked to be accommodative for political purposes.*

Downgrade to Neutral on *increased risk perception**:*** *We downgrade Copel to Neutral from Buy and reduce our PT to R$29/shr (US$12.5/ADR) from R$41/shr (US$23/ADR) to incorporate a scenario of no tariff hike in 2009 and increased risk perception-we have upped the cost of equity to 16% from 14%. In light of these changes, our EPS estimates decrease 16% and 32% for 2009 and 2010, respectively. All in all, considering the current risk/reward balance, we believe there are better options in the sector and we continue to prefer Cemig.*

Valuation: R$29/share (US$12.5/ADR): *Our new PT of R$29 derives from DCF, with Ke of 16%.*

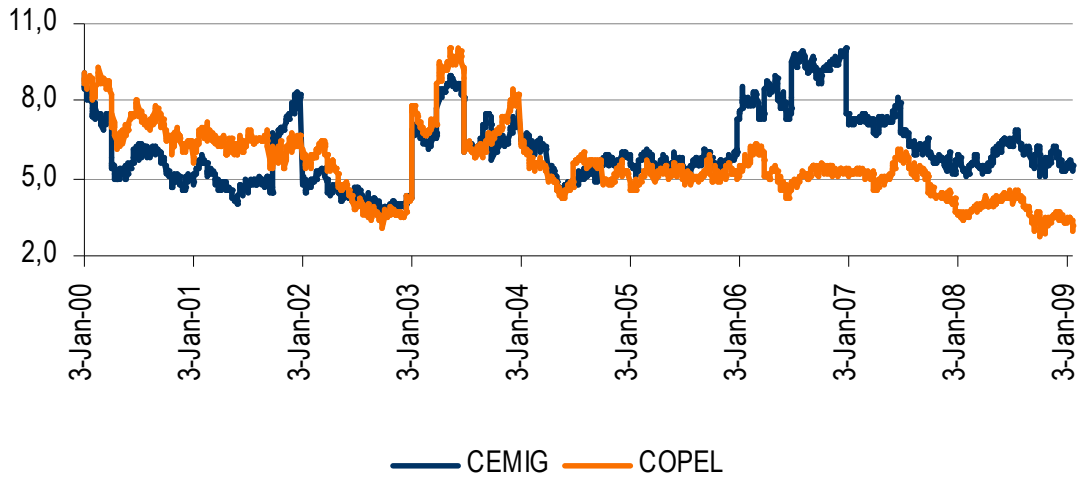
Quadro 3.4: Relatório de Análise sobre Ações da Copel – UBS
Fonte: UBS Investment Research (21/01/2009), grifo do autor

Como se percebe, ambos os bancos mencionados nos Quadros 3.3 e 3.4 rapidamente incorporaram em seus relatórios o efeito deletério do represamento tarifário.

O Quadro 3.5 abaixo ilustra a hipótese de perda de valor apontada pelos analistas: uma série histórica – a partir do ano 2000 – com o indicador EV/EBITDA (Enterprise Value / Earnings Before Interest, Tax, Depreciation and Amortization) calculado para duas empresas estatais (Cemig e Copel) revela que:

i) do início do ano 2000 ao fim do ano 2002 (durante três anos) a Copel e a Cemig apresentaram tendências muito parecidas para o indicador EV/EBITDA, que é uma expressão percentual que captura o valor da empresa (EV – Enterprise Value) calculado pelo método de Fluxo de Caixa Descontado em função de sua capacidade de geração de caixa (EBITDA);

ii) a partir de janeiro de 2006 inicia-se um descolamento entre as duas linhas, fenômeno que pode ser interpretado como uma leitura de que a Copel , se comparada à outra estatal Cemig, gera menor valor proporcionalmente à sua geração de caixa. O que um dos bancos revela (Quadro 3.3) é que esta diferença (chamada no relatório de "Valuation Premium") aumentou em função da declaração do governador.



Quadro 3.5: EV/EBITDA da Cemig e Copel
Fonte: Bank of América Securities, Merrill Lynch (27/01/2009)

A partir das observações do caso acima e partindo para uma análise mais ampla e geral, pode-se fazer as seguintes perguntas: como foi produzido este aumento de diferença? Qual(is) parâmetro(s) do modelo de determinação do valor das empresas foi(ram) alterado(s) para traduzir, ao longo do tempo, a somatória de usos políticos, com base no referencial da Teoria de Grupos de Pressão de Gary Becker, discutida no Capítulo 2?

Antes de iniciar a próxima seção e responder as perguntas acima, e para concretizar o sentido da expressão "represamento tarifário" discutido no início desta seção 3.2, vale o registro dos fatos apresentados nos Quadro 3.6 e 3.7 abaixo: ao fim do mandato de Requião, o governador que o sucedeu interrompeu o represamento tarifário e acabou com com o chamado "desconto" nas tarifas da Copel.

Copel anuncia aumento de 15% no preço das tarifas

Publicado em 09 de Julho de 2010, às 08h10min

Aumento se dá no momento em que as tensões entre Pessuti e o ex-governador Requião se agravaram

Bem Paraná

O presidente da Copel, Ronald Ravedutti, confirmou ontem que o desconto de 12,98% nas contas de luz para os consumidores pontuais no seu pagamento deixou de vigorar. Como a Agência Nacional de Energia Elétrica já autorizou no mês passado um reajuste nas tarifas de 2,46%, na prática, a conta de luz dos consumidores paranaenses deve ter um aumento de cerca de 15% em agosto. A medida – que tem o aval do governador Orlando Pessuti (PMDB) – contraria a política adotada até o ano passado, pelo então governador Roberto Requião (PMDB) – de congelar os reajustes de tarifa no Estado. ...

Ravedutti lembrou que a Copel desenvolve um programa de investimentos de R$ 1,34 bilhão, e que pretende ainda crescer e expandir suas atividades, inclusive fora do Paraná. A companhia alega que em razão desses empreendimentos e também das obras necessárias à expansão e reforço do sistema elétrico paranaense, ainda que em alguns casos ela possa dispor de financiamentos como ocorre com as obras incluídas no PAC, a Copel precisa contar com os recursos provenientes da venda de eletricidade, sob pena de ver inviabilizados os projetos. "Ainda que seja uma obra com financiamento, sempre existe o compromisso de a empresa ingressar com uma contrapartida cuja origem é o caixa da Companhia", diz o dirigente da empresa Ravedutti. "E não podemos comprometer nosso programa de investimentos, sob pena de colocar em risco os projetos de crescimento econômico e desenvolvimento social do Estado", afirma Ravedutti.

Tensão – A confirmação do aumento se dá no momento em que as tensões entre o governador Orlando Pessuti e o ex-governador Roberto Requião se agravaram. Na última quarta-feira, Pessuti confirmou a demissão de mais uma série de aliados do antecessor que ainda ocupavam cargos no governo. Ele exigiu ainda que a irmã de Requião, Lúcia Arruda, entregue o cargo de presidente da Provopar, para que sua esposa, Regina Pessuti, assuma o posto. Pessuti culpa Requião pela derrubada de sua candidatura ao governo. Pressionado pelo ex-governador e pelos deputados peemedebistas, ele desistiu da disputa em favor da candidatura do senador Osmar Dias (PDT).

Pelo twitter, Requião criticou ontem o reajuste das tarifas da Copel. "Não tem cabimento aumentar a tarifa da COPEL para valorizar suas ações", afirmou. "Enquanto se discute investir dinheiro público para Copa em Curitiba, Copel anuncia aumento de 15%. Festa com chapeu público não", condenou.

Quadro 3.6: Matéria "Copel anuncia aumento de 15% no preço das tarifas"
Fonte: www.tnonline.com.br (acessado em 06/06/2011), grifo do autor

Copel tenta se distanciar da era Requião

Energia: reajustes tarifários serão integralmente aplicados aos clientes

Sex, 21 de Janeiro de 2011

Josette Goulart | De São Paulo

A empresa estatal de energia do Paraná, quinta maior distribuidora e nona maior geradora do país, começa a década claramente com uma nova gestão depois de oito anos sob o comando do ex-governador, Roberto Requião (PMDB). O novo presidente da Copel, Lindolfo Zimmer, indicado pelo governador Beto Richa (PSDB), dá o primeiro tom da mudança: reajustes tarifários refletem a real necessidade da empresa para investir e serão aplicados em sua integridade. "Temos que recuperar a qualidade da prestação de serviço da Copel e qualquer frustração de receita impede isso", diz Zimmer, em referência à sistemática imposição do ex-governador que em três diferentes momentos impediu reajustes para beneficiar consumidores.
...

Quadro 3.7: Matéria "Copel tenta se distanciar da era Requião
Fonte: Valor Econômico (21/01/2011), grifo do autor

Também vale o registro (Quadro 3.8) de algumas notas disponíveis na seção "Fatores de Risco" do "Formulário 20-F"[10] arquivado pela Copel na *Securities and Exchange Commission* em 30 de junho de 2010:

Instabilidade política pode afetar adversamente nossos resultados operacionais e o preço de nossas ações classe B e ADSs.
As eleições presidenciais no Brasil estão agendadas para outubro de 2010, e não podemos garantir que a próxima administração manterá as políticas econômicas que foram adotadas pela administração atual. Se a administração atual ou se a próxima promoverem mudanças significativas nas políticas econômicas adotadas atualmente, e se tais mudanças resultarem em desaceleração econômica no Brasil, nossos resultados operacionais e o preço de mercado de nossas unidades poderão ser afetados adversamente. Além disso, os preços de mercado de ações de empresas brasileiras se mostraram voláteis durante eleições presidenciais no passado. Incertezas sobre o resultado da eleição e especulação sobre ações do futuro governo podem influenciar a percepção de risco do Brasil aos olhos dos investidores e ter impacto negativo sobre o preço de mercado de nossas ações classe B e ADSs.

Somos controlados pelo Estado do Paraná, e a política governamental pode ter efeito adverso relevante sobre nós e nosso negócio.
Somos controlados pelo Estado do Paraná, que detém 58,6% de nossas ações ordinárias em circulação com direito a voto na data deste Relatório Anual, e cujos interesses podem ser diferentes dos de outros acionistas. Como acionista majoritário o Estado do Paraná tem o poder de controlar todas as nossas operações, incluindo o poder de eleger a maioria de nossos conselheiros e determinar o resultado de qualquer ação que requeira aprovação dos portadores de ações ordinárias, incluindo transações com partes relacionadas e reorganizações corporativas. Políticas governamentais implementadas pelo Estado do Paraná de acordo com a legislação federal podem ter efeito adverso relevante sobre nós e nosso negócio, nossos resultados operacionais, nossa condição financeira ou nossas perspectivas.

As tarifas que cobramos por vendas de eletricidade a consumidores cativos são determinadas de acordo com um contrato de concessão com o governo brasileiro por intermédio da ANEEL, e nossas receitas operacionais podem ser afetadas adversamente se a ANEEL tomar decisões quanto a nossas tarifas que nos sejam desfavoráveis
A ANEEL possui substancial poder discricionário para estabelecer as tarifas que cobramos de nossos consumidores. Nossas tarifas são determinadas de acordo com contratos de concessão com a ANEEL e estão sujeitas ao poder regulador da Agência.

Quadro 3.8: Notas sobre "Fatores de Risco" do Formulário "20-F" da Copel
Fonte: *Securities and Exchange Commission* (arquivado em 30/06/2010), grifo do autor

Conforme trechos sublinhados acima, é curioso notar que a própria administração da Copel reconhece várias ameaças de uso político da empresa, a saber:

- o impacto das eleições presidenciais sobre a empresa no trecho

> *As eleições presidenciais no Brasil estão agendadas para outubro de 2010, e não podemos garantir que a próxima administração manterá as políticas econômicas que foram adotadas pela administração atual. Se a administração*

[10] O Formulário 20-F é um relatório preparado de acordo com os padrões da SEC (*Securities and Exchange Commission* dos Estados Unidos, órgão equivalente à nossa CVM – Comissão de Valores Mobiliários) e de publicação anual obrigatória a partir do início das negociações das ações da Copel na Bolsa de Valores de Nova Iorque.

> *atual ou se a próxima promoverem mudanças significativas nas políticas econômicas adotadas atualmente, e se tais mudanças resultarem em desaceleração econômica no Brasil, nossos resultados operacionais e o preço de mercado de nossas unidades poderão ser afetados adversamente*.

No entanto, a mesma observação deveria ter sido feita sobre as eleições estaduais, simultâneas às eleições presidenciais, que tiveram impacto muito maior sobre os resultados da empresa;

- o desalinhamento potencial entre os acionistas controladores e demais acionistas nos trechos "*somos controlados pelo Estado do Paraná, cujos interesses podem ser diferentes dos de outros acionistas...*" e "*Políticas governamentais implementadas pelo Estado do Paraná ... podem ter efeito adverso relevante sobre nós e nosso negócio, nossos resultados operacionais, nossa condição financeira ou nossas perspectivas*".

- o caráter imprevisível e anti-intuitivo da ação política do governador Requião que, ao impedir a aplicação das tarifas autorizadas pelo próprio regulador, agiu no sentido exatamente oposto do risco apontado na nota na nota

> *As tarifas que cobramos por vendas de eletricidade a consumidores cativos são determinadas de acordo com um contrato de concessão com o governo brasileiro por intermédio da ANEEL, e nossas receitas operacionais podem ser afetadas adversamente se a ANEEL tomar decisões quanto a nossas tarifas que nos sejam desfavoráveis.*

Para todos os efeitos, e conforme Quadros 3.6 e 3.7, o novo governo estadual eleito nas eleições de 2010 representou um impacto positivo sobre os resultados da empresa por ter acabado com o represamento tarifário imposto pelo governador Requião, político que não fez seu sucessor no estado.

3.3 Requisitos da Modelagem da Empresa Submetida a Usos Políticos

O objetivo desta seção é apresentar critérios para modelagem de uma empresa que seja capaz de capturar fenômenos de uso político, a partir da análise de dados históricos de empresas relevantes. A esta empresa chamaremos de "Empresa Submetida a Usos Políticos" (ESUP). Assim, o modelo deve ser capaz de cumprir dois requisitos:

1) A Empresa Submetida a Usos Políticos (ESUP) precisa expressar de forma coerente a realidade econômico-financeira de perfis típicos de empresas do SEB;

2) A ESUP precisa contemplar parâmetros que capturem quantitativamente alterações provocadas pelo uso político.

O primeiro requisito embute uma decisão metodológica: o que representa uma empresa "típica" submetida a usos políticos? Em primeiro lugar, é preciso conceber três tipos de ESUP de forma a mapear a cadeia de valor do setor elétrico:

- ESUP 1: empresa de geração;
- ESUP 2: empresa de transmissão;
- ESUP 3: empresa de distribuição;

Os perfis econômico-financeiros ESUP 1, ESUP 2 e ESUP 3 acima são diferentes por natureza: receitas, custos, riscos e estruturas de financiamento são inerentemente distintos para as atividades de geração, transmissão e distribuição de energia. O desafio aumenta quando se considera o segundo requisito. Esta empresa "típica" está modelada de forma a permitir alterações nos parâmetros que traduzem ações de uso político? Pode-se argumentar que as ESUPs 1, 2 e 3 acima se expõem a diferentes níveis de risco (e portanto uso) político.

De forma geral, quando pensamos nos perfis de fluxo de caixa dessas empresas:

- a realidade econômico-financeira de geradoras e transmissoras é mais dependente ou mais afetada por decisões políticas ligadas ao comportamento da empresa no momento do leilão (caso a empresa esteja participando de um leilão regulado pelo governo) e durante a construção da usina. Se houver disciplina na operação e manutenção do empreendimento e se não houver descasamento entre a indexação anual das receitas e suas perdas inflacionárias, toda a linha de receitas da usina ou linha de transmissão é

"congelada" por horizontes de 15 a 30 anos, fazendo com que a maior parcela de seus custos (financeiros e de construção) seja realizada até o início de sua operação;

- já as distribuidoras podem ser mais afetadas por decisões políticas ligadas a populismo tarifário que podem se manifestar permanentemente (tipicamente a cada quatro anos, quando ocorre a Revisão Tarifária Periódica da distribuidora) e a partir de vários atores: agência reguladora, políticos e, no caso de empresas estatais, dos próprios gestores das empresas, que, como descrito no episódio da Copel (seção 3.2) tendem a ser políticos como o governador Requião[11].

- os três tipos de empresas são afetados, em menor ou maior grau, pela carga tributária incidente sobre os elos da cadeia do setor de energia elétrica.

A discussão fica ainda mais complexa quando introduzimos a variável "tipo de controlador": há diferenças relevantes quando são comparadas empresas estatais e privadas? Se a resposta a essa pergunta for "sim", isso significa que seria necessária uma representação matricial no formato abaixo, mapeando um universo de 6 ESUPs:

	Geração	**Transmissão**	**Distribuição**
Estatal	ESUP 1	ESUP 2	ESUP 3
Privada	ESUP 4	ESUP 5	ESUP 6

Quadro 3.9: Matriz "GTD x Tipo de Controlador"
Fonte: Elaboração própria

Portanto, conceitualmente, deveríamos construir seis modelos para as respectivas ESUPs. Mas, para efeitos práticos, será adotada a opção de modelar apenas dois tipos de ESUP:

- ESUP G: Geradora de Energia Submetida a Uso Político (estatal ou privada)
- ESUP D: Distribuidora de Energia Submetida a Uso Político (estatal ou privada)

A restrição a estas duas empresas típicas é justificada pelos seguintes argumentos:

a) a dimensão "tipo de controlador" poderia iniciar discussões ideológicas que não são o objetivo deste trabalho. Ademais, conforme ilustra o Quadro 2.4, uma das motivações para

[11] Até a data de publicação desta tese não havia registro de executivos recrutados profissionalmente para dirigir estatais no setor elétrico. Os dirigentes das estatais federais e estaduais são alvo de disputa política entre partidos.

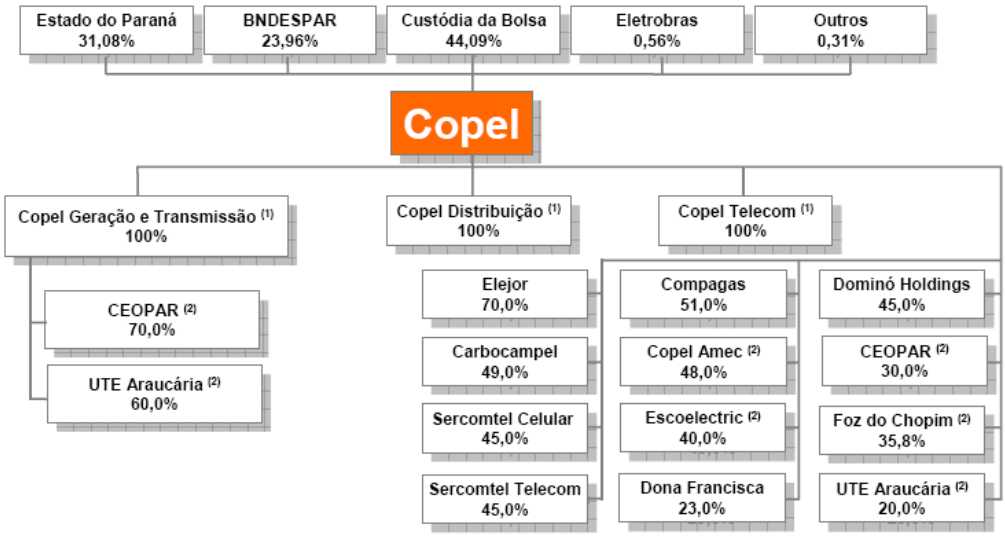
esta modelagem é a de evidenciar que empresas, estatais ou privadas, são, antes de mais nada, empresas e, portanto, alvos de grupos de pressão política: em muitas das vezes as empresas estatais são usadas politicamente a despeito das intenções de seus administradores, que são forçados a se sujeitar a ações políticas destruidoras de valor como imposições tarifárias, participação em projetos com taxa de retorno inferior ao seu custo de capital, financiamento de projetos eleitorais e "sócio-culturais" de governos. Desta forma, ao não se fazer a distinção entre estatais e privadas de forma impositiva na modelagem, marca-se a importância do conceito "Empresas são empresas: objetivos empresariais não devem ser confundidos com objetivos políticos".

b) a grande parte do parque instalado de transmissão no Brasil é estatal, e a disponibilidade de dados históricos de rentabilidade desses projetos é baixíssima. A própria "verticalização" ainda existente entre os elos de geração e transmissão em estatais como Furnas, Chesf, Eletronorte e Eletrosul (subsidiárias da Eletrobras) dificulta a tarefa de isolamento dos fluxos econômico-financeiros da transmissão.

3.4 Impacto do Uso Político na Copel – Fluxo de Caixa Descontado

O objetivo desta seção é ilustrar como a simplificação metodológica da seção 3.3 poderia ser contextualizada de acordo com a técnica de Fluxo de Caixa Descontado (Anexo II, Seção II.3), técnica esta adotada por analistas de bancos que cobrem empresas do SEB.

Observamos, no Quadro 3.10, que no caso da Copel, a empresa, além de desenvolver atividades de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, também atua nos setores de telecomunicações, gás natural e "outras" atividades. As atuações da Copel em telecomunicações, gás natural, saneamento e engenharia foram inclusive consideradas pela administração 2011-2014 como "*Non Core*"[12]:

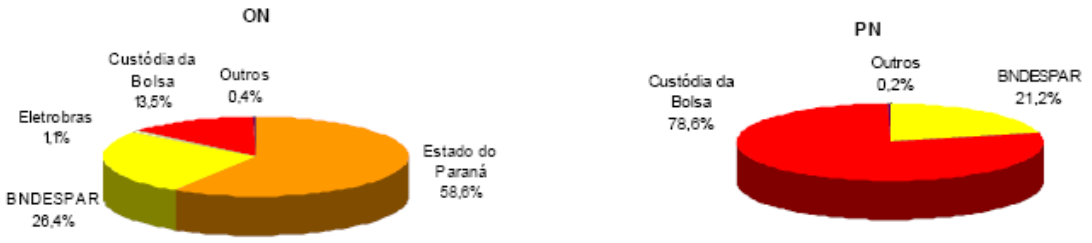


(1) Subsidiária Integral
(2) Sociedade Limitada
Obs.: A Copel também possui 0,82% do Capital Total da Investco S/A (UHE Lajeado).

Fonte: www.copel.gov.br, acessado em 12/06/2011, Apresentação para Apimec "Resultados 1T 2011"

[12] Fonte: Página 41 da Apresentação para Apimec "Resultados 1T 2011" disponível em www.copel.gov.br e acessada em 12/06/2011

O Quadro 3.11, que apresenta a estrutura de capital da Copel, evidencia o controle acionário de natureza estatal da empresa, onde os maiores acionistas são o estado do Paraná e o Governo Federal (este último via BNDESPAR[13] e Eletrobras):



Mil ações

Acionistas	ON	%	PNA	%	PNB	%	TOTAL	%
Estado do Paraná	85.029	58,6	-	-	13	-	85.042	31,1
BNDESPAR	38.299	26,4	-	-	27.282	21,3	65.581	24,0
Eletrobras	1.531	1,1	-	-	-	-	1.531	0,6
Custódia da Bolsa	19.620	13,5	130	33,4	100.903	78,7	120.653	44,1
BM&FBOVESPA	19.492	13,4	130	33,4	59.916	46,7	79.538	29,1
NYSE	128	0,1	-	-	40.843	31,9	40.971	14,9
LATIBEX	-	-	-	-	144	0,1	144	0,1
Outros	552	0,4	259	66,6	37	-	848	0,2
TOTAL	145.031	100,0	389	100,0	128.235	100,0	273.655	100,0

Quadro 3.11: Estrutura de Capital da Copel
Fonte: www.copel.gov.br, acessado em 12/06/2011, Apresentação para Apimec "Resultados 1T 2011"

A estrutura organizacional do Quadro 3.11 acima é refletida no demonstrativo de resultados da empresa (Quadro 3.12, abaixo):

[13] A BNDES Participações S/A - BNDESPAR é uma sociedade por ações, constituída como Subsidiária Integral do BNDES e regida pela legislação aplicável às sociedades anônimas. A BNDESPAR tem por objeto social: I - realizar operações visando a capitalização de empreendimentos controlados por grupos privados; II - apoiar empresas que reúnam condições de eficiência econômica, tecnológica e de gestão e, ainda, que apresentem perspectivas adequadas de retorno para o investimento, em condições e prazos compatíveis com o risco e a natureza de sua atividade; III - apoiar o desenvolvimento de novos empreendimentos, em cujas atividades se incorporem novas tecnologias; IV -contribuir para o fortalecimento do mercado de capitais, por intermédio do acréscimo de oferta de valores mobiliários e da democratização da propriedade do capital de empresas; e V - administrar carteira de valores mobiliários, próprios e de terceiros.

Copel	4Q04	4Q05	4Q06	4Q07	4Q08
Income Statement	**2004**	**2005**	**2006**	**2007**	**2008**
R$ millions					
Income Statement	2004	2005	2006	2007	2008
Distribution Revenues	4.605,5	5.275,9	5.500,1	2.747,7	2.994,1
Energy supply	445,9	949,9	1.291,0	1.367,6	1.334,8
Transmission	209,8	268,0	283,8	3.317,0	3.468,4
Telecom	41,4	83,9	61,3	63,9	72,9
Gas distribution	161,2	181,4	227,1	244,1	275,7
Others	80,6	57,1	58,1	179,9	133,7
Gross Revenues	**5.544,3**	**6.816,1**	**7.421,3**	**7.920,1**	**8.279,6**
Deductions	(1.618,6)	(1.962,6)	(2.036,7)	(2.498,0)	(2.844,6)
Net Revenues	**3.925,8**	**4.853,5**	**5.384,6**	**5.422,1**	**5.435,0**
Energy purchase	(963,9)	(1.436,3)	(1.439,7)	(1.429,4)	(1.577,4)
Transmission costs	(311,2)	(530,8)	(534,8)	(514,5)	(454,6)
Personnel	(458,3)	(566,5)	(641,9)	(649,7)	(628,8)
Pension fund	(137,6)	(99,4)	(73,0)	13,9	(80,4)
Materials	(137,7)	(124,5)	212,7	(54,3)	(76,3)
Gas purchase	(207,9)	(142,3)	(177,7)	(132,7)	(149,9)
Services	(192,6)	(197,1)	(226,8)	(240,9)	(277,2)
Depreciation	(308,9)	(328,9)	(372,4)	(422,0)	(404,9)
Operating Provisions					(70,3)
Concessions charges	-358,49	-429,84	-499,12	-33,50	(42,2)
Others	(248,0)	(178,3)	(28,5)	(351,6)	(124,5)
Operating Expenses	**(3.324,5)**	**(4.033,9)**	**(3.781,2)**	**(3.814,8)**	**(3.886,4)**
Operating Income	**601,3**	**819,6**	**1.603,4**	**1.607,3**	**1.548,6**
Operating Margin (%)	*15,3%*	*16,9%*	*29,8%*	*29,6%*	*28,5%*
EBITDA	**910,2**	**1.148,5**	**1.975,8**	**2.029,3**	**1.953,5**
EBITDA Margin (%)	*23,2%*	*23,7%*	*36,7%*	*37,4%*	*35,9%*
Interest Income	219,3	220,2	221,9	220,4	261,2
Interest Expense	(154,6)	(217,8)	(289,1)	(230,2)	(208,6)
Net Interest Income	64,7	2,4	(67,2)	(9,8)	52,6
Monetary Correction	107,5	72,0	(7,6)	83,0	46,3
Other Non-Operating	**(179,7)**	**(177,0)**	**285,7**	**(82,5)**	**10,3**
Monetary Correction (CVA)	40,9	31,1	9,1	(11,4)	(2,1)
Equity Income	1,7	(13,5)	(6,2)	1,6	33,9
Other Financial Income (Expense)	(215,9)	(183,9)	305,8	(41,6)	(13,1)
Other Non-Operating Income	(6,4)	(10,6)	(23,0)	(31,1)	(8,4)
Non-Operating Income	**(7,5)**	**(102,6)**	**210,9**	**(9,3)**	**109,2**
Earnings Before IOC and Tax	**593,8**	**717,0**	**1.814,2**	**1.598,0**	**1.657,8**
Interest on Capital	(96,1)	(123,0)	(123,0)	(200,0)	(292,3)
Earnings Before Tax	**497,8**	**594,0**	**1.691,2**	**1.398,0**	**1.365,6**
Income Tax + Social Contribution	(198,4)	(198,2)	(557,7)	(460,3)	(464,3)
Reversion of IOC	96,1	123,0	123,0	200,0	292,3
Minority Interest	(21,2)	(16,4)	(13,9)	(31,1)	**(23,6)**
Net Income	**374,1**	**502,4**	**1.242,7**	**1.106,6**	**1.170,0**

Quadro 3.12: Demonstrativo de Resultados do Exercício (DRE) da Copel
Fonte: Bank of América Securities, Merrill Lynch (27/01/2009)

Isolar efeitos individuais, por elos de cadeia de valor, é tarefa complexa, uma vez que alguns fluxos econômicos de atividades como a de distribuição podem ser usadas para

subsidiar outras atividades. Esta própria situação se constitui numa nuance de "segunda ordem" de potencial uso político: usar atividades geradoras de caixa, como a distribuição de energia elétrica, um monopólio natural com mercado consumidor estabelecido, para financiar outras atividades cuja racionalidade econômica pode ser contestada.

De qualquer forma, este é um bom exemplo para ilustrar as decisões metodológicas que terão que ser feitas na construção de nossas duas ESUPs: como expressar uma retenção tarifária imposta por uso político?

a) Opção 1: reduzindo diretamente a linha de fluxo de receitas, com base no represamento tarifário imposto pelo governador (opção exercitada na próxima Seção 3.5); ou

b) Opção 2: traduzindo este risco pelo aumento do Cost of Equity (custo de oportunidade para o acionista) que será embutido no WACC (Weighted Average Cost of Capital, que pondera os custos de oportunidade do acionista e dos credores).

A teoria defende que o impacto sobre o valor da empresa será o mesmo. Vejamos, nesta seção, como a Opção 2 é abordada, apesar de ser mais desafiadora do ponto de vista técnico devido à complexidade/subjetividade embutida no cálculo da taxa de desconto, conforme detalhado no Anexo I (Seção I.3.1).

No Quadro 3.13 são apresentados os fluxos de caixa livre que foram construídos por um banco que analisa empresas do Setor Elétrico Brasileiro com o objetivo de calcular o valor da Copel pelo método de Fluxo de Caixa Descontado (a linha "EBIT" do Quadro 3.13 corresponde à linha "Net Income" do Quadro 3.12 após conversão dos valores de reais para dólares americanos).

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
EBIT	205,6	336,7	737,0	825,9	843,3	590,8	591,7
Interest on own capital	(32,8)	(50,5)	(56,5)	(102,8)	(159,2)	(101,9)	(101,4)
(-) Taxes on EBIT	(58,7)	(97,3)	(231,4)	(245,9)	(232,6)	(166,2)	(166,7)
Tax Rate (%)	*-34%*	*-34%*	*-34%*	*-34%*	*-34%*	*-34%*	*-34%*
Depreciation	105,6	135,1	171,2	216,9	220,5	175,3	190,3
Gross Cash Flow	**252,5**	**374,6**	**676,8**	**796,9**	**831,2**	**599,9**	**615,2**
Change in Working Capital	155,4	119,0	(365,7)	(97,4)	(75,5)	(11,3)	(20,1)
Capex	(138,2)	(274,8)	(261,0)	(265,2)	(424,2)	(480,7)	(488,4)
CRC							42,7
Free Cash Flow	**269,6**	**218,8**	**50,1**	**434,3**	**331,4**	**107,9**	**149,5**

Quadro 3.13: Fluxo de Caixa Livre da Copel
Fonte: Bank of América Securities, Merrill Lynch (27/01/2009)

Com base nestes valores de Free Cash Flow (Fluxo de Caixa Livre, conforme definições do Anexo I, seção I.3.1), o Valor Presente Líquido da empresa foi calculado em US$ 4,407 Bi (Quadro 3.14) a partir das seguintes premissas de perpetuidade e custo de oportunidade de capital:

- Crescimento dos fluxos a partir de 2010 (perpetuidade): 2%
- Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) de acordo com a tabela abaixo

Discount Rate	
Risk Free of the US Market	**3,90%**
Country Risk (Brazil)	**3,20%**
Expected Return Over Risk Free	**5,70%**
Beta of Copel's Shares	**0,85**
Cost of Equity	**11,9%**
Average Proportion of Equity	80,8%
Average Cost of Debt	**11,0%**
Effective Taxes	34%
Net Cost of Debt	**7,2%**
Average Proportion of Debt	19,2%
WACC	**11,0%**

Present Value of FCF	**US$ mn**
Present Value of FCF	2.434,4
Present Value of Perpetuity	1.973,5
Present Value	**4.407,8**

Quadro 3.14: Valuation da Copel – Cost of Equity do Banco BofAML
Fonte: Bank of América Securities, Merrill Lynch (27/01/2009)

De acordo com o Quadro 3.4, o analista de um outro banco que cobre empresas do SEB enxergava a ação da Copel com uma lente diferente: o capital próprio (Cost of Equity) antes da interferência política era de 14% e passou para 16% com o aumento da percepção de risco após o represamento tarifário:

> ***"Downgrade to Neutral on*** *increased risk perception**:** We downgrade Copel to Neutral from Buy and reduce our PT to R$29/shr (US$12.5/ADR) from R$41/shr (US$23/ADR) to incorporate a scenario of no tariff hike in 2009 and increased risk perception-we have upped the cost of equity to 16% from 14%. In light of these changes, our EPS estimates decrease 16% and 32% for 2009 and 2010, respectively. All in all, considering the current risk/reward balance, we believe there are better options in the sector and we continue to prefer Cemig."*

Se for imposta a variável "Cost of Equity" do segundo banco ao fluxo do primeiro banco, o WACC subiria para 12,7% e o Valor Presente da empresa cairia para US$ 3,643 Bi (Quadro 3.15):

Present Value of FCF	US$ mn
Present Value of FCF	2.227,3
Present Value of Perpetuity	1.416,2
Present Value	**3.643,5**
Discount Rate	
Risk Free of the US Market	**3,90%**
Country Risk (Brazil)	**3,20%**
Expected Return Over Risk Free	**5,70%**
Beta of Copel's Shares	**0,85**
Cost of Equity	**14,0%**
Average Proportion of Equity	80,8%
Average Cost of Debt	**11,0%**
Effective Taxes	34%
Net Cost of Debt	**7,2%**
Average Proportion of Debt	19,2%
WACC	**12,7%**

Quadro 3.15: Valuation da Copel – Cost of Equity do Banco UBS, Pré-Interferência Política
Fonte: Elaboração Própria

E se a variável "Cost of Equity" que compõe o WACC for alterada para 16% (valor adotado pelo segundo banco *depois* das declarações do governador) o WACC subiria para 14,3% e o Valor Presente da empresa cairia para US$ 3,100 Bi (Quadro 3.16):

Present Value of FCF	US$ mn
Present Value of FCF	2.048,7
Present Value of Perpetuity	1.052,1
Present Value	**3.100,7**
Discount Rate	
Risk Free of the US Market	**3,90%**
Country Risk (Brazil)	**3,20%**
Expected Return Over Risk Free	**5,70%**
Beta of Copel's Shares	**0,85**
Cost of Equity	**16,0%**
Average Proportion of Equity	80,8%
Average Cost of Debt	**11,0%**
Effective Taxes	34%
Net Cost of Debt	**7,2%**
Average Proportion of Debt	19,2%
WACC	**14,3%**

Quadro 3.16: Valuation da Copel – Cost of Equity do UBS, Pós-Interferência Política
Fonte: Elaboração Própria

O mesmo efeito sobre o valor da empresa (perda de US$ 0,5 Bi) poderia ser produzido pela diminuição dos fluxos de receita da distribuidora.

De qualquer forma, o que interessa para a discussão é que ações de uso político produzem no mundo real alterações de percepção de risco que são precificadas e transformadas – ou não – em perda econômica ou financeira real, mesmo se ignorarmos efeitos secundários como aumento de custo de captações futuras em função deste aumento de risco e de impactos sobre o preço da ação refletidos efetivamente nas bolsas de valores. O exercício desta seção cumpre o objetivo de ilustrar o seguinte raciocínio: ações de uso político produzem alteração da percepção de risco ao qual empresas estão sujeitas ou, de forma mais direta, alteram efetivamente os fluxos econômico-financeiros de tais empresas. Nos dois casos a hipótese que se quer investigar é a alteração de valor da empresa que foi promovida pelo uso político, conforme propõe o Quadro 3.17 abaixo.

Quadro 3.17: Uso Político e Alteração de Valor
Elaboração Própria

Portanto:

1) As Empresas Submetidas a Usos Políticos (ESUPs) modeladas precisam expressar de forma coerente a realidade econômico-financeira de perfis típicos de empresas do SEB;

2) As ESUPs precisa contemplar parâmetros que capturem quantitativamente alterações provocadas pelo uso político.

O primeiro requisito depende da correta implementação técnica das ESUPs típicas (ESUP – G, ESUP – T e ESUP – D, que representarão empresas de geração, transmissão e distribuição). O segundo requisito depende da correta seleção de parâmetros apropriados para as análises de sensibilidade que capturam usos políticos – os parâmetros de entrada – e que produzem alterações de valor – que serão capturadas pelos parâmetros de saída.

3.5 Impacto do Uso Político na Copel – Perda de Receita

No Quadro 3.17 propõe-se que manifestações de uso político geram dois tipos de efeito:
1) alteração de percepção de risco;
2) alteração efetiva de fluxos econômico-financeiros.

Na seção 3.4 exploramos como é feita a análise pelo método de Fluxo de Caixa Descontado, técnica que incorpora as variações de risco provocadas pelas interferências políticas.

Nesta seção 3.5 adotaremos um caminho diferente: o cálculo detalhado da perda de receita provocada pelo represamento tarifário imposto pelo governador Requião nos seus mandatos à frente do estado do Paraná e da Copel (2003-2006 e 2007-2010).

Conforme já dito no início deste Capítulo 3, a adoção desta segunda abordagem objetiva fugir das previsíveis controvérsias que envolvem algumas premissas da técnica de Fluxo de Caixa Descontado utilizadas na seção 3.4.

É importante fugir desta controvérsia para bloquear uma estratégia permanente dos grupos de pressão que se beneficiam do subsídio explícito "contribuintes – consumidores" (subsídio que caracteriza microeconomicamente o fenômeno de represamento tarifário): a estratégia de desconstruir as teses de destruição de valor para a empresa com base na "subjetividade" dos parâmetros que precisam ser assumidos na técnica de Fluxo de Caixa Descontado.

Em outras palavras, para evitar, por exemplo, as controvérsias ligadas à estimação dos custos de capital (estimação que tem impacto relevante sobre o valor da empresa e sobre os cenários de perda de valor), esta seção detalha, por meio da estimação de perdas de fluxos de receita, o cálculo da destruição de valor promovida pelo represamento tarifário promovido pelo governador Requião durante seus mandatos como governador e controlador da Copel.

O cálculo foi feito de acordo com as seguintes premissas:

a) horizonte de análise: 2003-2006 (primeiro mandato de Requião como governador) e 2007-2010 (segundo mandato);

b) consumos de energia mensal da Copel com base na interpolação simples entre os dados anuais de "Mercados Faturados" da Copel (medidos em GWh e disponíveis no Quadro 3.18);

	Mercado Faturado (GWh)
2003	17.417
2004	18.041
2005	18.696
2006	18.691
2007	19.984
2008	20.818
2009	21.286
2010	22.926

Quadro 3.18: Mercado Faturado da Copel
Fonte: Relatórios Anuais da Copel, www.copel.com (acessados em 06/06/2011)

c) obtenção dos dados de todas as alterações tarifárias da Copel nos períodos acima nos eventos de Reajuste Tarifário Anual (evento anual, como o próprio nome diz) e Revisão Tarifária Periódica (a cada quatro anos), de acordo com Resoluções publicadas pela Aneel, partindo-se da Tarifa Média de R$ 134,99/MWh em 2002 (conforme relatório anual daquele ano);

d) cálculo das receitas permitidas pela Aneel com base na multiplicação do consumo de energia mensal pela Tarifa Média calculada pela Aneel e publicada nas Resoluções;

e) cálculo da receita obtida pela Copel com base na multiplicação do consumo de energia mensal pela Tarifa Média aplicada pela Copel de acordo com os represamentos tarifários impostos pelo governador Requião;

f) cálculo da diferença entre os itens "d" e "e" acima, valor que representa a perda de receita derivada do represamento tarifário.

Os Quadros 3.19 e 3.20 apresentam os cálculos das perdas de receita da Copel no primeiro e segundo mandatos do governador Requião.

Doc.	Data	Reajuste Médio Autor. pela Aneel	Reajuste Acum. Aneel	Reaj. Médio Implem. pela Copel	Reaj. Acum. Copel	(1) Mercado da Copel (GWh) (*)	(2) Tarifa Média aplicando Reajuste Médio da Aneel sobre 2002	(3) Tarifa Média aplicando Reajuste Implem. pela Copel sobre 2002	(1) * (2) = (4) > Receita permitida pela Aneel (R$ milhões)	(1) * (3) = (5) > Receita obtida pela Copel (R$ milhões)	(4) - (5) > Perda de Receita Mensal	Perda no Ano	Perda Acum.
Resolução 284/2003	**24/jun/03**	**25,27%**	**25,27%**	**0,00%**	**0,00%**	**1.451**	**169,10**	**134,99**	245,4	195,9	**49,5**	49,5	**49,5**
	01/jul/03	0,00%	25,27%	0,00%	0,00%	1.456	169,10	134,99	246,2	196,5	**49,7**	99,2	**99,2**
	01/ago/03	0,00%	25,27%	0,00%	0,00%	1.460	169,10	134,99	246,9	197,1	**49,8**	149,0	**149,0**
	01/set/03	0,00%	25,27%	0,00%	0,00%	1.464	169,10	134,99	247,6	197,7	**50,0**	198,9	**198,9**
	01/out/03	0,00%	25,27%	0,00%	0,00%	1.469	169,10	134,99	248,4	198,3	**50,1**	249,0	**249,0**
	01/nov/03	0,00%	25,27%	0,00%	0,00%	1.473	169,10	134,99	249,1	198,9	**50,2**	299,3	**299,3**
	01/dez/03	0,00%	25,27%	0,00%	0,00%	1.477	169,10	134,99	249,8	199,4	**50,4**	**349,7**	**349,7**
Resolução 284I/2003	**01/jan/04**	**0,00%**	**25,27%**	**15,00%**	**15,00%**	1.482	169,10	155,24	250,6	230,0	**20,5**	20,5	**370,2**
	01/fev/04	0,00%	25,27%	0,00%	15,00%	1.486	169,10	155,24	251,3	230,7	**20,6**	41,1	**390,8**
	01/mar/04	0,00%	25,27%	0,00%	15,00%	1.490	169,10	155,24	252,0	231,4	**20,7**	61,8	**411,5**
	01/abr/04	0,00%	25,27%	0,00%	15,00%	1.495	169,10	155,24	252,8	232,0	**20,7**	82,5	**432,2**
	01/mai/04	0,00%	25,27%	0,00%	15,00%	1.499	169,10	155,24	253,5	232,7	**20,8**	103,3	**453,0**
Resolução 146/2004	**24/jun/04**	**14,43%**	**43,35%**	**9,00%**	**25,35%**	**1.503**	193,50	169,21	290,9	254,4	**36,5**	139,8	**489,5**
	01/jul/04	0,00%	43,35%	0,00%	25,35%	1.508	193,50	169,21	291,8	255,2	**36,6**	176,5	**526,1**
	01/ago/04	0,00%	43,35%	0,00%	25,35%	1.513	193,50	169,21	292,7	255,9	**36,7**	213,2	**562,9**
	01/set/04	0,00%	43,35%	0,00%	25,35%	1.517	193,50	169,21	293,6	256,7	**36,9**	250,1	**599,7**
	01/out/04	0,00%	43,35%	0,00%	25,35%	1.522	193,50	169,21	294,4	257,5	**37,0**	287,0	**636,7**
	01/nov/04	0,00%	43,35%	0,00%	25,35%	1.526	193,50	169,21	295,3	258,2	**37,1**	324,1	**673,8**
	01/dez/04	0,00%	43,35%	0,00%	25,35%	1.531	193,50	169,21	296,2	259,0	**37,2**	**361,3**	**711,0**
	01/jan/05	0,00%	43,35%	0,00%	25,35%	1.535	193,50	169,21	297,1	259,8	**37,3**	37,3	**748,3**
Resolução 146I/2004	**01/fev/05**	**0,00%**	**43,35%**	**5,00%**	**31,62%**	**1.540**	193,50	177,67	298,0	273,6	**24,4**	61,7	**772,6**
	01/mar/05	0,00%	43,35%	0,00%	31,62%	1.544	193,50	177,67	298,8	274,4	**24,5**	86,1	**797,1**
	01/abr/05	0,00%	43,35%	0,00%	31,62%	1.549	193,50	177,67	299,7	275,2	**24,5**	110,7	**821,6**
	01/mai/05	0,00%	43,35%	0,00%	31,62%	1.553	193,50	177,67	300,6	276,0	**24,6**	135,2	**846,2**
Resolução 130/2005	**24/jun/05**	**7,80%**	**54,53%**	**0,00%**	**31,62%**	**1.558**	208,60	177,67	325,0	276,8	**48,2**	183,4	**894,4**
	01/jul/05	0,00%	54,53%	0,00%	31,62%	1.558	208,60	177,67	325,0	276,8	**48,2**	231,6	**942,6**
Resolução 130a/2005	**01/ago/05**	**0,00%**	**54,53%**	**4,40%**	**37,41%**	1.558	208,60	185,49	325,0	289,0	**36,0**	267,6	**978,6**
	24/set/05	0,00%	54,53%	0,00%	37,41%	1.558	208,60	185,49	325,0	289,0	**36,0**	303,6	**1.014,6**
	24/out/05	0,00%	54,53%	0,00%	37,41%	1.558	208,60	185,49	325,0	289,0	**36,0**	339,6	**1.050,6**
	24/nov/05	0,00%	54,53%	0,00%	37,41%	1.558	208,60	185,49	325,0	289,0	**36,0**	375,6	**1.086,6**
	24/dez/05	0,00%	54,53%	0,00%	37,41%	1.558	208,60	185,49	325,0	289,0	**36,0**	**411,6**	**1.122,6**
	24/jan/06	0,00%	54,53%	0,00%	37,41%	1.558	208,60	185,49	324,9	288,9	**36,0**	36,0	**1.158,6**
	24/fev/06	0,00%	54,53%	0,00%	37,41%	1.558	208,60	185,49	324,9	288,9	**36,0**	72,0	**1.194,6**
	24/mar/06	0,00%	54,53%	0,00%	37,41%	1.558	208,60	185,49	324,9	288,9	**36,0**	108,0	**1.230,6**
	24/abr/06	0,00%	54,53%	0,00%	37,41%	1.558	208,60	185,49	324,9	288,9	**36,0**	144,0	**1.266,6**
	24/mai/06	0,00%	54,53%	0,00%	37,41%	1.558	208,60	185,49	324,9	288,9	**36,0**	180,0	**1.302,6**
Resolução 345/2006	**24/jun/06**	**5,12%**	**62,44%**	**5,12%**	**44,44%**	**1.558**	219,28	194,98	341,5	303,7	**37,8**	217,8	**1.340,4**
	24/jul/06	0,00%	62,44%	0,00%	44,44%	1.567	219,28	194,98	343,5	305,5	**38,1**	255,9	**1.378,5**
	24/ago/06	0,00%	62,44%	0,00%	44,44%	1.576	219,28	194,98	345,5	307,2	**38,3**	294,1	**1.416,7**
	24/set/06	0,00%	62,44%	0,00%	44,44%	1.585	219,28	194,98	347,4	309,0	**38,5**	332,6	**1.455,2**
	24/out/06	0,00%	62,44%	0,00%	44,44%	1.594	219,28	194,98	349,4	310,7	**38,7**	371,3	**1.493,9**
	24/nov/06	0,00%	62,44%	0,00%	44,44%	1.602	219,28	194,98	351,4	312,5	**38,9**	410,3	**1.532,9**
	24/dez/06	0,00%	62,44%	0,00%	44,44%	1.611	219,28	194,98	353,4	314,2	**39,1**	**449,4**	**1.572,0**

Quadro 3.19: Perda Tarifária da Copel – 2003 a 2006
Fonte: Aneel (Resoluções Normativas), www.copel.com (acessado em 22/11/2011)

Doc.	Data	Reajuste Médio Autor. pela Aneel	Reajuste Acum. Aneel	Reaj. Médio Implem. pela Copel	Reaj. Acum. Copel	(1) Mercado da Copel (GWh) (*)	(2) Tarifa Média aplicando Reajuste Médio da Aneel sobre 2002	(3) Tarifa Média aplicando Reajuste Implem. pela Copel sobre 2002	(1) * (2) = (4) > Receita permitida pela Aneel (R$ milhões)	(1) * (3) = (5) > Receita obtida pela Copel (R$ milhões)	(4) - (5) > Perda de Receita Mensal	Perda no Ano	Perda Acum.
	24/jan/07	0,00%	62,44%	0,00%	44,44%	1.620	219,28	194,98	355,3	316,0	**39,4**	39,4	**1.611,4**
	24/fev/07	0,00%	62,44%	0,00%	44,44%	1.629	219,28	194,98	357,3	317,7	**39,6**	78,9	**1.650,9**
	24/mar/07	0,00%	62,44%	0,00%	44,44%	1.638	219,28	194,98	359,3	319,5	**39,8**	118,7	**1.690,7**
	24/abr/07	0,00%	62,44%	0,00%	44,44%	1.647	219,28	194,98	361,2	321,2	**40,0**	158,8	**1.730,8**
	24/mai/07	0,00%	62,44%	0,00%	44,44%	1.656	219,28	194,98	363,2	323,0	**40,2**	199,0	**1.771,0**
Resolução 479/2007	**24/jun/07**	**-1,22%**	**60,46%**	**-1,22%**	**42,68%**	**1.665**	216,60	192,61	360,7	320,8	**40,0**	239,0	**1.811,0**
	24/jul/07	0,00%	60,46%	0,00%	42,68%	1.671	216,60	192,61	362,0	321,9	**40,1**	279,1	**1.851,1**
	24/ago/07	0,00%	60,46%	0,00%	42,68%	1.677	216,60	192,61	363,2	323,0	**40,2**	319,3	**1.891,3**
	24/set/07	0,00%	60,46%	0,00%	42,68%	1.683	216,60	192,61	364,5	324,1	**40,4**	359,7	**1.931,7**
	24/out/07	0,00%	60,46%	0,00%	42,68%	1.689	216,60	192,61	365,7	325,2	**40,5**	400,2	**1.972,2**
	24/nov/07	0,00%	60,46%	0,00%	42,68%	1.694	216,60	192,61	367,0	326,3	**40,7**	440,8	**2.012,8**
	24/dez/07	0,00%	60,46%	0,00%	42,68%	1.700	216,60	192,61	368,2	327,4	**40,8**	**481,6**	**2.053,6**
	24/jan/08	0,00%	60,46%	0,00%	42,68%	1.706	216,60	192,61	369,5	328,6	**40,9**	40,9	**2.094,6**
	24/fev/08	0,00%	60,46%	0,00%	42,68%	1.712	216,60	192,61	370,7	329,7	**41,1**	82,0	**2.135,6**
	24/mar/08	0,00%	60,46%	0,00%	42,68%	1.717	216,60	192,61	372,0	330,8	**41,2**	123,2	**2.176,9**
	24/abr/08	0,00%	60,46%	0,00%	42,68%	1.723	216,60	192,61	373,3	331,9	**41,4**	164,6	**2.218,2**
	24/mai/08	0,00%	60,46%	0,00%	42,68%	1.729	216,60	192,61	374,5	333,0	**41,5**	206,1	**2.259,7**
Resolução 663/2008	**24/jun/08**	**-3,35%**	**55,08%**	**-3,35%**	**37,90%**	**1.735**	209,35	186,15	363,2	322,9	**40,2**	246,3	**2.299,9**
	24/jul/08	0,00%	55,08%	0,00%	37,90%	1.738	209,35	186,15	363,9	323,6	**40,3**	286,6	**2.340,2**
	24/ago/08	0,00%	55,08%	0,00%	37,90%	1.741	209,35	186,15	364,5	324,2	**40,4**	327,0	**2.380,6**
	24/set/08	0,00%	55,08%	0,00%	37,90%	1.745	209,35	186,15	365,2	324,8	**40,5**	367,4	**2.421,1**
	24/out/08	0,00%	55,08%	0,00%	37,90%	1.748	209,35	186,15	365,9	325,4	**40,5**	408,0	**2.461,6**
	24/nov/08	0,00%	55,08%	0,00%	37,90%	1.751	209,35	186,15	366,6	326,0	**40,6**	448,6	**2.502,2**
	24/dez/08	0,00%	55,08%	0,00%	37,90%	1.754	209,35	186,15	367,3	326,6	**40,7**	**489,3**	**2.542,9**
	24/jan/09	0,00%	55,08%	0,00%	37,90%	1.758	209,35	186,15	367,9	327,2	**40,8**	40,8	**2.583,7**
	24/fev/09	0,00%	55,08%	0,00%	37,90%	1.761	209,35	186,15	368,6	327,8	**40,8**	81,6	**2.624,5**
	24/mar/09	0,00%	55,08%	0,00%	37,90%	1.764	209,35	186,15	369,3	328,4	**40,9**	122,5	**2.665,4**
	24/abr/09	0,00%	55,08%	0,00%	37,90%	1.767	209,35	186,15	370,0	329,0	**41,0**	163,5	**2.706,4**
	24/mai/09	0,00%	55,08%	0,00%	37,90%	1.771	209,35	186,15	370,7	329,6	**41,1**	204,6	**2.747,5**
Resolução 839/2009	**24/jun/09**	**18,04%**	**83,06%**	**0,00%**	**37,90%**	**1.774**	247,11	186,15	438,3	330,2	**108,1**	312,7	**2.855,6**
	24/jul/09	0,00%	83,06%	0,00%	37,90%	1.785	247,11	186,15	441,1	332,3	**108,8**	421,5	**2.964,4**
	24/ago/09	0,00%	83,06%	0,00%	37,90%	1.797	247,11	186,15	444,0	334,4	**109,5**	531,0	**3.073,9**
	24/set/09	0,00%	83,06%	0,00%	37,90%	1.808	247,11	186,15	446,8	336,6	**110,2**	641,2	**3.184,2**
	24/out/09	0,00%	83,06%	0,00%	37,90%	1.819	247,11	186,15	449,6	338,7	**110,9**	752,1	**3.295,1**
	24/nov/09	0,00%	83,06%	0,00%	37,90%	1.831	247,11	186,15	452,4	340,8	**111,6**	863,7	**3.406,7**
	24/dez/09	0,00%	83,06%	0,00%	37,90%	1.842	247,11	186,15	455,2	342,9	**112,3**	**976,0**	**3.519,0**
	24/jan/10	0,00%	83,06%	0,00%	37,90%	1.854	247,11	186,15	458,0	345,0	**113,0**	113,0	**3.631,9**
	24/fev/10	0,00%	83,06%	0,00%	37,90%	1.865	247,11	186,15	460,8	347,2	**113,7**	226,7	**3.745,6**
	24/mar/10	0,00%	83,06%	0,00%	37,90%	1.876	247,11	186,15	463,7	349,3	**114,4**	341,0	**3.860,0**
	24/abr/10	0,00%	83,06%	0,00%	37,90%	1.888	247,11	186,15	466,5	351,4	**115,1**	456,1	**3.975,1**
	24/mai/10	0,00%	83,06%	0,00%	37,90%	1.899	247,11	186,15	469,3	353,5	**115,8**	571,9	**4.090,8**
Resolução 1015/2010	**24/jun/10**	**9,74%**	**100,89%**	**9,74%**	**51,33%**	**1.911**	271,18	204,29	518,1	390,3	**127,8**	699,7	**4.218,6**
	24/jul/10	0,00%	100,89%	0,00%	51,33%	1.922	271,18	204,29	521,2	392,6	**128,6**	828,3	**4.347,2**
	24/ago/10	0,00%	100,89%	0,00%	51,33%	1.933	271,18	204,29	524,3	394,9	**129,3**	957,6	**4.476,5**
	24/set/10	0,00%	100,89%	0,00%	51,33%	1.945	271,18	204,29	527,4	397,3	**130,1**	1.087,7	**4.606,6**
	24/out/10	0,00%	100,89%	0,00%	51,33%	1.956	271,18	204,29	530,4	399,6	**130,9**	1.218,5	**4.737,5**
	24/nov/10	0,00%	100,89%	0,00%	51,33%	1.967	271,18	204,29	533,5	401,9	**131,6**	1.350,1	**4.869,1**
Fim Mandato Requião	**24/dez/10**	**0,00%**	**100,89%**	**0,00%**	**51,33%**	1.979	271,18	204,29	536,6	404,2	**132,4**	**1.482,5**	**5.001,5**

Quadro 3.20: Perda Tarifária da Copel – 2007 a 2010
Fonte: Aneel (Resoluções Normativas), www.copel.com (acessado em 22/11/2011)

Portanto, conclui-se que o represamento das tarifas da estatal representou:

- perda de R$ 1,6 bilhão em receitas no mandato 2003-2006;
- perda de R$ 5,0 bilhões em receitas ao longo dos dois mandatos (2003-2010).

É relevante notar que os represamentos tiveram efeito cumulativo e foram "acelerados" ao longo do tempo: a perda em 2004 foi de R$ 360 milhões ao passo que a perda em 2010 foi de R$ 1,482 bilhão.

3.6 Impacto do Uso Político na Copel – EVA

Conforme Seção "I.4 – Técnicas de Valor Adicionado" do Anexo I , o conceito de EVA (Economic Value Added) deriva da abordagem do lucro econômico, que mede o valor criado em um negócio a partir do investimento de uma certa quantidade de capital:

Lucro econômico = capital investido x (ROIC – WACC)

onde: ROIC = Return on Invested Capital (Retorno sobre Capital Investido)
WACC = Weighted Average Cost of Capital (Custo Médio Ponderado de Capital)

Segundo Wernke e Lembeck (2000, p.86), [...] o EVA é um indicador do valor econômico agregado que permite a executivos, acionistas e investidores avaliar com clareza se o capital empregado num determinado negócio está sendo bem aplicado.

A própria Copel, em seu relatório anual de 2006, define em sua Seção "6.10 – Valor Econômico Agregado – VEA ou EVA":

> "O Valor Econômico Agregado - VEA ou EVA representa o lucro econômico, ou seja, o quanto a empresa agregou de riqueza com o capital empregado em suas operações, após remunerar esse mesmo capital.
>
> A Copel vem mantendo, nos últimos anos, bom Retorno Operacional dos Investimentos - ROI, atingindo, em 2006, taxa de 19,4%. Esse foi o principal fator a colaborar com a agregação de valor para o acionista, de R$ 725,1 milhões. Essa variação de VEA, correspondente a R$ 534,1 milhões em relação a 2005, sinaliza que a Companhia está efetivamente voltada para a criação de valor através da recuperação de investimentos efetuados em outros exercícios, os quais agora estão em operação.
>
> A taxa de 12% para remunerar o capital próprio foi mantida por se adequar aos padrões do setor elétrico brasileiro, para um índice beta de 1,21."

O Quadro 3.21 contém o cálculo do EVA que a própria Copel tem apresentado em seus relatórios anuais:

	Fonte: Relatório Anual do Ano Corrente				Fonte: Relatório Anual do Ano Subsequente			
Ano	**Capital Investido** (R$ milhões)	**ROIC**	**WACC**	**EVA** (R$ Milhões)	**Capital Investido** (R$ milhões)	**ROIC**	**WACC**	**EVA** (R$ Milhões)
2003	6.354,5	4,67%	10,47%	**-368,6**	6.384,0	5,00%	10,44%	**-347,3**
2004	6.373,4	10,55%	10,15%	**25,5**	6.042,2	11,13%	10,05%	**65,3**
2005	6.714,3	11,82%	10,49%	**89,3**	6.725,2	13,93%	11,09%	**191,0**
2006	8.314,8	19,38%	10,66%	**725,1**	8.379,9	19,23%	10,58%	**724,9**
2007	8.621,6	16,55%	10,98%	**480,2**	8.619,1	16,30%	10,98%	**458,5**
2008	9.080,2	15,14%	11,17%	**360,5**	9.023,6	15,23%	11,16%	**367,3**
2009	9.304,2	13,66%	11,02%	**245,6**	11.822,4	9,18%	11,51%	**-275,5**
2010	12.632,3	9,97%	11,66%	**-213,5**				

Ano	**Fonte**
2003	Rel. Anual 2003 (p.29) / Rel. Anual 2004 (p.56)
2004	Rel. Anual 2004 (p.56) / Rel. Anual 2005 (p.60)
2005	Rel. Anual 2005 (p.60) / Rel. Anual 2006 (p.49)
2006	Rel. Anual 2006 (p.49) / Rel. Anual 2007 (p.53)
2007	Rel. Anual 2007 (p.53) / Rel. Anual 2008 (p.50)
2008	Rel. Anual 2008 (p.50) / Rel. Anual 2009 (p.51)
2009	Rel. Anual 2009 (p.51) / Rel. Anual 2010 (p.48)
2010	Rel. Anual 2010 (p.48) / Ainda não publicado

Quadro 3.21: EVA (Economic Value Added) da Copel – 2003 a 2010
Fonte: Relatórios Anuais da Copel

Chama a atenção a seguinte disparidade: o EVA do ano de 2009 segundo o Relatório Anual de 2009 foi positivo em R$ 245,6 milhões, enquanto o mesmo indicador, segundo o Relatório Anual de 2010, foi negativo em R$ 275,5 milhões, permanecendo com esse mesmo sinal no ano de 2010.

Em outras palavras, de acordo com o relatório anual emitido ainda sob a administração de Requião (Relatório Anual de 2009) houve geração de valor. Já segundo o relatório emitido pela nova administração (Relatório Anual de 2010, publicado em 2011), houve destruição de valor.

Os fatores mais influentes para essa disparidade são identificados nos Quadros 3.22 e 3.23, que detalham os cálculos de EVA de 2009 de acordo com os relatórios anuais de 2009 e 2010:

- no relatório de 2009 o lucro operacional foi de R$ 1.270,8 milhões, rubrica que caiu para R$ 1.064,6 no relatório de 2010;
- no relatório de 2009 o montante de capital próprio para 2009 foi de R$ 7.630,9 milhões, rubrica que saltou para R$ 9.920,6 milhões no relatório de 2010;
- como conseqüência das diferenças acima, o ROIC no relatório de 2009 foi de 13,66%, valor alterado para 9,18% no relatório de 2010

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ECONÔMICO AGREGADO - VEA ou EVA
Em 31 de dezembro de 2009 e de 2008
(Valores expressos em milhões de reais)

	Consolidado	
	2009	**2008**
1. Receita operacional	8.796,7	8.305,4
2. Deduções e Despesas	(7.449,4)	(6.858,8)
3. Resultado de equivalência	14,3	14,0
4. Receitas financeiras	365,9	488,6
5. IR e CS sobre os lucros gerados pelos ativos	(456,7)	(574,3)
6. Lucro operacional gerado por ativos líquido de tributos	**1.270,8**	**1.374,9**
7. Margem operacional (6 ÷ 1)	**0,1445**	**0,1655**
8. Capital de terceiros	1.673,4	1.864,6
9. Capital próprio	7.630,8	7.159,0
10. Investimento a remunerar - (8 + 9)	**9.304,2**	**9.023,6**
11. Giro do investimento (1 ÷ 10)	**0,9455**	**0,9204**
12. Retorno operacional dos investimentos - ROI (7 x 11)	**13,66%**	**15,23%**
ou ROI em R$ milhões	1.271,0	1.374,3
13. Despesas financeiras brutas ref. capital de terceiros	149,1	210,1
14. Economia tributária	(39,4)	(61,9)
15. Despesas financeiras líquidas ref. capital de terceiros (13 - 14)	**109,7**	**148,2**
16. Tx. média de remuneração do capital de 3ºs líquida efeito tributário (15 ÷ 8)	**6,56%**	**7,95%**
17. Participação do capital de terceiros (8 ÷ 10)	**17,99%**	**20,66%**
18. Tx. remuneração capital do capital próprio considerando beta 0,628	**12,00%**	**12,00%**
19. Participação do capital próprio (9 ÷ 10)	**82,01%**	**79,34%**
20. Custo médio ponderado de capital - CMPC (16 x 17 + 18 x 19)	**11,02%**	**11,16%**
ou CMPC em R$ milhões	1.025,3	1.007,0
21. Ativo operacional líquido	**12.634,2**	**12.359,5**
22. Passivo de funcionamento	**(3.330,0)**	**(3.335,9)**
23. Investimento a remunerar	**9.304,2**	**9.023,6**
VEA ou EVA (12 - 20 x 23)	**245,6**	**367,3**

Quadro 3.22: Cálculo do EVA (Economic Value Added) da Copel – 2009
Fonte: Relatório Anual de 2009 da Copel

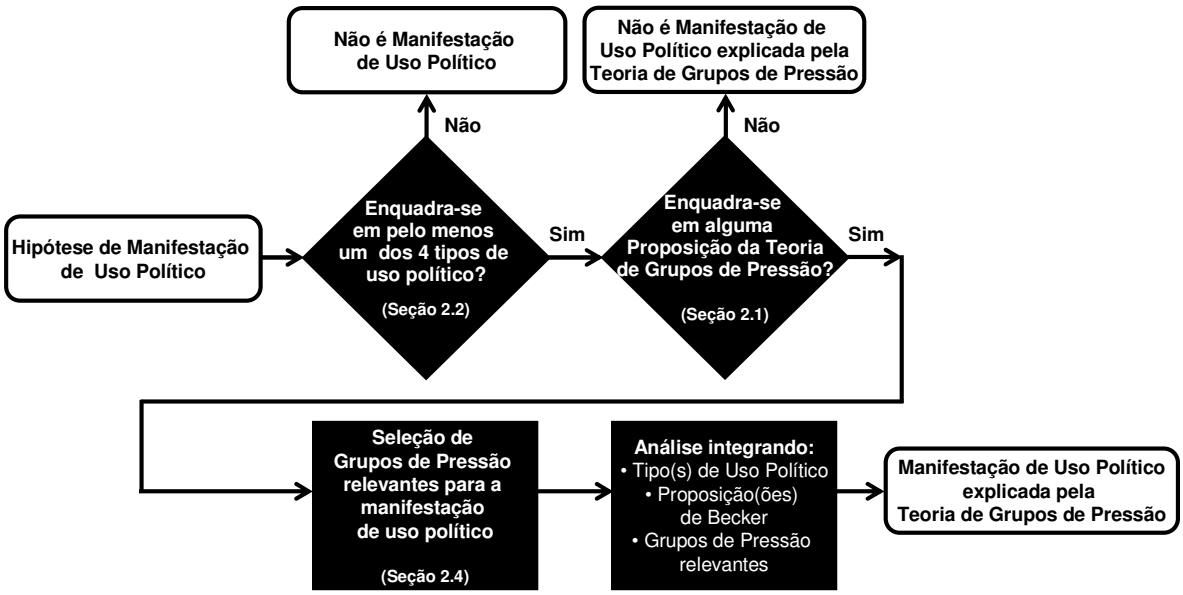
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ECONÔMICO ADICIONADO - VEA ou EVA
Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009
(Valores expressos em milhões de reais)

	Consolidado	
	2010	**2009**
1. Receita operacional líquida	6.901,1	6.250,1
2. Custos e despesas operacionais	(5.968,1)	(5.207,0)
3. Resultado de equivalência	99,3	14,3
4. Receitas financeiras	652,2	337,4
5. IR e CS sobre os lucros gerados pelos ativos	(452,0)	(330,2)
6. Lucro operacional gerado por ativos líquido de tributos	**1.232,5**	**1.064,6**
7. Margem operacional (6 ÷ 1)	**0,1786**	**0,1703**
8. Capital de terceiros	1.985,2	1.673,4
9. Capital próprio	10.381,4	9.920,6
10. Investimento a remunerar (8 + 9)	**12.366,6**	**11.594,0**
11. Giro do investimento (1 ÷ 10)	**0,5580**	**0,5391**
12. Retorno operacional dos investimentos - ROI (7 x 11)	**9,97%**	**9,18%**
ou ROI em R$ milhões	1.259,4	1.085,3
13. Tx. média ponderada de remuneração do capital de 3ºs	**9,87%**	**8,57%**
14. Participação do capital de terceiros (8 ÷ 10)	**16,05%**	**14,43%**
15. Tx. remuneração capital do capital próprio	**12,00%**	**12,00%**
considerando beta 0,4298		
16. Participação do capital próprio (9 ÷ 10)	**83,95%**	**85,57%**
17. Custo médio ponderado de capital - CMPC ou wacc (13 x 14 + 15 x 16)	**11,66%**	**11,51%**
ou CMPC em R$ milhões	1.472,9	1.360,8
18. Ativo operacional líquido	**17.210,7**	**15.937,5**
19. Passivo de funcionamento	**(4.578,4)**	**(4.115,1)**
20. Investimento a remunerar	**12.632,3**	**11.822,4**
VEA ou EVA ((12 - 17) x 20)	**(213,5)**	**(275,5)**

Quadro 3.23: Cálculo do EVA (Economic Value Added) da Copel – 2009
Fonte: Relatório Anual de 2010 da Copel

3.7 Uso Político na Copel à Luz da Teoria de Grupos de Pressão

A metodologia para análise de uso político proposta no Quadro 2.6 do Capítulo 2 – e reproduzida abaixo – será aplicada ao episódio estudado ao longo desse Capítulo 3:



Dessa forma:

- A hipótese de manifestação de uso político que será testada é o represamento tarifário imposto à Copel pelo governador do Paraná.

- Ao ser submetida ao primeiro teste/filtro ("Hipótese enquadra-se em pelo menos um dos 4 tipos de uso político?"), a hipótese se enquadra em dois dos critérios de conceituação de "Uso Político" (seção 2.2, Quadro 2.3):

b) Uso Político Tipo 2 – "Benefício Definido, Custo Indefinido": quando uma ação que afeta o setor promove benefícios muito bem definidos e quantificados para alguns grupos de interesses sem que haja transparência sobre o custo que tal ação representa e muito menos sobre quais grupos responderão pelo seu custeio.
Exemplos: isenções, reduções e subsídios tarifários gerais ou para classes de consumidores.

c) Uso Político Tipo 3 – "Subsídio do Setor Elétrico para o Estado": quando o Setor Elétrico é visto como fonte de viabilização de objetivos externos ao próprio setor, sendo

usado como fonte de recursos para projetos políticos.

Exemplos: contenção de tarifas para reduzir impacto inflacionário a despeito da não sustentabilidade no longo prazo de tais tarifas; tributação em níveis elevados sobre o setor com vistas à transferência de recursos para o caixa do Estado, a despeito da diminuição de competitividade e da própria redução da capacidade de expansão e manutenção do setor.

- Ao ser submetida ao segundo teste/filtro ("Hipótese enquadra-se em alguma proposição da Teoria de Grupos de Pressão?"), a hipótese se enquadra nas seguintes proposições de Gary Becker (seção 2.1, Quadro 2.1):

Proposição 1	**Um grupo que se torna mais eficiente na produção de pressão política é mais capaz de reduzir seus impostos ou aumentar seus subsídios.**
Corolário da Proposição 1	A eficácia política de um grupo não é determinada pela sua eficiência absoluta, mas por sua eficiência relativa a outros grupos de pressão.
Proposição 3	▪ Grupos bem-sucedidos politicamente tendem a ser pequenos em relação aos grupos tributados que viabilizam os pagamentos dos subsídios que beneficiam os primeiros.

Como a hipótese sobreviveu aos dois testes/filtros anteriores, parte-se então para a seleção dos grupos de pressão relevantes para a análise da manifestação (seção 2.4, Quadro 2.5) e para a análise que integra os três elementos (tipos de uso político, proposições da Teoria de Grupos de Pressão de Gary Becker e grupos de pressão relevantes). Esta tarefa é cumprida nos parágrafos seguintes.

Além dos grupos políticos interessados nos dividendos eleitorais advindos da "simpatia" da maioria da população com base no "desconto tarifário" (população incapaz de visualizar a material destruição de valor para o Tesouro do estado do Paraná promovida pelo represamento tarifário, destruição que em última instância afeta os mais pobres que consomem menos energia e que mais precisam dos recursos do Tesouro), havia grupos econômicos – consumidores industriais, por exemplo – que obviamente receberam de forma positiva tal "política" que representou um subsídio explícito às suas atividades produtivas e que, conforme detalhado na seção 3.5, <u>implicou uma transferência de renda bilionária de contribuintes para consumidores</u>.

Os grupos que foram prejudicados pelo represamento (acionistas minoritários, diretamente, e toda a população paranaense, indiretamente, porque não pode contar com recursos bilionários para as áreas de saúde, educação e seguranças, por exemplo) não dispunham de ferramentas capazes de produzir pressão política de forma tão eficiente quanto a máquina governamental liderada pelo ex-governador Requião, que recentemente, como senador da República, deu demonstrações documentadas de sua dificuldade em interagir com grupos dissonantes de suas políticas e opiniões, incluindo a imprensa[14].

Impressiona, no entanto, a baixa repercussão, em nível nacional, de manifestações dos acionistas minoritários que foram contra a política de represamento tarifário, manifestações formalmente expressas em assembleias como a realizada em 23 de julho de 2009 (Centésima Septuagésima Sexta Assembleia Geral Extraordinária da Copel), cuja ata é parcialmente reproduzida abaixo com alguns trechos sublinhados por sua relevância:

... os Acionistas (acionistas minoritários anteriormente listados: detentores de ADRs, BNDES Participações, Franklin Templeton Investment Funds, Templeton Global Investment Trust, Green HG Fund, e vários fundos ligados ao CSHG), votam pela aplicação do reajuste tarifário equivalente ao limite autorizado pela ANEEL em 23 de junho de 2009 e rechaçam o proposto pela maioria dos membros do Conselho de Administração relativo à "concessão de desconto equivalente ao aumento médio da respectiva classe de consumo, para todos os consumidores cativos finais de energia adimplentes da Copel Distribuição S.A. que pagarem pontualmente as correspondentes faturas mensais", conforme consta no sumário da ata da 90ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração da COPEL, realizada em 17 de julho de 2009.

Para votarem nesse sentido, os Acionistas levaram em consideração o voto contrário dos conselheiros de administração independentes em relação a esse item, devido ao prejuízo imposto à Copel caso as tarifas de energia elétrica da Copel não sejam integralmente reajustadas nos termos definidos pela ANEEL. Os Acionistas tiveram acesso ao voto do Conselheiro de Administração Jorge Lepeltier e verificaram que se as tarifas não forem reajustadas nos termos autorizados pela ANEEL, a Copel será altamente prejudicada, conforme consta no Anexo II do voto do referido conselheiro (que reflete o estudo da administração da companhia a respeito do impacto financeiro advindo da aplicação do desconto proposto nesta Assembléia Geral de acionistas).

Ademais, os Acionistas acreditam que a falta de repasse aos consumidores do reajuste tarifário não atende ao interesse público ao qual a COPEL está subordinada, pois compromete a manutenção das atividades da companhia e obsta a persecução do seu objeto social uma vez que não retribui adequadamente a utilização do serviço público prestado pela companhia e compromete a própria manutenção das suas atividades.

[14] Correio Braziliense, 26/04/2011: "***Roberto Requião agride jornalista nas dependências do Senado.*** *O senador Roberto Requião (PMDB-PR) tomou e apreendeu o material de trabalho de um repórter que o entrevistava nas dependências do Senado. O jornalista Victor Boyadjian, da Rádio Bandeirantes, questionou o parlamentar sobre a aposentadoria vitalícia que ele recebe do governo do Paraná, em virtude dos mandatos exercidos no comando do estado. O contexto da pergunta era o posicionamento do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o pagamento de benefícios a ex-governadores, julgamento que voltará à pauta da Corte neste semestre. Requião tirou o gravador das mãos do repórter e seguiu com o material para seu gabinete. O jornalista recorreu à Polícia Legislativa do Senado para reaver o equipamento, mas os agentes disseram que apenas o corregedor da Casa teria poderes para interpelar um parlamentar. Após a insistência do repórter no gabinete do parlamentar, o gravador foi devolvido, mas sem o cartão de memória em que o profissional guardava a entrevista de Requião e outras gravações feitas ao longo da segunda-feira para reportagens da rádio. O Correio procurou o gabinete do senador paranaense, mas o ex-governador não quis se pronunciar.*"

Em 23 de junho de 2009, a Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") autorizou a Companhia Paranaense de Energia ("COPEL") a promover um reajuste médio de 18% em suas tarifas de forncecimento de energia elétrica. ... o índice final do reajuste corresponderia a um efeito médio de 12,98%. No entanto, seguindo orientação do governo paranaense, a administração da COPEL manifestou intenção de rejeitar o reajuste autorizado pela ANEEL, aprovando reajuste de apenas 5% nas faturas de energia elétrica, de modo a manter a mesma tarifa do ano anterior, e reiterando prática já adotada no passado, no período compreendido entre 2003 e 2006.

De acordo com notícias veiculadas pela administração da companhia, a adoção desta posição se baseia no entendimento de que a referida medida aumentaria o poder de competição da indústria paranaense, auxiliando na manutenção do nível de empregos e na elevação da qualidade de vida da população, e, ainda, servindo como diferencial para a atração de novos investimentos, especialmente diante do atual momento de instabilidade decorrente dos efeitos da crise econômica internacional.

Todavia, em última instância a decisão sobre a adoção ou não desta medida cabe à presente Assembléia Geral. A COPEL é uma sociedade de economia mista... . Não se discute que as sociedades de economia mista que prestam um serviço público em regime de concessão, como a COPEL, em função do interesse público envolvido, devem observar algumas condições especiais, elencadas no artigo 6º da Lei n. 8.987/95. São elas: regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia e modicidade das tarifas. Por outro lado, embora tanto sua finalidade como seu capital majoritário sejam públicos, não se pode atribuir às sociedades de economia mista caráter puramente público. (...)

Pode-se concluir, também, que a finalidade pública não derroga a necessidade de exercício, pela sociedade de economia mista, de sua atividade de forma lucrativa, o que é da essência de qualquer sociedade anônima (artigo 2º da Lei n. 6.404/76), mesmo aquelas controladas pelo poder público. (...)

De raciocínio semelhante parte o hoje Ministro do Supremo Tribunal Federal, Eros Grau que, ao tratar da função social e da lucratividade das empresas sob controle do estado, concluiu que "ainda que não sejam constituídas para produzir lucros, esse – a lucratividade delas – é efeito decorrente da sua própria existência". (...)

Desta forma, não há nada que justifique a restrição da lucratividade desta sociedade quando a mesma estiver atendendo o interesse público.

No caso da COPEL, o controle acionário é exercido pelo Estado do Paraná, que detém 58,6% do capital social e, de acordo com o Contrato de Concessão n. 46/99, a COPEL é titular de uma concessão destinada à exploração do serviço público de distribuição de energia elétrica.

O interesse público que justifica a própria existência da COPEL é a distribuição de energia elétrica de forma que atenda, conforme já acima mencionado, a regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade e cortesia dos serviços, além da modicidade das tarifas. Esse último elemento deve ser ponderado diante de todos os demais.

O interesse público não se verifica apenas na modicidade das tarifas, sob pena de se inviabilizar a expansão e a qualidade dos serviços, ou, até mesmo, a própria existência da companhia. O próprio Superior Tribunal de Justiça (AgRg 2005/0126743-9) já manifestou entendimento no sentido de que "o interesse público não se resume à contenção de tarifas, sendo evidenciado também na continuidade e qualidade do fornecimento de energia".

O acionista controlador está confundindo o interesse público - possivelmente justo - de subsidiar a atividade local, e que pode ser custeado pelo próprio Estado do Paraná, por meio, por exemplo, de subsídios, com o interesse público que motivou a criação da companhia: a prestação de serviços de distribuição de energia elétrica.

A título de exemplo, uma das medidas que o controlador poderia tomar para que as tarifas fossem reduzidas, sem atentar contra os direitos dos acionistas da companhia, seria reduzir a alíquota do ICMS que incide sobre a distribuição de energia elétrica no setor industrial, já que a alíquota cobrada no Estado do Paraná está entre as mais altas do país.

É claro que, como acima dito, a modicidade das tarifas também deve ser, na medida do possível, atendida quando da prestação de um serviço público. Mas no caso do serviço de distribuição de energia elétrica cabe à ANEEL, e não à COPEL ou ao Estado do Paraná, definir, sob o ponto de vista do interesse público, quando tal modicidade está ou não sendo atingida.

De qualquer modo, cabe destacar que as tarifas cobradas pela COPEL pela distribuição de energia elétrica já estão entre as mais baixas do país.

Outro indicativo que de que o reajuste de apenas 5% poderia prejudicar a companhia é o fato de que ela vem anualmente pagando apenas os dividendos mínimos obrigatórios, sob o argumento de que necessita de recursos excedentes para a realização de investimentos.

Isso evidencia a necessidade da companhia de obter novos recursos para o fim de atender ao verdadeiro interesse público para o qual foi criada: a prestação adequada dos serviços de distribuição de energia elétrica.

Caso o acionista controlador insista em votar pela não aprovação do reajuste tarifário na forma do autorizado pela ANEEL, estará votando contra o interesse da companhia, sem atingir o interesse público que justificou sua criação (adequada prestação do serviço de distribuição), e sequer atingindo o interesse público que afirma querer proteger (aumento da competitividade da indústria paranaense).

Conforme dispõe o artigo 238, da Lei n. 6.404/76, o Estado, ao assumir a posição de acionista controlador, submete-se aos deveres atribuídos aos acionistas controladores nos termos dos artigos 116 e 117, da Lei n. 6.404/76.

Na forma do parágrafo único, do artigo 116, "o acionista controlador deve usar o poder com o fim de fazer a companhia realizar o seu objeto e cumprir sua função social, e tem deveres e responsabilidades para com os demais acionistas da empresa, os que nela trabalham e para com a comunidade em que atua, cujos direitos e interesses deve lealmente respeitar e atender".

A alínea "c", do parágrafo primeiro do artigo 117, por sua vez, qualifica como modalidade de exercício abusivo de poder a "[...] adoção de políticas ou decisões que não tenham por fim o interesse da companhia e visem a causar prejuízo a acionistas minoritários, aos que trabalham na empresa ou aos investidores em valores mobiliários emitidos pela companhia".

O objetivo do Estado do Paraná de promover o desenvolvimento do seu Estado é louvável, contudo, caso utilize sua participação majoritária na COPEL como veículo para implementar medidas de cunho político, obrigando os demais acionistas a financiarem tais políticas, o Estado do Paraná estará, na realidade, exercendo o seu controle de forma abusiva.

Diante do exposto, votam os acionistas signatários no sentido de que seja aplicado pela COPEL o reajuste tarifário equivalente ao limite autorizado pela ANEEL, informando que, caso o Estado do Paraná decida por usar seu poder de controle com infração ao disposto nos artigos 116 e 117, da Lei n. 6404/76, ficará sujeito a reparar a sociedade e os acionistas minoritários pelos danos que vier a causar.

Quadro 3.24: Trechos da Ata da 176ª Assembleia Geral Extraordinária da Copel
Fonte: Copel, grifo do autor

Portanto, a combinação dos elementos metodológicos anteriores posiciona esta hipótese como forte candidata a uma manifestação de uso político pelas seguintes razões:

1) O episódio é um clássico exemplo de dois tipos de uso político:

- Uso Político Tipo 2: "Benefício Definido, Custo Indefinido"; e
- Uso Político Tipo 3: "Subsídio do Setor Elétrico para o Estado".

2) O represamento mapeia perfeitamente duas proposições de Becker:

- Proposição 1: "Um grupo que se torna mais eficiente na produção de pressão política é mais capaz de reduzir seus impostos ou aumentar seus subsídios";

- Proposição 3: "Grupos bem-sucedidos politicamente tendem a ser pequenos em relação aos grupos tributados que viabilizam os pagamentos dos subsídios que beneficiam os primeiros."

3) Os grupos de pressão beneficiados e prejudicados são identificáveis:

- Grupos de pressão beneficiados: Governador Requião e seus aliados políticos (benefícios eleitorais com base no populismo tarifário); e consumidores industriais (produção subsidiada pelas tarifas de energia represadas).

- Grupos de pressão prejudicados: o Tesouro do Estado paranaense (que é o acionista majoritário da Copel) e, portanto, a população paranaense em geral (o efeito líquido "desconto tarifário – perda de recursos do Tesouro paranense" é negativo para a maioria da população, formada por consumidores residenciais que obtiveram o desconto tarifário mas que não consomem tanta energia e que seriam mais beneficiados com mais recursos do Estado direcionados para áreas como saúde, educação e segurança); e acionistas minoritários da Copel.

Além do suporte metodológico acima, o uso político ficou bem caracterizado conforme apontado pelos acionistas minoritários na 176ª Assembleia Geral Extraordinária:

- A alegada defesa da indústria poderá se refletir numa séria armadilha no futuro: falta de recursos da Copel – recursos derivados exclusivamente da tarifa regulada pela Aneel – para fazer frente aos investimentos em expansão da concessionária, colocando sob a risco as atividades produtivas e geradoras de emprego que o governador alegava defender.

- Em outras palavras, para justificar o represamento tarifário foi colocado peso total na dimensão "modicidade tarifária" (já relativamente adequada no Paraná, em comparação com as demais concessões de distribuição no Brasil), e colocadas de lado outras

dimensões que definem um serviço público em regime de concessão: regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade.

- É explicitamente contraditória a tomada de decisão governamental de abrir mão de uma tarifa autorizada pelo regulador quando o mesmo governo vinha há anos pagando apenas os dividendos mínimos obrigatórios, sob o argumento de que necessita de recursos excedentes para a realização de investimentos. Afinal: há ou não há excedente que permita políticas voluntaristas?

- Se o real interesse do governador fosse o de reduzir a tarifa de energia e ajudar a indústria, haveria uma maneira mais legal e mais eficaz: a redução da alíquota de ICMS sobre a energia. Isso não prejudicaria a Copel, não geraria perturbações regulatórias e seria uma ação totalmente dentro das prerrogativas legais do governador.

- Na prática, e como ficou documentado em suas inúmeras declarações, o que Requião buscava era uma mensagem de forte apelo eleitoral: a redução da conta de luz em favor dos consumidores (seus eleitores), a despeito de "outros interesses". Esta é uma clássica abordagem do populismo discutido na Seção 2.1, onde o governador buscou se posicionar como o "Estado" que teria o papel de exercer a mediação entre "as elites" (acionistas "capitalistas" da Copel) e "o povo" (consumidores), sem em nenhum momento comunicar com transparência que os prejudicados por sua política seriam os 100% da população paranaense, que, como contribuintes do estado, são os verdadeiros controladores da Copel, e não os "capitalistas" minoritários.

- A seguinte declaração de Requião[15] quando o novo presidente da Copel (apontado pelo governador Orlando Pessuti, que o sucedeu em 2010) anunciou o fim dos chamados "descontos tarifários" revela a essência da estratégia de comunicação populista: "*Não tem cabimento aumentar a tarifa da Copel para valorizar suas ações. ... Festa com chapéu público não*". Caberia ao ex-governador explicar ao seu eleitorado quem foi o responsável pela perda de bilhões do Tesouro paranaense gerada por sua política de

[15] Jornal do Estado (09/07/2010): "...**Tensão** – A confirmação do aumento se dá no momento em que as tensões entre o governador Orlando Pessuti e o ex-governador Roberto Requião se agravaram. ... Pelo twitter, Requião criticou ontem o reajuste das tarifas da Copel. "Não tem cabimento aumentar a tarifa da COPEL para valorizar suas ações", afirmou. "Enquanto se discute investir dinheiro público para Copa em Curitiba, Copel anuncia aumento de 15%. Festa com chapeu público não", condenou.

represamento tarifário. Esta sim, uma festa com dinheiro público documentada e materialmente imputada ao povo paranaense.

CAPÍTULO 4 – Loteamento Político e a Eletrobras

"People have always told me I said the things they were thinking themselves. I probably haven´t said anything here that you didn´t already know, or haven´t already thought. That´s what a writer does. I believe that if all the truth were known about everything in the world, it would be a better place to live.

Andy Rooney, em declaração de encerramento de sua carreira de 33 anos como jornalista do programa "60 minutes" da CBS

Este capítulo estudará diversas hipóteses de manifestação de uso político que têm afetado, ao longo das últimas décadas, as atividades empresariais da Eletrobras, estatal federal com atividades de geração, transmissão e distribuição de energia.

Após uma discussão conceitual sobre as diferentes respostas que economistas têm dado sobre a histórica questão "Propriedade Estatal *versus* Propriedade Privada" (Seção 4.1), as seguintes hipóteses serão analisadas:

- Loteamento de cargos e apropriação da Eletrobras por partidos políticos (Seção 4.2);
- Operações ineficientes, governança frágil e rentabilidade baixa (Seção 4.3).

A Seção 4.4 fecha o capítulo com a análise de uso político na Eletrobras pela aplicação da metodologia proposta no Capítulo 2 e à luz da Teoria de Grupos de Pressão de Gary Becker.

4.1 Propriedade Estatal versus Propriedade Privada

O propósito desta seção é desmistificar e, principalmente, "desideologizar" o histórico embate entre empresas estatais e privadas, assunto eivado de preconceitos nos dois extremos: de um lado, defensores de estatais atacam a ação privada com base em opiniões e teses corporativistas nem sempre suportadas por fatos; e, de outro lado, defensores de empresas privadas frequentemente condenam as estatais – a hipótese da eficiência é sempre a vertente preferida – mais baseados em consequências derivadas de uso político do que em fragilidades intrínsecas do modelo estatal.

Em suma, os dois lados tendem a abusar de abordagens ditadas pelo preconceito e corporativismo, com pouco investimento em tempo e em análises factuais. Esse cenário de "muita opinião, pouca informação" só acentua uma rivalidade que parece ser ultrapassada e contraproducente: os dois mundos podem e devem conviver de forma harmoniosa e eficiente, aproveitando as vantagens de cada um dos modelos. Algumas das parcerias que já são realidade no setor confirmam esta opinião.

Como as próximas seções apontarão diversas manifestações de uso político que têm destruído o potencial de geração de valor da maior estatal do Setor Elétrico Brasileiro, é importante oferecer uma perspectiva histórica para a discussão maior "estatal *versus* privado" – discussão que, como veremos, não começou há pouco tempo – e, principalmente, preparar o terreno para uma tese importante para os objetivos deste trabalho.

A tese, de forma simplificada e preliminar, é a seguinte: com raras exceções, os principais responsáveis pela destruição de valor nas estatais <u>não</u> são seus gestores, mas os políticos que usam as estatais como instrumentos para seus projetos pessoais e eleitorais e como fontes de poder econômico e político. Tratar essa realidade, que raramente é apresentada com essas palavras, é um dos desafios do capítulo 5, que discutirá estratégias para bloquear o uso político nas estatais.

Andrei Shleifer[16] (1998), por exemplo, oferece relevantes contribuições para o dilema "estatal *versus* privado" em seu artigo "*State versus Private Ownership*", texto em que ele discute de forma ampla a questão "Quais bens e serviços devem ser providos pelo governo, em oposição a agentes privados?". Segundo o autor, embora o tema seja antigo, as respostas que economistas têm dado para a questão variam ao longo do tempo.

Cinquenta anos atrás, os economistas não hesitavam em favorecer a propriedade estatal de empresas quando havia a mínima suspeita de falhas de mercado:

- o prêmio Nobel de Economia de 1979, Arthur Lewis, preocupado com o poder de monopolistas, defendia a "nacionalização" (eufemismo para estatização) de terras, minérios, serviços telefônicos, seguros e a indústria automobilística (Lewis, 1949);
- o prêmio Nobel de Economia de 1977, James Meade, por razões semelhantes, era a favor da "socialização" dos setores produtivos de ferro, aço e químico (Meade, 1948);
- o prêmio Nobel de Economia de 1988, Maurice Allais, advogava a "nacionalização" de algumas empresas em todos os setores para facilitar a comparação entre a propriedade estatal e privada (Allais, 1947).

Ainda segundo Shleifer, os pontos de vista dos economistas acima faziam parte de uma discussão mais abrangente – e que reinou entre os anos 1930 e 1940 – sobre "Capitalismo", "Socialismo" e o papel do "Planejamento" numa economia de mercado. Havia os que defendiam o Socialismo (Lange, 1936; Lerner, 1944); os que se opunham ferozmente ao Socialismo (Hayek, 1944; Jewkes, 1948); e, ainda, aqueles que, de forma relutante, admitiam que o Socialismo apresentava problemas, mas era um caminho inevitável porque o Capitalismo estava chegando aos seus dias finais (Schumpeter, 1942).

A falta de aversão à propriedade estatal permitiu, no mundo pós-Segunda Guerra Mundial, que o Estado assumisse um enorme papel na produção mundial, assumindo o controle de terras, minas, fábricas, bancos, hospitais e escolas, mesmo em economias consideradas "de mercado". E na maioria dos países em desenvolvimento houve a opção de controle estatal nos setores considerados "estratégicos".

[16] O Professor Andrei Shleifer, à época de publicação desta tese, era o economista mais citado do mundo segundo o RePEc (Research Papers in Economics).

A partir da década de 1990, no entanto, houve um movimento pendular no sentido oposto, onde governos de países que operam sob as regras "de mercado" optaram pela privatização de setores como de aço e siderurgia, telecomunicações, energia e serviços financeiros. O Comunismo havia colapsado ao redor do mundo e poucos economistas, com raras exceções como a de Milton Friedman (1962), anteciparam a magnitude de tal colapso.

Uma das manifestações mais recentes sobre o tema é documentada no relatório preparado pelo Banco Mundial (1995) intitulado "*Bureaucrats in Business: The Economics and Politics of Government Ownership*". Logo na introdução do estudo[17] lê-se:

> Governos de países em desenvolvimento e em transição têm empenhado-se para promover reformas em suas economias. No entanto, e especialmente nos países mais pobres, alguns setores econômicos têm sido teimosamente resistentes a reformas. Este relatório lida com um dos itens mais importantes [de tais reformas]: empresas estatais ineficientes e deficitárias que são um significativo peso sobre os orçamentos e sobre os escassos recursos em muitos países. Tais empresas prejudicam o crescimento, impedem a liberalização de mercado e, portanto, direta e indiretamente limitam os esforços voltados à redução da pobreza.

O mesmo relatório diagnostica as causas da resistência acima com respostas para a pergunta "Por que governos não têm privatizado ou reformado suas estatais"? Porque reformas implicam custos políticos: como o vetor político é tão inerente a processos de reforma, uma conclusão-chave foi que obstáculos políticos definiram as principais razões para os limitados avanços das reformas.

Apesar de tais obstáculos, houve sensível aumento da atividade de privatização quando são comparados dois períodos: enquanto houve 696 transações no período 1980-1987 (136 na América Latina), documentou-se 2.655 privatizações no período 1988-1993 (561 na América Latina). O volume financeiro foi de 270 bilhões de dólares, sendo que a América Latina totalizou transações de 96 bilhões de dólares (Banco Mundial, 1995).

---

[17] O estudo analisa doze países: nove com economias "de mercado" e em desenvolvimento (Chile, Egito, Gana, Índia, México, Filipinas, Coréia do Sul, Senegal e Turquia) e três com economias "em transição" (China, República Checa e Polônia).

Mais relevante que o número de transações é a natureza das empresas estatais privatizadas na comparação acima: apesar da baixa disponibilidade de dados para o primeiro período, evidências apontam que no primeiro período as vendas envolveram tipicamente pequenas estatais nos setores agrário e de serviços, enquanto no segundo período as transações abrangeram setores de maior porte como o de eletricidade, água, transportes, telecomunicações e serviços financeiros.

É relevante notar a limitação que os autores do Banco Mundial dão aos papéis dos burocratas estatais:

> Burocratas tipicamente têm desempenho pior no mundo empresarial[18] não porque eles são incompetentes (eles não são) mas porque eles enfrentam objetivos contraditórios e incentivos perversos que podem distrair e desencorajar até mesmo os mais capazes e dedicados servidores públicos. O problema não está nas pessoas, e sim no sistema. O problema não são os burocratas em si, mas sim as situações em que eles se colocam como burocratas atuando no mundo empresarial.

A limitação acima é importante porque facilita análise "despersonalizadas" desta questão que carrega tonalidades tão ideológicas. No Setor Elétrico Brasileiro, por exemplo, são inúmeros os casos (Anexo II) que demonstram que, a despeito da qualidade gerencial dos diretores de estatais, os mesmos são submetidos a pressões políticas insuportáveis que acabam levando as estatais sob seu comando a desempenhos operacionais e financeiros inferiores a empresas privadas comparáveis.

O fraco desempenho operacional e financeiro de estatais acaba sendo sendo um dos maiores e melhores argumentos adotados por movimentos pró-privatização. Esta argumentação, no entanto, precisa ser empregada com muito cuidado e não pode ser generalizada porque:

- como a principal causa de destruição de valor em estatais é a atuação de políticos; e
- como em empresas privadas a atuação política é dramaticamente reduzida em várias dimensões que seriam destruidoras de valor em estatais (exemplos: na distribuição de

[18] A expressão 'mundo empresarial' é tradução livre para a palavra 'business' empregada no texto original.

energia empresas privadas não têm nenhum incentivo para praticar populismo tarifário; na geração de energia não há nenhuma razão para assumir projetos com retorno sobre o capital inferior ao custo de capital);

- não é possível concluir automaticamente que uma empresa será mais eficiente apenas porque ela transitou de uma gestão estatal para uma gestão privada uma vez que numa privatização se retira da gestão privada o peso da principal causa de destruição de valor que pesava sobre a então estatal – o peso-morto dos políticos.

A análise requer mais profundidade e as críticas do modelo estatal compreendem algumas escolas de pensamento (Shirley, 1999):

- a literatura baseada no "Direito de Propriedade" sugere que quando uma empresa não tem nenhum "requerente residual"[19] – situação na qual não há nenhum indivíduo ou grupo com um direito claramente especificado para requerer benefícios ou excedentes – ela será operada de forma menos eficiente. De acordo com esta linha de pensamento, como ninguém pode se beneficiar de forma clara a partir da operação eficiente de empresas estatais, ninguém estará fortemente motivado para imputar responsabilidade gerencial sobre a direção da empresa no que se refere ao seu desempenho. Além disso, como não há risco, a partir de forças do mercado, de perda de controle corporativo – risco presente para empresas privadas –, os gestores estatais não se sentem ameaçados e teriam poucos incentivos para maximizar seus resultados (Vickers and Yarrow, 1988).
- a teoria de "Escolhas Públicas"[20] sugere que gestores públicos, burocratas e políticos usarão seu controle sobre as empresas estatais para beneficiar seus próprios interesses em detrimento da eficiência das estatais (Buchanan, Tollison and Tullock, 1980; Niskanen, 1971).

A tese da maior eficiência privada já era defendida por Adam Smith (1776) em seu "The Wealth of Nations"[21]:

> Em toda grande monarquia européia, a venda de terras da Coroa produziria uma grande soma de dinheiro que, se aplicada ao abatimento de dívidas públicas,

[19] Tradução livre para "*residual claimant*".
[20] Tradução livre para "*Public Choice*".
[21] Tradução livre para "*In every great monarchy in Europe the sale of the crown lands would produce a very large sum of money, which, if applied to the payment of public debts, would deliver a much greater revenue than any of those lands have ever afforded to*

> produziria uma receita muito maior do que qualquer uma daquelas terras poderia ter entregue à Coroa... Se as terras da Coroa se tornassem propriedade privada, elas seriam, ao longo dos anos, aprimoradas e melhor cultivadas .

Pode-se derivar que Smith usa acima o clássico duplo argumento pró-privatização: a transferência estatal-privada não somente retira um peso das costas do Estado – via interrupção de uma operação ineficiente e via obtenção de recursos da venda que podem ser usados para diminuir a dívida pública – mas também beneficia o Estado com os frutos de uma operação privada mais eficiente que gera maior produção e, por causa dessa maior produção, maior arrecadação de impostos sobre a produção.

Formulações mais atuais sobre as vantagens da privatização incluem a alta correlação entre incentivos e desempenho, como coloca Moore (1986):

> A privatização aumenta a eficiência produtiva mesmo quando não há um monopólio envolvido. Pressões dos acionistas que buscam maiores retornos sobre seu investimento – pressão que é ainda maior quando tais acionistas são gerentes ou empregados da empresa – oferecem incentivos claros para que empresas privatizadas organizem seus processos internos da forma mais eficiente possível e busquem o máximo de competitividade junto a seus fornecedores.

Dito isso, o debate teórico puro tem sido inconclusivo, e, de acordo com Yarrow (1986) "não se pode ter a expectativa de concluir que uma forma de propriedade será superior à outra em todos os setores e em todos os países". No entanto, a literatura empírica em países em desenvolvimento tem, de forma geral, favorecido empresas privadas em mercados competitivos.

Segundo o Banco Mundial (1995), comparações entre estatais e privadas têm sido equivocadas por falhas em ajustes ligados a diferenças que não tem a ver com o tipo de propriedade. O uso político sobre as estatais parece ser um dos ajustes mais relevantes que deveriam ser feitos em tais comparações. Enquanto Millward e Parker (1983) defenderam que seria impossível chegar a conclusões com base nos estudos até então publicados, trabalhos mais recentes (Megginson, Nash and van Randeborgh, 1994; Pollitt, 1995; Parker

---

the crown... When the crown lands had become private property, they would, in the course of a few years, become well improved and

and Martin, 1996) que compararam o desempenho de empresas antes e após a privatização têm favorecido a propriedade privada tanto em mercados competitivos quanto em monopólios naturais.

O estudo empírico[22] desenvolvido por Pollitt (1995) em "*Ownership and Performance in Electric Utilities: the International Evidence on Privatization and Efficiency"* propõe, ao fim de seu capítulo 2, conclusões relevantes para este trabalho:

> Neste capítulo demonstramos que há pouca argumentação teórica para supor que, num setor econômico como o elétrico, uma ou outra forma de propriedade [estatal ou privada] será superior. Portanto, fica estabelecida a necessidade de análises empíricas para testar o desempenho relativo das duas formas de propriedade.
>
> No entanto, observamos que a evidência teórica realmente sugere que a propriedade estatal pode ser relativamente mais pobre no que se refere a decisões atreladas a investimentos eficientes. As literaturas das escolas de pensamento sobre 'Direito de Propriedade' e sobre 'Escolhas Públicas' enfatizam processos de decisão mais pobres e a interferência política em decisões de grandes investimentos feitas em empresas estatais .

Nas próximas seções 2.2 a 2.4 ambos os aspectos acima serão levados em conta: manifestações empiricamente documentadas serão exploradas para verificar, sem premissas iniciais sobre a superioridade de uma ou outra forma de propriedade (estatal ou privada), os efeitos do uso político (ou, como alguns preferem, "interferência política" ou "ingerência política") sobre o valor da Eletrobras.

---

well cultivated".

[22] Estudo que envolveu 14 países (Alemanha, África do Sul, Austrália, Canadá, Dinamarca, Estados Unidos da América, França, Grécia, Irlanda, Itália, Nova Zelândia, Reino Unido, Tailândia e Taiwan) e que oferece quatro grandes contribuições em relação a estudos anteriores: 1) adota dados mais recentes (1986 – 1990) enquanto a maioria dos estudos disponíveis usava dados anteriores a 1970; 2) compara desempenhos de empresas em vários países; 3) adota metodologias mais sofisticadas como o DEA (Data Envelopment Analysis), PPA (Parametric Programming Approach), DSA (Deterministic Statistical Approch) e SFM (Stochastic Frontier Method); e 4) robustece a pouca literatura disponível sobre eficiência na transmissão e distribuição de energia elétrica.

4.2 Loteamento de Cargos e Apropriação por Partidos Políticos

No Anexo II são apresentadas 188 matérias publicadas em mais de 20 veículos da imprensa nacional entre agosto de 2004 a outubro de 2011. Não há nenhuma pretensão estatística[23] em relação ao banco de dados que compila mais de 250 páginas com as íntegras das matérias, mas tanto o horizonte de tempo (oito anos) quanto a diversidade da cobertura jornalística podem ser indicadores não desprezíveis a respeito de como o fenômeno de uso político tem se manifestado na história mais recente do Setor Elétrico Brasileiro.

Do total de 188 matérias, obteve-se a seguinte distribuição temática quanto ao uso político:

	Loteamento de Cargos em Estatais	Populismo Tarifário	Governança / Rentabilidade	Corrupção	Apropriação por Partidos Políticos	Uso ou Impacto Eleitoral	Privatização / Estatização
TOTAL DE MATÉRIAS POR CATEGORIA	**74**	**8**	**48**	**22**	**18**	**13**	**5**
Percentual sobre o total de Matérias	***39%***	***4%***	***26%***	***12%***	***10%***	***7%***	***3%***

Quadro 4.1: Uso Político do Setor Elétrico Brasileiro na Imprensa – 2004 a 2011
Fonte: Análise Própria

As três categorias mais capturadas foram:

- Loteamento de cargos em empresas estatais (39%);
- Governança e/ou rentabilidade de empresas estatais (26%);
- Apropriação [de estatais e/ou do Setor Elétrico Brasileiro] por partidos políticos (10%).

Esta seção 4.2 concentra-se na discussão de duas das três categorias mais citadas acima, categorias que respondem por 49% das matérias observadas ao longo do horizonte de coleta dos dados: "Loteamento de Cargos em Estatais" e "Apropriação [de Estatais/do Setor] por Partidos Políticos". A seção 4.3 trata a segunda categoria mais citada: "Governança e ou rentabilidade de empresas estatais".

[23] O banco de dados do Anexo II é uma compilação de matérias publicadas pelos maiores veículos nacionais no horizonte de 2004 a 2011 e, como pode ser observado, há várias limitações estatísticas: veículos regionais e online não foram incluídos, a mesma matéria é coberta no mesmo dia por múltiplos veículos jornalísticos, e há períodos sem inserção de registros no banco de dados (o que poderia ser explicado de várias formas: pela ausência de manifestações de uso político em certos períodos, pela falha de cobertura dos veículos de eventos de uso político que se manifestaram, ou pela falha do autor em capturar a cobertura dos veículos).

A análise das 74 matérias capturadas para "Loteamento de Cargos" (Quadro 4.2) e das 18 matérias capturadas para "Apropriação por Partidos Políticos" (Quadro 4.3) revela alguns aspectos marcantes destes dois fenômenos:

- O loteamento de cargos de estatais e a apropriação do setor e de suas estatais por políticos e partidos políticos não são manifestações recentes.
- A Eletrobras e suas subsidiárias (Chesf, Eletronorte, Furnas, Eletrosul, Eletronuclear, Distribuidoras federalizadas e outras participações) são as grandes vítimas dos políticos no setor elétrico, sendo as mais cobiçadas pelos partidos.
- A cobertura da imprensa tem capturado um crescimento da agressividade dos políticos na disputa por cargos de estatais, com declarações surpreendentemente explícitas sobre as "trocas" envolvidas (as trocas envolvem um mecanismo muito simples: o governo cede cargos em estatais aos partidos políticos e estes retribuem com apoio ao governo federal em votações no Congresso e similares).
- Poucos políticos, de um mesmo partido político, concentram há décadas o poder sobre o setor, com o domínio de oligarquias pouco desafiadas por outras forças políticas. Os tímidos ensaios de outros partidos políticos para diminuir o poder do partido dominante foram rapidamente inibidos. É importante notar que o partido que tem dominado o setor elétrico não é o partido governante, mas o partido que lidera a chamada "base de apoio" ao governo.
- Além dos cargos em diretorias (dezenas de posições), o loteamento se espalha "para cima" – com indicações políticas para cargos em conselhos de administração (outras tantas dezenas de posições bem remuneradas e com responsabilidades difusas) – e "para baixo" – nos chamados "segundos escalões" (centenas de superintendentes e gerentes).
- As matérias revelam o notável despreparo técnico dos indicados políticos: apadrinhados sem formação acadêmica apropriada, experiência profissional irrelevante e histórico pessoal questionável.
- As manifestações recentes do governo federal em encerrar o loteamento de cargos, exigindo perfis técnicos para as diretorias, ainda não produziram efeitos visíveis. Permanece a ausência de critérios objetivos de recrutamento.

Data	Veículo	Título da Matéria
15/abr/05	Gazeta Mercantil	Paulo Figueiredo preside a Eletronuclear
16/mai/05	O Estado de S. Paulo	Partido deve emplacar outra indicação, em Furnas
21/mai/05	O Estado de S. Paulo	Especialista propõe cortar diretores de estatais
24/mai/05	Canal Energia	PTB confirma entrega de cargos na Eletronorte e Eletronuclear
31/mai/05	O Globo	PTB indicou filho de Marinho para Eletronorte
07/jul/05	Folha de S. Paulo	Indicação política faz ações de elétricas caírem
07/jul/05	Jornal do Brasil	Ações: Bolsa reage mal a novo ministro
07/jul/05	O Estado de S. Paulo	PT loteia fundo de pensão de Furnas
11/jul/05	Valor Econômico	Lula começa a trocar comando das estatais
20/ago/05	O Globo	Presidente do fundo Real Grandeza pede demissão
28/ago/05	O Estado de S. Paulo	Postos vagos em estatais atraem cobiça do PMDB
29/ago/05	O Estado de S. Paulo	Planalto usa cargos em fundos e estatais para premiar companheiros
29/ago/05	O Estado de S. Paulo	Casa Civil diz que intenção é 'oxigenar a gestão'
29/ago/05	O Estado de S. Paulo	Farra de gratificações cria salários de até R$ 40 mil
23/jul/07	O Globo	Governistas ainda cobram mais 65 cargos
01/ago/07	O Globo	Lula decide entregar Furnas a Conde e ao PMDB
01/ago/07	O Estado de S. Paulo	Planalto convida Conde para Furnas e dá início a pacote de nomeações
02/ago/07	Folha de S. Paulo	Peemedebista desconhece setor elétrico
10/ago/07	Folha de S. Paulo	CPMF é a moeda de troca
14/ago/07	Valor Econômico	Governo acerta mais seis nomeações
14/ago/07	Gazeta Mercantil	PMDB quer mais cargos em troca de apoio à CPMF
07/set/07	O Globo	PT, PMDB e PP pressionam Planalto por cargos de estatais
27/set/07	Folha Online	PMDB quer Ministério de Minas e Energia para selar paz c/ governo
22/nov/07	O Estado de S. Paulo	PMDB aproveita votação para exigir cargo na Petrobrás
10/jan/08	Folha Online	Lula faz acerto com PMDB e deve dar 15 cargos em troca de apoio
10/jan/08	Folha de S. Paulo	Pedra no caminho
12/jan/08	Correio Braziliense	PMDB tem a força
12/jan/08	O Globo	Dilma blinda setor elétrico
12/jan/08	Folha de S. Paulo	PMDB quer controlar Minas e Energia e enfraquecer Dilma
12/jan/08	Folha de S. Paulo	FHC loteou o ministério até apagão de 2001
12/jan/08	Folha de S. Paulo	Senador diz que "está lendo" sobre energia
12/jan/08	O Estado de S. Paulo	Crise energética dá poder a Dilma e PMDB perde indicação de estatais
12/jan/08	Correio Braziliense	Aberta a corrida por cargos
22/jan/08	Valor Econômico	PT fica com Eletrosul e PMDB deve ocupar Eletrobras e Eletronorte
23/jan/08	Valor Econômico	Técnica, ética e política
24/jan/08	O Globo	Lobão começa loteamento de cargos
29/jan/08	O Estado de S. Paulo	Lula conversa, mas não supera impasse entre Dilma e Lobão
29/jan/08	Valor Econômico	Dilma desbanca Sarney e define comando na Eletrobras
14/fev/08	Correio Braziliense	Indicado fez projetos para usina
06/mar/08	O Globo	Absolvido no TCU, afilhado de Sarney assumirá Eletrobras
06/mar/08	O Estado de S. Paulo	Sarney consegue cargo para afilhado e desiste de licença
11/mar/08	O Estado de S. Paulo	Lobão defende nomeações políticas e cita John Kennedy
26/set/08	Valor Econômico	Conde deixa Furnas mas PMDB do Rio mantém comando
04/mar/09	Revista Veja	Cargos, cargos e mais cargos
02/mai/10	O Globo	Governo abriga ministros e aliados nos conselhos de estatais...
20/dez/10	O Globo	Dilma quer reduzir poder de PMDB em estatais
30/dez/10	O Estado de S. Paulo	PDT quer estatais do setor elétrico, avisa Lupi
30/dez/10	O Estado de S. Paulo	PT avança sobre feudos do PMDB e acirra disputa de segundo escalão
04/jan/11	Valor Econômico	PT e PMDB disputam setor elétrico
04/jan/11	Brasil Econômico	Atuação do governo preocupa setor elétrico
05/jan/11	Valor Econômico	Dilma tenta conter crise com o PMDB
05/jan/11	Folha de S. Paulo	PMDB usa salário mínimo para pressionar por cargos

Data	Veículo	Título da Matéria
06/jan/11	O Estado de S.Paulo	PMDB quer influir em decisões políticas e exige regra para cargos
07/jan/11	O Globo	Cargos de estatais do setor elétrico serão novo alvo da fome de aliados
09/jan/11	Correio Braziliense	Novo governo: Busca por uma vaguinha
09/jan/11	O Estado de S.Paulo	Guerra por 2º escalão envolve 600 cargos e R$ 107 bi de investimento
09/jan/11	O Estado de S.Paulo	Apoio de Sarney em 2002 rendeu frutos
10/jan/11	Valor Econômico	Crise em torno de nomeações deve aumentar
21/jan/11	Valor Econômico	Estatais federais passam a ter empregado no conselho
07/mar/11	O Estado de S.Paulo	PMDB revê tática e evita confrontar Dilma
15/mar/11	O Estado de S.Paulo	Estatais paulistas deram abrigo a aliados de outros Estados
16/mar/11	Folha de S.Paulo	Ex-ministros de Lula ainda mantêm cargos em estatais
10/abr/11	Correio Braziliense	Água na fervura da disputa por cargos
25/abr/11	Época	A vida à espera de uma boquinha
26/jun/11	O Estado de S. Paulo	Nomeador-geral, Sarney dribla as demandas da base
10/jul/11	Correio Braziliense	Ex-ministros buscam refúgio nos conselhos
15/jul/11	Jornaldo Commercio	Aliados recebem vagas em conselhos de estatais
20/jul/11	Revista Istoé	Os olheiros de Dilma
20/jul/11	IstoÉ Dinheiro	Novo rumo para as agências
22/jul/11	Correio Braziliense	Furnas é o alvo
25/jul/11	Valor Econômico	Seis meses depois, Furnas só trocou de presidente
23/ago/11	Folha de S. Paulo	PMDB e PR perdem diretorias em Furnas
23/ago/11	Valor Econômico	PMDB e PR perdem cargos em Furnas
23/ago/11	Valor Econômico	Presidente de Furnas reformula suas diretorias

Quadro 4.2: Loteamento de Cargos no Setor Elétrico Brasileiro – 2004 a 2011
Fonte: Veículos da Imprensa. Análise Própria

Data	Veículo	Título da Matéria
14/abr/05	Jornal do Brasil	Lula faz reforma no varejo
15/abr/05	O Estado de S. Paulo	Demissão na Eletronuclear expõe divergências entre Dirceu e Dilma
28/mai/07	Valor Econômico	Denúncias servem a rearranjos de poder
27/nov/07	O Globo	Sarney trabalha para fazer do aliado Edison Lobão novo ministro de Lula
01/jan/08	Revista Piauí	O consultor
08/jan/08	O Estado de S. Paulo	PMDB espera garantir comando da área elétrica
12/jan/08	O Globo	Aliados ameaçam rebelar-se
25/fev/08	O Globo	'No setor elétrico, só o que sei é ligar a luz'
20/fev/09	Valor Econômico	Sob pressão do PMDB, Furnas vota mudança
25/fev/09	Correio Braziliense	O "país do PMDB"
02/mar/09	Revista Época	Fundo de pensão de Furnas: uma briga de R$ 6 bilhões
28/mai/09	Folha de S. Paulo	Gabrielli nega que Petrobras seja petista e use critérios partidários
20/ago/09	Canal Energia	Decisão sobre localização de usinas nucleares será política, diz Abdan
21/jan/11	Valor Econômico	Governador do AP acusa ministério de retaliação política
21/jan/11	Correio Braziliense	As fissuras, agora, são dentro do PMDB
18/mar/11	Valor Econômico	Depois de intervenção federal, Furnas começa a mudar
25/jul/11	Valor Econômico	Multa às termelétricas do grupo Bertin opôs PT e PMDB
23/ago/11	Valor Econômico	Furnas quer elevar margens e se preparar para renovação de concessões

Quadro 4.3: Apropriação por Partidos Políticos no Setor Elétrico Brasileiro – 2004 a 2011
Fonte: Veículos da Imprensa. Análise Própria

A recente falta de pudor nas indicações políticas e nas trocas entre partidos e o governo dispara um alerta quando se trata da ineficiência que tal fenômeno pode estar gerando para o Setor Elétrico Brasileiro, para o próprio país como um todo e, principalmente, como este uso político sem inibições pode estar levando as próprias estatais a um perigoso caminho sem volta e que, ironicamente, poderá ser o principal argumento para justificar a privatização de empresas "tão ineficientes".

Morgan Bennedsen (1998) defende em seu artigo "*Political Ownwership*" que

> Há, atualmente, um corpo significativo de evidências que documentam a ineficiência de muitas empresas estatais. Os observadores sugerem que tais ineficiências são intimamente relacionadas ao processo político.
>
> Os problemas são majorados pela acentuada separação entre propriedade e controle em empresas estatais: os contribuintes, que são os reais detentores do fluxo de caixa [das estatais], têm influência quase nula sobre o controle dos gestores da estatal.

Para apoiar sua tese, o próprio Bennedsen cita o seguinte trecho do trabalho desenvolvido por Frydman e Rapaczynski (1993):

> A premissa implícita por trás do argumento da efetividade da privatização como um instrumento de despolitização está baseada no fato de que seria mais difícil para o Estado usar seu poder político para beneficiar interesses especiais de certos grupos – que não poderiam atingir seus objetivos via forças de mercado – se o Estado não for o proprietário das empresas que são alvo de tais interesses[24].

Políticos e seus aliados (executivos sem formação acadêmica e sem experiência para alta gestão, fornecedores em busca de "reservas de mercado" criadas por estatais, sindicatos em busca de condições salariais incompatíveis com o mercado privado e/ou competitivo) se encaixam perfeitamente na descrição dos grupos cujos interesses especiais do trecho acima não poderiam ser satisfeitos se as decisões das empresas estatais fossem baseadas em forças de mercado. Em empresas estatais guiadas por princípios de mercado – rentabilidade

[24] Tradução livre para "*The assumption underlying the claim about the effectiveness of privatization as an instrument of depolitization is that it is more difficult for the state to use its political power on behalf of special interests that cannot achieve their objectives through the market, if the state does not own the enterprises to which these special interests raise their claims.*"

do capital compatível com seu custo, racionalidade econômica, recrutamento profissional da alta gestão – não haveria espaço para o uso político e, portanto, os grupos acima não conseguiriam atender a seus interesses.

Uma pergunta que ainda não tem resposta quando se trata de nomeações políticas é a seguinte: por que as ferramentas de recrutamento profissional usadas no mercado privado não são adotadas por estatais?

A incoerância das nomeações políticas estatais fica evidente quando se constata que, no mundo privado, as empresas de "headhunting" atuam ao longo de meses – baseadas em metodologias de recrutamento e bancos de dados globais – para selecionar os executivos principais de empresas de porte muito menor que as grandes empresas estatais do Setor Elétrico Brasileiro.

Enquanto isso, no mundo estatal os presidentes e diretores são selecionados por critérios pouco meritocráticos e onde o que mais pesa é a proximidade dos candidatos com padrinhos que pressionam o governo por cargos em troca de apoio político.

A pergunta mais ácida que se pode fazer é: se os presidentes e diretores das estatais do setor fossem selecionados por "headhunters" com os mesmos critérios profissionais do mercado privado, quantos manteriam seus cargos?

A resposta poderia ser obtida facilmente por uma pesquisa simples: quantos dos indicados políticos que ocuparam cargos de alta gestão em estatais foram, após sua saída das estatais – provocadas por perda de apoio político de seus padrinhos ou por alternância de poder –, contratados por empresas comparáveis no mercado privado?

E a segunda pergunta mais ácida seria: mesmo que os candidatos indicados politicamente fossem selecionados profissionalmente, quantos seriam mantidos em seus cargos com o débil desempenho econômico-financeiro – tema da próxima Seção 4.3 – que tais executivos têm entregue nas estatais sob sua gestão?

Como a dispersão de propriedade das estatais – os proprietários de estatais são os milhões de contribuintes totalmente desorganizados – não permite que tais proprietários imponham controle para evitar o recrutamento de gestores inadequados, a solução para o fim do uso político de cargos de estatais requer a criação de mecanismos institucionais que independam de decisões de governos, uma vez que tais instituições estão permanentemente em busca de apoio político e poderão se valer de todos os recursos – cargos, por exemplo, são recursos muito tentadores porque estão prontamente disponíveis – para obter tal apoio.

Os autores Andrei Shleifer e Robert Vishny (1994) iniciam seu artigo "*Politicians and Firms*" dizendo que "alguns economistas tradicionalmente veem empresas estatais como soluções para curar falhas de mercado" (Atkinson e Stiglitz, 1980).

Na visão desses economistas defensores do modelo estatal, tais empresas são controladas por governos que maximizam o bem-estar social e dão respostas melhores do que o controle privado quando o poder de monopólio ou externalidades introduzem divergências entre objetivos privados e sociais. Estatais seriam, ainda, mais eficientes do ponto de vista produtivo e cobram preços que refletem de forma mais precisa custos marginais sociais.

Mas logo em seguida os próprios Shleifer e Vishny apontam que observadores de estatais constatam duas incoerências em relação à visão verbalizada por Atkinson e Stiglitz: empresas estatais são altamente ineficientes e – o que é mais importante para este trabalho – tal ineficiência é o resultado de <u>pressões políticas que emergem dos políticos que as controlam.</u>

Portanto, a barganha política de cargos em estatais, além de produzir perda de eficiência e minar os sinais da meritocracia, provoca um efeito perverso no sentido do topo para a base da pirâmide organizacional: como os executivos principais foram selecionados por critérios políticos, e como um dos principais incentivos que movem políticos são votos, tais gestores tendem a contratar mais pessoas do que o que seria necessário para os quadros das estatais, institucionalizando o clientelismo e impondo custos desnecessários a tais empresas.

Ironicamente, enquanto no topo o uso político predomina, gerentes médios e outras posições de carreira nas estatais – selecionados por disputados e meritocráticos concursos

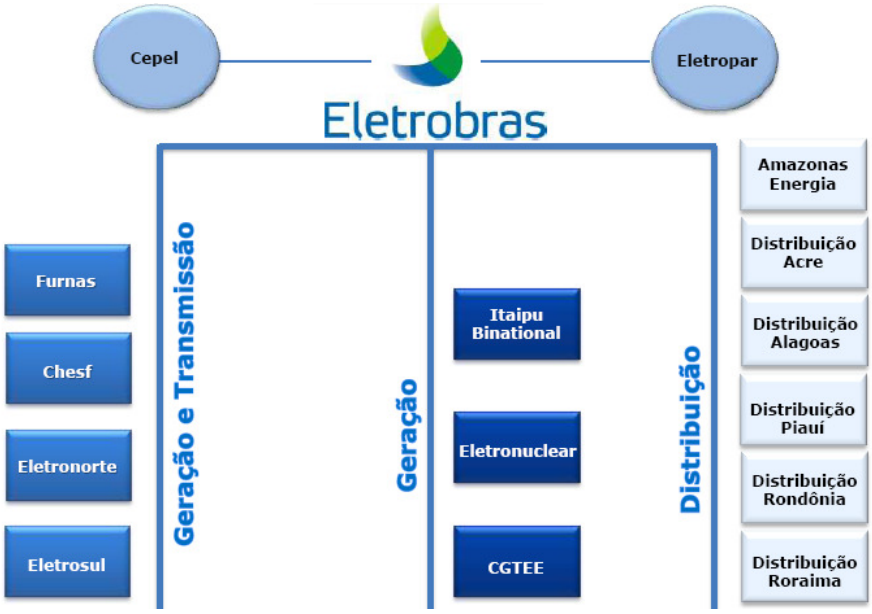
públicos – precisam viabilizar suas operações com lentes econômicas e racionais a despeito de todo o peso-morto e ineficiência introduzidos pela lente política que lhes é imposta por seus "superiores hierárquicos" que vêm e vão ao sabor das mudanças políticas. Sob a lente de estratégia empresarial, as perdas para as estatais são ainda mais perversas: com as idas e vindas dos altos executivos indicados politicamente, a continuidade dos processos de formulação estratégica e de implementação estratégica são drasticamente afetados.

Os ciclos de formulação estratégica, que tipicamente se beneficiam do encadeamento de estratégias plurianuais, são permanentemente "redefinidos" com a chegada de novos diretores que, mesmo sem experiência executiva ou domínio de metodologias estratégicas, tratam de "impor sua marca na nova gestão", mesmo sabendo que provavelmente não serão os responsáveis pela implementação dessas "novas estratégias". E, como a cada ciclo de alternância político a estatal se vê diantes de nova orientação, a implementação de estratégias anteriores corre o risco de ser interrompida para evitar o "crédito" de eventuais sucessos a mandatos anteriores, principalmente se os gestores anteriores tiverem sido indicados por um partido político adversário.

Andrei Shleifer (1998) resume a questão da seguinte forma: como políticos tipicamente gostam de permanecer em posições de poder e de desfrutar dos benefícios de suas posições, um elemento crucial dos objetivos de qualquer governo é a manutenção de suporte político. Em democracias, tal suporte se manifesta na forma de votos e, para obter tais votos, governos ao redor do mundo se valem da disttribuição de benefícios diretos para os grupos que os apóiam, quer seja na forma de empregos com salários inflados em relação ao mercado ou na forma de transferências diretas. O controle que governos têm sobre estatais e outros ativos acaba propiciando mais opções de distribuição de tais benefícios, sendo cargos uma das opções mais freqüentes. Ou seja: cargos = suporte político = votos = poder.

4.3 Operações Ineficientes, Governança Frágil e Rentabilidade Baixa

A Eletrobras é a maior empresa do Setor Elétrico Brasileiro e está estruturada como uma holding que consolida a atuação em todos os elos da cadeia de valor (geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica) via inúmeras empresas (Quadro 4.4):



Quadro 4.4: Estrutura Organizacional da Eletrobras – 2011
Fonte: Eletrobras (Eletrobras Day, NYSE, October 31, 2011)

A estrutura organizacional acima se reflete nos seguintes ativos físicos:

- Geração: 42 GW de capacidade instalada (ou 40% da capacidade instalada do Brasil);
- Transmissão: 60.272 Km de linhas de transmissão (ou 55% do total brasileiro);
- Distribuição: 160.100 Km de linhas de distribuição que atendem a 3.303.025 clientes;

Em outubro de 2011 o patrimônio líquido da Eletrobras era de R$76 bilhões[25], mas seu valor de mercado era de USD14,5 bilhões, ou cerca de R$26 bilhões. Essa desconexão entre os dois valores (o valor de mercado corresponde a 33% do seu patrimônio líquido) dá a dimensão do desafio de geração de valor que os gestores precisam enfrentar.

[25] Dados disponibilizados na apresentação "Eletrobras Day" de 31 de outubro de 2011. Disponível em www.eletrobras.com .

No entanto, o desafio de geração de valor da Eletrobras foi tema praticamente ausente das agendas dos presidentes que antecederam seu penúltimo executivo principal. O início da mudança de cenário aconteceu sob a gestão de José Antonio Muniz Lopes (2008-2011), quando foi lançado o chamado "Projeto Transformação" do Sistema Eletrobras, um esforço para integrar os objetivos estratégicos da empresa. E uma das mais importantes contribuições que este projeto deu para aumentar a probabilidade de reversão do quadro de baixa rentabilidade se deu em duas frentes. Na primeira frente, a busca pela rentabilidade passou a ser explícita no mais alto nível de gestão e exposta tanto na Visão quanto na Missão do Plano Estratégico 2010-2020 da empresa:

Visão: Em 2020, ser o maior sistema empresarial global de energia limpa, com rentabilidade comparável às das melhores empresas do setor elétrico.

Missão: Atuar nos mercados de energia de forma integrada, rentável e sustentável.

Quadro 4.5: Visão e Missão da Eletrobras – Plano Estratégico 2010-2010
Fonte: Eletrobras

Em segundo lugar, o diagnóstico de baixa rentabilidade que era ignorado (e até desmentido) por gestores anteriores passou a ser reconhecido com muita objetividade. No mesmo Plano Estratégico 2010-2020, por exemplo, é apresentado o seguinte quadro:

Empresa	*País*	*ROCE(*) médio 2005-2008 após impostos*
1. Stadtwerke Hannover	ALE	31%
2. Elektrizitats-Gesellschaft	SUI	28%
3. CTEEP	BRA	26%
4. Hafslund ASA	NOR	23%
5. Celesc	BRA	23%
6. Alpiq Holding AG	SUI	23%
7. Stadtwerke Düsseldorf	GER	23%
8. Sembcorp Industries	SIN	21%
9. Centralschweizerische Kraftwerke	SUI	21%
10. Cemig	BRA	20%
11. STATKRAFT	NOR	19%
12. Sasol Limited	RSA	19%
13. Dogan Sirketler Grubu	TUR	18%
14. CPFL Energia	BRA	17%
15. BKW FMB Energie	SUI	17%
158. Eletrobras	**BRA**	**5%**

(*) ROCE: Return on Capital Employed (Retorno sobre o Capital Empregado) / Valores em USD, média de 2005 a 2008

Quadro 4.6: *Ranking* das Empresas mais Rentáveis do Setor Elétrico Global – 2009
Fonte: Roland Berger World Utilities Ranking 2009 / Thomson Financial

Apesar de o indicador selecionado (ROCE: *Return on Capital Employed*, ou Retorno sobre o Capital Empregado) ter o mérito de introduzir uma métrica objetiva de rentabilidade, a qualidade do diagnóstico seria maior se o desempenho da Eletrobras tivesse sido medido pelo EVA (*Economic Value Added*, ou Valor Econômico Adicionado, conforme conceitos discutidos na Seção "I.4 – Técnicas de Valor Adicionado" do Anexo I).

Como o EVA representa o lucro econômico da empresa que é obtido pela multiplicação do capital investido pela diferença entre retorno sobre o capital (ROIC) e custo do capital (WACC), tanto os eventuais baixos retornos de capital quando os altos custos de capital seriam incorporados ao cálculo. De forma efetiva, se o EVA tivesse sido escolhido ficaria evidente a destruição de valor que tem permanentemente vitimizado a Eletrobras. O estudo "Eletrobras: uma Análise de Geração de Valor" (Stern Stewart, 2009) revela que na década 1998-2007 a empresa destruiu um total de R$149 bilhões (Quadro 4.7):

EVA da Eletrobras *(em bilhões de reais)*

1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
-12	-17	-13	-14	-22	-21	-14	-13	-11	-12

Quadro 4.7: *Economic Value Added* da Eletrobras – 1998 a 2007
Fonte: Stern Stewart (2009)

Independentemente do indicador de rentabilidade selecionado, o que importa é que a combinação da intenção estratégica de reversão do quadro com o reconhecimento do problema tem gerado frutos, dentre os quais se destaca o fato de que, mesmo após a saída do presidente anterior, o gestor que o sucedeu em fevereiro de 2011 continuou a reconhecer a lacuna a ser preenchida entre os valores atual e potencial da empresa (Quadro 4.8):

Quais são as metas que a Eletrobras quer atingir?
Estamos definindo (as metas) para o ciclo 2012-2015. Existem metas como o custo sobre o resultado, o PMSO (pessoal, material, serviços e outros) relacionado a receita operacional liquida (ROL). Queremos atingir o nível das empresas competitivas. Com isso, nosso lucro vai aumentar. Nosso lucro dividido pelo patrimônio líquido foi de 3% no ano passado. Esse valor tão pequeno faz com que nosso valor de mercado em relação ao PL também seja pequeno, em torno de 30%. Se conseguirmos reduzir nosso custo operacional pela ROL, aumentaremos nosso lucro e nosso valor de mercado. Queremos que ele atinja mais de 100% do PL.

Quadro 4.8: Entrevista do Presidente da Eletrobras – Rentabilidade – José da Costa Carvalho Neto – Outubro 2011.
Fonte: Brasil Energia

A continuidade deste reconhecimento, mesmo após a troca de gestor, é uma importante evolução já que ao longo de décadas a ausência de critérios objetivos para disciplinar o uso de capital e o desempenho econômico-financeiro da empresa fez parte de discursos altamente contaminados por argumentos políticos e ideológicos que buscavam amenizar a preocupante situação da rentabilidade da Eletrobras.

A própria manifestação da PricewaterhouseCoopers (empresa auditora dos demonstrativos financeiros de 2010 da Eletrobras) sobre a situação das distribuidoras do grupo gerou surpresa no setor e no meio financeiro porque esta foi a primeira vez que uma situação conhecida há muito tempo e por todos foi formalmente reconhecida (Quadro 4.9):

Continuidade operacional das empresas controladas da distribuição

Chamamos a atenção para a Nota 16 às demonstrações financeiras, que descreve que as empresas controladas do segmento de distribuição têm apurado prejuízos repetitivos em suas operações e apresentaram excesso de passivos sobre ativos circulantes no encerramento do exercício no montante de R$ 554.323 mil. Essa situação suscita dúvida sobre a continuidade operacional destas empresas. As demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes em virtude dessas incertezas. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Quadro 4.9: Relatório dos Auditores Independentes da Eletrobras – 13 de maio de 2011
Fonte: Eletrobras – Demonstrações Financeiras de 2010

Também tem sido ampliado o espaço em outros fóruns para a discussão transparente sobre a destruição de valor na Eletrobras. As manifestações de *stakeholders* prejudicados pela falta de disciplina econômica começam a ser mais freqüentes e a receber mais atenção, conforme se pode verificar em algumas inserções de imprensa capturadas nos últimos oito anos (Quadro 4.10), inserções que tratam de vários tópicos, entre os quais:

- Pressões de acionistas por critérios de governança mais objetivos e rígidos;
- Pagamento de dividendos atrasados, símbolo material de mudança das últimas gestões em busca de padrões mais altos de governança corporativa;
- Cobrança de maior transparência sobre as taxas de retorno assumidas em empreendimentos de geração e transmissão incorporados via leilões regulados;
- Divulgação mais objetiva de indicadores financeiros e operacionais do grupo; e
- Início da exigência, por parte da *holding*, de maior controle sobre padrões de gestão e sobre o comportamento das subsidiárias.

Data	Veículo	Título da Matéria
17/ago/04	Canal Energia	Eletrobras não descarta privatização após sanear federalizadas
20/jun/05	O Estado de S. Paulo	Estatais levam mais R$ 876 milhões
30/jun/05	Valor Econômico	Eletrobras e Cemig são recomendações mesmo com mudança
16/set/07	O Estado de S. Paulo	Dez anos de Petrobrás e Eletrobras
01/out/07	Canal Energia	Governo estuda processos para implantar governança em estatais
16/jun/08	Valor Econômico	Governança de estatais é tema mundial
25/jul/08	Valor Econômico	Tarifa de Angra 3 pode custar mais que dobro da energia no Madeira
09/set/08	Valor Econômico	Acionista valorizado
19/nov/08	Exame	Eletrobras: geradora ou destruidora?
05/out/09	Folha de S. Paulo	Eletrobras quer uma Belo Monte no exterior
22/dez/09	Valor Econômico	Acionistas pressionam por corte de custos na Celesc
23/jan/10	Folha de S. Paulo	Após 31 anos, Eletrobras pagará R$ 10 bi a acionistas
23/jan/10	O Estado de S. Paulo	Eletrobras anuncia pagamento de dividendos, 30 anos depois
25/jan/10	Valor Econômico	Mercado comemora dividendos, mas cobra governança na Eletrobras
20/jul/10	Valor Econômico	Belo Monte causa divergência no conselho da Neoenergia
22/nov/10	Valor Econômico	Furnas desafia sua controladora Eletrobras no leilão de Teles Pires
24/nov/10	Valor Econômico	Holding decidirá sobre atuação em leilões
24/nov/10	DCI	Eletrobras lidera consórcio e evita confronto com coligadas
24/nov/10	Valor Econômico	Minoritário critica governança da Eletrobras
24/nov/10	Valor Econômico	Minoritários querem dados de controladas do Sistema Eletrobras
25/nov/10	Valor Econômico	Comunicado ao mercado sobre matéria do jornal Valor Econômico
30/nov/10	Valor Econômico	Governança sob medida (Entrevista com José Antonio Muniz)
23/mar/10	Folha de S. Paulo	Eletrobras admite descontrole "preocupante" em investimentos
23/mar/10	Folha de S. Paulo	Eletrobras quer controlar mais empresas
23/mar/10	Canal Energia	Eletrobras estuda comprar distribuidoras com dificuldades financeiras
30/mar/11	Valor Econômico	Eletrobras negocia compra de 10% da EDP
30/mar/11	Valor Econômico	Empresa adia divulgação de balanço
15/mai/11	Canal Energia	Eletrobras nega interesse em venda de ativos de distribuição
17/mai/11	Canal Energia	Eletrobras espera reduzir perdas nas distribuidoras a padrão aceitável
24/mai/11	Valor Econômico	Eletrobras muda critérios para se associar em leilões
24/mai/11	Valor Econômico	Usinas têm déficit de R$ 635 milhões
22/jun/11	Valor Econômico	Rombo nas distribuidoras da Eletrobras cresce 35%
11/jul/11	O Popular (GO)	Aneel retoma análise sobre Celg
13/jul/11	Correio Braziliense	O modelo de Belo Monte
14/jul/11	O Popular (GO)	Presidente da Celg rebate declarações de Lula
15/jul/11	O Popular (GO)	José Eliton diz que operação pela Celg foi "uma farsa"
25/jul/11	O Estado de S. Paulo	Brasil vai construir hidrelétrica na Nicarágua
25/jul/11	Valor Econômico	Mudanças pretendiam transformar holding na Petrobras ..setor elétrico
08/ago/11	DCI	Eletrobras projeta investir R$ 46 bi até 2014
08/ago/11	Brasil Econômico	Eletrobras planeja dobrar os investimentos anuais para $ 12 bi
10/ago/11	Valor Econômico	Eletrobras vai disputar EDP com mais quatro grupos
23/ago/11	DCI	Ações da Eletrobras sobem com rumores sobre distribuidoras
23/ago/11	Valor Econômico	Eletrobras faz revisão de seus controles internos
23/ago/11	Valor Econômico	Itaipu invoca tratado e evita auditoria
25/ago/11	Canal Energia	Eletrobras pode ficar com o controle acionário da CEA
29/ago/11	Folha de S. Paulo	Orçamento de obras estoura e motiva 'faxina' em Furnas
31/ago/11	Valor Econômico	Eletrobras prepara estatuto para Nível 2 de governança corporativa
15/out/11	Brasil Energia	Caminhos para gerar valor

Quadro 4.10: Governança e/ou Rentabilidade de Estatais no Setor Elétrico Brasileiro – 2004 a 2011
Fonte: Veículos da Imprensa. Análise Própria

Assim, apesar do desanimador histórico, recentemente houve efetiva alteração na disposição de enfrentar o difícil quadro de baixa eficiência e baixa rentabilidade que será analisado em detalhe a seguir. A análise consiste na apuração de vários indicadores que revelam a posição da Eletrobras frente às outras empresas do setor nas dimensões econômica, financeira e operacional.

A análise é apoiada no Anexo III, que consolida os seguintes dados:

- Horizonte de análise:
    - Seis anos, de 2005 a 2010, incorporando para os dados a partir de 2010 o padrão IFRS (*International Financial Reporting Standards*);
- Amostra de empresas:
    - 11 geradoras (sete estatais e quatro privadas), sendo que quatro das empresas estatais são subsidiárias da Eletrobras; e
    - 22 distribuidoras (seis estatais e 16 privadas), sendo que três das seis estatais são subsidiárias da Eletrobras.
- Dados econômico-financeiros:
    - Receita Operacional Líquida (ROL);
    - EBITDA ou LAJIDA[26]; e
    - Lucro Líquido (LL).
- Dados operacionais:
    - Número de empregados;
    - Capacidade Instalada (em MW) de empresas de geração; e
    - Energia gerada ou distribuída (em MWh) de empresas de geração e distribuição.

Com base nos dados econômico-financeiros e operacionais do Anexo III foram calculados os seguintes indicadores (as unidades dos indicadores aparecem entre parênteses):

1. EBITDA/ROL (%): indica a capacidade de geração de caixa a partir da receita líquida de impostos;
2. LL/ROL (%): indica a lucratividade contábil a partir da receita;
3. ROL/Empregado (R$/pessoa): indica a geração de receita por empregado;
4. EBITDA/Empregado (R$/pessoa): indica a geração de caixa por empregado;

[26] EBITDA: Earnings Before, Interest, Taxes, Depreciation and Amortization (Lucro Antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização)

5. LL/Empregado (R$/pessoa): indica a lucratividade contábil por empregado;
6. ROL/Energia Gerada ou Distribuída (R$/GWh): geração de receita por unidade de energia gerada (para empresas geradoras) ou distribuída (para distribuidoras);
7. EBITDA/Energia Gerada ou Distribuída (R$/GWh): geração de caixa por unidade de energia gerada (para geradoras) ou distribuída (para distribuidoras);
8. LL/Energia Gerada ou Distribuída (R$/GWh): lucratividade por unidade de energia gerada (para geradoras) ou distribuída (para distribuidoras);
9. Energia Gerada ou Distribuída/Empregado (GWh/pessoa): geração de energia (para geradoras) ou distribuição de energia (para distribuidoras) por empregado.

As 11 empresas de geração de energia da amostra totalizaram em 2010:

- 65.643 MW de potência instalada (cerca de 63,1% da potência instalada brasileira);
- 327.156 GWh de energia gerada (dados da Eletrosul não disponíveis);
- uma Receita Operacional Líquida de R$32,5 bilhões, um EBITDA de R$16,5 bilhões e um Lucro Líquido de R$7,1 bilhões;
- 23.157 empregados;
- e foram agrupadas em três *clusters*:

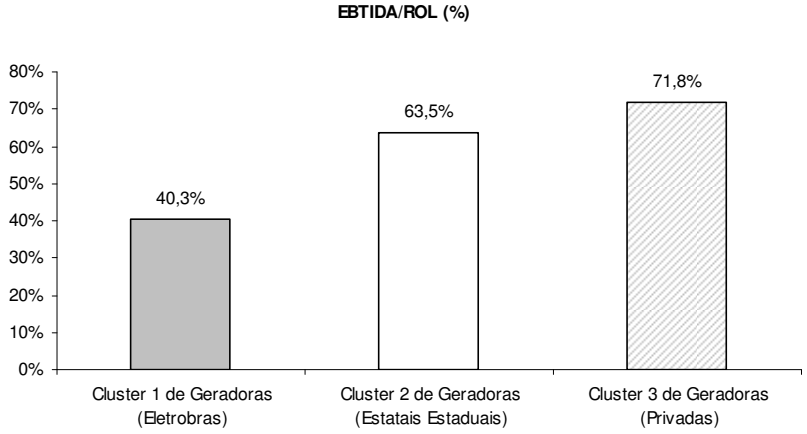
Cluster 1 de Geradoras (Eletrobras)	Cluster 2 de Geradoras (Estatais Estaduais)	Cluster 3 de Geradoras (Privadas)
Eletronorte Chesf Furnas Eletrosul	Cemig GT Copel GT Cesp	Tractebel Energia AES Tietê Duke Energy CPFL Energia
32.996 MW de Potência ou 31,7% do mercado	18.902 MW de Potência ou 18,2% do mercado	13.745 MW de Potência ou 13,2% do mercado

Quadro 4.11: Clusters de Geradoras
Fonte: Aneel e Relatórios Anuais das Empresas. Análise Própria

Os seguintes resultados foram obtidos para os indicadores das geradoras:

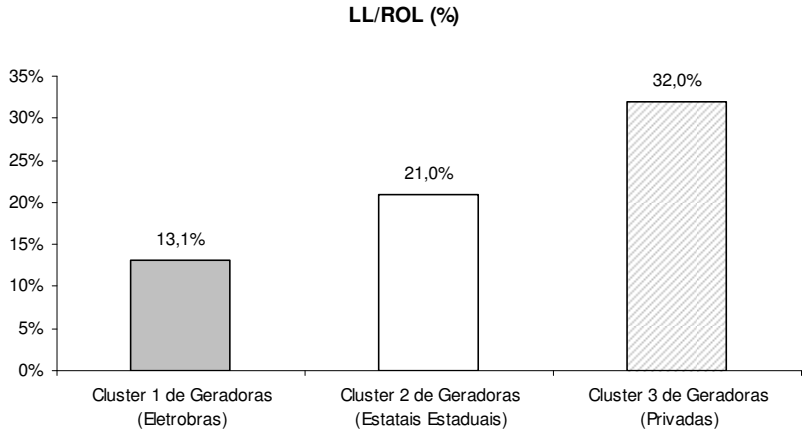
1. EBITDA/ROL (%): Capacidade de geração de caixa a partir da receita líquida

EBITDA/ROL (%)	Eletronorte	CHESF	Furnas	Eletrosul	Cemig GT	Copel GT	Cesp	Tractebel	AES Tietê	Duke	CPFL
2005	17,4%	69,3%	30,3%	53,5%	63,7%	48,7%	66,9%	63,4%	77,0%	68,8%	87,7%
2006	27,1%	59,8%	24,3%	58,4%	59,9%	84,3%	62,4%	59,0%	79,1%	61,6%	85,5%
2007	32,7%	58,7%	9,7%	57,7%	64,6%	63,1%	66,3%	62,0%	75,1%	63,7%	83,5%
2008	29,7%	64,0%	25,8%	64,7%	66,0%	60,9%	65,6%	64,0%	78,1%	72,2%	79,0%
2009	33,4%	48,1%	20,3%	62,2%	63,7%	58,6%	69,7%	62,3%	75,5%	61,3%	84,6%
2009 (IFRS)	32,8%	44,1%	10,7%	44,4%	65,0%	54,8%	69,7%	63,0%	75,2%	59,8%	87,5%
2010 (IFRS)	35,2%	61,5%	18,1%	33,7%	60,5%	51,7%	67,4%	63,7%	75,3%	69,5%	73,3%
2005-2010	**29,7%**	**57,9%**	**19,9%**	**53,5%**	**63,3%**	**60,3%**	**66,9%**	**62,5%**	**76,5%**	**65,3%**	**83,0%**
Cluster		**40,3%**				**63,5%**			**71,8%**		



2. LL/ROL (%): lucratividade contábil a partir da receita

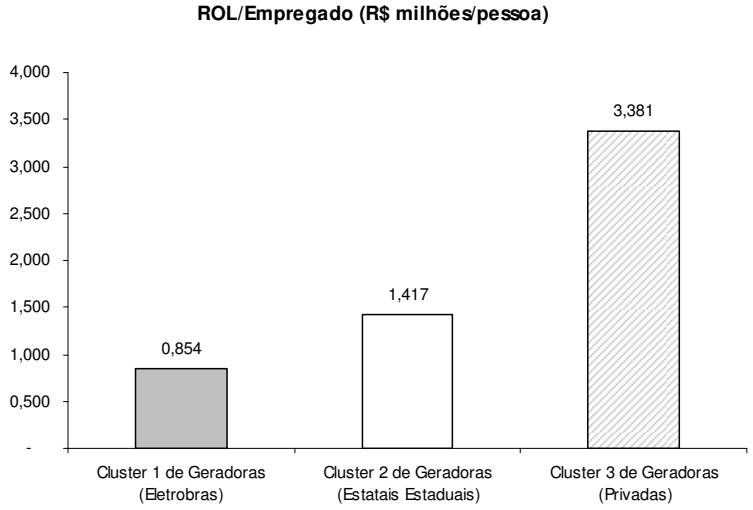
LL/ROL (%)	Eletronorte	CHESF	Furnas	Eletrosul	Cemig GT	Copel GT	Cesp	Tractebel	AES Tietê	Duke	CPFL
2005	-9,4%	22,6%	16,6%	35,5%	24,8%	20,9%	-10,6%	40,2%	45,6%	18,4%	29,8%
2006	-10,9%	14,2%	7,0%	38,8%	27,4%	76,0%	-5,9%	36,2%	44,3%	14,4%	32,3%
2007	-14,4%	16,4%	13,3%	35,9%	28,2%	42,3%	8,2%	34,4%	41,6%	11,5%	43,1%
2008	-63,6%	29,8%	7,9%	41,4%	33,6%	40,4%	-94,8%	32,8%	43,1%	21,0%	29,2%
2009	8,9%	18,0%	-2,1%	29,6%	37,1%	40,4%	28,8%	32,4%	46,7%	24,3%	38,6%
2009 (IFRS)	17,3%	19,6%	6,0%	26,2%	31,2%	32,8%	18,0%	31,2%	42,3%	13,1%	34,0%
2010 (IFRS)	4,1%	40,1%	9,8%	8,5%	27,7%	30,7%	3,2%	29,5%	42,0%	20,9%	22,7%
2005-2010	**-9,7%**	**23,0%**	**8,4%**	**30,8%**	**30,0%**	**40,5%**	**-7,6%**	**33,8%**	**43,7%**	**17,6%**	**32,8%**
Cluster		**13,1%**				**21,0%**			**32,0%**		



Quadro 4.12: EBITDA/ROL e LL/ROL – Geradoras
Fonte: Relatórios Anuais das Empresas. Análise Própria

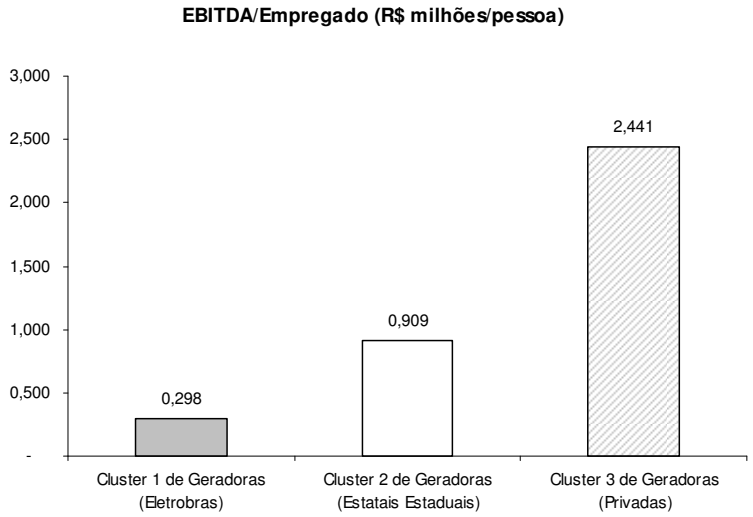
3. ROL/Empregado (R$/pessoa): geração de receita por empregado

ROL/Empregado (R$ milhões/pessoa)											
	Eletronorte	CHESF	Furnas	Eletrosul	Cemig GT	Copel GT	Cesp	Tractebel	AES Tietê	Duke	CPFL
2005	1,336	0,586	1,103	0,321	0,898	1,205	1,433	2,563	4,486	2,114	1,788
2006	1,183	0,567	1,153	0,354	0,994	1,147	1,434	2,986	4,867	2,041	2,261
2007	1,041	0,706	1,126	0,354	1,171	0,849	1,595	3,319	5,173	2,114	2,699
2008	1,023	0,872	1,222	0,404	1,356	0,994	1,877	3,613	5,048	2,328	2,743
2009	0,928	0,753	1,277	0,458	1,730	1,017	2,066	3,532	5,301	2,663	2,962
2009 (IFRS)	0,914	0,820	1,256	0,519	1,732	1,072	2,066	3,532	5,301	2,663	3,145
2010 (IFRS)	0,891	0,964	1,315	0,463	2,147	0,987	1,986	3,969	5,605	3,069	2,785
2005-2010	**1,045**	**0,753**	**1,207**	**0,410**	**1,433**	**1,039**	**1,780**	**3,359**	**5,111**	**2,427**	**2,626**
Cluster		**0,854**				**1,417**			**3,381**		



4. EBITDA/Empregado (R$/pessoa): geração de caixa por empregado

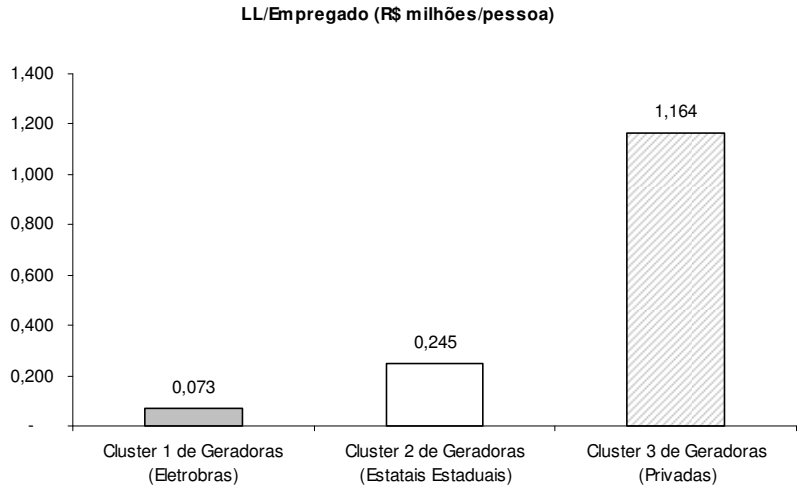
EBITDA/Empregado (R$ milhões/pessoa)											
	Eletronorte	CHESF	Furnas	Eletrosul	Cemig GT	Copel GT	Cesp	Tractebel	AES Tietê	Duke	CPFL
2005	0,232	0,406	0,335	0,172	0,572	0,587	0,959	1,625	3,453	1,453	1,569
2006	0,321	0,339	0,280	0,207	0,596	0,968	0,895	1,760	3,849	1,257	1,934
2007	0,340	0,414	0,109	0,204	0,757	0,535	1,058	2,057	3,883	1,346	2,254
2008	0,304	0,558	0,316	0,261	0,895	0,605	1,231	2,313	3,944	1,682	2,167
2009	0,310	0,362	0,259	0,285	1,102	0,596	1,440	2,200	4,002	1,634	2,507
2009 (IFRS)	0,299	0,361	0,135	0,230	1,126	0,587	1,440	2,224	3,984	1,592	2,750
2010 (IFRS)	0,314	0,593	0,238	0,156	1,299	0,510	1,338	2,528	4,219	2,134	2,041
2005-2010	**0,303**	**0,433**	**0,239**	**0,216**	**0,907**	**0,627**	**1,194**	**2,101**	**3,905**	**1,585**	**2,175**
Cluster		**0,298**				**0,909**			**2,441**		



Quadro 4.13: ROL/Empregado e EBITDA/Empregado – Geradoras
Fonte: Relatórios Anuais das Empresas. Análise Própria

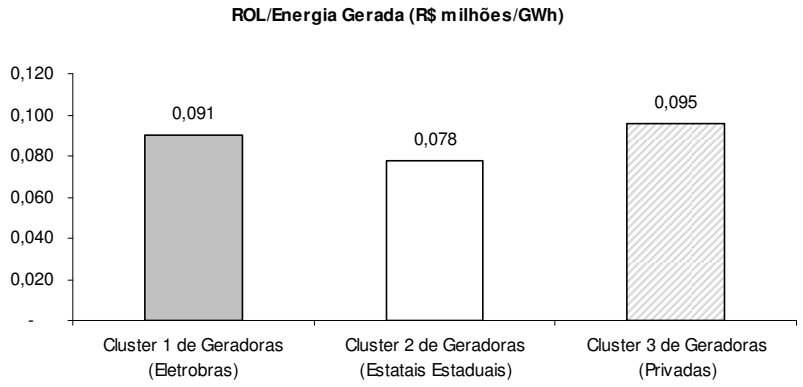
5. LL/Empregado (R$/pessoa): lucratividade contábil por empregado

LL/Empregado (R$ milhões/pessoa)											
	Eletronorte	CHESF	Furnas	Eletrosul	Cemig GT	Copel GT	Cesp	Tractebel	AES Tietê	Duke	CPFL
2005	(0,126)	0,133	0,183	0,114	0,223	0,252	(0,152)	1,030	2,044	0,389	0,533
2006	(0,129)	0,080	0,080	0,137	0,272	0,872	(0,084)	1,081	2,154	0,293	0,730
2007	(0,150)	0,116	0,149	0,127	0,330	0,359	0,130	1,140	2,152	0,243	1,162
2008	(0,651)	0,260	0,096	0,167	0,455	0,401	(1,780)	1,185	2,178	0,488	0,800
2009	0,082	0,136	(0,027)	0,136	0,641	0,411	0,594	1,146	2,477	0,646	1,142
2009 (IFRS)	0,158	0,161	0,075	0,136	0,540	0,352	0,373	1,102	2,242	0,349	1,070
2010 (IFRS)	0,036	0,386	0,129	0,039	0,595	0,303	0,064	1,173	2,356	0,642	0,631
2005-2010	**(0,111)**	**0,182**	**0,098**	**0,122**	**0,437**	**0,421**	**(0,122)**	**1,122**	**2,229**	**0,436**	**0,867**
Cluster		**0,073**				**0,245**			**1,164**		



6. ROL/Energia Gerada (R$/GWh): geração de receita por energia gerada

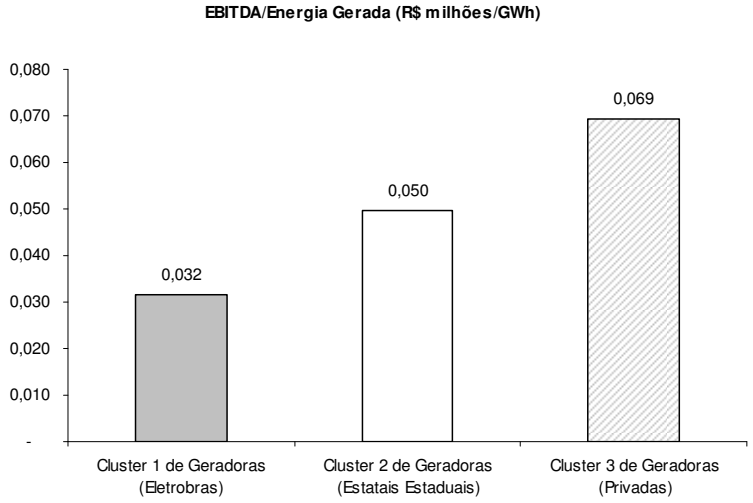
ROL/Energia Gerada (R$ milhões/GWh)											
	Eletronorte	CHESF	Furnas	Eletrosul	Cemig GT	Copel GT	Cesp	Tractebel	AES Tietê	Duke	CPFL
2005	0,078	0,066	0,100	NA	0,062	0,060	0,049	0,077	0,095	0,055	0,093
2006	0,065	0,069	0,093	NA	0,070	0,108	0,047	0,127	0,111	0,059	0,108
2007	0,093	0,080	0,092	NA	0,080	0,071	0,053	0,090	0,108	0,064	0,097
2008	0,096	0,095	0,105	NA	0,094	0,076	0,060	0,102	0,121	0,064	0,104
2009	0,078	0,091	0,110	NA	0,108	0,095	0,067	0,110	0,119	0,062	0,109
2009 (IFRS)	0,077	0,100	0,108	NA	0,108	0,100	0,067	0,110	0,119	0,062	0,116
2010 (IFRS)	0,087	0,105	0,114	NA	0,118	0,071	0,071	0,095	0,120	0,064	0,107
2005-2010	**0,082**	**0,087**	**0,103**	**NA**	**0,091**	**0,083**	**0,059**	**0,102**	**0,113**	**0,062**	**0,105**
Cluster		**0,091**				**0,078**			**0,095**		



Quadro 4.14: LL/Empregado e ROL/Energia Gerada – Geradoras
Fonte: Relatórios Anuais das Empresas. Análise Própria

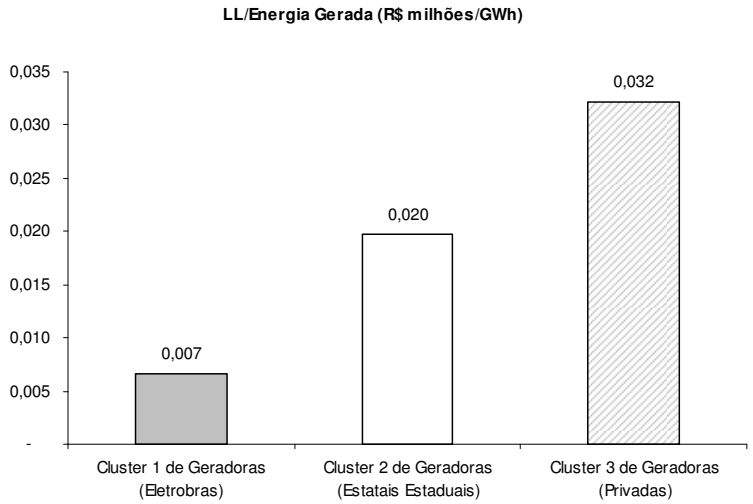
7. EBITDA/Energia Gerada (R$/GWh): geração de caixa por energia gerada

EBITDA/Energia Gerada (R$ milhões/GWh)											
	Eletronorte	CHESF	Furnas	Eletrosul	Cemig GT	Copel GT	Cesp	Tractebel	AES Tietê	Duke	CPFL
2005	0,014	0,046	0,030	NA	0,040	0,029	0,032	0,049	0,073	0,038	0,082
2006	0,018	0,041	0,022	NA	0,042	0,091	0,029	0,075	0,088	0,037	0,092
2007	0,030	0,047	0,009	NA	0,052	0,045	0,035	0,056	0,081	0,041	0,081
2008	0,028	0,061	0,027	NA	0,062	0,046	0,040	0,065	0,095	0,047	0,082
2009	0,026	0,044	0,022	NA	0,069	0,055	0,046	0,069	0,090	0,038	0,093
2009 (IFRS)	0,025	0,044	0,012	NA	0,070	0,055	0,046	0,069	0,090	0,037	0,101
2010 (IFRS)	0,031	0,065	0,021	NA	0,072	0,037	0,048	0,061	0,091	0,045	0,079
2005-2010	**0,025**	**0,050**	**0,020**	**NA**	**0,058**	**0,051**	**0,040**	**0,063**	**0,087**	**0,040**	**0,087**
Cluster		**0,032**				**0,050**			**0,069**		



8. LL/Energia Gerada (R$/GWh): lucratividade por energia gerada

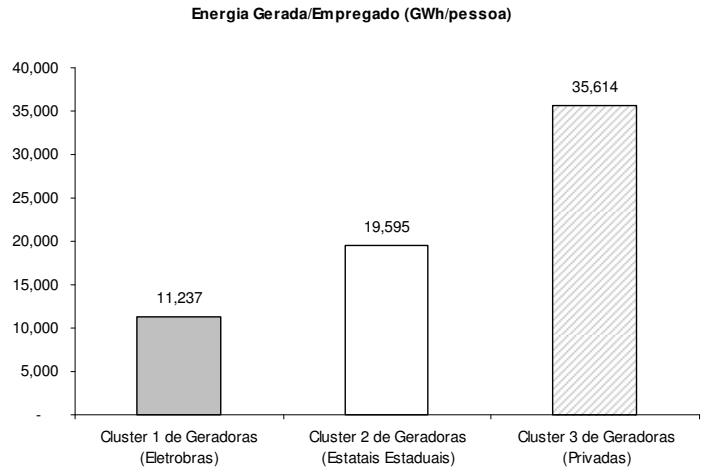
LL/Energia Gerada (R$ milhões/GWh)											
	Eletronorte	CHESF	Furnas	Eletrosul	Cemig GT	Copel GT	Cesp	Tractebel	AES Tietê	Duke	CPFL
2005	(0,007)	0,015	0,017	NA	0,015	0,013	(0,005)	0,031	0,043	0,010	0,028
2006	(0,007)	0,010	0,006	NA	0,019	0,082	(0,003)	0,046	0,049	0,009	0,035
2007	(0,013)	0,013	0,012	NA	0,023	0,030	0,004	0,031	0,045	0,007	0,042
2008	(0,061)	0,028	0,008	NA	0,032	0,031	(0,057)	0,034	0,052	0,014	0,030
2009	0,007	0,016	(0,002)	NA	0,040	0,038	0,019	0,036	0,056	0,015	0,042
2009 (IFRS)	0,013	0,020	0,006	NA	0,034	0,033	0,012	0,034	0,050	0,008	0,039
2010 (IFRS)	0,004	0,042	0,011	NA	0,033	0,022	0,002	0,028	0,051	0,013	0,024
2005-2010	**(0,009)**	**0,021**	**0,008**	**NA**	**0,028**	**0,035**	**(0,004)**	**0,034**	**0,049**	**0,011**	**0,034**
Cluster		**0,007**				**0,020**			**0,032**		



Quadro 4.15: EBITDA/Energia Gerada e LL/Energia Gerada – Geradoras
Fonte: Relatórios Anuais das Empresas. Análise Própria

9. Energia Gerada/Empregado (GWh/pessoa): geração de energia por empregado

	Energia Gerada/Empregado (GWh/pessoa)										
	Eletronorte	CHESF	Furnas	Eletrosul	Cemig GT	Copel GT	Cesp	Tractebel	AES Tietê	Duke	CPFL
2005	17,135	8,868	11,035	-	14,468	20,017	29,516	33,372	47,249	38,315	19,127
2006	18,080	8,263	12,447	-	14,267	10,624	30,574	23,566	43,771	34,360	20,907
2007	11,216	8,794	12,294	-	14,556	12,009	30,097	36,923	47,766	33,239	27,925
2008	10,662	9,158	11,656	-	14,387	13,109	31,143	35,343	41,698	36,098	26,366
2009	11,897	8,236	11,600	-	16,085	10,754	31,021	32,084	44,462	43,010	27,098
2010	10,189	9,178	11,560	-	18,147	13,946	27,988	41,613	46,587	47,939	25,907
2005-2010	**13,197**	**8,750**	**11,765**	**-**	**15,318**	**13,410**	**30,057**	**33,817**	**45,256**	**38,827**	**24,555**
Cluster	**11,237**				**19,595**			**35,614**			



Quadro 4.16: Energia Gerada/Empregado – Geradoras
Fonte: Relatórios Anuais das Empresas. Análise Própria

Em resumo, a comparação entre os três grupos de geradoras permite concluir que:

- EBITDA/ROL (%): Os níveis de 40,3% para geradoras da Eletrobras, 63,5% para geradoras estatais estaduais e 71,8% para geradoras privadas evidenciam os desafios à frente da Eletrobras ligados à redução de custos. A diferença entre os indicadores da Eletrobras e os das estatais estaduais (superior a 57%) e os das privadas (superior a 78%) implica que em algumas das empresas serão necessárias ações que vão além de meros ajustes e que exigirão <u>alteração de estrutura</u> de custos.
- LL/ROL (%): Os níveis de 13,1% para geradoras da Eletrobras, 21,0% para geradoras estatais e 32,0% evidenciam que a distância entre os indicadores das geradoras da Eletrobras e dos dois outros *clusters* aumenta conforme se caminha "para baixo" no demonstrativo de resultados. São necessários aumentos do indicador de 60% e 144% para alcançar as estatais estaduais e as privadas, respectivamente. As ações estão mais ligadas à melhoria da gestão financeira.
- ROL/Empregado, EBITDA/Empregado, LL/Empregado (R$ milhões/pessoa): Os três indicadores apontam uma tendência muito clara que se acentua quando se caminha no sentido ROL > EBITDA > LL do demonstrativo de resultados. A produtividade por

empregado medida pelo LL/Empregado das geradoras da Eletrobras (R$ 73 mil/pessoa) é dramaticamente inferior à das estatais estaduais (R$ 245 mil/pessoa, índice 247% superior) e das privadas (R$ 1,164 milhão/pessoa, 1.494% superior ao da Eletrobras).

- ROL/Energia Gerada, EBITDA/Energia Gerada e LL/Energia Gerada (R$ milhões/GWh): Estes três indicadores revelam um fato importante. Apesar de o indicador ROL/Energia Gerada da Eletrobras estar no mesmo patamar dos dois outros clusters (R$ 91 mil/GWh para Eletrobras, R$ 78 mil/GWh para estatais estaduais e R$ 95 mil/GWh para privadas) este ponto de partida em condições de igualdade (e até de superioridade em relação às estatais estaduais) vai se deteriorando. Isso significa que as tarifas da Eletrobras estão compatíveis com os dois outros clusters, mas que seus custos operacionais maiores (que diminuem seu EBITDA/GWh) e custos financeiros maiores (que afetam seu LL/GWh) "dissolvem" esta vantagem inicial.

	Cluster 1 de Geradoras (Eletrobras)	Cluster 2 de Geradoras (Estatais Estaduais)	Cluster 3 de Geradoras (Privadas)
ROL/Energia Gerada (R$ milhões)	0,091	0,078 (14% inferior ao Cluster 1)	0,095 (4% superior ao Cluster 1)
EBITDA/Energia Gerada (R$ milhões)	0,032	0,050 (56% superior ao Cluster 1)	0,069 (56% superior ao Cluster 1)
LL/Energia Gerada (R$ milhões)	0,007	0,020 (185% superior ao Cluster 1)	0,032 (457% superior ao Cluster 1)

Quadro 4.17: Análise Comparativa "Indicador/Energia Gerada"– *Clusters* de Geradoras
Fonte: Relatórios Anuais das Empresas. Análise Própria

- Energia Gerada/Empregado: Este indicador puramente operacional mostra a indiscutível diferença de produtividade entre a Eletrobras e os dois outros clusters. Em grandes números, um empregado das geradoras privadas produz uma quantidade de energia três vezes superior à de um empregado de uma geradora da Eletrobras, o que parece indicar a necessidade de revisão de estrutura de custos.

	Cluster 1 de Geradoras (Eletrobras)	Cluster 2 de Geradoras (Estatais Estaduais)	Cluster 3 de Geradoras (Privadas)
Energia Gerada/ Empregado (GWh/pessoa)	11,237	19,595 (74% superior ao Cluster 1)	35,614 (216% superior ao Cluster 1)

Quadro 4.18: Análise Comparativa "Energia Gerada/Empregado"– *Clusters* de Geradoras
Fonte: Relatórios Anuais das Empresas. Análise Própria

A mesma análise será feita para o desempenho de três das seis distribuidoras da Eletrobras (a limitação se deve à baixa disponibilidade de dados das distribuidoras da Eletrobras no Amazonas, Acre e Roraima).

As 22 empresas de distribuição de energia da amostra estudada totalizaram em 2010:

- 213.506 GWh de energia distribuída (ou 71,1% do mercado de distribuição brasileiro);
- uma Receita Operacional Líquida de R$60,5 bilhões, um EBITDA de R$12,3 bilhões e um Lucro Líquido de R$5,5 bilhões;
- 49.149 empregados;
- e foram agrupadas em quatro *clusters*:

Cluster 1 de Distribuidoras (Eletrobras)	Cluster 2 de Distribuidoras (Estatais Estaduais)	Cluster 3 de Distribuidoras (Privadas N/NE/CO)	Cluster 4 de Distribuidoras (Privadas S/SE)
Cepisa	Cemig D	Coelba	Energisa MG
Ceal	Copel D	Cosern	Energisa Nova Friburgo
Ceron	Celg	Celpe	Ampla
		Coelce	Light
		Celtins	Eletropaulo
		Celpa	CPFL Paulista
		Cemat	RGE
		Energisa Sergipe	
		Energisa Paraíba	
6.901 GWh de Energia Distribuída (2,3% do mercado)	53.833 GWh de Energia Distribuída (17,9% do mercado)	54.444 GWh de Energia Distribuída (18,1% do mercado)	98.329 GWh de Energia Distribuída (32,8% do mercado)

Quadro 4.19: Clusters de Distribuidoras
Fonte: Aneel e Relatórios Anuais das Empresas. Análise Própria

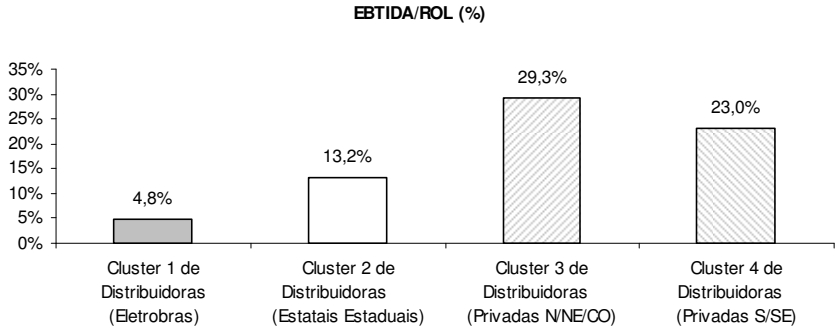
Os seguintes resultados foram obtidos para os indicadores das distribuidoras:

10. EBITDA/ROL (%): Capacidade de geração de caixa a partir da receita líquida

EBITDA/ROL (%)	Estatais Federais			Estatais Estaduais		
	CEAL	CERON	CEPISA	Cemig D	Copel D	Celg
2005	17,6%	1,9%	-6,9%	21,2%	9,7%	-0,2%
2006	8,2%	4,9%	1,0%	20,2%	13,2%	0,0%
2007	9,2%	4,2%	4,8%	30,5%	24,6%	11,6%
2008	6,9%	4,4%	7,9%	26,1%	20,9%	10,2%
2009	5,9%	9,9%	6,8%	14,8%	10,7%	4,6%
2009 (IFRS)	-4,7%	7,4%	-0,4%	24,5%	6,2%	-0,7%
2010 (IFRS)	8,2%	5,0%	-0,6%	17,0%	11,0%	1,5%
2005-2010	7,3%	5,4%	1,8%	22,0%	13,7%	3,9%
Cluster	4,8%			13,2%		

EBITDA/ROL (%)	Neoenergia			Endesa	Rede			Energisa	
	Coelba	Cosern	Celpe	Coelce	CELTINS	CELPA	CEMAT	Sergipe	Paraíba
	42,0%	32,3%	26,3%	24,2%	39,2%	23,0%	28,3%	44,6%	31,5%
	41,0%	37,7%	23,0%	34,0%	35,4%	27,9%	25,3%	43,7%	27,2%
	43,7%	39,7%	29,4%	27,2%	30,5%	25,4%	27,6%	38,2%	32,2%
	39,1%	33,0%	31,2%	30,1%	28,7%	17,0%	28,1%	31,3%	25,4%
	35,3%	29,3%	27,3%	27,0%	23,0%	18,7%	27,9%	25,5%	33,7%
	31,8%	29,4%	31,1%	26,8%	22,6%	19,2%	22,6%	24,0%	29,8%
	30,4%	28,8%	25,2%	28,3%	23,5%	15,6%	18,4%	23,3%	23,3%
	37,6%	32,9%	27,6%	28,2%	29,0%	21,0%	25,5%	32,9%	29,0%
	29,3%								

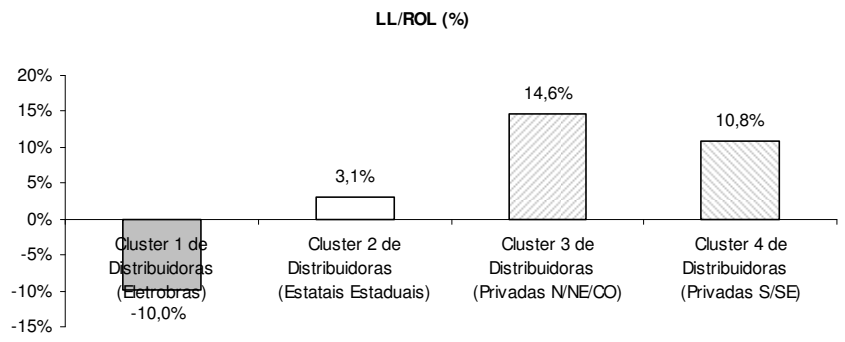
EBITDA/ROL (%)	Energisa		Endesa	Light	AES	CPFL	
	MG	N. Frib.	Ampla	Light D	Eletropaulo	Paulista	RGE
	32,7%	28,7%	22,7%	15,7%	13,6%	14,2%	20,4%
	34,4%	27,3%	24,8%	12,6%	25,5%	19,7%	23,3%
	30,1%	23,0%	29,3%	19,7%	23,3%	31,8%	26,0%
	26,8%	20,9%	28,8%	25,8%	22,5%	23,2%	22,8%
	19,3%	21,8%	23,8%	19,9%	19,5%	17,9%	21,3%
	20,2%	19,9%	26,7%	20,6%	20,2%	25,2%	21,6%
	26,1%	21,6%	20,1%	21,9%	24,9%	20,9%	23,6%
	27,1%	23,3%	25,2%	19,4%	21,4%	21,8%	22,7%
	23,0%						



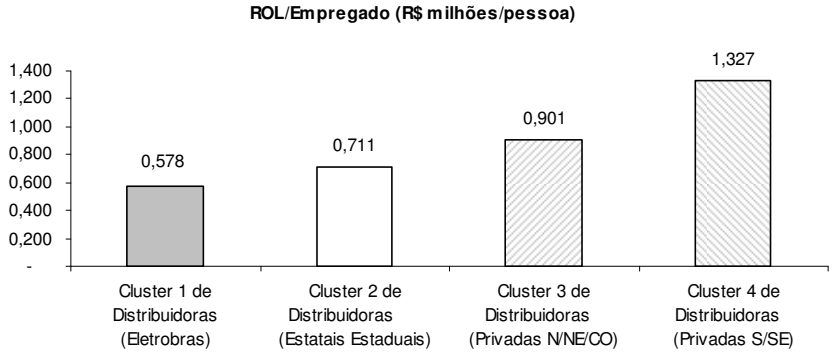
Quadro 4.20: EBITDA/ROL – Distribuidoras
Fonte: Relatórios Anuais das Empresas. Análise Própria

Os Quadros 4.21 a 4.23 apresentam os gráficos dos demais indicadores das distribuidoras. As tabelas detalhadas com os dados individuais por distribuidora, ano a ano, estão disponíveis no Anexo 3.

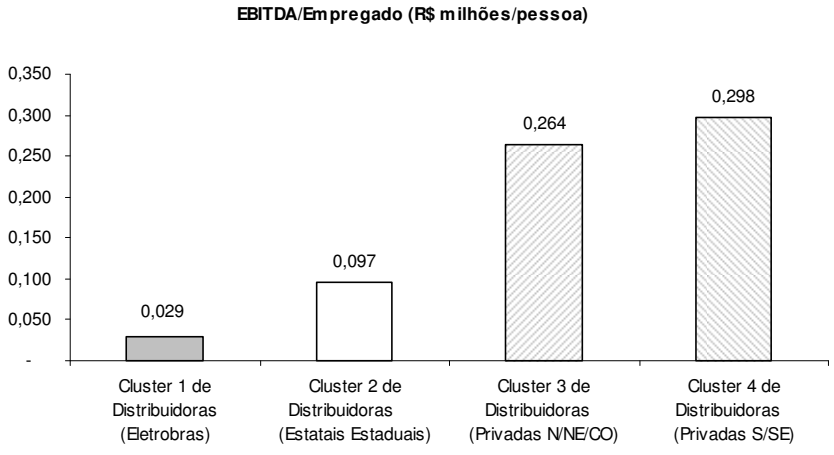
11. LL/ROL (%): lucratividade contábil a partir da receita



12. ROL/Empregado (R$/pessoa): geração de receita por empregado

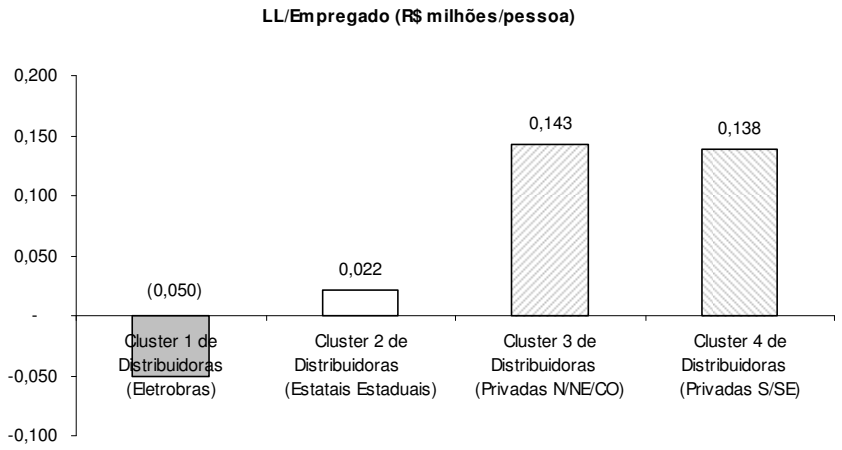


13. EBITDA/Empregado (R$/pessoa): geração de caixa por empregado

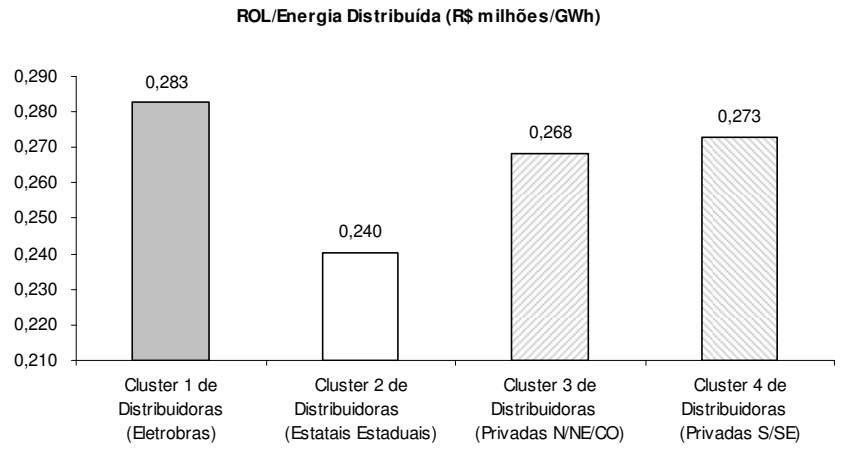


Quadro 4.21: LL/ROL, ROL/Empregado e EBITDA/Empregado – Distribuidoras
Fonte: Relatórios Anuais das Empresas. Análise Própria

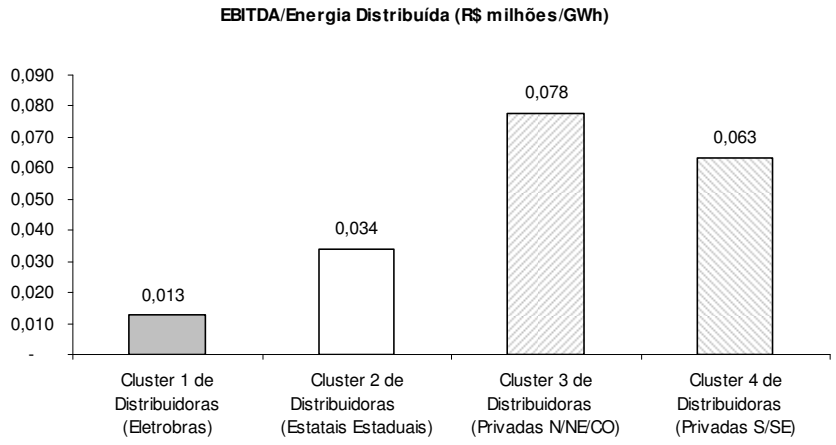
14. LL/Empregado (R$/pessoa): lucratividade contábil por empregado



15. ROL/Energia Distribuída (R$/GWh): geração de receita por energia distribuída

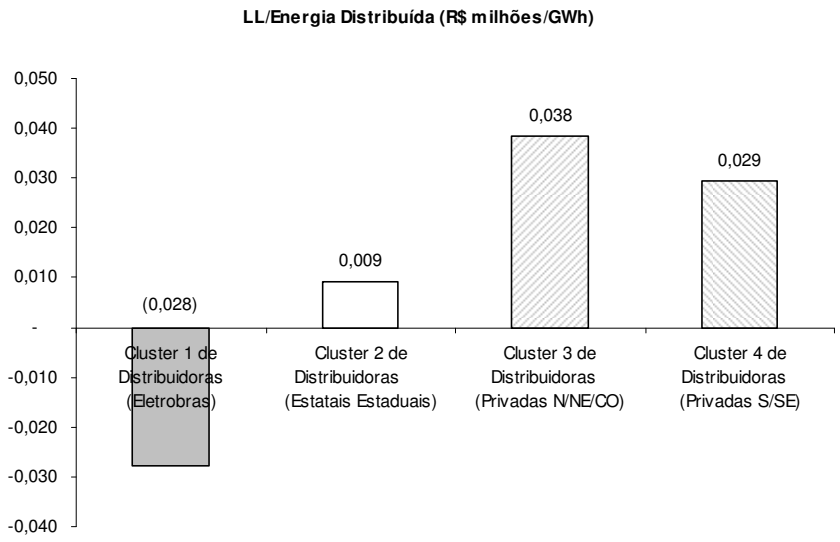


16. EBITDA/Energia Distribuída (R$/GWh): geração de caixa por energia distribuída

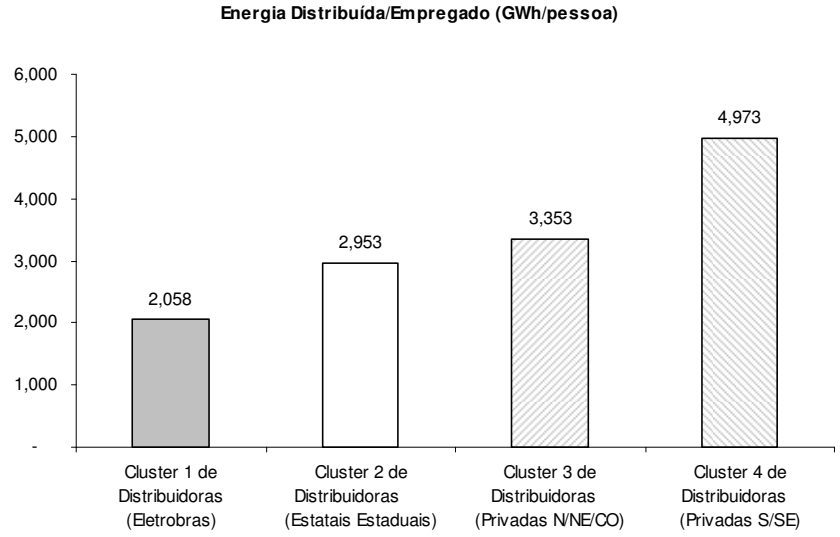


Quadro 4.22: LL/Empregado, ROL/Energia Distribuída e EBITDA/En. Distribuída – Distribuidoras
Fonte: Relatórios Anuais das Empresas. Análise Própria

17. LL/Energia Distribuída (R$/GWh): lucratividade por energia distribuída



18. Energia Distribuída/Empregado (GWh/pessoa): distribuição de energia por pessoa



Quadro 4.23: LL/ Energia Distribuída e Energia Distribuída/Empregado – Distribuidoras
Fonte: Relatórios Anuais das Empresas. Análise Própria

A comparação entre os quatro grupos de distribuidoras permite concluir que:

- De forma geral, as distribuidoras da Eletrobras (conforme já diagnosticado pelo auditor independente dos demonstrativos financeiros da estatal) encontram-se em péssima situação financeira, com baixa geração de caixa (EBITDA) e prejuízos (LL negativos). As estatais estaduais do Cluster 2 apresentam indicadores de produtividade não muito distantes das distribuidoras privadas (Clusters 3 e 4), mas seus indicadores financeiros são piores que os das privadas. Entre as privadas, há relativa igualdade de desempenho

operacional e financeiro, com alternância de liderança nos nove indicadores entre os Clusters 3 e 4.

- EBITDA/ROL (%): Os níveis de 4,8% para distribuidoras da Eletrobras já a posicionam em patamar inicial muito inferior aos 13,2% das distribuidoras estatais estaduais, 29,3% das distribuidoras privadas do Norte/Nordeste/Centro-Oeste, e 23,0% das privadas no Sul/Sudeste, reforçando a premissa de sérios problemas estruturais de custos operacionais.
- LL/ROL (%): Quando são incorporados os custos financeiros ao já baixíssimo EBITDA/ROL da Eletrobras a fragilidade da operação fica explícita. Com seus 10% negativos (comparáveis aos baixos, porém ainda positivos, 3,1% das estatais estaduais, 14,6% das privadas no N/NE/CO e 10,8% das privadas no S/SE), as distribuidoras da Eletrobras se colocam numa situação que pode inclusive comprometer a continuidade operacional das concessões sob sua responsabilidade.
- ROL/Empregado, EBITDA/Empregado, LL/Empregado (R$ milhões/pessoa): Os três indicadores são claros quanto ao insustentável desempenho financeiro das distribuidoras da Eletrobras em relação ao seu quadro de empregados.

	Cluster 1 de Geradoras (Eletrobras)	Cluster 2 de Distribuidoras (Estatais Estaduais)	Cluster 3 de Distribuidoras (Privadas N/NE/CO)	Cluster 4 de Distribuidoras (Privadas S/SE)
ROL/Empregado (R$ milhões/pessoa)	0,578	0,771	0,901	1,327
EBITDA/Empregado (R$ milhões/pessoa)	0,029	0,097	0,264	0,298
LL/Empregado (R$ milhões/pessoa)	-0,050	0,022	0,143	0,138

Quadro 4.24: Análise Comparativa "Indicador Financeiro/Empregado"– *Clusters* de Distribuidoras
Fonte: Relatórios Anuais das Empresas. Análise Própria

- ROL/Energia Distribuída, EBITDA/Energia Distribuída e LL/Energia Distribuída (R$ milhões/GWh): Assim como ocorreu na comparação dos clusters de geradoras, estes três indicadores revelam que apesar de o indicador ROL/Energia Distribuída da Eletrobras ser o maior entre os quatro clusters (R$ 283 mil/GWh para Eletrobras, R$ 240 mil/GWh para estatais estaduais, R$ 268 mil/GWh para privadas no N/NE e R$ 273 mil/GWh para privadas no S/SE), de pouco vale sua vantagem inicial em termos de

maiores tarifas. A vantagem é inócua porque seus custos operacionais maiores (que diminuem seu EBITDA/GWh) e custos financeiros maiores (que afetam seu LL/GWh) drenam toda a entrada de receitas.

	Cluster 1 de Geradoras (Eletrobras)	Cluster 2 de Distribuidoras (Estatais Estaduais)	Cluster 3 de Distribuidoras (Privadas N/NE/CO)	Cluster 4 de Distribuidoras (Privadas S/SE)
ROL/Energia Distribuída (R$ milhões)	0,283	0,240	0,268	0,273
EBITDA/Energia Distribuída (R$ milhões)	0,013	0,034	0,078	0,063
LL/Energia Distribuída (R$ milhões)	-0,028	0,009	0,038	0,029

Quadro 4.25: Análise Comparativa "Indicador/Energia Distribuída"– *Clusters* de Distribuidoras
Fonte: Relatórios Anuais das Empresas. Análise Própria

- Energia Distribuída/Empregado: Este indicador puramente operacional mostra a indiscutível diferença de produtividade entre a Eletrobras e os dois outros clusters. Em grandes números, um empregado das geradoras privadas distribui uma quantidade de energia três vezes superior à de um empregado de uma distribuidora da Eletrobras.

	Cluster 1 de Geradoras (Eletrobras)	Cluster 2 de Distribuidoras (Estatais Estaduais)	Cluster 3 de Distribuidoras (Privadas N/NE/CO)	Cluster 4 de Distribuidoras (Privadas S/SE)
Energia Distribuída/ Empregado (GWh/pessoa)	2,058	2,953	3,353	4,973

Quadro 4.26: Análise Comparativa "Energia Distribuida/Empregado"– *Clusters* de Distribuidoras
Fonte: Relatórios Anuais das Empresas. Análise Própria

Os indicadores operacionais e financeiros apresentados (tanto das geradoras quando das distribuidoras da Eletrobras), consolidam, de certa forma, os efeitos acumulados das operações ineficientes, da governança corporativa frágil e de baixa rentabilidade que tem destruído tanto valor da maior empresa do setor.

Diante de tantas evidências sobre a baixa rentabilidade geral da empresa e do mal emprego de capital, cabe aqui uma observação correlata: parece ser no mínimo contraditória a freqüente disposição da empresa em assumir novos compromissos bilionários,

especialmente em ambientes internacionais que têm produzido sucessivos prejuízos para o Brasil[27] (Quadro 4.27).

Brasil vai construir hidrelétrica na Nicarágua
25 Jul 2011

Estimada em R$ 1 bilhão, obra será financiada pelo BNDES e pode ajudar Daniel Ortega a se reeleger em novembro

Lisandra Paraguassu/BRASÍLIA

O Brasil vai construir uma hidrelétrica de US$ 1 bilhão na Nicarágua, em um projeto que envolve a Eletrobras, a empreiteira Queiroz Galvão e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A obra - acertada com o governo nicaraguense durante a presidência de Luiz Inácio Lula da Silva - é considerada essencial pelo presidente Daniel Ortega, por razões estruturais, já que vai representar 27% da energia elétrica do país, mas também políticas. A hidrelétrica será um dos principais trunfos para a campanha de Ortega pela reeleição neste ano.
...

Do custo total da hidrelétrica, o planejado é que a Eletrobras entre com pelo menos US$ 200 milhões. Outros US$ 342 milhões serão aportados pelo BNDES através de financiamento para bens e serviços exportados pelo Brasil para aplicação na obra. A construtora Queiroz Galvão entraria com outra parte, assim como o Banco Centroamericano de Integración Económica.
...

Pendências. Apesar da sutil pressão diplomática, ainda há detalhes a resolver para que o projeto se torne realidade. Entre eles, estão as mudanças no estatuto da Eletrobras, que permitam a estatal se internacionalizar. Outro ponto pendente é acertar o preço final da obra com a Queiroz Galvão - que pode passar de US$ 1 bilhão, se forem incluídos novos itens como quer a Nicarágua. Também falta alcançar um entendimento sobre o preço final das tarifas de energia, que o governo de Daniel Ortega ainda não determinou. O que cabe ao governo local, no entanto, deve correr mais rápido agora. Prestes a enfrentar uma campanha para a reeleição de novembro, Ortega vê a hidrelétrica como um trunfo eleitoral. Apesar de ter, nas últimas pesquisas, alcançado mais de 47% das intenções de voto - é necessário apenas ultrapassar 35% para ser reeleito no primeiro turno - Ortega enfrenta uma oposição dura.

A Nicarágua cresceu 4,5% em 2010, mas tem hoje um apoio econômico importante da Venezuela de Hugo Chávez. A crise internacional e a possibilidade real do governo venezuelano perder a capacidade de continuar investindo no país ameaçam Ortega. Outro problema para o presidente nicaraguense é sua contínua defesa do ditador líbio Muammar Kadafi, explorada a exaustão pela oposição.

Quadro 4.27: Matéria sobre Plano da Eletrobras de Investimento na Nicarágua
Fonte: O Estado de S. Paulo (25/jul/2011), grifo do autor

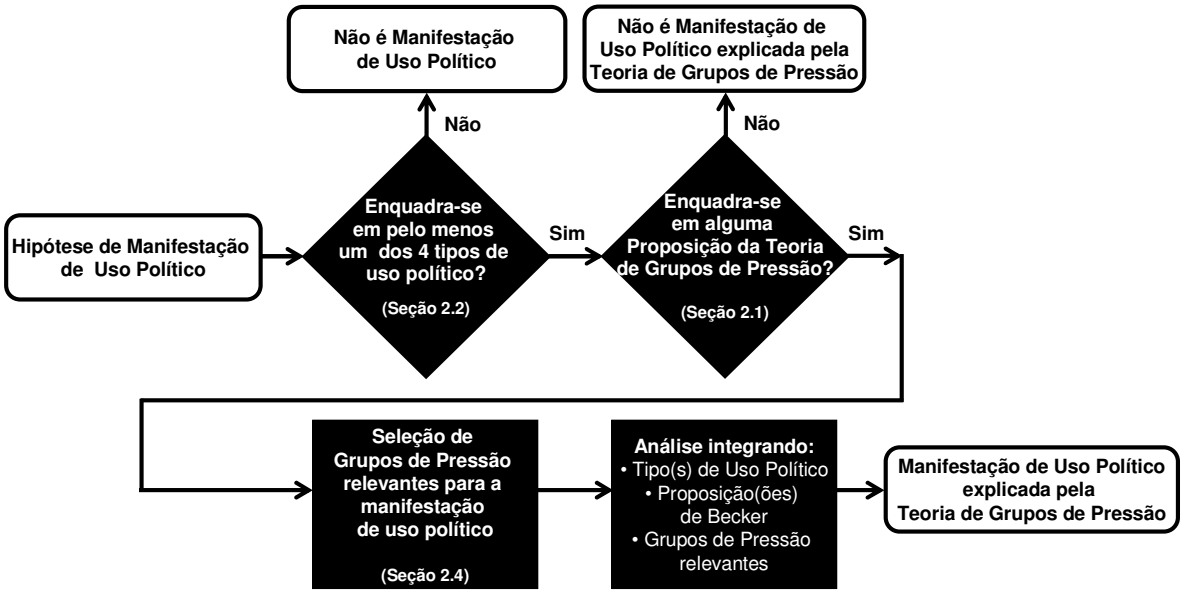
Qual seria a explicação para a assunção de tantos riscos? A vertente política parece ser o argumento principal e será analisada na próxima seção.

[27] De acordo com o White Paper nº 1 do Instituto Acende Brasil "Energia e Geopolítica: Compromisso versus Oportunismo", o Brasil já acumulava até 2010 perdas de R$ 6,7 bilhões por alterações em pactos internacionais do setor de energia, sendo que o montante poderia ser aumentado para até R$ 21 bilhões caso outras intervenções se concretizassem.

4.4 Uso Político na Eletrobras à Luz da Teoria de Grupos de Pressão

A gestão do conglomerado de empresas da Eletrobras é extremamente complexa e seria um desafio corporativo gigante mesmo para agentes privados. Quando à tal complexidade empresarial são superpostas as interferências políticas que vitimizam a empresa há décadas, os efeitos são materialmente negativos e foram capturados pelos diversos indicadores operacionais e econômico-financeiros expostos na seção anterior.

A metodologia para análise de uso político proposta no Quadro 2.6 do Capítulo 2 (reproduzida abaixo) será aplicada:



Portanto:

- A hipótese de uso político que será testada é o loteamento político das empresas da Eletrobras. Tal loteamento tem se manifestado das seguintes formas principais: uso de cargos das empresas como moeda de troca política (Seção 4.2) e ocupação da empresa por partidos políticos, aliados do governo federal, que têm conduzido a empresa a um quadro de ineficência operacional e baixa rentabilidade (Seção 4.3).

- Ao ser submetida ao primeiro teste/filtro ("Hipótese enquadra-se em pelo menos um dos 4 tipos de uso político?"), a hipótese se enquadra em dois dos critérios de conceituação de "Uso Político" (Seção 2.2, Quadro 2.3):

a) Uso Político Tipo 1 – "Benefício no Curto Prazo, Custo no Longo Prazo": quando uma ação produz um efeito aparentemente benéfico para o Setor Elétrico no curto prazo mas representa destruição de valor no longo prazo.
Exemplos: programas e obras estatais iniciados às vésperas de eleições majoritárias geram aparentes benefícios para o próprio setor e concretos e imediatos dividendos político-eleitorais para os políticos associados a tais ações. Mas podem representar um considerável ônus para o Estado num horizonte de longo prazo.

d) Uso Político Tipo 4 – "Estratégico se sobrepõe ao Econômico": quando decisões que implicam evidente desrespeito a padrões mínimos de rentabilidade e de governança corporativa são tomadas e quando se procura justificá-las com argumentos centrados na "importância estratégica" da decisão, sem explicações objetivas sobre tal importância.
Exemplos: assunção de projetos e operações com retorno sobre o capital inferior ao custo de oportunidade do capital.

- Ao ser submetida ao segundo teste/filtro ("Hipótese enquadra-se em alguma proposição da Teoria de Grupos de Pressão?"), a hipótese se enquadra nas seguintes proposições de Gary Becker (Seção 2.1, Quadro 2.1):

Proposição 1	**Um grupo que se torna mais eficiente na produção de pressão política é mais capaz de reduzir seus impostos ou aumentar seus subsídios.**
Corolário da Proposição 1	A eficácia política de um grupo não é determinada pela sua eficiência absoluta, mas por sua eficiência relativa a outros grupos de pressão.
Proposição 3	Grupos bem-sucedidos politicamente tendem a ser pequenos em relação aos grupos tributados que viabilizam os pagamentos dos subsídios que beneficiam os primeiros.

A hipótese também se enquadra nas seguintes conclusões derivadas da Teoria de Grupos de Pressão (Seção 2.1, Quadro 2.2):

Políticos são apenas veículos dos grupos de pressão e agirão buscando sua própria viabilização política, posicionando-se a favor do(s) grupo(s) que têm maiores condições de exercer pressão;
A intensidade da pressão é diretamente proporcional aos recursos disponíveis e à homogeneidade de interesses dos membros dos grupos;

A hipótese sobreviveu aos dois testes/filtros anteriores, e, portanto, o próximo passo metodológico consiste em selecionar os grupos de pressão relevantes para a análise da manifestação (seção 2.4, Quadro 2.5) e executar a análise integrada envolvendo: tipos de uso político, proposições da Teoria de Grupos de Pressão de Gary Becker e grupos de pressão relevantes.

Os principais grupos que têm se beneficiado há décadas do uso político da Eletrobras são:

- O governo federal, que recebe apoio a suas iniciativas (no Congresso, principalmente) em troca de cargos cedidos aos partidos.
- Partidos políticos que recebem os cargos de direção das empresas da Eletrobras. Os partidos e seus integrantes usam seus cargos como plataformas de multiplicação e consolidação de redes de poder e para a alimentação de cadeias econômicas atreladas às operações da Eletrobras.
- Políticos com bases eleitorais nos locais de atuação da Eletrobras. Eles se valem da presença das subsidiárias da *holding* – empresas que geralmente são as maiores empresas da região – como manancial eleitoral, vinculando sua imagem, por exemplo, à execução e inauguração de grandes obras.
- A parcela de empregados das empresas da Eletrobras que não manteria seus empregos sob uma gestão mais eficiente. A ineficiência alocativa da força de trabalho das empresas da Eletrobras foi demonstrada na Seção 2.3 pelos indicadores "ROL/Empregado", "EBITDA/Empregado", "LL/Empregado", "Energia Gerada ou Energia Distribuída/Empregado". Em todos os indicadores, tanto para as empresas de geração quanto de distribuição, o desempenho das estatais federais foi inferior. O indicador "EBITDA/Empregado" das distribuidoras da Eletrobras, por exemplo, foi de R$ 0,029 milhões/empregado, valor 9 vezes inferior ao indicador das distribuidoras privadas no cluster N/NE/CO (R$ 0,264 milhões/empregado) e 10 vezes inferior ao indicador das distribuidoras privadas no cluster S/SE (R$ 0,0298 milhões/empregado).
- Fornecedores da Eletrobras que não obteriam contratos sob gestões mais eficientes.
- Uma parcela de consumidores das áreas de concessão operadas pelas distribuidoras da Eletrobras com índices de perdas não-técnicas (roubo de energia e inadimplência) superiores à média nacional. Tais consumidores recorrem a "procedimentos" não usuais nas regiões Norte e Nordeste para evitar o pagamento de suas faturas e são

frequentemente flagrados furtando energia da rede. A impunidade tem funcionado como incentivo à continuidade da prática e, o que é mais relevante, a solução do problema envolve a alteração de estruturas de poder local e a quebra de oligarquias que extrapolam a dinâmica do setor elétrico.

Os grupos que têm sofrido perdas devido ao uso político da Eletrobras são:

- O Estado brasileiro, controlador da Eletrobras e seu acionista majoritário e, consequentemente, todos os contribuintes e cidadãos brasileiros que têm sido vitimizados pela destruição de valor bilionária de uma empresa que remunera suas operações e projetos com taxas inferiores ao seu custo de capital (Quadro 4.7).
- Acionistas minoritários, que adquiriram suas ações em busca de rentabilidade compatível mas que têm convivido com um valor de mercado que não ultrapassa 1/3 do patrimônio líquido da empresa (Quadro 4.8).
- A parcela de empregados das empresas da Eletrobras que, apesar de formação acadêmica adequada e postura profissional compatível com os mais competitivos ambientes privados, sofre com a ausência de meritocracia e tem que conviver com colegas que não atendem aos requisitos pessoais e profissionais de uma empresa com ambições tão grandes quanto as expressas na Visão da Eletrobras para 2020: *"Em 2020, ser o maior sistema empresarial global de energia limpa, com rentabilidade comparável às das melhores empresas do setor elétrico."*
- Consumidores nas áreas de concessão de distribuidoras da Eletrobras que podem ter seus serviços seriamente afetados em função da fragilidade financeira das empresas.

Este cenário de explícito uso político não é novidade e manifestações recentes dos acionistas minoritários da Eletrobras sugerem que começa a haver algum apoio político para interromper esta situação, conforme exemplifica a entrevista de um dos dois conselheiros independentes da Eletrobras (Quadro 4.28):

Minoritário critica governança da Eletrobras
24 Nov 2010

Investidores privados querem vender ações de distribuidoras em bolsa e demitir diretores de controladas que desobedeçam estratégia do grupo.

Por Josette Goulart | De São Paulo, Daniel Wainstein/Valor

Em meio ao período de transição do governo, os interesses em torno da maior companhia de energia elétrica do país se acentua. A Eletrobras está em uma disputa de poder e no dilema de se tornar uma empresa rentável, quiçá a "Petrobras do setor elétrico", como planejava o governo Lula. Neste momento, os minoritários da empresa, que têm cerca de 20% do capital votante, esperam que o futuro governo possa resolver assuntos "intocáveis". O representante deles no conselho de administração, Arlindo Magno, é quem levanta as questões que preocupam os investidores. De política, pouco falou, já que ele próprio é um militante do PT. Mas como representante do setor privado propõe uma privatização branca das distribuidoras da empresa, a venda dos ativos que não fazem parte do negócio da Eletrobras, a saída dos fundos e a demissão de diretores das controladas que desobedeçam a estratégia da companhia. Veja a seguir trechos da entrevista:

Valor: O sr. é militante do PT? É importante lhe perguntar logo no início dessa conversa.
Arlindo Magno: Sou.

Valor: Isso pode fazer alguma diferença...
Magno: Não. Eu sou governo, mas não sou chapa-branca. E represento R$ 9 bilhões em interesses privados dentro da Eletrobras. Esse já é meu quarto mandato como conselheiro eleito pelos minoritários, e que incluem os investidores estrangeiros.

Valor: Por que o senhor resolveu dar essa entrevista agora, em período de transição de governo?
Magno:Justamente por isso. Porque existe a mudança de governo e tenho esperança que a presidente Dilma possa mexer nos problemas intocáveis da Eletrobras.

Valor: Intocáveis?
Magno:Qual o nosso negócio, por exemplo? É um problema intocável. Todo mundo responde rápido que é geração, transmissão e distribuição. Mas temos vários ativos que não estão dentro desse escopo. Então, por que não vender? A Eletrobras tem participações minoritárias em mais de 30 empresas, que somam R$ 6,8 bilhões, e não há gestão sistemática dessas participações. Gerenciamos os fundos setoriais. Isso não é negócio nosso. Por que não mandar isso para um gestor financeiro como o BNDES? Gerenciamos o Luz para Todos, o Reluz. Nada é nosso negócio, são ações de governo.

Valor: Mas a empresa considera como negócio?
Magno: Eles não tocam no assunto. As participações minoritárias, em alguns casos, são por questão de depósito judicial. Não importa. O que importa é a política da empresa. Tem de decidir que vai vender esses ativos. Por que não faz isso? Porque é um assunto intocável. **...**

Valor: A Eletrobras é tradicionalmente reduto do PMDB...
Magno: Os investidores privados sabem do risco político. Não vou entrar no detalhe da disputa interna na base do governo.

Valor: Mas essa é uma questão importante.
Magno: A questão é ter governança. Se tiver, não é importante quem for indicado para cargos na empresa. E isso não existe, nem em nível de conselho. Belo Monte, por exemplo. Você sabe qual o valor do investimento? Eu não sei. Sabe a rentabilidade? Eu não sei. O leilão aconteceu na primeira parte do ano e até agora não fomos informados sobre quanto a empresa vai investir e o retorno que teremos. Quando aprovamos a participação, só demos diretrizes, como rentabilidade mínima. O mercado até aceita rentabilidade menor, mas é preciso também que a EPE revise seus cálculos, os preços estão muito apertados.

Valor: O sr. pediu os números?
Magno: Várias vezes.

Valor: E o que alegam?

Magno: Assunto intocável. O mesmo acontece em Angra 3. Isso virou uma inércia do conselho, que não chama para si essa responsabilidade.

Valor: É bom para a Eletrobras sair da conta do superávit primário?
Magno: Não. A Eletrobras tem que cumprir o superávit pelo baixo nível de governança que tem. Fazendo parte das contas do governo, ao entrar em um projeto sabe que ao se endividar precisa ter um retorno suficiente para pagar o principal e o serviço da dívida. Se está na meta, tem algum controle. Quando virar uma holding - hoje não sabe se é holding ou empresa de participações -, aí sim pode implementar melhores práticas de governança. E é preciso estabelecer meta para a gestão das controladas. Não obedeceu, não "performou", vai ter que se justificar. Se não é boa a justificava, não reconduz um diretor.

Valor: E qual o problema para se tornar uma holding?
Magno: É problema de cultura. O site da Eletronorte é .gov.br, parece um braço do Ministério. O da Eletrobras é .com. Olha a cultura díspare em um detalhe. Aí você vai buscar os resultados operacionais de cada empresa e são os piores do setor. E não conseguimos ter o acompanhamento disso dentro do conselho. Propomos que se crie uma diretoria de participações que tenha controle do que acontece em todas as empresas.

Valor: As resistências em torno da centralização são ainda visíveis, como o caso recente de Furnas, que abriu processo concorrente à Eletronorte para o leilão de Teles Pires.
Magno: A centralização é para dar racionalidade aos investimentos. Por que esse problema com Furnas? Porque existia antes uma concorrência de leilões de energia, predatória, onde cada controlada fazia o que queria, destruindo valor. Isso é da cultura. Já tivemos um avanço ao fazer o contrato de gestão com essas empresas, mas o problema é a política de consequência. Se não atinge a meta, a empresa é punida com corte de empréstimo. Não se pune o dirigente. A política correta é demitir imediatamente. Então, eu defendo que a diretoria de Furnas seja demitida ao não cumprir decisão estratégica estabelecida para Teles Pires. Para não acontecer de novo. E defendo que a diretoria da Chesf não seja reconduzida por ter criado problemas locais no momento da consolidação da holding.

Valor: As diferentes empresas da Eletrobras têm partidos diferentes no comando, isso....
Magno: Na Petrobras e no BB (Banco do Brasil) também era assim. Superaram pela governança. No BB só vice-presidentes são indicados e lá há os comitês. O modelo do BB é um modelo a ser observado. Mas o da Cemig também. A empresa é controlada pelo governo de Minas Gerais e veja o resultado operacional da companhia. Nós, minoritários, não temos a ilusão de que a Eletrobras vai ter rentabilidade de uma Tractebel. Porque a Tractebel não assume determinados riscos para construir uma hidrelétrica estratégica para o país. Então, sabemos que governo tem que tomar essa responsabilidade.

Valor: E as distribuidoras? São intocáveis?
Magno: Sim. Mas a distribuição é 100% regulada. Defendemos a criação de uma holding das distribuidoras e da abertura de capital no Novo Mercado. Significa que o governo perde o controle. É como se fosse uma privatização branca. Pode até perder o controle, mas captura ganhos. A Eletrobras já colocou mais de R$ 20 bilhões nelas.

Valor: O PMDB vai deixar a Dilma governar?
Magno: Assunto intocável. Não para a Eletrobras, para mim.

Valor: O que aconteceu em Furnas, em relação a Teles Pires, tem a ver com o problema com o PMDB?
Magno: Foi desobediência. José Antônio Muniz, o presidente, é indicado do PMDB. Ele é quem está mais aborrecido com isso.

Valor: Por que isso acontece se estão todos do mesmo partido?
Magno: Porque existe uma luta interna para ver quem controla a corporação. E quem pode dar uma disciplina é o conselho de administração da Eletrobras.

Quadro 4.28: Entrevista de Conselheiro Independente da Eletrobras
Fonte: Valor Econômico (24/nov/2010), grifo do autor

A hipótese é, portanto, uma manifestação de uso político explicada pela Teoria de Grupos de Pressão pelos motivos abaixo:

1) O episódio é um clássico exemplo de dois tipos de uso político:

- Uso Político Tipo 1: "Benefício no Curto Prazo, Custo no Longo Prazo"; e
- Uso Político Tipo 4: "Estratégico se sobrepõe ao Econômico".

2) O loteamento partidário se encaixa em duas proposições de Becker:

- Proposição 1: "Um grupo que se torna mais eficiente na produção de pressão política é mais capaz de reduzir seus impostos ou aumentar seus subsídios";
- Proposição 3: "Grupos bem-sucedidos politicamente tendem a ser pequenos em relação aos grupos tributados que viabilizam os pagamentos dos subsídios que beneficiam os primeiros."

3) Os grupos de pressão beneficiados e prejudicados são identificáveis:

- Grupos de pressão beneficiados: O governo federal que recebe apoio dos partidos cooptados pela cessão de cargos da estatal; partidos políticos que recebem os cargos de direção das empresas da Eletrobras; políticos com bases eleitorais nos locais de atuação da Eletrobras; a parcela de empregados das empresas da Eletrobras que não manteria seus empregos sob uma gestão mais eficiente; fornecedores da Eletrobras que não obteriam contratos sob gestões mais eficientes; e uma parcela de consumidores das áreas de concessão operadas pelas distribuidoras da Eletrobras que praticam impunemente furtos de energia e não pagam suas contas.

- Grupos de pressão prejudicados: o Tesouro Nacional (acionista majoritário da Eletrobras) e todos os contribuintes/cidadãos brasileiros; acionistas minoritários; a parcela de empregados das empresas da Eletrobras em busca de meritocracia e eficiência; consumidores nas áreas de concessão de distribuidoras da Eletrobras em situação financeira frágil.

O próximo capítulo (Capítulo 5) proporá um conjunto de estratégias e métricas voltadas ao bloqueio de manifestações de uso político.

CAPÍTULO 5 – Estratégias e Métricas para Geração de Valor e Bloqueio de Uso Político nas Empresas do SEB

"In emerging countries, politics matters at least as much as economics for market outcomes."
Ian Bremmer, Presidente do Eurasia Group (2011)

Os capítulos 3 e 4 apresentaram duas manifestações fartamente documentadas de uso político de duas estatais muito relevantes do Setor Elétrico Brasileiros. Se tal amostra – limitada em quantidade de empresas, mas significativa em termos de participação de mercado no mundo estatal brasileiro[28] – for extrapolada para as demais estatais do setor, uma das principais conclusões que esta tese pretende defender poderia ser expressa da seguinte forma: bloquear a gestão das estatais das pressões e interferências políticas representa uma das forma mais eficazes para gerar valor no mundo estatal brasileiro e, como conseqüência, diminuir as distorções derivadas de tais interferências sobre o setor e maximizar o valor que tais estatais podem oferecer à sociedade brasileira.

Assim, o objetivo desse capítulo é definir uma metodologia que proponha uma estratégia e um conjunto de indicadores (métrica) para bloquear o uso político e aumentar a geração de valor das estatais do Setor Elétrico Brasileiro.

No entanto, é importante deixar de lado a confusão – que frequentemente é usada para justificar usos políticos destruidores de valor de empresas estatais – ligada ao conceito explorado por Viscusi et al (1997) sobre o objetivo de empresas estatais (por eles chamadas de "public enterprises"): o objetivo de estatais seria o de maximizar o "bem estar social" ("social welfare"), em contraste com o objetivo de empresas privadas, cujo objetivo seria o de maximizar o lucro.

Os autores justificariam este contraste, entre outras razões, pela diferença em termos de prestação de contas. Enquanto gestores de empresas privadas prestam contas aos acionistas, gestores estatais devem prestar contas aos eleitores. No entanto, os próprios autores

[28] Além de Copel e Eletrobras, as estatais de grande porte cujo uso político não foi analisado são as estaduais Cesp (apenas geração), Cemig (geração, transmissão e distribuição) e Celesc (apenas distribuição).

admitem que o "bem estar social", em comparação com indicadores operacionais ou econômico-financeiros, é difícil de medir e que as restrições impostas aos gestores privados são muito menores (ou inexistentes) para os gestores estatais por causa da fluidez do conceito de "maximização" de uma variável pouco objetiva.

Além disso, nunca é demais lembrar que empresas estatais também devem prestar contas a uma categoria muito especial de acionistas: os contribuintes da nação que, com seus impostos, viabilizaram a criação de tais empresas. Tal "dualidade" da função-objetivo de estatais precisa ser vista com muitas restrições e a maximização do "bem-estar social" não pode ser vista como uma justificativa sem limites para a destruição de valor econômico-financeiro.

Evitar esse "cheque branco" para a gestão de estatais com base no argumento de maximização de bem-estar social é importante, mas é crucial reconhecer que a destruição de valor por usos políticos precede a discussão ou decisão futura sobre qual função maximizar. Se os políticos capturam recursos das estatais à montante, o valor a ser distribuído à juzante é menor, qualquer que seja seu nome (lucro ou bem-estar social).

Outra importante contribuição sobre esta discussão é oferecida por Jensen e Meckling (1976) em "*Theory of the Firm: Managerial Behavior, Agency Costs, and Ownership Structure"*. Segundo os autores, quando empresas são definidas como o ponto de conexão (ou "*nexus*") de relações contratuais, fica clara a impropriedade de perguntas como "qual deveria ser a função-objetivo da empresa?" ou "a empresa tem uma responsabilidade social?" porque empresas não são indivíduos.

Empresas seriam um tipo de ficção de natureza legal e funcionam como um ponto focal para a implementação de um processo muito complexo em que objetivos conflitantes de indivíduos (alguns dos quais, inclusive, podem "representar" outras organizações) são equilibrados dentro de um arcabouço de relações contratuais. Dessa forma, é essencial evitar pensar em empresas como indivíduos com "motivações e intenções" e restringir a análise de objetivos empresariais aos contratos estabelecidos.

As reflexões e delimitações acima são importantes para a reafirmação dos objetivos deste capítulo – bloquear usos políticos e aumentar a geração de valor nas empresas, principalmente nas estatais – porque o percurso trilhado nos capítulos anteriores não tem o propósito de desconstruir a (teórica e controversa) diferença de objetivos entre empresas estatais e privadas.

Muito pelo contrário. Pela própria defesa da existência de boas estatais, é importante eliminar – ou pelo menos minimizar – as opções de uso político baseadas na fluidez do conceito de "bem estar social" exploradas por políticos que, como foi visto nas seções anteriores, nem de longe maximizam o bem estar social com suas interferências. As interferências políticas atendem a interesses de grupos de pressão privados aliados dos políticos e que são muito pequenos se comparados à população materialmente prejudicada.

Os episódios de populismo tarifário (Capítulo 3) e loteamento partidário (Capítulo 4) estudados à luz da Teoria de Grupos de Pressão são apenas dois exemplos da destruição de valor que tal fluidez conceitual propicia.

Isto posto, a metodologia que embasa a estratégia de bloqueio de uso político parte do reconhecimento das grandes hipóteses de manifestação de uso político (definidas no Quadro 2.4 do Capítulo 2) e as classifica de acordo com seu domínio (empresarial ou setorial).

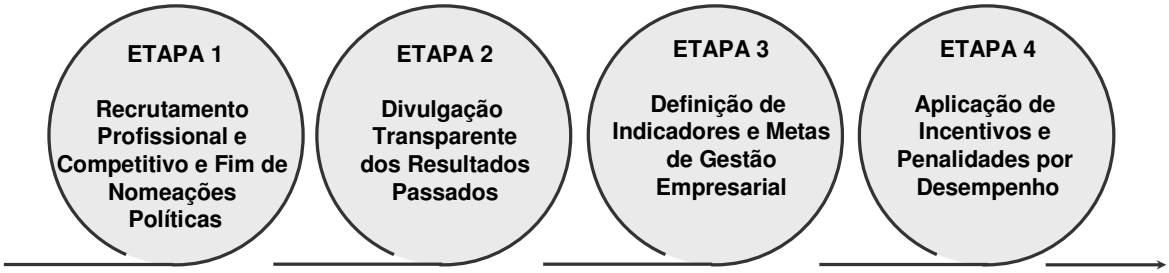
O primeiro tipo de domínio se restringe às manifestações que podem ser, parcial ou totalmente, bloqueadas por ações ao alcance dos gestores das empresas. O segundo tipo de domínio envolve intervenções mais gerais e complexas e que dependem de outros atores e de alterações mais gerais ligadas a políticas públicas, fiscais e setoriais (Quadro 5.1).

HIPÓTESE DE MANIFESTAÇÃO DE USO POLÍTICO	DOMINÍO (EMPRESARIAL / SETORIAL)
1. Tarifa, Inflação e Eleições	Empresarial
2. Impostos e Encargos	Setorial
3. Cargos e Empregos em Estatais	Empresarial
4. Obras de Expansão	Empresarial
5. Uso de Fundos de Pensão	Empresarial/Setorial
6. Interferências Políticas na Agência Reguladora	Setorial
7. Uso do Setor para subsidiar Projetos Sociais	Empresarial/Setorial
8. Baixa Rentabilidade de Estatais	Empresarial

Quadro 5.1: Domínios das Hipóteses de Uso Político no Setor Elétrico Brasileiro
Elaboração Própria

É necessário excluir a lógica política de um setor que opera com horizontes empresariais de longo prazo e que constantemente é prejudicado pelas demandas eleitorais de curto prazo. Como no Brasil há eleições em anos pares a cada quatro anos (exemplo: eleições de 2010) para o Poder Executivo – presidente da república, governadores – e para o Poder Legislativo – senadores, deputados federais e deputados estaduais –, mas tais eventos são alternados com eleições municipais para o Poder Executivo municipal deslocadas dois anos à frente (exemplo: eleições de 2012), o setor a cada dois anos é diretamente impactado por interferências sem aderência a princípios empresariais para satisfazer a demandas eleitorais implícitas e explícitas (cargos em diretorias de estatais, pedidos de obras em redutos eleitorais de candidatos, exploração midiática e pressão sobre o regulador em eventos de revisões tarifárias de distribuidoras em áreas de concessão onde atua o candidato etc).

Dessa forma, a estratégia apresentada no Quadro 5.2 se restringe aos bloqueios de usos políticos no domínio empresarial porque os mesmos dependem exclusivamente de inciativas e ações dos gestores de estatais e do apoio político restrito ao Poder Executivo, eliminando a usual justificativa do Poder Executivo (e de gestores de estatais politicamente apontados) na linha do “não podemos fazer porque dependemos da aprovação do Congresso”:



ETAPA 1	ETAPA 2	ETAPA 3	ETAPA 4
1.1 Tolerância zero para barganhas políticas de cargos em estatais	2.1 Padronização de demonstrativos financeiros de empresas estatais	3.1 Seleção de indicadores operacionais e econômico-financeiros de estatais do setor	4.1 Definição e divulgação de critério de remuneração variável atrelada às metas, em todos os níveis profissionais das estatais
1.2 Demissão de diretores sem formação acadêmica adequada e sem experiências profissionais relevantes	2.2 Divulgação das taxas de retorno de novos projetos	3.2 Atualização anual de estudo comparativo nacional de indicadores de empresas referenciais (*benchmark*) nos setores estatal e privado nacional	4.2 Divulgação anual do nível de cumprimento de metas das estatais
1.3 Contratação via processo competitivo de recrutadores profissionais	2.3 Cálculo anual do EVA de estatais, incluindo WACC, ROIC e capital empregado	3.3 Definição e divulgação das metas para os indicadores	4.3 Pagamento de remuneração variável
1.4 Divulgação na internet dos critérios de seleção dos candidatos aos cargos	2.4 Realização de sessão anual no Senado para divulgação de resultados de estatais	3.4 Publicação no Diário Oficial da União dos planos de ação detalhados assumidos pelos diretores para cumprimento das metas de todos os indicadores	4.4 Definição de critério e seleção de "melhor gestor estatal" e "melhor estatal" do ano
1.5 Publicação do perfil dos candidatos finalistas e do atendimento aos critérios de seleção	2.5 Publicação, pelo Tribunal de Contas da União, de relatório comparativo dos resultados financeiros das estatais federais e estaduais e de empresas comparáveis no setor privado		4.5 Criação de banco de dados nacional com *ranking* cumulativo dos melhores gestores estatais por critérios acadêmicos e de desempenho profissional
1.6 Seleção final dos melhores candidatos após sabatina dos finalistas no Senado			4.6 Demissão de presidentes e diretores com desempenho fraco recorrente
1.7 Publicação de relatório técnico			

Quadro 5.2: Estratégia para Bloqueio de Uso Político no Domínio Empresarial
Elaboração Própria

As seções 5.1 a 5.4 detalham os requisitos de implementação das quatro etapas acima.

5.1 Etapa 1: Recrutamento Profissional e Fim de Nomeações Políticas

A implementação rigorosa desta primeira etapa é crucial para o sucesso das demais etapas da estratégia. Os oito anos de observação que embasam esta pesquisa permitem afirmar com muita segurança que as agendas do mundo político e do mundo empresarial não são compatíveis. E, conforme demonstrado nas seções anteriores, a ação política sobre o Setor Elétrico Brasileiro tem sido estremamente negativa.

No entanto, isolar os políticos do Setor Elétrico Brasileiro será uma empreitada muito ambiciosa. Shleifer (1994) argumenta que políticos nunca querem perder o controle sobre empresas estatais (e, em certos casos, sobre empresas privadas, quando as afetam com aumento de impostos, por exemplo) e não são muito simpáticos a gestores de empresas com alto grau de autonomia. Políticos veem em estatais plataformas de poder.

O próprio modelo econômico proposto por Shleifer define como antagonistas os papeis, de um lado, do Tesouro e dos gestores e, de outro lado, os políticos. Em sua modelagem, políticos querem empregar mais pessoas (que ele expressa por meio da variável L, de "labor", ou "trabalho" em inglês) para obter os benefícios desse emprego acima de níveis eficientes, expressos pela função B(L), que representa pessoas que serão seus potenciais eleitores e que foram beneficiadas pelo sobre-emprego. Como se vê, nesta representação os dois lados têm objetivos explicitamente diferentes: um quer maximizar sua função política enquanto o outro é prejudicado pelo sobre-emprego uma vez que tal prática clientelista aumenta desnecessariamente os custos da estatal. Este exemplo demonstra que aumentar a eficácia empresarial implica excluir a agenda política da arena das estatais.

De acordo com Vickers e Yarrow (1991), uma das maiores críticas conceituais à propriedade organizada sobre a forma estatal está ligada ao fato de que os incentivos para monitorar o comportamento gerencial de tais empresas podem ser pobres e deixar os gestores estatais com relativa liberdade para perseguir suas agendas pessoais. Apesar de esse ser um problema relevante, há ainda um problema mais sério: gestores de estatais são tipicamente subordinados a atores políticos, cujas agendas raramente contemplam critérios que beneficiam as empresas.

Segundo Galbraith (1983) o poder pode ser classificado de acordo segundo três formas de exercício: Poder Condigno ("Condign Power"), Poder Compensatório ("Compensatory Power") e Poder Condicionado ("Conditioned Power"). O primeiro tipo consiste na submissão pela imposição de punição e práticas semelhantes. O segundo é representado pela oferta de "recompensas" em troca de apoio ou submissão. O terceiro é exercido com base na argumentação e persuasão. O setor seria imensamente beneficiado se a lógica de poder no Brasil deixasse de ser baseada no Poder Compensatório e passasse a ser regida pelo Poder Condicionado.

Apesar de tantos obstáculos teóricos e práticos, o momento que o setor elétrico vive à época de defesa deste trabalho é propício para o início de uma reforma mais ousada na forma de selecionar os gestores estatais por três razões: o país tem uma nova presidente da república com experiência no setor; a presidente conta com o capital político típico de início de mandatos que a permite propor alterações estruturais; e os inúmeros exemplos de uso político de estatais com repercussões negativas junto à opinião pública (Anexo II) são motivadores importantes para a construção de uma "agenda positiva" para o setor elétrico que se afaste de figuras políticas que controlam as empresas estatais há décadas.

Na linha de promoção de uma "reforma" da gestão das estatais (um outro termo que poderia ter bom impacto comunicação), um estudo do Banco Mundial (World Bank, 1995) defende que qualquer reforma precisa atender a três condições para obter sucesso em sua implementação:

- a reforma precisa ser desejável pelos líderes que a promoverão, com ganhos políticos maiores que as perdas políticas;
- a reforma precisa ser factível, com meios para impor a reforma e vencer seus opositores;
- a reforma precisa ser crível, sem suspeitas de que seus líderes não mudarão de ideia no meio do processo.

As três condições acima podem ser satisfeitas: se houver habilidade no processo de comunicação dos prejuízos causados à população, os grupos aliados serão incomparavelmente maiores do que os grupos opositores à gestão profissional nas estatais. Em relação à factibilidade, o momento político é favorável e a imagem da presidente está mais próxima ao combate do que à tolerância a práticas políticas clientelistas. Quanto à

credibilidade da reforma, há na prática grande dependência da vontade e energia política a partir da figura da presidente para impor limites às demandas de alguns partidos políticos.

Ação 1.1: Tolerância zero para barganhas políticas de cargos em estatais

O fenômeno de "cargos de confiança" não é exclusivo das estatais federais e estaduais do setor elétrico. Em 2009 foi dada ampla divulgação à existência de 38 funções de diretores no Senado Federal. Há mais de 17 mil cargos de confiança em 21 Assembleias Legislativas Estaduais. Esses milhares de postos são ocupados pelos partidos aliados do governo eleito e se transformam numa rede de trocas de favores de múltiplos níveis que não guarda nenhuma relação com a gestão do patrimônio público.

Além do número elevado dos cargos, impressiona a falta de qualificação das pessoas que os ocupam. É necessário acabar com esta prática, em todos os níveis, começando pelas estatais de grande porte. Muito se fala no chamado "presidencialismo de coalizão", conceito segundo o qual o presidente da República seria obrigado a oferecer algumas vantagens, incluindo "espaço no governo" para os partidos que o ajudaram a se eleger, mas a análise histórica tem demonstrado que essa tática apenas aprofunda o efeito "governo-refém-de-partidos" com base no fisiologismo. Quanto mais o presidente cede, mais precisa ceder. Até perder o controle e, no limite, o próprio poder.

Ação 1.2: Demissão de diretores sem formação acadêmica adequada e sem experiências profissionais relevantes

Se um hospital contratar um político para a posição de cirurgião-chefe os efeitos serão percebidos rapidamente com a perda de vida de pacientes. No entanto, as estatais estão morrendo todos os anos, com resultados pobres ou negativos, e nada se faz. Não é admissível entregar cargos que envolvem a gestão de bilhões de ativos a pessoas que nunca tiveram formação acadêmica ou experiência profissional para tal função.

Quem trabalha há mais tempo no setor conta inúmeros exemplos de presidentes e diretores de estatais – até de ministros – que não sabem a diferença entre energia e potência (algo que qualquer iniciante aprende nos primeiros dias de estudo ou trabalho), confundem-se quando precisam reportar resultados financeiros, e, em vários casos, não conseguem nem sequer se expressar corretamente. Essas pessoas precisam ser demitidas e substituídas por

profissionais que foram preparados, ao longo de décadas, nas melhores escolas e nas melhores empresas. O contribuinte merece isso.

Ação 1.3: Contratação via processo competitivo de recrutadores profissionais

Quando uma empresa privada se defronta com um processo de substituição de sua liderança (presidente e diretores) a primeira ação tomada pelo Conselho de Administração é a contratação de uma empresa de "headhunting" para a seleção da próxima geração de gestores. A mesma lógica não opera no mundo estatal e o que se vê é a disputa desinibida entre partidos pela nomeação de pessoas para o(s) cargo(s). A adoção de um processo competitivo e aberto (como uma licitação) para a própria seleção da emrpresa de recrutadores terá o poder de acabar com o fisiologismo e impor a meritocracia.

Ação 1.4: Divulgação na internet dos critérios de seleção dos candidatos aos cargos

Uma vez selecionada a empresa recrutadora, a mesma deve divulgar amplamente os critérios para seleção do(s) candidatos (essencialmente formação acadêmica e experiência profissional) e as atribuições, responsabilidades e remuneração de cada função.

Ação 1.5: Publicação do perfil dos candidatos finalistas e do atendimento aos critérios de seleção

Todos os candidatos que satisfizerem os critérios de seleção devem ter seus perfis completos publicados para que a sociedade seja capaz de entender o processo de filtragem implementado pelo(s) recrutado(es) profissional(is).

Ação 1.6: Seleção final dos melhores candidatos após sabatina dos finalistas no Senado

Os poucos candidatos finalistas (três ou quatro para cada cargo) são então encaminhados a uma sabatina executada pela Comissão de Infraestrutura do Senado. A lista de perguntas precisa ser confidencial até a data da sabatina, deve ser a mesma para todos os candidatos (que não assistem às sabatinas dos outros candidatos, cuja ordem de apresentação é decidida por sorteio no próprio dia) e precisa incluir questões ligadas a aspectos técnicos setoriais (cadeia produtiva e empresas, aspectos físicos e funcionais, regulação e tarifa etc), administrativos (interpretação de demonstrativos econômico-financeiros de empresas do setor, micro e macroeconomia) e circunstanciais da empresa (quais são os maiores

problemas da empresa e como o candidato pretende resolvê-los, de forma específica). A sessão toda precisa ser transmitida ao vivo pela internet.

Ação 1.7: Publicação de relatório técnico

A análise dos candidatos não será feita pelos senadores e nem pela presidente da República. Os recrutadores profissionais, com base nos perfis e desempenho dos candidatos na sabatina, publicam na internet um relatório onde recomendam qual candidato deve ocupar o cargo. Com base no relatório o presidente da República (no caso de estatais federais) ou governador (no caso de estatais estaduais) aprova o nome definido pelos recrutadores. O presidente ou governador pode recusar o nome, mas terá que arcar com o desgaste dessa decisão e com a retomada do processo de seleção objetivo e transparente, sem interferências políticas.

5.2 Etapa 2: Divulgação Transparente dos Resultados

Os resultados analisados nos capítulos 3 e 4 (populismo tarifário na Copel e loteamento partidário na Eletrobras) não são acessíveis a toda a população que é a maior prejudicada por esses e outros tipos de uso político. As interferências políticas que destróem valor do setor e de suas estatais não são divulgadas externamente e muito menos reconhecidas internamente. Portanto, como não há diagnóstico transparente, as soluções para os problemas de usos políticos ficam sempre com baixa prioridade junto às administrações públicas e perante a sociedade.

As cinco ações abaixo podem diminuir a diferença entre a realidade dos números e a percepção da sociedade sobre resultados das empresas estatais.

Ação 2.1: Padronização de demonstrativos financeiros de empresas estatais

Analistas de bancos que cobrem empresas estatais do Setor Elétrico Brasileiro há muito tempo desenvolvem uma atividade que não deveria existir: recriar seus próprios demonstrativos financeiros de tais empresas. Essa ineficiente atividade precisa ser executada por ser absolutamente indispensável, uma vez que tais profissionais reportam a seguinte combinação de fatores: relatórios sem padronização, mesmo quando se trata de subsidiárias da mesma holding; ausência de informações essenciais; baixa confiabilidade dos dados.

A criação de um padrão de relatório econômico-financeiro com poucas páginas mas que ressalte os indicadores mais importantes, revelando especialmente os problemas, é essencial para induzir a busca da eficiência. Esta não é a hora de propaganda política: é hora de divulgação objetiva dos resultados.

Ação 2.2: Divulgação das taxas de retorno de novos projetos

Conforme entrevista cedida por um dos conselheiros independentes da Eletrobras (Quadro 5.13), nem ele próprio sabia qual era a taxa de retorno (TIR – Taxa Interna de Retorno, ou IRR – "Internal Rate of Return") do projeto de Belo Monte, projeto que já passou por inúmeros rearranjos societários após o leilão que definiu a Eletrobras e seus parceiros como vencedores.

Esta falta de transparência é um grande problema para vários agentes. Os acionistas (majoritários, representados pelos contribuintes, e minoritários), que têm todo o direito à informação, são desrespeitados frontalmente porque, afinal, os gestores da estatal usaram seu dinheiro sem que lhes fosse divulgada a eficiência alocativa de tal decisão, decisão que, inclusive, implica assunção de financiamentos para viabilizar os investimentos adicionais. E, como o vencedor do leilão é a empresa ou consórcio que oferece a menor tarifa por unidade de energia (em R$/MWh), os demais competidores do leilão, constituídos por outras empresas estatais estaduais e empresas privadas, não sabem se estão competindo contra um projeto mais eficiente (que propiciou menor custo e, portanto, menor tarifa) ou se estão competindo contra um projeto de baixíssimo retorno que só foi possível por interferências políticas destruidoras de valor para a estatal que "venceu" o leilão.

É indispensável que as estatais divulguem, mesmo após eventos relevantes (como leilões regulados), as taxas de retorno assumidas para que seus decisores sejam responsabilizados no futuro. Sabe-se, por exemplo, que uma estatal estadual do setor elétrico criou há algum tempo o conceito de "Comitês de Investimento", instâncias internas que realizam a análise prévia de rentabilidade dos projetos e somente os encaminham para a tomada de decisão do Conselho se os critérios mínimos de rentabilidade forem atendidos. Esta pode ser uma ideia interessante para blindar os gestores de represálias políticas em função de negativas para projetos de baixo retorno porque não coube aos diretores dizer "não". Afinal, eles estavam de "mãos amarradas" e não puderam sequer apreciar o projeto por causa dos critérios do Comitê de Investimento...

<u>Ação 2.3: Cálculo anual do EVA de estatais, incluindo WACC, ROIC e capital empregado</u>

Segundo Copeland et al (2002), o lucro econômico só existirá quando o retorno sobre o capital empregado (ROIC – Return on Invested Capital) for maior que o custo de capital (WACC – Weighted Average Cost of Capital). Essa equação é essencial para a determinação de criação ou destruição de valor nas estatais brasileiras e deveria ser respeitada sem exceções.

Assim, a divulgação com periodicidade anual das três variáveis (retorno sobre capital, custo de capital e capital empregado) obrigará os gestores a pensar duas vezes antes de conduzir as empresas sob sua responsabilidade com baixo retorno ou com alto custo de

capital e, até mesmo, de aumentar o volume de capital empregado quando a combinação dos dois parâmetros anteriores for desfavorável.

Um outro benefício da obrigatoriedade de divulgação desses parâmetros reside no fato de que se algum governante ou político quiser impor a assunção de algum projeto de viés político que produzirá perda econômica a alguma estatal sob seu controle, os gestores da estatal poderão resistir à pressão política com base na destruição de valor e oferecer a seguinte opção: nossa estatal não pode assumir esta perda, mas poderemos considerar a aprovação do projeto se o prejuízo for explicitamente assumido pelo Tesouro, e não pelos acionistas da empresa que "me contrataram" para geri-la com eficiência.

Ação 2.4: Realização de sessão anual no Senado para divulgação de resultados de estatais

Avaliações anuais periódicas são importantes para refletir sobre o passado e definir uma plataforma objetiva para decisões futuras. E nada como impor a mesma disciplina a todas as estatais, pelo uso do mesmo padrão de relatório que deverá simplesmente ser preenchido pelas estatais e divulgado pelos presidentes das empresas, em sessões públicas na Comissão de Infraestrutura do Senado.

Ação 2.5: Publicação de relatório comparativo dos resultados financeiros das estatais federais e estaduais e de empresas comparáveis no setor privado

O Tribunal de Contas da União (TCU) tem, entre outras funções definidas pela Constituição Federal de 1988, a atribuição de "julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos". O inciso II do artigo 71 da Constituição Federal estipula que compete ao TCU julgar as contas dos administradores públicos para a verificação da legalidade, regularidade e economicidade dos atos dos gestores ou responsáveis pela guarda e emprego dos recursos públicos.

A preparação e elaboração de um relatório comparativo entre as empresas estatais e privadas no setor elétrico cumpriria as importantes funções de dar transparência aos atos dos gestores públicos e de oferecer à sociedade parâmetros de avaliação sobre o uso dos recursos que pertencem aos contribuintes mas que são administrados pelos gestores das estatais.

5.3 Etapa 3: Definição de Indicadores e Metas de Gestão Empresarial

A discussão sobre grau de transparência e prestação de contas a partir de atos políticos tem despertado interesse. Diankov et al (2010), por exemplo, publicaram estudo recente ("Disclosure by Politicians") que estabelece a correlação positiva entre divulgação dos atos políticos ("disclosure") e qualidade de governos: quanto maior a divulgação, maior a qualidade e menor a corrupção.

Bennedsen (1998) analisa em seu "Political Ownership" de que formas o envolvimento de atores políticos na operação de empresas, sejam elas estatais ou privadas, cria oportunidades para que grupos de interesse influenciem a alocação de recursos de tais empresas.

La Porta et al (2000) relatam que a expropriação de acionistas minoritários por acionistas controladores ocorre em vários países. Os minoritários seriam os chamados "outsiders" e os controladores os "insiders". Nos exemplos de uso político descritos nos capítulos 3 e 4, os "insiders" e "outsiders" ficam bem caracterizados: os primeiros tomam decisões que os beneficiam política e economicamente, direta e indiretamente, enquanto os "outsiders" são os contribuintes que veem o valor de suas estatais ser destruído por ações políticas.

O estudo "Bureaucrats in Business" do Banco Mundial (World Bank, 1995) aponta que os três problemas mais críticos na seleção das melhores formas de contrato entre governos e empresas estatais são:
- assimetria de informação entre gestores e proprietários da empresa;
- recompensas e penalidades; e
- comprometimento do corpo gestor com as metas da empresa.

Esta seção 5.3 propõe uma maneira de resolver simultaneamente a necessidade de transparência de informações, inibir a expropriação de acionistas minoritários por controladores e alinhar os incentivos dos gestores aos das empresas estatais. A proposta consiste na definição de um conjunto de indicadores que induza melhores práticas e comportamentos e elimine ou reduza as oportunidades de influência de grupos de pressão

sobre a alocação dos recursos de estatais que se colocam como alvo de interferências políticas.

Ação 3.1: Seleção de indicadores operacionais e econômico-financeiros de estatais do setor

Uma pesquisa realizada por Graham et al (2005) que envolveu mais de 400 entrevistas a executivos e que tinha o objetivo de determinar os fatores que direcionavam decisões ligadas à transparência de informações em demonstrativos financeiros revelou, entre outras conclusões, que os executivos buscam evitar a definição de padrões de prestação de contas ("disclosure") que serão difíceis de manter no futuro. Quando se soma a essa predisposição o risco de interferência política vivido em empresas estatais o cenário de transparência de informações gerenciais fica ainda mais opaco.

Para evitar tal risco, é necessário impor a adoção de indicadores operacionais e econômico-financeiros com as seguintes características (Kusek e Rist, 2004; Görgens e Kusek, 2009; Fitz-Gibbon, 1990; Parmenter, 2010):

- os indicadores não podem dar margem a interpretações ambíguas e os seus significados devem ser universalmente aceitos, no Brasil ou em quaisquer mercados globais;
- os dados usados para o cálculo dos indicadores devem ser amplamente publicados e acessíveis;
- as séries históricas dos dados que originam os indicadores não podem ser alteradas;
- os cálculos dos indicadores devem ser reproduzíveis por qualquer agente, interno ou externo à empresa estatal.

Os indicadores que reúnem as características acima não fugirão de categorias clássicas, várias das quais foram adotadas no Capítulo 4 (Seção 4.3):

1. EBITDA/ROL (%): indica a capacidade de geração de caixa a partir da receita da empresa já líquida de impostos;
2. LL/ROL (%): indica a lucratividade contábil a partir da receita;
3. ROL/Empregado (R$/pessoa): indica a geração de receita por empregado;
4. EBITDA/Empregado (R$/pessoa): indica a geração de caixa por empregado;
5. LL/Empregado (R$/pessoa): indica a lucratividade contábil por empregado;
6. ROL/Capacidade Instalada (R$/GW): geração de receita por unidade de potência instalada (apenas para empresas geradoras);

7. EBITDA/Capacidade Instalada (R$/GW): geração de caixa por unidade de potência instalada (apenas para empresas geradoras);
8. LL/Capacidade Instalada (R$/GW): lucratividade por unidade de potência instalada (apenas para empresas geradoras);
9. Capacidade Instalada/Empregado (GW/pessoa): potência instalada por empregado (apenas para empresas geradoras);
10. ROL/Energia Gerada ou Distribuída (R$/GWh): geração de receita por unidade de energia gerada/comercializada (para empresas geradoras e comercializadoras) ou distribuída (para distribuidoras);
11. EBITDA/Energia Gerada ou Distribuída (R$/GWh): geração de caixa por unidade de energia gerada/comercializada (para empresas geradoras e comercializadoras) ou distribuída (para distribuidoras);
12. LL/Energia Gerada ou Distribuída (R$/GWh): lucratividade por unidade de energia gerada/comercializada (para empresas geradoras e comercializadoras) ou distribuída (para distribuidoras);
13. Energia Gerada ou Distribuída/Empregado (GWh/pessoa): geração/comercialização de energia (para geradoras e comercializadoras) ou distribuição de energia (para distribuidoras) por empregado.

Ação 3.2: Atualização anual de estudo comparativo nacional de indicadores de empresas referenciais ("benchmark") nos setores estatal e privado nacional

Uma vez estabelecidos os indicadores[29] que serão monitorados para avaliação dos gestores, é necessária a implementação de uma rotina anual de divulgação dos níveis referenciais ("*baselines*") dos indicadores com base nos números passados de empresas do setor.

Ação 3.3: Definição e divulgação das metas para os indicadores

Após a atualização do estudo comparativo anual, os gestores das estatais precisam assumir compromissos formais atrelados às metas para os indicadores. As metas precisam ser realistas mas, ao mesmo tempo, desafiadoras, de forma a conduzir os indicadores das estatais para patamares mais próximos aos da eficiência operacional, econômica e financeira constatada nas empresas que se destacaram no estudo.

[29] Estes indicadores poderiam ser chamados de Indicadores-Chaves de Desempenho, ou "KPIs", para "Key Performance Indicators" (Parmenter, 2010).

Ação 3.4: Publicação no Diário Oficial da União dos planos de ação detalhados assumidos pelos diretores para cumprimento das metas de todos os indicadores

A imposição de indicadores e metas aos gestores de estatais já é um grande progresso em relação ao estágio atual de governança corporativa de tais empresas, mas o processo ganhará muita eficácia se for acompanhado da publicação de planos de ação específicos para o cumprimento das metas. A definição de planos de ação objetivos (o que fazer, como fazer, quando fazer, quem fará, com quais recursos) busca resolver, pelo menos parcialmente, o chamado "Problema Principal-Agente" ("The Agency Problem"), que aparece quando há a separação entre gestores e financiadores da empresa, ou, em outros termos, quando há separação entre propriedade e controle (Shleifer e Vishny, 1996). Tal problema se refere essencialmente à dificuldade que os financiadores (que no caso das estatais são os contribuintes) têm de garantir que seus recursos não serão expropriados pelos gestores ou desperdiçados em projetos de baixo retorno. Segundo Core et al (1999), empresas com governança corporativa fraca têm maiores graus do Problema Principal-Agente e apresentam pior desempenho.

Em resumo, a métrica de avaliação da gestão empresarial em estatais precisa ser construída de acordo com as seguintes sub-etapas, ilustradas por um exemplo simplificador de uma empresa estatal com apenas dois indicadores:

- seleção de indicadores: os gestores da empresa estatal X passarão a ser monitorados segundo os indicadores "EBITDA/ROL" e "Energia Distribuída/Empregado";
- o estudo de *benchmark* anual concluiu que empresas comparáveis à estatal X apresentam indicadores "EBITDA/ROL" = A (patamar 40% superior ao mesmo indicador da estatal X) e "Energia Distribuida/Empregado" = B (patamar 60% superior ao mesmo indicador da estatal X);
- as metas para a estatal X para os próximos quatro anos para os dois indicadores definem uma trajetória de "diminuição da distância" entre os indicadores do estudo de *benchmark* e os indicadores da estatal X, de forma a obter uma melhoria de 10% ao ano para o primeiro indicador e de 15% ao ano para o segundo indicador;
- para que os dois indicadores da estatal X atinjam os patamares A e B, respectivamente, são definidos cronogramas, responsáveis, orçamentos e ações detalhadas e individuais, com atualização anual divulgada também no próprio Diário Oficial da União.

5.4 Etapa 4: Aplicação de Incentivos e Penalidades por Desempenho

A chamada Teoria dos Contratos Incompletos ("Incomplete Contracts Theory"), desenvolvida por Grossman e Hart (1986), Hart e Moore (1990) e Hart (1995) se concentra na ideia de que a propriedade dos ativos confere ao(s) proprietário(s) controle e poder de barganha em situações não especificadas em contratos.

Como consequência, o proprietário tem fortes incentivos para fazer investimentos que reduzam o custo de utilização dos ativos porque ele próprio usufruirá dos benefícios de tal redução, que por sua vez é usualmente obtida por meio de processos que envolvem inovação.

Se, em contraste, alguém diferente do proprietário – um gestor, tipicamente – é o responsável por tais inovações, seus incentivos para fazê-las serão reduzidos porque, em primeiro lugar, o gestor precisará da autorização/aprovação do proprietário para implementá-las e, em segundo lugar, os benefícios de tais inovações pertencerão ao proprietário do ativo que poderá, inclusive, decidir apropriar-se da maior parte – ou integralmente – dos resultados (Hart, Shleifer e Vishny, 1997).

De acordo com Shleifer (1998), muitos estudos sobre o dilema "estatal *versus* privado" – Stiglitz (1989, 1994), Wilson (1989), Holmstrom e Milgrom (1991, 1994), Tirole (1994) e Williamson (1994) – enfatizam a predominância dos chamados "incentivos intangíveis" ("soft incentives") para empregados estatais e governamentais.

Em todos estes estudos a conclusão sobre incentivos intangíveis para o ambiente governamental/estatal é derivado de algumas premissas que se somam ao modelo de propriedade estatal, entre as quais as restrições de remuneração para burocratas e a complexidade dos objetivos governamentais.

Como há a separação explícita entre propriedade e gestão em empresas estatais, e tal problema é acentudo pelos usos políticos que pesam sobre tais firmas, o referencial conceitual acima aponta para a necessidade de implantação de um sistema relativamente

inovador e complexo para o atual cenário, mas tal sistema poderia ser resumido em uma palavra: meritocracia.

A ausência da meritocracia no ambiente estatal tem produzido um problema de duas faces, ambas perversas: de um lado, maus comportamentos não são punidos; e, de outro lado, bons comportamentos não somente não são incentivados, como também não são reconhecidos.

As ações detalhadas a seguir propõem, em essência, a implantação de um sistema meritocrático capaz de inibir e/ou bloquear interferências políticas e incentivar a geração de valor em estatais.

Ação 4.1: Definição e divulgação de critério de remuneração variável atrelada às metas, em todos os níveis profissionais das estatais

Há inúmeros estudos que buscam entender as correlações entre o desempenho das empresas e a remuneração de seus executivos e empregados (Bebchuck e Fried, 2003; Hartzell e Starks, 2003; Harvey e Shrieves, 2001; Jensen e Murphy, 1990; Murphy, 1999; Newson, 1990).

O trabalho de Murphy (1999) é um excelente sumário das pesquisas teóricas e empíricas sobre remuneração de executivos e mecanismos de avaliação de desempenho. Grande parte dos demais trabalhos acima citados se dedica a aliviar o Problema Principal-Agente e um deles (Bebchuck e Fried, 2003) sugere que mecanismos de remuneração inadequados acabam contribuindo para o próprio agravamento deste problema. Já para Jensen e Murphy (1990) a principal falha das práticas atuais seriam métodos de remuneração insuficientemente agressivos devido a limitações políticas.

A introdução de remuneração variável em estatais encontrará duas barreiras principais para sua implementação: o corporativismo interno e grupos de pressão política externa. A primeira barreira já é explícita: em entrevista, um presidente de uma grande estatal brasileira já relatou que tentou implementar processos de remuneração variável mas que as primeiras tentativas foram violentamente barradas por sindicatos, que argumentaram que tal prática produziria “desigualdade” entre os empregados.

Ironicamente, o caminho para vencer esta resistência à meritocracia deverá passar pela determinação política em instâncias superiores, por pressões dos empregados que anseiam pelo reconhecimento de seus desempenhos superiores à média de seus colegas, e pelo exemplo nos níveis hierárquicos de diretoria e gerência das estatais.

Este caminho, uma vez trilhado, tem grande potencal de produzir resultados tão positivos para a empresa que poderá ser, numa segunda etapa, adotado para os demais níveis hierárquivos (cargos abaixo de gerentes e supervisores).

Ação 4.2: Divulgação anual do nível de cumprimento de metas das estatais

As metas que foram definidas na Ação 3.3 ("Definição e divulgação das metas para os indicadores") precisam agora ser contabilizadas e divulgadas internamente de forma ampla.

Esta é uma tarefa para o presidente da empresa, que deve alocar seu tempo para visitar todas as unidades operacionais da empresa estatal para explicar como o plano de ação detalhado na Ação 3.4 ("Publicação no Diário Oficial da União dos planos de ação detalhados assumidos pelos diretores para cumprimento das metas de todos os indicadores") foi executado.

Ação 4.3: Pagamento de remuneração variável

A avaliação de cumprimento de metas deve implicar recompensas aos desempenhos individuais de acordo com critérios objetivos e pré-estabelecidos de forma a correlacionar de forma clara como o desempenho individual contribui para o cumprimento das metas da empresa. Seguindo o exemplo do recrutamento profisional, a ajuda profissional para definição de critérios e para avaliação independente de desempenho pode ser altamente desejável nos dois primeiros anos de implementação deste processo. Há várias opções de empresas no mercado que disputariam agressivamente este mercado estatal.

Ação 4.4: Definição de critério e seleção de "melhor gestor estatal" e "melhor estatal" do ano

Além dos incentivos tangíveis promovidos pela remuneração variável, há estudos recentes (Bénabou e Tirole, 2003; Fehr e Schmidt, 2000) que tratam da chamada motivação

"intrínseca". Tal categoria de motivação inclui fatores não monetários como: missão da empresa e contribuição da mesma para as comunidades onde atua; ambiente físico de trabalho; relacionamento com colegas; importância da função do profissional para os objetivos da empresa; e reconhecimento público do desempenho individual.

A premiação de "melhor gestor estatal" e "melhor estatal do setor" podem ser motivadores relevantes e promotores de referências profissionais positivas para os mais jovens e para os que apreciam a meritocracia.

Ação 4.5: Criação de banco de dados nacional com *ranking* cumulativo dos melhores gestores estatais por critérios acadêmicos e de desempenho profissional

A publicação de um banco de dados nacional, disponível via internet com todos os nomes e perfis de gestores públicos de empresas estatais – que seriam "rankeados" de acordo com um sistema de pontuação acadêmico-profissional transparentemente divulgado – ofereceria um incentivo positivo para a formação de quadros profissionais de gestores públicos. Ao longo do tempo esta lista começaria a provocar, inclusive, questionamentos a respeito de seu uso como critério complementar para a seleção de cargos públicos em concursos.

Além dos incentivos positivos, um benefício adicional não menos importante é o desincentivo à candidatura de candidatos desqualificados para cargos estatais de alto escalão uma vez que seria evidenciado o despreparo de tais pessoas para suas funções. Se esse critério já estivesse em uso, a maioria dos atuais gestores estatais indicados por critérios políticos não estaria em suas posições. No melhor dos casos, estaria estudando ou ganhando experiência para disputar de forma competitiva cargos tão cobiçados pela maioria da população.

Ação 4.6: Demissão de presidentes e diretores com desempenho fraco recorrente

Penalidades são tão importantes quanto recompensas para a construção de um sistema legitimamente meritocrático. Algumas estatais brasileiras tem apresentado, há décadas, resultados fracos, quando não negativos. E vários de seus gestores permanecem em seus cargos ou se alternam num rodízio entre posições de diretoria de subsidiárias da mesma holding.

Tais profissionais já tiveram suas cotas de oportunidade para construir estatais fortes e lucrativas mas tiveram desempenhos inaceitáveis. Eles precisam abrir caminho para outros gestores com mais preparo acadêmico, melhor ferramental gerencial e mais energia para enfrentar as dificuldades e, principalmente, disposição para desafiar antigos sistemas que abrigam grupos de pressão que têm sido fontes de vários tipos de interferências políticas.

CAPÍTULO 6 – Conclusões

"For us Africans, literature must serve a purpose:
to expose, embarrass, and fight corruption and authoritarianism."
Ama Ata Aidoo, escritora e ex-ministra de Educação em Gana

Este trabalho se concentrou na análise do efeito do uso político sobre o valor das empresas que atuam no Setor Elétrico Brasileiro e, com base nos resultados obtidos, propôs métricas e estratégias para interromper a destruição de valor originada a partir de algumas manifestações de uso político.

De forma mais específica, abordou-se a Questão Central proposta no Capítulo 1: "*Como analisar o impacto do uso político sobre o valor das empresas do Setor Elétrico Brasileiro e quais estratégias e métricas podem ser adotadas para bloquear o uso político?".*

Assim, a presente tese busca oferecer duas contribuições para bloquear o uso político no setor. Em primeiro lugar, e com base na observação de oito anos de manifestações de uso político, o texto documenta e analisa, à luz da Teoria de Grupos de Pressão, duas manifestações fartamente documentadas de interferência política que destruíram grande quantidade de valor de duas empresas estatais.

Em segundo lugar, o trabalho propõe uma metodologia para bloquear tal uso político com base numa estratégia e num conjunto de indicadores. O uso de indicadores mensuráveis busca estruturar a gestão de estatais com base em métricas objetivas de desempenho empresarial.

O primeiro estudo empírico revelou que o populismo tarifário praticado ao longo de oito anos pelo ex-governador do estado do Paraná – e que vitimou a empresa estatal Copel – produziu uma perda de cerca de R$ 5 bilhões de receita tarifária que havia sido legalmente autorizada pelo regulador. Esta receita não poderá ser recuperada e, portanto, os contribuintes paranaenses (acionistas majoritários) e os acionistas minoritários nunca

poderão reaver este valor que lhes foi tomado. A prática populista do ex-governador, insustentável no longo prazo, já foi revertida pelo atual governador do Estado.

O segundo estudo computou e analisou uma série de 18 indicadores econômicos, financeiros e operacionais para possibilitar a comparação entre as empresas da Eletrobras e empresas agrupadas em outros grupos comparáveis ("*clusters*"), tanto no segmento de geração quanto de distribuição de energia elétrica.

A título de exemplo, a diferença entre os indicadores de "EBITDA/ROL" das geradoras da Eletrobras e os das estatais estaduais (superior a 57%) e os das privadas (superior a 78%) implica que em algumas das empresas da Eletrobras serão necessárias ações que vão além de meros ajustes e que exigirão alteração de estrutura de custos. Todos os outros indicadores das geradoras posicionaram a Eletrobras em posição de produtividade e lucratividade inferior.

No caso das empresas de distribuição, a distância da Eletrobras em relação aos outros três *clusters* foi ainda mais evidente. De forma geral, as distribuidoras da Eletrobras (conforme já diagnosticado pelo auditor independente dos demonstrativos financeiros da estatal) encontram-se em péssima situação financeira, com baixa geração de caixa (EBITDA), prejuízos recorrentes e baixa produtividade. Novamente a título de exemplo, os níveis de 4,8% de "EBITDA/ROL" para as distribuidoras da Eletrobras a posicionam em patamar inicial muito inferior aos 13,2% das distribuidoras estatais estaduais, 29,3% das distribuidoras privadas do Norte/Nordeste/Centro-Oeste, e 23,0% das privadas no Sul/Sudeste, reforçando a mesma premissa das geradoras do grupo: problemas estruturais de custos operacionais.

Já o indicador "EBITDA/Empregado" das distribuidoras da Eletrobras foi de R$ 0,029 milhões/empregado, valor 9 vezes inferior ao indicador das distribuidoras privadas no cluster N/NE/CO (R$ 0,264 milhões/empregado) e 10 vezes inferior ao indicador das distribuidoras privadas no cluster S/SE (R$ 0,0298 milhões/empregado). Todos os demais indicadores de produtividade (por empregado ou por quantidade de energia distribuída) consolidam efeitos acumulados das operações ineficientes, da governança corporativa frágil e de baixa rentabilidade que tem destruído tanto valor da maior empresa do setor.

Uma das maiores barreiras para bloquear o uso político no Setor Elétrico Brasileiro consiste na sua própria complexidade. O setor é caracterizado por uma cadeia de valor com múltiplos elos, centenas de empresas estatais e privadas com papéis pouco compreendidos pela população, anatomia tarifária altamente sofisticada, carga tributária crescente e marcada pela superposição de dezenas de impostos e encargos.

Tal complexidade não facilita os esforços de comunicação voltados a dar transparência para as iniciativas de usos políticos e seus efeitos sobre o valor das empresa. Assim, os grupos de pressão que se valem dos dividendos de tais usos beneficiam-se deste ambiente opaco para dar continuidade a um fenômeno que já dura décadas e tem resistido às alternâncias de poder.

No entanto, há motivos para "contido otimismo". Algumas realidades do SEB, que até há pouco tempo eram totalmente herméticas e desconhecidas, começam a ser divulgadas com mais clareza e a chamar atenção da imprensa e da população em geral. Como exemplo marcante, o peso da carga tributária de 45% sobre a conta de luz (Instituto Acende Brasil, 2010), que até meados da década era habilmente "ignorado" pelos poderes Executivo e Legislativo em suas manifestações populistas, agora é sempre colocado em perspectiva nas divulgações de revisões tarifárias das distribuidoras, contextualizando que todo o ritual regulatório afeta menos de 25% da tarifa final cobrada do consumidor[30].

Da mesma forma, a tolerância com prejuízos recorrentes de estatais também tem recebido olhares negativos da opinião pública – que tem sido progressivamente educada a entender que as estatais pertencem aos contribuintes, e não aos políticos – e despertado iniciativas ligadas a maior controle e ações de governança corporativa, inclusive em algumas altas esferas do poder Executivo.

Além disso, tem crescido a pressão para proteção aos acionistas e para a imposição de mecanismos críveis de governança corporativa tem aumentado e seus efeitos positivos cada vez mais conhecidos (Chong, 2007).

[30] Em valores de 2010, a tarifa de energia elétrica era composta por 45% de tributos e encargos, 24% de custos da distribuição de eletricidade, 6% de custos de transmissão e 25% de custos de geração (Instituto Acende Brasil, 2010).

Também é cada vez menos tolerável a apropriação de estatais por grupos políticos sem nenhum preparo acadêmico e/ou executivo para a gestão de ativos multibilionários. Estudos comparativos de desempenhos econômico-financeiros de estatais e privadas (Silvestre et al, 2010) começam a produzir resultados tão eloqüentes que até mesmo as usuais justificativas de teor político para tal incoerência começam a entrar em descrédito.

A maior transparência tende a diminuir o espaço de grupos "parceiros do rei" (Senna, 1995) e a constranger o exercício de gestões políticas temerárias. No entanto, o esforço de comunicação para evidenciar tais distorções precisará ser muito grande porque, obviamente, as resistências são enormes.

Se a primeira etapa ("Etapa 1: Recrutamento Profissional e Competitivo e Fim das Nomeações Políticas") da Estratégia para Bloqueio de Uso Político no Domínio Empresarial (Quadro 5.2) for implementada e as empresas estatais passarem a ser gerenciadas por executivos profissionalmente recrutados, será então iniciada a segunda etapa da metodologia ("Etapa 2: Divulgação Transparente dos Resultados Passados"), etapa que na verdade envolve uma imensa "campanha de comunicação" junto à sociedade sobre os efeitos negativos da baixa eficiência comparativa das estatais vitimizadas pelo uso político.

Quando a primeira batalha interna de reconhecimento de resultados destruidores de valor for vencida, iniciar-se-á então a terceira etapa ("Etapa 3: Definição de Indicadores e Metas de Gestão Empresarial"), uma outra batalha interna para a "negociação" de uma métrica objetiva.

Apesar de a terceira etapa ser desafiadora do ponto de vista empresarial, já estaremos trabalhando com uma arena que não sofre mais o contágio de interesses de grupos políticos e corporativos porque ambos foram razoavelmente excluídos do processo de tomada de decisão nas etapas anteriores. Estaremos lidando estritamente com dinâmicas do universo empresarial.

A quarta etapa ("Etapa 4: Aplicação de Incentivos e Penalidades por Desempenho") abre caminho para uma mudança cultural nas estatais. A partir deste momento, e com base em critérios meritocráticos, pode-se dizer que as estatais do setor elétrico estarão, finalmente, sendo tratadas como empresas, e não como ferramentas de construção de poder político e econômico de grupos de pressão que representam uma minoria.

Do ponto de vista metodológico, os seguintes pontos podem ser caracterizados como limitadores para o trabalho:

- por ter sido o único episódio explicitamente documentado, foi realizada a análise de apenas uma manifestação de populismo tarifário relativamente recente (Capítulo 3), mas há evidências empíricas que datam da década de 1980 sobre o mesmo fenômeno.
- a baixa disponibilidade de dados econômico-financeiros mais antigos de estatais de forma desverticalizada – i.e., dados separados para as atividades de geração, transmissão e distribuição – e a falta de padronização de relatórios (inclusive entre subsidiárias da mesma holding) limitou a análise de indicadores a períodos mais recentes;
- a aplicabilidade das quatro etapas da estratégia será altamente correlacionada às forças políticas e efetiva disposição e força dos líderes políticos para implementar tais etapas.

Como aprimoramentos e sugestões para trabalhos futuros, são desde já identificadas algumas promissoras oportunidades:

a) análise da destruição de valor de estatais do setor elétrico devido ao represamento tarifário nas décadas de 1980 e 1990 e de destruição de valor da Petrobras pela limitação de preços de combustíveis imposta pelo Governo Federal para contenção da inflação;
b) estudos comparativos globais de manifestações de populismo tarifário e loteamento partidário de estatais, começando, por exemplo, pelas estatais chinesas em setores de infraestrutura, empresas que inclusive já estão afetando o ambiente competitivo do Setor Elétrico Brasileiro;
c) estudos que abordem a correlação entre: a implantação de indicadores gerenciais e o desempenho de estatais brasileiras; e a implantação de remuneração variável em estatais e seu desempenho;

d) dissertações e teses na área de Humanas que abordem as raízes e bases de sustentação dos grupos políticos e oligarquias que têm dominado o setor elétrico há tanto tempo.

Ressalte-se que o percurso adotado nesta tese de doutorado pode ser extrapolado a outros estudos que buscam capturar efeitos econômicos de manifestações de uso político em outros setores e outros países.

Em outras palavras, a contribuição metodológica deste trabalho objetiva ir além da análise dos efeitos de interferências políticas sobre o valor de empresas do Setor Elétrico Brasileiro. Tais empresas apenas foram adotadas porque as manifestações de uso político que afetam tais empresas foram objeto de pesquisa e análise do autor ao longo de oito anos.

Portanto, esta tese busca oferecer algumas contribuições metodológicas mais universais aos gestores públicos, administradores privados e demais *stakeholders*, atuando no Brasil e em outros países do mundo.

A primeira contribuição consiste em auxiliá-los a levantar e testar hipóteses de uso político (de empresas e/ou setores econômicos) com base em referenciais conceituais sólidos (como a Teoria de Grupos de Pressão, que concedeu o prêmio Nobel de economia a Gary Becker, e que foi a opção conceitual deste trabalho). A segunda contribuição é baseada na oferta de caminhos para quantificar os efeitos dos usos políticos sobre o valor de empresas vitimizadas por interferências políticas. E a terceira contribuição se concentra na exploração de indicadores e estratégias que minimizem ou bloqueiem usos políticos e maximizem a geração de valor.

BIBLIOGRAFIA

ALBERTAZZI, Daniele, MCDONNELL, Duncan (2008). *Twenty-First Century Populism*, New York and London: Palgrave Macmillan, p.3.

ALLAIS, Maurice (1947). *Le Probleme de la Planification Economique dans une Economie Collectiviste*. *Kyklos* II: 48-71.

ATKINSON, Anthony B. and STIGLITZ, Joseph E. (1980). *Lectures on Public Economics*. London: McGraw-Hill.

BEBCHUK, Lucian Arye, FRIED, Jesse M. (2003). *Executive Compensation as an Agency Problem*. Journal of Economic Perspectives, *17*(3), pp. 71-92.

BECKER, Gary S. (1983). *A Theory of Competition among Pressure Groups for political influence*. The Quarterly Journal of Economics Vol. XCVIII.

BECKER, Gary S. (1985). *Public Policies, Pressure Groups and Dead Weight Costs*, Journal of Public Economics 28.

BÉNABOU, Roland, TIROLE, Jean (2003). *Intrinsic and Extrinsic Motivation*. The Review of Economic Studies, Vol. 70, No. 3 (Jul., 2003), pp. 489-520.

BENNEDSEN, Morten (1998). *Political Ownership*. University of Aarhus CLS Working Paper No. 98-009. Available at SSRN: http://ssrn.com/abstract=176073 or doi:10.2139/ssrn.176073.

BENTLEY, Arthur (1908). *The Process of Governance*. University of Chicago Press.

BUCHANAN, J. M., TOLLISON, R. D. and TULLOCK, G. (1980). *Toward a Theory of the Rent Seeking Society*. College Station: Texas A&M University.

CANOVAN, M. (1999). *Trust the People! Populism and the Two Faces of Democracy*. Political Studies, 47: 2–16. doi: 10.1111/1467-9248.00184.

CHONG, Alberto, LOPEZ DE SILANES, Florencio (2007). *Investor Protection and Corporate Governance: Firm-Level Evidence Across Latin America*. Stanford University Press. pp. 1-84. 557 p.

COPELAND, Tom, KOLLER, Tim, MURRIN, Jack (2002), *Avaliação de Empresas: Valuation: Calculando e Gerenciando o Valor das Empresas*. 3ª edição, São Paulo: Pearson

Makron Books.

CORE, John E., HOLTHAUSEN, Robert W., LARCKER, David F. (1999). *Corporate Governance, Chief Executive Officer Compensation, and Firm Performance*. Journal of Financial Economics, *51*(3), pp. 371-406.

DAMODARAN, Aswath (2002). *A Face Oculta da Avaliação*. São Paulo: Makron Books, 2002

DIANKOV, Simeon, LA PORTA, Rafael, LOPEZ-DE-SILANES, Florencio, SHLEIFER, Andrei (2010). *Disclosure by Politicians*. American Economic Journal: Applied Economics 2, 179-209

DRAZEN, Allan (2002). *Political Economy in Macroeconomics*. Princeton, NJ [u.a.]: Princeton Univ. Press.

FEBRERO, Ramón and SCHWARTZ, Pedro (1995). *The Essence of Becker***.** Hoover Instituion Press, Stanford University.

FEHR, E., SCHMIDT, K. (2000). *Fairness, Incentives, and Contractual Choices*, European Economic Review, 44 (4-6), 1057-1068.

FITZ-GIBBON, Carol Taylor. (1990). *The Performance Indicators*. BERA Dialogues.

FRIEDMAN, Milton (1962). *Capitalism and Friedman*. Chicago: University of Chicago Press.

FRITZSCHE, Peter (1990). *Rehearsals for Fascism: Populism and Political Mobilization in Weimar Germany*. New York: Oxford University Press. ISBN 0-19-505780-5.

FRYDMAN, Roman and RAPACZYNSKI (1993). *Insiders and the State: Overview of Responses to Agency Problems in East European Privatizations*. Economics of Transition, 1, 39-59.

GALBRAITH, John Kenneth (1983). *Anatomia do Poder*. São Paulo : Pioneira.

GERALDO FILHO, Brasil (2007). *Choque de Competências e Governança: Estudo longitudinal de dois grupos brasileiros de empresas de distribuição de energia elétrica*. Tese de Doutorado, EAESP-FGV.

GÖRGENS, Marelize, KUSEK, Jody Zall (2009). *Making Monitoring and Evaluation Systems Work: a Capacity Development Tool Kit.* The International Bank for Reconstruction and

Development / The World Bank. 530 p.

GRAHAM, John R., HARVEY, Campbell R., RAJGOPAL, Shiva (2005). *The Economic Implications of Corporate Financial Reporting*. Journal of Accounting and Economics. Volume 40, Issues 1-3, Pages 3-73.

GROSSMAN, Sanford, HART, Oliver (1986). *The Costs and Benefits of Ownership: A Theory of Vertical and Lateral Integration*. *Journal of Political Economy*, Vol. 94(4), pp. 691-719.

HART, Oliver (1995). *Firms, Contacts, and Financial Structure*, Oxford: Oxford University Press.

HART, Oliver, MOORE, John (1990). *Property Rights and the Nature of the Firm*, Journal of Political Economy, Vol. 98(6), pp. 1119-1158.

HART, Oliver, SHLEIFER, Andrei, VISHNY, Robert W. (1997). *The Proper Scope of Government: Theory and an Application to Prisons*. Quarterly Journal of Economics, Vol 112(4), pp. 1127-1161.

HARTZELL, Jay C., STARKS, Laura T. (2003). *Institutional Investors and Executive Compensation.* Journal of Finance, 58(6), pp. 2351-74.

HARVEY, Keith D., SHRIEVES, Ronald E. (2001). *Executive Compensation Structure and Corporate Governance Choices*. Journal of Financial Research, 24(4), pp. 495-512.

HAYEK, Friedrich (1944). *The Road to Serfdom*, Chicago: University of Chicago Press.

HOLMSTROM, Bengt, MILGROM, Paul (1991). *Multi-task Principal-Agent Analyses: Incentive Contracts, Asset Ownership and Job Design*. Journal of Law, Economics and Organization, Vol. 7, pp. 24-52.

HOLMSTROM, Bengt, MILGROM, Paul (1994). *The Firm as an Incentive System*. *American Economic Review*, Vol. 84, pp. 972-91.

INSTITUTO ACENDE BRASIL (2010). *White Paper nº 2 – Tributos e Encargos na Conta de Luz.* São Paulo. Disponível em: www.acendebrasil.com.br/archives/2010_WhitePaper_02_AcendeBrasil_Rev0.pdf . Acesso em Maio de 2011.

JENSEN M., MECKLING, W. (1976). *Theory of the Firm: Managerial Behavior, Agency Costs, and Ownership Structure.* Journal of Finance Economics 3, 305-360.

JENSEN, Michael C., MURPHY, Kevin J. (1990). *Performance Pay and Top-Management Incentives*. Journal of Political Economy, 1990, 98(2), pp. 225-64.

JEWKES, John (1948). *Ordeal by Planning*. London: MacMillan and Co.

KUSEK, Jody Zall, RIST, Ray C. (2004). *Ten Steps to a Results-Based Monitoring and Evaluation System: a Handbook for Development Practitioners.* The International Bank for Reconstruction and Development / The World Bank. 268 p.

LANGE, Oscar (1936). *On the Economic Theory of Socialism: Part One/ Part Two*. *Review of Economic Studies* Vol. 4(1), pp. 53-71 and (2), pp. 123-142.

LA PORTA, Rafael, LOPEZ-DE-SILANES, Florencio, SHLEIFER, Andrei, VISHNY, Robert (2000). *Investor Protection and Corporate Governance.* Journal of Financial Economics 58. 3-27.

LERNER, Abba (1944). *The Economics of Control*, London: MacMillan, 1944.

LEWIS, W. Arthur (1949). *The Principles of Economic Planning*, London: George Allen & Unwin Ltd.

MEADE, James Edward (1948). *Planning and the Price Mechanism: the Liberal Socialist Solution*, London: George Allen & Unwin Ltd.

MEGGINSON, W., NASH, R. and VAN RANDENBORGH (1994). *The Financial and Operating Performance of Newly-privatized Firms: An International Empirical Analysis.* Journal of Finance, Vol. 49, No. 2, pp 403-452.

MILL, John Stuart (1848). *Principles of Political Economy with some of their Applications to Social Philosophy*, Augustus M. Kelly (Bookseller), New York.

MILLWARD, R. and Parker, D. M. (1983). *Public and Private Enterprise: Comparative Behavior and Relative Efficiency* in Public Sector Economy. London and New York: Longman.

MOORE, J. (1986). *The Success of Privatization.* In Privatization and Regulation: The U.K. Experience. Oxford: Oxford University Press.

MURPHY, Kevin J. (1999). *Executive Compensation*. Handbook of Labor Economics. Volume 3b. Amsterdam; New York and Oxford: Elsevier Science, North-Holland, 2485-563.

MÜLLER-MONTEIRO, Eduardo (2007). *Teoria de Grupos de Pressão e Uso Político do*

Setor Elétrico Brasileiro. 133 f. Dissertação (Mestrado em Energia) - Universidade de São Paulo.

NISKANEN, W. A. (1971). *Bureaucracy and Representative Government*. Chicago: Aldine-Atherton.

PARKER, D. and MARTIN, S. (1996). *The Impact of UK Privatization on Employment, Profits and Distribution of Business Income.* Public Money and Management. pp. 31-38.

PARMENTER, David (2010). *Key Performance Indicators: Developing, Implementing, and Using Winning KPIs.* Hoboken, NJ: John Wiley & Sons, Inc. 299 p.

PIRES, José Claudio Linhares (1999). *O Processo de Reformas do Setor Elétrico Brasileiro*. Revista do BNDES, v. 6, n. 12, p. 137-168.

POLLITT, M. G. (1995). *Ownership and Performance in Electric Utilities: the International Evidence on Privatization and Efficiency.* Oxford: Oxford University Press for the Oxford Institute of Energy Studies.

SCHUMPETER, Joseph (1942). *Capitalism, Socialism, and Democracy*, New York: Harper and Row.

SENNA, José Júlio. (1995). *Os Parceiros do Rei: Herança Cultural e Desenvolvimento Econômico no Brasil.* Rio de Janeiro : Topbooks.

SHIRLEY, Mary M. (1999). *Bureaucrats in Business: The Role of Privatization versus Corporatization in State-Owned Enterprise Reform.* World Development Vol. 27, No. 1, pp. 115-136, Elsevier Science Ltd.

SHLEIFER, Andrei, VISHNY, Robert (1994). *Politicians and Firms*. Quarterly Journal of Economics, Vol. 109(4), pp. 995-1025.

SHLEIFER, Andrei, VISHNY, Robert (1996). *A Survey of Corporate Governance*. NBER Working Paper Series, Working Paper 5554, 75 p.

SHLEIFER, Andrei (1998). *State versus Private Ownership*. Journal of Economic Perspectives, American Economic Association, vol. 12(4), pages 133-50.

SILVESTRE, Bruno dos Santos, HALL, Jeremy, MATOS, Stelvia, FIGUEIRA, Luiz Augusto Pereira de Andrade (2010). *Privatization: Good or Bad? Lessons from the Electricity Distribution Sector in the Northeast of Brazil*. Revista de Administração de Empresas - RAE, São Paulo, v. 50, nº 1, pages 094-111.

SMITH, Adam (1776). *An Inquiry into the Nature and Causes of The Wealth of Nations*. W. Strahan and T. Cadell, London.

STERN STEWART (2009). *Eletrobras: uma Análise de Geração de Valor*, São Paulo. Disponível em: www.acendebrasil.com.br/archives/2010_WhitePaper_02_AcendeBrasil_Rev0.pdf. Acesso em Dezembro de 2009.

STEURT, Sir James (1767). *An Inquiry into the Principles of Political Economy*. W. Strahan and T. Cadell, London.

STIGLITZ, Joseph E. (1989). *On the Economic Role of the State*. Reprinted in Heertje, A., *The Economic Role of the State*. Oxford: Blackwell.

STIGLITZ, Joseph E. (1994). *Whither Socialism*. Cambridge: MIT Press.

TIROLE, Jean (1994). *The Internal Organization of Government*. Oxford Economic Papers, Vol. 46, pp. 1-29.

VICKERS, J. and YARROW, G. (1988). *Privatization: An Economic Analysis.* Cambridge, MA: MIT Press.

VICKERS, J. and YARROW, G. (1991). *Economic Perspectives on Privatization.* The Journal of Economic Perspectives, Vol. 5, American Economic Association, No. 2, 111-132.

VISCUSI, W. K., VERNON, J. M., HARRINGTON JR, J. E. (1997). *Economics of Regulation and Antitrust*. MIT Press.

WERNKE, Rodney, LEMBECK, Marluce (2000). *Valor Econômico Adicionado (EVA).* Revista Brasileira de Contabilidade, Brasília, Ano XXIX, n.121, p.86.

WILLIAMSON, Oliver (1994). *Public and Private Bureaucracies*, Mimeo.

WORLD BANK (1995). *Bureaucrats in Business*. London, Oxford University Press.

YARROW, G. (1986). *Privatization in Theory and Practice* in Economic Policy: A European Forum (UK). Vol. 32, pp. 323-377.

ANEXO I – BANCO DE DADOS DE MATÉRIAS SOBRE USO POLÍTICO

	Data	Veículo	Título	Cargos em Estatais	Populismo Tarifário	Governança / Rentabilidade	Corrupção	Apropriação por Partidos	Uso ou Impacto Eleitoral	Privatização / Estatização
1	17/ago/04	Canal Energia	**Eletrobras não descarta privatização após sanear federalizadas**			1				
2	11/dez/04	O Estado de S. Paulo	**Para Requião, respeitar contratos é tolice**		1					
3	25/jan/05	Valor Econômico	**Copel terá novo presidente e nova tarifa em fevereiro**		1					
4	14/abr/05	Jornal do Brasil	**Lula faz reforma no varejo**					1		
5	15/abr/05	O Estado de S. Paulo	**Demissão na Eletronuclear expõe divergências entre Dirceu e Dilma**					1		
6	15/abr/05	Gazeta Mercantil	**Paulo Figueiredo preside a Eletronuclear**	1						
7	16/mai/05	O Estado de S. Paulo	**Partido deve emplacar outra indicação, em Furnas**	1						
8	21/mai/05	O Estado de S. Paulo	**Especialista propõe cortar diretores de estatais**	1						
9	24/mai/05	Canal Energia	**PTB confirma entrega de cargos na Eletronorte e Eletronuclear**	1						
10	31/mai/05	O Globo	**PTB indicou filho de Marinho para Eletronorte**	1						
11	01/jun/05	Folha de S. Paulo	**Doação liga Eletronorte aos Correios**				1			
12	01/jun/05	Folha de S. Paulo	**Corretora foi indicada antes de "nascer"**				1			
13	03/jun/05	Jornal do Brasil	**Polícia Federal vai ouvir dirigentes de outras estatais**				1			
14	03/jun/05	Valor Econômico	**Petebista entrega o cargo na Eletronorte**				1			
15	03/jun/05	O Globo	**Amigo de Jefferson deixa Eletronorte**				1			
16	03/jun/05	Folha de S. Paulo	**Apadrinhado por Jefferson deixa Eletronorte**				1			
17	03/jun/05	O Estado de S. Paulo	**Afilhado de Jefferson na Eletronorte pede demissão**				1			

	Data	Veículo	Título	Cargos em Estatais	Populismo Tarifário	Governança / Rentabilidade	Corrupção	Apropriação por Partidos	Uso ou Impacto Eleitoral	Privatização / Estatização
18	10/jun/05	Folha de S. Paulo	**Estatal contratou filha de Jefferson durante era FHC**				1			
19	20/jun/05	O Estado de S. Paulo	**Estatais levam mais R$ 876 milhões**			1				
20	30/jun/05	Valor Econômico	**Eletrobras e Cemig são recomendações mesmo com mudança**			1				
21	07/jul/05	Folha de S. Paulo	**Indicação política faz ações de elétricas caírem**	1						
22	07/jul/05	Jornal do Brasil	**Ações: Bolsa reage mal a novo ministro**	1						
23	07/jul/05	O Estado de S. Paulo	**PT loteia fundo de pensão de Furnas**	1						
24	11/jul/05	Valor Econômico	**Lula começa a trocar comando das estatais**	1						
25	17/jul/05	Folha de S. Paulo	**Sereno manipulou fundo de pensão, diz petista**				1			
26	17/jul/05	O Globo	**CPI dos Correios vai quebrar sigilo de fundos**				1			
27	19/jul/05	O Globo	**A triangulação de R$ 45 milhões**				1			
28	19/jul/05	O Estado de S. Paulo	**Contrato com Eletronorte facilitou crédito de R$ 12 mi**				1			
29	22/jul/05	O Globo	**Dinheiro na cueca pode ter saído de empreiteira**				1			
30	22/jul/05	O Estado de S. Paulo	**Dólar na cueca era propina, diz PF**				1			
31	22/jul/05	Folha de S. Paulo	**Promotoria suspeita de propina no Ceará**				1			
32	22/jul/05	Valor Econômico	**Auditoria constata fraude em contrato da DNA com a Eletronorte**				1			
33	07/ago/05	O Globo	**Empresário denunciou propina em Furnas**				1			
34	15/ago/05	Folha de S. Paulo	**Estatais de Minas são apontadas como "doadoras"**						1	
35	20/ago/05	O Globo	**Presidente do fundo Real Grandeza pede demissão**	1						
36	26/ago/05	O Estado de S. Paulo	**Devassa é ampliada e atinge 11 fundos**				1			

	Data	Veículo	Título	Cargos em Estatais	Populismo Tarifário	Governança / Rentabilidade	Corrupção	Apropriação por Partidos	Uso ou Impacto Eleitoral	Privatização / Estatização
37	28/ago/05	O Estado de S. Paulo	**Postos vagos em estatais atraem cobiça do PMDB**	1						
38	29/ago/05	O Estado de S. Paulo	**Planalto usa cargos em fundos e estatais para premiar companheiros**	1						
39	29/ago/05	O Estado de S. Paulo	**Casa Civil diz que intenção é 'oxigenar a gestão'**	1						
40	29/ago/05	O Estado de S. Paulo	**Farra de gratificações cria salários de até R$ 40 mil**	1						
41	03/nov/05	O Estado de S. Paulo	**Mais privatizações, de um outro modo**							1
42	05/mai/06	O Estado de S. Paulo	**Privatização - erros e desafios**							1
43	28/mai/07	Valor Econômico	**Denúncias servem a rearranjos de poder**					1		
44	23/jul/07	O Globo	**Governistas ainda cobram mais 65 cargos**	1						
45	01/ago/07	O Globo	**Lula decide entregar Furnas a Conde e ao PMDB**	1						
46	01/ago/07	O Estado de S. Paulo	**Planalto convida Conde para Furnas e dá início hoje a pacote de nomeações**	1						
47	02/ago/07	Folha de S. Paulo	**Peemedebista desconhece setor elétrico**	1						
48	10/ago/07	Folha de S. Paulo	**CPMF é a moeda de troca**	1						
49	14/ago/07	Valor Econômico	**Governo acerta mais seis nomeações**	1						
50	14/ago/07	Gazeta Mercantil	**PMDB quer mais cargos em troca de apoio à CPMF**	1						
51	07/set/07	O Globo	**PT, PMDB e PP pressionam Planalto por cargos de estatais**	1						
52	16/set/07	O Estado de S. Paulo	**Dez anos de Petrobrás e Eletrobras**			1				
53	27/set/07	Folha Online	**PMDB quer Ministério de Minas e Energia para selar a paz com o governo**	1						
54	01/out/07	Canal Energia	**Governo estuda processos para implantar governança corporativa em estatais**			1				
55	22/nov/07	O Estado de S. Paulo	**PMDB aproveita votação para exigir cargo na Petrobrás**	1						

	Data	Veículo	Título	Cargos em Estatais	Populismo Tarifário	Governança / Rentabilidade	Corrupção	Apropriação por Partidos	Uso ou Impacto Eleitoral	Privatização / Estatização
56	27/nov/07	O Globo	**Sarney trabalha para fazer do aliado Edison Lobão novo ministro de Lula**					1		
57	01/jan/08	Revista Piauí	**O consultor**					1		
58	08/jan/08	O Estado de S. Paulo	**PMDB espera garantir comando da área elétrica**					1		
59	10/jan/08	Folha Online	**Lula faz acerto com PMDB e deve dar 15 cargos em troca de apoio**	1						
60	10/jan/08	Folha de S. Paulo	**Pedra no caminho**	1						
61	12/jan/08	Correio Braziliense	**PMDB tem a força**	1						
62	12/jan/08	O Globo	**Dilma blinda setor elétrico**	1						
63	12/jan/08	Folha de S. Paulo	**PMDB quer controlar Minas e Energia e enfraquecer Dilma**	1						
64	12/jan/08	Folha de S. Paulo	**FHC loteou o ministério até apagão de 2001**	1						
65	12/jan/08	Folha de S. Paulo	**Senador diz que "está lendo" sobre energia**	1						
66	12/jan/08	O Estado de S. Paulo	**Crise energética dá poder a Dilma e PMDB perde indicação de estatais**	1						
67	12/jan/08	O Estado de S. Paulo	**Em ano eleitoral, Planalto quer evitar a palavra apagão**						1	
68	12/jan/08	O Estado de S. Paulo	**PT usou tema para atacar FHC**						1	
69	12/jan/08	O Estado de S. Paulo	**Para oposição, problema no setor abala cacife de Dilma**						1	
70	12/jan/08	Correio Braziliense	**Aberta a corrida por cargos**	1						
71	12/jan/08	O Globo	**Aliados ameaçam rebelar-se**					1		
72	22/jan/08	Valor Econômico	**PT fica com Eletrosul e PMDB deve ocupar Eletrobras e Eletronorte**	1						
73	23/jan/08	Valor Econômico	**Técnica, ética e política**	1						
74	24/jan/08	O Globo	**Lobão começa loteamento de cargos**	1						

	Data	Veículo	Título	Cargos em Estatais	Populismo Tarifário	Governança / Rentabilidade	Corrupção	Apropriação por Partidos	Uso ou Impacto Eleitoral	Privatização / Estatização
75	29/jan/08	Correio Braziliense	**Indicados do PMDB são alvos de denúncias**				1			
76	29/jan/08	O Estado de S. Paulo	**Lula conversa, mas não supera impasse entre Dilma e Lobão**	1						
77	29/jan/08	Valor Econômico	**Dilma desbanca Sarney e define comando na Eletrobras**	1						
78	14/fev/08	Correio Braziliense	**Indicado fez projetos para usina**	1						
79	25/fev/08	O Globo	**'No setor elétrico, só o que sei é ligar a luz'**					1		
80	06/mar/08	O Globo	**Absolvido no TCU, afilhado de Sarney assumirá presidência da Eletrobras**	1						
81	06/mar/08	O Estado de S. Paulo	**Sarney consegue cargo para afilhado e desiste de licença**	1						
82	11/mar/08	O Estado de S. Paulo	**Lobão defende nomeações políticas e cita John Kennedy**	1						
83	16/jun/08	Valor Econômico	**Governança de estatais é tema mundial**			1				
84	25/jul/08	Valor Econômico	**Tarifa de Angra 3 pode custar mais que o dobro da energia gerada no rio Madeira**			1				
85	09/set/08	Valor Econômico	**Acionista valorizado**			1				
86	26/set/08	Valor Econômico	**Conde deixa Furnas mas PMDB do Rio mantém comando**	1						
87	06/out/08	Folha de S. Paulo	**PF acusa filho de Sarney de traficar influência em estatal**				1			
88	19/nov/08	Exame	**Eletrobras: geradora ou destruidora?**			1				
89	29/jan/09	Folha de S. Paulo	**Patrocínio de estatais para Fórum Social é de R$ 850 mil**						1	
90	20/fev/09	Valor Econômico	**Sob pressão do PMDB, Furnas vota mudança**					1		
91	21/fev/09	Folha de S. Paulo	**A pedido de Lula, Eletrobras dá dinheiro a agremiações do Rio**						1	
92	25/fev/09	Correio Braziliense	**O "país do PMDB"**					1		
93	02/mar/09	Revista Época	**Fundo de pensão de Furnas: uma briga de R$ 6 bilhões**					1		

	Data	Veículo	Título	Cargos em Estatais	Populismo Tarifário	Governança / Rentabilidade	Corrupção	Apropriação por Partidos	Uso ou Impacto Eleitoral	Privatização / Estatização
94	04/mar/09	Revista Veja	**Cargos, cargos e mais cargos**	1						
95	28/mai/09	Folha de S. Paulo	**Gabrielli nega que Petrobras seja petista e use critérios partidários**					1		
96	16/jun/09	Exame Online	**"Risco Requião" volta a assustar o mercado**		1					
97	17/jun/09	Valor Econômico	**Requião suspende trégua com mercado**		1					
98	20/ago/09	Canal Energia	**Decisão sobre localização de usinas nucleares será política, diz Abdan**					1		
99	05/out/09	Folha de S. Paulo	**Eletrobras quer uma Belo Monte no exterior**			1				
100	22/dez/09	Valor Econômico	**Acionistas pressionam por corte de custos na Celesc**			1				
101	23/jan/10	Folha de S. Paulo	**Após 31 anos, Eletrobras pagará R$ 10 bi a acionistas**			1				
102	23/jan/10	O Estado de S. Paulo	**Eletrobras anuncia pagamento de dividendos, 30 anos depois**			1				
103	25/jan/10	Valor Econômico	**Mercado comemora dividendos, mas ainda cobra governança na Eletrobras**			1				
104	10/mar/10	Valor Econômico	**Sob comando de Requião, reajustes foram evitados**		1					
105	02/mai/10	O Globo	**Governo abriga ministros e aliados nos conselhos de estatais e de bancos**	1						
106	20/jul/10	Valor Econômico	**Belo Monte causa divergência no conselho da Neoenergia**			1				
107	17/set/10	Valor Econômico	**O risco oculto das eleições**						1	
108	05/out/10	Valor Econômico	**Elétricas bombam com resultado do 1º turno**						1	
109	05/out/10	Valor Econômico	**Definição nos Estados tem impacto na bolsa**						1	
110	05/out/10	O Globo	**Depois do 1º turno, hora de rever estratégias**						1	
111	06/out/10	Brasil Econômico	**Definição eleitoral puxa ações de elétricas**						1	
112	22/nov/10	Valor Econômico	**Furnas desafia sua controladora Eletrobras no leilão de Teles Pires**			1				

	Data	Veículo	Título	Cargos em Estatais	Populismo Tarifário	Governança / Rentabilidade	Corrupção	Apropriação por Partidos	Uso ou Impacto Eleitoral	Privatização / Estatização
113	24/nov/10	Valor Econômico	**Holding decidirá sobre atuação em leilões**			1				
114	24/nov/10	DCI	**Eletrobras lidera consórcio e evita confronto com coligadas**			1				
115	24/nov/10	Valor Econômico	**Minoritário critica governança da Eletrobras**			1				
116	24/nov/10	Valor Econômico	**Minoritários querem dados de controladas do Sistema Eletrobras**			1				
117	25/nov/10	Valor Econômico	**Comunicado ao mercado sobre matéria do jornal Valor Econômico**			1				
118	30/nov/10	Valor Econômico	**Governança sob medida (Entrevista com José Antonio Muniz)**			1				
119	20/dez/10	O Globo	**Dilma quer reduzir poder de PMDB em estatais**	1						
120	30/dez/10	O Estado de S. Paulo	**PDT quer estatais do setor elétrico, avisa Lupi**	1						
121	30/dez/10	O Estado de S. Paulo	**PT avança sobre feudos do PMDB e acirra disputa pelo segundo escalão**	1						
122	04/jan/11	Valor Econômico	**PT e PMDB disputam setor elétrico**	1						
123	04/jan/11	Brasil Econômico	**Atuação do governo preocupa setor elétrico**	1						
124	05/jan/11	Valor Econômico	**Dilma tenta conter crise com o PMDB**	1						
125	05/jan/11	Folha de S. Paulo	**PMDB usa salário mínimo para pressionar por cargos**	1						
126	06/jan/11	O Estado de S.Paulo	**PMDB quer influir em decisões políticas e exige regra para definição de cargos**	1						
127	07/jan/11	O Globo	**Cargos de estatais do setor elétrico serão novo alvo da fome de aliados**	1						
128	09/jan/11	Correio Braziliense	**Novo governo: Busca por uma vaguinha**	1						
129	09/jan/11	O Estado de S.Paulo	**Guerra por segundo escalão envolve 600 cargos e R$ 107 bi de investimento**	1						
130	09/jan/11	O Estado de S.Paulo	**Apoio de Sarney em 2002 rendeu frutos**	1						

	Data	Veículo	Título	Cargos em Estatais	Populismo Tarifário	Governança / Rentabilidade	Corrupção	Apropriação por Partidos	Uso ou Impacto Eleitoral	Privatização / Estatização
131	10/jan/11	Valor Econômico	**Crise em torno de nomeações deve aumentar**	1						
132	20/jan/11	Canal Energia	**Lindolfo Zimmer, da Copel: voltar a ser relevante**		1					
133	21/jan/11	Valor Econômico	**Copel tenta se distanciar da era Requião**		1					
134	21/jan/11	Valor Econômico	**Governador do AP acusa ministério de retaliação política**					1		
135	21/jan/11	Valor Econômico	**Estatais federais passam a ter empregado no conselho**	1						
136	21/jan/11	Correio Braziliense	**As fissuras, agora, são dentro do PMDB**					1		
137	07/mar/11	O Estado de S.Paulo	**PMDB revê tática e evita confrontar Dilma**	1						
138	15/mar/11	O Estado de S.Paulo	**Estatais paulistas deram abrigo a aliados de outros Estados**	1						
139	16/mar/11	Folha de S.Paulo	**Ex-ministros de Lula ainda mantêm cargos em estatais**	1						
140	18/mar/11	Valor Econômico	**Depois de intervenção federal, Furnas começa a mudar**					1		
141	23/mar/10	Folha de S. Paulo	**Eletrobras admite descontrole "preocupante" em investimentos**			1				
142	23/mar/10	Folha de S. Paulo	**Eletrobras quer controlar mais empresas**			1				
143	23/mar/10	Canal Energia	**Eletrobras estuda comprar distribuidoras com dificuldades financeiras**			1				
144	30/mar/11	Valor Econômico	**Eletrobras negocia compra de 10% da EDP**			1				
145	30/mar/11	Valor Econômico	**Empresa adia divulgação de balanço**			1				
146	02/abr/11	Folha de S. Paulo	**Citado em escândalo, deputado mantém influência em Furnas**				1			
147	10/abr/11	Correio Braziliense	**Água na fervura da disputa por cargos**	1						
148	25/abr/11	Época	**A vida à espera de uma boquinha**	1						
149	15/mai/11	Canal Energia	**Eletrobras nega interesse em venda de ativos de distribuição**			1				

	Data	Veículo	Título	Cargos em Estatais	Populismo Tarifário	Governança / Rentabilidade	Corrupção	Apropriação por Partidos	Uso ou Impacto Eleitoral	Privatização / Estatização
150	17/mai/11	Canal Energia	**Eletrobras espera reduzir nível de perdas nas distribuidoras para padrão aceitável**			1				
151	24/mai/11	Valor Econômico	**Eletrobras muda critérios para se associar em leilões**			1				
152	24/mai/11	Valor Econômico	**Usinas têm déficit de R$ 635 milhões**			1				
153	22/jun/11	Valor Econômico	**Rombo nas distribuidoras da Eletrobras cresce 35%**			1				
154	26/jun/11	O Estado de S. Paulo	**Nomeador-geral, Sarney dribla as demandas da base**	1						
155	10/jul/11	Correio Braziliense	**Ex-ministros buscam refúgio nos conselhos**	1						
156	11/jul/11	O Popular (GO)	**Aneel retoma análise sobre Celg**			1				
157	12/jul/11	Valor Econômico	**Argentina subsidia energia com US$ 1,6 bi**		1					
158	13/jul/11	Correio Braziliense	**O modelo de Belo Monte**			1				
159	14/jul/11	O Popular (GO)	**Presidente da Celg rebate declarações de Lula**			1				
160	15/jul/11	O Popular (GO)	**José Eliton diz que operação pela Celg foi "uma farsa"**			1				
161	15/jul/11	Jornal do Commercio (RJ)	**Aliados recebem vagas em conselhos de estatais**	1						
162	20/jul/11	Revista IstoÉ	**Os olheiros de Dilma**	1						
163	20/jul/11	Revista IstoÉ Dinheiro	**Novo rumo para as agências**	1						
164	22/jul/11	Correio Braziliense	**Furnas é o alvo**	1						
165	25/jul/11	O Estado de S. Paulo	**Brasil vai construir hidrelétrica na Nicarágua**			1				
166	25/jul/11	Valor Econômico	**Cesp quer recuperar R$ 9 bilhões com fim das concessões**						1	
167	25/jul/11	Valor Econômico	**Multa às termelétricas do grupo Bertin opôs PT e PMDB**					1		

	Data	Veículo	Título	Cargos em Estatais	Populismo Tarifário	Governança / Rentabilidade	Corrupção	Apropriação por Partidos	Uso ou Impacto Eleitoral	Privatização / Estatização
168	25/jul/11	Valor Econômico	**Seis meses depois, Furnas só trocou de presidente**	1						
169	25/jul/11	Valor Econômico	**Estatal foi o estopim do mensalão no governo Lula**				1			
170	25/jul/11	Valor Econômico	**Mudanças pretendiam transformar holding na Petrobras do setor elétrico**			1				
171	08/ago/11	DCI	**Eletrobras projeta investir R$ 46 bi até 2014**			1				
172	08/ago/11	Brasil Econômico	**Eletrobras planeja dobrar os investimentos anuais para $ 12 bi**			1				
173	10/ago/11	Valor Econômico	**Eletrobras vai disputar EDP com mais quatro grupos**			1				
174	22/ago/11	Valor Econômico	**Governo discute privatização de federalizadas**							1
175	22/ago/11	Valor Econômico	**Plano de Dilma é inferior à experiência da era FHC**							1
176	22/ago/11	Valor Econômico	**Cemar é tipo de parceria a ser copiada**							1
177	23/ago/11	DCI	**Ações da Eletrobras sobem com rumores sobre distribuidoras**			1				
178	23/ago/11	Folha de S. Paulo	**PMDB e PR perdem diretorias em Furnas**	1						
179	23/ago/11	Valor Econômico	**PMDB e PR perdem cargos em Furnas**	1						
180	23/ago/11	Valor Econômico	**Presidente de Furnas reformula suas diretorias**	1						
181	23/ago/11	Valor Econômico	**Furnas quer elevar margens e se preparar para renovação de concessões**					1		
182	23/ago/11	Valor Econômico	**Eletrobras faz revisão de seus controles internos**			1				
183	23/ago/11	Valor Econômico	**Itaipu invoca tratado e evita auditoria**			1				
184	25/ago/11	Canal Energia	**Eletrobras pode ficar com o controle acionário da CEA**			1				
185	29/ago/11	Folha de S. Paulo	**Orçamento de obras estoura e motiva 'faxina' em Furnas**			1				

	Data	Veículo	Título	Cargos em Estatais	Populismo Tarifário	Governança / Rentabilidade	Corrupção	Apropriação por Partidos	Uso ou Impacto Eleitoral	Privatização / Estatização
186	31/ago/11	Valor Econômico	**Eletrobras prepara estatuto para Nível 2 de governança corporativa**			1				
187	03/out/11	Folha de S. Paulo	**Diretor de Furnas dedica tempo para atos eleitorais**						1	
188	15/out/11	Brasil Energia	**Caminhos para gerar valor**			1				
			TOTAL DE MATÉRIAS POR CATEGORIA	**74**	**8**	**48**	**22**	**18**	**13**	**5**
			Percentual sobre o total de Matérias	39%	4%	26%	12%	10%	7%	3%

Data	Veículo	Título
17 Ago 2004	Canal Energia	**Eletrobras não descarta privatização após sanear federalizadas**

Estatal quer encontrar uma solução para Manaus Energia, Boa Vista Energia, Ceam, Eletroacre, Ceron, Cepisa e Ceal até 2006

Roberto Gonzales, Negócios

Após diagnosticar e sanear as federalizadas, a Eletrobras não descarta a possilibidade de privatizar a Manaus Energia, Boa Vista Energia, Ceam, Eletroacre, Ceron, Cepisa e Ceal. A meta da estatal é equacionar o problema financeiro das empresas até o final de 2005 para, em 2006, encontrar uma solução final, segundo o diretor Financeiro da Eletrobras, José Drumond Saraiva. As sete empresas acumulam uma dívida superior a R$ 2 bilhões.

"A Eletrobras é uma empresa de geração e transmissão. Essas empresas da área de distribuição são investimentos temporários", comentou o executivo, citando o exemplo da Cemar, não-federalizada cuja dívida foi convertida em participação da Eletrobras na mudança de controle para a GP Investimentos este ano. As sete empresas federalizadas não foram retiradas do Programa Nacional de Desestatização.

Para sanear as empresas, a Eletrobras terá que enfrentar uma série de problemas. Uma das iniciativas, por exemplo, é preparar a Cepisa e a Ceal, que integram o sistema interligado, para participar do pool de energia a partir do próximo ano. Drumond, no caso das duas empresas, admitiu que já houve contatos com a iniciativa privada.

O executivo conta que o custo da energia para estas empresas explica o desequilíbrio financeiro. Através de Guri, sistema de transmissão que traz energia da Venezuela, a Boa Vista Energia reduziu o custo com energia de R$ 400, por MWh, para R$ 200, por MWh, mas perdeu os recursos da Conta de Consumo de Combustíveis. Outro problema que gera prejuízo para a empresa é o fato de a Agência Nacional de Energia Elétrica só autorizar o repasse para as tarifas de metade do ganho obtido com a importação da Venezuela. A Eletrobras negocia com a agência uma solução.

Investimentos - Segundo o presidente da Eletrobras, Silas Rondeau, o nível de investimentos para 2005, previsto em R$ 4,6 bilhões, pode ter um acréscimo de mais R$ 604 milhões. Isto, de acordo com ele, dependerá das parcerias que a estatal pretende fazer com empresas da iniciativa privada, o que elevará os investimentos totais para R$ 5,2 bilhões.

O executivo, em palestra nesta terça-feira, dia 17 de agosto, no Rio de Janeiro, divulgou os números das empresas do grupo, relativos ao primeiro semestre do ano. A Chesf lucrou R$ 419,2 milhões, contra R$ 369,4 milhões do primeiro semestre de 2003; Furnas fechou com lucro de 242,7 milhões, contra 414,6 milhões; Eletrosul lucro de R$ 86,9 milhões, contra R$ 82 milhões; Eletronorte encerrou o período com prejuízo de R$ 368,6 milhões, contra prejuízo de 35,1 milhões nos primeiro seis meses do ano passado; Eletronuclear fechou com prejuízo de R$ 260,4 milhões, contra resultado negativo de R$ 73,8 milhões; CGTEE prejuízo R$ 7 milhões, contra lucro de R$ 12,8 milhões.

No caso da Eletronorte, o executivo disse que existe uma tendência de reversão do quadro, com a renovação dos contratos com as eletrointensivas Albrás e Alumar ocorrida no primeiro semestre do ano, por um período de 20 anos. "Isso vai repercutir positivamente no balanço", disse. Outra preocupação da estatal é equacionar o problema da tarifa nuclear para melhorar a situação da Eletronuclear. As negociações entre o Ministério de Minas e Energia e a Aneel continuam.

Silas Rondeau informou que a estatal prepara o caminho, via Eletrobras Internacional, para prestar serviços nas áreas de engenharia e operação no mercado externo. O foco será os países da América Central, Ásia e África.

Um dos primeiros lances da empresa é participar da licitação para construir e operar uma linha de transmissão que vai interligar seis países da América Central. Na próxima semana, a Eletrobras participará de uma exposição na China e Austrália para apresentar os seus serviços. "O objetivo é transformar a Eletrobras numa das maiores prestadoras de serviços internacionais", explicou Rondeau.

Data	Veículo	Título
11 Dez 2004	O Estado de S. Paulo	**Para Requião, respeitar contratos é tolice**

Governador constrange em público secretário-executivo da Fazenda, ao classificar de "ladainha"seu discurso em defesa do respeito aos contratos entre setor público e privado

Sérgio Gobetti, Enviado especial

FOZ DO IGUAÇU - O governador do Paraná, Roberto Requião (PMDB), submeteu ontem o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, a grande constrangimento, ao criticar a política econômica e chamar de "ladainha" o discurso do representante do governo louvando o respeito aos contratos entre os setores público e privado. "A estabilidade dos contratos é uma tolice", afirmou Requião.

Na abertura da reunião ordinária do Conselho Nacional de Política Tributária (Confaz), em Foz do Iguaçu, Appy havia destacado o bom desempenho da economia e a consolidação de um marco institucional mais estável para os investimentos privados. Logo em seguida, ele foi frontalmente contestado por Requião, sem rodeios, na frente dos secretários de Fazenda.

"Fiquei surpreso com a intervenção do secretário-executivo. A impressão que tenho é de que o Paraná não está neste país descrito pelo senhor Appy", afirmou. "O crescimento no Brasil é tudo menos sustentável. Estamos seguindo o velho modelo neoliberal." Nesse ponto, Requião relacionou o discurso de Appy a favor da estabilidade dos contratos à teoria desenvolvida pelo ex-presidente Fernando Henrique, na década de 60, sobre o papel do capital internacional no desenvolvimento da América Latina. "Daí vem a ladainha da segurança para os investidores e do respeito aos contratos", disse Requião, chamando de "livreto" o texto acadêmico mais famoso de FHC, em parceria com Enzo Faletto - Dependência e o Desenvolvimento na América Latina.

Ele também reclamou dos editoriais do Estado sobre o "Risco Requião", referência às suas decisões de questionar e romper contratos assinados por antecessores. "Aqui no Paraná, contratos que consagram a roubalheira são questionados. Se há algum contrato que deve ser respeitado é o contrato com o povo."

Nitidamente incomodado, Appy até tentou responder, mas foi demovido pelo próprio Requião, em rápido diálogo ao pé do ouvido. "Se o senhor fizer a réplica, farei a tréplica."

Data	Veículo	Título
25 Jan 2005	Valor Econômico	**Copel terá novo presidente e nova tarifa em fevereiro**

Energia - Governador do Paraná retrocede e autoriza redução no desconto aos consumidores em 5%

Marli Lima
De Curitiba

No dia 1º de fevereiro a Copel terá duas novidades: novo presidente e nova tarifa. O governo do Paraná, acionista majoritário, autorizou aumento de 5% na contas de luz que serão emitidas a partir do próximo mês, quando a companhia passará a ser presidida pelo economista Rubens Ghilardi. Ele foi convidado para o cargo na semana passada e sucederá o ex-governador Paulo Pimentel.

No anúncio feito ao mercado ontem, a direção da Copel explicou que, na prática, vai reduzir o desconto oferecido a quem paga a fatura em dia. O benefício equivalia ao reajuste de 14,4% autorizado pela Aneel em junho do ano passado. Mesmo com um corte parcial do desconto, o mercado gostou da decisão e as ações da empresa fecharam o dia com alta de 6,23% na Bovespa, fechando em R$ 11,59 as ações PNB. Em dois pregões, os papéis da Copel acumularam alta de 9,44%.

Nos últimos meses Pimentel declarou algumas vezes que pretendia aumentar a tarifa, mas não conseguiu autorização do governador Roberto Requião (PMDB). Requião preferiu repetir a metodologia usada no reajuste anterior, fixado pela Aneel em 25,2%, em junho de 2003. Naquela ocasião, o governador determinou que a concessionária praticasse um aumento de 15% em janeiro de 2004 e aplicasse o restante apenas em junho do mesmo ano - mês em que a agência divulgou os 14,4 %, percentual que está sendo adotado agora parcialmente.

Analistas de mercado aprovaram o aumento, mas esperam o complemento.
- Já é alguma coisa, mas o ideal seria repassar o índice integral. Disse Victor Pereira, do BES Securities, que não havia incluído a reajuste em suas projeções para os papéis da companhia.
- O mercado sabe que a interferência política é grande na Copel e nem tinha idéia se o aumento viria de fato. Mesma opinião tem o analista de energia do Banco Pactual, Pedro Batista.
- A Copel tem um programa de investimento e precisava rever a tarifa, inclusive aplicar o restante do reajuste. Afirmou.

Os investimentos programados para 2005 somam R$ 490 milhões, para obras de expansão e manutenção. Um analista de um grande banco disse que a companhia começou a fazer as contas e, por isso, decidiu pelo reajuste.

Os diretores da empresa não comentaram o assunto. No comunicado, a decisão é justificada pelo impacto da elevação de custos de encargos intra-setoriais, como a Conta de Desenvolvimento Energético, e a despesas operacionais como a compra da energia produzida por Itaipu Binacional e reajustada em janeiro em 7,6% no valor em dólar.

A obrigatoriedade de adesão ao novo modelo elétrico também foi citada. A medida, objeto de questionamento judicial pelo governo do Paraná, resultou na perda da flexibilidade que a Copel tinha ao usar energia própria no atendimento dos consumidores, diz o texto. Parte do desconto será mantida para quem paga a conta em dia, de acordo com o texto, para estimular as atividades econômicas e a geração de emprego. No entanto, o percentual deve ser reduzido para que o equilíbrio econômico-financeiro da Copel não seja comprometido, diz.

Data	Veículo	Título
14 Abr 2005	Jornal do Brasil	**Lula faz reforma no varejo**

Sem alarde, Planalto negocia distribuição de cargos federais para garantir apoio e satisfazer interesses de partidos

SÉRGIO PARDELLAS E SÉRGIO PRADO

BRASÍLIA - Uma reforma silenciosa vem aguçando a sede dos partidos aliados ao governo Lula nos bastidores do poder. Em disputa, cargos estratégicos de segundo e terceiro escalões. Na maioria dos casos, postos capazes de dispor a quem abocanhá-los inigualável prestígio e poder políticos, além da possibilidade de manejar um gordo orçamento - fatores essenciais para pavimentação do caminho rumo ao triunfo nas urnas em 2006.

Ao contrário da reforma ministerial, escancarada aos quatro cantos do Planalto durante quase seis meses, a nova disputa por cargos federais em todo o país - para muitos a reforma que realmente interessa - guarda como característica um silêncio quase lúgubre. Longe dos holofotes, presidentes e líderes de partidos articulam cada um a sua maneira para assegurar o maior número de vagas possível. A reforma dos cargos de segundo e terceiro escalões também interessa a quem está do outro lado do balcão. Essa reacomodação é vista pelo Planalto como uma maneira de apaziguar os ânimos na base e mobilizar os parlamentares no Congresso em torno dos projetos de interesse do governo.

No núcleo mais próximo a Luiz Inácio Lula da Silva, a reorganização de um apoio consistente no Congresso passa pela participação maior de PMDB, PTB e PP no governo a partir de agora. A rigor, o Palácio do Planalto conta com 200 votos garantidos dentro da Câmara, mais ou menos a mesma quantidade que Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP) obteve como candidato à Mesa da Casa. A preocupação estende-se também ao Senado, onde o PT tem apenas 13 cadeiras.
- Tudo que for amarrado agora também servirá para o apoio à reeleição de Lula. O que passa também por conversas com governadores. A costura do acordo com o PMDB envolve a indicação do vice - afirma um dos principais auxiliares do chefe do Executivo.

O PMDB aguarda apenas o retorno do presidente do exterior para retomar as negociações. Um encontro para os próximos dias foi confirmado pelo chefe da Casa Civil, ministro José Dirceu, num telefonema à lideranças do partido. Outros partidos governista também esperam ser recebidos em breve.

Os peemedebistas não querem pouco. Na lista de pedidos constam diretorias do Banco do Nordeste, Banco do Brasil e das estatais como Eletrobras e Eletronorte. Com um orçamento de R$ 3 bilhões, o Banco do Nordeste, por exemplo, é terreno fértil para os interessados em fazer política na região.

A presidência da Infraero, estatal responsável pela administração dos 66 aeroportos do país, também é um desejo antigo do PMDB. Hoje a estatal é presidida pelo ex-senador Carlos Wilson (PTB). Caso a empresa venha a ser controlada pelos peemedebistas, a indicação caberá ao líder do partido na Câmara, deputado José Borba (PMDB-PR).
- As maiores pendências do governo são com o PMDB da Câmara - diz um peemedebista.

Mas o PMDB do Senado, que já levou o Ministério da Previdência, hoje controlado por Romero Jucá, permanece indócil. Além da Fundação dos Correios, hoje nas mãos do senador Edison Lobão (PFL), senadores ligados a Hélio Costa (PMDB-MG) se movimentam para substituir o ex-senador Sérgio Machado do comando da Transpetro, estatal do Sistema Petrobras. Em seu lugar, assumiria o suplente do senador mineiro, Carlos Eduardo Fioravante.

O PTB é outro partido à espera do retorno do presidente, quando espera ver contemplados os pleitos apresentados em reunião logo após a minirreforma ministerial. Capitaneados pelos deputados Roberto Jefferson (PTB-RJ), presidente da legenda, e José Múcio Monteiro (PTB-PE), líder na Câmara, os petebistas esperam ser nomeados para pelo menos quatro cargos de expressão: diretoria de Furnas, da área tecnológica dos Correios, da Petroquisa, e Itaipu Binacional.

Com o acréscimo na capacidade instalada há três anos, a hidrelétrica Itaipu, que ostenta um orçamento anual de US 2,5 bilhões, passou a ser estratégica para a estabilidade do sistema elétrico nacional. A indicação inicial do partido para o cargo era o ex-deputado Joaquim dos Santos Filho. Mas o PTB se viu na contingência de procurar um outro nome. Motivo: o governo o vetou porque o ex-deputado é réu na 3ª Vara Federal, em Curitiba, e foi mencionado na CPI do Banestado.

...

Data	Veículo	Título
15 Abr 2005	O Estado de S. Paulo	**Demissão na Eletronuclear expõe divergências entre Dirceu e Dilma**

Nicola Pamplona

O professor Zieli Dutra Thomé Filho, que deixou ontem a presidência da Eletronuclear, atribuiu sua demissão a divergências com o Ministério de Minas e Energia (MME) a respeito do futuro do programa nuclear brasileiro. Thomé Filho foi substituído por Paulo Figueiredo, funcionário de carreira da estatal responsável pelas usinas nucleares do País, e afirmou que sua saída é fruto da "defesa intransigente não só de Angra 3, mas da intensificação do programa nuclear para fins pacíficos".

A conclusão de Angra 3, usina remanescente do programa nuclear da década de 70, expôs um foco de atrito entre o Ministério de Minas e Energia - ao qual a Eletronuclear está subordinada - e uma ala do governo formada pela Casa Civil e pelo Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT). Em reunião do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), anteontem, o MME votou contra a obra, orçada em US$ 2 bilhões, ao lado do Ministério do Meio Ambiente. O MCT já havia votado a favor, quando o ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, pediu vistas do processo, que defendeu durante a reunião.

Apesar de subordinado ao MME, Thomé Filho fez parte de um grupo de trabalho do MCT que desenvolveu cenários para um futuro programa nuclear brasileiro, que prevê não só a conclusão de Angra 3, mas a construção de outras usinas nucleares no Brasil. O objetivo principal é viabilizar o enriquecimento de urânio em larga escala no País, fechando o ciclo de produção do combustível nuclear. "A Marinha tem uma das tecnologias mais eficientes para a produção do combustível e, se levarmos isso adiante, estaremos na ponta da ponta da ponta em termos tecnológicos", afirmou o especialista, único representante latino-americano de um grupo internacional que define normas de segurança em usinas atômicas.

CONSELHO DE SEGURANÇA

O desenvolvimento da tecnologia é defendida por parte do governo, que inclui Dirceu, como forma de obter assento no Conselho de Segurança da ONU. O MME, porém, desenhou um modelo energético baseado em hidreletricidade e se preocupa com o custo da energia nuclear nas contas de eletricidade. Thomé Filho ressaltou que nunca teve atritos com a ministra Dilma Rousseff (de Minas e Energia), mas disse que a divergência ideológica é a única explicação plausível para sua demissão. "Não me pareceu que a indicação do Paulo foi por questão política. Nem por razões técnicas, já que a empresa está bem", avaliou.

Paulo Figueiredo é funcionário da Eletronuclear desde 1979 e tem histórico no movimento sindical, tendo assumido diretorias nos sindicatos dos Engenheiros, dos Químicos e dos Urbanitários do Rio de Janeiro. O presidente demitido foi uma indicação do físico Luiz Pinguelli Rosa, quando este exercia a presidência da Eletrobras. Fontes da empresa avaliam que sua demissão foi motivada também pelo perfil excessivamente acadêmico de Thomé Filho, já que Figueiredo também defende o programa nuclear.

Data	Veículo	Título
15 Abr 2005	Gazeta Mercantil	**Paulo Figueiredo preside a Eletronuclear**

Rio, 15 de Abril de 2005 - O Conselho Administrativo da Eletronuclear consumou ontem a mudança na presidência da estatal que administra as usinas nucleares Angra 1 e Angra 2, comunicada previamente, no último dia 4, ao antigo ocupante do cargo, Zieli Dutra Thomé Filho, vice-presidente de uma das comissões da Agência Nacional de Energia Atômica. O novo presidente, o engenheiro químico Paulo Figueiredo, foi indicado pela ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, e presidia desde 2003 o Nucleos, o fundo de pensão dos funcionários dos empregados da Eletronuclear, da Indústrias Nucleares do Brasil e da Nuclep.

A mudança foi interpretada por executivos do setor como uma conseqüência tardia da saída do governo do ex-presidente da Eletrobras, o físico Luiz Pinguelli Rosa. Responsável pela indicação de Zieli, Pinguelli Rosa foi destituído do cargo por decisão política do governo, que reivindicava a presidência da Eletrobras para a reforma ministerial.

Um dos mais contundentes defensores do programa nuclear brasileiro no interior do governo federal, Zieli atribui sua saída "a razões ideológicas", uma vez que sua posição favorável à construção de Angra 3 confrontava-se com a da ministra Dilma Rousseff, que divulgou um relatório contrário ao empreendimento em razão do alto custo da energia da usina.

Com relação à ministra, o ex-presidente da Eletronuclear não esconde a mágoa por ter sido comunicado da destituição pelo presidente do conselho da Eletronuclear, o diretor financeiro da Eletrobras José Drumond Saraiva. "Não recebi um telefonema sequer da ministra ou de qualquer representante do Ministério", disse Zieli, que pretende prosseguir com os trabalhos na comissão da Agência Internacional, na qual faz parte de um grupo de 15 técnicos responsável pela elaboração de normas de segurança nuclear.

Procurado por este jornal, o novo presidente da Eletronuclear, Paulo Figueiredo, não foi encontrado. Ex-sindicalista, ele também defende Angra 3 e é funcionário da estatal desde 1979, quando a empresa ainda se chamava Nuclen.

Formado pela Universidade Federal Fluminense em 1978, Figueiredo participou no ano seguinte do projeto governamental Urânio V, destinado à formação de mão-de-obra para a indústria nuclear. Há cinco anos faz parte da diretoria do fundo de pensão dos empregados da estatal, o Núcleos, e desde 2003 é o seu presidente.

(Gazeta Mercantil/Caderno A - Pág. 6)(Ricardo Rego Monteiro)

Data	Veículo	Título
16 Mai 2005	O Estado de S. Paulo	**Partido deve emplacar outra indicação, em Furnas**

Nomeação do novo diretor de Engenharia dobrou até a resistência da ministra Dilma e é vitória de Jefferson

Os acionistas de Furnas Centrais Elétricas votarão hoje, às 18h, em assembléia geral, a indicação de Francisco Pirandel para a diretoria de Engenharia da empresa, preenchendo mais um dos 2 mil cargos de confiança com que o PTB, presidido pelo deputado Roberto Jefferson (RJ), conta no governo Lula. Antes do escândalo da caixinha do PTB nos Correios, já havia uma decisão da diretoria de Furnas de colocar a votação do apadrinhado do PTB como item extra da pauta da assembléia.

A nomeação de Pirandel, se confirmada pela assembléia da estatal de energia elétrica, representará uma vitória de Jefferson. Depois de três meses de intensas negociações com o Palácio do Planalto, o presidente do PTB conseguiu dobrar até mesmo a ministra das Minas e Energia, Dilma Roussef, tida como adversária do fisiologismo e das indicações políticas. A ministra era contrária à contratação do petebista, mas acabou vencida depois que Jefferson conversou sobre o assunto com o próprio presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Pirandel é um ex-assistente do presidente da Eletronorte, Roberto Garcia Salmeron, que ocupa este cargo também indicado pelo PTB e apontado pela reportagem da revista Veja como pessoa chave no esquema de corrupção.

Um ex-integrante da diretoria de Furnas, que preferiu não se identificar, contou que também existe um esquema de caixinha para partidos na estatal de energia elétrica. "A caixinha está ficando descarada. Ela acaba com o parlamento e assim o País vai para o brejo", disse o ex-dirigente de Furnas.

Segundo ele, o presidente de Furnas nada pode fazer para impedir a ação dos corruptos. "Ele é igualzinho à rainha da Inglaterra. É um negócio horrível e, por isso, os partidos brigam por esses cargos", explicou o ex-dirigente.

Ele contou que até mesmo um deputado do PSDB foi convencido a mudar de partido em troca da indicação de um diretor financeiro para o órgão.

Desde que o PT iniciou a distribuição dos 25 mil cargos de confiança, houve um total de 230 mudanças de siglas, envolvendo deputados que trocaram a oposição pelo governo.

O PT foi o maior beneficiário pela distribuição de cargos e funções de confiança por ser o partido do presidente. Disputando o segundo lugar estão o PTB e o PL. Cada partido nomeou cerca de 2 mil filiados para altos postos do governo Lula. O PMDB, por estar dividido, abocanhou apenas 1,5 mil cargos. O restante foi rateado entre os outros partidos da chamada base aliada.

Data	Veículo	Título
21 Mai 2005	O Estado de S. Paulo	**Especialista propõe cortar diretores de estatais**

João Domingos
BRASÍLIA

O diretor executivo da Transparência Brasil, Cláudio Weber Abramo, disse ontem que uma das formas de o governo federal mostrar que combate mesmo a corrupção seria demitir todos os diretores de estatais nomeados pelo critério político. Para ele, um dos motivos da persistência da corrupção no País é o loteamento dos cargos de confiança dos governos, principalmente no federal. Ele calcula que se essa providência for tomada, pelo menos 1,2 mil diretores do alto escalão das estatais irão para a rua.

"Acho difícil acreditar que o senhor Roberto Jefferson (presidente do PTB) tenha nomeado uma pessoa para os Correios com o intuito de melhorar o funcionamento da estatal. Ele fez a indicação para que a pessoa pudesse cuidar de seus interesses", disse Abramo, durante seminário internacional sobre o combate à corrupção, referindo-se ao escândalo da cobrança de propinas por parte de Maurício Marinho, ex-diretor de Contratação dos Correios.

O ministro do Controle e da Transparência do governo, Waldir Pires, que estava presente ao seminário, ouviu a sugestão de Abramo. Disse que não dá para demitir todo mundo que foi nomeado para as estatais porque, feito isso, estaria criado o caos administrativo. "O dever universal de um governo é sobreviver", disse Waldir Pires. "Como o governo não tem a maioria, tem de fazer composições."

De acordo com os cálculos de Abramo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva encontrou à sua disposição cerca de 25 mil cargos de confiança (pelos números do Ministério do Planejamento são pouco mais de 22 mil).

Destes, cerca de 15,4 mil ficaram com o PT e os 6,6 mil restantes com os partidos aliados. "É um monte de gente para atender a interesses que não são os da ideologia de quem está no poder."

Pires disse que a CPI representa o barulho da oposição que quer desestabilizar o governo.

Data	Veículo	Título
24 Mai 2005	Canal Energia	**PTB confirma entrega de cargos na Eletronorte e Eletronuclear**

Indicados do partido em estatais sairão dos cargos até esta quarta-feira, dia 25, caso governo aceite pedidos de demissão

Fábio Couto e Oldon Machado, da Agência CanalEnergia, Negócios

O PTB pretende entregar oficialmente ao governo federal na tarde desta terça-feira, dia 24 de maio, os cargos preenchidos por indicações do partido na administração federal, incluindo a presidência da Eletronorte, ocupada por Roberto Salmeron, e a diretoria de Planejamento, Gestão e Meio Ambiente da Eletronuclear, que tem à frente Luiz Rondon Teixeira de Magalhães Filho. Segundo a assessoria do presidente do PTB, deputado Roberto Jefferson (RJ), os executivos já foram comunicados pelo próprio parlamentar da decisão.

A saída de Salmeron e Rondon Filho, acrescentou a assessoria, só será concretizada caso o governo aceite o pedido de demissão. No caso das estatais do setor elétrico, a entrega dos cargos só deve ser oficializada nesta quarta-feira, dia 25, em razão da greve que paralisa atividades administrativas do grupo Eletrobras nesta terça-feira. O afastamento será informado ao ministro interino de Minas e Energia, Nelson Hubner - a ministra Dilma Rousseff acompanha a comitiva do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em viagem à Coréia do Sul.

A saída dos ocupantes ligados ao PTB dos cargos de confiança no governo deve-se às denúncias de corrupção na máquina pública deflagradas em reportagem da revista "Veja" da semana passada, ligando indicados do partido e o deputado Roberto Jefferson. Além de Salmeron - citado pelo ex-chefe de contratação e compras dos Correios e Telégrafos, Maurício Marinho, como peça-chave de Jefferson no esquema de corrupção, segundo a entrevista de "Veja"- as denúnicas envolvem ainda outros membros dos Correios e do Instituto de Resseguros do Brasil.

Data	Veículo	Título
31 Mai 2005	O Globo	**PTB indicou filho de Marinho para Eletronorte**

Rodrigo Rangel

BRASÍLIA. Apontado como integrante de esquema de fraudes em licitações dos Correios, Maurício Marinho, ex-chefe de Contratação e Administração da estatal, teve ajuda do PTB para empregar um filho em outra empresa pública. O engenheiro agrônomo Marcelo da Silva Marinho, de 25 anos, trabalha desde novembro de 2004 na Eletronorte, estatal comandada pelo PTB, partido que, segundo Marinho, seria o destinatário do dinheiro arrecadado em troca de facilidades em licitações dos Correios.

Marcelo foi contratado por uma empresa terceirizada, a pedido do presidente da empresa, Roberto Salmeron, homem de confiança do PTB e amigo do presidente do partido, Roberto Jefferson, que, desde o surgimento das denúncias, negava proximidade com Marinho.

Marcelo é lotado na superintendência de Meio Ambiente, vinculada à Diretoria de Engenharia. Quando foi contratado, a diretoria era chefiada pelo petista Israel Bayma, que recebeu a indicação do próprio Salmeron, escolhido por Jefferson para a presidência da estatal. Bayma não confirma nem nega que tenha autorizado a contratação, mas admite a possibilidade:

— O nome dele provavelmente foi indicado por um diretor. Pode até ter sido pelo presidente — disse o petista, que deixou o cargo em 28 de fevereiro.

O ex-agente do extinto Serviço Nacional de Informações (SNI) José Santos Fortuna Neves negou ontem, em depoimento ao Ministério Público Federal, que tenha gravado a fita de vídeo em que Marinho aparece recebendo R$ 3 mil de um suposto empresário. Capitão reformado da PM de Minas e representante da Intermec, multinacional que participou de uma licitação dos Correios no início do ano, Fortuna foi citado por Jefferson, em depoimento prestado aos procuradores semana passada.

Data	Veículo	Título
01 Jun 2005	Folha de S. Paulo	**Doação liga Eletronorte aos Correios**

CHICO DE GOIS
DA REPORTAGEM LOCAL

O presidente da Eletronorte, Roberto Garcia Salmeron, citado pelo ex-funcionário dos Correios Maurício Marinho como uma das "pessoas-chave" que atuariam em favor do presidente nacional do PTB, Roberto Jefferson, doou R$ 10,8 mil para a campanha do deputado estadual Ezequiel Galvão Ferreira de Souza (PTB), do Rio Grande do Norte.

Ezequiel Galvão é filho de Ezequiel Ferreira, indicado pelo líder do governo no Congresso, senador Fernando Bezerra (PTB-RN), para ocupar o cargo de diretor de Tecnologia dos Correios. De acordo com Bezerra, em entrevista à "Veja" desta semana, a efetivação da nomeação não aconteceu porque atrapalharia, segundo uma carta apócrifa recebida por ele, uma licitação que iria beneficiar a Novadata, empresa de Mauro Dutra, amigo de Lula. A informação foi publicada pelo Painel da Folha no dia 17 de maio.

Salmeron é amigo de Jefferson, que o indicou para a presidência da Eletronorte. Ele também integra a executiva do partido no Rio de Janeiro, juntamente com a filha de Jefferson, Cristiane Brasil, conforme a página da legenda na internet. Jefferson é vice-presidente estadual do PTB no Rio.

Na fita em que Marinho foi flagrado negociando com supostos empresários, o ex-funcionário dos Correios afirma que o "novo diretor de Tecnologia é da nossa agremiação" e aponta o nome de Ezequiel Ferreira.

De acordo com o site do Tribunal Superior Eleitoral, apesar de ser do Rio, Salmeron só doou dinheiro para o candidato a deputado do Rio Grande do Norte.

A doação se deu por meio de dois depósitos, em dinheiro, de R$ 5.000 e de R$ 5.800, e representaram pouco menos de 10% do total declarado pelo deputado: R$ 113,7 mil. Desse valor, R$ 80,9 mil foram recursos próprios e doação de familiares.

Ezequiel Galvão confirmou a doação e disse que essa foi a primeira e única vez que Salmeron lhe repassou recursos oficialmente para uma campanha política: "Ele [Salmeron] é amigo de papai desde os tempos da Associação Brasileira de Municípios".

A Folha procurou Ezequiel Ferreira, o pai, por telefone, em sua casa. Ao ser informado de que a reportagem queria falar sobre a doação de Salmeron para a campanha de seu filho, Ezequiel Ferreira afirmou que o assunto deveria ser tratado com o deputado e, educadamente, se despediu.

Ele ocupa uma assessoria especial na presidência do Banco do Nordeste. Inicialmente, Fernando Bezerra queria alocar seu afilhado em uma das diretorias do banco, mas não conseguiu. Por isso, pensava em remanejá-lo para os Correios. Salmeron foi vice-presidente da estatal durante o governo de Fernando Henrique Cardoso e tem prestígio no PTB.

O deputado disse que seu pai não tem nada a ver com o suposto esquema dos Correios. "Ele foi citado na reportagem da "Veja", mas nem é funcionário da estatal." A Folha tentou falar com o presidente da Eletronorte, mas não conseguiu. Encaminhou, então, via assessoria de imprensa, perguntas sobre sua amizade com Ezequiel Ferreira e com Fernando Bezerra, mas, até o fechamento desta edição, não obteve resposta.

Data	Veículo	Título
01 Jun 2005	Folha de S. Paulo	**Corretora foi indicada antes de "nascer"**

ELVIRA LOBATO
DA SUCURSAL DO RIO

As estatais Furnas Centrais Elétricas e Infraero foram rápidas em indicar negócios a serem intermediados pela corretora de um amigo do deputado federal Roberto Jefferson (PTB-RJ). As datas das cartas enviadas ao IRB (Instituto de Resseguros do Brasil), nas quais a corretora Acordia/Assurê é sugerida para intermediar o resseguro de suas apólices no mercado internacional, revelam o empenho das estatais no negócio.

A correspondência da Infraero foi assinada no mesmo dia em que a Acordia obteve licença do IRB para operar no Brasil: 6 de agosto de 2003. A de Furnas foi enviada em 3 de setembro.

Segundo especialistas em resseguros, só em 11 de setembro daquele ano as resseguradoras internacionais que possuem escritórios no Brasil foram comunicadas da associação da Acordia com a Assurê para atuação como corretora de resseguros no Brasil.

A existência de cartas de estatais solicitando ao IRB a nomeação da Assurê/Acordia era comentada por resseguradores desde o ano passado, quando um grupo deles foi ao governo queixar-se do tratamento diferenciado dado ao novo concorrente. Em 21 de maio, a Folha revelou que a Eletronuclear recomendou a contratação da Assurê como corretora do contrato de seguro das usinas nucleares Angra 1 e Angra 2. As cartas de Furnas e Infraero foram reveladas pela revista ""Veja" desta semana.

Graças sobretudo às estatais, a Acordia/Assurê ficou em quinto lugar no ranking das corretoras de resseguro em 2004. Segundo as estatísticas do IRB, 3,6% do total de prêmios de resseguros em 2004 foi intermediado pela Acordia/ Assurê, o que correspondeu a US$ 18,43 milhões em prêmios. A remuneração da corretora não é revelada. Segundo os resseguradores, ela pode chegar a 20% do valor do prêmio em contratos de menor valor, sendo da ordem de 10% nos grandes contratos.

Dos US$ 509,38 milhões de resseguros autorizados pelo IRB em 2004, 41% (US$ 211,59 milhões) foram feitos diretamente pelo instituto. Os US$ 297,78 milhões restantes foram colocados por corretoras designadas pelo IRB, que tem o monopólio do mercado.

O resseguro é o seguro das companhias seguradoras. Quando a apólice é muito alta, a seguradora contratada repassa parte do risco para o IRB, que o redistribui entre outras seguradoras no Brasil e no exterior. Segundo o IRB, a corretora de resseguro com maior atuação no país foi a norte-americana AON, que representou 11,12% do mercado. A segunda foi a Marsh Group, com 9,17%.

Segundo o IRB, em 26 de junho de 2003, a Assurê protocolou carta informando a intenção de se associar à americana Acordia para atuar como corretora de resseguros no Brasil. Em 31 de junho, a Acordia pediu o credenciamento.

Entre os documentos publicados pela ""Veja" há correspondência interna do IRB comentando a carta de Furnas datada de 3 de setembro de 2003. O documento faz referência a uma carta anterior de Furnas, de 3 de agosto, com o mesmo teor. Ou seja, antes mesmo de a Acordia obter o credenciamento do IRB, já havia pleito de Furnas para sua contratação.

No dia em que a Acordia recebeu o credenciamento do IRB, o diretor financeiro da Infraero, Adenauher Figueira Nunes, assinou carta indicando a Assurê.

Justificativa de contratação é a redução de custo

DA SUCURSAL DO RIO

As diretorias das estatais Furnas e Infraero afirmaram ter solicitado a contratação da corretora de resseguro Acordia/Assurê, em 2003, para poderem trabalhar com mais de uma empresa corretora e, pela competição, poder reduzir o custo do seguro. Segundo Furnas, o seguro dos equipamentos de suas usinas e das subestações de energia elétrica havia subido de R$ 7,8 milhões, em 2002, para R$ 15,9 milhões, em 2003.

Naquela ocasião, a empresa trabalhava apenas com a corretora PWS. No ano passado, segundo a estatal, o mesmo seguro custou R$ 9,7 milhões. O empresário Henrique Brandão, dono da Assurê, corretora que atua nas estatais, não foi localizado. Na empresa, informam que ele está em viagem.

Data	Veículo	Título
03 Jun 2005	Jornal do Brasil	**Polícia Federal vai ouvir dirigentes de outras estatais**

Em depoimento à Polícia Federal, ex-presidente do IRB negou pedido de mesada

BRASÍLIA - A Polícia Federal vai ouvir os dirigentes da Infraero, Eletronuclear e de Furnas responsáveis por indicar a corretora Assurê para intermediar operações de resseguro. As intermediações beneficiaram o corretor Henrique Brandão, dono da Assurê, amigo do presidente do PTB, deputado Roberto Jefferson (RJ). A nova linha de investigação surgiu ontem, por conta do depoimento do ex-presidente do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB) Lídio Duarte, que deixou o cargo em fevereiro.

Ouvido como testemunha, Duarte negou ter deixado o cargo devido a pressões para que arrecadasse uma mesada mensal de R$ 400 mil para o PTB por meio de operações administrativas irregulares. A afirmação consta de reportagem publicada pela *Veja* há duas semanas. Segundo a revista, o corretor, falando em nome do deputado teria exigido pagamento da mesada. A *Veja* reafirmou as declarações e disse que a entrevista com Duarte foi gravada.

No depoimento, Duarte negou ter sofrido pressão de Jefferson ou de Brandão. Atribuiu sua opção por deixar o cargo a uma decisão pessoal. Funcionário de carreira do IRB, estava aposentado e discordava da condução dada ao instituto, de seguir como o detentor do monopólio de resseguros no mercado brasileiro.

Duarte disse que não há obrigatoriedade de realizar licitações para contratação de seguros e também que é direito da empresa segurada indicar o corretor de sua preferência. Assim, não caberia ao IRB e sim às seguradas a responsabilidade última por repassar negócios à Assurê de Brandão.

Como a contratação da Assurê pela Infraero, Eletronuclear e Furnas se tornou pública pela imprensa, os dirigentes responsáveis pelas operações nessas empresas serão os primeiros a depor. A PF pedirá à Controladoria Geral da União que faça uma auditoria nos contratos dessas empresas para verificar outras indicações suspeitas de corretoras.

Acompanhado de seu advogado José Araújo, Duarte deixou a sede da PF em Brasília sem dar declarações. Segundo Araújo, a reportagem é uma "fantasia". O advogado disse ainda que a mesada "não existe, nunca houve esse debate. Não houve nenhum pedido direto a ele". No depoimento, Duarte disse que o deputado pediu a ele que nomeasse dois funcionários para o IRB. O pedido teria sido negado mediante a explicação de que o instituto só trabalha com servidores concursados.

O ex-chefe do Departamento de Contratação de Material e Serviço dos Correios Maurício Marinho será convocado para novo depoimento. A PF acredita que Marinho sabe mais do que falou e não teria colaborado para descobrir os responsáveis pela gravação na qual ele aparece recebendo um suposto pagamento de propina de R$ 3.000.

Na gravação, Marinho descreve o que seria um esquema de corrupção nos Correios, patrocinado pelo deputado Jefferson, do qual também participariam Antônio Osório, ex-diretor de Administração da empresa, e Fernando Godoy, seu ex-assessor executivo.

A Polícia Federal pediu à Justiça a quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico dos três. Em depoimento, Marinho disse que as afirmações que fez na gravação foram "bravatas".

Data	Veículo	Título
03 Jun 2005	Valor Econômico	**Petebista entrega o cargo na Eletronorte**

Daniel Rittner
De Brasília

O PTB sofreu uma das suas baixas mais importantes em postos estratégicos de empresas estatais. O presidente da Eletronorte, Roberto Salmeron, surpreendeu os próprios funcionários da companhia ao deixar o cargo, que ocupava há pouco mais de um ano. Na manhã de ontem, ele entregou sua carta de demissão à ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, que aceitou o pedido imediatamente. Salmeron foi indicado pelo presidente do PTB, Roberto Jefferson (RJ), envolvido em denúncias de corrupção.

Na presidência da estatal energética, o apadrinhado do deputado petebista comandava um orçamento de R$ 900 milhões. O governo indicou o diretor de engenharia da Eletrobras, Valter Cardeal, para substituí-lo interinamente no cargo. Ele é funcionário de carreira da Companhia Estadual de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul (CEEE) e foi uma indicação "pessoal" de Dilma Rousseff, segundo a assessoria da ministra. Cardeal preside o conselho de administração da Eletronorte e chegou a ser cotado para assumir a direção-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), no fim de 2004.

Salmeron convocou os funcionários da Eletronorte durante a manhã, no auditório da empresa, para anunciar a sua saída, transmitida por videoconferência aos escritórios regionais. A decisão teria pego de surpresa até mesmo alguns diretores, que anteciparam o retorno de uma viagem a Belém quando souberam da notícia. Em um discurso de 40 minutos, Salmeron disse que o PTB determinou a saída de seus indicados nas estatais. "Eu faço parte do PTB, que resolveu entregar os cargos. Todos os empregados indicados estão deixando os cargos", afirmou.

Jefferson é acusado de usar apadrinhados para arrecadar fundos ao partido em esquemas de propina que passam pelas empresas estatais. A Eletronorte foi nominalmente citada pelo ex-chefe do departamento de contratação e administração de material dos Correios, Maurício Marinho, como uma das companhias que participavam do esquema de corrupção. Salmeron negou envolvimento no escândalo. "Não existe isso. O Marinho falou e já desmentiu tudo na Polícia Federal. Eu sou um profissional, um técnico", alegou.

A presidência da Eletronorte era um dos postos mais importantes ocupados pelo PTB, mas o Ministério de Minas e Energia frisou que a indicação de Cardeal é interina . O PTB indicou também os titulares da presidência do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), da diretoria de operações logísticas da BR Distribuidora, da diretoria de administração e finanças da Embratur e da diretoria de planejamento e gestão da Eletronuclear.

Data	Veículo	Título
03 Jun 2005	O Globo	**Amigo de Jefferson deixa Eletronorte**

O Globo
Amigo de Jefferson deixa Eletronorte
Rodrigo Rangel

BRASÍLIA. O presidente da Eletronorte, Roberto Garcia Salmeron, amigo e correligionário do deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ), entregou o cargo ontem. Ele disse que pediu exoneração por orientação do partido de ambos, o PTB. O governo aceitou prontamente a demissão.

Por correio eletrônico, logo cedo, Salmeron convocou os funcionários para estarem no auditório da empresa às 11h. Os servidores das unidades que ficam fora de Brasília acompanhariam via teleconferência.

Num discurso inflamado, que durou quase uma hora, ele anunciou que estava deixando o cargo em decorrência da crise deflagrada pelas denúncias de corrupção envolvendo o PTB. Em seguida, disse que estava seguindo uma decisão do partido:

— Eu faço parte do PTB. O PTB resolveu entregar os cargos. Todos os empregados indicados estão deixando os cargos — explicou Salmeron.

Apontado como o homem de Jefferson na Delegacia Regional do Trabalho do Rio de Janeiro, o delegado Henrique Barbosa Pinho e Silva também se demitiu ontem. Ele foi indicado por Jefferson em 2003 depois de o Palácio do Planalto vetar dois outros nomes apresentados pelo presidente do PTB: os ex-delegados Luiz Edmundo Rezende e Milton Steinbruck.

Roberto Salmeron disse que sai do comando da Eletronorte de “alma limpa” e com a certeza de que sua gestão foi baseada nos princípios da honestidade.

— Eu cheguei aqui pensando em custos. Reduzi viagens desnecessárias, compras de viaturas desnecessárias — afirmou.

O engenheiro, que desde governos anteriores vem sendo indicado pelo PTB para postos-chave em estatais, como a vice-presidência dos Correios no governo Fernando Henrique, afirmou que sua demissão também tinha o objetivo de poupar a Eletronorte da crise que atinge o governo.

— A Eletronorte é maior do que eu e tem que sair da crise. E a crise sou eu. O presidente da Eletronorte é que é indicado pelo PTB.

Salmeron diz ser apenas um técnico, um profissional

Citado por Maurício Marinho, o ex-chefe de Contratação dos Correios flagrado pedindo dinheiro a empresários para o PTB, Salmeron negou que faça parte de um esquema destinado a arrecadar fundos para o partido. Segundo Marinho, Roberto Salmeron seria um dos homens que, no governo, agiam a mando de Roberto Jefferson para coletar verbas.

— Não existe isso. O Marinho falou e já desmentiu tudo na Polícia Federal. Eu sou um técnico, um profissional — defendeu-se.

Data	Veículo	Título
03 Jun 2005	Folha de S. Paulo	**Apadrinhado por Jefferson deixa Eletronorte**

HUMBERTO MEDINA
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

CHICO DE GOIS
ENVIADO ESPECIAL A BRASÍLIA

Apadrinhado por Roberto Jefferson (PTB-RJ) para ocupar a presidência da Eletronorte, Roberto Salmeron pediu demissão ontem do cargo que ocupava desde maio de 2004. Em seu lugar assume, interinamente, o presidente do conselho de administração da estatal e diretor de engenharia da Eletrobras, Valter Cardeal, homem de confiança da ministra Dilma Rousseff (Minas e Energia). Os demais afilhados políticos do petebista em estatais, porém, mantiveram suas funções.

O pedido de demissão de Salmeron, amigo pessoal de Jefferson, aconteceu no dia em que a Folha publicou entrevista na qual o presidente nacional do PTB afirmou que o PT paga um "mensalão" de R$ 30 mil para deputados do PL e do PP.

Salmeron justificou sua saída argumentando que o cargo pertencia ao partido, e não a ele. Ele é citado na gravação que revelou o esquema de corrupção nos Correios como sendo uma das "pessoas-chave" que atuariam a favor de Jefferson.

Na entrevista à **Folha**, Jefferson disse que Salmeron era como uma "rainha da Inglaterra" porque a ministra Dilma Rousseff preferia despachar com Ademar Palocci, irmão do ministro da Fazenda e diretor de engenharia da estatal.

A nomeação de Salmeron fez parte de uma estratégia política do governo, que tentava compor com o PMDB para evitar uma CPI no caso Waldomiro Diniz. O então presidente da Eletrobras, Luiz Pinguelli Rosa, foi demitido e, em seu lugar, entrou Silas Rondeau, ligado ao então presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), abrindo espaço para que o PTB ocupasse a presidência da estatal.

Salmeron fez um discurso para os funcionários da estatal na empresa, em Brasília, transmitido por videoconferência para os demais escritórios da estatal. Segundo a **Folha** apurou, ele elogiou funcionários, lembrou que o cargo era do PTB e não fez referências à crise política que começou com a divulgação da fita com o esquema de corrupção nos Correios, empresa da qual já foi vice-presidente.

À tarde, esteve com a ministra Dilma e entregou sua carta de demissão. No último dia 25, Salmeron já havia ensaiado um pedido de demissão, mas o PTB acabou desistindo de entregar o cargo.

Outros afilhados políticos de Jefferson não tiveram a mesma atitude. Na Embratur, Emerson Palmieri, diretor de administração e finanças, continuava na função até ontem à tarde. O mesmo ocorreu com o vice-presidente de logística da Caixa Econômica Federal, Carlos Alberto Cotta, o diretor de planejamento e gestão da Eletronuclear, Luiz Rondon, o diretor de operações logísticas da BR Distribuidora, Fernando Cunha, e o diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar, Alfredo de Almeida Cardoso.

Data	Veículo	Título
03 Jun 2005	O Estado de S. Paulo	**Afilhado de Jefferson na Eletronorte pede demissão**

Vasconcelo Quadros

Roberto Salmeron diz que sai para evitar que crise contamine a empresa: 'A crise sou eu'

Pressionado pela gravidade da crise que já separa o PTB da base de apoio do governo Lula, o presidente da Eletronorte, Roberto Salmeron, responsável por um orçamento anual de R$ 900 milhões, pediu ontem demissão "em caráter irrevogável". O gesto - consumado em carta de três linhas entregue à ministra das Minas e Energia, Dilma Rousseff - foi combinado com o deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) durante o final de semana.

"Todos os que são do PTB e foram indicados pelo Roberto Jefferson vão deixar os cargos", afirmou Salmeron após um discurso de 40 minutos, durante o qual se despediu dos cerca de 40 funcionários que superlotaram um auditório da Eletronorte, em Brasília. Economista, professor, 63 anos, homem de confiança de Jefferson e da Executiva nacional do PTB, Salmeron ficou um ano e 24 dias no comando da Eletronorte. Ele afirmou que sai para evitar que a empresa seja contaminada pela crise política.

"A Eletronorte é maior do que eu e tem que sair da crise. E a crise sou eu", disse, explicando que, de todos os membros do Conselho de Administração da estatal, apenas ele foi indicado pelo PTB e exercia o cargo por influência política. "Valeu a pena? Valeu demais. Foi um ano de aprendizado. Saio mais rico em conhecimento."

A decisão, segundo ele, vinha sendo amadurecida desde que o ex-chefe do Departamento de Compras e Administração de Material dos Correios, Maurício Marinho, apareceu na gravação de um vídeo detalhando o funcionamento de um esquema de corrupção na estatal, envolvendo Roberto Jefferson e o PTB. A entrevista de Jefferson, divulgada ontem, apenas precipitou um ato que ele havia discutido com a direção do partido.

"Estou alegre e satisfeito. Quem está num cargo político entra num dia e sai no outro", explicou. Na entrevista, fez questão de citar um a um os funcionários com os quais conviveu enquanto presidiu o Conselho de Administração da estatal. "Vamos nos encontrar no aeroporto, nos supermercados, nas festas de São João, nos seminários e, quem sabe, no restaurante da Ilda", disse, arrancando risos da platéia, por referir-se ao bandejão que freqüentava com os funcionários da Eletronorte.

INTIMAÇÃO À VISTA

Para Salmeron, a saída é uma "volta à alma, sem as insinuações da imprensa. Sinto alegria por deixar a empresa em paz". Na Eletronorte, ele administrou um orçamento anual de R$ 900 milhões, mas destacou que as ações de sua gestão estiveram voltadas para o corte de gastos, entre eles os de viagens e seminários. A grande obra de sua administração eram as obras de conclusão da segunda etapa da hidrelétrica de Tucuruí, orçada em R$ 1,3 bilhão.

Assim que terminou o discurso, Salmeron foi ao Ministério das Minas e Energia despedir-se de Dilma Rousseff. Entregou a carta de demissão e repetiu parte do longo discurso que havia feito pela manhã.

A ministra aceitou a demissão sem ponderações ou apelos para que ficasse. Embora aliviado politicamente, o ex-presidente da Eletronorte terá problemas pela frente.

Citado por Maurício Marinho como um dos homens que agiam pelo PTB junto a órgãos do governo federal, Salmeron deve ser intimado a prestar depoimento à Polícia Federal e ao Ministério Público. "O Marinho já desmentiu tudo na Polícia Federal. Nunca operei com ninguém. Meus cargos no governo sempre foram técnicos", afirmou Salmeron.

Data	Veículo	Título
10 Jun 2005	Folha de S. Paulo	**Estatal contratou filha de Jefferson durante era FHC**

ELVIRA LOBATO
DA SUCURSAL DO RIO

O presidente do PTB, Roberto Jefferson (RJ), tem influência política na Eletronuclear desde a gestão Fernando Henrique Cardoso. Em julho de 2001, a estatal empregou uma das filhas do deputado, Cristiane Brasil Francisco, a pedido do PTB. Ela ficou no cargo até julho de 2003, já na gestão Lula.

Além da filha, a estatal empregou pelo menos mais duas pessoas ligadas a Jefferson: o genro Marcus Vinicius Vasconcelos Ferreira e a irmã dele, Marcia Regina Vasconcelos Ferreira. Ele pediu demissão do cargo na terça-feira à noite. Ela continua na empresa.

O ex-presidente da Eletronuclear, Flávio Decat de Moura, procurado pela Folha, confirmou ter autorizado a contratação de Cristiane Brasil, em julho de 2001. Ele disse que atendeu a um pedido do então diretor administrativo da Eletrobras, Roberto Salmeron.

Amigo de Jefferson, Salmeron demitiu-se recentemente da Eletronorte. Ele foi citado na fita gravada nos Correios como um dos representantes de Jefferson nas estatais.

A contratação de Cristiane se deu por intermédio de uma empresa prestadora de serviços à Eletronuclear, a Marte Engenharia, com sede no Rio. A mesma empresa contratou Márcia, a irmã do genro de Jefferson, a pedido da estatal. Ela foi admitida em fevereiro de 2004 e está lotada na diretoria de Planejamento, Gestão e Meio Ambiente da empresa, cujo diretor, Luiz Rondon Teixeira Magalhães Filho, foi nomeado por indicação de José Carlos Martinez, presidente do PTB morto em 2003.

A vereadora Cristiane Brasil (PTB-RJ) não quis comentar sua passagem pela Eletronuclear. O genro de Roberto Jefferson, Marcus Vinicius Vasconcelos, não foi localizado.

Data	Veículo	Título
20 Jun 2005	O Estado de S. Paulo	**Estatais levam mais R$ 876 milhões**

Com problemas financeiros, de serviços e gestão, elétricas do Norte e Nordeste continuam a sangrar o caixa da Eletrobras.

Nicola Pamplona

RIO - A Eletrobras vai gastar este ano R$ 876 milhões para manter em operação sete distribuidoras de energia das regiões Norte e Nordeste, aumentando um rombo que já ultrapassa os R$ 6 bilhões, volume aportado nas empresas desde que foram federalizadas, a partir de 1997.

A situação preocupa investidores e acionistas minoritários da estatal, que temem que a sangria não pare tão cedo. Tem impacto também no bolso dos contribuintes, em última instância, acionistas majoritários da Eletrobras.

Essas empresas são a sobra do processo de privatização do setor, iniciado nos anos 90, que culminou com a transferência de 21 distribuidoras antes controladas por governos estaduais. Deficitárias, as sete companhias não atraíram compradores e foram incorporadas pelo governo federal durante a renegociação das dívidas dos Estados. A Eletrobras, holding do setor elétrico, foi designada para tentar sanear suas finanças.

Estão nessa lista a Ceam (AM), Manaus Energia, Boa Vista Energia, Ceron (RO), Cepisa (PI), Ceal (AL) e Eletroacre. Todas enfrentavam sérios problemas financeiros e de qualidade de serviços na época da privatização.

Na Eletrobras, são encaradas como investimentos temporários, que darão algum retorno assim que as condições melhorarem. "Estamos empenhados no sentido de sanear e melhorar as empresas, seja para vender ou para ficar com elas", diz o presidente da estatal, Silas Rondeau.

"São recursos que estão sendo jogados fora e não terão retorno para o acionista", discorda o analista da corretora Ágora Sênior, Rafael Quintanilha. Os valores aportados este ano seriam suficientes para construir a Ferrovia Norte-Sul, projeto de infra-estrutura considerado essencial para reduzir os gargalos logísticos do País. Os R$ 6,5 bilhões gastos desde 1997 se equivalem, por exemplo, ao orçamento deste ano do Programa Bolsa-Família.

O presidente da Eletrobras diz que os recursos são usados para melhorar a qualidade dos serviços, além de ajudar a fechar o caixa das empresas, que sofrem com grandes níveis de perdas técnicas e comerciais.

Balanço consolidado das sete distribuidoras apontava, em 31 de dezembro de 2004, uma inadimplência de R$ 618 milhões. Em alguns casos, os piores pagadores são empresas e instituições do setor público, o que dificulta ainda mais as cobranças.

O físico Pinguelli Rosa disse que, quando esteve à frente da Eletrobras, conseguiu negociar pagamentos de alguns inadimplentes. Rondeau afirma que o trabalho de acerto de contas continua sendo feito.

Um dos principais entraves, porém, diz respeito ao que representam as distribuidoras nos Estados onde atuam. Na maior parte dos casos, são as maiores empresas locais, geram empregos, garantem investimentos e, como ainda têm conotação política, podem fazer candidatos a cargos eletivos.

Em todas essas empresas, diz Pinguelli, há postos ocupados por apadrinhados de políticos locais. Em sua gestão, ele conseguiu que pelo menos o diretor-financeiro de cada uma fosse indicado pela Eletrobras.

Por isso, há quem defenda na estatal uma estratégia de reduzir os aportes a cada ano, para que as distribuidoras aprendam a andar com as próprias pernas, proposta que também enfrenta resistência política.

A Eletrobras criou um plano de gestão para as empresas, com metas financeiras e de qualidade de serviços. Rondeau garante que o trabalho já apresenta resultados. Ele cita a Ceron, cuja geração de caixa cresceu 735%, de R$ 2,6 milhões em 2003 para R$ 21,7 milhões em 2004 . O desempenho é fruto de uma política de redução de custos e de perdas técnicas e comerciais.

Mesmo assim, Rondeau admite que a situação está longe de ser resolvida. Pinguelli propõe a fusão das empresas para reduzir ainda mais os custos. Novamente, a questão esbarra nos interesses políticos dos Estados, diz uma fonte, já que diminui a margem para alocação de indicados dos governos locais.

Data	Veículo	Título
30 Jun 2005	Valor Econômico	**Eletrobras e Cemig são recomendações mesmo com mudança**

Por Felipe Frisch De São Paulo

A recente volatilidade das ações do setor elétrico pode acabar trazendo boas oportunidades na bolsa com as últimas quedas de preços dos papéis. Um exemplo é o das ações da Eletrobras, principais prejudicadas na avaliação do mercado com as recentes mudanças no setor, que levaram a ministra Dilma Rousseff para a Casa Civil e ameaça hoje levar o presidente da elétrica para o Ministério de Minas e Energia. Para alguns analistas, a queda de preço das ações é injustificada e esse pode acabar sendo o momento de compra das ações da estatal. Somente em junho, os papéis PNB - os mais negociados - da Eletrobras caíram 7,5% até ontem, frente à queda de 0,32% do Índice Bovespa.

Para a analista Rosângela Ribeiro, da corretora do Banco Real, o mercado ainda está confuso a respeito do futuro do setor elétrico. Mas essa incerteza não tem fundamento, segundo ela, que vê um potencial de alta de 60% para as ações da Eletrobras, mesmo com o risco da estatal. "O Maurício Tolmasquim assumiu interinamente e já anunciou as datas dos novos leilões de energia existente (para a última semana de setembro ou primeira de outubro e outro na primeira quinzena de novembro) e a Dilma disse no discurso de posse que vai se empenhar em projetos de infra-estrutura", justifica.

Mas, em seguida, lembra ela, começou a especulação a respeito da ida de Silas Rondeau, presidente da Eletrobras, para o Ministério de Minas e Energia. "Um presidente novo na companhia não tem muito o que mudar porque é gerenciada na prática pelo governo federal", diz Rosângela. Ela lembra que a elétrica está em "road show" para passar ao Nível 2 do programa de ADRs (American Depositary Receipts, recibos de ações de empresas de fora dos EUA negociados em Nova York), que exige mais transparência. "A empresa não quer desagradar investidores agora."

Mas é o que está acontecendo desde o início do ano, avalia o analista Renato Pinto, da corretora Fator. Para ele, o mercado está com o pé atrás com as ações da geradora desde o primeiro leilão de energia velha do ano, em que ela "travou" um preço muito baixo para a energia que irá vender. Por esse mesmo motivo, ele não entende que o mercado esteja com saudades do antigo ministério, que permitiu isso. De fato, no ano Eletrobras PNB cai 14,56%, frente a uma perda de 4,08% acumulada do Ibovespa. Mesmo as ações de outras companhias que dependem do leilão, como a CPFL Energia, ele destaca, estão com melhor desempenho em 2005: sobem 4,61%. Isso provaria, segundo Rosângela, do ABN, que o temor do mercado é mais pela saída do atual presidente da Eletrobras do que pelo setor todo.

Para Renato Pinto, é muito cedo para avaliar os eventuais danos das mudanças setoriais em cada empresa e segmento do setor de energia. "O de distribuição (Celesc, Coelce, Eletropaulo e Light, entre as empresas abertas) é regulado, cada vez mais independente."

"A Cemig tem geração, mas é a que tem menos risco, tem um bom reajuste tarifário e uma estratégia de crescimento, mas suas ações estão entre as mais líquidas do setor (com 2,96% do Ibovespa, no total) e acabam acompanhando o mercado", avalia. Na avaliação dele, parte da volatilidade recente se deve aos ajustes de carteiras dos gestores de fundos para o segundo semestre. Ele destaca ainda as ações da integrada Copel e da Celesc.

Para o Unibanco, a principal recomendação também é das ações PN da Cemig. Um dos motivos é ter as atividades integradas de geração, transmissão e distribuição, uma tendência do setor e que diversifica os riscos. Já a Light está renegociando suas dívidas, mas, segundo Rosângela, a empresa ainda perde 26% do faturamento com ligações clandestinas, mais do que os 14% de antes da privatização.

Data	Veículo	Título
07 Jul 2005	Folha de S. Paulo	**Indicação política faz ações de elétricas caírem**

IVONE PORTES
DA FOLHA ONLINE

A indicação de Silas Rondeau para o Ministério de Minas e Energia desagradou o mercado. A reação ontem das ações do setor de energia elétrica na Bovespa (Bolsa de Valores de São Paulo) foi negativa após a confirmação de Rondeau no ministério.

Das dez ações com as maiores quedas no Ibovespa -principal índice da Bolsa paulista, composto por 55 ações-, cinco eram de distribuidoras e de geradoras de energia. As baixas atingiram até 6% nos preços.

Para Rafael Quintanilha, analista da corretora Ágora Senior, o que mais preocupa o mercado é o fato de Rondeau ter assumido o ministério por indicação política e não por meio de uma escolha técnica. Ele foi indicado pelo senador José Sarney (PMDB-AP).

Segundo analistas, embora Rondeau tenha um perfil considerado técnico e longa experiência profissional no setor, há um temor no mercado de que ele se utilize de eventuais manobras políticas na indicação de projetos.

Na avaliação de Quintanilha, a entrada do novo ministro gera apreensão em relação aos próximos passos para a definição do modelo de energia elétrica. O analista citou o leilão de energia "nova" (de usinas que devem ser construídas) previsto para acontecer no último trimestre do ano.

"A expectativa é se os leilões serão bem-sucedidos, pois vão definir a capacidade de crescimento e de geração de energia nova."

O leilão de energia "velha" (de usinas já existentes), ocorrido no primeiro semestre deste ano, foi considerado um fracasso. Os preços fixados foram considerados inviáveis pelas geradoras, que não quiseram vender a energia. Há um temor de que a história se repita no leilão de energia "nova".

Alguns profissionais ressaltam ainda que o setor é naturalmente sensível a especulações políticas, principalmente por não contar com uma regulamentação consolidada. Assim, qualquer mudança gera volatilidade nas ações.

Ações

Os papéis que mais perderam foram as ações ordinárias (com direito a voto) da Light, a distribuidora do Rio, que fechou com perdas de 6,01%, a R$ 49,39 o lote de mil. Em seguida estava a ação ordinária da Tractebel, que teve queda de 5,91%, para R$ 9,55.

Figuraram também entre as dez quedas mais expressivas as ações da Cemig e da Copel. Ações da Eletrobras, que Rondeau presidia, caíram 2,58% e ficaram entre as mais negociadas da Bovespa.

Data	Veículo	Título
07 Jul 2005	Jornal do Brasil	**Ações: Bolsa reage mal a novo ministro**

SÃO PAULO E NOVA YORK - A indicação de Silas Rondeau para o Ministério de Minas e Energia desagradou o mercado, o que pôde ser verificado no desempenho das ações de empresas de energia elétrica na Bolsa de Valores de São Paulo. O Ibovespa registrou queda de 0,64%, puxado pelas desvalorizações de papéis do setor. O pregão sentiu, ainda, a queda das bolsas americanas provocada pela alta do petróleo, que atingiu o preço recorde de US$ 61,28 em Nova York.

Das dez ações com as maiores quedas no Ibovespa, cinco eram de empresas do setor elétrico. O Índice de Energia Elétrica (IEE) - que mede o desempenho dos principais papéis do setor - recuou 2,59%. A maior queda foi verificada no papel ON da Light, que caiu 6,01%, a R$ 49,39 o lote de mil. Em seguida aparece a ação ON da Tractebel, com queda de 5,91%, para R$ 9,55.

As ações preferenciais da Eletrobras, empresa que Rondeau presidia, caíram 2,58% e ficaram entre as mais negociadas da Bovespa. Figuraram também entre as dez maiores quedas as ações da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), com recuo de 3,46% e 2,60%, além das preferenciais da Companhia Paranaense de Energia Elétrica (Copel), com perda de 3,07%.

Para Rafael Quintanilha, analista da corretora Ágora Senior, o que mais preocupa o mercado é o fato de Rondeau ter assumido o ministério por indicação política do senador José Sarney (PMDB-AP). Embora o mercado o considere de perfil técnico, há um temor de que o novo ministro se utilize de manobras políticas na indicação de projetos, gerando incertezas no setor. O analista citou o leilão de energia "nova" (de usinas que ainda devem ser construídas) previsto para acontecer no último trimestre do ano.

- A expectativa é se eles serão bem sucedidos, pois vão definir a capacidade de crescimento e de geração de energia nova - observou Quintanilha.

A nova disparada do petróleo foi provocada pela suspensão da produção no golfo do México, em função de uma forte tempestade. O barril do tipo WTI, com entrega para agosto, fechou com alta de 2,84%, aos US$ 61,28 - tendo atingido US$ 61,35 durante o pregão - puxando também o índice Dow Jones, da Bolsa de Valores de Nova York, que caiu 0,97%. Antes, os preços já tinham alcançado níveis recorde devido às preocupações quanto à alta da demanda americana no fim do ano, por conta da necessidade do produto para uso em calefação, e aos limites da capacidade de produção da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep).

O dólar registrou a quarta valorização consecutiva, fechando a R$ 2,395. A alta de 0,75% foi, segundo analistas, reflexo da crise política. Mas a entrada de recursos no país por meio de captações e exportações continua impedindo uma alta abrupta da divisa. Segundo o Banco Central, o fluxo cambial foi de US$ 728 milhões em junho. Em maio, havia ficado negativo em US$ 811 milhões.

Data	Veículo	Título
07 Jul 2005	O Estado de S. Paulo	**PT loteia fundo de pensão de Furnas**

Loteamento inclui PP, PMDB e PTB, partidos que vivem relação conflituosa e que já causaram prejuízo de R$ 153,6 mi à fundação

Irany Tereza

A direção da Fundação Real Grandeza, fundo de pensão dos funcionários de Furnas, que administra patrimônio de R$ 4,8 bilhões, foi loteada por diferentes partidos políticos, a exemplo do que ocorreu com empresas estatais. A presidência do fundo foi entregue a Marcos Antonio Carvalho Gomes, funcionário de Furnas, ex-sindicalista e petista do grupo do deputado Jorge Bittar, e os demais diretores são indicados pelo PTB, PMDB e PP, num convívio administrativo extremamente conflituoso. Em março, Gomes afastou um funcionário da diretoria de Investimentos, entregue ao PTB, depois que aplicações financeiras suspeitas causaram prejuízos ao fundo.

Os investimentos estavam concentrados em bancos de segunda linha, dois deles no epicentro da atual crise política: o BMG e o Rural. O BMG foi o que liberou empréstimo de R$ 2,4 milhões ao PT, tendo como um dos avalistas Marcos Valério Fernandes de Souza; o Rural foi usado pelo publicitário para fazer saques em dinheiro de quase R$ 21 milhões identificados em relatório do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf). Mas foi aplicação feita no Banco Santos, que quebrou no ano passado causando uma perda de R$ 153,6 milhões à fundação, o estopim para o afastamento do gerente de investimentos, Benito Siciliano, ligado ao PTB.

Aplicações desse tipo, de alto risco, costumam gerar do banco compromissos de elevada rentabilidade. A suspeita é de que parte desse rendimento seria desviada para financiar partidos políticos. O Real Grandeza mantém todos os seus investimentos em Certificados de Depósito Bancário (CDBs) e Recibos de Depósito Bancário (RDBs) em cinco bancos de segunda linha. Neste tipo de aplicação, o próprio banco emite papéis, comprados pelos investidores. No caso da fundação, as vultosas somas investidas correspondem a participações que chegam a 25% do patrimônio desses bancos. No Banco Santos, por exemplo, 25% do patrimônio do banco eram investimentos da fundação. No Banco Rural, 24%.

Procurado pelo Estado, Marcos Gomes, presidente da fundação, respondeu de forma sucinta, por e-mail, e evitou falar sobre questões políticas.

"O episódio do Banco Santos provocou mudanças nas análises de investimentos de todos os agentes do mercado. Na Real Grandeza não foi diferente. Atualmente, os bancos citados não fazem mais parte da lista de instituições credenciadas pela Real Grandeza para receber suas aplicações de recursos. Portanto, dentro dos limites e nas datas previstas contratualmente, estamos resgatando os recursos aplicados nessas instituições", informou.

Segundo ele, em novembro de 2004, 12,08% dos investimentos da fundação estavam aplicados em títulos dos bancos Santos (R$ 151,2 milhões), Rural (R$ 148 milhões), BMG (R$ 98,6 milhões), Mercantil do Brasil (R$ 67,4 milhões) e Panamericano (R$ 62,066 milhões). "Quanto à citada concentração, informo que 73,89% dos investimentos da fundação estão em Títulos Públicos do governo federal", afirmou.

O diretor de Investimentos da fundação é Jorge Luiz Monteiro de Freitas, indicado pelo ex-diretor de Furnas, Dimas Toledo, e apadrinhado por um grupo de parlamentares, liderado pelo deputado Salvador Zimbaldi (SP) que, em 2003, início do governo Lula, trocou o PSDB pelo PTB, partido da base aliada. Zimbaldi foi citado por Roberto Jefferson, por ter mudado de legenda em troca da indicação de José Roberto Cesaroni Cury como diretor financeiro de Furnas. O deputado, no entanto, divulgou nota afirmando que deixou o PSDB por ter se desentendido com a liderança do partido.

O fato é que Cury realmente indicou Freitas, com o aval do PTB, para a Real Grandeza. No mês passado, Cury foi afastado da diretoria de Furnas, juntamente com os diretores Dimas Toledo e Rodrigo Botelho Campos, para que sejam apuradas denúncias feitas por Roberto Jefferson de que a estatal dividia uma sobra de caixa de R$ 3 milhões entre o diretório nacional do PT, o diretório mineiro do partido e alguns parlamentares da base aliada.

AMEAÇAS

Quando afastou o gerente Benito Siciliano, depois que uma auditoria externa confirmou que ele estava privilegiando o risco nas aplicações, Gomes teria recebido ameaças, sobretudo de integrantes do PTB. Foi também alvo da insubordinação dos dois outros diretores, Jorge Freitas, de investimentos, e José Dias, de

administração e finanças, que assinaram uma carta repudiando formalmente a decisão. Dias é a cota do PMDB na fundação.

Na verdade, Gomes queria também afastá-los por suspeitas de irregularidades e teria levado a decisão a Rodrigo Botelho Campos, diretor de Furnas, que botou "panos quentes" no caso. A Associação dos Aposentados de Furnas (Após-Furnas) tem denunciado seguidamente as aplicações financeiras da entidade. "A quem interessa o risco? Não a nós, os 6.600 assistidos. A Real Grandeza é um fundo maduro, no qual cerca de 60% já são aposentados. A nós interessa a segurança", argumenta José Elton Tavares de Oliveira, do Após-Furnas.

Em carta aberta aos presidentes de Furnas e da Eletronuclear, em fevereiro deste ano, a União Intersindical de Furnas, voltou a denunciar as pressões políticas na fundação. "É sabido que o presidente da Fundação Real Grandeza, Marcos Antonio Carvalho Gomes, tem sofrido todo o tipo de ameaças e pressões políticas, devido a seu ato de demitir o gerente de investimentos, responsável pelas inoperantes operações junto ao Banco Santos S/A, que causaram um provável rombo já contabilizado nas reservas patrimoniais da fundação. A decisão foi mais que acertada."

Data	Veículo	Título
11 Jul 2005	Valor Econômico	**Lula começa a trocar comando das estatais**

Daniel Rittner e Alex Ribeiro De Brasília

Após desencadear a reforma ministerial e conversar com todos os petistas que pretendem ser candidatos nas eleições de 2006, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva se dedica agora a mover as últimas peças de uma grande troca no comando das empresas estatais. Petrobras, Infraero, Eletrobras, Eletronorte estão na mira do presidente, que deve avançar na reestruturação iniciada no Banco do Brasil.

A dança de cadeiras na Petrobras, em particular, tem mobilizado parlamentares e ministros em torno da defesa dos seus nomes preferidos. O mais forte para substituir o ex-senador José Eduardo Dutra na presidência da estatal petrolífera é o do diretor financeiro da companhia, José Sérgio Gabrielli, que tem poderosos aliados no Palácio do Planalto.

Indicado pelo ministro Jaques Wagner, ele ganhou nos últimos dias o apoio da chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff. Dutra confirmou na sexta-feira que já manifestou a Lula a intenção de candidatar-se no ano que vem. Se o ex-senador for de fato afastado da Petrobras, o maior concorrente de Gabrielli para assumir o cargo é o atual presidente da BR Distribuidora, Rodolfo Landim.

Nos bastidores, quem mais tem trabalhado por Landim é o líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP). Ele também conta com a simpatia de outros parlamentares influentes e é de absoluta confiança da ministra Dilma Rousseff.

Dilma prefere que Landim continue onde está, para que não se abra mais uma disputa de poder na chefia de estatais. Ligado ao PT, mas bem recebido pelo mercado desde o início da atual gestão, Gabrielli seria uma solução caseira para as mudanças na Petrobras, com boa repercussão no setor, acredita Dilma.

A troca de cargos na petrolífera deve tirar Ildo Sauer da diretoria de gás e energia. Os seus dois principais apoiadores no governo estão em baixa: o ex-presidente do PT, José Genoino, e o ministro Luiz Gushiken. O diretor de exploração e produção, Guilherme Estrella, tem força no cargo com os recentes recordes obtidos pela Petrobras. Na semana passada, porém, o PP voltou a pressionar o governo pela nomeação de Djalma Rodrigues para essa diretoria. O emissário foi o deputado federal Ciro Nogueira (PP-PI).

No setor elétrico, o espaço do PMDB deverá ser ampliado com a chegada de Silas Rondeau ao Ministério de Minas e Energia. Seu provável substituto na presidência da Eletrobras é o atual diretor de projetos especiais da estatal, Aloisio Vasconcelos, ex-deputado federal.

O Valor apurou que Vasconcelos já foi sondado e a sua nomeação pode ser anunciada na quarta-feira. O ex-presidente e senador José Sarney tenta emplacar um indicado seu para a Eletronorte, mas a inclinação de Lula é optar por um funcionário de carreira da própria estatal: José Antônio Corrêa Coimbra, técnico da empresa há mais de 25 anos.

Dilma não pretende se opor a essas indicações porque se sente representada nas duas empresas por seus "gerentes": Adhemar Palocci (Eletronorte) e Valter Cardeal (Eletrobras), ambos diretores de engenharia e responsáveis por zelar pelo bom funcionamento delas, que são os homens de confiança da ministra.

Na Infraero, o presidente Carlos Wilson pediu demissão a Lula. Disse querer ser candidato a deputado federal pelo PT de Pernambuco, mas nutre uma esperança: que o Palácio do Planalto o indique para uma vaga no Tribunal de Contas da União.

Enquanto isso, Wilson tenta emplacar um funcionário de carreira da própria estatal para a presidência da empresa responsável pela administração dos aeroportos. Ele corre por fora. O mais provável é que o cargo seja entregue ao ex-deputado Airton Soares, membro do conselho de administração da Infraero.

No conglomerado Banco do Brasil, devem sair ainda o diretor de marketing, Henrique Pizzolato, e o presidente do Banco Popular do Brasil, Geraldo Magela. Pizzolato sai porque se enquadra no grupo dos que, no passado recente, tiveram o comportamento ético questionado. Ele foi apontado como o responsável pela compra, bancada pelo BB, de R$ 70 mil em ingressos de um show da dupla sertaneja Zezé di Camargo e Luciano, realizado em 2004 na churrascaria Porcão, com arrecadação revertida ao PT.

...

Data	Veículo	Título
17 Jul 2005	Folha de S. Paulo	**Sereno manipulou fundo de pensão, diz petista**

ELVIRA LOBATO
DA SUCURSAL DO RIO

LEONARDO SOUZA
ENVIADO ESPECIAL AO RIO

O ex-secretário de Comunicação do PT e ex-assessor de José Dirceu na Casa Civil, Marcelo Sereno, é acusado de manipular o fundo de pensão Nucleos -dos empregados das estatais de energia nuclear- e de usar a entidade para carrear dinheiro para campanhas eleitorais. A acusação é feita pelo petista Neildo de Souza Jorge, um dos três representantes dos empregados no Conselho Deliberativo do Nucleos.

Segundo o conselheiro, o esquema teria sido montado com a escolha de investimentos de alto risco e com a venda com deságio de títulos de renda fixa.

"A grande mutreta é que eles compravam títulos públicos e depois vendiam com deságio para corretoras. Estas faturavam a corretagem e parte desse dinheiro, pelo que sabemos agora, iria para "mensalões", caixas de campanha. A maior rombeira era isso", declarou Neildo de Souza Jorge.

A influência de Sereno sobre o fundo de pensão é reafirmada, embora com menos ênfase, pelo conselheiro deliberativo André Luiz Fernandes de Almeida. ""É algo que se ouve falar, mas não tenho provas", declarou.

Os dois atribuem a Sereno e aos executivos supostamente indicados por ele o fraco desempenho financeiro da entidade no ano passado, quando a taxa de rentabilidade ficou em 5,98% (abaixo da caderneta de poupança), não atingindo sequer metade da meta atuarial, de 12,51%.

Para Neildo Jorge, o pífio desempenho do fundo em 2004 seria conseqüência de uma ação planejada de Sereno, junto com o ex-presidente do Nucleos e atual presidente da estatal Eletronuclear, Paulo Figueiredo, e com o presidente da INB (Indústrias Nucleares do Brasil), Luiz Carlos dos Santos Vieira -que indicou o diretor financeiro do fundo de pensão, Gildásio Amado Filho.

A estratégia, de acordo com o relato de Neildo, teria consistido na opção por investimentos de alto risco, em parceria com bancos de pouca tradição.

Dono de um patrimônio de R$ 461,4 milhões (em valores de dezembro do ano passado), o Nucleos tinha R$ 97,48 milhões investidos no fundo exclusivo Zircônio, administrado pelo Banco Industrial, em dezembro de 2004. Esse fundo acumulou 21,66% de perdas no ano, basicamente em razão de aposta errada no mercado de opções.

Um outro fundo exclusivo, o Titânio, de R$ 28 milhões, administrado pelo BMC, fechou o exercício de 2004 com 1,75% de valorização -também considerada muito baixa.

Um dos administradores de recursos do Nucleos foi o Banco Santos, que naufragou no final do ano passado. A instituição administrava o fundo exclusivo de renda fixa Urânio, hoje com patrimônio ao redor de R$ 63 milhões. Na carteira do fundo havia R$ 7 milhões em papéis do Banco Santos que, segundo jargão do mercado financeiro, ""viraram pó".

No ano passado, o Urânio rendeu apenas 6,81%. Fundos com o mesmo perfil de outras instituições, como o Vitória Previ (da Porto Seguro) e o BB Previ RF 2 (Banco do Brasil), renderam, respectivamente, 23,15% e 23,82% no mesmo período.

"Fogo amigo"

Segundo Neildo Jorge, a influência de Sereno no Nucleos começou no início do governo Lula, quando ele teria indicado o presidente da INB, Luiz Carlos Vieira. Os dois foram funcionários da Vale do Rio Doce e conviveram no movimento sindical.

Enquanto Vieira indicou o diretor financeiro do Nucleos, Gildásio Amado Filho, Sereno, segundo os dois conselheiros, teria indicado a gerente financeira, Fabiana de Castro, e o analista de investimentos Walter Khul.

O atual presidente da Eletronuclear, Paulo Figueiredo, na época militante do PC do B, já fazia parte da administração do Nucleos por indicação dos empregados, tendo sido eleito duas vezes consecutivas, com

apoio dos que hoje o acusam. Segundo Neildo Jorge, Figueiredo teria sido alçado à presidência do Nucleos numa articulação feita por Marcelo Sereno.

O Conselho Deliberativo é formado por seis representantes, três eleitos pelos empregados e três indicados pelos patrocinadores (INB, Nuclep e Eletronuclear), que têm o voto de minerva.

No fogo cruzado existente no Nucleos, acusadores e acusados têm a mesma origem no movimento sindical. Trabalharam juntos para a eleição de Lula e estiveram lado a lado nos dois primeiros anos de governo.

""Politicamente, viemos do mesmo saco. O governo Lula veio do movimento sindical, e nós também", disse Neildo Jorge, à Folha, em Itaguaí (a 73 km do Rio, onde está a sede da Nuclep, outra patrocinadora do fundo).

Os dois disseram que a crise começou em novembro de 2004, quando ficou evidente o mau desempenho dos investimentos naquele ano.

Em 2003, o fundo de pensão havia apresentado rentabilidade de 33% (o dobro da meta atuarial daquele ano), mas os dois creditam o fato à política conservadora definida na gestão anterior.

Apesar das críticas veementes que fazem hoje, os dois conselheiros votaram pela aprovação das contas do ano passado. Questionados sobre a contradição, afirmaram que seguiram o parecer do conselho fiscal.

Gestão temerária

Outro fundo de pensão também gerido por indicados petistas e que teve perdas com investimentos arriscados é a Fundação Real Grandeza, dos funcionários de Furnas Centrais Elétricas. No ano passado, a fundação registrou prejuízo de R$ 153 milhões devido a aplicações no Banco Santos. Desse prejuízo, R$ 8 milhões se referiam ao plano de saúde dos associados da fundação.

José Elton de Oliveira, conselheiro da Após-Furnas (associação dos aposentados da empresa), disse que a atual gestão da fundação, formada por indicações político-partidárias, tem sido péssima. "Essa gestão é péssima, temerária, sem dúvida. A nós, assistidos ou participantes ativos, não interessa esse risco [como aplicações em CDBs do Banco Santos]", disse.

O ex-sindicalista Marcos Antônio Carvalho Gomes foi indicado para a presidência da Real Grandeza pelo deputado Jorge Bittar (PT-RJ). Benito Siciliano, ex-gerente de Investimentos, era ligado ao PTB. Foi afastado em março deste ano após a perda que fundação teve com os investimentos no Banco Santos. O diretor de Investimentos, Jorge Luiz Monteiro de Freitas, também tem ligações com o PTB, partido do deputado Roberto Jefferson (RJ).

Para José Elton de Oliveira, as decisões arriscadas de investimento tomadas pela atual gestão da Real Grandeza "não são condizentes" com os interesses dos aposentados de Furnas. "[A razão para investimentos arriscados] só pode ser por uma outra motivação que não a da seguridade. Certamente não foi pensando no futuro dos aposentados", afirmou.

Data	Veículo	Título
17 Jul 2005	O Globo	**CPI dos Correios vai quebrar sigilo de fundos**

José Casado
Enviado especial BRASÍLIA

CPI dos Correios vai quebrar o sigilo dos fundos de pensão de estatais Previ (Banco do Brasil), Postalis (Correios), Petros (Petrobras) e Real Grandeza (Furnas e Eletronuclear), cujas diretorias foram partilhadas entre PT, PTB, PP, PL e PMDB. A decisão será tomada em votação prevista para esta semana.

A comissão quer examinar as negociações com títulos financeiros realizadas durante os últimos 24 meses para identificar vendedores e intermediários. No alvo estão os investimentos milionários em títulos pós-fixados (remunerados com base na variação do IGP-M e no IPCA) e transações com os bancos Santos, Rural, BIC, BMC, BMG, Pine e Panamericano.

Há suspeita de fraudes, enriquecimento ilícito de diretores e pagamento de altas taxas de corretagem a intermediários ligados a partidos aliados do governo. Em alguns casos, fundos de estatais teriam comprado papéis de remuneração baixa — na base do IGP-M mais zero de juros, ou seja, apenas a correção da inflação e mais nada. Em outros, como ocorreu na Fundação Real Grandeza, compras de títulos (CDBs, principalmente) chegaram a corresponder a 25% do patrimônio do Banco Santos, 20% do Rural e 15% do BMG.

A CPI pretende, também, dimensionar eventuais perdas dos fundos de estatais em renegociações de investimentos, nos quais teriam assumido até 100% do capital total e votante de empresas cujas ações sequer têm valor no mercado.

Partidos de oposição, PFL e PSDB preparam uma ação paralela e específica sobre a Petrobras, por causa de gastos de R$ 850 milhões com publicidade no ano passado — o triplo do ano anterior — e de encomendas de plataformas marítimas (US$ 1 bilhão) a fornecedores nacionais. Há suspeita de superfaturamento.

No setor de energia, síntese dos negócios

Integrantes da CPI estão reconstituindo em detalhes o mapa do uso político de empresas públicas e de fundos de pensão. Eles encontraram no setor energético uma síntese dos negócios entre estatais e consultorias, corretoras e bancos privados, que resultaram em benefícios financeiros a integrantes de PT, PTB, PP e PMDB — intermediados por Marcos Valério de Souza, o suposto pagador do mensalão a parlamentares.

Logo após a posse, o então chefe da Casa Civil, José Dirceu, dividiu áreas-chave do comando das estatais Furnas e Eletronuclear entre o seu PT, o PTB do deputado Roberto Jefferson e o PP do deputado José Janene. São empresas com um fluxo de caixa mensal de R$ 400 milhões e 12 usinas (dez hidrelétricas e duas atômicas), que fornecem energia à região onde se concentram 65% do Produto Interno Bruto.

O acordo se estendeu ao controle do fundo de pensão dos empregados dessas estatais, a Fundação Real Grandeza, cujos ativos somam R$ 4,8 bilhões. A presidência da entidade foi entregue a uma ala de sindicalistas do PT do Rio, liderada pelo deputado Jorge Bittar. O governo nomeou diretores indicados por PTB, PP e PMDB.

Como chefe da Casa Civil, Dirceu não participava de todas as etapas das negociações da base parlamentar. Elas eram conduzidas pelo então secretário-geral do PT, Sílvio Pereira, geralmente na sede do PT em Brasília. Ele escolhia a equipe de assessores de cada diretor nomeado por partido aliado. Sandra Cabral, assessora da Casa Civil, cuidava do arquivo com a memória desses acordos. Ela foi escolhida por relações de confiança com Delúbio Soares, então tesoureiro do PT.

A partir do primeiro semestre do governo Lula os negócios de Furnas, Eletronuclear e Real Grandeza mudaram de rumo. O milionário resseguro de Furnas e da Eletronuclear, por exemplo, foi entregue à corretora Assurê, do empresário carioca Henrique Brandão, habitual financiador de campanhas de Roberto Jefferson, então presidente do PTB. É proibida a atuação de corretoras privadas em negócios de resseguro na área nuclear. Mas isso não significou problema. A Assurê foi aceita por José Marcos Castilho, ex-prefeito de Angra dos Reis pelo PT, escolhido para a diretoria financeira da Eletronuclear por Marcelo Sereno, então assessor da Casa Civil.

Dirceu também entregara o comando do Instituto de Resseguros do Brasil a Jefferson e a Janene. O presidente do PTB indicou o então presidente, Lídio Duarte, e o líder do PP na Câmara conseguiu a

nomeação do diretor comercial, Luiz Eduardo Lucena.

O corretor amigo de Jefferson queria ser escolhido pelo IRB para atuar no segmento de resseguros. Associou-se à Acordia, subsidiária do grupo norte-americano Wells Fargo e foi escolhido pelo IRB. No fim do primeiro ano de operação faturava mais de R$ 15 milhões e garantira os contratos de resseguro da Eletronuclear, de Furnas e da Infraero — estatais entregues por Dirceu ao PTB de Jefferson e ao PP de Janene.

Os documentos já reunidos pela CPI sugerem que o dinheiro do mensalão saía tanto de empresas públicas quanto privadas, fornecedoras de bens e serviços. A cobertura da coleta financeira era feita por uma das 14 empresas de Marcos Valério. O governo lhe dera contratos com estatais diferentes. No setor elétrico, um de seus clientes era a Eletronorte, que chegou a criar uma "assessoria parlamentar de resultados políticos", como informa o último balanço. Para empresas privadas, fornecedoras das estatais, a cobertura dada por Valério era com emissão de notas fiscais sobre serviços supostamente prestados.

Data	Veículo	Título
19 Jul 2005	O Globo	**A triangulação de R$ 45 milhões**

Regina Alvarez, Gerson Camarotti e Bernardo de la Peña
BRASÍLIA

A CPI dos Correios já identificou pelo menos cinco empréstimos bancários tomados pelas empresas do publicitário Marcos Valério Fernandes de Souza nos bancos BMG e Rural cujas garantias eram contratos de publicidade com empresas estatais. Uma análise preliminar dos documentos mostra que o valor original desses empréstimos chega a R$ 45 milhões, sem considerar juros e correção monetária. O valor atualizado deve chegar a R$ 90 milhões, que seria a dívida atual do PT com o publicitário. Segundo Valério, os empréstimos contraídos por suas empresas foram repassados ao PT.

Os documentos mostram que Valério conseguiu os empréstimos com taxas de juros muito abaixo das praticadas no mercado. Dois desses empréstimos foram obtidos com taxas entre 1% e 1,2% ao mês. Isto equivale a taxas anuais de 12,68% e 15,39%, respectivamente. Em janeiro de 2004, quando um dos empréstimo foi obtido pela empresa Graffiti, da mulher de Valério, junto ao banco BMG, a uma taxa de 26,8% ao ano, a taxa média dos empréstimos para pessoas jurídicas cobradas pelo mercado era de 31,1% ao ano.

Eletronorte avalizou R$ 18 milhões
Fontes do próprio BMG confirmaram que a SMP&B, uma das agências de Valério, obteve junto à instituição um empréstimo que, em valores atualizados, chegaria a R$ 18 milhões. Foi oferecido como aval o contrato de publicidade firmado com a Eletronorte. O estranho é que o contrato da Eletronorte é com a outra agência de Valério, a DNA Propaganda.

A CPI recebeu documentos sobre outro empréstimo de R$ 19,7 milhões concedido pelo Banco Rural às empresas de Valério ainda em 2003. Os documentos que chegaram ontem à Comissão revelam que o contrato de publicidade da SMP&B com os Correios serviu como aval para, pelo menos, dois empréstimos concedidos às empresas de Valério pelo Banco BMG. Um deles seria de R$ 12 milhões que foi substituído por outro de R$ 15,6 milhões e agora já estaria em R$ 21 milhões. O outro empréstimo do BMG, de R$ 3,4 milhões, foi feito pela SMP&B. A CPI encontrou a ainda a documentação de um empréstimo de R$ 10 milhões concedidos à SMP&B também pelo BMG. O exame dos documentos ainda é preliminar e a impressão é que algumas operações foram feitas para quitar outras.

"Os bancos foram muito bonzinhos"
O deputado Onix Lorenzoni (PFL-RS) quer que os fundos de pensão das estatais informem à CPI dos Correios todas as operações que esses fundos fizeram nos bancos BMG e Rural:
— Os bancos foram muito bonzinhos. Precisamos saber o que os fundos investiram neles.

Integrantes da CPI identificaram o mesmo procedimento em todos os empréstimos concedidos às empresas de Valério. Como garantia, o publicitário oferecia os contratos que mantinha com empresas estatais. No caso do empréstimo de R$ 15,7 milhões feito pela Graffiti junto ao BMG, foram encontrados dois documentos que garantem a operação. Um deles registrado na Junta Comercial de Minas Gerais no dia 22 de março de 2004 e um instrumento particular feito em 6 de janeiro, no qual os sócios da agência transformam o banco que concedeu o empréstimo em seu procurador para "o fim específico de receber os créditos referentes aos direitos creditórios ou de títulos da ECT dos quais a SMP&B é titular em decorrência do contrato 12371", assinado em dezembro de 2003. O documento que garante aos bancos o direito sobre os pagamentos feitos às agências do publicitário é conhecido como procuração irretratável. Os seja, uma procuração que não pode ser cancelada. A operação do BMG com a Graffiti foi fechada em janeiro de 2004, um mês depois da assinatura do contrato com a estatal no valor total de R$ 72 milhões. Desse contrato, a agência de Valério recebeu ano passado R$ 29,6 milhões, já que a conta é dividida com outras duas agências de publicidade.

A documentação enviada pelo banco à CPI mostra que uma parcela do empréstimo de R$ 15 milhões, no valor de R$ 2,268 milhões, foi paga em 14 de julho de 2004. Foram feitas duas renegociações para que o pagamento do empréstimo que, originalmente teria de ser feito em julho do ano passado, fosse postergado para o dia 1 de setembro deste ano. A dívida ainda não foi paga. No dia 13 de julho, em valores atualizados, a Graffiti devia R$ 21,559 milhões ao BMG pela operação, de acordo com os documentos recebidos pela CPI. Os avalistas da operação são os próprios sócios das agências de Valério que, além do direito sobre os recursos que seriam recebidos dos Correios, assinaram nota promissória no valor de R$ 20,446 milhões. A CPI recebeu ainda ofício enviado por Valério no dia 26 de janeiro do ano passado aos Correios no qual ele pede que os recursos devidos à SMP&B sejam repassados à Grafiti. O documento contém o "de acordo" do então chefe do departamento de marketing dos Correios, José Otaviano Pereira, que atualmente dirige a área comercial da estatal.

Data	Veículo	Título
19 Jul 2005	O Estado de S. Paulo	**Contrato com Eletronorte facilitou crédito de R$ 12 mi**

Documentação do BC mostra como Valério obteve o recurso no BMG e reforça suspeita de 'contratos de boca' com Delúbio

Fausto Macedo

O Banco Central enviou documentos à CPI dos Correios que podem comprovar o esquema de "contratos de boca" entre o empresário Marcos Valério Fernandes de Souza, suposto operador do mensalão, e o ex-tesoureiro do PT, Delúbio Soares. Os papéis revelam os caminhos que Valério seguiu para obter o dinheiro que teria sido repassado para o PT, e não declarado à Justiça Eleitoral.

Faz parte da documentação um contrato de publicidade firmado com a Eletronorte. Usando esse contrato como garantia, Valério tomou R$ 12 milhões no BMG, montante que foi depositado em uma conta do Banco Rural, instituição apontada como caixa do mensalão. Dirigentes do partido, indicados por Delúbio, sacaram o dinheiro.

O esquema dos "contratos de boca" foi revelado pelo próprio Delúbio à Procuradoria-Geral da República. Ele estimou que o total dos empréstimos girou entre R$ 35 milhões e R$ 40 milhões. Mas os técnicos do Tribunal de Contas da União (TCU) que auxiliam a CPI calculam que o valor repassado ao PT pode chegar a R$ 70 milhões, fora juros e correção.

Deputados que integram a CPI estão convencidos de que o contrato de publicidade com a Eletronorte é um forte indício de que o PT captou recursos vultosos obtidos com suporte do próprio governo - no caso, os contratos de Valério com as estatais que estão sendo rastreados.

O empréstimo de R$ 12 milhões com o BMG foi realizado a favor da SMPB, uma das agências do empresário, no início de 2003. Na época, Valério usou como penhor outra agência dele, a DNA, e o contrato dela com a Eletronorte. A CPI já identificou outro empréstimo de Valério no BMG, de R$ 15 milhões, para a Graffiti Participações, negócio que teve como garantia contrato de publicidade com os Correios.

Em seu depoimento à Procuradoria da República, Delúbio admitiu os negócios "de boca" com Valério e alegou: "Em razão da legislação brasileira, os partidos políticos têm dificuldades em financiar suas atividades exclusivamente com os recursos formais, doações, fundo partidário, contribuições de filiados. No caso do PT, a despeito de ter obtido êxito na eleição presidencial, teve muita dificuldade nas campanhas municipais de 2004."

Delúbio afirmou ao procurador-geral Antonio Fernando e Souza que "entre 2002 e 2003 foi muito pressionado pelos diretórios estaduais com relação aos débitos da campanha de 2002 (presidencial, deputados federais e estaduais)".

As dívidas dessas campanhas, segundo ele, geraram débitos de R$ 20 milhões para o PT. Delúbio disse que o primeiro empréstimo foi de R$ 10 milhões, mas os técnicos do TCU identificaram que esse empréstimo foi de R$ 12 milhões, que a SMPB tomou junto ao BMG. "O PT emprestou para não gerar expectativa infundada nos eventuais contribuintes", declarou o ex-tesoureiro.

Para o deputado Carlos Sampaio (PSDB-SP), os negócios entre Delúbio e Valério garantiram retribuição ao empresário por meio das contas que ele ganhou, do Banco do Brasil e dos Correios. "Delúbio optou pelo empréstimo, pois sabia que seu amigo Valério teria uma expectativa fundada, e não infundada, e ele teria como corresponder a essa expectativa dando contas do governo para as empresas do publicitário", destacou Sampaio.

Data	Veículo	Título
22 Jul 2005	O Globo	**Dinheiro na cueca pode ter saído de empreiteira**

Soraya Aggege e Isabela Martin

SÃO PAULO e FORTALEZA. Três frentes de investigações federais sobre a origem dos R$ 437 mil apreendidos com José Adalberto Vieira da Silva, ex-dirigente do PT no Ceará, apontam que o dinheiro pode ser propina paga pelos responsáveis por um contrato de R$ 500 milhões da empresa STN (Sistema de Transmissão Nordeste) para construção de uma linha de transmissão de energia no Nordeste.

Segundo o Ministério Público Federal em Fortaleza, a conexão entre os R$ 200 mil apreendidos na mala e mais US$ 100 mil (R$ 237 mil) que estavam na cueca do ex-dirigente petista, no dia 8, pode ser fruto de alguma operação ilícita envolvendo o contrato. Adalberto seria apenas uma mula para levar a propina.

A investigação do Ministério Público Federal reforçou a suspeita de envolvimento do ex-assessor da presidência do Banco do Nordeste Kennedy Moura Ramos e do diretor da empresa Cavan, José de Freitas. A Cavan é uma subsidiária da Alusa (Companhia Técnica de Engenharia Elétrica). A Alusa e a Chesf (Companhia Hidrelétrica do São Francisco), subsidiária da Eletrobras, são donas da STN.

Do montante do investimento, o Banco do Nordeste financiou R$ 300 milhões com dinheiro do Fundo Constitucional de Desenvolvimento do Nordeste.

— A principal suspeita é sobre o contrato da STN. Verificamos se ele teria gerado vantagem financeira indevida a algum funcionário do Banco do Nordeste — disse o procurador da República Márcio Torres.

Kennedy conseguiu advogados para Adalberto

Logo após prisão em São Paulo, Adalberto fez contatos com Kennedy, que lhe arrumou advogados. Um dia antes da prisão, no entanto, Adalberto esteve em um escritório em São Paulo com Freitas, segundo as investigações da PF.

Em ofício enviado ontem ao Banco do Nordeste, o Ministério Público Federal solicitou detalhes sobre o contrato e sobre liberações recentes de recursos para as empresas que participam da obra. Em nota, o Banco do Nordeste negou que exista qualquer irregularidade no negócio com a STN. “Os recursos vêm sendo liberados diretamente na conta corrente da empresa, de acordo com a execução da obra”, afirma a nota.

Ao depor na Procuradoria na terça-feira, Adalberto confirmou que teve um encontro com Freitas, onde conversaram sobre “coisas banais”. Mas o Ministério Público Federal tem fortes indícios de que o encontro entre Adalberto e a pessoa que lhe repassou o dinheiro aconteceu no quinto andar do Edifício Antônio Alves Ferreira Guedes, na avenida Brigadeiro Faria Lima, de propriedade da Regus S/A, empresa que aluga salas de reunião e escritórios virtuais.

Data	Veículo	Título
22 Jul 2005	O Estado de S. Paulo	**Dólar na cueca era propina, diz PF**

Assessor de irmão de Genoino teria vindo a São Paulo pegar dinheiro para interessados em negócio de R$ 500 milhões

Fausto Macedo Ribamar Oliveira Colaborou: Carmen Pompeu

A Polícia Federal e a CPI dos Correios suspeitam que o petista José Adalberto Vieira da Silva - preso em flagrante no Aeroporto de Congonhas, em São Paulo, dia 8, com US$ 100 mil na cueca e R$ 200 mil numa maleta - pode fazer parte de um esquema que supostamente favoreceu o consórcio STN (Sistema de Transmissão do Nordeste), integrado pelas empresas privadas Alusa e Cavan e pela estatal Companhia Hidrelétrica do Vale do São Francisco (Chesf). O consórcio foi escolhido para construir um linhão de transmissão de energia elétrica, também chamado de "linhão de 500 kv", que ligaria Teresina (PI) a Sobral (CE) e Fortaleza. O empreendimento foi parcialmente financiado pelo Banco do Nordeste (BNB).

"É dinheiro de propina", acredita o delegado José Pinto de Luna, que conduz a investigação. Ele descobriu que Adalberto - ex-assessor do deputado José Nobre Guimarães, do PT cearense, irmão de Genoino - chegou a São Paulo um dia antes de ser preso para pegar o valor que teria sido pago por interessados num negócio de R$ 500 milhões.

Segundo rastreamento da PF, a última ligação feita por Adalberto, antes de ser flagrado em Congonhas, foi feita para José Petronilho de Freitas, diretor da Cavan. Adalberto ligou também para Kennedy Moura, que era assessor especial da presidência do BNB. Moura é amigo do deputado Guimarães.

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI), que integra a CPI dos Correios, acha que a investigação sobre a escolha do consórcio pode levar ao ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares. "A aprovação dessa operação foi muito rápida", disse o senador. "A empresa Alusa é conhecida no Nordeste como a empresa de Delúbio", afirmou Fortes.

A PF descobriu que Moura esteve em São Paulo dois dias antes da prisão de Adalberto. Os federais apuram se o irmão de Genoino tinha conhecimento da operação. "Tudo indica que Adalberto era um emissário de Kennedy Moura", anotou o delegado Luna. "O Adalberto encontrou-se em São Paulo com José de Freitas." O petista hospedou-se no Quality Hotel. Quando Adalberto foi capturado, o primeiro para quem ligou foi Moura. Os dois são amigos e militam no PT há 20 anos. Moura ligou para o consórcio, que providenciou um advogado para acompanhar o caso na PF. Ontem, a Alusa divulgou nota por meio da qual "nega e repudia, com indignação" a insinuação de que a empresa teria vínculo com Delúbio.

"Não é verdade que a empresa ou qualquer coligada tenha sido beneficiada ou favorecida pelo governo", diz. "Haja vista que o empreendimento foi colocado em disputa em setembro de 2003, na Bolsa de Valores de São Paulo, com a participação de inúmeros concorrentes. A licitação foi vencida pelo consórcio integrado pela Alusa, que ofereceu preço 39% abaixo do piso da Agência Nacional de Energia Elétrica."

'INVERDADES'
O Ministério Público Federal (MPF), no Ceará, também investiga a origem do dinheiro encontrado com Adalberto. O procurador Márcio Torres disse ontem que o depoimento dele está repleto de "inverdades". O MPF apurou que, no dia 7 de julho, o petista chegou por volta das 11h17 em edifício comercial na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.729, São Paulo, e se dirigiu ao 5.º andar, onde funciona a Regus Business Center, especializada em aluguel de escritórios virtuais.
"Muito provavelmente foi lá que ele recebeu o dinheiro", diz Torres.

O MPF está com a relação das pessoas que entraram neste edifício para saber se alguma delas teria relação com o dinheiro apreendido com Adalberto. De acordo com Torres, o ex-petista saiu da Regus às 11h27 e foi ao hotel onde ficou hospedado, bem próximo ao edifício, onde fez o check-in às 11h45. O MPF também está investigando o contrato de empréstimo com o Banco do Nordeste com o Sistema de Transmissão Nordeste (STN). "No documento apreendido com ele (Adalberto) havia referências ao senhor José de Freitas, diretor da Cavan, e o número do telefone dessa empresa também estava lá anotado", diz Márcio Torres. O procurador enviou ofício ao Banco do Nordeste (BNB) solicitando mais informações sobre o empréstimo feito à STN.

No depoimento prestado por Adalberto na última terça-feira ao MPF, ele confirma que esteve com o empresário José de Freitas. "Disse que foi fazer uma visita e conversaram amenidades, nada a ver com o dinheiro", informou Torres.

Data	Veículo	Título
22 Jul 2005	Folha de S. Paulo	**Promotoria suspeita de propina no Ceará**

KAMILA FERNANDES
DA AGÊNCIA FOLHA, EM FORTALEZA

CHICO DE GOIS
ENVIADO ESPECIAL A BRASÍLIA

O Ministério Público Federal investiga se o dinheiro encontrado com o ex-dirigente do PT no Ceará José Adalberto Vieira da Silva seria usada como propina em um esquema de desvio de recursos públicos do FNE (Fundo Constitucional do Nordeste).

A hipótese surgiu porque o próprio Adalberto reconheceu, em depoimento, ter se encontrado, quando esteve em São Paulo, com José Petronilho de Freitas, responsável pelo setor administrativo da Cavan Pré-Moldados, empresa que constrói postes de concreto para redes elétricas.

A empresa faz parte do grupo Alusa Companhia Técnica de Engenharia Elétrica, que participa de um consórcio com a Chesf (Companhia Hidro Elétrica do São Francisco) para a instalação de uma rede de transmissão elétrica entre Teresina e Fortaleza, com recursos do BNB (Banco do Nordeste do Brasil).

O contrato de concessão do consórcio entre a Alusa-Cavan e a Chesf, chamado de STN (Sistema de Transmissão Nordeste), foi assinado em fevereiro de 2004. O valor total do contrato, para a instalação de 546 quilômetros de linhas, foi de R$ 450 milhões. Só do BNB, são R$ 300 milhões.

Essa linha de investigação, segundo o Ministério Público, leva ao nome do petista Kennedy Moura, que pediu exoneração do cargo de assessor especial do BNB três dias depois da prisão de Adalberto, pois surgiram suspeitas de que ele seria o responsável pelo dinheiro. Na época em que houve a disputa pela concessão, em setembro de 2003, Moura era o chefe de gabinete da presidência do banco nordestino.

Adalberto reconheceu ter encontrado Freitas em um escritório em São Paulo, mas disse que os dois conversaram apenas banalidades e que não haveria envolvimento do diretor da Cavan com o dinheiro encontrado.

A versão do ex-dirigente petista, de que o dinheiro que tentava transportar para Fortaleza, R$ 200 mil numa mala e US$ 100 mil na roupa, seria de um amigo cearense que iria ajudá-lo a abrir negócios no Ceará, é considerada falsa, tanto pelo Ministério Público Federal como pela Polícia Federal.

Suposta origem

Segundo o procurador Márcio Torres, responsável pelo caso no Estado, as investigações já mostraram onde possivelmente Adalberto pegou o dinheiro encontrado, a que horas e para quem ele ligou logo em seguida.

No dia 7, um dia antes de ser preso, por volta de 11h17 da manhã, Adalberto chegou a um prédio comercial na avenida Brigadeiro Faria Lima, em São Paulo, e subiu ao 5º andar. O lugar, segundo o procurador, pertence à empresa Regus S.A., que trabalha com escritórios virtuais.

O ex-dirigente petista ficou no prédio por apenas dez minutos. O procurador não revelou o nome da pessoa com quem Adalberto se encontrou, mas a Polícia Federal tem indícios de que tenha sido o próprio Freitas. Logo em seguida, ele se hospedou num hotel próximo, na mesma avenida, e fez um telefonema para um número de celular do Ceará. "Ainda estamos checando o dono do aparelho, mas existe um forte indício de que a ligação tenha sido para confirmar a entrega do dinheiro", afirmou Torres.

Moura foi o primeiro a receber um telefonema de Adalberto logo depois que ele foi preso, ainda no aeroporto de Congonhas, e foi o primeiro a ligar para o então chefe dele, o deputado estadual José Nobre Guimarães (PT-CE), que estava em São Paulo para a reunião do Diretório Nacional do PT. Os três integravam a mesma corrente no PT, a Democracia Radical. Moura e Adalberto tinham ainda trabalhado juntos no gabinete de Guimarães, antes de Moura ser indicado para o cargo no Banco do Nordeste do Brasil.

Colaborou ANDRÉA MICHAEL, da Sucursal de Brasília

Data	Veículo	Título
22 Jul 2005	Valor Econômico	**Auditoria constata fraude em contrato da DNA com a Eletronorte**

Daniel Rittner De Brasília

A agência de publicidade DNA, do empresário Marcos Valério de Souza, falsificou documentos para aumentar o preço de serviços prestados à Eletronorte, estatal de energia com quem tem contratos de propaganda desde 2001. A fraude foi detectada em auditoria interna e consta de relatório da empresa, ao qual o Valor teve acesso, que identificou ainda diversos outros indícios de irregularidades.

A auditoria recomendava claramente a "oportunidade e conveniência empresarial de antecipar o encerramento do contrato" com a DNA. Apesar de o relatório ter sido finalizado em 1º de abril, antes da primeira entrevista em que o deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) apontou Valério como operador do "mensalão", a Eletronorte só decidiu rescindir o contrato com a agência dois meses e meio depois, após duas outras estatais - Correios e Banco do Brasil - terem feito o mesmo.

A diretoria da Eletronorte deverá anunciar somente hoje o rompimento do contrato, mas uma carta já foi enviada na segunda-feira a Valério, comunicando a rescisão, com base em dois artigos diferentes da Lei 8.666/93. Só neste ano, a estatal tinha com a DNA um contrato de R$ 12,476 milhões - dos quais cerca de R$ 2 milhões foram efetivamente pagos. A maior parte dos recursos é desembolsada a partir de julho, em campanhas educativas de combate a queimadas na região Norte do país.

A auditoria descobriu que a DNA fraudou documentos para elevar o custo de serviços prestados por seus fornecedores à Eletronorte. Um caso estranho ocorreu em dezembro do ano passado, quando a estatal encomendou à agência de publicidade 5.600 camisetas, confeccionadas em malha poliviscose, para uma campanha de luta contra a aids.

Pelo contrato com a Eletronorte, a DNA era obrigada a fazer pelo menos três cotações de propostas para execução dos serviços. A auditoria detectou que "algumas das propostas dos referidos fornecedores apresentam semelhanças nas assinaturas, evidenciando terem sido elaboradas por uma mesma pessoa (...), sem haver a preocupação da contratada em buscar o melhor preço".

Essa prática pode ter sido comum, mas foi particularmente identificada na encomenda das camisetas. O fornecimento para a DNA foi feito diversas vezes pela Serigriff, fábrica de confecções que tem sede em Águas Claras (DF), que naquela ocasião apresentou orçamento de R$ 52.640 a Valério. A conta era repassada à Eletronorte. As propostas da Serigriff eram sempre melhores do que as apresentadas pelos demais concorrentes. Quando os auditores da estatal tomaram a iniciativa de checar os orçamentos feitos pelas outras empresas, tiveram uma surpresa: as propostas haviam sido falsificadas. Ambas apresentavam ofertas superiores aos preços dados pela Serigriff.

Diante dos indícios de fraude, os auditores procuraram o proprietário de uma das empresas ofertantes, a Proroupas Confecções. O dono da empresa informou que a assinatura contida no orçamento não era dele. "Acrescentou ainda que o formulário das 'propostas', apresentadas pela DNA como sendo da Proroupas, não é mais utilizado por sua empresa e até o endereço já foi alterado, o que confirmamos posteriormente no cadastro mantido pela Receita", diz o relatório.

A auditoria estranhou outro dado, que levanta suspeitas sobre a idoneidade do fornecedor ou, no mínimo, desinteresse da DNA em negociar preços melhores. As 5.600 camisetas tiveram preço unitário de R$ 9,40; sete dias antes, ao encomendar 500 camisetas com as mesmas especificações, o preço era de R$ 7,50. "Essa ocorrência evidencia a inversão do princípio da economia de escala", ironiza o relatório. Embora envolva uma quantia relativamente pequena, essa é a mais flagrante irregularidade no contrato com a DNA, mas não a única. Em janeiro de 2005, a agência faturou os serviços de impressão de 2 mil exemplares do "Relatório Social/2003 da Eletronorte", no valor de R$ 68.772,80. O serviço, feito com atraso pela DNA, teve um agravante: em fevereiro, uma "significativa quantidade" da publicação não havia sido distribuída.

A auditoria também detectou um comportamento pouco prudente da Superintendência de Comunicação Empresarial da Eletronorte. Responsável pela distribuição dos gastos com patrocínios, a superintendência destinou R$ 1.151.654 das despesas com patrocínios a áreas de atuação da estatal. O curioso é que o Amapá, que responde por apenas 2,9% do faturamento da empresa, ficou com 39,8% do total de verbas. Pará e Maranhão, que representam 83% do faturamento, ficaram com só 31%.

A distribuição das verbas de patrocínio não tem relação direta com a DNA. A superintendência responsável é submetida à Diretoria de Gestão Corporativa, exercida por Lourival do Carmo de Freitas, indicado pelo ex-ministro José Dirceu. Freitas é do Amapá e há fortes rumores na Eletronorte de que ele pretende candidatar-se a um cargo eletivo nas eleições do ano que vem.

Data	Veículo	Título
07 Ago 2005	O Globo	**Empresário denunciou propina em Furnas**

Chico Otavio, Elenilce Bottari e Rodrigo Lopes

Em depoimento à Procuradoria da República no Rio de Janeiro, um empresário acusou o diretor de Engenharia licenciado de Furnas Dimas Fabiano Toledo de ter cobrado R$ 5 milhões da empresa JP Engenharia para manter o contrato destinado a ampliar a capacidade de geração da Usina Termelétrica de Campos, no Norte Fluminense. O depoimento foi feito ao procurador Edson Abdon, responsável pelo inquérito civil público aberto com base nas denúncias do deputado federal Roberto Jefferson (PTB-RJ). O empresário Nilton Monteiro, representante da JP Engenharia, afirmou ainda que a empresa chegou a pagar R$ 900 mil a Dimas Toledo, como parte da propina. O contrato com a estatal foi suspenso em 2003.

O compromisso com a JP Engenharia que teria motivado a tentativa de extorsão foi celebrado em novembro de 2001, para a implantação de ciclo combinado na usina termelétrica de Campos, composto por três turbogeradores, na termelétrica do Norte Fluminense. A entrada em operação da primeira unidade seria em novembro de 2002, mas a usina não chegou a ser feita. Na condição de produtora independente de energia elétrica, a empresa tinha a garantia de que Furnas compraria a energia produzida pelo ciclo combinado durante 12 anos, num negócio de quase R$ 400 milhões.

MPF confirmou depoimento

Nilton Monteiro contou que no início Dimas cobrou uma colaboração de R$ 1,5 milhão para a efetivação do negócio. A empresa, afirmou, teria pagado parte do dinheiro, suspendendo o restante depois. Dimas então teria determinado a suspensão do contrato. Nilton disse que chegou a tentar uma negociação com o então diretor, mas este subiu a cobrança para R$ 5 milhões. O empresário informou que entregou à Procuradoria da República documentos que, segundo ele, comprovariam a extorsão. O mais significativo seria uma nota fiscal fria, destinada a justificar o pagamento da primeira parte da propina, no valor de R$ 900 mil.

Ao saber da acusação feita pelo empresário, Dimas reagiu:

— É uma mentira deslavada. Ele é que apresente os documentos. Vou me manifestar somente depois de conhecer o depoimento — afirmou o diretor, que se manifestou por intermédio de um amigo.

O procurador da República Edson Abdon confirmou na última quinta-feira que a testemunha teria prestado depoimento mas recusou-se a falar sobre o teor, alegando sigilo de Justiça. Nilton Monteiro é um consultor de empresas. Ele prestava consultoria à JP, defendendo os interesses da empresa junto a Furnas, como consta da procuração assinada por Reinaldo Conrad, que se apresenta como diretor-presidente da JP, em 4 de fevereiro de 2004.

Planalto teria sido informado

Monteiro contou que, na ocasião, decidiu denunciar a tentativa de extorsão ao petista Wagner Benevides, identificado por ele como chefe do escritório de Furnas em Belo Horizonte. Segundo o empresário, Wagner, revoltado, teria levado o fato à Presidência da República. O Planalto teria pedido o afastamento do diretor, mas este teria recorrido ao deputado Roberto Jefferson, que buscou uma composição para manter Dimas no cargo.

Vagner Benevides, superintendente da Secretaria Nacional da Pesca em Minas Gerais e fundador do PT, tentou negar o encontro com o petista, mas depois confirmou que esteve com Nilton Monteiro, negando, porém, que tivesse levado o fato ao presidente Lula.

— Conversamos durante um chope, na presença de um grupo de pessoas. Ele pode ter contado alguma coisa, mas não considerei porque não tinha qualquer relação com Furnas — disse Benevides.

A nota fiscal, supostamente usada para o pagamento da primeira parcela da propina, pertence à Compobrás, empresa de consultoria contratada pela JP para ajudar na captação de recursos. No documento, consta que a JP pagou o valor à empresa por "serviços de consultoria". Porém, a Compobrás nunca funcionou no endereço que consta da nota fiscal entregue pelo autor da denúncia ao Ministério Público Federal (Avenida Nicolau Ferreira de Sousa 913, Vila Nova, Araçaringuama, município paulista a 50 quilômetros da capital). De acordo com o proprietário da loja, onde hoje funciona a empresa de paisagismo Verde Solo, a Compobrás chegou a alugar o imóvel, em 2002, mas nunca o ocupou ou pagou as aluguel. Também na prefeitura, a empresa nunca recolheu as taxas de funcionamento.

Furnas: JP não cumpriu contrato

Em nota oficial, Furnas explicou que, de acordo com o contrato de parceria, cabia à JP Engenharia o aporte de todos os recursos necessários à modernização da usina, enquanto o compromisso de Furnas seria a compra de parcela de energia necessária à amortização do investimento feito pela empresa parceira. “Essa energia seria posteriormente comercializada por Furnas, tudo nos moldes das diretrizes governamentais”, informou.

O contrato foi cancelado em março de 2003, alega a estatal, porque a JP Engenharia deixou de cumprir com suas obrigações atinentes à parceria, ou seja, “não aportou os necessários recursos financeiros ao desenvolvimento do empreendimento, comprometendo o cronograma da obra aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e previsto no ajuste, o que tornou totalmente inviável o cumprimento dos compromissos assumidos com Furnas”. A suspensão, diz a nota, foi decidida pelo Conselho de Administração de Furnas “sem sequer ter sido iniciada a obra e tão pouco feito qualquer pagamento à JP Engenharia”.

O cancelamento ocorreu menos de dois anos após a assinatura do contrato e surpreendeu a JP no momento em que a empresa tentava captar os recursos necessários à obra. A empresa alega que os agentes financeiros exigiam a apresentação do relatório de impacto ambiental (Rima), responsabilidade de Furnas, sem o qual não liberariam os recursos pleiteados. Furnas afirma que a retomada do projeto será feita em consonância com o cenário energético do país, dependendo das circunstancias da demanda da energia.

Dimas, ligado a tucanos mineiros, é funcionário de Furnas há 35 anos de Furnas. Foi acusado por adversários em Minas de mobilizar recursos da estatal para eleger o seu filho, Dimas Fabiano, deputado estadual pelo PP nas eleições de 2002. Ele elegeu-se em parte graças a programas sociais da estatal em Varginha e arredores. Foi o terceiro mais votado.

Data	Veículo	Título
15 Ago 2005	Folha de S. Paulo	**Estatais de Minas são apontadas como "doadoras"**

Folha de S. Paulo
Estatais de Minas são apontadas como "doadoras"
DA SUCURSAL DO RIO

O homem que entregou ao Ministério Público Federal a lista de financiados do PSDB por empresas de Marcos Valério disse que a campanha para a reeleição de Eduardo Azeredo a governador de Minas Gerais, em 1998, recebeu reforço de R$ 8,5 milhões do governo do Estado.

A administração pública direta teria repassado R$ 2 milhões e R$ 6,5 milhões teriam vindo de empresas estatais - Cemig (eletricidade), Copasa (saneamento), Loteria Mineira, Comig (mineração)- e de ex-estatais (Banco de Crédito Real e Bemge (Banco do Estado de Minas Gerais)- privatizadas na gestão de Azeredo (1994-98). O Bemge foi privatizado em setembro de 1998 e o Credireal, em agosto de 1997.

Azeredo tentou reeleger-se governador em 98, tendo o empresário Clésio Andrade, atual vice-governador, como vice na chapa.

Nilton Monteiro entregou aos procuradores da República cópia do que seria o balanço financeiro da campanha e que ele afirma ter obtido no final de 1998.

Entre os documentos estão listas apócrifas com nomes de mais de cem políticos do Estado que teriam sido financiados pelas empresas de Valério e várias folhas com cópias de recibos de depósitos do Banco Real com transferências de valores da conta da SMPB para deputados estaduais e federais e para ex-deputados.

Há, ainda, um conjunto de folhas com o resumo da movimentação financeira da campanha, no qual está indicado que as empresas SMPB e DNA movimentaram R$ 53 milhões na campanha.

As estatais, segundo os papéis com a Procuradoria, repassaram dinheiro para a campanha como se fosse patrocínio do evento de corrida de motos Enduro da Independência, ocorrido naquele ano. A SMPB tinha exclusividade na organização do evento.

Até agora, era público que duas empresas estaduais -Comig (atual Codemig) e a Copasa- tinham patrocinado o evento, cada uma com R$ 1,5 milhão.

Na documentação reunida por Monteiro consta que as empresas mineiras tiveram a seguinte participação como patrocinadoras do Enduro da Independência: Cemig, R$ 1,5 milhão; Copasa, R$ 1,5 mi; Bemge, R$ 1 mi; Crédito Real, R$ 1 mi; Loteria de Minas; R$ 500 mil; e Comig; R$ 1 mi.

O Ministério Público do Estado já havia entrado com ação contra Azeredo e Clésio por suspeita de que os R$ 3 milhões desembolsados pela Cemig e Copasa teriam financiando a campanha. Com a eleição de Azeredo para senador, o processo foi transferido para o STF, onde ainda se encontra.

Na papelada, consta que Clésio transferiu, como doação, R$ 8,25 milhões para a campanha, por meio de transferências da SMPB.

Clésio foi sócio de Valério na DNA e na SMPB, mas, formalmente, a sociedade foi desfeita em julho de 1998, com a oficialização da candidatura. Ele transferiu suas cotas para os sócios e, dois anos depois, entrou com ação argumentando que eles não teriam efetuado o pagamento nas condições acertadas. **(EL)**

Data	Veículo	Título
20 Ago 2005	O Globo	**Presidente do fundo Real Grandeza pede demissão**

O Globo
Presidente do fundo Real Grandeza pede demissão

Geralda Doca

BRASÍLIA. As denúncias de corrupção e de ingerência política nos fundos de pensão provocaram ontem mais uma baixa. Desta vez, caiu o presidente do Real Grandeza (fundo de pensão dos funcionários de Furnas), Marcos Antônio Carvalho Gomes, ligado ao ex-secretário de Comunicação do PT Marcelo Sereno.

Punido pela Secretaria de Previdência Complementar (SPC) com a suspensão temporária do cargo por 180 dias, mais multa de R$ 20 mil por prejuízos à entidade em aplicações no Banco Santos, Gomes pediu demissão.

Na carta entregue ontem ao Conselho Deliberativo da entidade, ele alegou que se sentia desmotivado para permanecer. Caberá agora à patrocinadora indicar outro nome para para a vaga.

No processo concluído pela secretaria na semana passada, além de Gomes, foram punidos outros oito dirigentes do fundo de pensão. As penas variaram entre multa de R$ 20 mil, cobradas de todos eles, suspensão temporária e inabilitação para cargo em entidade de previdência complementar, sociedades seguradoras, instituições financeiras e no serviço público, durante dez anos. Os autuados, no entanto, poderão recorrer ao Conselho de Gestão da própria secretaria até o fim deste mês.

Dirigentes descumpriram normas do Banco Central

Entre os punidos estão também o diretor de investimentos, Jorge Luiz de Freitas, o ex-diretor financeiro Ronaldo Schimidt e o ex-gerente de Análise de Investimentos Benito Siciliano, que foram punidos com inabilitação por dez anos. Já o diretor de Administração e Finanças, José Dias da Silva, foi punido com suspensão temporária do cargo por 180 dias e Fernando Martins, diretor de Administração, apenas com a multa.

O Real foi o fundo que mais perdeu dinheiro com a falência do Banco Santos. Foram R$ 151,2 milhões, de um total de R$ 550 milhões que o sistema de previdência complementar viu desaparecer. Segundo a secretaria, os dirigentes descumpriram normas do Banco Central e regras internas para os investimentos que previam aplicação em CDB (Certificado de Depósito Bancário) do Santos num prazo de 90 dias. Os recursos foram aplicados por 900 dias.

A secretaria também suspeita da existência de irregularidades semelhantes nas aplicações do Real Grandeza no Banco Rural (R$ 154,4 milhões) e no BMG (R$ 213,2 milhões), em dezembro de 2004. O processo de investigação ainda está em andamento.

Data	Veículo	Título
26 Ago 2005	O Estado de S. Paulo	**Devassa é ampliada e atinge 11 fundos**

CPI do Mensalão amplia investigações e vai analisar operações feitas nos últimos 5 anos, em qualquer instituição financeira

João Domingos, colaborou: Eugênia Lopes

BRASÍLIA - A CPI do Mensalão aprovou ontem a quebra ampla do sigilo bancário de 11 fundos de pensão. Foi uma das decisões mais drásticas já tomadas pelas CPIs em vigor, já que a dos Correios, que na quarta-feira havia quebrado o sigilo de 3 fundos, procurou limitar sua ação às aplicações feitas por eles nos últimos 5 anos nos bancos Rural e BMG, instituições de onde saía o dinheiro que o empresário Marcos Valério distribuía ao PT e aos partidos aliados.

Tiveram o sigilo bancário quebrado pela CPI do Mensalão os fundos Previ (Banco do Brasil), Funcef (Caixa), Petros (Petrobrás), Geap (servidores públicos), Eletros (Eletrobras), Centrus (Banco Central), Portus (Portobrás), Postalis (Correios), Serpros (Serviço de Processamento de Dados), Real Grandeza (Furnas) e Sistel (Telebrás). Eles estão sujeitos a ter suas contas vasculhadas nos últimos 5 anos em qualquer operação financeira e banco.

A CPI dos Correios, que já tinha quebrado o sigilo do Petros, Funcef e Geap, tomou a mesma atitude em relação ao Previ, Centrus, Real Grandeza, Eletros, Serpos, Postalis e Portus, com o cuidado de limitar a ação ao Rural e ao BMG.

"Tenho a informação de que o Centrus fez operações com a Guaranhuns", disse o deputado Moroni Torgan (PFL-CE). Para os integrante das duas CPIs, os fundos, que têm investimentos de mais de R$ 260 bilhões, poderiam ter desviado dividendos de suas aplicações bilionárias para as contas de Valério.

A CPI do Mensalão decidiu ouvir na quarta-feira os presidentes dos três maiores fundos: Sérgio Rosa (Previ), Guilherme Lacerda (Petros), e Wagner Pinheiro (Funcef). Anteontem, eles foram ouvidos em sessão secreta. Voltarão para falar diante das câmeras de TV, como os senadores e deputados gostam.

Data	Veículo	Título
28 Ago 2005	O Estado de S. Paulo	**Postos vagos em estatais atraem cobiça do PMDB**

Irany Tereza

Seis cargos de diretoria de Furnas, Eletronuclear e Eletronorte estão sendo alvo de intensa disputa de vários partidos, à frente o PMDB. Esses cargos ficaram vagos há dois meses, com o afastamento de executivos suspeitos de participar do esquema de arrecadação irregular de recursos para partidos.

Os conselhos de administração de Furnas e Eletronuclear farão reuniões amanhã e terça-feira, e poderão apontar substitutos para os diretores afastados. Numa reunião da Eletronorte na semana passada não houve consenso. A presidência da Eletronuclear, ocupada por Paulo Figueiredo, indicado pelo PC do B, também pode mudar. Ele já teria sido informado pelo governo. Um dos mais cotados para o cargo é José Drumond Saraiva, atual diretor financeiro da Eletrobras.

"Estamos preocupados com uma possível manobra para escolha de diretores por critério exclusivamente político. Figueiredo é funcionário de carreira da Eletronuclear", assinala Sosígenes Rocha de Almeida, da associação de funcionários da estatal, que programou para terça-feira uma manifestação.

As denúncias do deputado Roberto Jefferson (PTB) sobre pressões para arrecadar "doações" mensais do IRB, que até 21 de maio era presidido por Luiz Appolonio Neto (PTB), envolveram as três estatais e a Infraero. Na Eletronuclear foram afastados o diretor de Gestão, Luiz Rondon Teixeira de Magalhães Filho, seu assessor Marcus Vinícius de Vasconcelos Ferreira, genro de Jefferson, e o diretor José Marcos Castilho.

Em 30 de junho os diretores de Furnas Dimas Fabiano Toledo (Engenharia), Rodrigo Botelho Campos (Gestão Corporativa) e José Roberto Cesaroni Cury (Financeiro) foram afastados pelo governo depois de novas denúncias de Jefferson, que revelou um esquema de desvio de dinheiro. Toledo, Campos e Cury foram apontados também no relatório de sindicância interna feita pelo IRB.

Data	Veículo	Título
29 Ago 2005	O Estado de S. Paulo	**Planalto usa cargos em fundos e estatais para premiar companheiros**

Levantamento feito pelo 'Estado' mostra indicações políticas para os conselhos fiscais e de administração de várias empresas

Sérgio Gobetti

A estrutura de poder montada pelo PT, sob comando do ex-ministro José Dirceu, contou com o suporte financeiro das empresas estatais e dos cargos de indicação dos fundos de pensão para bonificar com uma "remuneração extra" os fiéis escudeiros do grupo político do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Levantamento feito pelo Estado nas listas de conselhos fiscais e de administração de diversas empresas mostra que, nos últimos dois anos e meio, o Palácio do Planalto e seus aliados nos fundos de pensão usaram sistematicamente nomeações de caráter político para funções eminentemente técnicas.

Entre os principais assessores de Dirceu na Casa Civil, por exemplo, pelo menos quatro ocuparam ou ocupam assentos nesses conselhos: Miriam Belchior, subchefe de Articulação e Monitoramento, está no Conselho de Administração da Eletrobras; Luiz Alberto dos Santos, da Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais, ocupa igual posto na Eletronorte; Swedenberger Barbosa, ex-número dois da Casa Civil, ainda aparece no conselho da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf); e Sandra Cabral, ex-assessora especial de Dirceu, renunciou à vaga nos Correios, mas continuava até a semana passada no Conselho Fiscal do Banco do Estado de Santa Catarina (Besc). Além desses, Cezar Alvarez, assessor da Presidência, é membro do Conselho de Administração do Banco do Nordeste, e Alon Feuerwerker, ex-subchefe de Assuntos Parlamentares, do Conselho Fiscal do Banco do Brasil.

Ao todo, o governo pode dispor livremente de cerca de 500 cargos nas estatais, e os fundos de pensão, de outras centenas de assentos nos conselhos das empresas privatizadas das quais são acionistas. Só o fundo dos funcionários do Banco do Brasil, a Previ, têm 373 vagas em grandes empresas, do ramo de telefonia ao de mineração, que pagam aos seus conselheiros até R$ 20 mil mensais.

POUCO TRABALHO

A vantagem desse tipo de cargo é que ele não exige muito trabalho, apesar da responsabilidade. Em geral, os conselhos fiscais e de administração se reúnem apenas uma vez por mês, senão a cada trimestre. A remuneração mensal varia de 10% a 20% do que ganham os diretores da empresa. Nas estatais, isso significa um bônus mensal de, no mínimo, R$ 2 mil, e no máximo R$ 10,8 mil, como no caso de Itaipu Binacional, onde a cúpula da Central Única dos Trabalhadores (CUT) conseguiu emplacar um conselheiro, o secretário de Relações Internacionais, João Vaccari Neto, numa vaga criada especialmente para os "trabalhadores".

O presidente da CUT, João Felício, obteve vaga no Conselho de Administração do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), onde ganha R$ 4 mil por mês. Ele foi indicado para o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador, que financia os projetos do banco.

A utilização dos conselhos das estatais para complementar o salário de altos funcionários do governo é prática corriqueira. Os próprios ministros da Fazenda, Antonio Palocci, da Casa Civil, Dilma Rousseff, da Indústria e Comércio, Luiz Fernando Furlan, e do Trabalho, Luiz Marinho, ganham por sua participação nos conselhos das maiores empresas.

Não é incomum ver pessoas de primeiro e segundo escalões da equipe econômica lotadas nesses cargos como forma de turbinar seus salários. Mas o governou atual levou ao extremo essa prática, utilizando-a para complementar a remuneração de vários assessores políticos e de imprensa dos ministros.

GENTE DE FORA

Até dirigentes petistas de fora do governo foram agraciados com indicações. É o caso de Marlene da Rocha, da Executiva Nacional do PT, que ocupou, até semanas atrás, um assento no Conselho Fiscal da Eletrosul. Entre todos os casos, porém, o que mais chama a atenção é o de Raimundo Ferreira da Silva Júnior.

Vice-presidente do PT no Distrito Federal, ele foi indicado pelo Ministério da Fazenda para ocupar suas vagas nos conselhos fiscais do BB Leasing e do BB Investimento. Renunciou aos cargos no início de julho, após a constatação de que aparecia na lista dos supostos office-boys usados pelo ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares para sacar o dinheiro do mensalão no Banco Rural.

Data	Veículo	Título
29 Ago 2005	O Estado de S. Paulo	**Casa Civil diz que intenção é 'oxigenar a gestão'**

Sérgio Gobetti

A assessoria da Casa Civil diz que a participação de assessores do Palácio do Planalto nos conselhos de administração das estatais, mesmo sem perfil técnico, serve para "oxigenar a gestão" dessas empresas. As indicações para bancos públicos são de responsabilidade do Ministério da Fazenda, e as do grupo Eletrobras foram feitas pelo Ministério de Minas e Energia na época em que Dilma Rousseff, atual chefe da Casa Civil, ainda era titular da pasta.

"As indicações levadas à ministra Dilma ou a quaisquer outras autoridades do governo responsáveis pela supervisão de empresas estatais sempre foram recebidas e acatadas quando as mesmas obedeciam a critério de razoabilidade, probidade do indicado e adequação de seu currículo ao cargo", informa a assessoria da Casa Civil.

A assessoria também não vê problemas no fato de integrantes da direção do PT terem sido indicados para o conselho fiscal de bancos públicos. "São cidadãos brasileiros, cujas escolhas, ainda que tenham observado critérios de afinidade política, não necessariamente implicam que tenham recaído sobre pessoas incapazes ou despreparadas para o exercício das respectivas funções."

SERVIDORES

A legislação recomenda que a representação do governo nesses conselhos seja feita, preferencialmente, por servidores da carreira de Finanças e Controle, mas não proíbe outros tipos de indicação.

Na opinião da ministra, é indevida a conclusão de que as pessoas indicadas para cargos nas estatais do setor elétrico, por exemplo, devam ter um "perfil técnico relacionado às empresas". "Assim entendido, somente pessoas com formação em engenharia elétrica ou com experiência profissional no âmbito desse setor poderiam integrar seus conselhos. Tal visão revela um viés corporativista incompatível com as necessidades da gestão moderna", argumenta Dilma.

Data	Veículo	Título
29 Ago 2005	O Estado de S. Paulo	**Farra de gratificações cria salários de até R$ 40 mil**

Farra de gratificações cria salários de até R$ 40 mil

Conselho da Previ ignora norma que limita pagamentos e nomeia muitos sindicalistas para os 373 cargos disponíveis

Sérgio Gobetti

As altas gratificações pagas pelas empresas privatizadas para os conselheiros indicados pelo fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil (Previ) viraram uma farra. Apesar da determinação dada pelo banco e pela própria Previ para que seus representantes abram mão ou doem sua remuneração, que chega a R$ 20 mil por mês em alguns casos, poucos estão obedecendo à norma. A confusão acabou sendo escancarada por um dos mais importantes dirigentes petistas do BB, Henrique Pizzolato, durante depoimento à CPI do Mensalão.

Ex-diretor de Marketing do Banco do Brasil e ex-presidente do Conselho Deliberativo da Previ, Pizzolato revelou que ganhava cerca de R$ 40 mil mensais, sendo R$ 18 mil da Embraer, empresa na qual ocupa uma vaga do Conselho de Administração. Ao mencionar os valores, para justificar que tinha renda suficiente para comprar um apartamento no Rio, o petista disse que era motivo de gozação entre outros conhecidos que ganhavam muito mais.

A declaração provocou revolta entre os funcionários do Banco do Brasil e levou a direção da instituição a cobrar do petista que explicasse o episódio. Pelas normas internas, que visam a arrefecer a disputa por cargos, nenhum funcionário do BB que participe de conselhos fiscais ou de administração de outras empresas pode embolsar mais de R$ 2 mil mensais de complemento salarial. O que exceder deve ser doado.

"Os diretores da Previ também recebem essa orientação, mas nesse caso a devolução do dinheiro não é obrigatória", informa a assessoria de imprensa do fundo de pensão do BB. "Como isso é feito de forma orientadora, não se tem um controle de quem a cumpre."

SINDICALISTAS

Entre as 373 vagas de conselheiro à disposição do fundo de pensão, que participou do processo de privatização do setor de telefonia e mineração depois de uma longa polêmica no movimento dos bancários, pelo menos 37 são ocupadas por atuais e ex-sindicalistas, a maioria deles ligada ao grupo político do ex-ministro José Dirceu e de Delúbio Soares. Alguns desses sindicalistas chegam a acumular até quatro assentos em diferentes conselhos de administração de empresas privadas.

"Não é verdade que todos os conselheiros que saíram do movimento não tenham qualificação, mas é verdade que alguns só estão lá por suas ligações políticas", afirma o ex-diretor da Previ Fernando Amaral, que foi afastado do cargo por divergir do grupo de Delúbio e Dirceu.

As vagas da Previ mais disputadas são as da Companhia Vale do Rio Doce, que rendem gratificações de R$ 20 mil mensais. Os quatro assentos no Conselho de Administração são ocupados pelo presidente da Previ, Sérgio Rosa, pelo diretor de Seguridade, Erik Persson, pelo gerente Jorge Luiz Pacheco e por um aposentado, Arlindo Magno de Oliveira, ex-dirigente do fundo. Os diretores da Previ recebem mais R$ 15 mil de salário fixo.

A lista de agraciados pelas indicações inclui ainda outros importantes dirigentes sindicais ligados ao Banco do Brasil, como o atual presidente da Confederação Nacional dos Bancários da CUT, Deli Soares Pereira, que representa a Previ nos conselhos da CPFL, do ramo de energia. No passado, muitos desses sindicalistas eram contrários às privatizações. Hoje se lambuzam nos lucros das empresas que deixaram de ser públicas.

Data	Veículo	Título
03 Nov 2005	O Estado de S. Paulo	**Mais privatizações, de um outro modo**

Espaço Aberto

Roberto Macedo

Recém-lançado nos EUA, um livro, em que escrevi um dos capítulos, analisa a privatização em vários países, com enfoque diferente do usual. O título, traduzido, é Checagem da Realidade: O Impacto Distributivo da Privatização em Países em Desenvolvimento. Organizado por John Nellis e Nancy Birdsall, foi publicado pelo Centro para o Desenvolvimento Global (CDG), uma ONG localizada em Washington. O livro trata da privatização, mas seu uso foi socializado, pois, sem custo para o interessado, pode ser baixado pela Internet (*).

Nancy Birdsall, que fundou e preside o CDG, é conhecida entre economistas brasileiros. Trabalhou 14 anos no Banco Mundial, onde lidou com a América Latina, particularmente com o Brasil. De 1993 a 1998, foi vice-presidente-executiva do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), novamente lidando com o nosso país.

Sobre o livro, o professor Joseph Stiglitz, da Universidade de Colúmbia e laureado com o Prêmio Nobel de Economia, disse que "a maioria dos estudos de privatização olha o que acontece com as empresas; este olha o que acontece com as pessoas - trabalhadores, consumidores e os desprotegidos. Isto é um progresso".

De fato é, mas o livro não chega a uma conclusão definitiva nem de aplicação universal. A conclusão dos organizadores é a de que "... a privatização tem sido, em muitos casos, uma coisa razoavelmente boa, inclusive para os pobres", mas advertem que essa conclusão tem efeito limitado, pois os resultados dependem do país, do contexto e da ocasião em que a privatização ocorreu, do tipo de empresas que envolveu e das condições iniciais.

A privatização é analisada em dez países (Argentina, Bolívia, Brasil, México, Nicarágua, Peru, China, Rússia, Sri Lanka e Ucrânia). O enfoque é o da eqüidade social, mas os organizadores também resumem o efeito sobre a eficiência das empresas e da economia, analisado mais intensamente pela literatura. No Brasil, este último tema também domina os estudos existentes, que a partir de indicadores econômico-financeiros mostram que, de um modo geral, as empresas privatizadas melhoraram o seu desempenho.

Ao abordar a questão da eqüidade, tratei de dois aspectos da privatização: seu impacto sobre a distribuição da propriedade e o efeito em razão dos novos preços que os consumidores passaram a pagar pelos bens e serviços antes providos por empresas estatais.

Quanto ao primeiro aspecto, perdeu-se uma grande oportunidade de democratizar a propriedade do capital, mediante maior oferta pública e troca de ações de estatais pelos depósitos dos trabalhadores no Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Essa alternativa só foi adotada no final do governo Fernando Henrique Cardoso e em pequena escala. Outros créditos que a população tem com o governo, como os recebíveis de aposentadorias, também poderiam ter sido trocados por ações.

Quanto aos custos para o consumidor, a indexação de tarifas públicas a índices de preços fortemente contaminados pelas desvalorizações cambiais que vieram após a privatização agravou bastante esses custos, em particular para os mais pobres. Como resultado, os consumidores passaram a ter parcela crescente de sua renda absorvida por gastos como os de eletricidade e telefonia, prejudicando até a avaliação claramente positiva da privatização deste último setor, em que a forte expansão dos serviços trouxe inegáveis ganhos.

Noutro estudo citado no livro, abordei o impacto fiscal da privatização, o qual também teve implicações distributivas. Contabilmente, os muitos bilhões de reais levantados com a privatização serviram para abater a dívida pública, mas numa dinâmica distorcida isso abriu espaço para ampliá-la novamente. Além disso, os dólares que vinham de fora para o programa tiveram um papel pouco percebido, o de estender por mais tempo as políticas de câmbio baixo e juros altos do primeiro mandato do governo FHC, as quais também agravaram a dívida pública. Isso é desastroso do ponto de vista da distribuição de renda, pois o pagamento dos juros dessa dívida não alcança os pobres, mas estes pagam parte da conta.

Entretanto, esses e outros aspectos vulneráveis não podem ser atribuídos à privatização em si mesma, mas ao modo como foi feita no Brasil. Ganhos de eficiência existiram e análises atualizadas deveriam ponderar também, em face do que ocorre no governo Lula, que um dos maiores benefícios foi o de reduzir

sensivelmente o número de estatais, diminuindo dessa forma o espaço para má gestão e corrupção. Assim, o País foi poupado do efeito da nomeação de centenas de diretores indicados politicamente, mais todos os cargos de confiança deles e de desconfiança nossa que preencheriam com seus apadrinhados.

Outro ponto em favor da privatização é que o PT, que no passado lutou agressivamente contra ela, agora prefere atacá-la com adjetivos, quando, por exemplo, diz que foi "selvagem". No substantivo, não cogita de revertê-la, além de aceitar as Parcerias Público-Privadas (PPPs), nas quais o terceiro P não disfarça outra forma de privatização.

Enfim, o livro citado é mais uma oportunidade para refletir sobre a nossa privatização e para aprender também com a dos outros. Na minha cabeça permanece a conclusão de que vale a pena ir em frente, mas de um outro modo, em que o uso fiscal adequado e a maior eqüidade social fiquem no mesmo plano do objetivo da eficiência de gestão.

(*) www.cgdev.org/content/publications/detail/4520

Roberto Macedo, economista (USP), com doutorado pela Universidade Harvard (EUA), pesquisador da Fipe-USP e professor associado à Faap, foi secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda

Data	Veículo	Título
05 Mai 2006	O Estado de S. Paulo	**Privatização - erros e desafios**

Opinião
Sérgio G. Lazzarini e Carlos Alberto F. de Melo*

Cada vez mais aumenta a atenção da opinião pública sobre diversas empresas estatais apresentando sinais de interferência do governo na sua gestão. São empresas que mantêm a escolha de seus gestores com base em critérios políticos (caso da Eletrobras, Docas, Petrobrás, Caixa Econômica etc.) ou que acumulam uma série de denúncias de envolvimento em esquemas pouco transparentes de financiamento de campanhas e de contratação de terceiros (caso dos Correios, Furnas, Banco do Brasil, Nossa Caixa, etc.).

Se houve ou não transgressão ética no caso destas empresas, o tempo dirá. O ponto é que a possibilidade de interferência política em diversas empresas estatais continua e nos convida a retomar o debate sobre as privatizações no Brasil. A princípio, uma nova rodada de privatizações seria desejável para isolar as empresas de canais disfuncionais de influência.

É importante notar, entretanto, que privatizar reduz, mas não necessariamente elimina, tais canais de influência - é a experiência brasileira de privatização no governo passado. Assim, uma ampla reflexão sobre problemas que acometeram o processo de privatização na década de 90 se torna necessária. Não se trata aqui de negar os benefícios líquidos das privatizações que ocorreram não somente no Brasil, como também em outros países latino-americanos.* Trata-se, outrossim, de tentarmos aprender com erros do passado a fim de implementarmos uma nova rodada de privatizações mais eficiente.

A privatização passada no Brasil apresentou dois principais aspectos negativos. Primeiro, a ampla participação de fundos de pensão de estatais: para participar dos leilões de privatização, foram formados consórcios envolvendo investidores estrangeiros em associação com investidores domésticos, incluindo, em grande parte, fundos de pensão de estatais. Tais fundos foram e ainda são, em grande medida, alimentados por recursos do Tesouro, o que os torna suscetíveis à influência dos governos - qualquer governo. No tempo de FHC, veicularam-se denúncias de que o próprio governo incitou a participação de fundos nos leilões do sistema Telebrás. Mais recentemente, no governo Lula, diversas suspeitas emergiram e os presidentes dos fundos foram, mais de uma vez, chamados a prestar contas nas CPIs. Empresas privatizadas surgiram com banal freqüência no noticiário político e eleitoral - incluindo, por exemplo, empresas como Usiminas, Telemar e Brasil Telecom.

O segundo aspecto problemático das privatizações passadas diz respeito ao amplo envolvimento do BNDES. Como as taxas do banco governamental embutem subsídio, financiar adquirentes nos leilões de privatização é equivalente a transferir recursos da sociedade para grupos privados, sem ter muito claro quais são os ganhos em se fazer isso.

Mais ainda, com as dificuldades posteriores enfrentadas por alguns adquirentes de firmas privatizadas (como a Light e a Brasil Ferrovias), o BNDES acabou voltando como sócio efetivo destas empresas por meio de uma reconversão das dívidas em ações. O resultado final de todo este processo foi a volta do governo em diversas empresas que teriam, em tese, sido privatizadas. Objetivamente, o governo ainda permanece com participações em diversas empresas e setores da economia, seja direta ou indiretamente via BNDES e fundos de pensão de estatais.**

Assim, no advento de uma nova rodada de privatizações, seria importante que se observasse, desta vez, o cuidado com a governança e o maior distanciamento governamental do processo. Primeiro, afastando o BNDES dos leilões de privatização, a menos que se demonstre em detalhes e com total transparência os benefícios líquidos do seu envolvimento. Segundo, limitando ainda mais a participação dos fundos de pensão de estatais, quando não promovendo verdadeira revolução em termos de transparência e isenção na escolha de seus diretores. Por fim, estabelecendo marcos regulatórios que permitam estabilidade nas regras, de forma a atrair capitais realmente privados e dispostos a correr os riscos inerentes a qualquer atividade capitalista.

Infelizmente, parece faltar vontade e ou consenso político para que estas ações aconteçam. Qualquer governo que abrace uma nova rodada de privatizações pode ser pejorativamente tachado de "neoliberal" por tentar reduzir a ação do governo na economia - quando, na verdade, o objetivo é reduzir canais de influência que só servem para gerar benefícios a determinados atores ligados direta ou indiretamente ao governo, ao invés da sociedade em geral.

Complicando ainda mais o cenário, alguns governos latino-americanos reavivam discursos grandiloqüentes e tendências intervencionistas e estatizantes. A um país que se moderniza em consonância com o século 21, não cabe sucumbir a demagogias nem negar esforços para obstruir canais de corrupção no País. E, se

for para fazer de novo, é melhor, desta vez, fazer direito. Sai mais barato - em todos os sentidos, inclusive social.

*Ver, por exemplo, Chong e López-de-Silanes, Privatization in Latin America: Myths and Reality, Stanford University Press and the World Bank, 2005.
**Ver Lazzarini, S. G. Mudar tudo para não mudar nada: analisando a dinâmica de redes de proprietários no Brasil como mundos pequenos (http://www.ibmecsp.edu.br/pesquisa/pages.php?recid=32).

*Sérgio Lazzarini e Carlos Alberto F. de Melo são professores do Ibmec São Paulo. E-mail: sergiogl1@isp.edu.br

Data	Veículo	Título
28 Mai 2007	Valor Econômico	**Denúncias servem a rearranjos de poder**

Anna Carolina Negri

A América Latina é um berço de escândalos de corrupção, não por falhas de qualidade de sua representação política ou de suas instituições democráticas, mas porque a simples denúncia de um ato de corrupção tornou-se um instrumento na guerra por poder dentro das coalizões governistas. A partir deste pressuposto, o pesquisador da Universidade de Austin, Texas, Manuel Balán, prepara em sua tese de doutorado uma análise comparativa dos escândalos brasileiros com os da Argentina, seu país natal, e os do Chile.

Em sua pesquisa, Balán analisa 60 escândalos, a grande maioria envolvendo corrupção, que ocorreram no Brasil, Argentina e Chile entre 1990 e 2007. Estuda as administrações de Fernando Collor, Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva no Brasil; Carlos Menem, Fernando de la Rua, Eduardo Duhalde e Nestor Kirchner na Argentina e Patricio Aylwin, Eduardo Frei, Ricardo Lagos e Michelle Bachelet no Chile. De passagem pelo Brasil, para a coleta de depoimentos, concedeu a seguinte entrevista ao Valor:
Valor: *O senhor afirma que, a imprensa e a sociedade civil são usados como instrumentos de uma batalha política dentro da coalizão governista no qual os escândalos de corrupção são amplificados. Mas a própria denúncia de corrupção não se torna um instrumento na disputa de poder?*

Manuel Balán: A denúncia da corrupção é um mecanismo para manejar a percepção popular sobre uma determinada figura e permitir rearranjos de poder. Há uma idéia dominante hoje de que instituições como a mídia, os órgãos da sociedade civil, o Judiciário,que garantem a accountability, ao funcionarem em uma sociedade democrática, trazem os escândalos à tona por meio de uma vigilância cada vez maior e sofisticada. Mas a minha hipótese é que todos os escândalos de caráter nacional estão mais relacionados com as dissensões internas das elites política e econômica, que buscam o que se chama de reshuffle no idioma inglês, algo como "rearranjo" ou "reequilíbrio". Busca-se o rearranjo de poder ou de influência.

Valor: *Como o caso brasileiro exemplificaria isso?*

Balán : Você tinha no Brasil até 2005 um sistema de equilíbrio de poder dentro da coalizão de Lula que foi mudado com o escândalo do mensalão, em razão das tensões internas. É sempre um movimento interno que detona um grande escândalo de corrupção. O escândalo proporcionou uma troca do sistema de poder. Antes do escândalo, havia a presença maior do PT e de partidos como PTB e PR, e uma presença menor do PMDB em relação à que se criou depois. Houve então o rearranjo. Agora o PMDB cresceu muito e é de se notar o fato deste partido estar no centro do escândalo da Operação Navalha. Veja que a primeira vítima foi um ministro do PMDB (Silas Rondeau, Minas e Energia). A Operação Navalha, que nasce dentro do governo, pode provocar um novo rearranjo, com a diminuição do poder do PMDB.

Valor: *O Brasil é um país mais corrupto que a média latino-americana?*

Balán: O Brasil, assim como a Argentina, é um país onde a percepção de corrupção é muito alta, como procuram medir organizações não-governamentais como a Transparência Brasil. Mas o que procuro analisar é a corrupção que se converte em escândalo. O fato de o Brasil ser um país com muitos escândalos de modo algum significa que seja um país mais corrupto que outros. Quer dizer apenas que aqui o sistema de poder se organiza de tal maneira que favorece o uso da denúncia como instrumento político. Isto não é uma particularidade brasileira. Convencionou-se pensar que o Chile é um país com percepção de corrupção menor que a de Brasil e Argentina, mas os escândalos que aconteceram na administração de Michelle Bachelet e do antecessor Ricardo Lagos tiveram grande impacto na sociedade. Face às personalidades envolvidas e os valores movimentados, seriam ignorados, por insignificantes, na Argentina e no Brasil, onde as denúncias constantemente atingem o coração do poder. Existe uma diferença de escala nas denúncias, mas o uso político dos escândalos é idêntico.

...
Valor: *Quais são estas circunstâncias?*

Balán: É importante lembrar que nem todos os escândalos dizem respeito à corrupção. Na esfera política, os escândalos em geral têm duas naturezas: a de corrupção e a de conotação sexual. Por vezes, estes dois aspectos se fundem em um caso só. Para um escândalo de corrupção acontecer, em primeiro lugar, é preciso que a denúncia traga elementos de verdade, que lhe garanta credibilidade. Depois há fatores exógenos e endógenos ao sistema de poder que criam um ambiente propício para os escândalos de corrupção se multiplicarem: Entre os primeiros, é preciso instituições como imprensa livre, relativamente

independente do governo e autônoma em relação ao poder econômico e uma oposição forte e coesa. São as estruturas de propagação do escândalo junto à opinião pública. Entre os fatores endógenos, está a fragmentação do grupo governista , sobretudo quando há divergências ideológicas graves entre os diversos setores. Uma circunstância conjuntural que aumenta a propagação de escândalos são políticas de redução do tamanho do Estado.

Valor: *Porque governos que reduzem a máquina estatal estão mais sujeitos a escândalos?*

Balán: O processo de privatização aumenta a intersecção entre as esferas pública e privada e a corrupção é exatamente o uso do cargo público para conseguir benefícios privados. Abre-se uma janela de oportunidades para fazer negócios. Houve países em que as privatizações foram feitas com mais transparência para as instituições de controle e houve outros com menos transparência, o que particularmente foi o caso da Argentina no governo Menem. E há outro fator: com as privatizações, diminui-se a quantidade de cargos disponíveis para o rateio às diversas forças políticas. Esta redução de cargos faz aumentar o nível de competição das forças partidárias pelos postos restantes na estrutura estatal. Os recursos para obras também diminuem. Isto contribui para tornar vulneráveis as coalizões governistas.

As privatizações aumentaram a competição por menos cargos e tornaram mais vulneráveis as coalizões de poder"

...

Valor: *Você se pergunta em seu trabalho se a onda de escândalos de corrupção que se registra na América Latina há quinze anos é sinal de vulnerabilidade dos arranjos da democracia ou se os mecanismos de controle democráticos estão em pleno funcionamento. Qual a sua resposta afinal ?*

Balán: Há escândalos que mostraram vulnerabilidade da democracia, como o caso do mensalão no Brasil ou o da compra de votos no Senado argentino no governo De la Rúa. Há outros que mostram a sanidade dos mecanismos de controle, como a Operação Navalha, se é que podemos considerar a Polícia Federal uma instituição independente. O que todos os casos mostram é o uso político destas situações.

...

Valor: *Pode-se produzir uma situação em que Lula seja forçado a fazer algo que no fundo desejaria, que é reduzir a força do PMDB?*

Balán: Obviamente não é possível afirmar que este é o caso com as informações existentes até agora. Mas esta é uma dinâmica absolutamente comum na política: vários governantes na América Latina foram forçados a fazer exatamente o que queriam que acontecesse.

Data	Veículo	Título
23 Jul 2007	O Globo	**Governistas ainda cobram mais 65 cargos**

Em meio à votação da CPMF, partidos aliados negociam postos e já entregaram a lista dos pedidos ao Planalto

Ilimar Franco

BRASÍLIA. Com a possível aprovação da prorrogação da CPMF na Câmara, em segundo turno, no início de outubro, os partidos governistas esperam que o governo acelere nomeações para cargos federais nos estados e em estatais. Os aliados querem que, após a votação no Senado, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva conclua, finalmente, as indicações de segundo e terceiro escalões. Os pedidos já foram mapeados por líderes e dirigentes partidários e entregues ao Palácio do Planalto. A expectativa é de que sejam feitas, ainda este ano, nomeações para 65 cargos, sendo que algumas delas são alvo de disputa ferrenha entre os aliados.

- Este não é um governo novo. Os cargos já estão ocupados, e a substituição envolve vencer resistências e exige uma negociação prévia - justifica o ministro das Relações Institucionais, Walfrido dos Mares Guia, sobre as queixas dos aliados com a demora no cumprimento das promessas.

As pretensões dos partidos são, normalmente, correspondentes ao tamanho de suas bancadas no Congresso. O PMDB, por exemplo, é o que apresenta a maior lista: em torno de 20 cargos. O PT não pede tanto, mas é apontado pelos aliados de Lula como o maior criador de casos, o que atrapalha negociações. E estão entre esses dois partidos as maiores disputas.

Os cargos mais disputados, atualmente, são as diretorias da Petrobras e a presidência da Eletrosul. Na Petrobras, os petistas querem manter Nestor Cerveró na diretoria Internacional e emplacar Alan Kardec na diretoria de Abastecimento. Já o PMDB quer colocar João Augusto Fernandes na Internacional, enquanto o PP quer manter Paulo Roberto Costa na de Abastecimento.

Eletrosul: disputa entre PT e PMDB

Na presidência da Eletrosul, ocupada por Ronaldo Custódio, a briga é, de novo, entre o PT, que quer o cargo para o ex-deputado Jorge Boeira, e o PMDB, que indicou o ex-governador de Santa Catarina Paulo Afonso Vieira. Além dos embates entre os dois principais partidos do governo de coalizão, outras definições são cobradas pelos políticos.

- Nós reunimos a bancada de Minas e indicamos 41 nomes de consenso para os cargos regionais. Apesar disso, quase nada saiu - reclama o deputado Virgílio Guimarães (PT-MG), cuja lista de indicações está há dois meses no Ministério das Relações Institucionais.

Os mineiros distribuíram os cargos de forma a atender cada um dos deputados e senadores, inclusive os suplentes, da base aliada. O vice-presidente José Alencar e o ministro Mares Guia, cujo partido, o PTB, não tem deputados em Minas, também levaram o seu. Apesar da lentidão, a maioria dos aliados decidiu esperar. Mas a bancada do PMDB de Minas está indócil e, na quarta-feira, na votação do primeiro turno da CPMF, ameaçou não votar com o governo.

- O partido está comprometido com a CPMF. Vou cumprir o compromisso de aprová-la. Tenho certeza que nossos pleitos serão atendidos. O mais importante deles é o dos nove deputados mineiros - resume o líder do PMDB, Henrique Alves (RN).

A principal pendência do PMDB, no entanto, envolve a bancada no Senado. O partido aguarda o retorno do ex-ministro Silas Rondeau para a pasta de Minas e Energia. Sua volta depende de seu indiciamento ou não na denúncia que o procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, vai fazer com base no inquérito da PF sobre a Operação Navalha.

Somente depois disso o partido poderá tratar das nomeações para a presidência da Eletrobras e da Eletronorte. Os pemedebistas também reclamam um cargo para o ex-deputado José Priante, parente do deputado Jader Barbalho (PMDB-PA).

- Ele foi para o sacrifício. Disputou o governo e, no segundo turno, apoiou a eleição da governadora Ana Julia. O presidente disse que daria alguma coisa para ele - conta Henrique Alves.

O PR quer um cargo para o ex-governador do Ceará Lúcio Alcântara, ex-tucano recém-filiado ao partido. O governo acenou que ele poderia ocupar um cargo na diretoria da Caixa Econômica Federal e agora a informação é de que será aproveitado no setor elétrico.

O PR, que já foi PL, também quer manter o diretor de Engenharia de Furnas, Mário Márcio Rogar. E não passa pela cabeça do partido a possibilidade de seus pleitos não serem atendidos depois que o governo aprovar a prorrogação da CPMF.

- Se resolvermos nossas pendências, estamos no céu, embora tenham nos deixando tempo demais no purgatório. Mas não estamos condicionando à votação da CPMF. Confiamos na palavra do presidente, até porque um governo com três anos e meio de mandato pela frente vai sempre precisar de deputados - diz Luciano Castro.

O PCdoB e o PSB são os únicos que não têm do que reclamar. Para atender os comunistas, o presidente Lula furou a fila e propôs o nome do partido para a diretoria da Anvisa, adiando a pretensão do PP para dezembro.
Já os socialistas ganharam mais do que esperavam, como reconhece o líder Márcio França (SP), referindo-se às nomeações de Luciano Coutinho para a presidência do BNDES e de Sérgio Gaudenzi para a presidência da Infraero.

- Os cargos nos estados são uma fatura para a frente, não vinculamos com a CPMF, tanto que fechamos questão - diz Márcio França.

As expectativas também são baixas no PTB depois da nomeação de Armando Virgílio para a presidência da Susep. O partido fez oito indicações para cargos nas áreas da Agricultura, Saúde, Economia, Energia e Transportes e espera por uma palavra do governo. O partido vive numa situação curiosa: a executiva, liderada por Roberto Jefferson, é de oposição; a bancada do líder do governo, José Múcio (PE), é governista.

- Não abrimos mão (dos cargos), mas também não exigimos. O PTB tem quadros em todos os setores para o governo aproveitar. Não colocamos a faca no pescoço do governo. Mas esperamos ser reconhecidos - diz o líder Jovair Arantes(GO).

Data	Veículo	Título
01 Ago 2007	O Globo	**Lula decide entregar Furnas a Conde e ao PMDB**

Governo negocia apoio para prorrogar CPMF; outros aliados esperam por nomeações e por liberação de emendas

Numa tentativa de acalmar o PMDB, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva vai formalizar hoje convite para o secretário de Cultura do Rio de Janeiro, Luiz Paulo Conde, assumir a presidência de Furnas. O encontro do presidente com Conde está previsto para esta manhã e terá a presença do ministro interino de Minas e Energia, Nelson Hubner. Com a nomeação de Conde, o presidente atende a uma reivindicação do PMDB do Rio, cujo coordenador da bancada, deputado Eduardo Cunha, ocupa dois postos estratégicos no momento: a relatoria da emenda constitucional que prorroga a Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira (CPMF) e a presidência da CPI do Apagão Aéreo.

A decisão do presidente de nomear Conde para Furnas foi comunicada ontem, no fim da tarde, à cúpula do PMDB. Os outros partidos aliados continuam descontentes. Os líderes governistas estão apreensivos com o humor da base aliada no retorno do recesso parlamentar hoje. Os deputados e senadores que apóiam o governo Lula saíram para as férias, em 15 de julho, com a promessa de que, quando retornassem, em agosto, já teria sido deslanchada a liberação de R$540 milhões em emendas individuais ao Orçamento.

As cúpulas de partidos governistas também estão preocupadas, pois, apesar das garantias do ministro das Relações Institucionais, Walfrido dos Mares Guia, o ritmo de nomeações para cargos federais ainda é lento.
- Não há resultados concretos. Nem nomeações nem emendas - resumiu o líder do PR, deputado Luciano Castro (RR).

As nomeações para o segundo escalão e a liberação de emendas, de acordo com os líderes, são consideradas fundamentais para que o governo consiga aprovar a prorrogação da CPMF. Eles avaliam que, sem atender às demandas dos parlamentares, será difícil enfrentar a pressão dos governadores para que seja aprovado o relatório de Eduardo Cunha, que propõe dividir a receita da CPMF entre União, estados e municípios - o que o Planalto não aceita.

- O nível de cobrança é bastante elevado. A expectativa é de que as emendas sejam liberadas e as nomeações, atendidas - admitiu o líder do governo na Câmara, José Múcio (PTB-PE).
"Nomeações facilitarão relação com a base", diz deputado

Os governistas trabalharam até agora tendo como lastro a palavra do ministro Mares Guia, que lhes garantiu um cronograma de liberação das emendas parlamentares em quatro parcelas de R$540 milhões nos meses de julho, setembro, novembro e dezembro. Quanto às nomeações, os partidos estão um pouco mais tolerantes, pois elas obedecem a estratégias próprias de cada ministério. Mesmo assim, reconhecem que a demora provoca inquietação e tumultua o processo legislativo e a ação do governo no Congresso.

- Acho que, se o governo aumentar o ritmo da liberação das emendas e agilizar o processo de nomeações, aí facilitará a relação com a base - argumentou o líder do PSB, deputado Márcio França (SP).

Data	Veículo	Título
01 Ago 2007	O Estado de S. Paulo	**Planalto convida Conde para Furnas e dá início hoje a pacote de nomeações**

Depois de muitas idas e vindas, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva convidará hoje o ex-prefeito do Rio Luiz Paulo Conde para assumir a presidência de Furnas Centrais Elétricas, alvo da cobiça do PMDB. Lula decidiu iniciar o pacote de nomeações nas estatais do setor elétrico justamente no dia em que deputados e senadores voltam do recesso parlamentar, na tentativa de aprovar no Congresso a prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e a Desvinculação das Receitas da União (DRU).

O Planalto espera que a nomeação de Conde - uma antiga reivindicação da bancada do PMDB na Câmara - distensione o ambiente político, abrindo caminho para que deputados e senadores estiquem até 2011 a validade da CPMF e da DRU, dois dispositivos constitucionais que vencem em dezembro. A preocupação tem motivo: há intensa pressão de governadores e prefeitos, estimulados por fatias do PMDB, para a repartição de recursos da CPMF com Estados e municípios.

Lula fará um apelo para que os aliados se empenhem pela prorrogação desses dois dispositivos na reunião com os 11 partidos que compõem o Conselho Político, marcada para amanhã. A partilha dos recursos é considerada catastrófica pelo Planalto, mas foi aceita pelo deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), relator da emenda constitucional que renova a CPMF e a DRU. Cunha é o padrinho político da indicação de Conde para Furnas e, com a atitude, queria engrossar o coro dos que pressionam o Planalto. Conseguiu seu intento.

Apesar de autorizar o pacote de nomeações do setor elétrico, Lula ainda não bateu o martelo sobre a indicação do novo ministro de Minas e Energia. Ele não desistiu da idéia de reconduzir Silas Rondeau ao cargo. Além de Conde, serão nomeados nos próximos dias os apadrinhados para as diretorias da Eletrobras, Eletronorte, Eletrosul, Petrobrás e BR Distribuidora. O único petista que deve entrar nessa leva é José Eduardo Dutra, ex-presidente da Petrobrás, indicado para comandar a BR Distribuidora. Para completar o pacote de agrados o governo também começou a liberar os recursos das emendas parlamentares individuais ao Orçamento da União. Serão seis parcelas de R$ 500 milhões, totalizando R$ 3 bilhões.

Data	Veículo	Título
02 Ago 2007	Folha de S. Paulo	**Peemedebista desconhece setor elétrico**

Secretário da Cultura de Sérgio Cabral, Luiz Paulo Conde já trabalhou com Cesar Maia e Rosinha Matheus

DA SUCURSAL DO RIO

Às vésperas de completar 73 anos no dia 6, o secretário estadual da Cultura do Rio, Luiz Paulo Conde (PMDB), assume a presidência de Furnas, área com a qual nunca teve ligação.

Conde substituirá José Pedro Rodrigues, engenheiro elétrico que preside Furnas desde 2003. Ontem, após deixar o Planalto, Conde disse que Lula procurava um "gestor" e confirmou ter aceitado o convite.

Derrotado na eleição para a Prefeitura do Rio em 2004, Conde foi vice-governador e secretário de Meio Ambiente no governo de Rosinha Matheus.

A política partidária, a que aderiu nos anos 90 pelas mãos do hoje desafeto Cesar Maia, parece ter fascinado o arquiteto a ponto de tê-lo deixado mais pobre, segundo suas declarações de renda: de R$ 686 mil em 1996, quando concorreu pela primeira vez a cargo eletivo, disse ao TRE ter R$ 349 mil em 2004. Como os R$ 686 mil corrigidos seriam R$ 1,5 milhão em 2004, viu seus recursos serem reduzidos a um quarto do que tinha ao entrar na política.

Começou como secretário de Urbanismo, e comandou o bem-sucedido projeto Favela-Bairro. O êxito o projetou e foi escolhido por Cesar Maia para sucedê-lo. Antes desconhecido, mas com apoio de Maia, elegeu-se em 1996 com um perfil "técnico", batendo Sérgio Cabral.

Governou de 1997 a 2000 dando prioridade a questões urbanísticas, orgulhando-se do modelo "síndico". Deu continuidade aos programas Favela-Bairro e Rio-Cidade e concluiu as obras da Linha Amarela. Rompeu com Maia em 1999 -depois que este perdeu a eleição para governador para Anthony Garotinho, em 1998.

Em 2000, liderou a campanha e venceu no primeiro turno, mas foi ultrapassado na reta final por Cesar Maia após gafes em debates: "Eu minto menos".

Sem cargo eletivo, Conde uniu-se ao grupo de Garotinho: foi seu secretário de Articulação e vice-governador de Rosinha em 2002. Tentou a prefeitura em 2004 pelo PMDB, mas ficou em terceiro lugar -atrás de Cesar Maia (PFL) e Marcelo Crivella (PL). Afastou-se do casal Garotinho, com quem mantinha relações cordiais, mas desconfiadas (Rosinha nem lhe confiou o governo por nove meses em 2006, quando poderia ter se candidatado a outro posto). Conde se reaproximou de Sérgio Cabral, que o chamou para a Secretaria da Cultura.

Ontem, o convite a Conde repercutiu mal no setor. Em Furnas, o clima era de "apreensão" pelo fato de ele não ser ligado à área. "Fico preocupado que a nomeação tenha obedecido um critério político. Até onde eu sei, [Conde] não tem experiência em cargo executivo de grande empresa nem no setor energético", disse Cláudio Sales, presidente do Instituto Acende, que representa investidores privados em energia do país.
Colaborou a Sucursal de Brasília

Data	Veículo	Título
10 Ago 2007	Folha de S. Paulo	**CPMF é a moeda de troca**

Com a proximidade da votação do imposto sobre cheque, partidos da base aliada aumentam a pressão contra o Planalto para ocupar cargos do segundo escalão. Até a bancada petista reclama por mais postos

Daniel Pereira e Luiz Carlos Azedo
Da equipe do Correio

Diante da promessa do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de fazer a maioria das indicações para cargos de segundo e terceiro escalões até o fim da próxima semana, partidos da base aliada e até o PT começaram uma nova ofensiva sobre o Palácio do Planalto em busca de posições no governo. Concorrentes no páreo que decidirá o rateio dos postos, líderes de pelo menos três das 11 legendas que formam a coalizão governista procuraram o ministro de Relações Institucionais, Walfrido dos Mares Guia, para fazer lobby a favor de seus apadrinhados. A pressão é facilitada pelo fato de que o governo não tem uma agenda comum dos partidos aliados, mas apenas uma necessidade vital: a prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), que governadores e prefeitos querem que seja repartida com estados e municípios.

O governo depende de três quintos dos votos de deputados (513) e senadores (81) para aprovar a proposta de prorrogação da CPMF. Na Câmara dos Deputados, o líder José Múcio Monteiro (PTB-PE) tem dificuldades para enquadrar a base governista. Ontem, ficou claro na reunião do ministro da Fazenda, Guido Mantega, com o líder do PMDB, Henrique Eduardo Alves (RN), e o deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), relator do projeto de renovação da CPMF. Ambos deixaram claro que a pressão de prefeitos e governadores sobre a bancada do PMDB é grande e que será difícil manter o controle. "A bancada é muito capilarizada", argumenta Alves. A tradução é a seguinte: o governo precisa acelerar as nomeações e a liberação de emendas parlamentares.

No lado petista, a insatisfação também é grande. "O governo precisa agilizar as definições em relação ao segundo escalão", queixa-se o deputado Cândido Vacarezza (PT-SP). Uma parte da bancada está insatisfeita com o fato de que o ministro da Justiça, Tarso Genro, e o presidente da legenda, Ricardo Berzoini (PT-SP), estão fazendo a maioria das indicações para os cargos ocupados pela legenda no governo, sem levar em conta as reivindicações da bancada federal.
Aliança

No Senado, a situação se repete. Na quarta-feira à noite, a líder do PT no Senado, Ideli Salvatti (SC), tentou emplacar o ex-deputado petista Jorge Boeira na presidência da Eletrosul. Em reunião com Walfrido, Ideli disse que o PMDB, que defende a indicação do ex-governador Paulo Afonso para o mesmo posto, já tem 20 cargos federais no estado. Ideli também afirmou que o PMDB catarinense está negociando com o DEM aliança nas eleições municipais do ano que vem. Estaria, assim, contrariando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que na reunião do Conselho Político na semana passada pediu aos governistas que tentassem manter a parceria nas próximas eleições. "Na quinta-feira da semana passada, o governador Luiz Henrique almoçou com o (ex-senador) Jorge Bornhausen. A aliança entre PMDB e DEM em Santa Catarina está mais sólida do que nunca", declarou Ideli.

PT e PMDB são protagonistas no duelo pelos cargos de direção em estatais do setor elétrico. Disputam, entre outros, o direito de indicar o presidente da Eletrobras. Na terça-feira, foi a vez de o líder do PP na Câmara, Mário Negromonte (BA), procurar Walfrido. O partido defende a indicação do ex-deputado Leodegar Tiscoski (SC) para a Secretaria de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades. Além disso, quer uma diretoria da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e a confirmação em público de que o diretor de Abastecimento da Petrobras, Paulo Roberto Costa, foi indicado pelo PP. Em conversas reservadas, parlamentares do partido não escondem que, se a fatura não for paga, o troco pode ser dado na votação da proposta da CPMF.
"Até agora não saiu nada", reclamou Negromonte. A mesma queixa é feita pelo líder do PTB na Câmara, Jovair Arantes (GO). "O partido ainda não foi contemplado". O PTB pressiona para emplacar aliados, por exemplo, em delegacias regionais do trabalho

O governo precisa agilizar as definições em relação ao segundo escalão
Deputado Cândido Vacarezza (PT-SP)

Data	Veículo	Título
14 Ago 2007	Valor Econômico	**Governo acerta mais seis nomeações**

De Brasília

Na primeira reunião com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva depois do ciclo de viagens pelos países da América Central e do Norte, ontem, o ministro da coordenação política, Walfrido dos Mares Guia, levou uma planilha com os cargos já acertados e os respectivos indicados pelos partidos que estariam prontos para a nomeação presidencial. Segundo Walfrido, estão prontos para nomear os indicados para os Correios, DNIT, Incra, Conab, diretorias regionais do Ministério da Agricultura e Funasa. "As negociações e nomeações estão em pleno andamento", assegurou o ministro.

Walfrido afirmou que nos últimos 50 dias pelo menos 200 nomes foram indicados ou mantidos pelo governo, no trabalho de recompor o Executivo nos diversos escalões da administração federal.
Antes de sua viagem, o presidente Lula assegurou aos líderes partidários, durante reunião do Conselho Político, que tão logo retornasse, concluiria o processo de distribuição dos cargos entre os aliados. Os partidos políticos já demonstravam impaciência com a demora nas nomeações. "Indicação não significa nomeação automática. Temos a maior boa vontade para atender os partidos, mas a decisão final sempre vai caber ao presidente da República", completou Walfrido.

Um dos impasses confirmados pelo ministro acontece, por exemplo, em Santa Catarina, onde o PT apóia o nome de Jorge Boeira para a presidência da Eletrosul e o PMDB deseja emplacar Paulo Afonso para o mesmo cargo. "Não tem jeito, a palavra final caberá ao presidente da República. Mas teremos que ampliar o nosso leque de composições. Temos que decidir, por exemplo, quem vai presidir o Besc, que será comprado pelo Banco do Brasil", completou.

Walfrido confirmou que a indicação do ex-ministro dos Esportes, Agnelo Queiroz (PCdoB-DF) para uma das diretorias da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) já está pronta na Casa Civil. A Anvisa será presidida pelo ex-ministro da Saúde, Agenor Álvares Ribeiro, que antecedeu o atual ministro José Gomes Temporão. Ele reconhece que a possível nomeação de Agnelo fecha as portas para uma indicação feita pelo governador de Goiás, Alcides Filho.

O ministro negou a informação que chegou a ser veiculada no fim de semana de que havia uma orientação no governo de postergar a reunião do Conselho de Administração de Furnas, marcada previamente para a quarta-feira. Nesta data, os diretores da estatal, que possui um orçamento de R$ 1,2 bilhão para investimentos, votarão a aprovação ou não do ex-prefeito e ex-secretário de Cultura do Rio Luiz Paulo Conde para dirigir a empresa do setor elétrico.

Conde foi confirmado depois de uma longa batalha dentro do governo. Setores do Executivo, principalmente ligados à área energética, apresentavam profundas restrições ao nome de Conde, alegando que ele, como de resto seus antecessores, não tinha conhecimentos técnicos para o cargo. Apadrinhado do deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), Conde acabou sendo nomeado por causa da pressão do deputado fluminense, relator da PEC da CPMF e da DRU na CCJ da Câmara. O próprio Lula reuniu-se com a cúpula do PMDB, a área política e a equipe econômica para acelerar a nomeação de Conde e permitir que a PEC da CPMF fosse votada rapidamente na Câmara.

Walfrido declarou que, se por algum motivo, a reunião do Conselho de Administração for adiada, será por questões de logística interna da estatal. Sem nenhuma relação com a votação da CPMF na Câmara. (PTL)

Data	Veículo	Título
14 Ago 2007	Gazeta Mercantil	**PMDB quer mais cargos em troca de apoio à CPMF**

Brasília, 14 de Agosto de 2007 – *Vagas nas estatais Eletrobras e Eletrosul já estão sendo negociadas com o Planalto.*

Maior partido do Congresso, o PMDB continua a se valer da força política e joga duro com o governo em troca do apoio para prorrogar a CPMF. Como o combinado na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara (CCJ), a Proposta de Emenda Constitucional 50/2007, que autoriza a prorrogação da contribuição e da Desvinculação de Receitas da União (DRU) até 2011 será aprovada hoje. O relatório do deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) é favorável, no entanto, a um ponto que contraria o Planalto. Prevê a partilha da contribuição com Estados e municípios.

O governo aposta que a história vai mudar durante as 10 sessões da comissão a ser instalada a partir de hoje na Casa, para analisar a proposta e outras PECs. O Planalto conta com o apoio do PMDB para derrubar a partilha. E os peemedebistas, obviamente, não se contentaram em emplacar o ex-prefeito do Rio Luiz Paulo Conde na direção de Furnas. Querem as direções de estatais do segundo escalão. "Isso não é o toma lá, dá cá. O PDMB faz parte da coalizão, é o jogo", admite um parlamentar da base governista.

Na conta do governo, há vagas ainda a Eletrobras, Eletrosul, entre outras. O ministro da Coordenação Política, Walfrido Mares Guia, tem a lista do PMDB com as indicações que abririam espaço para o partido referendar o desejo do Planalto de barrar a partilha. Assim, o Tesouro embolsa ano que vem algo em torno de R$ 38 bilhões com a CPMF. Para tanto, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva também manda o recado em várias frentes. O governo federal já liberou, só este mês, R$ 67 milhões em emendas individuais para deputados, a fim de facilitar a prorrogação tal como quer: com os atuais 0,38% de alíquota, e sem repartição. A estratégia tem dado certo, mas ainda não foi suficiente. Até o PP, não tão forte como o PMDB, exige seu espaço. Deve ganhar um cargo em alguma secretaria.

O líder do governo na Câmara, José Múcio Monteiro (PTB-PE), já admitiu que a batalha começa a partir de hoje, com a criação da comissão especial. "Agora o time entra em campo para valer. Temos que escolher é o técnico", comentou Múcio. Esse técnico será o novo relator da proposta. O PMDB, para garantir uma folga ao governo a fim de negociar os cargos, promete deixar a relatoria para o PT. O mais cotado é o deputado José Pimentel (CE), que vai encarar o desafio de engavetar a partilha. O PMDB, se atendido, vai fechar acordo com o governo, "mas desde que a PEC saia limpa do Senado, assim como sairá da Câmara", garante um deputado do partido. Ou seja, as bancadas não vão aceitar que a partilha caia na Câmara e ressuscite no Senado, onde a luta vai ser mais árdua - lá, o Planalto não tem a maioria.

A idéia do PMDB é deixar em banho-maria a análise da CPMF. A do governo é levar logo ao plenário. Para isso, a PEC seria apensada a outra, que tramita em regime de urgência na Casa. Assim, Lula evitaria um embate maior com o partido aliado. Já os governistas da Casa - nesse caso, o PMDB e todos os outros 10 partidos da coalizão - inclusive deputados do PT, aliados aos tucanos, preparam um contra-ataque ao Planalto. Cientes de que podem ficar reféns de Lula a partir do ano que vem, porque o governo não precisará mais da Câmara para votar medidas importantes, querem jogar duro. Está em gestação entre os tucanos uma PEC que agradaria a todos e que pode ser apresentada na comissão especial: a prorrogação da CPMF só até 2009, sem partilha. Todos lucrariam.

(Gazeta Mercantil/Caderno A - Pág. 11)(Leandro Mazzini)

Data	Veículo	Título
07 Set 2007	O Globo	**PT, PMDB e PP pressionam Planalto por cargos de estatais**

Partidos brigam por diretorias de Petrobras e Furnas

Isabel Braga

BRASÍLIA. Em plena crise política no Senado e enfrentando dificuldades para aprovar a prorrogação da CPMF na Câmara, o governo está tendo que administrar a disputa entre aliados por cobiçados cargos federais e nas estatais. A disposição para a briga ficou evidente nos encontros que o ministro de Relações Institucionais, Walfrido dos Mares Guia, teve com deputados da base governista, anteontem, na Câmara. Petistas reforçaram a reivindicação por diretorias da Petrobras e de Furnas. O PMDB insiste em entrar na estatal do petróleo, e o PP não aceita perder a diretoria que ocupa lá.

A deputada Maria do Carmo (PT-MG) deixou o encontro enfatizando que a bancada do PT insistirá na indicação de Alan Kardek para a diretoria de Abastecimento da Petrobras. Kardek é ex-gerente executivo de abastecimento da estatal, e a indicação tem o apoio de Mares Guia. O PT de Minas quer a nomeação de um técnico do estado para uma diretoria de Furnas.

Segundo o deputado Odair Cunha (PT-MG), o estado perdeu espaço na estatal com a saída de José Pedro de Oliveira e a entrada de Luiz Conde (PMDB) na presidência de Furnas.
- Minas precisa recuperar espaço em Furnas. A principal hidrelétrica da estatal fica em Minas e não há um mineiro nas diretorias - reclamou.

O atual diretor de Abastecimento da Petrobras, Paulo Roberto Costa, foi indicado pelo PP, e o partido tenta mantê-lo no cargo. O deputado Ciro Nogueira (PP-PI) diz:

- O PP acha um erro a troca, haja visto o crescimento da diretoria. Não fomos consultados oficialmente sobre a troca.

A disputa pelas diretorias da Petrobras foi deflagrada a partir do momento em que foi dada como certa a ida do ex-presidente da estatal, o ex-senador petista José Eduardo Dutra, para a presidência da BR Distribuidora, no lugar de Maria das Graças Foster. Todos os partidos agora querem seu naco na estatal.
Indicação da ministra Dilma Rousseff (Casa Civil), Foster iria para a diretoria de Abastecimento, e Costa (do PP), para a diretoria de Exploração e Produção - o atual diretor, Guilherme Estrella (indicação petista) já manifestou desejo de sair. Mas Dilma quer Foster na diretoria de Gás e Energia, hoje ocupada por Ildo Sauer, indicado pelo PT, mas que é hoje adversário da ministra na Petrobras.

O líder do PMDB, Henrique Eduardo Alves (RN), ressalva que o segundo governo de Lula é de coalizão e tem que dividir mais. O PMDB quer emplacar o nome de José Augusto Fernandes para diretoria Internacional da Petrobras. A reivindicação é do PMDB mineiro. Hoje a diretoria é ocupada por Nestor Cerveró, técnico ligado ao senador Delcídio Amaral (PT-MS).

- A coalizão deve equalizar os espaços. O PT tem que entender que isso precisa acontecer para ajudar o governo Lula - avisou Henrique Alves.

O líder do PT, deputado Luiz Sérgio (RJ), reage:

- Os aliados fazem isso para conquistar mais espaço.

Data	Veículo	Título
16 Set 2007	O Estado de S. Paulo	**Dez anos de Petrobrás e Eletrobras**

Opinião
Suely Caldas

Nos últimos dez anos as duas maiores estatais brasileiras - Petrobrás e Eletrobras - seguiram trajetórias inversas, que revelam histórias diferentes de sucesso e fracasso. Enquanto a petrolífera multiplicou em 20 vezes seu valor de mercado (cotado ao preço da ação na Bovespa), saltando de R$ 13,6 bilhões para R$ 280 bilhões, a holding do setor elétrico não chegou a duplicar de valor, avançando timidamente de R$ 20 bilhões para apenas R$ 30 bilhões.

Quando a comparação muda para o desempenho financeiro, o resultado é ainda mais chocante: em 1996 a Eletrobras lucrou R$ 2,4 bilhões, 3,5 vezes acima dos R$ 668 milhões da Petrobrás. Dez anos depois, em 2006, o lucro da petroleira somou quase R$ 26 bilhões e o da elétrica encolheu para R$ 1,16 bilhão.

O que aconteceu em dez anos que justifique desempenhos tão disparatados? Afinal, as duas eram e ainda são monopolistas, tinham e ainda têm o Estado como acionista controlador, seus consumidores crescem quase no mesmo ritmo, com vantagem para a Eletrobras. Por que razão a história da Petrobrás é de sucesso e a da Eletrobras, de fracasso? Diferentes fatores econômicos influenciaram, mas os de natureza política foram determinantes para o critério de avaliação do mercado de capitais, cada vez mais exigente de transparência e gestão profissional eficiente e de qualidade.

Ao longo da história a Petrobrás, criada em 1954, e a Eletrobras, em 1962, têm sofrido do mesmo mal que contamina todo o espaço público no Brasil: a nociva interferência política, prejudicando o desempenho econômico. Nos 20 anos de governo militar, a petroleira foi dominada por generais e almirantes, que levaram para a empresa o estilo duro e limitador da gestão de quartel. A Eletrobras e suas subsidiárias tinham em seu comando o grupo do falecido senador baiano Antonio Carlos Magalhães, que continuou até meados do governo FHC.

Por causa do regime militar fechado, ações irregulares desse período pouco ficaram conhecidas. Casos de uso político ficaram mais visíveis a partir do governo José Sarney. Alguns deles:
Em 1988 o diretor e compadre de Sarney, o general Albérico Barroso Alves, e seu grupo fraudaram notas fiscais da BR Distribuidora.

Em 1990 o ex-presidente Fernando Collor nomeou amigos que superfaturavam vendas ao exterior, em prejuízo aos cofres da Petrobrás. Para a Eletrobras Collor nomeou José Maria Siqueira de Barros, que comandou operações irregulares na empresa. Afastado em 1992, Barros foi dirigir o Metrô de São Paulo, no governo Maluf, onde também foi acusado de fraudes.

No primeiro mandato de FHC a Petrobrás fez contratos suspeitos com o setor petroquímico da Odebrecht e de compra de plataformas com a Marítima, de German Efromovich. Mas no segundo mandato de FHC, com Henri Philippe Reichstul na presidência, a Petrobrás começou a escrever sua história de sucesso. Movido pelo duplo e contraditório desafio de facilitar a abertura do monopólio e, ao mesmo tempo, fortificar a estatal, Reichstul definiu um plano estratégico inovador e um método de gestão transparente, desencavou esqueletos históricos e levou a Petrobrás a vender ações na Bolsa de Nova York, multiplicando em 500 mil seus investidores - brasileiros e estrangeiros. Quando saiu da empresa, Reichstul havia mais que triplicado seu valor de mercado.

No governo Lula o novo presidente, José Sérgio Gabrielli, manteve a estratégia e a estrutura de gestão que herdou. O crescente preço do petróleo tem garantido bons lucros, mas não conseguiu livrar a Petrobrás de interferências políticas nos negócios com a Bolívia e a Venezuela. A contratação de diretores e sindicalistas por indicações políticas na era Lula atrapalha, mas não chega a comprometer o resultado final.

Já a Eletrobras continua escrevendo sua história de fracasso no mercado de capitais. “Que me perdoe o companheiro Pinguelli, mas ele não tem um só voto no Senado. ” A explicação dada por Lula ao demitir Luis Pinguelli Rosa da presidência define bem como ela tem sido usada para atender aos interesses políticos partidários do governo, com cargos de direção loteados e denúncias de irregularidades nas subsidiárias Furnas, Chesf e Eletronorte. Não há transparência na gestão e, interina há quase um ano, a diretoria não tem poder de decisão e paralisa a empresa. Por isso há anos a Eletrobras tenta e não consegue vender ações em Nova York nem ampliar o número de investidores no Brasil.

Data	Veículo	Título
27 Set 2007	Folha Online	**PMDB quer Ministério de Minas e Energia para selar a paz com o governo**

GABRIELA GUERREIRO
RENATA GIRALDI

da Folha Online, em Brasília

A rebelião na bancada do PMDB no Senado, que impôs uma derrota ao governo federal nesta quarta-feira, teve como estopim a demora na definição do novo ministro de Minas e Energia pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A **Folha Online** apurou que parte dos senadores quer pressionar Lula a convidar Silas Rondeau para retornar à pasta --o ex-ministro pediu demissão depois de seu nome ser envolvido com a Gautama, que lideraria um esquema de fraude em licitações desarticulado pela Polícia Federal.

O nome de Rondeau foi indicado por Lula pela ala do PMDB no Senado, que se vê insatisfeita com o fato da bancada do partido não estar "bem representada" no primeiro escalão. Um dos senadores peemedebistas chegou a afirmar que os ministros Nelson Jobim (Defesa) e José Gomes Temporão (Saúde), apesar de filiados ao PMDB, foram indicados sem o aval do partido.

Além da demora na indicação do novo ministro, a bancada de senadores quis dar uma demonstração do poder de Renan Calheiros (PMDB-AL) na presidência do Senado. Os peemedebistas querem mostrar que o partido, mesmo com o enfraquecimento de Renan no comando da Casa, tem condições de impor derrotas ao governo se decidir partir para a oposição.

Interlocutores de Renan consideraram positivo para o senador a derrota do governo em plenário. O grupo pró-Renan avalia que o episódio confirma a necessidade de o governo apoiar o peemedebista com crédito de líder.

Segundo aliados de Renan, o PMDB do Senado está sem comando, uma vez que o presidente da Casa prioriza as denúncias de que é alvo no Conselho de Ética ao invés de dialogar com o Palácio do Planalto -- enquanto o senador José Sarney (PMDB-AP) não tem um bom trânsito com grande parte da bancada.

Reconquista

O presidente Lula reconheceu a aliados que precisa reconquistar a bancada do PMDB no Senado diante do enfraquecimento da interlocução de Renan. Lula escolheu como seus emissários o líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), e o líder do PMDB na Casa, Valdir Raupp (RO).

Lula avalia que os dois senadores têm capacidade para reunir as diversas 'alas' do partido no Senado.

Um senador peemedebista disse à **Folha Online** que existem, atualmente, três grupos do PMDB no Senado. O primeiro deles, chefiado por Jucá e pelo senador José Sarney (PMDB-AP), reúne parlamentares alinhados com o Palácio do Planalto.

Outro grupo, de oposição, tem como um de seus principais representantes o ex-governador de Pernambuco Jarbas Vasconcellos (PMDB). O terceiro grupo foi criado em meio à recente rebelião da legenda, com parlamentares que vão avaliar caso a caso se votarão com o governo ou com a oposição.

Raupp teria a função de dialogar de forma mais aberta com os dois últimos grupos, já que acompanhou a rebelião da bancada no plenário do Senado.

Data	Veículo	Título
01 Out 2007	Canal Energia	**Governo estuda processos para implantar governança corporativa em estatais**

Eletrobras, Petrobras e Banco do Brasil podem dar base a propostas para melhoria de eficiência econômico-financeira e de prestação de serviços

Fábio Couto, da Agência CanalEnergia, Negócios

Ainda incipente, o governo começou um movimento para aumentar a governança corporativa nas estatais do país. E a idéia é fazer de empresas como a Eletrobras um modelo para as demais empresas controladas.

Segundo o diretor do Departamento de Governança das Empresas Estatais do Ministério do Planejamento, Eduardo Carlos Scaletsky, um grupo de trabalho está mapeando processos internos para verificar ações que serão adotadas no sentido de aumentar a eficiência econômico-financeira e de prestação de serviços na atuação dessas instituições, com a adoção de metas.

O grupo em questão é a Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias (CGPAR), criado a partir do decreto 6.021/2007, assinado em janeiro e que é tido como um "pontapé inicial" na busca da obtenção de melhores resultados das 115 estatais controladas orçamentariamente. O decreto determina a formação do CGPAR, inicialmente por um representante dos ministérios da Fazenda e do Planejamento, além de um membro indicado pela Casa Civil.

Eletrobras, Petrobras e Banco do Brasil já têm adiantados projetos internos de governança. No caso da Eletrobras, de modo específico, Scaletsky destacou que a empresa iniciou processo de mudança com a implementação do atual marco regulatório, que trouxe concorrência ao setor. No entanto, a proposta é de enquadrar o governo nas regras de governança a serem adotadas.

...

Ele destacou que a proposta implicará em mudança de cultura nas estatais, em especial nos conselhos de administração, que terão diretrizes na condução das empresas, determinadas pelo governo, como principal acionista. Um dos pontos já verificados é a definição de orçamentos irreais, cujos montantes não serão cumpridos pelas empresas.

Ainda de acordo com ele, a adoção de regras de governança corporativa em empresas públicas está sendo debatida em outros países e que ainda é novidade mesmo na iniciativa privada. "Alguns países da OCDE estão criando agências que reúnem funções de governança. Nós optamos por criar um comitê coordenador, não um órgão novo", destacou, acrescentando que o CGPAR não tem como meta atuar nas indicações políticas.

Data	Veículo	Título
22 Nov 2007	O Estado de S. Paulo	**PMDB aproveita votação para exigir cargo na Petrobrás**

Partido só apoiou projeto de entrada da Venezuela no Mercosul depois de garantida a nomeação de Zelada

João Domingos e Denise Madueño

O PMDB aproveitou a votação da adesão da Venezuela ao Mercosul na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara para emparedar o governo. O partido ameaçou não participar da votação se não conseguisse nomear Jorge Luiz Zelada para a Diretoria Internacional da Petrobrás.

Os peemedebistas só votaram a favor do projeto depois de ouvir do líder do governo, José Múcio Monteiro (PTB-PE), a garantia de que Zelada será nomeado. "O governo tem palavra e vai cumprir todos os acordos feitos. As coisas vão acontecer, mas não condicionadas a uma votação. A entrada da Venezuela no Mercosul é importante para o Brasil", afirmou o líder.

A nomeação de Zelada foi exigência do PMDB de Minas. Mas os paulistas também pressionaram pelo atendimento da reivindicação do ex-governador Orestes Quércia, que quer nomear Miguel Colasuonno para a presidência da Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo (Ceagesp), empresa do Ministério da Agricultura.

Para aprovar a CPMF, o partido tem cobrado do governo cargos importantes. Quer, por exemplo, o controle de todo o sistema elétrico. A começar do Ministério de Minas e Energia, para o qual aguarda a volta de Silas Rondeau, afastado depois que a Polícia Federal o apontou como suspeito de receber propinas da empreiteira Gautama. O PMDB exige ainda as presidências da Eletrobras, da Eletrosul e da Eletronorte. Em 2008 as estatais do setor elétrico vão investir cerca de R$ 50 bilhões.

No primeiro governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva as diretorias da Petrobrás ficaram com PT e PP. Ao entrar na coalizão, o PMDB quis espaço na estatal e indicou para a Diretoria Internacional João Augusto Henriques.

Depois de quase um ano o Planalto vetou Henriques e o ministro das Relações Institucionais, Walfrido Mares Guia, pediu ao partido para fazer outra indicação. Na votação da CPMF na Câmara, em setembro, Zelada, atual gerente-geral de Exploração e Produção e Transportes Marítimos da Petrobrás, foi sugerido. Mas o Planalto tem segurado a nomeação. Isso deixou o PMDB nervoso, principalmente nas últimas semanas, quando foi anunciada a descoberta do supercampo de petróleo na Bacia de Santos.

O temor do PMDB é que o presidente tome do partido não só a Diretoria Internacional da Petrobrás, como também o Ministério de Minas e Energia. Na semana passada o grupo do senador José Sarney (PMDB-AP) conseguiu arrancar de Lula a garantia de que o PT não ficará com a pasta.

Outra irritação do PMDB é com a medida provisória que autoriza o governo a repassar verbas de convênios para municípios em período eleitoral. PSDB e DEM decidiram obstruir as votações no Senado até que o presidente vete a parte que permite repasses no período eleitoral. O PMDB estava neutro, mas nos últimos dias descobriu que, se a MP for mantida, o PT pode tomar boa parte de suas prefeituras e resolveu engrossar o protesto.

Data	Veículo	Título
27 Nov 2007	O Globo	**Sarney trabalha para fazer do aliado Edison Lobão novo ministro de Lula**

PMDB quer de volta pasta de Minas e Energia e cobra solução rápida

Gerson Camarotti

BRASÍLIA. Após seis meses de indefinição sobre o novo titular do Ministério de Minas e Energia, reduto do seu grupo há anos, o senador José Sarney (PMDB-MA) mudou de estratégia e indicou ao Planalto um novo nome: o do senador Edison Lobão (PMDB-MA). Mas, apesar da pressão do PMDB para que a nomeação seja logo resolvida, o martelo só deve ser batido no início de 2008. A coordenação política do Planalto decidiu que só fará a mudança na pasta e nos cargos de estatais do setor elétrico após a votação da prorrogação de CPMF, para não contaminar as negociações.

O PMDB desistiu da volta do ex-ministro da pasta Silas Rondeau, que deixou o cargo em maio, após seu nome ter sido citado na Operação Navalha, da Polícia Federal. Rondeau pode ser denunciado por corrupção pelo Ministério Público Federal.

PMDB quer cargos em estatais de volta

Os senadores peemedebistas estão incomodados com o fato de o PT estar no comando da pasta, com o interino Nelson Hubner, e no controle das principais estatais do setor, como Eletrobras, Eletronorte e Eletrosul, cargos que o PMDB quer de volta.

O PMDB quer retomar imediatamente o controle do setor e apresentou esse pleito como uma das exigências para apoiar a CPMF. Diante disso, Sarney passou a trabalhar o nome de Lobão como um plano B. Segundo interlocutores do ex-presidente, o lançamento do nome de Lobão à presidência do Senado, para a sucessão de Renan Calheiros (PMDB-AL), foi um teste. Era preciso saber se Lobão seria bombardeado pela imprensa.

- O PMDB quer ter de volta Minas e Energia. Não é justo o PT estar no comando da pasta. O Lobão é um nome forte, mas é preciso que a solução seja casada com a sucessão no Senado - disse ontem o senador Gilvan Borges (PMDB-AP), aliado de Sarney.

O Planalto, porém, quer evitar qualquer substituição de imediato e só fará isso em último caso. Segundo um assessor do governo, a nomeação de Lobão agora causaria uma demanda inesperada pelos cargos do setor elétrico.

Data	Veículo	Título
01 Jan 2008 (Edição 16)	Revista Piauí	**O consultor**

http://revistapiaui.estadao.com.br/edicao-16/politica/o-consultor

A nova vida de José Dirceu, repleta de viagens, negócios, conversas, internet, nostalgia da política e xingamentos em restaurantes e aeroportos

por *Daniela Pinheiro*

...

Quando chegaram os pãezinhos, passou a discorrer sobre o que acredita ser o motivo da cassação de seu mandato de deputado federal. "Tudo tem uma explicação", disse, usando uma frase que, ao longo dos dias, repetiria em ocasiões distintas. "Um amigo me disse e eu percebi: se eu não tivesse sido cassado pela Câmara, voltaria aclamado, aplaudido, ovacionado. Seria facilmente eleito presidente do PT", falou. "Estando fora do governo, o Lula teria que me oferecer alguma coisa, uma embaixada, a presidência de uma estatal... Se eu ainda tivesse a petulância de me candidatar à presidência da República, era capaz até de ser eleito." E concluiu: "Como a minha absolvição, além de ser ruim para a oposição e a imprensa, traria dificuldades para o governo, não havia outro resultado possível".

...

Suas relações com Lula são camaradas, e não íntimas. Eles se conhecem há quase trinta anos, se aproximaram mais na década de 80, mas a amizade jamais extravasou os limites partidários e políticos. Dirceu teve um papel decisivo na transformação do PT numa máquina para eleger Lula presidente. Foi ele quem disciplinou as diversas correntes do partido e anestesiou as alas à esquerda, forjando a política de coligações e a estratégia da campanha nos moldes tradicionais - com financiamento junto ao grande empresariado e a contratação de marqueteiros custosos. Também cultivou políticos de todos os partidos, além de industriais e banqueiros. Ainda assim, ele e Lula tiveram uma divergência política significativa. José Dirceu defendia que a aliança se desse a partir do PMDB, enquanto Lula privilegiou a coligação com os pequenos partidos de aluguel. Nomeado ministro, ele fez um acordo com o então presidente do PMDB, Michel Temer, para que o partido participasse efetivamente do governo, com ministérios importantes. Lula desautorizou publicamente José Dirceu, que se calou.

O toma-lá-dá-cá com a miríade de legendas esteve na raiz do mensalão, que provocou a queda do chefe da Casa Civil. É uma ironia da história: Dirceu perdeu o poder por articular uma política que não era sua, era do presidente. E, com o seu homem forte fora do governo, Lula deu meia-volta e aproximou-se mais e mais do PMDB.

...

No final de janeiro, está marcado seu primeiro depoimento oficial sobre o mensalão. Ele será ouvido na Segunda Vara da Justiça Federal, em São Paulo.

Data	Veículo	Título
08 Jan 2008	O Estado de S. Paulo	**PMDB espera garantir comando da área elétrica**

João Domingos

Além de garantir o senador Edison Lobão (MA) no Ministério de Minas e Energia, o PMDB quer aproveitar esta semana para exigir do presidente Lula outros cargos importantes. Também vai insistir na nomeação do secretário-executivo de Minas e Energia, para garantir o controle da pasta.

Na presidência da Eletrobras o PMDB quer colocar Astrogildo Quental, indicado pelo senador José Sarney (AP). A da Eletronorte deve ficar com o indicado pelo deputado Jader Barbalho (PA), o atual diretor do Detran do Pará, Lívio Rodrigues de Assis. O partido queria ainda a presidência da Eletrosul, mas esbarrou na resistência da líder do PT no Senado, Ideli Salvatti (SC), que prefere o ex-deputado Jorge Boeira.

Os peemedebistas de Minas cobram a nomeação de Jorge Luiz Zelada para a Diretoria Internacional da Petrobrás. E os senadores do partido querem Antonio de Pádua na diretoria de Furnas.

A nomeação de Quental para a Eletrobras enfrenta resistências da ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff. O presidente interino, Valter Cardeal, é de sua confiança e Dilma trabalha para mantê-lo. Mas o padrinho de Quental é Sarney, que tem muita influência no governo. No total, o setor elétrico deve investir R$ 50 bilhões neste ano.

Data	Veículo	Título
10 Jan 2008	Folha Online	**Lula faz acerto com PMDB e deve dar 15 cargos em troca de apoio**

da **Folha Online**

Como o PMDB é o principal parceiro do PT na coalizão, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva negociará com a legenda cerca de 15 cargos que ainda não foram entregues ao partido aliado. Além da pasta de Minas e Energia, o PMDB reivindica a diretoria Internacional da Petrobrás para Jorge Luiz Zelada, informa nesta quinta-feira reportagem da **Folha** (íntegra disponível para assinantes do UOL e do jornal).

Lula marcou para hoje, às 19h, reunião com a cúpula do PMDB para negociar cargos públicos em troca de apoio ao pacote tributário e ao corte de gastos para compensar a perda da CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira).

Na ocasião, o PMDB oficializará a indicação do senador Edison Lobão (MA) para ministro de Minas e Energia. Segundo a **Folha**, o presidente deverá confirmar a indicação de Lobão, apesar de setores do Planalto bombardearem a escolha por dois motivos: a ameaça de crise no setor elétrico exigiria alguém com perfil mais técnico; e acusações à lisura do senador e seu suplente, Edison Lobão Filho.

A reportagem informa ainda que os peemedebistas querem também nomear o ex-governador de Santa Catarina Paulo Afonso Vieira para a Eletrosul, mas o PT resiste.

Data	Veículo	Título
10 Jan 2008	Folha de S. Paulo	**Pedra no caminho**

Painel
RENATA LO PRETE - painel@uol.com.br

O PMDB dá como certo o aval do Palácio do Planalto à indicação do senador Edison Lobão (MA) para o Ministério das Minas e Energia, mas um dos motivos da reunião marcada entre os líderes do partido e o presidente Lula, hoje, é um mal-estar dos peemedebistas com a resistência da ministra Dilma Rousseff (Casa Civil) ao apadrinhado de José Sarney (AP).

Na véspera do encontro, Dilma fez chegar aos ouvidos dos peemedebistas que Lobão não tem capacidade técnica para se firmar no posto que ela já ocupou. Mais: a ministra avalia que o senador pode se enrolar ao responder a denúncias que já começam a aparecer. "É essa a pauta secreta que o presidente vai ter de encarar", prevê um líder do partido.

Doador. Em 2002, uma empresa de informática do DF, a Linknet, financiou metade da campanha de Edison Lobão (MA) ao Senado, com um único cheque de R$ 300 mil. A empresa, no ano seguinte, foi alvo de investigação pelo Ministério Público por doações à campanha do ex-governador Joaquim Roriz (PMDB-DF).
Prestador. Às vésperas da provável indicação de Lobão para chefiar o Ministério das Minas e Energia, a mesma empresa exibe hoje uma vasta carteira de clientes no setor público, incluindo estatais da área, como Furnas e Petrobras, e a Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica).

Data	Veículo	Título
12 Jan 2008	Correio Braziliense	**PMDB tem a força**

Lula devolve ao PMDB a pasta de energia, a mais rica do PAC e a de maior risco para a economia

Por Antônio Machado

Vaga há meses desde a demissão de Silas Rondeau pela suspeita de embolsar propina, conforme acusação da Polícia Federal que lançou à sarjeta a reputação desse ex-ministro da cota do PMDB do senador José Sarney, e até onde se sabe ainda não comprovou nenhum ilícito por ele cometido, a direção do Ministério das Minas e Energia está pronta para sair da interinidade e voltar para os políticos.

Outra vez coube a Sarney a indicação, já aceita pelo presidente Lula. Agora, em vez de um técnico com experiência em questões de energia, como Rondeau, foram-se os cuidados. A pasta será ocupada por um político nato, o também senador Edison Lobão, que trocou o DEM pelo PMDB no ano passado já visando esta dança de cadeiras. É a promissória devida por Lula ao PMDB do Senado para tentar evitar novos fracassos, como a derrota da prorrogação da CPMF.

O maior mérito de Lobão para um dos mais técnicos dos ministérios setoriais, parte nevrálgica da solução contra o risco potencial de o país se ver às voltas com um novo racionamento de energia caso a economia continue crescendo ao ritmo de 5% ao ano e faltem chuvas regulares para encher os reservatórios das hidrelétricas, é a sua fidelidade canina à família de Sarney na política do Maranhão. De energia este ex-jornalista e bacharel de Direito deve entender de trocar lâmpada queimada e de combustíveis em postos de serviços.

Ele ficou bravo ao ser cobrado sobre seu preparo para o posto, e se comparou a José Serra no Ministério da Saúde sem ser médico e ao médico Antonio Palocci na Fazenda, ambos bem-sucedidos em suas administrações. Não está errado: governos no mundo, sobretudo os parlamentaristas, têm as pastas ministeriais ocupadas quase sempre por políticos. A diferença se destaca por outras características.

Em boa parte deles o financiamento de campanhas eleitorais é dado por verbas públicas. Onde isso não há, como nos EUA, o controle da administração é feito para valer pelo Congresso por meio não só de assessorias técnicas permanentes como de comissões de senadores e deputados com poder real e que nunca entram em recesso. Aqui não é bem assim. E estranha o assanhamento dos partidos justamente pelos ministérios de maior orçamento e contratantes de serviços e obras.

Lobão, político tarimbado, deve saber o risco que corre. Se puder conter o apetite do PMDB, manterá nos cargos-chaves do Ministério os principais técnicos, todos fiéis à ministra Dilma Rousseff, que passou por lá, trazia Rondeau no colo e nunca saiu.

Quintal e latifúndio

De seu posto na Casa Civil, Dilma controla com mão de ferro todas as decisões sobre energia no país e monitora com a aplicação de um mestre-escola especialmente os atos da Petrobras e da Eletrobras e suas subsidiárias. Nada lhe escapa. Mas a rearrumação anunciada na diretoria da Petrobras sugere que o latifúndio peemedebista neste quintal petista será mais extenso, engolfando atividades críticas, como a exploração de petróleo e contratos internacionais — e isso depois de já deter boa parte das direções das empresas do sistema Eletrobras, como Furnas, dada ao grupo político de Eduardo Cunha, deputado do PMDB do Rio. Em Furnas, após a tentativa frustrada de tomar a direção de seu fundo de pensão, tal grupo encontrou apoio, sabe-se lá onde, para pôr para correr os dirigentes desafetos.

Não se vê a ministra Dilma alijada das decisões sobre energia e de sua influência na área, ainda mais com Lula ameaçado de repetir o fiasco de Fernando Henrique em 2001. Mas não se imagina como ela trará sob rédeas curtas a Petrobras, com Lula atendendo a vontade do PMDB e pondo em cargos-chaves da estatal funcionários que vão chegar à diretoria pelo favor do apadrinhamento político. A maior empresa do país, além de ter ações nas maiores bolsas do mundo, já está a merecer coisa melhor: uma gestão profissional não submissa nem ao seu forte corporativismo nem à influência de partidos.

Governo se apequena

Não é que o PMDB fará algo muito diferente do que faz o PT. Ambos e antes PSDB, DEM e quem mais foi governo, e há partidos que o são sempre, querem estatais e ministérios por razões eleitoreiras. Mas se nem poupa a Petrobras da cobiça política Lula pode dar adeus a seu sonho de reformar a Eletrobras, com governança profissional e capacidade de financiar via mercado todo o investimento necessário para aumentar a geração de energia. É o governo que se apequenou.

A captura do Estado pelos partidos é assunto recorrente tanto na crônica política, e não raro policial também, como em estudos da academia. Nos últimos tempos, governos passaram a justificar estes rateios de poder como "concessões à governabilidade", já que, por mais bem avaliados eles sejam pelos eleitores, nenhum se elege com uma maioria programática. A base de apoio no Congresso é formada depois das eleições, por meio das adesões fisiológicas que dão no vale-tudo que modela a cena política em todos os seus níveis.

O que cabe investigar é porque algumas áreas são preservadas do assédio político em detrimento de outras. O Banco Central, BNDES e a Receita Federal, por exemplo, estão blindadas, embora nem sempre contra interesses corporativos. O Banco do Brasil está tomado por indicações políticas, embora seu quadro permanente consiga dar às operações um nexo técnico que parece escapar à CEF, outra prenda cobiçada pelos partidos e que a ciclos de mais ou menos 10 anos tem de ser socorrida por repasses do Tesouro. A corrupção na vida política é conseqüência do loteamento político, não a sua causa.

Data	Veículo	Título
12 Jan 2008	O Globo	**Dilma blinda setor elétrico**

PMDB leva Minas e Energia, mas Lula dá poder à ministra para nomeações estratégicas

Gerson Camarotti

Com a definição do nome do senador Edison Lobão (PMDB-MA) para ocupar o Ministério de Minas e Energia, a chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, está autorizada a blindar cargos considerados estratégicos no setor elétrico, que estão sob sua influência. Dilma obteve do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a garantia de que ela manteria nomes de sua confiança em postos-chave da pasta e também de empresas estatais. Até quarta-feira, quando Lula convidará oficialmente Edison Lobão para o governo, o Planalto apresentará ao PMDB uma lista de cargos intocáveis.

Essa carta-branca do presidente à ministra não apenas ameniza a derrota de Dilma na queda-de-braço com o PMDB, como também tem o objetivo de dar mais segurança ao governo para enfrentar um eventual racionamento de energia.

Havia uma enorme resistência de Dilma à indicação de Lobão. Ela nunca escondeu a preferência pela escolha de um nome técnico. Essa é a segunda vez que Dilma perde uma disputa com o PMDB. Em junho, ela teve que abrir mão do comando de Furnas, por pressão da bancada do PMDB do Rio de Janeiro, que emplacou o nome do ex-prefeito Luiz Paulo Conde, um arquiteto.

Quando o senador José Sarney (PMDB-AP) - padrinho de Lobão - indicou o ex-ministro Silas Rondeau para o mesmo cargo, Dilma não criou caso. Era uma indicação política, mas ele tinha experiência na área de energia.

Decisão acirra disputa PT-PMDB

Mas a decisão do Planalto de blindar o setor elétrico deve provocar uma intensa disputa nos bastidores entre PT e PMDB. Até porque os petistas controlam os principais cargos da área energética. Na Casa Civil, a grande preocupação é que não haja descontinuidade de gestão. Isso poderia paralisar o setor num momento considerado crítico.

Para barrar a voracidade do PMDB em lotear todos os cargos, o Planalto vai argumentar que o problema não é com a qualidade técnica dos indicados do PMDB. Mas sim, com o risco de uma mudança acentuada dos principais postos de uma única vez. Isso porque até o novo grupo conseguir dominar a máquina administrativa, será tarde demais, dizia ontem uma fonte do governo.

...

Na lista de intocáveis da chefe da Casa Civil no setor energético estão ainda o secretário de Energia Elétrica, Ronaldo Schuck, o secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético, Márcio Zimmermann, que tem a simpatia do PMDB, o diretor de engenharia da Eletronorte, Adhemar Palocci, a diretora de Gás e Energia da Petrobrás, Maria das Graças Foster, e o presidente da Empresa de Pesquisa Energética, Maurício Tolmasquim.

Postos estratégicos excluídos do rateio

Dilma também quer manter o atual presidente da Eletrobras, Valter Cardeal, numa diretoria da estatal. A ministra concorda que o PMDB indique os presidentes das estatais, mas diretorias estratégias não vão entrar no rateio político. Esta é a fórmula que o Palácio do Planalto encontrou para dar ao PMDB a pasta de Minas e Energia sem perder o controle. O PMDB já avisou que quer, e deve conseguir, nomear os dirigentes da Eletrobras e Eletronorte, mas sem comando total.

As reivindicações mais polêmicas não estão restritas ao PMDB, que além de Edison Lobão tenta emplacar mais 15 nomes. ... O deputado Jader Barbalho (PMDB-PA) tenta emplacar no comando da Eletronorte o afilhado Lívio Rodrigues de Assis, que é diretor do Detran, no Pará.

Os dirigentes do PMDB sabem que não podem, nem devem, enfrentar Dilma Rousseff. Pelo menos agora não. Há no partido quem acredite que, Lobão empossado e afastado o risco de um apagão, o partido terá condições de brigar por outros cargos, além dos já liberados. Ontem, o presidente do partido, Michel Temer, e o líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), voltaram a usar o tom conciliador, na tentativa de abafar o confronto público entre petistas e peemedebistas - já bastante acirrado nos bastidores.

Data	Veículo	Título
12 Jan 2008	Folha de S. Paulo	**PMDB quer controlar Minas e Energia e enfraquecer Dilma**

Após emplacar Edison Lobão como titular da pasta, sigla mira postos estratégicos
Em negociação direta com Lula, ministra da Casa Civil quer fazer a escolha do secretário-executivo; PMDB almeja estatais

FÁBIO ZANINI
VALDO CRUZ
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Com o Ministério de Minas e Energia de volta a seu domínio e a promessa de nomear os presidentes da Eletrobras e da Eletronorte, o PMDB já mira novos cargos do setor. A ampliação de seu espaço em um ministério com forte presença petista atende ainda a um objetivo inconfesso da sigla: diminuir a influência da ministra Dilma Rousseff (Casa Civil) na pasta.

A ministra, contudo, tem negociado diretamente com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva a manutenção de sua influência no ministério que já comandou. Ela quer participar da escolha do secretário-executivo, o segundo nome da pasta. O ministério, prestes a ser entregue ao senador Edison Lobão (PMDB-MA), tem forte presença do PT. Reportagem da Folha de ontem mostrou que são pelo menos 30 petistas em cargos-chave, incluindo secretarias especiais, diretorias de estatais e a coordenação do principal programa social do setor, o Luz para Todos.

Com o apetite dos peemedebistas, o líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), se apressou em dizer que não haverá preenchimento automático de todos os cargos por peemedebistas. "Não existe mais este critério de ministério de porteira fechada. O ministro Lobão preencherá os cargos de acordo com as necessidades." Na próxima quarta-feira, Lobão será chamado por Lula para uma conversa. Confirmado no cargo, Lobão, até o final do mês, deve nomear o peemedebista Astrogildo Quental para a presidência da Eletrobras no lugar do petista Valter Cardeal, fiel seguidor de Dilma. Cardeal deve permanecer na estatal, a pedido da ministra.

A presidência da Eletronorte ficará com o grupo do deputado Jader Barbalho (PA). O favorito é o diretor do Detran-PA, Lívio Assis. As indicações nem foram formalizadas e o PMDB já está de olho em mais três cargos. O ex-governador de Santa Catarina Paulo Afonso Vieira deve ser indicado pelo partido para uma diretoria da Eletrosul, numa vaga hoje também ocupada pelo PT. É uma espécie de prêmio de consolação para Vieira, que queria a presidência da estatal, mas teve de enfrentar a resistência dos aliados de Dilma.

O PMDB do Senado faz lobby pela diretoria de Construção de Furnas. O nome indicado é o de Antônio de Pádua, funcionário da estatal que trabalhou no projeto de construção das usinas do rio Madeira, que ficam no Estado do líder da bancada, Valdir Raupp (RO).

Há também o desejo de tirar do PT a secretaria executiva do ministério, segundo cargo em importância da pasta. É lá que está alojado o ministro interino, o petista Nelson Hubner. Ele sinalizou que pretende sair. Uma saída seria indicar para a secretaria executiva do ministério um nome de consenso. Um dos cotados é o atual secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético, Márcio Zimmermann.

Ele chegou a ser indicado pelo PMDB para assumir o ministério quando Silas Rondeau deixou o cargo, depois de seu nome ser envolvido na Operação Navalha. Sua indicação, que contava com o apoio de Dilma, acabou não vingando porque Lula preferiu manter Hubner interinamente sob o argumento de que poderia devolver a pasta a Silas Rondeau, o que não aconteceu.

A escolha de Lobão pelo PMDB, ex-presidente do Senado, ex-governador e homem de confiança do ex-presidente José Sarney (PMDB-AP), não foi por acaso. Segundo a Folha apurou, os peemedebistas querem reduzir o poder quase total de Dilma hoje no ministério.

Na avaliação do partido, a ministra da Casa Civil sempre terá influência na pasta, até porque muitos dos principais projetos do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) são da área energética. Mas a falta de cerimônia com que ela ditava as diretrizes da pasta a Hubner e seu antecessor, como Rondeau, de perfil técnico, é considerada inaceitável por caciques peemedebistas.

Colaborou ADRIANO CEOLIN, da Sucursal de Brasília

Data	Veículo	Título
12 Jan 2008	Folha de S. Paulo	**FHC loteou o ministério até apagão de 2001**

Memória

FHC loteou o ministério até apagão de 2001

DA REDAÇÃO

Durante os dois governos do tucano Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), o Ministério de Minas e Energia também serviu para o loteamento político, sendo ocupado por indicados do então PFL (atual DEM).

Em julho de 2001, o próprio FHC culpou a má gestão pelo apagão energético. Na presença José Jorge, titular da pasta na época, disse que "seria muito melhor" se tivesse havido um "gerenciamento mais adequado".

José Jorge e seus dois antecessores - Rodolpho Tourinho e Raimundo Brito - foram indicados pelo PFL. Tourinho foi demitido da pasta no começo de 2001, após desentendimentos de FHC com Antonio Carlos Magalhães, responsável por sua indicação. Brito também fora indicado por ACM.

José Jorge assumiu e retirou aliados de ACM. O grupo chamado de "PFL do B", de Jorge Bornhausen, ganhou espaço. Só após o anúncio da crise energética é que FHC criou um "ministério do apagão" chefiado por um técnico - Pedro Parente.

Data	Veículo	Título
12 Jan 2008	Folha de S. Paulo	**Senador diz que "está lendo" sobre energia**

ADRIANO CEOLIN
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

No momento em que o país começa discutir a possibilidade de racionamento de energia e até de apagão, o senador Edison Lobão (PMDB-MA), que será convidado a assumir o Ministério de Minas e Energia, disse que entre os preparativos está "lendo" o que chega até ele.

"Estou lendo alguma coisa que chega às minhas mãos. A imprensa, por exemplo, está escrevendo muita coisa técnica. Todos os dias saem até informações boas", disse à Folha. "Estou me informando sobre energia elétrica, sobre hidrelétrica, sobre gás, sobre petróleo." O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse ao PMDB que irá convidá-lo para assumir a pasta na próxima quarta.

Lobão contou que ainda não sabe como se dará a distribuição de cargos na pasta. "Se o presidente me convida, eu tenho de saber dele qual é a orientação. Até isso acontecer eu não posso falar nada", disse. "O que posso dizer é que eu não conheço a estrutura do ministério ainda", completou.

Advogado e jornalista, Lobão disse que um ministro não precisa pertencer à área do ministério que irá comandar. Ele citou como exemplos os ex-ministros Antonio Palocci, que é médico e esteve à frente da Fazenda, e José Serra, economista que chefiou a Saúde.

Nos últimos dias, o senador também passou a rechaçar a hipótese de ser taxado como "ministro do apagão". "Nem sequer pus o pé na soleira do ministério já estão me debitando coisas que possam vir acontecer no futuro", disse. "Nenhum ministro que vir a ser nomeado neste momento pode ser responsabilizado."

Ontem, a Folha publicou reportagem sobre um discurso de Lobão, feito em julho do ano passado, em que ele alerta sobre risco de apagão. Questionado sobre seu discurso, o senador recuou: "Olhando o quadro agora acho que autoridades, a seu modo, tiveram preocupação e adotaram as providências seguras. Não acredito em qualquer possibilidade de apagão".

Lobão também afirmou que existem pessoas interessadas em fazer "cizânia" ao comentar o possível veto da ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Roussef, à indicação dele como ministro. Sobre cargos, reconheceu que o PMDB quer ampliar sua participação na pasta.

"O PMDB deseja ter uma participação no ministério que não tem. Agora, a profundidade disso só com o presidente da República. Quer uma sugestão? Conversa sobre isso com os líderes. Eles é que podem falar. Eles são donos dos cargos."

Data	Veículo	Título
12 Jan 2008	O Estado de S. Paulo	**Crise energética dá poder a Dilma e PMDB perde indicação de estatais**

Lobão será confirmado por Lula após retorno de Cuba, mas governo já avisou que não haverá 'porteira fechada'

Cida Fontes

O PMDB conseguiu o compromisso de que o senador Edison Lobão (PMDB-MA) será nomeado para o Ministério de Minas e Energia, mas não terá autonomia para indicar afilhados políticos na direção das principais e cobiçadas estatais do setor de energia. A entrega da pasta no sistema "porteira fechada", com todos os cargos distribuídos à legenda, foi vetado pela ministra Dilma Rousseff, da Casa Civil, que defendeu a ocupação dos postos estratégicos por técnicos ligados ao PT e a ela, principalmente.

O esvaziamento da pasta - motivado pela ameaça de um novo apagão, tema central das conversas em Brasília nesta semana - foi confirmado ontem por líderes peemedebistas, um dia depois de o partido levar o nome de Lobão ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O governo deixou claro que a verticalização, regra pela qual o partido do ministro assume todos os postos de comando da pasta, não é comum nesta gestão, embora a filiação partidária seja um dos critérios para as indicações.

"Temos um governo de coalizão e a verticalização do ministério não é a política do governo", reforçou o líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR). "Não existe nenhum ministério de porteira fechada." Jucá fez questão de frisar que, depois da posse, o novo ministro estará envolvido no preenchimento dos cargos vagos, mas a prioridade é não haver interrupções no setor. "Os cargos que estiverem ocupados não serão mudados, pois não estamos em um novo governo."

Cauteloso, o ministro pediu calma nas nomeações para cargos vinculados ao setor energético, mesmo porque se trata de uma área sensível e estratégica. Na mesma linha, o líder do PMDB na Câmara, Henrique Eduardo Alves (RN), disse que o futuro ministro fará uma avaliação criteriosa das indicações, juntamente com Lula, responsável pelas nomeações.

"Com certeza, Lobão terá todo o cuidado nessa questão", disse o deputado, frisando acreditar que, além das reivindicações partidárias, o senador vai respeitar o perfil técnico.

O peemedebista lembrou que estatais como Eletrobras, Eletronorte e Furnas sempre estiveram sob o comando de pessoas ligadas ao PMDB, enquanto a Petrobrás se tornou um reduto do PT no governo Lula.

Ele acredita que, mesmo que não venha a montar o seu próprio ministério, Lobão terá influência garantida. "Não vai haver brigas. Estamos passando por um momento difícil no setor e tudo passará pelo crivo do novo ministro", afirmou.

Jucá confirmou que, na próxima quarta-feira, depois de retornar de Cuba, o presidente Lula vai receber Lobão para formalizar o convite para o ministério. Na noite de quinta-feira, ele aceitou a indicação do nome do senador, que tem como principal padrinho político o senador José Sarney (PMDB-AP).

Com a confirmação de Lobão para Minas e Energia, o Planalto dá a largada na estratégia de organizar a base aliada no Senado, onde o governo sofreu em dezembro a sua maior derrota, com a extinção da CPMF. Como tem bom trânsito na Casa, Lobão poderá ajudar o governo a resolver pendências e manter um diálogo maior com os parlamentares.

Data	Veículo	Título
12 Jan 2008	O Estado de S. Paulo	**Em ano eleitoral, Planalto quer evitar a palavra apagão**

Ordem é contra-atacar quem usar tema politicamente e garantir que não haverá racionamento no País

Leonencio Nossa e Leonardo Goy

Diante do risco de a questão da energia antecipar o debate das eleições municipais de outubro, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva orientou a equipe de governo a afinar o discurso, contra-atacar quem usar o tema politicamente e tranqüilizar a população de que não haverá corte de luz. A ordem é, num primeiro momento, apresentar um quadro técnico da situação dos reservatórios das hidrelétricas e explicar como funciona o sistema elétrico. Paralelamente, em um reconhecimento intramuros de que a crise pode evoluir, o governo desencadeou o chamado "plano B", acionando usinas térmicas.

A polêmica sobre um possível apagão surgiu com a declaração do diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Jerson Kelman, de que o racionamento de energia "não é impossível". Depois de ouvir a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, e o ministro interino de Minas e Energia, Nelson Hubner, Lula avaliou que a declaração de Kelman deveria ser esclarecida.

Ministros já começaram a orientar líderes de partidos aliados a contra-atacarem os opositores que resolverem usar o debate sobre energia na imprensa e nas tribunas do Congresso. De acordo com um parlamentar, o ministro das Relações Institucionais, José Múcio, disse aos líderes que houve um "erro de comunicação".

O Palácio do Planalto, porém, já contabiliza os prejuízos com a polêmica de um possível apagão elétrico. Campanhas educativas de racionamento, por exemplo, terão de ser adiadas, em favor de um discurso que caracterize uma gestão eleitoral do tema. O governo não quer alimentar o que chama de "especulações", e Lula já avisou que não pretende "nem ouvir falar em corte de luz".

CENÁRIOS

Os números mostram que o cenário atual guarda semelhanças e diferenças em relação ao do início de 2001, ano em que foi decretado o início do racionamento de energia. Mesmo que as chuvas voltem, confirmando a tese do governo de que não haverá racionamento, o fato é que os reservatórios que abastecem as hidrelétricas estão baixos, alguns até em patamares inferiores aos de 2001, quando o País foi submetido a cortes de energia de 20%.

De acordo com informações fornecidas pela Aneel, atualmente a malha de linhas de transmissão do País totaliza 83.947 quilômetros. No início de 2001, essa rede era de aproximadamente 66 mil quilômetros. Apesar dessa melhora no sistema de transmissão, é importante lembrar que para que haja intercâmbio de energia entre as regiões é necessário que alguns reservatórios estejam em condições de gerar excedente.

Em entrevista ontem, Múcio observou que o sistema brasileiro de energia elétrica é interligado, o que garante o abastecimento de áreas que sofrerem qualquer problema com a falta de chuvas. "Você pode gerar energia no sul e distribuir no norte, por exemplo", disse o ministro. "Isso minimiza as preocupações", garantiu.

Data	Veículo	Título
12 Jan 2008	O Estado de S. Paulo	**PT usou tema para atacar FHC**

Carlos Marchi

Numa palestra para militares, no Rio, em 13 de setembro de 2002, a poucos dias do primeiro turno da primeira eleição presidencial que venceria, o candidato Luiz Inácio Lula da Silva ironizou o ponto fraco do então presidente, Fernando Henrique Cardoso, e disse de que forma ele poderia ter evitado o apagão elétrico: "Se tivesse a boca menor que os ouvidos e, se ouvisse mais do que falasse, as chances de errar seriam mínimas".

O apagão elétrico, que aconteceu com mais força em 2001, mas já ensaiava incômodos blecautes desde 1999, foi o mais eficaz mote da campanha petista em 2002 por duas razões. A primeira, porque era um problema de ampla visibilidade, já que tinha afetado a vida de milhões de cidadãos; a segunda, é que era a cereja no bolo do PT, que criticava as privatizações e via o apagão como uma decorrência das fraturas do sistema implantado pelo governo tucano.

Bem antes da disputa presidencial, no dia 23 de maio de 2001, nota oficial do PT cravava o apagão como a peça de resistência das críticas ao governo FHC. A nota dizia que FHC era "chefe de um governo que conduziu o País a uma fase de trevas."

Data	Veículo	Título
12 Jan 2008	O Estado de S. Paulo	**Para oposição, problema no setor abala cacife de Dilma**

Rosa Costa

Com o bloqueio de cargos estratégicos do setor elétrico ao PMDB, a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, deve manter o controle técnico da área num momento em que há risco de apagão. A oposição, porém, acredita que pode carimbar Dilma com a marca da "crise energética". Apontada como uma das pré-candidatas da coalizão governista à sucessão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Dilma apresenta como credenciais o fato de ser gerente competente. A crise energética, diz a oposição, compromete seu potencial eleitoral.

Para o líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), a ocupação do Ministério de Minas e Energia pelo peemedebista Edison Lobão, contra a vontade de Dilma, faz menos estrago a sua eventual candidatura à Presidência do que a ameaça de um novo apagão. "As advertências são graves", ressalta.

Na avaliação do deputado Chico Alencar (PSOL-RJ), a vitória do critério político no preenchimento do cargo, somada ao risco do apagão, "tira um pouco a energia de a ministra vir a ser a candidata do PT". O resultado da combinação da nomeação de Lobão com a crise energética, segundo o senador Álvaro Dias (PSDB-PR), mostra que a situação de Dilma foi arranhada. "É uma derrota que a ministra sofre e isso tem repercussões internas por demonstrar que ela não é tão prestigiada pelo presidente Lula quanto muitos imaginam."

A análise é endossada pelo senador Demóstenes Torres (DEM-GO). "O presidente mostrou que não priorizará na sua sucessão ninguém com características de gerenciamento."

Data	Veículo	Título
12 Jan 2008	Correio Braziliense	**Aberta a corrida por cargos**

Confirmação de Edison Lobão no Ministério de Minas e Energia será o sinal verde para a base aliada iniciar a disputa por nomeações. No Planalto, a ordem é ter paciência

Helayne Boaventura
Da equipe do Correio

Não são apenas os políticos do PMDB que estão ansiosos pela confirmação do nome do senador Edison Lobão (PMDB-MA) para o Ministério de Minas e Energia. Os integrantes de partidos aliados esperam que a posse do peemedebista seja apenas o ponto de largada para a nomeação dos demais cargos da máquina pública. Após definições na Petrobras, outro alvo dos aliados é a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf), onde tanto o PR quanto o PP desejam emplacar apadrinhados. Mas, ao contrário da pressa dos parlamentares, no Palácio do Planalto a ordem é ter paciência. A perspectiva é a de que as decisões só comecem a ocorrer no final do mês.

Interessados em emplacar o ex-governador do Ceará Lúcio Alcântara na presidência da Chesf ou de outra empresa do setor elétrico, os dirigentes do PR gostaram do encontro entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a cúpula do PMDB esta semana. Na reunião, além do nome de Lobão para o ministério, os peemedebistas indicaram o gerente-geral de Engenharia da Petrobras, Jorge Zelada, para a Diretoria Internacional da própria estatal. "Espero que a definição do nome de Lobão nos ajude a ter uma solução mais rápida para a indicação de Lúcio Alcântara em uma empresa do setor elétrico", aguarda o líder do PR na Câmara, Luciano Castro (RR).

O deputado, porém, recebeu um pedido do coordenador político do governo, José Múcio, de que aguarde até o final de janeiro. Tanto que embarcou ontem com a família em uma viagem de 10 dias para as praias do Nordeste. Além da solução no setor elétrico, o PR deseja emplacar os dirigentes do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit) em Santa Catarina e na Paraíba.

Conversas

As conversas entre o governo e o PMDB em torno do novo ministro de Minas e Energia também interessam ao PP, que está de olho na diretoria de Abastecimento da Chesf. "A partir de agora deve haver uma série de definições no setor elétrico que estavam paradas", acredita o líder do partido na Câmara, Mário Negromonte (BA). O partido já aceitou remanejar o diretor de Abastecimento da Petrobras, Paulo Roberto Costa, para a diretoria de Exploração e Produção da empresa, a pedido do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ainda não está certo, porém, quem substituirá Costa. Um dos cotados é o gerente-executivo de Abastecimento e Refino, Alan Kardec Pinto, que tinha as bênçãos do PT e do ex-ministro da coordenação política Walfrido dos Mares Guia. Kardec porém sofre hoje resistência na base aliada e também perdeu força com a saída de Walfrido do governo.

Os aliados esperam ainda que as definições não se restrinjam ao setor elétrico. A lista de cargos do PP a serem preenchidos contém, além da Chesf, a presidência da Cobra Informática, uma diretoria da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), a presidência da BB Seguros e a secretaria de Programas Urbanos do Ministério das Cidades. "Chegou o momento de resgatar isso porque há uma inquietação grande na base", alerta Negromonte. Os aliados cobram também a definição dos cargos federais nos estados. Segundo parlamentares, apenas 3% dos postos nos estados foram substituídos no segundo mandato de Lula.

Por enquanto, porém, um dos poucos a ter conversas marcadas para a próxima semana é o líder do PTB na Câmara, Jovair Arantes (GO). Ele se encontrará com José Múcio para tentar ampliar o espaço do partido no governo. "O PTB participa da base do governo e quer ser valorizado", resume o petebista. O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), avisa, porém, que qualquer definição só ocorrerá após a confirmação de Edison Lobão no cargo. O presidente Lula viaja esta semana para Cuba e Guatemala e só na quarta-feira encontra-se com o senador. "Não discutimos outros cargos. A partir do preenchimento do Ministério das Minas e Energia pelo ministro do PMDB é que teremos o desdobramento da discussão dos outros cargos que estão vagos", alerta Jucá.

Colaboraram Guilherme Queiroz e Leandro Colon

Data	Veículo	Título
12 Jan 2008	O Globo	**Aliados ameaçam rebelar-se**

Partidos da base aumentam pressão sobre o Planalto por cargos

Gerson Camarotti e Isabel Braga

BRASÍLIA. Nos últimos dias, o ministro das Relações Institucionais, José Múcio Monteiro, passou a ser advertido, quase em tom de chantagem, pelos aliados do governo Lula: ou libera a maior parte dos cargos de segundo e terceiro escalões já reivindicados pelos partidos, ou o Palácio do Planalto enfrentará uma crise de governabilidade a partir de fevereiro no Congresso Nacional. A pressão aumenta a partir da definição de mais um ministério para o PMDB, com a escolha de Edison Lobão para as Minas e Energia.

Múcio estuda dezenas de currículos enviados pelos partidos

De posse de uma lista com quase cem pedidos, José Múcio passou a correr contra o tempo para tentar mudar o clima de insatisfação nos partidos da base aliada. Ele já começou a analisar dezenas de currículos encaminhados esta semana. A ordem é tentar resolver o maior número possível de pendências até o final de janeiro. Ele também já estabeleceu um critério de prioridade.

- O governo é o mesmo, mas o Congresso é outro. Essas providências estão represadas há quase um ano e precisam ser atendidas. E serão. Mas a prioridade será atender o que é consenso. O que está em disputa demandará um pouco mais de tempo - ressaltou Múcio, referindo-se a casos de um mesmo cargo disputado por vários partidos.

O Planalto reconhece que a distribuição de cargos tornou-se mais urgente diante da insatisfação de todos os partidos governistas com o pacote de aumento de impostos e com a ameaça de cortes no Orçamento deste ano.

Os partidos menores da base aliada também querem muitos cargos. E polêmicos. Os líderes do PR ameaçam perder a paciência com a demora na indicação do ex-governador do Ceará Lúcio Alcântara para um cargo de prestígio nacional - a presidência da Chesf.

O líder do PR, deputado Luciano de Castro, afirmou que a prioridade para cargos nacionais do partido é a presidência da ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres), além do comando das principais unidades regionais do DNIT, as Units. Para Castro, o ministro José Múcio precisa ter carta branca para resolver as pendências.

- Nós sonhamos com a solução (para os cargos). O Múcio é um homem determinado, obstinado e de credibilidade no Congresso. O presidente Lula precisa dar ao Múcio autoridade maior para que ele consiga manter a base na Câmara e criar uma base aliada no Senado - alertou Luciano Castro.

"Não é faca no pescoço. As bancadas pensaram no país"

No PP, a insatisfação também é geral. O partido quer "verticalizar" o Ministério das Cidades, comandando os postos da pasta. Mas o líder do partido na Câmara, Mário Negromonte (BA), não consegue nem nomear o afilhado Nilo Meira Filho para a superintendência do BNB na Bahia.

- Não é faca no pescoço, mas está na hora de regularizar a situação. As bancadas não vincularam as indicações às votações, e pensaram primeiro no país - argumentou Mário Negromonte.

Ele cita o caso da diretoria da Conab (Companhia Nacional de Abastecimento) no Ceará, que será indicada pelo deputado Eugênio Rabelo (PP-CE) e tem o apoio de outros partidos da base. Há acordo, enfatiza o líder, e mesmo assim a indicação não sai, o que provoca queixas e ameaças por parte dos deputados.

Data	Veículo	Título
22 Jan 2008	Valor Econômico	**PT fica com Eletrosul e PMDB deve ocupar Eletrobras e Eletronorte**

Paulo de Tarso Lyra e Raquel Ulhôa

O PT de Santa Catarina venceu a disputa com o PMDB pela presidência da Eletrosul. A confirmação de que o PT ocupará o cargo partiu do líder do PMDB no Senado, Valdir Raupp (RO), logo depois da cerimônia de posse do novo ministro de Minas e Energia, Edison Lobão. Segundo Raupp, o cargo deverá ser ocupado pelo nome indicado pela líder do PT no Senado, Ideli Salvatti (SC).

A divulgação aparentemente incomodou Lobão, que não confirmou a escolha, num primeiro momento. Disse que qualquer decisão teria de passar, primeiro, por uma conversa com ele. Lobão pretende definir os novos ocupantes dos cargos vagos no setor elétrico em até um mês. "Ele não participou da decisão (sobre a Eletrosul), que será levada a ele amanhã (hoje)", explicou Raupp. Na partilha dos cargos, o PMDB ficará com as presidências da Eletrobras e da Eletronorte.

Segundo pemedebistas, a decisão de nomear um petista para a presidência da Eletrosul significa uma espécie de retribuição ao apoio dado pela líder do PT ao senador Renan Calheiros (PMDB-AL), ex-presidente do Senado, durante seu primeiro processo por quebra de decoro. O PMDB havia indicado para ocupar a presidência da Eletrosul o ex-governador Paulo Afonso Vieira, que deve ficar com uma diretoria da empresa. O nome do PT para presidir a Eletrosul, é o do ex-deputado Jorge Boeira.

Lobão, assim que foi empossado, reafirmou que seu ministério não será "porteira fechada", ou seja, os cargos não serão ocupados exclusivamente por indicados do seu partido, o PMDB. "Não terei dificuldade para lidar com representantes de outros partidos", disse.

Ele anunciou que substituirá o presidente da Eletrobras, Valter Cardeal, por um nome a ser indicado pelo PMDB. O mais cotado é Astrogildo Quental, indicado pelo senador José Sarney (PMDB-AP), principal padrinho da nomeação de Lobão para o ministério. Outro nome cotado para o cargo, também ligado a Sarney, é o de Flávio Decatt.

Assim, nome indicado pelo deputado Jader Barbalho (PMDB-PA). O PMDB de Minas Gerais deverá indicar o ocupante da diretoria Internacional da Petrobras. O cotado é Jorge Zelada.

O novo ministro disse ter "carta branca" do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para compor sua equipe. "Vamos fazer alterações, mas só o que for necessário. Não desejo apagar a memória do ministério", afirmou.

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), negou a existência de "briga" entre os partidos da base, principalmente PT e PMDB, pelos cargos no Ministério de Minas e Energia. "É legítimo que todo partido queira arranjar espaços, mas o presidente Lula saberá administrar. O PMDB vai buscar recuperar os cargos que ocupava anteriormente, mas sempre respeitando os critérios de indicar nomes técnicos", disse.

O ministro Geddel Vieira Lima (Integração Nacional) não negou o conflito entre PT e PMDB, mas disse que a palavra final é de Lula. "O árbitro para esse tipo de conflito é aquele que, quando fala, elimina qualquer tipo de rusga - o presidente da República. É natural que haja canelada. Se não houvesse, não seria governo."

O presidente do PMDB, deputado Michel Temer (SP), afirmou que Lobão "terá autonomia" para fazer as nomeações. Mas ponderou que o novo ministro levará em conta que sua pasta demanda muitos técnicos. "Ele vai compor o ministério administrativa e politicamente", disse. Temer negou que haja divergências entre a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, e o novo ministro de Minas Energia. Dilma defendia a indicação de um nome técnico para o ministério. "Ambos pertencem ao mesmo governo. Eles vão ter que se entender", assegurou.

Data	Veículo	Título
23 Jan 2008	Valor Econômico	**Técnica, ética e política**

Opinião
Cláudio Gonçalves Couto

Dois episódios recentes da política brasileira, ambos envolvendo ministros do governo Lula, lançaram luz sobre a questão das fronteiras entre a política e duas outras dimensões importantes da vida social: a técnica e a ética. Refiro-me à nomeação do senador Edison Lobão para o Ministério das Minas e Energia e à celeuma envolvendo o conflito entre a Comissão de Ética Pública da Presidência da República e o ministro do Trabalho, Carlos Lupi. Comecemos por esta última.

A Comissão de Ética Pública, órgão consultivo vinculado à Presidência da República e criado por decreto presidencial em 1999, considerou que a permanência do ministro Carlos Lupi na presidência de seu partido, o PDT, seria algo eticamente incompatível com o bom exercício do cargo. No entendimento da Comissão, "o exercício simultâneo do cargo público e de cargo de direção político-partidária compromete a necessária clareza de posições exigida das autoridades públicas, de acordo com o art. 3º , do Código de Conduta da Alta Administração Federal, e suscita conflito de interesses, conforme dispõe a Resolução nº 8, de 25.09.2003".

Vejamos o que dizem as normas consideradas pela Comissão acerca da conduta de membros do governo. O referido artigo do Código de Conduta estabelece o seguinte: "No exercício de suas funções, as autoridades públicas deverão pautar-se pelos padrões da ética, sobretudo no que diz respeito à integridade, à moralidade, à clareza de posições e ao decoro, com vistas a motivar o respeito e a confiança do público em geral. (...) Os padrões éticos de que trata este artigo são exigidos da autoridade pública na relação entre suas atividades públicas e privadas, de modo a prevenir eventuais conflitos de interesses."

Ora, não há nada aqui que determine que membros de partidos políticos (mesmo que sejam seus presidentes), não exerçam cargos ministeriais. Talvez se possa divisar algo de concreto no item 1.b. da referida resolução nº 8: "Suscita conflito de interesses o exercício de atividade que: (...) viole o princípio da integral dedicação pelo ocupante de cargo em comissão ou função de confiança, que exige a precedência das atribuições do cargo ou função pública sobre quaisquer outras atividades".

O que se pode questionar é: o exercício da presidência de um partido político é incompatível com o exercício de um posto ministerial? Seria se o desempenho das atividades partidárias impedisse o simultâneo exercício das funções ministeriais. Há de se considerar, contudo, o caráter essencialmente partidário das democracias contemporâneas (seja das consolidadas, seja das emergentes), de modo que a própria indicação de indivíduos para postos ministeriais ocorre levando-se em consideração o pertencimento partidário - seja no Brasil, na Suécia ou na Inglaterra.

Exigir de um presidente de partido que renuncie ao posto partidário em função de suas incumbências no Poder Executivo é supor que ao se tornar ministro ele deixe de atuar como membro de seu partido. Mas é exatamente o inverso que ocorre: ele apenas está ali porque é membro de um partido.

Espera-se que, em seu desempenho no cargo, atue de acordo com as linhas preconizadas por sua agremiação - evidentemente com as limitações postas pela realidade sócio-econômica e pelas restrições de atuar num governo de coalizão, como é o caso brasileiro.

De burocratas pode-se exigir desvinculação partidária, jamais de ministros políticos. Caso contrário, defende-se a "ética" (ou, na verdade, o moralismo) contra a política.

Problema similar armou-se na discussão em torno da nomeação de Edison Lobão para as Minas e Energia. Para além das discussões (muito apropriadas) acerca de seus qualificativos políticos, questionou-se seu nome em função de não ser ele um "técnico" do setor energético. De fato não é, mas o curioso é se esperar que devesse ser. Ministros não precisam (e talvez até não devam) ser técnicos dos setores a que se dedicam. Sua função é desempenhar a liderança política do órgão a que estão vinculados.

O problema da administração pública no Brasil não está numa suposta existência de muitos ministros políticos em detrimento dos técnicos, mas sim de muitos indivíduos politicamente indicados para cargos de perfil eminentemente técnico - dentre os quais, certamente, não se enquadra o de ministro de Estado.

A esse propósito, aliás, seria o caso de lembrarmos-nos de dois casos recentes de ministros eminentemente políticos, de formação muito diversa da área técnica em que se enquadravam suas pastas e igualmente bem-sucedidos: José Serra, economista, na Saúde, e Antônio Palocci, médico, na Fazenda. Poder-se-ia alegar que há aí uma inversão de competências, mas isso seria um equívoco, pois não se tratava de indicações técnicas, mas sim políticas, em ambos os casos.

O equívoco que afeta tanto a posição da Comissão de Ética como o daqueles que contestam o perfil "não-técnico" do ministro Lobão é o de negar a política em favor do "moralismo", por um lado, e do "tecnicismo", por outro.

As considerações de ordem ética e técnica são, evidentemente, importantíssimas na vida política e social e precisam ser consideradas pelos agentes públicos. Isto não implica, contudo, que devam se sobrepor às considerações de ordem política. E, nas democracias contemporâneas, falar em política implica, necessariamente, falar em partidos políticos. Curiosamente, muitos dos que hoje criticam os vínculos partidários dos dois ministros são os mesmos que reclamam constantemente por partidos mais fortes em nosso país.

Cláudio Gonçalves Couto é professor de Ciência Política da PUC-SP e da FGV-SP

Data	Veículo	Título
24 Jan 2008	O Globo	**Lobão começa loteamento de cargos**

Gerson Camarotti e Maria Lima

BRASÍLIA. O novo ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, começou a fechar ontem à noite no Planalto o loteamento político dos cargos do setor energético. Em reunião com o ministro das Relações Institucionais, José Múcio Monteiro, Lobão levou as principais demandas do PMDB, que incluem o comando da Eletrobras, para um afilhado político do senador José Sarney (AP), e a presidência da Eletronorte, para um aliado do deputado Jader Barbalho (PA).

Pouco antes, na reunião ministerial, Lobão fez uma explanação para tentar minimizar a disputa que o PMDB e o PT da chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, travam pelas nomeações nas estatais do setor elétrico. Dilma ouviu e não se manifestou, segundo relatos. Lobão tomou a palavra para tratar do assunto quando Lula pediu aos ministros que fossem atenciosos com os pleitos dos aliados.

- Estou atento. No caso do Ministério das Minas e Energia não se trata de lotear as estatais, mas de suprir as vagas existentes nos cargos de direção dessas empresas. Estou conversando com o PMDB, mas também ouvindo outros partidos - disse Lobão na reunião.

Para presidente da Eletrobras foi indicado o engenheiro eletricista Evandro Coura, presidente da Associação Brasileira de Concessionárias de Energia Elétrica. Ele deve substituir Valter Cardeal, homem de confiança de Dilma. Cardeal voltaria a ocupar o cargo de diretor de Engenharia da Eletrobras.

Sarney também ficará com a diretoria financeira da estatal. Para este cargo foi indicado Astrogildo Quental, técnico de carreira da Eletronorte. Já Jader indicou para o comando da Eletronorte Lívio Rodrigues de Assis, dirigente do Detran do Pará. O PMDB pediu ainda a diretoria da Eletrosul para ex-governador Paulo Afonso (PMDB-SC), enquanto a senadora Ideli Salvati (PT-SC) encaminhou o nome do ex-deputado Jorge Boeira para comandar a estatal.

Mas no próprio PMDB há disputa. O senador José Maranhão (PMDB-PB) quer desalojar do cargo de diretora administrativa da Eletrobras, Aracilba Alves da Rocha, indicada pelo ex-senador Ney Suassuna. O PMDB paulista deseja ter o ex-prefeito de São Paulo Miguel Colassuono numa diretoria da Eletrobras. A bancada do PMDB de Minas garantiu a indicação de Jorge Zelada para a diretoria internacional da Petrobras.

Data	Veículo	Título
29 Jan 2008	Correio Braziliense	**Indicados do PMDB são alvos de denúncias**

Políticos escolhidos para cargos de direção nas estatais de energia respondem por desvio de verbas, superfaturamento e improbidade

Izabelle Torres e Marcelo Rocha
Da equipe do Correio

Quatro indicados pelo PMDB para ocupar cargos no segundo escalão do setor elétrico respondem a processos na Justiça ou foram alvos de denúncias em CPIs recentes no Congresso Nacional. Astrogildo Quental, aposta do senador José Sarney (PMDB-AP) para a Diretoria Financeira da Eletrobras, é alvo de processo por improbidade administrativa que tramita na Justiça Federal do Maranhão desde 2005. Irregularidades na execução do projeto de irrigação Sangalô são atribuídas a ele, atual diretor financeiro da Eletronorte. A acusação envolve superfaturamento e desvio de recursos públicos na Secretaria de Infra-Estrutura do estado, entre 1991 e 1994.

Orçada inicialmente em R$ 32 milhões pela implantação de um centro de irrigação em 10 mil hectares às margens do rio Mearim, no município de São Mateus, a empreitada custou R$ 71 milhões. O caso é alvo de tomada especial de contas que tramita atualmente no Tribunal de Contas da União (TCU). Auditores do tribunal examinaram documentos e concluíram que houve sobrepreço de R$ 14 milhões. Quental não foi localizado ontem pela reportagem, que também tentou, sem êxito, falar com seus defensores no Maranhão. O nome de Quental também apareceu no relatório da CPI do Orçamento, a partir de denúncia de que teria desviado recursos públicos para a construção de uma indústria no setor automotivo. O caso não foi investigado pela comissão porque não houve tempo suficiente.

Indicado para a Diretoria de Administração da Eletrobras, Benjamin Maranhão foi alvo, em 2006, de denúncias de envolvimento com a máfia dos sanguessugas. Em interrogatório prestado à Justiça Federal no Mato Grosso, em julho de 2006, o empresário Luiz Antônio Vedoin, apontado como um dos articuladores do esquema, citou-o nominalmente.

Vedoin declarou que conheceu o parlamentar em 2004 e que realizou com ele um acordo, por meio do qual Benjamin receberia 10% sobre o valor das emendas destinadas para aquisição de ambulâncias. O empresário declarou ainda que o próprio parlamentar fez contato com os prefeitos de municípios paraibanos para acertar os detalhes das licitações direcionadas. Luiz Antônio afirmou que pelas três licitações realizadas teria pago R$ 40 mil a Maranhão. Procurado pela reportagem, o advogado do ex-deputado, Aluísio Régis, informou que não há qualquer denúncia formal contra seu cliente.

"Sou técnico"

Apadrinhado do deputado Jader Barbalho para assumir a presidência da Eletronorte, Lívio Rodrigues de Assis é um velho ocupante de cargos públicos no governo federal. Durante a gestão do ministro Eliseu Padilha no Ministério dos Transportes, entre 1997 e 2001, foi nomeado para dirigir as concessões das operações rodoviárias. Em sua gestão explodiu o escândalo do então Departamento Nacional de Estradas e Rodagens (DNER) — hoje DNIT. Por conta das denúncias, foi demitido do cargo.

Assis negou que tenha sido demitido do Ministério dos Transportes no governo de FHC e afirmou que o escândalo no antigo DNER não tinha qualquer ligação com o seu trabalho. "Fiquei no cargo de 1997 a 2001, quando pedi demissão. Não tive nada a ver com a confusão. Tenho uma carreira no setor elétrico porque dediquei minha vida a isso. Sou um técnico", disse o candidato, ao alegar que a indicação de seu nome não segue critérios meramente políticos. Perguntado se é amigo do deputado Jader Barbalho, é enfático: "Há muitos anos, graças a deus".

O ex-governador de Santa Catarina Paulo Afonso Vieira também teve o nome envolvido em denúncias. Foi um dos principais personagens do escândalo investigado pela CPI dos Precatórios. Segundo a acusação, o então governador teria emitido títulos lastreados em precatórios irregulares. Em tramitação no Supremo Tribunal Federal (STF), consta processo por improbidade administrativa durante sua gestão no governo. O relator do caso é o ministro Cezar Peluzo. O Correio procurou o ex-governador, mas ele não retornou os recados deixados com os familiares que atenderam as ligações em sua casa de praia.

Astrogildo Quental
Indicação — Diretoria Financeira da Eletrobras
Padrinho — Senador José Sarney (PMDB-AP)

Responde a ação de improbidade administrativa na 6ª Vara Federal do Maranhão por superfaturamento e desvio de verbas. Teve o nome mencionado em relatório da CPI do Orçamento por causa de denúncia de suposto desvio de recursos públicos do estado

Benjamin Maranhão
Indicação — Diretoria Administrativa da Eletrobras
Padrinho — Senador José Maranhão (PMDB-PB), presidente da Comissão Mista de Orçamento
Foi denunciado pela CPI dos Sanguessugas. Teria recebido R$ 40 mil em propinas do esquema. Também responde a processo na Justiça Federal da Paraíba por desvio de recursos do Bolsa-Escola na Araruna, cidade da qual foi prefeito

Paulo Afonso Vieira
Indicação — Diretoria da Eletrosul
Padrinho — Bancada do PMDB na Câmara
Foi investigado pela CPI dos Precatórios pela emissão de títulos públicos lastreados em precatórios superestimados. Consta ainda processo em tramitação no STF que investiga suposta prática de improbidade administrativa durante seu governo. O relator é o ministro Cezar Peluso

Lívio Rodrigues de Assis
Indicação — Presidência da Eletronorte
Padrinho — Deputado Jader Barbalho (PMDB-PA)
Durante a gestão do ministro Eliseu Padilha no ministério dos Transportes, foi nomeado para dirigir as concessões das operações rodoviárias. Em sua gestão, explodiu o escândalo do então Departamento Nacional de Estradas e Rodagens (DNER) – hoje DNIT. Foi demitido do cargo

Karlos Geromy/O Imparcial

ASTROGILDO QUENTAL
Indicação — Diretoria Financeira da Eletrobras
Padrinho — Senador José Sarney (PMDB-AP)
● Responde a ação de improbidade administrativa na 6ª Vara Federal do Maranhão por superfaturamento e desvio de verbas. Teve o nome mencionado em relatório da CPI do Orçamento por causa de denúncia de suposto desvio de recursos públicos do estado

Diogenis Santos/O Norte - 13/5/04

BENJAMIN MARANHÃO,
Indicação — Diretoria Administrativa da Eletrobras
Padrinho — Senador José Maranhão (PMDB-PB), presidente da Comissão Mista de Orçamento
● Foi denunciado pela CPI dos Sanguessugas. Teria recebido R$ 40 mil em propinas do esquema. Também responde a processo na Justiça Federal da Paraíba por desvio de recursos do Bolsa-Escola na Araruna, cidade da qual foi prefeito

Herminio Nunes/Agência RBS - 26/6/07

PAULO AFONSO VIEIRA
Indicação — Diretoria da Eletrosul
Padrinho — Bancada do PMDB na Câmara
● Foi investigado pela CPI dos Precatórios pela emissão de títulos públicos lastreados em precatórios superestimados. Consta ainda processo em tramitação no STF que investiga suposta prática de improbidade administrativa durante seu governo. O relator é o ministro Cezar Peluso

Fernando Araújo/O Liberal

LÍVIO RODRIGUES DE ASSIS
Indicação — Presidência da Eletronorte
Padrinho — Deputado Jader Barbalho (PMDB-PA)
● Durante a gestão do ministro Eliseu Padilha no ministério dos Transportes, foi nomeado para dirigir as concessões das operações rodoviárias. Em sua gestão, explodiu o escândalo do então Departamento Nacional de Estradas e Rodagens (DNER) – hoje DNIT. Foi demitido do cargo

Data	Veículo	Título
29 Jan 2008	O Estado de S. Paulo	**Lula conversa, mas não supera impasse entre Dilma e Lobão**

Ministra resiste a loteamento político e veta indicação do colega de Minas e Energia para comando da Eletrobras

Vera Rosa, Cida Fontes e Tânia Monteiro

Nem mesmo o presidente Luiz Inácio Lula da Silva conseguiu ontem solucionar o impasse que move a disputa de cargos entre o PMDB e o PT. A crise ocorre agora na composição da Eletrobras, menina-dos-olhos da ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, que não aceita a indicação do engenheiro Evandro Coura para o cargo. Gerente do governo, Dilma rejeita o loteamento político e insiste no perfil técnico para a montagem das diretorias de empresas subordinadas ao Ministério de Minas e Energia, que ela já comandou.

Dirigentes do PMDB no Senado espernearam diante da resistência da ministra, mas reapresentarão hoje o nome de Flávio Decat para a presidência da Eletrobras. Uma ala do partido contrária a Coura, porém, comemorou o veto. "O PMDB que se entenda. Não sou eu que vou arbitrar isso", afirmou Lula, em reunião com o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão.

Em mais uma tentativa de resolver o imbróglio, o presidente do PMDB, deputado Michel Temer (SP), e líderes do partido terão um encontro no fim da tarde de hoje com Lobão e o ministro das Relações Institucionais, José Múcio Monteiro, no Planalto.

Lula conversou ontem com Lobão e Múcio e foi informado dos problemas, que passam também pela Petrobrás, pela Eletronorte e até mesmo pela Sudene, fora do setor elétrico. Por causa das inúmeras divergências entre os dois maiores partidos da coalizão governista, é provável que as nomeações sejam feitas somente depois do carnaval.

Para completar a queda-de-braço, o senador Delcídio Amaral (PT-MS) dedicou os últimos dias a articulações políticas para manter o afilhado Nestor Cerveró na Diretoria Internacional da Petrobrás. O gesto provocou a fúria da bancada do PMDB na Câmara, que tenta emplacar no cargo o engenheiro Jorge Zelada. A confirmação de Zelada na diretoria, porém, não chegou a ser apreciada ontem pelo Conselho de Administração da Petrobrás, dando alento ao PT.

Dilma não esconde a irritação com o apetite do PMDB. A ministra gostaria de preservar Valter Cardeal na presidência da Eletrobras, mas deu sinais de que aceitará a troca por Decat, ex-presidente da Eletronuclear.

A indicação de Coura - assumida pelo presidente do Senado, Garibaldi Alves (PMDB-RN), depois da bênção do senador José Sarney (PMDB-AP) - começou a perder substância no fim da semana passada. Seus adversários chegaram a dizer que ele não poderia dirigir a estatal por comandar a Associação Brasileira de Concessionárias de Energia Elétrica (ABCE).

Apesar das evidências, Múcio recorreu à diplomacia para negar o cabo-de-guerra entre alas do PMDB, Dilma e o PT. "Não há impasse nenhum", afirmou. "Estamos apenas ouvindo mais para não criar ressentimentos. Queremos diminuir conflitos e homogeneizar os pleitos para não atender a um grupo desatendendo a outro."

Delcídio, por sua vez, disse que não desistirá de lutar pela manutenção de Cerveró. "Precisamos ter cuidado com o momento que o País está vivendo", comentou, numa referência à ameaça de apagão. "Nessas horas, é necessário exigir predicados técnicos em vez de apenas políticos." Contrariado com a ação de Delcídio, o líder do PMDB na Câmara, Henrique Eduardo Alves (RN), recusou-se a esticar a polêmica. "Confiamos na palavra do presidente Lula e considero esse assunto encerrado."

Data	Veículo	Título
29 Jan 2008	Valor Econômico	**Dilma desbanca Sarney e define comando na Eletrobras**

Paulo de Tarso Lyra, de Brasília

A chefe da Casa Civil, ministra Dilma Rousseff, deve emplacar Flávio Decatt na presidência da Eletrobras, apesar de o senador José Sarney (PMDB-AP) ter colocado o nome de Evandro Coura no páreo na semana passada. Diante da resistência da ministra, Sarney, segundo apurou o Valor, já teria dado demonstrações de que não se opõe a abrir mão de sua sugestão. Primeiro, disse que a indicação de Coura não era dele, mas do presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN). Depois, afirmou que Decatt, ex-presidente da Eletronuclear, é um técnico respeitado.

No próprio mercado de energia, o nome de Evandro Coura, que preside o grupo privado Rede e a Associação Brasileira das Concessionárias de Energia Elétrica (ABCE), não foi bem recebido. Mas é o temor de comprar uma briga com Dilma que faz com que o PMDB pise um pouco no freio. Desde que tomou posse no Ministério das Minas e Energia, Edison Lobão tem feito reuniões com Dilma, indicando que todas as nomeações serão tomadas de forma consensual.

No fim da manhã de ontem, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva reuniu-se com Lobão e o ministro da articulação política, José Múcio Monteiro. A previsão inicial era que o encontro com o PMDB acontecesse na tarde de ontem. Mas, "como ninguém bateu o martelo", nas palavras dos dois ministros, o encontro foi adiado para hoje, sem a presença do presidente. No PMDB, o adiamento das escolhas incomoda. "Isso é desgastante para todos os lados: governo, PMDB e indicados", reclamou o presidente do partido, deputado Michel Temer (SP).

Temer considera ideal que todas as pendências sejam resolvidas até o fim desta semana. Depois, vem o carnaval e mais uma semana será perdida nas negociações, caso não haja as confirmações dos nomes. "O governo tem de agir com clareza. Se pode, diga que pode; se não pode, diga não pode", queixou-se Temer.

A maior angústia da legenda é, de fato, a Eletrobras, onde dois cargos estão em disputa: além da presidência, será indicado o nome do diretor financeiro da estatal. Este último caso está praticamente resolvido. O nomeado deve ser Astrogildo Quental, ligado a Sarney e ex-diretor da Eletronorte. No início das negociações, Quental chegou a ser cotado para presidir a Eletrobras. O nome dele apareceu em dobradinha com o de Márcio Zimmermann, quando, em julho do ano passado, o PMDB apresentou esse nome para substituir Silas Rondeau.

Na ocasião, o governo preferiu manter Nelson Hubner na interinidade. Com a ida de Lobão para o ministério, Zimmermann foi confirmado como secretário-executivo. O nome de Quental permaneceu em alta até que Decatt, apadrinhado por Dilma, tornou-se o favorito.

Na semana passada, houve nova reviravolta. O nome de Coura começou a circular pelo Senado e chegou a ser anunciado como futuro presidente da Eletrobras. O próprio Lobão reconheceu que Coura era um dos mais fortes para ocupar o cargo. Mas, uma série de reuniões e conversas podem ter mudado o cenário.

Sarney indicou Lobão e Astrogildo. Dilma passou por cima do PT - mais especificamente do senador Delcídio Amaral (MS) - e avalizou a indicação de Jorge Zelada para a diretoria internacional da Petrobras, em substituição a Nestor Cerveró. Num gesto de boa vontade, embora Lobão tenha assegurado que não deseja ser servil à Dilma, não custaria nada manter Decatt na presidência da estatal.

Outro nome praticamente fechado é o de Lívio de Assis para a presidência da Eletronorte. Ex-diretor do Detran do Pará, Assis é afilhado político do deputado Jader Barbalho (PMDB-PA). Jorge Boeira, indicado pela senadora Ideli Salvatti (PT-SC), já havia sido confirmado como novo presidente da Eletrosul.

Ontem, no Rio, a reunião do conselho de administração da Petrobras terminou sem mudança. Havia a expectativa de que Zelada assumisse a diretoria internacional. A troca não estava na pauta da reunião mas a avaliação de fontes ouvidas pelo Valor é de que ocorreria ontem. Também não houve indicação para a diretoria financeira da BR Distribuidora. (Colaboraram Thiago Vitale Jayme, de Brasília, e Cláudia Schüffner, do Rio)

Data	Veículo	Título
14 Fev 2008	Correio Braziliense	**Indicado fez projetos para usina**

Cotado para a Eletrobras, José Antônio Muniz Lopes elaborou estudos para três das maiores empreiteiras do país disputarem a obra da hidrelétrica de Belo Monte

José Sarney, que indicou Muniz, tentou equilibrar o jogo. Mas o impasse continua

A mando da Casa Civil, arapongas da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) varreram o país, na última terça-feira, atrás de informações comprometedoras contra o engenheiro José Antônio Muniz Lopes, indicado para a presidência da Eletrobras pelo senador José Sarney (PMDB-AP). Depois da procura, a Abin produziu um informe dizendo nada ter achado que pudesse impedir a nomeação. Mas há, sim, algo que pode constranger o afilhado de Sarney: nos últimos anos, ele ganhou a vida elaborando os projetos com que três das maiores empreiteiras do país — Camargo Corrêa, Odebrecht e Andrade Gutierrez — participarão da licitação da usina hidrelétrica de Belo Monte, polêmica obra de R$ 7 bilhões, que começa a sair do papel em outubro do próximo ano.

A Eletrobras, à qual Muniz é candidato, terá papel fundamental no que tange à construção de Belo Monte, a que as empreiteiras são candidatas. O plano do governo é fazer a usina operar em regime de concessão. Isto é, a obra e a gestão serão entregues ao grupo privado que propuser o menor preço da energia a ser vendida no futuro. Mas todos os estudos técnicos que vão embasar a licitação estão sendo feitos pela Eletrobras. A venda propriamente dita será operada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

José Antônio Muniz Lopes disse não se sentir impedido por um eventual conflito de interesses entre sua ocupação atual e o cargo para o qual está cotado na cúpula do setor elétrico. “Haverá licitação da concessão de Belo Monte, a ser feita pela Aneel. A Eletrobras, que eu saiba, não vai participar. Tenho uma empresa que presta consultoria. Mas na hora que acontecer isso (a nomeação), eu fecho, desapareço com ela”, declarou. “Sou consultor apenas para projetos em hidrelétricas”, acrescentou.

Perfil

Muniz, 62 anos, é natural de Rosário, cidade do interior do Maranhão. Como muitos de seus conterrâneos, saiu de São Luís na juventude para estudar engenharia elétrica no Recife. Lá, formou-se e conseguiu emprego na Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf), onde fez carreira — chegou a presidente — e aposentou-se. Foi trabalhando na Chesf que ele conheceu Sarney. Em 1979, a estatal construiu uma linha de transmissão ligando a usina de Sobradinho, na Bahia, à cidade de Imperatriz, segunda maior do Maranhão. Muniz coordenou a chamada interligação Norte/Nordeste e o hoje senador já era um político influente.

Seis anos depois, quando Sarney assumiu a presidência da República, Muniz foi chamado para um cargo na Eletronorte. No governo Itamar, ele voltou à Chesf, desta vez para presidi-la. Quando Fernando Henrique chegou ao poder, o engenheiro fez o caminho inverso. Deixou a Chesf e foi para a Eletronorte, também na presidência. Ficou lá pelos sete anos seguintes, até janeiro de 2003. Fora da cúpula do setor elétrico, montou a consultoria com dois colegas da Chesf e passou a trabalhar para as empreiteiras. Sua carreira de sucesso no setor público sempre contou com a mão amiga de Sarney.

Polêmica

A hidrelétrica de Belo Monte é uma obra enorme. Está projetada para a área conhecida como Grande Volta, no Rio Xingu, próxima à cidade paraense de Altamira. A usina terá potência de 11,1 mil MW. Será maior que Tucuruí (8 mil MW) e comparável a Itaipu (14 mil MW). A barragem alagará uma área de 440 quilômetros quadrados. E as características hidrográficas permitirão a geração de energia a custo baixo, aproximadamente US$ 12,4/MWh (para efeito de comparação, o Paraguai compra energia de Itaipu a US$ 22/MWh). A obra sofre oposição ferrenha de ambientalistas e ONGs ligadas ao movimento indígena. Eles garantem que a área alagada abrangerá nove reservas. E reclamam que a população atingida não foi ouvida pelo governo sobre a obra, o que é exigido pela Constituição. O Estudo de Impacto Ambiental ainda não foi concluído.

Data	Veículo	Título
25 Fev 2008	O Globo	**'No setor elétrico, só o que sei é ligar a luz'**

Senador nega aborrecimento como causa de licença, diz que nunca foi tão bem tratado por um presidente e elogia Dilma

Em entrevista à Rádio do Moreno, o senador José Sarney (PMDB-AP) descartou motivações políticas para sua licença de quatro meses do Senado. Ao negar que esteja aborrecido com Lula, disse que nenhum presidente da República o tratou tão bem. Elogiou a ministra Dilma Rousseff, a quem se atribui uma queda-de-braço com ele na disputa por cargos no Ministério das Minas e Energia. "No setor elétrico, a única coisa que eu sei é ligar a luz. Não tenho nenhum outro interesse no setor, além de saber se o interruptor da minha casa está funcionando."

Sarney fala de Barack Obama a Fidel Castro. E analisa as eventuais candidaturas presidenciais de Dilma e dos governadores tucanos José Serra e Aécio Neves.

Jorge Bastos Moreno: O fato de o senhor ter anunciado que ia pedir licença do Senado provocou grande alvoroço.

JOSÉ SARNEY: Isso é devido a um período de entressafra de notícia. Estou realmente cansado, não tive férias, o ano passado foi pesado, teve o problema da fratura do braço da Roseana, foi um período de muita preocupação. Resolvi aproveitar este momento de calmaria no Congresso para passar quatro meses fora, terminando coisas que eu estou com dificuldade de terminar por falta de tempo.

Bastou isso para as pessoas especularem que o senhor estaria chateado com o presidente Lula, com a ministra Dilma...

SARNEY: Não tem nada disso. Estou muito bem com o presidente Lula. De todos os presidentes que conheci, é o que melhor me trata, é o que tem maior deferência comigo, o maior respeito por mim, a maior delicadeza comigo. Não tenho problema com o presidente Lula. A ministra Dilma também é minha amiga, sou um admirador dela. Ela é uma servidora pública exemplar, se dedica totalmente a essa função da administração pública, procurando interferir no sentido de melhorar as coisas, de que as coisas andem, como coordenadora do PAC.

Dizem que ela teria batido de frente com o senhor na indicação de cargos do setor elétrico.

SARNEY: Isso não existe. Na minha idade, com a minha responsabilidade de ex-presidente da República, eu andar atrás de cargo, pedindo cargo, indicando gente. Isso simplesmente não existe. Não estou em disputa com a ministra Dilma sobre cargo algum. Posso é opinar sobre as pessoas, algumas vezes opino, porque conheço todo mundo. Mas nunca indiquei e até não me pediram opinião sobre ninguém. Até porque, no setor elétrico, a única coisa que eu sei é ligar a luz. Eu não tenho nenhum outro interesse no setor, além de saber se o interruptor da minha casa está funcionando.

Se Lula chegar ao fim do mandato com a popularidade atual, acha que ele vai, usando jargão político, eleger um poste?

SARNEY: Não. Um poste ninguém elege. Isso não existe. O Lula sabe disso. Agora, que o apoio dele vai pesar decisivamente na escolha do futuro presidente, acredito que sim. Diminuiu a pobreza do país, a parte social foi realmente alavancada pelo seu governo... Isso tem reflexo nas massas também. Não só na classe média e nas elites. Um líder com essa densidade terá sempre grandes condições de influenciar nas eleições.

Acha possível um candidato que não seja do PT?

SARNEY: Quando se tem uma base com alianças, evidentemente que é possível, sim. Não acredito que, no primeiro turno, o PT abdique de ter candidato.

Data	Veículo	Título
06 Mar 2008	O Globo	**Absolvido no TCU, afilhado de Sarney assumirá presidência da Eletrobras**

José Antonio Muniz, que já comandou a Eletronorte, toma posse na segunda

Gerson Camarotti

O ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, anuncia hoje a nova composição dos cargos das estatais do setor elétrico. A última pendência foi solucionada ontem, o que possibilitou a confirmação de José Antonio Muniz, afilhado político do senador José Sarney (PMDB-AP), para a presidência da Eletrobras. Ele foi absolvido por unanimidade pelo Tribunal de Contas da União (TCU) da acusação de superfaturamento numa obra da Eletronorte, quando era presidente da subsidiária durante o governo Fernando Henrique Cardoso. A posse da nova diretoria da Eletrobras acontecerá na segunda-feira, no Rio.

O TCU reavaliou ontem o caso e concluiu que não havia irregularidade na gestão de Muniz. A antiga condenação, em 2003, para devolver R$27,8 milhões à estatal se devia "ao faturamento a maior na aquisição de insumos aplicados na obra de construção da linha de transmissão em Caxipó/Jauru (MT)". A auditoria do TCU encontrou irregularidades nas notas fiscais, que omitem valores totais pagos e os impostos arrecadados.

Com essa definição, o loteamento do setor elétrico será concluído após dois meses de disputa interna entre os partidos da base aliada. A indicação de Muniz foi uma vitória de Sarney contra a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, que queria no cargo o ex-presidente da Eletronuclear Flávio Decat. Antes dele, o nome cotado por Sarney era o de Evandro Coura, presidente da Associação Brasileira das Concessionárias de Energia (ABCE) e ex-presidente do Grupo Rede. Mas Coura também foi vetado por Dilma.
- O Muniz é um grande técnico, com reconhecimento amplo do setor - disse Sarney.

O fato de Muniz ter sempre atuado no setor foi apontado por especialistas como positivo:
- Como pesquisador, acho que isso é mais importante do que questões partidárias. E acredito que ele (Muniz) deverá retomar o processo de reposicionar a Eletrobras no setor elétrico. Isso é fundamental para a expansão do setor, que não tem condições de ser feita apenas pelo setor privado - disse o coordenador do Grupo de Estudos do Setor Elétrico da UFRJ, Nivalde Castro.

O especialista Adriano Pires Rodrigues, do Centro Brasileiro de Infra-Estrutura (CBIE), acredita que Muniz tem condições de tomar as decisões acertadas num momento crítico por que passa o setor:
- Foi uma indicação política, mas ele é um técnico, que sempre atuou na área elétrica.

Jader garante diretor do Detran na Eletronorte

Pires lembra que Muniz ficou conhecido mundialmente por uma imagem na qual era atacado por um índio. Em 1989, quando era diretor da Eletronorte, ele participou do I Encontro dos Povos Indígenas do Xingu e foi ameaçado com um facão por uma índia. Os índios resistiam ao projeto de uma hidrelétrica no Xingu - Belo Monte.

O restante da diretoria da Eletrobras também já está escolhido. No comando da Engenharia será mantido um afilhado de Dilma, Walter Cardeal, presidente interino da estatal. Enquanto isso, Sarney conseguiu assegurar Astrogildo Quental na diretoria financeira. O PMDB ficou com mais dois cargos na estatal: Miguel Colassuono, indicado pelo ex-governador Orestes Quércia (SP), será o diretor de Administração, e Ubirajara Meira, afilhado do senador José Maranhão (PB), será diretor de Projetos Especiais.

O PT ficará com o comando da Eletrosul. A líder do partido no Senado, Ideli Salvatti (SC), conseguiu emplacar o ex-deputado federal Jorge Boeira. Mas o PMDB conseguiu assegurar a diretoria de Gestão da subsidiária para o ex-governador Paulo Afonso (PMDB-SC). Para a presidência da Eletronorte, o deputado Jader Barbalho (PMDB-PA) garantiu a indicação de seu afilhado político, o atual diretor do Detran no Pará, Lívio Rodrigues de Assis. Para isso, Lívio teve que apresentar certidões negativas de processos na Justiça, depois que levantamento da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) detectou vários problemas.
- É impressionante a força de Jader no governo a ponto de ter o controle da Eletronorte - desabafou um ministro.

O Congresso deve votar hoje, após três adiamentos, a medida provisória (MP) que fortalece a holding Eletrobras.

COLABOROU Ramona Ordoñez

Data	Veículo	Título
06 Mar 2008	O Estado de S. Paulo	**Sarney consegue cargo para afilhado e desiste de licença**

Com ida de Muniz Lopes para Eletrobras, governo evita perder estreita maioria que possui no Senado

Christiane Samarco

Atendido pelo Planalto, que nomeou o presidente da Eletrobras de sua escolha, o senador José Sarney (PMDB-AP) não vai mais tirar licença do mandato. Confirmada a indicação de seu afilhado José Antonio Muniz Lopes para a presidência da estatal, na terça-feira, ele comunicou ao líder do PMDB no Senado, Valdir Raupp (RO), que desistira da idéia.

Irritado com a disputa com a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, em torno do loteamento do setor elétrico, Sarney anunciara que pediria a licença para se dedicar à literatura. O gesto seria seguido por sua filha, a senadora Roseana Sarney (PMDB-MA), e por Gilvan Borges (PMDB-AP), enfraquecendo em pelo menos três votos a maioria o governo tem no Senado, já estreita.

O último obstáculo que poderia atrapalhar a eleição de Muniz pelo Conselho Administrativo da Eletrobras, marcada hoje à tarde, foi removido ontem. O Tribunal de Contas da União (TCU) acatou recurso inocentando-o da suspeita de erro de gestão na Eletronorte, estatal que ele presidiu depois de passar pelo comando da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf).

Por decisão unânime, o TCU livrou Muniz do pagamento de multa de R$ 3 mil, pela contratação de um projeto supostamente desnecessário. Tanto o relator Augusto Nardes como o ministro Ubiratan Aguiar, que pedira vista do processo havia duas semanas, avaliaram que o serviço contratado pela Eletronorte era necessário para subsidiar uma decisão que envolvia a compra de energia de uma usina privada.

FORÇA POLÍTICA

Mais do que o comando da mais importante estatal do setor elétrico, estava em jogo a força política do ministro de Minas e Energia, senador Edison Lobão (PMDB-MA), que também foi indicado pelo amigo Sarney, com o apoio oficial da direção do PMDB e da bancada do Senado. Mas as indicações de Sarney não param aí. O novo diretor financeiro da Eletrobras, Astrogildo Quintal, é outro afilhado seu.

Raupp também venceu uma queda-de-braço com o PT. Embora o presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia (PT-SP), lutasse para indicar um nome para a Diretoria de Construção de Furnas Centrais Elétricas, quem levou a melhor foi o PMDB. O cargo será de Antonio de Pádua, sugerido pelo líder.

No início da semana foi a bancada federal do PMDB de Minas que derrotou o PT do senador Delcídio Amaral (MS). A Diretoria Internacional da Petrobrás ficou com Jorge Zelada, como queriam os deputados mineiros.

O afilhado de Delcídio, que tinha o apoio do senador Renan Calheiros (PMDB-AL), recebeu um belo prêmio de consolação: ficou com Nestor Cerveró a Diretoria Financeira da BR Distribuidora. O deputado Jader Barbalho (PMDB-PA) também conseguiu emplacar Lívio Rodrigues de Assis na presidência da Eletronorte.

Data	Veículo	Título
11 Mar 2008	O Estado de S. Paulo	**Lobão defende nomeações políticas e cita John Kennedy**

Na posse do presidente da Eletrobras, ministro diz que a política não é incompatível com boa administração

Nicola Pamplona

Diante de mais de 300 pessoas, segundo organizadores da cerimônia, o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, aproveitou a posse de José Antônio Muniz Lopes na presidência da Eletrobras para responder a críticas de aparelhamento nas estatais. "A política não é incompatível com boa administração e bom uso da máquina pública", disse Lobão. Funcionário de carreira, Lopes foi alçado ao cargo por indicação da ala do PMDB ligada a José Sarney.

Em seu discurso, Lobão se comparou ao ex-presidente americano John F. Kennedy, que, segundo ele, promoveu uma "caça" aos talentos de seu país, com o objetivo de formar seu quadro de colaboradores. "Guardadas as devidas proporções, é o que eu venho tentando fazer no ministério", afirmou. "Os políticos indicaram sim, mas indicaram o que há de mais competente." O PMDB conseguiu emplacar ainda Miguel Colasuonno para a diretoria de administração.

O partido, aliás, foi um dos citados na lista de agradecimentos do novo presidente da Eletrobras. "Agradeço ao PMDB por ter lutado pelo meu nome." Com voz embargada, Lopes agradeceu o apoio de Sarney após um acidente que o fez perder parcialmente a visão. O ex-ministro de Minas e Energia, Silas Rondeau, "amigo de infância", também foi citado. Rondeau deixou o ministério em maio de 2007, após a divulgação de que era investigado pela suposta participação em um esquema de fraudes em licitações.

A presidência da Eletrobras foi ocupada por 14 meses pelo diretor de engenharia, Valter Luiz Cardeal. Desde o início do ano, o PMDB e a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, protagonizaram disputa nos bastidores nas indicações ao cargo. Dilma chegou a vetar a primeira indicação de Sarney, o técnico Evandro Coura. Mas teve de admitir a indicação de Lopes, que vem da Eletronorte e trabalha no grupo há 45 anos.

A cerimônia de posse, na Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ), teve a presença de vários ex-presidentes da Eletrobras, incluindo Luiz Pinguelli Rosa - que retomou o chapéu de crítico do governo após ser demitido da companhia, em abril de 2004 -, Mário Bhering, Altino Ventura e José Luiz Alquéres, hoje presidente da Light.

Em seu discurso, Alquéres, que é vice-presidente da ACRJ, referiu-se a si próprio e a Ventura como "os dois únicos funcionários da casa que ascenderam à presidência". Além de Lopez e Colasuonno, tomaram posse ontem Astrogildo Fraguglia Quental, na área financeira, e Ubirajara Rocha, na área de projetos especiais e desenvolvimento tecnológico e industrial.

Data	Veículo	Título
16 Jun 2008	Valor Econômico	**Governança de estatais é tema mundial**

Por Graziella Valenti e Catherine Vieira

A governança de estatais é uma preocupação mundial. Desde 2005, a internacional Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) possui diretrizes para auxiliar as companhias na adoção de boas práticas de administração.

Os princípios gerais visam preservar desde a isonomia competitiva no mercado de atuação das estatais até a transparência da administração e o tratamento eqüitativo a todos os acionistas.

No Brasil, o governo aprovou, em janeiro de 2007, um decreto lei que institui a criação da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias (CGPAR). No entanto, desde então, não se tem qualquer notícia sobre as atividades do órgão.

O objetivo do CGPAR é implementar diretrizes semelhantes às defendidas pela OCDE. O comitê deve ser composto pelos ministérios do Planejamento, da Fazenda, Casa Civil e setoriais relacionados a cada pasta. Além de atuar para defender a boa governança, o órgão nacional também tem entre suas competências a defesa dos interesses da União como acionista e a aquisição e venda de participações.

O debate no Brasil é relevante dada a forte presença do poder público como controlador de companhias abertas, seja pela esfera federal, seja pela estadual. Das 57 companhias cujas ações compõem o Índice Bovespa, nove pertencem ao poder público. As empresas do principal indicador da praça paulista somam um valor de mercado de R$ 1,8 trilhão. Desse total, 33% referem-se às estatais. Mesmo na comparação com o valor total da bolsa (397 companhias), de R$ 2,4 trilhões, as estatais são relevantes: representam 25%.

Alexandre Di Miceli, coordenador executivo do Centro de Estados em Governança (CEG) e professor da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA-USP), destaca que é essencial que as companhias controladas pelo governo tenham políticas claras e divulgadas para conviver com a dicotomia de uma empresa de economia mista: maximizar os lucros e, ao mesmo tempo, ter atuação de cunho social.

Mas os padrões de excelência em governança criados pela Bovespa não são tão disseminados entre as estatais. Das cem empresas do Novo Mercado, o poder público contribui com apenas quatro. Somente companhias em que o governo possui grande fatia do negócio podem migrar para esse espaço, pois a conversão de ações preferenciais em ordinárias poderia representar a perda do poder majoritário. Há também uma estatal no Nível 2 e cinco no menos exigente de todos os segmentos especiais de governança, o Nível 1.

O passo mais recente foi o da elétrica paranaense, a Copel, que aderiu ao Nível 1 em maio. A companhia viveu, em 2003, as conseqüências do dilema apontado por Di Miceli. Por dois anos seguidos, a estatal se recusou a repassar os reajustes definidos pelo órgão regulador do setor, a Aneel. O argumento era de que sua função era fornecer energia à população, e não gerar lucros.

Na época, depois de assistirem a forte baixa no valor de suas ações por conta dessa decisão, minoritários, incluindo estrangeiros, foram à CVM se queixar, mas não obtiveram respaldo para seus dilemas. "O controlador da Copel, assim como outras empresas controladas pelo Estado, estava no seu direito constitucional de agir no benefício da população local, que era o propósito de sua criação", respondeu a autarquia.

Data	Veículo	Título
25 Jul 2008	Valor Econômico	**Tarifa de Angra 3 pode custar mais que o dobro da energia gerada no rio Madeira**

Daniel Rittner, de Brasília

As últimas simulações feitas pelo governo demonstram que a tarifa da usina nuclear Angra 3 poderão chegar a R$ 115,49 por megawatt-hora (MWh) caso a Eletronuclear diminua para 8% ao ano a taxa de retorno do investimento, seja beneficiada com isenções fiscais e não considere os gastos realizados na década de 1980.
Já numa perspectiva pessimista, o valor da energia produzida pelo novo reator alcançaria R$ 168,24 por MWh se a taxa de retorno subir para 10% ao ano, não houver incentivos tributários e for levado em conta na tarifa tudo o que já foi desembolsado em Angra 3 - não apenas os materiais e serviços contratados no passado, mas também despesas financeiras referentes à manutenção dos equipamentos e ao seguro das instalações da usina.

Nessa hipótese, a mais pessimista dos 12 cenários preparados pela Eletrobras e aos quais o Valor teve acesso, a tarifa do futuro reator custaria mais que o dobro de cada uma das hidrelétricas do rio Madeira e ficaria cerca de 25% acima - em valor corrigido pelo IPCA - da energia térmica negociada no último leilão A-5, com início da entrega após cinco anos, em outubro de 2007.

Foram considerados dois cenários diferentes para a rentabilidade do projeto, de 8% e de 10% ao ano. A Eletrobras também estudou seis "iniciativas" para a redução da tarifa: aumento de 14 para 18 anos do prazo de amortização da dívida a ser contraída no BNDES, o uso de recursos da Reserva Geral de Reversão (RGR) no financiamento, a previsão do mecanismo de depreciação acelerada dos equipamentos (com menos Imposto de Renda a pagar), a adoção de Pasep/Cofins cumulativo, a isenção do imposto de importação e isenções fiscais pelo mecanismo do Reidi.

As simulações compararam ainda o valor da tarifa caso sejam contabilizados os investimentos passados em Angra 3, que somaram R$ 1,55 bilhão, segundo a Eletrobras. Há três bases de comparação: a incorporação de nenhum, de todos e de 39% dos custos acumulados. Esse percentual intermediário leva em conta somente os gastos diretos no empreendimento, com máquinas e serviços, mas sem incorporar na tarifa as despesas que a Eletronuclear vem tendo com a preservação de tudo isso. Estima-se em cerca de US$ 20 milhões o gasto anual da empresa com manutenção. As obras de Angra 3 começaram em 1984, mas foram congeladas dois anos mais tarde. Foram realizados nesse período cortes de rocha, aberturas de cavas para blocos de fundação, preparação parcial do sítio e executadas instalações do canteiro.

Será política a decisão de escolher cada um dos cenários projetados pela Eletrobras. A escolha poderá elevar ou derrubar a rentabilidade de sua subsidiária Eletronuclear e dela dependerá o valor da tarifa. Na premissa de que os custos acumulados serão assumidos pela estatal, sem repasse à tarifa, o preço do MWh varia de R$ 115,49 a R$ 130,80.

Se forem repassados 39% dos custos totais até agora, o valor da energia ficará entre R$ 126,72 e R$ 144,30 por MWh. Na hipótese de transferir 100% dos custos aos consumidores, as simulações indicam que a tarifa se situará entre R$ 147,27 e R$ 168,24 por MWh. Os valores projetados podem mudar, dependendo da renegociação de contratos da Eletronuclear com fornecedores e com a Andrade Gutierrez, que fará as obras civis.

Data	Veículo	Título
09 Set 2008	Valor Econômico	**Acionista valorizado**

Por Danilo Fariello, de São Paulo
09/07/2008

Os gestores de uma empresa não possuem, necessariamente, uma visão idêntica à dos acionistas. Uma decisão sobre a compra de novos equipamentos, por exemplo, pode beneficiar alguns setores do grupo e agradar a muitos funcionários, mas, em última instância, não representar nem um centavo a mais para o investidor. Para alinhar a visão dos gestores e dos acionistas, algumas companhias têm colocado como variável para análise de qualquer novo projeto a avaliação do retorno efetivo que ele oferecerá ao investidor.

No Brasil, quem lidera essa metodologia é a FGV Projetos, que há uma década elabora o ranking de Geração de Valor ao Acionista (GVA), mostrando as empresas que, por ganho de capital ou distribuição de dividendos, mais fizeram seus acionistas lucrar a cada ano. Nesses dez anos de estudo e consultoria, é possível avaliar que as empresas que adotam o método GVA na gestão são aquelas que, com mais freqüência, estão entre as que mais criam valor ao minoritário. O GVA deriva do cálculo de Retorno Total ao Acionista (TSR, na sigla em inglês), adotado por corretoras e fundos para avaliar a aplicação em ações. Ele leva em conta toda a receita do investidor com ganho de capital, dividendos ou mudanças societárias. O GVA é calculado a partir do TSR, comparado com o custo de capital da empresa.

No ano passado, figuraram entre as mais rentáveis principalmente as empresas ligadas à venda de commodities e siderúrgicas, que foram mais beneficiadas por ganhos de capital, explica o professor da FGV/EAESP Antonio Carlos Manfredini, que, ao lado do colega José Carlos Guimarães Alcântara, coordena o projeto GVA. "São essas que valorizaram mais por conta do ganho de capital." Mas, em anos, são as que mais se preocupam com o retorno do acionista que geram mais valor, diz. "É importante para o investidor saber que a lógica do mercado é o mesmo idioma do gestor. É necessário analisar se o ativo se valoriza sempre acima do custo de capital." Sempre lembrando que retorno passado não garante o futuro, diz.

A única empresa a figurar entre as cinco primeiras no ranking do GVA em todos os dez anos é a CSN, que também foi a líder do ano passado, no ranking obtido com exclusividade pelo Valor. A siderúrgica, que proporcionou valorização de 146% ao acionistas em 2007, adotou o método GVA por iniciativa do controlador, explica Edgard Torres dos Reis Filho, diretor de planejamento estratégico da empresa. "A grande vantagem dessa estratégia é haver métricas internas da empresa com vínculo claro com as métricas externas." Ele conta que os projetos são apurados e as estratégias traduzidas para se avaliar a geração de valor. "Sabemos o retorno exato de cada área."

Esse acompanhamento, porém, não é simples. O GVA resume em números qual será o reflexo de cada ação da companhia para o acionista. No Brasil, o método de cálculo é patenteado pela FGV Projetos, que assessora ou já assessorou empresas como Vale, Saraiva, o grupo Votorantim, CPFL Energia, Usiminas, Marcopolo, Sabesp, além da CSN. "Nós criamos condições para as empresas olharem para variáveis críticas de geração de valor para o acionista", diz Manfredini. "Toda decisão cria ou destrói valor."

Segundo o professor da FGV/EAESP, o GVA avalia a perspectiva de criação de valor ao longo dos anos e não é, portanto, uma medida de curto prazo. No entanto, questões de sustentabilidade e governança, alheias aos números, ficam fora da contagem do GVA. Além de avaliar as empresas que mais criam valor ao acionista, o investidor também deve estar atento, portanto, a outros fatores.

Para Manfredini, mais importante do que observar o retorno das empresas no ano passado é verificar a consistência da geração de valor. Avaliados os últimos dez anos, as cinco empresas que mais geraram valor ao acionista foram, pela ordem, Lojas Americanas, Gerdau Metalúrgica, CSN, Gerdau e Vale. Se considerados os últimos três anos, as primeiras são Rossi Residencial, CSN, Petrobras, Lojas Americanas e Duratex, na ordem.

Nos últimos dez anos, foi o setor que reúne siderurgia e mineração aquele a gerar mais valor aos acionistas, segundo a FGV Projetos. Em seguida, estão os setores de comércio, petróleo e petroquímico e papel e celulose.

A avaliação do ranking do GVA no ano passado, mostra a forte dispersão entre os retornos das empresas. Apesar de ter sido um ano bom para a bolsa (53% foi a média de retorno das 50 companhias do ranking do GVA, enquanto a média anual dos últimos dez anos foi de 29%), apenas as 32 primeiras empresas não-financeiras avaliadas tiveram sinal positivo, observa Manfredini (ver ao lado). As demais não criaram ou reduziram o patrimônio dos investidores. "Isso mostra que o aplicador precisa ser seletivo", diz Manfredini. "Saber que a companhia é gerida com os olhos dos acionistas faz diferença."

Segundo Reis Filho, da CSN, o método GVA já foi adotado em 80% da companhia e, até o fim do ano, sua análise fará parte de todas as decisões dos gestores. "Sem o método, fica mais arriscado ter um plano de crescimento ambicioso." Segundo ele, a empresa avalia atualmente 28 projetos que gerariam em valor presente ao ano R$ 270 milhões. "Com o GVA, é mais fácil para a direção escolher qual vai ser prioridade." Com esse método, prevê que, em até quatro anos, a mineração terá o mesmo peso de siderurgia no retorno da CSN, para depois ser novamente superada.

A Marcopolo adotou o projeto do GVA em 2001 e implementou a metodologia em todas as suas áreas ao longo dos anos (a baixa liquidez da ação da empresa impede-a de ser listada no ranking). "Vemos agora cada área como um negócio próprio, com responsabilidade de lucrar mais", diz Carlos Zignani, diretor de relações com investidores da empresa. "Alguns equipamentos não foram adquiridos pela companhia nos últimos anos, porque percebeu-se que eles não criavam valor compatível ao custo de capital." Zignani conta ainda que, para alinhar mais a gestão com o interesse do acionista, a remuneração dos diretores de toda empresa foi definida segundo o GVA, ou seja, conforme o acionista ganhar mais ao investir. Outras companhias também fazem isso.

Para o investidor saber qual companhia adota o GVA, deve acompanhar o relatório anual. Ali, as empresas que utilizam a métrica a apresentam ao final de cada período. Muitas delas abrem o retorno específico por segmento. As empresas também divulgam essas informações em seus sites.

Data	Veículo	Título
26 Set 2008	Valor Econômico	**Conde deixa Furnas mas PMDB do Rio mantém comando**

Ana Paula Grabois, Chico Santos e Raquel Ulhôa, do Rio e Brasília

O PMDB manteve-se no comando de Furnas, estatal de energia elétrica do grupo Eletrobras. No lugar de Luiz Paulo Conde (PMDB), ex-prefeito do Rio, entrou para a presidência Carlos Nadalutti Filho, funcionário de carreira da empresa, com cerca de 25 anos de casa. Nadalutti, que ocupava a superintendência de produção Oeste de Furnas desde 2003, início do governo Lula, foi indicado pelo partido. "Foi indicação do PMDB, foi consenso da bancada", afirmou Conde, ao anunciar a saída do cargo ontem. Segundo o Valor apurou, o deputado federal Eduardo Cunha (PMDB-RJ), que já havia indicado Conde, emplacou também seu substituto.

Conde pediu demissão na segunda-feira ao ministro de Minas e Energia, Edison Lobão (PMDB), por motivos de saúde, após pouco mais de um ano no cargo. Ele, no entanto, vai permanecer no Conselho de Administração da estatal.

Arquiteto e urbanista de formação, tornou-se presidente de Furnas por influência política de Eduardo Cunha, ligado ao ex-governador do Rio, Anthony Garotinho (PMDB). Na época de sua nomeação, Cunha era relator do projeto que previa a prorrogação da cobrança da CPMF e fez pressão sobre o governo federal para conseguir o posto para o ex-prefeito e ex-vice-governador do Rio.

Nos últimos meses, Conde travou, sem sucesso, intensa luta com diretores de Furnas e sindicalistas, na tentativa de mudar o comando da Fundação Real Grandeza, o fundo de pensão dos empregados de Furnas. Segundo os sindicalistas, o propósito de Conde era trocar a atual diretoria da Real Grandeza, presidida por Sergio Wilson Fontes e que vem fazendo uma gestão considerada eficiente, por dirigentes que seriam afinados com a orientação político-administrativa do grupo do deputado Cunha.

Na entrevista de despedida do cargo, Conde defendeu a mudança na direção do fundo de pensão. "A direção da gestão de recursos não pode ficar tanto tempo com o mesmo grupo. Tem que renovar", argumentou.

O presidente do Real Grandeza disse que está há três anos na direção do fundo de pensão e que o seu mandato é de quatro anos. O diretor financeiro da fundação, Ricardo Nogueira, cujo cargo também era disputado por Conde, está há um ano e dez meses na função.

Conde ainda queixou-se da falta de investimentos do fundo de pensão na patrocinadora Furnas, o que, segundo ele, obriga a estatal a "captar dinheiro mais caro no mercado". "A Petros (fundo de pensão da Petrobras) aplica 26% dos seus investimentos em ações da Petrobras. Acho que o fundo tinha que ajudar a empresa, financiar obras", disse Conde.

Sergio Wilson Fontes afirma que o Real Grandeza até poderia participar de projetos com Furnas, mas informou que a estatal não chegou a apresentar nenhum projeto. Ele ressaltou que um fundo de pensão não pode emprestar recursos ao seu patrocinador. "Sou vedado por lei a emprestar dinheiro ao patrocinador", disse.

No começo do dia, chegou a prosperar a tese de que o grupo do senador José Sarney (PMDB-AP), ao qual está ligado o ministro Lobão, liderou a mudança dentro de Furnas. No entanto, a postura mais comum, especialmente entre sindicalistas, era a de manter um pé atrás quanto às ligações políticas de Nadalutti. Um funcionário importante da empresa arriscou dizer que o "perigo Cunha" não havia sido afastado.

Nos sindicatos aos quais estão ligados os empregados de Furnas, a posição era de expectativa. Embora a escolha de um funcionário de carreira da empresa atenda uma reivindicação antiga dos trabalhadores da empresa, o fato de sua escolha ter sido política desagradou. O Sindicato dos Eletricitários de São Paulo distribuiu nota aplaudindo, em princípio, a escolha de Nadalutti por seu conhecimento da empresa, mas ressalvou: "Não sabemos ainda o grupo político que o indicou (...) Se o grupo for o mesmo que queria trocar a diretoria da Fundação Real Grandeza, entendemos que Nadalutti terá os mesmos problemas que o seu antecessor". No Sindicato dos Eletricitários do Rio, a expectativa era semelhante.

Data	Veículo	Título
06 Out 2008	Folha de S. Paulo	**PF acusa filho de Sarney de traficar influência em estatal**

Fernando Sarney afirma que acusações são motivadas por "interesses políticos'
Inquérito começou em 2006 para investigar suposto uso de recursos de caixa dois na campanha de Roseana Sarney ao governo do MA

ELVIRA LOBATO
DA SUCURSAL DO RIO

A Polícia Federal do Maranhão acusa o empresário Fernando Sarney -filho do ex-presidente José Sarney- de tráfico de influência no Ministério de Minas e Energia, na Eletrobras, na Eletronorte, na Valec (estatal do Ministério dos Transportes responsável pela construção da Ferrovia Norte-Sul) e na Caixa Econômica Federal, para favorecer negócios privados. Fernando Sarney diz ser um homem do setor privado e atribui as acusações a "interesses políticos".

O inquérito policial começou em 2006 para investigar a suposta utilização de recursos de caixa dois na campanha de Roseana Sarney ao governo do Estado, quando disputou e perdeu a eleição para Jackson Lago (PDT). A operação foi batizada de Boi Barrica, grupo folclórico maranhense.

A investigação migrou do financiamento da campanha para a influência de Fernando Sarney e de dois empresários ligados a ele -Gianfranco Vitorio Artur Perasso e Flávio Barbosa Lima- na intermediação de negócios privados com estatais. Os dois empresários foram sócios de Fernando Sarney e se formaram engenheiros na mesma turma da USP.

Em agosto, a PF pediu a prisão preventiva de Fernando Sarney e do agente da Polícia Federal Aluisio Guimarães Mendes Filho, de Brasília, que teria lhe repassado informações sobre a investigação.
O juiz da 1ª Vara Federal Criminal de São Luiz, Neian Milhomem Cruz, negou o pedido de prisão. Porém, antes da negativa, Fernando Sarney já havia obtido habeas corpus preventivo no Superior Tribunal de Justiça para não ser preso.

Ex-ministro

O ex-ministro de Minas e Energia Silas Rondeau é apontado pela PF como integrante ativo do esquema. O atual ministro, Edison Lobão, também é citado como alvo de influência. Os dirigentes de estatais abordados pelo grupo, mencionados no relatório, são maranhenses, e com ligações históricas com a família Sarney.

Astrogildo Quental, diretor financeiro da Eletrobras, foi secretário estadual de Infra-Estrutura do Maranhão no governo de Roseana. Ulisses Assad, diretor de engenharia da Valec, responsável pelas licitações para construção da ferrovia Norte-Sul, foi diretor da Caema (Cia. de Águas e Esgoto do Maranhão), também no governo de Edison Lobão (1991-1994).

A investigação foi conduzida pelos delegados Márcio Adriano Anselmo e Thiago Monjardim Santos, ambos de São Luís. Fernando Sarney, sua mulher, Tereza Murad Sarney, e Ana Clara Sarney, uma das filhas do casal, tiveram os sigilos telefônico, fiscal e bancário quebrados. Fernando Sarney teve os telefones grampeados por autorização judicial em dois momentos: no início do inquérito, em 2006, e neste ano.

A PF pediu o bloqueio das contas bancárias de Fernando Sarney, da mulher e da filha. A mesma providência foi pedida em relação ao ex-ministro Silas Rondeau, ao diretor da Valec Ulisses Assad, ao diretor da Eletrobras, Astrogildo Quental, e aos empresários Flávio Lima e Gianfranco Perasso.

A polícia pediu o rastreamento de bens e o bloqueio de contas bancárias de 14 pessoas e de 13 empresas, que fariam parte do suposto esquema.

Negócios

Ao monitorar telefonemas e e-mails de Fernando Sarney, Flávio Lima e Gianfranco Perasso, a PF afirma ter flagrado um pagamento de R$ 160 mil efetuado pela construtora EIT (Empresa Industrial Técnica) à PBL Construtora -de Gianfranco e Flávio Lima-, supostamente como compensação por ter sido subcontratada para obras na Ferrovia Norte Sul, por intermediação de Fernando Sarney.
O relatório da PF transcreve telefonemas recheados de palavrões, em que Flávio Lima pressiona a EIT a efetuar o pagamento, sob risco de não ser contratada para um outro lote da Norte-Sul cujo contrato já estaria com Fernando Sarney.

Em conversa com um funcionário da EIT identificado como Rodrigo, ele ameaça retaliar a empresa na Petrobras e na Eletrobras. Diz que iria se encontrar com Silas Rondeau, que é conselheiro da Petrobras, e com Astrogildo Quental, diretor da Eletrobras.

Depois de ameaçar a empresa, ele diz que iria vistoriar a obra da EIT na Ferrovia Norte-Sul com Fernando (Sarney) e o diretor da Valec.

""Sabe quem vai chegar com Fernando e com Ulisses para fazer a porra da vistoria na sexta-feira? Sou eu!" O pagamento, segundo a PF, foi efetuado duas semanas depois do telefonema descrito.

Nomeação

Além de intermediar encontros entre empresas privadas da área de energia elétrica com o diretor financeiro da Eletrobras, Fernando Sarney, segundo a Polícia Federal, indicou pelo menos um diretor para a Eletrobras: Ronaldo Braga, diretor comercial da área de distribuição, que reúne as empresas estaduais energéticas que foram federalizadas (Piauí, Rondônia, Acre, Alagoas e Amazonas).

Segundo relatório da PF, Astrogildo Quental ligou para o celular de Fernando Sarney, no dia 21 de maio último, e comunicou a "boa notícia" da nomeação de Braga. "Astrogildo fala que foi uma conquista boa" e que havia acordado a indicação com o ministro Edison Lobão naquela manhã. Ato contínuo, Braga envia o currículo para que Gianfranco o examine, para ser entregue ao governo. No mesmo dia, a PF grava ligação de Gianfranco em que ele diz que a diretoria que Braga passou a ocupar "é o principal cargo para os nossos pleitos".

Outro lado - Fernando Sarney nega acusações da PF e vê "interesses"

Empresário diz que pedir audiência para conhecidos em estatais não é crime, mas rechaça ter interferido em licitações públicas

DA SUCURSAL DO RIO

O empresário Fernando Sarney, 52, segundo dos três filhos do ex-presidente da República e senador José Sarney (PMDB-AP), atribui o vazamento do inquérito da Policia Federal a interesses políticos, mas não nega que solicita audiências para empresários que o procuram a executivos de estatais com os quais tenha laços de amizade.

Em entrevista por telefone, disse que nunca interferiu em licitações públicas ou fez negócios escusos com verba pública. Fernando comanda os negócios da família no Maranhão. É presidente do grupo Mirante, que inclui a afiliada da Globo, o jornal "Estado do Maranhão" e uma rede de rádios. (EL)

FOLHA - Relatório da PF acusa o sr. de comandar um organização criminosa que realiza tráfico de influência em estatais em benefícios de empresas privadas.

FERNANDO SARNEY - Estou sabendo. Os jornais de oposição daqui estão vazando alguns trechos do relatório, seletivamente. Eu sou vítima do inquérito, que foi feito pela PF sem eu saber, durante dois anos, encaminhado ao juiz. Pediram minha prisão, da minha filha, da minha mulher, sem que eu soubesse de nada. O juiz negou o pedido. Soube no domingo passado. Estou tentando até agora ter acesso ao inquérito.

FOLHA - Há no relatório transcrição de vários grampos telefônicos. O sr. é acusado de fazer tráfico de influência em estatais para viabilizar contratos de empresas privadas na Valec, na Eletronorte, na Caixa Econômica Federal e na Eletrobras.

SARNEY - Digo, de antemão, que não tenho nenhum negócio com essas empresas. Nenhum. Pode haver falas com amigos que eu tenho lá. Sou empresário. Não tenho cargo público. Sou amigo há 35 anos de pessoas que se formaram comigo, que são meus amigos e que hoje ocupam cargos específicos. Não posso assegurar que não haja diálogos. Deve ter conversa de amigo, mas tráfico de influência, modificar licitação em obra pública, não tem nada.

FOLHA - Qual é a sua relação com os empresários Gianfranco Perasso e Flávio Lima, apontados pela PF como integrantes da organização criminosa para tráfico de influência?

SARNEY - São meus colegas. Nos formamos juntos.

FOLHA - Vocês têm negócios em comum?

SARNEY - Tivemos, claro. Fomos sócios por um tempo numa empresa que fundamos depois de formados. Mas atualmente não temos sociedade formal em negócio. Somos amigos.

FOLHA - Um caso descrito no relatório da PF é o pagamento que a construtora EIT faz à empresa de Lima e Perasso para ser subcontratada em obra da Valec.

SARNEY - Não tenho negócio com a Valec, nada, nada. Essas pessoas têm empresas, são engenheiros. Deve ter sido tudo normal, são empresas privadas.
Aquilo é muito sério. Duvido que tenha conversa minha pedindo alguma coisa. Duvido.

FOLHA - E sobre a nomeação do Ronaldo Braga para uma diretoria na Eletrobras. O relatório mostra o Astrogildo Quintal, diretor financeiro da Eletrobras, dizendo que era uma vitória.

SARNEY - Esse diálogo vazou em jornal de oposição aqui. Não vejo nada de mais. Um amigo que foi indicado. É legal. O que ele fez para mim? Nada.

FOLHA - O sr. conseguiu habeas corpus do STJ para não ser preso?

SARNEY - Consegui, há cerca de 25 dias. É preventivo.

FOLHA - O sr. admite que, eventualmente, pediu para que empresários fossem atendidos?

SARNEY - Tanta gente procura a gente para tudo, que eu não tenho como saber. Se me pedem audiência com o presidente da Eletronorte, eu digo: "Vamos tentar". Não tem nada demais, é coisa rotineira. Acontece todos os dias na minha vida

Frase
"Sou empresário. Não tenho cargo público. Sou amigo há 35 anos de pessoas que se formaram comigo [...] e que hoje ocupam cargos específicos"

"Tanta gente procura a gente para tudo, que eu não tenho como saber. Se me pedem audiência com o presidente da Eletronorte, eu digo: "Vamos tentar". Não tem nada demais, é coisa rotineira"

FERNANDO SARNEY - Empresário

Data	Veículo	Título
19 Nov 2008	Exame	**Eletrobras: geradora ou destruidora?**

Um estudo mostra que a gestão da Eletrobras, a maior geradora de energia no país, causa distorções no setor elétrico e dá prejuízo aos acionistas

José Roberto Caetano, da EXAME

O que acontece com uma companhia que mantém negócios que dão prejuízo sistematicamente, compra insumos por valor mais alto que a média de mercado e, mesmo apresentando lucro no balanço, não distribui dividendos aos acionistas? Bem, esse é o tipo de comportamento que o mercado não costuma perdoar. E é exatamente por essas razões que a Eletrobras, estatal que funciona como holding de 12 empresas geradoras e distribuidoras de energia, além de deter 50% de Itaipu, hoje vale tão pouco. Maior companhia do setor na América Latina, a Eletrobras é responsável por 40% da geração de energia elétrica no país e tem 82 bilhões de reais de patrimônio, mas está cotada por um terço desse montante na Bovespa — na qual mantém abertos 22% do capital total. Isso seria apenas um problema restrito a acionistas e executivos da empresa caso ela não fosse uma propriedade do conjunto dos contribuintes brasileiros. Pior ainda, os movimentos da Eletrobras, dado o seu porte colossal, provocam impacto no setor como um todo, distorcendo as condições de competição para as demais companhias e causando estragos que se convertem em contas de luz mais caras para os usuários. "A ineficiência de gestão da Eletrobras prejudica o consumidor brasileiro e aumenta o custo do país", diz Jerson Kelman, diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Uma análise recém-concluída pelo Instituto Acende Brasil, um centro de estudos mantido por operadoras privadas do setor de energia, em parceria com professores da Universidade de São Paulo, mostra um retrato ruim da Eletrobras. O trabalho avalia o comportamento da empresa em dez situações sob a ótica da governança corporativa — considerando-se o grau de obediência a princípios como transparência na gestão, uso eficaz dos recursos humanos e financeiros, eqüidade no tratamento a acionistas, credores, clientes, fornecedores e funcionários, e responsabilidade com questões sociais e ambientais. Com seu histórico conhecido de sujeição a interesses políticos e loteamento de cargos, não houve surpresa no resultado: em oito das dez situações analisadas, a Eletrobras foi reprovada. "Nosso estudo mostra que a empresa precisa melhorar muito a governança corporativa para tornar mais saudável a competição no setor elétrico no país", diz a economista Virgínia Parente, professora da USP e coordenadora do trabalho.

Além da radiografia da gestão da Eletrobras, o Instituto Acende Brasil avaliou o desempenho da estatal quanto ao aspecto da geração de valor. Para isso, a ferramenta utilizada foi o conceito de Valor Econômico Agregado — ou EVA, na sigla em inglês —, desenvolvido pela consultoria americana Stern Stewart. Trata-se de uma medição do lucro ou prejuízo produzido por uma empresa após subtrair todas as despesas operacionais, os impostos e considerar também o custo do capital empregado para manter a operação. Desse ângulo, ficou claro que, pelo menos no período analisado, dos últimos dez anos, a Eletrobras se mostrou uma destruidora de riqueza em vez de geradora. Em todos os anos, desde 1998, a empresa apresentou EVA negativo. A soma das perdas acumuladas no período foi de incríveis 149 bilhões de reais — mais que o valor de mercado registrado pela Vale em 7 de novembro. Isso no cálculo feito de forma conservadora, utilizando apenas valores correntes. Aplicando uma correção pelo índice da inflação oficial, a destruição de valor sobe para mais de 200 bilhões de reais. "Isso é inadmissível numa empresa que administra bilhões em ativos construídos com o dinheiro dos contribuintes", diz Cláudio Sales, presidente do Acende Brasil. "A Eletrobras deveria se esmerar pela transparência de informações, objetividade das ações, profissionalização e eficiência na gestão."

Entre os casos estudados que significam perda diretamente no bolso de acionistas está o da retenção de dividendos. A conta, estimada em 9 bilhões de reais, diz respeito a participações em lucros que deveriam ter sido distribuídos desde o final dos anos 70. Entre os prejudicados estão investidores estrangeiros, como a gestora de recursos americana Brandes, que tem entre os cotistas diversos fundos de pensão dos Estados Unidos. Detentora de 6% das ações ordinárias da Eletrobras, a Brandes teria 500 milhões de reais a receber. No final de outubro, a Comissão de Valores Mobiliários, em resposta a questionamento da Brandes, considerou que a Eletrobras infringe a Lei das Sociedades Anônimas e determinou apuração de responsabilidades. Curiosamente, o maior credor dos dividendos — por ser o maior acionista — é o Tesouro Nacional, que teria direito a mais de 5 bilhões de reais. A explicação dada pela Eletrobras para não repartir o lucro é a necessidade de investimentos. A mesma preocupação em preservar o capital para realizar projetos, contudo, não é observada em outras frentes. Uma delas é a da gestão da conta de óleo combustível comprado para manter em funcionamento usinas termelétricas que abastecem regiões isoladas, como Manaus, um gasto anual superior a 3 bilhões de reais. Nessa função, a Eletrobras foi flagrada pagando à distribuidora BR, da Petrobras, valores acima da média de mercado. "Quem compra 3 bilhões em óleo tem poder para barganhar, mas a Eletrobras pagou um valor por litro mais caro do que o cobrado na bomba dos postos", diz Kelman, da Aneel, que por isso multou a empresa em 12 milhões de reais.

Riqueza perdida

Há pelo menos uma década, a Eletrobras acumula perda de valor todos os anos pelo critério do EVA (1)
(em bilhões de reais)

1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
-12	-17	-13	-14	-22	-21	-14	-13	-11	-12

Perda total acumulada: 149 bilhões de reais

(1) Economic Value Added, ou Valor Econômico Adicionado, é uma estimativa do lucro ou prejuízo após subtrair todas as despesas operacionais, inclusive o custo do capital empregado na operação
Fontes: Stern Stewart e Instituto Acende Brasil

Diante disso, o que tem a dizer a direção da Eletrobras? "Recebi a determinação de criar aqui um sistema integrado, competitivo e rentável", afirma José Antonio Muniz Lopes, engenheiro com mais de 40 anos de casa, nomeado em março para presidir a empresa. "A ordem, uma decisão política do presidente da República, é fazer da Eletrobras uma Petrobras do setor elétrico." Aviso aos navegantes: entenda-se por essa mudança uma empresa talvez ainda mais encorpada, com capacidade até de atuar no exterior. Lopes aponta providências que já foram tomadas para atacar alguns dos problemas listados no estudo do Acende Brasil. "Esse relatório nasceu caduco, porque saiu sem levar em conta as mudanças que estamos fazendo", diz ele.

Uma delas foi a criação de uma diretoria única para cuidar das seis distribuidoras estaduais que deveriam ter sido privatizadas, mas não foram devido a influências políticas. Usadas como cabides de emprego e para promover benesses com dinheiro público, nos estados de Rondônia, Amapá, Amazonas, Acre, Alagoas e Piauí elas deram prejuízo conjunto de 1,2 bilhão de reais em 2007. Agora, todas têm um só presidente, Flávio Decat de Moura, profissional respeitado no setor. O plano anunciado é sanear as operações e fazê-las dar lucro em 2009. Lopes também diz que os acionistas vão receber os dividendos retidos. "Estamos dentro da lei, mas vamos pagar, porque é estratégico para recuperar o valor da empresa na bolsa", afirma. Quando, ainda não está certo. Recentemente, a Eletrobras anunciou que conseguiu que seus papéis passassem a ser considerados de nível 2 na bolsa de Nova York, o que significa que podem ser negociados no pregão — no nível 1 estavam confinados a negócios de balcão. "Agora queremos entrar para a lista do índice Dow Jones", diz o presidente da empresa. Para o bem dos contribuintes brasileiros, é bom que esses planos vinguem e a Eletrobras se concentre essencialmente em ser uma geradora, e não destruidora — de energia e de riqueza.

Data	Veículo	Título
29 Jan 2009	Folha de S. Paulo	**Patrocínio de estatais para Fórum Social é de R$ 850 mil**

Evento não ocorreria no Brasil sem apoio de empresas do governo, diz fundador

Para participantes, ligação com as instituições pode direcionar politicamente o encontro; contrapartida para empresas é publicitária

JOÃO CARLOS MAGALHÃES
DA AGÊNCIA FOLHA, EM BELÉM
ANA FLOR
ENVIADA ESPECIAL A BELÉM

Quatro empresas estatais contribuíram com R$ 850 mil para a organização do Fórum Social Mundial deste ano, que acontece até o dia 1º de fevereiro em Belém (PA).

Petrobras (R$ 200 mil), Banco do Brasil (R$ 150 mil), Caixa Econômica (R$ 400 mil) e Eletronorte (R$ 100 mil) afirmam que a contrapartida do patrocínio foi publicitária -anúncios no material impresso do encontro e nos locais onde as palestras são realizadas.

No caso do Banco do Brasil, houve também o acerto para que a instituição fosse o banco oficial do evento. Nas placas espalhadas pela UFPA (Universidade Federal do Pará) e pela UFRA (Universidade Federal Rural da Amazônia), os dois principais locais onde o encontro acontece, a reportagem viu os logotipos da Petrobras e da Caixa, mas nenhum da Eletronorte.

A questão de como bancar o fórum é polêmica. Como o encontro se pretende apartidário, há participantes que dizem que a vinculação com empresas gerenciadas pelo governo federal cria a possibilidade de que ele seja, do ponto de vista político, "chapa branca".

Em 2003, por exemplo, o evento conseguiu arrecadar R$ 1,8 milhão com Petrobras e Banco do Brasil -valor já corrigido pelo IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo).

Para as edições de 2004 e 2005 do fórum, a Abong (Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais) recebeu, em valor também corrigido, cerca de R$ 640 mil dos Correios por meio da SMPB Comunicação, agência de publicidade de Marcos Valério. O publicitário é acusado de ser o articulador financeiro do esquema do mensalão.

À época, a associação se disse "perplexa" e afirmou que desconhecia a possibilidade de que o dinheiro pudesse ter uma origem irregular.

Autofinanciamento

Para Cândido Grzybowski, do Ibase (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas), fundador do evento, "não haveria fórum no Brasil" se não houvesse apoio de estatais.

"Mas este ano foi o que teve o menor valor [das estatais]", disse. Segundo Grzybowski, a "pequena" ajuda das empresas ligadas ao governo federal é resultado de uma maior eficiência do autofinanciamento -pelo qual as próprias entidades que compõem o Fórum Social o financiam por meio, por exemplo, do pagamento de taxas de participação.

Grzybowski nega que os investimentos feitos pelas estatais direcionem a orientação política do encontro. "Não há condicionamento. Nunca me impuseram nada como agenda. A Petrobras não faz outros patrocínios?", afirmou.

Além dos valores das estatais, o Fórum Social atraiu para cidade de Belém investimentos públicos -dos governos federal e estadual- recordes, de aproximadamente R$ 145,3 milhões para as áreas de infraestrutura, segurança e saúde.

Data	Veículo	Título
20 Fev 2009	Valor Econômico	**Sob pressão do PMDB, Furnas vota mudança**

Chico Santos, do Rio

O constrangimento causado pela declaração do senador Jarbas Vasconcellos (PMDB-PE) à revista "Veja" desta semana de que "boa parte do PMDB quer mesmo é corrupção" não inibou a direção da estatal Furnas Centrais Elétricas de levar adiante a proposta de substituir, em plena vigência dos mandatos, o presidente e o diretor de investimentos da Fundação Real Grandeza, fundo de pensão dos seus empregados. O comando de Furnas, maior geradora estatal de energia elétrica do país, é da cota do PMDB dentro do atual arranjo político do governo.

Sindicatos prometem greve. A proposta de substituição de Sérgio Wilson Ferraz Fontes (presidente) e de Ricardo Carneiro Nogueira (diretor) será votada em reunião do Conselho Deliberativo da Real Grandeza marcada para as 14h de quinta-feira, dia 26, após o Carnaval. Eduardo Henrique Garcia, gerente da área financeira de Furnas será o presidente e, interinamente, o diretor de investimentos. Desejo expresso da direção da empresa, sob o argumento de mau relacionamento com os dois dirigentes, a proposta foi apresentada em parceria pelo presidente do Conselho, Victor Albano Esteves, e pelo conselheiro Wilson Neves dos Santos, indicado por outra patrocinadora, a também estatal Eletronuclear.

Dois conselheiros indicados por Furnas, Ronaldo Neder, titular, e Marcos Vinicius Vaz, suplente, renunciaram ontem aos seus cargos, alegando razões pessoais. Com eles, são seis os ex-conselheiro do fundo de pensão indicados pela patrocinadora que renunciaram desde janeiro do ano passado para não terem que votar na proposta de substituição dos membros da diretoria executiva. No ano passado, a carga peemedebista pela troca na fundação vinha do ex-prefeito do Rio Luiz Paulo Conde, indicado para presidir Furnas por influência do deputado federal Eduardo Cunha (PMDB-RJ).

Em setembro, Conde deixou o cargo, por problemas de saúde, e foi substituído por Carlos Nadalutti Filho, funcionário de carreira de Furnas, mas que, segundo disse ao sair o próprio Conde, também foi indicado pelo partido. O deputado Cunha, um dos mais influentes parlamentares do PMDB do Rio, sempre negou ser o motor da tentativa de mudar a gestão da Real Grandeza, mas nos bastidores de Furnas sua influência é considerada líquida e certa.

Para substituir o conselheiro Neder e poder assegurar a vitória da proposta na reunião de quinta-feira foi indicado para o conselho da fundação o chefe de gabinete de Furnas, Luiz Roberto Bezerra. A fundação tem seis conselheiros, três indicados pelas patrocinadoras e três eleitos pelos participantes, ativos e inativos. O presidente tem o voto de minerva.

Em entrevista ao Valor, Esteves, presidente do conselho, disse que sua proposta de mudança não é subordinada nem à direção de Furnas e nem a pressão política do PMDB. "Não tenho nenhuma relação com alas políticas e nem recebo pressão de seja lá quem for. As propostas que apresento são com o objetivo de melhorar", disse.

A justificativa da proposta de troca dos dois diretores diz que a questão da substituição "vem agravando o relacionamento" entre a fundação e as patrocinadoras e que isso "vem trazendo prejuízos para todas as partes envolvidas". Na semana passada, a direção de Furnas já havia dito, em nota, que pretendia fazer as substituições por problemas de relacionamento.

Escolhidos em agosto de 2005 para um mandato de três anos que terminaria em outubro deste ano, Fontes e Nogueira entraram para a direção da Real Grandeza após a fundação ter perdido em 2004 R$ 153 milhões com aplicações no falido Banco Santos e com apenas R$ 2 milhões de superávit atuarial. De lá até agora a Real Grandeza acumulou rentabilidade de 81% sobre o patrimônio, contra exigência atuarial de 40%, e o superávit chegou a R$ 1,2 bilhão.

O fundo tem patrimônio de R$ 7,3 bilhões, sendo R$ 6,3 bilhões livres para investimento. Em novembro do ano passado, Fontes foi eleito o dirigente de fundo de pensão do ano em votação aberta dos membros da Associação Brasileira de Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp). Questionado sobre o fato, Esteves disse que o presidente da fundação merecia o prêmio, mas insistiu que a troca era para "melhorar a relação".

Geovah Machado, um dos conselheiros eleitos, disse que o esforço para derrubar os dirigentes da fundação "é uma luta de interesses escusos" e afirmou que "as pessoas estão desesperadas" e que "a greve é inevitável". Antonio Maria Claret, presidente do Sindicato dos Eletricitários de Brasília, disse que, apesar das dificuldades da data, os mais de 20 sindicatos de empregados de Furnas vão convocar uma paralisação para quinta-feira.

Data	Veículo	Título
21 Fev 2009	Folha de S. Paulo	**A pedido de Lula, Eletrobras dá dinheiro a agremiações do Rio**

DA SUCURSAL DO RIO

A estatal Eletrobras, a pedido do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, socorrerá as escolas de samba do Rio. O apoio de R$ 3 milhões às 12 agremiações do Grupo Especial -R$ 250 mil para cada uma- foi confirmado ontem pela empresa, mas só será liberado após o Carnaval.

As escolas ainda receberão R$ 1 milhão da construtora Andrade Gutierrez. Lula assistirá ao primeiro dia de desfiles do Rio, no domingo, após 15 anos sem que um presidente comparecesse ao sambódromo.

O presidente da Liesa (Liga Independente das Escolas de Samba), Jorge Castanheira, reconheceu ontem que os apoios de Eletrobras e Andrade Gutierrez são decorrentes de uma iniciativa de Lula. No mês passado, a entidade enviou carta ao presidente pedindo ajuda, já que escolas estavam em dificuldades por causa da crise financeira internacional e da alta do dólar -que afastaram os patrocínios e aumentaram os custos.

O governador do Rio, Sérgio Cabral (PMDB), e o prefeito da capital, Eduardo Paes (PMDB), falaram com Lula sobre o assunto, segundo Castanheira.

"Apoios ajudam muito, mas creio que não serão suficientes para que as escolas paguem suas dívidas", disse.
Entre subvenções públicas, direitos de transmissão pela TV e outras fontes, as agremiações receberão cerca de R$ 3,5 milhões cada uma. Em 2008, Lula determinou que a Petrobras injetasse recursos no desfile -foram R$ 6 milhões. Braskem e Quattor entraram com mais R$ 3 milhões cada uma.

As contrapartidas pedidas pela Eletrobras foram: publicidade nas quadras das 12 escolas e na arquibancada popular da avenida Presidente Vargas; divulgação do nome da empresa antes de cada desfile; ingressos para funcionários no setor 1; cessão de fotos para um livro-brinde e da Cidade do Samba para um evento. A empresa não quis comentar o acordo nem confirmar o pedido de Lula. A Andrade Gutierrez não falou até o fechamento desta edição.

Data	Veículo	Título
25 Fev 2009	Correio Braziliense	**O "país do PMDB"**

Principal aliado de Lula toma conta de uma gigantesca máquina administrativa dentro do governo e influi em decisões da ordem de R$ 220 bilhões em recursos federais, desde a geração de energia à produção de alimentos

Ricardo Brito
Da Equipe do Correio

Eles têm a força: José Sarney, Michel Temer, Romero Jucá e Renan Calheiros: comando peemedebista gerencia grande parte da esplanada dos ministérios

Por pressão do PMDB da Câmara, o fundo de pensão Real Grandeza (FRG), responsável por administrar um patrimônio de R$ 7 bilhões dos funcionários de Furnas, se reúne amanhã para decidir se destitui o diretor-presidente do fundo, Sérgio Wilson Fontes, e o diretor de investimentos, Ricardo Carneiro Gurgel. O problema com os dois diretores não está relacionado à má gestão, até porque a atual administração tirou o fundo do vermelho, levando-o a um superávit de R$ 1,2 bilhão. A questão é apenas de relacionamento com o presidente de Furnas, Carlos Nadalutti, indicado pelas bancadas do partido de Minas e do Rio de Janeiro.

Esse é um exemplo mais visível - e dizem os críticos, mais rentável - da força que o PMDB tem com o apadrinhamento político na máquina pública federal.

O partido tem seis ministros no governo Lula e comanda os principais cargos dessas pastas: Agricultura, Comunicações, Defesa, Integração Nacional, Minas e Energia e Saúde. Contudo, segundo levantamento realizado ao longo da semana passada com lideranças partidárias, lobistas e empresários, o PMDB conta com indicados em postos-chave nos ministérios das Cidades, da Justiça, dos Transportes e nos órgãos e bancos de fomento vinculados à Fazenda, além de fundos de pensão vinculados a algumas categorias.

Estimativas mais conservadoras apontam que esses cargos dão à legenda o poder para influir em decisões da ordem de R$ 220 bilhões em recursos federais das mais diversas áreas - um valor correspondente a 13% dos R$ 1,6 trilhão previstos para gastos no Orçamento da União deste ano.

A amplitude desses cargos permite que um cidadão comum viva num "país do PMDB". O partido comanda a geração e transmissão de energia elétrica, a política de abastecimento de alimentos, investimentos de bancos estatais e os sistemas de comunicação, seja via telefonia, seja por cartas. Tem também influência sobre a fiscalização de estradas federais, sobre a escolha de projetos de habitação e da malha ferroviária e ainda sobre a regulação dos serviços de combustíveis, de telecomunicações e de transportes aquaviários.

O poder dos caciques do PMDB pode ser medido pelo orçamento administrado pelas indicações de cada um. O triunvirato do partido tem aliados em postos-chave. O atual e dois ex-presidentes do Senado, José Sarney (AP), Renan Calheiros (AL) e Jader Barbalho (PA), ratearam os principais cargos do setor de energia no país (veja quadro). Indicação de Sarney, o senador Edison Lobão (PMDB-MA) tornou-se ministro de Minas e Energia ano passado. O grupo tem aliados nas presidências da Eletrobras e da Eletronorte, dois dos principais cargos da área. Somado às estatais, o orçamento do ministério chega a R$ 80 bilhões - o maior da Esplanada.

Num segundo escalão de força, existem as nomeações pulverizadas pelas bancadas da Câmara e do Senado. Nelas, estão inclusos cargos menos expressivos do setor de energia, mas há indicações com capilaridade e poder nas bases: os projetos do Ministério da Integração Nacional, as diretorias e superintendências dos Correios, responsável pela distribuição de mercadorias país afora, e da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), que cuida da saúde indígena. Nesse segundo nível, destacam-se o senador Romero Jucá (RR) e os deputados Eduardo Cunha (RJ), Eunício Oliveira (CE), Fernando Diniz (MG) e o ministro Geddel Vieira Lima (BA).

Na terceira esfera, encontram-se nomeações de cota pessoal ou de políticos sem mandato. O economista Djalma Bezerra, por exemplo, foi indicado pelo governador do Amazonas, Eduardo Braga (PMDB), para comandar a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). Renovado, o órgão foi um epicentro de escândalos de corrupção na gestão FHC, levando Jader Barbalho a deixar a presidência e, depois, o Senado para não ser cassado.

"O PMDB nunca foi tão bem atendido no governo Lula", afirma o líder do PMDB na Câmara, Henrique Eduardo Alves (RN). O recorrente apetite do partido por mais cargos cessou. A legenda saciou-se e o

Palácio do Planalto avalia que o aliado recebeu o que queria, até mesmo para apoiar em 2010 a ministra Dilma Rousseff para suceder Lula.

Afinal, para que tanto cargo? "É o tipo de loteamento que todos os governos no país fizeram e fazem para governar", conta o cientista político Octaciano Nogueira, da Universidade de Brasília (UnB). "Mas podem ser frutos de corrupção e até caixa eleitoral como demonstrou o escândalo do mensalão", ressalva o historiador Marco Antonio Villa, da Universidade Federal de São Carlos (Ufscar), ao lembrar que o esquema de compra de votos no Congresso veio à tona depois que se revelou o recebimento de propina por um funcionário de terceiro escalão indicado pelo PTB. Ambos pregam uma reforma do Estado para reduzir boa parte dos 20 mil cargos federais de livre nomeação.

Não se sabe quantos desses postos passaram pela bênção de peemedebistas. A assessoria do presidente do partido e da Câmara, Michel Temer (SP), não dispõe de informações. Nem as lideranças partidárias arriscam um número.

Os donos do poder

O PMDB é uma máquina com representação política em 85% dos municípios brasileiros. O partido administra oito dos 27 governos estaduais e fez nas eleições municipais passadas 23% dos 5,5 mil prefeitos. Tem ainda as presidências da Câmara e do Senado. Saiba quais os cargos sob influência dos três principais caciques e qual a importância de cada um deles (*):

José Sarney

- ✓ Ministro de Minas e Energia (MME), Edison Lobão - Administra um orçamento previsto para este ano, somado ao das estatais, de R$ 80 bilhões
- ✓ Secretário-executivo do MME, Márcio Zimmermann - Substituto do ministro nas ausências
- ✓ Presidente da Eletrobras, José Antonio Muniz - Maior companhia do setor da América Latina, é responsável por controlar grande parte do sistema de geração e transmissão de energia do país
- ✓ Diretor financeiro da Eletrobras, Astrogildo Quental - Uma das seis diretorias que tem direito a voto em grandes investimentos da Eletrobras
- ✓ Conselheiro de Administração da Petrobras, Silas Rondeau - Participa de decisões de investimento estratégicas da estatal petrolífera
- ✓ Diretor da Agência Nacional de Petróleo, Alan Kardec - Decide juntamente com outros quatro diretores da política de regulação do setor
- ✓ Diretora da Agência Nacional de Telecomunicações, Emília Ribeiro - Participa de decisões sobre políticas de regulagem do setor
- ✓ Vice-presidente de Logística da Caixa, Sérgio Pinheiro Rodrigues - Responsável pela política de criação e aumento da rede bancária da Caixa
- ✓ Diretor de Engenharia da Valec, Ulisses Assad - Responsável por construir e reformar a malha ferroviária brasileira
- ✓ Diretores do Banco da Amazônia, João Alberto e Evandro Bessa - Participam da decisão de administrar recursos bilionários para o desenvolvimento da Região Norte
- ✓ Diretor-geral da Agência Nacional de Transporte Terrestre, Fernando Fialho - Autarquia responsável por regular e supervisionar a prestação de serviços de transporte aquaviário e de exploração de infraestrutura aeroportuária

Renan Calheiros

- ✓ Secretário-executivo do MME, Márcio Zimmermann - Substituto do ministro nas ausências
- ✓ Diretor de Distribuição da Eletrobras, Flávio Decat - Responsável por coordenar as ações de sete distribuidoras de energia do Norte e Nordeste federalizadas
- ✓ Presidência da Transpetro, Sérgio Machado - Comanda licitação bilionária para a compra de navios e é a principal empresa da Petrobras de logística e transporte de combustíveis

Jader Barbalho

- ✓ Presidente da Eletrobras, José Antonio Muniz - Maior companhia do setor da América Latina, é responsável por controlar grande parte do sistema de geração e transmissão de energia do país
- ✓ Presidente da Eletronorte, Jorge Palmeira - Subsidiária da Eletrobras, gera e fornece energia para nove estados da Amazônia Legal

* Além desses cargos, os três políticos têm influência nas nomeações das autarquias federais em cada um dos seus estados.

Data	Veículo	Título
02 Mar 2009	Revista Época	**Fundo de pensão de Furnas: uma briga de R$ 6 bilhões**

O PMDB tentou, mas não levou o controle do Real Grandeza. Calma. Foi só o primeiro capítulo

A ideia parecia fadada ao sucesso. Uma parte do PMDB articulou uma manobra discreta para tomar o controle do Real Grandeza, o fundo de pensão que comanda um patrimônio de R$ 6,3 bilhões em contribuições de 12.500 funcionários e aposentados de Furnas e da Eletronuclear, estatais do setor elétrico. Bastava que os apadrinhados do partido em Furnas conseguissem aprovar, numa reunião convocada para um dia após o Carnaval, o afastamento dos atuais diretores do Real Grandeza. Mas o que havia sido planejado para ser uma vitória silenciosa tornou-se na semana passada uma fragorosa derrota pública.

O PMDB deseja o Real Grandeza desde o ano passado, quando o deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) indicou o ex-prefeito do Rio Luiz Paulo Conde para a presidência de Furnas. Cunha nega ter sido o padrinho. Conde saiu meses depois por problemas de saúde, mas o PMDB não desistiu. Há duas semanas, o presidente de Furnas, Carlos Nadalutti Filho, também indicado pelo PMDB, voltou à carga e pediu o afastamento do presidente do Real Grandeza, Sérgio Wilson Fontes, e do diretor de investimentos, Ricardo Gurgel.

A funcionários, Nadalutti disse que se tratava de uma "orientação" do ministro das Minas e Energia, Edison Lobão (PMDB). Lobão afirma que a atual diretoria mudou o estatuto do fundo na surdina para se perpetuar no poder e se recusa a fornecer dados do desempenho financeiro do fundo à presidência de Furnas. "Isso é uma bandidagem completa. Esse pessoal está revoltado porque não quer perder a boca. O que eles querem é fazer uma grande safadeza", diz Lobão. Ele teve até uma reunião com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva para tratar do assunto. Mas os protestos de aposentados e sindicatos ligados ao PT, que acusam Lobão e o deputado Eduardo Cunha de tentar tomar o controle do fundo, foram mais fortes. Lula brecou a manobra do PMDB.

Não se sabe por que o PMDB quer mudar a diretoria do Real Grandeza. A atual diretoria exibe bons resultados. Na última fiscalização feita pela Secretaria de Previdência Complementar, o Real Grandeza apresentou um resultado positivo de R$ 1,2 bilhão. "Houve uma melhora de gestão", diz o secretário de Previdência Complementar, Ricardo Pena. "Essa nova diretoria não faz aplicações de alto risco." Os atuais diretores foram nomeados em 2005, logo após o Real Grandeza ter perdido R$ 153 milhões com aplicações de alto risco no Banco Santos (que viria a quebrar meses depois). No mesmo ano, o fundo foi investigado pela Comissão de Valores Mobiliários e pela CPI dos Correios por operações suspeitas que geraram prejuízos.

A missão dos fundos de pensão é administrar o dinheiro descontado do salário de funcionários públicos para pagar suas aposentadorias. Eles têm bilhões de reais para investir. Por isso os cargos nas diretorias que decidem sobre esses investimentos são tão disputados. O Real Grandeza sempre esteve sob a influência do PT. Em 2005, durante a investigação do escândalo do mensalão, o comando das indicações foi atribuído a Marcelo Sereno, ex-secretário de comunicação do PT. Hoje, o poder é atribuído ao deputado Jorge Bittar (PT-RJ), mas ele nega. É provável que a disputa pelo Real Grandeza tenha sido apenas interrompida, não resolvida. Só há um modo de acabar com as suspeitas de má gestão e as disputas de poder: acabar com as indicações políticas nos fundos de pensão.

Data	Veículo	Título
04 Mar 2009	Revista Veja	**Cargos, cargos e mais cargos**

Cargos, cargos e mais cargos

A disputa pelo fundo de pensão de Furnas, com patrimônio de 7 bilhões de reais, evidencia os métodos do PMDB e seu apreço pela chave do cofre

Alexandre Oltramari e Otávio Cabral

O silêncio foi a única resposta do PMDB às afirmações do senador Jarbas Vasconcelos de que o partido só pensa em assumir cargos para praticar corrupção. Na semana passada, houve mais uma. Numa crua demonstração de que as palavras do senador não embutiam um milímetro de exagero, o PMDB partiu para a briga com o PT pela nomeação de dois cargos de direção da Fundação Real Grandeza, o fundo de pensão dos funcionários de Furnas e da Eletronuclear. Em público, sem nenhum constrangimento e falando alto, o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, do PMDB, defendeu a substituição imediata do presidente e do diretor financeiro de investimentos do fundo, ambos apadrinhados do PT. A contenda é apresentada como uma legítima busca por maior eficiência administrativa na gestão da aposentadoria dos servidores. Não é. O que o PMDB deseja é o controle absoluto do conglomerado que administra um patrimônio superior a 7 bilhões de reais - um tesouro cobiçado tanto por quem tem o hábito de ganhar dinheiro fácil e enriquecer de forma ilícita como por aqueles que planejam forrar o caixa de campanhas políticas. Para usar as palavras do senador Jarbas Vasconcelos, são cargos perfeitos para quem gosta de praticar corrupção em geral - uma vocação da maioria dos peemedebistas.

A disputa entre o PMDB e o PT pelos dois cargos mais importantes do fundo Real Grandeza mostra como o fisiologismo se entranhou de maneira escancarada na política brasileira. Antes, litígios como esse eram discutidos a portas fechadas, às escondidas. Sem nenhuma cerimônia, o ministro de Minas e Energia, que certamente tem deveres muito mais relevantes a cumprir, se envolveu pessoalmente no caso: "Isso é uma bandidagem completa. Esse pessoal está revoltado porque não quer perder a boca", disse Lobão, referindo-se aos atuais dirigentes do fundo, indicados pelo PT.

A resposta foi no mesmo tom: "Se tem quadrilha, não é no Real Grandeza, e sim no PMDB, como disse o senador Jarbas Vasconcelos", devolveu Geovah Machado, um dos conselheiros do fundo. Na primeira vez que dois partidos da base do governo entraram em choque publicamente pela disputa de poder (o PT de José Dirceu e o PTB de Roberto Jefferson), em 2005, o país teve a oportunidade de conhecer o mensalão. Para evitar uma nova e desagradável surpresa, o presidente Lula entrou no circuito e promoveu um cessar-fogo entre a turma da "bandidagem" e a da "quadrilha". A interferência do presidente dá a medida do que está por trás da investida do PMDB: a chave de um cofre com 6,5 bilhões de reais, dinheiro que compõe a carteira de investimentos do Real Grandeza, nas mãos do PT desde o início do governo Lula. O atual presidente, Sergio Wilson Ferraz, e o diretor de investimentos, Ricardo Gurgel Nogueira, assumiram seus postos em agosto de 2005, sob as bênçãos da cúpula do partido.

Em 2007, o PMDB foi agraciado com o comando de Furnas, a estatal responsável pelo abastecimento de energia no Rio de Janeiro e em São Paulo, mas nunca conseguiu controlar todos os setores da empresa, principalmente o mais cobiçado deles: o Real Grandeza. A tentativa frustrada da semana passada foi a terceira em menos de dois anos. "O que leva um ministro a perder tempo brigando pelo comando do fundo de pensão dos aposentados é um mistério preocupante", diz Tania Vera, presidente da Associação dos Aposentados de Furnas. É realmente preocupante, mas não chega a ser um mistério. Os fundos de pensão são um terreno fértil para toda sorte de maracutaias. Apesar de serem bancados também com dinheiro público, eles são entidades privadas e não estão sujeitos à fiscalização por órgãos de controle, como o Tribunal de Contas da União. Respeitando algumas normas que estabelecem limites de aplicação, há um mundo de possibilidades ao alcance de um gestor desonesto. A principal delas - e a mais conhecida - é usar a flexibilidade de investimento para fazer negócios ruins para o fundo e muito bons para corretoras, bancos e empresas brindados com o dinheiro dos associados.

Uma pista para entender a atração do PMDB pelo Real Grandeza - e a relutância do PT em abrir mão de seu comando - pode ser encontrada no relatório final da CPI dos Correios, concluída em 2006. Em um capítulo com mais de cinquenta páginas, há o detalhamento de como os fundos de pensão foram usados para financiar o mensalão, a partir de uma série de operações financeiras suspeitas que rendiam lucros astronômicos para a "organização criminosa" chefiada pelo então ministro José Dirceu. Os dividendos da tramoia eram usados para subornar os políticos que votavam a favor do governo - os famosos mensaleiros. Entre 2003 e 2004, o Real Grandeza destinou 54% de seus investimentos a três bancos pequenos, considerados de alto risco e ligados diretamente ao mensalão: Santos, BMG e Rural. O Banco Santos, liquidado pelo Banco Central, tragou sozinho 164 milhões de reais dos aposentados de Furnas. "As aplicações do Real Grandeza no Santos foram todas realizadas por ingerência política", disse a VEJA um

auditor do Banco Central que investigou a falência da instituição. "Não havia nenhuma justificativa técnica para o fundo ter concentrado tanto dinheiro ali." Com a revelação do esquema, toda a diretoria indicada pelo PT foi destituída. O próprio PT, porém, se encarregou de nomear os substitutos.

Com patrimônio de 293 bilhões de reais, uma fortuna equivalente ao PIB dos Emirados Árabes, os fundos de pensão de empresas estatais têm um papel relevante na economia brasileira. Da privatização das companhias telefônicas à construção de shoppings e hotéis, passando pela administração de portos e rodovias, nenhum grande negócio é fechado no país sem a participação decisiva dos fundos. De acordo com José Matias-Pereira, professor da Universidade de Brasília, a importância dos fundos para a economia e o futuro de seus associados deveria tornar a escolha de seus gestores ainda mais criteriosa, observando a capacidade técnica e o compromisso com os interesses dos associados. "Mas o que acontece é o contrário. Como esses cargos são preenchidos com base em indicações e influências políticas, os administradores acabam sendo mais sensíveis aos interesses de seus padrinhos políticos. No caso do PMDB, esses interesses são bem conhecidos de todos", explica Pereira. A intenção declarada do partido é substituir o atual presidente e o diretor de investimentos do Real. O deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), parlamentar especialista na arte de permutar cargos por favores ao governo, já tem uma indicação, Eduardo Henrique Garcia.

Não são raros, muito menos desconhecidos, os casos em que fundos de pensão de empresas estatais tomam decisões tecnicamente duvidosas, para produzir perdas enormes aos patrocinadores e lucros fantásticos a quem se dispõe a remunerar, por baixo do pano, gestores desonestos e partidos políticos. Estima-se que nos últimos vinte anos o prejuízo dos fundos com negócios ruinosos tenha ultrapassado a cifra de 1 bilhão de reais. O diagnóstico apresentado pela CPI que investigou o tema aponta duas causas para os desvios: a falta de transparência de suas contas e as nomeações políticas. Para sanar o primeiro ralo, foi enviado um projeto de lei ao Congresso para permitir a auditoria externa em todas as contas de fundos de pensão. A proposta vegeta em algum escaninho. A máquina de nomeações políticas, por sua vez, continua operando com plena capacidade. "Ninguém investiga, ninguém acompanha, ninguém sabe o nome do presidente de um fundo. É uma grande caixa-preta controlada pelos partidos que estão no poder", afirma o senador Delcídio Amaral (PT-MS), que presidiu a CPI.

A tentativa do PMDB de assumir o controle do Real Grandeza, combinada com a entrevista na qual Jarbas Vasconcelos denuncia a rotina de corrupção no partido, ressuscitou um movimento pela ética na política que andava adormecido no Congresso desde a absolvição de Renan Calheiros, em 2007. Na ocasião, descobriu-se que Renan, então presidente do Congresso, tinha as contas pessoais pagas por um lobista e mantinha relações para lá de comprometedoras com o empreiteiro Zuleido Veras, o dono da construtora Gautama, uma espécie de braço financeiro-empresarial do PMDB. Renan é apontado pela Polícia Federal e pelo Ministério Público como um defensor dos interesses da empreiteira no Congresso - aprovando emendas, acompanhando a liberação de dinheiro e usando sua influência junto ao governo para conseguir recursos. A PF descobriu que as obras da empreiteira eram sempre superfaturadas, as licitações dirigidas, e parte do dinheiro desviada - ao que tudo indica - para pagar propinas e sustentar campanhas políticas. No inquérito policial existe até a gravação de um diálogo entre Renan Calheiros e um dos investigados, o então superintendente da Caixa Econômica, Flávio Pin, que chegou a ser preso, em que o senador mostra toda a sua preocupação com a liberação de dinheiro para uma obra em Maceió (veja quadro). "Eu liguei lá pra ministra Dilma e vou também falar com o presidente pra ver qual é a solução", diz o diligente Renan.

Na terça-feira, um grupo de cerca de trinta deputados e senadores se reunirá no Congresso para definir a estratégia de ação. No mesmo dia, Jarbas Vasconcelos fará um discurso no Senado no qual apontará o caso Real Grandeza como um exemplo prático do que disse sobre o PMDB. "Vamos criar uma frente de combate à corrupção e pela adoção da transparência em todos os níveis da política", afirma o deputado Fernando Gabeira, do PV do Rio de Janeiro. Eles pretendem fiscalizar com lupa as nomeações políticas, principalmente as feitas pelo PMDB, e exigir um padrão mínimo de ética para os integrantes do Legislativo. Não descartam nem mesmo a instalação de uma CPI para investigar a corrupção, desde que definam um fato a apurar. "É uma reação ao domínio do Congresso pelo PMDB. Após a vitória de Temer e Sarney, eles acharam que tinham um salvo-conduto para fazer qualquer coisa. Mas há uma minoria no Congresso, aliada à opinião pública, que não deixará isso acontecer em silêncio", diz o deputado Gustavo Fruet, do PSDB do Paraná.

O grupo que se forma para enfrentar a corrupção na política é o mesmo que se notabilizou em outros momentos de crise na era Lula. A primeira aparição foi no escândalo do mensalão, quando o grupo teve uma atuação decisiva para impedir o arquivamento da CPI antes mesmo de sua instalação. A seguir, na gestão de Severino Cavalcanti na presidência da Câmara, em 2005, quando ele foi flagrado recebendo uma propina de um empresário. Na ocasião, Gabeira tomou a frente pela destituição de Severino, que acabou renunciando. Na crise dos sanguessugas, em 2006, o levante foi contra o voto secreto nas sessões de cassação de parlamentares, que permitiu a absolvição da maioria dos acusados. No caso Renan Calheiros, em 2007, a batalha foi pelo fim das sessões secretas de cassação no Senado. Diz o deputado Gabeira: "Em todos esses momentos, conseguimos alguns pequenos avanços, que foram seguidos por novos retrocessos. Essa aliança de PT com PMDB só cede quando há uma união dessa minoria eloquente com a imprensa e a opinião pública. Quando o barulho para, eles voltam a fazer tudo de novo".

Data	Veículo	Título
28 Mai 2009	Folha de S. Paulo	**Gabrielli nega que Petrobras seja petista e use critérios partidários**

Segundo o presidente da estatal, "só tem uma pessoa que é de fora, que sou eu"

DA AGÊNCIA FOLHA, EM SALVADOR
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli, negou ontem, em entrevista em Salvador, que a empresa tenha se tornado petista durante sua gestão e que use "critérios partidários" para firmar contratos e repassar verbas de patrocínio.

"A diretoria da companhia só tem uma pessoa que é de fora da Petrobras, que sou eu, que fui indicado pelo Conselho de Administração", disse Gabrielli, após ser questionado se a empresa se tornara "petista". Segundo ele, os seis diretores são funcionários de carreira.

Entre as linhas de investigação, a CPI da Petrobras no Senado quer esclarecer a utilização de ONGs na Bahia -uma delas presidida por uma dirigente petista- para o repasse de verbas para festas de São João realizadas por prefeituras. Em 2008, a estatal repassou R$ 1,4 milhão para patrocinar festas juninas em 26 cidades.

Questionado sobre os critérios de escolha das instituições, Gabrielli respondeu: "Eu poderia também revelar aqui o que nós estamos gastando, por exemplo, em publicidade com jornais e com as televisões. Isso é muito mais do que repassamos às entidades". Ele negou que estivesse fazendo uma ameaça à imprensa. Gabrielli também negou favorecimento a ONGs petistas.

Também em Salvador, Lula negou ter interferido nas indicações para compor a CPI. "É problema do Congresso, sobretudo do Senado. Eles vão se reunir e indicar quem deve ser presidente, relator, suplente. O presidente não tem competência para dar palpite sobre quem deve ser [indicado]."

Data	Veículo	Título
16 Jun 2009	Exame Online	**"Risco Requião" volta a assustar o mercado**

Exame.com
http://exame.abril.com.br/negocios/empresas/noticias/risco-requiao-volta-assustar-mercado-477649

16/06/2009 15:22

Governador do Paraná decidiu não repassar reajuste sobre energia da Copel ao consumidor; ações despencam

O dia não está dos melhores para o Ibovespa, principal índice de referência da bolsa brasileira, que caía 1,17%% às 14h59. As ações preferenciais da Copel (CPLE6), porém, intensificavam a baixa e, ao mesmo tempo, apresentavam forte desvalorização de 5,22%, sendo cotadas a 27,96 reais.

O fraco desempenho dos papéis da companhia veio em resposta à afirmação de Roberto Requião, governador do Paraná, de que a Copel não repassará para a conta de luz o aumento de tarifas que deve ser autorizado pela Aneel no dia 24.

"Em razão da crise que assola globalmente a economia, a diretoria da Copel, por orientação do acionista majoritário, recomendou que, neste momento, o reajuste tarifário tenha efeito nulo para o consumidor", confirmou a empresa em comunicado oficial.

A decisão foi considerada negativa pela corretora Ativa, apesar de não acreditar que o fato chegue a surpreender o mercado. Segundo seu relatório, os efeitos serão sentidos nos preços dos papéis em curto prazo, além de elevarem a percepção de risco do investidor que iniciava a precificação de uma recuperação da gestão da estatal.

Fora isso, a equipe ressaltou que a geração de caixa que aconteceria entre 2009 e 2010 foi adiada e que o reajuste não repassado aos consumidores será acumulado em ativo regulatório a ser compensado.

Para os analistas, a decisão de agora lembra um episódio ocorrido em junho de 2003, quando houve um reajuste tarifário de 25,27% pela Aneel, mas sem que a Copel repassasse prontamente. Alguns meses mais tarde, em janeiro de 2004, 15% foram repassados apenas e o restante do reajuste veio em junho.

Data	Veículo	Título
17 Jun 2009	Valor Econômico	**Requião suspende trégua com mercado**

Depois de três anos de trégua com o mercado, declarações do governador do Paraná, Roberto Requião (PMDB), voltaram a afetar as ações da Copel, que tiveram ontem queda de 6,44%, a maior baixa do Índice Bovespa. Ele disse na segunda-feira e reiterou ontem que não vai autorizar repasse aos consumidores de aumento que porventura venha a ser autorizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) na próxima semana. Disse ainda que levará uma proposta à assembleia legislativa do Estado que imponha um teto máximo de distribuição de dividendos para as estatais de 25% dos resultados. Esse percentual é muito baixo para o setor de energia, que em média distribui 50% dos lucros.

Já não é de hoje que a Copel distribui apenas 25% dos lucros, mas os investidores já vinham desde o início deste ano comprando os papéis antevendo uma mudança de governo em 2010. Mas as novas interferências de Requião na companhia mostraram que o investidor pode ser afetado também no curto prazo. Isso porque, a depender da forma como a questão do reajuste será tratada, a receita da companhia e consequentemente seus resultados podem também ser afetados. A Copel diz estar avaliando com a Aneel a possibilidade de diferir o reajuste. O analista da Moody's José Manoel Soares diz que se a Aneel der essa autorização apenas o caixa da empresa será afetado.

Desde que assumiu o governo, em 2003, Requião interfere na definição de tarifas da Copel. Em junho daquele ano, o aumento autorizado foi de 25,27%, mas nada foi repassado para a conta de luz. Em janeiro de 2004, foram aplicados 15% de reajuste e a diferença continuou sendo oferecida como desconto para quem pagasse o débito em dia. No ano seguinte, a Aneel autorizou aumento de 14,43%, sendo que 9% foram repassados. Outros 5% ficaram para fevereiro de 2005. Em junho, a conta deveria subir 7,8%, mas o governador não autorizou de imediato, e só em agosto houve aumento de 4,4%.

Com o passar do tempo, os reajustes ficarem menores, o que reduziu o atrito entre Requião, investidores e analistas. Em junho de 2006, a Aneel autorizou repasse de 5,12%, que foi feito. No ano seguinte, o reajuste foi negativo em 1,22% e, em 2008, de 0,04%. Sobre 2009, Requião vinha dando sinais de que seria contrário a aumentos, como medida para combater a crise.

"O Brasil inteiro está aumentando, em média, 20% o preço da energia. Mas os paranaenses podem ficar tranquilos. O Governo do Estado se recusa a aumentar as tarifas neste momento de crise", disse, na segunda-feira. No mesmo dia, a empresa fez um comunicado ao mercado informando que, por orientação do acionista majoritário, a diretoria recomendou que o "reajuste tarifário tenha efeito nulo para o consumidor".

O índice a ser autorizado pela Copel ainda não é conhecido, mas o reajuste levaria em conta a alta do dólar no final do ano passado que encareceu a energia de Itaipu, o acionamento das térmicas que gerou encargos para o consumidor, a entrada em operação de projetos do Proinfa em que a energia gerada é mais cara.

Ontem o presidente da Copel, Rubens Ghilardi, disse em reunião com membros do governo que a companhia paranaense já tem a menor tarifa do país. "A tarifa residencial da Copel teria de subir 14% para igualar-se à segunda menor tarifa residencial do país, enquanto a tarifa das indústrias teria que ser aumentada em 22%, a dos estabelecimentos comerciais em 23% e a dos rurais em 20%."

"O seu compromisso com a lucratividade não se sobrepõe ao interesse social da geração de empregos, do incremento de renda e da melhoria na qualidade de vida da população", argumentou Requião. Segundo o governador, "com o crescimento do consumo de energia elétrica, a Copel recuperará o percentual que não repassou como tarifa na quantidade comercializada e não no preço".

ENERGIA

Requião suspende trégua com mercado

Governador diz que não autorizará aumento de tarifas ao consumidor.
Por **Marli Lima** e **Josette Goulart**, de Curitiba e São Paulo

Depois de três anos de trégua com o mercado, declarações do governador do Paraná, Roberto Requião (PMDB), voltaram a afetar as ações da Copel, que tiveram ontem queda de 6,44%, a maior baixa do Índice Bovespa. Ele disse na segunda-feira e reiterou ontem que não vai autorizar repasse aos consumidores de aumento que porventura venha a ser autorizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) na próxima semana. Disse ainda que levará uma proposta à assembleia legislativa do Estado que imponha um teto máximo de distribuição de dividendos para as estatais de 25% dos resultados. Esse percentual é muito baixo para o setor de energia, que em média distribui 50% dos lucros.

Já não é de hoje que a Copel distribui apenas 25% dos lucros, mas os investidores já vinham desde o início deste ano comprando os papéis antevendo uma mudança de governo em 2010. Mas as novas interferências de Requião na companhia mostraram que o investidor pode ser afetado também no curto prazo. Isso porque, a depender da forma como a questão do reajuste será tratada, a receita da companhia e consequentemente seus resultados podem também ser afetados. A Copel diz estar avaliando com a Aneel a possibilidade de diferir o reajuste. O analista da Moody's José Manoel Soares diz que se a Aneel der essa autorização apenas o caixa da empresa será afetado.

Desde que assumiu o governo, em 2003, Requião interfere na definição de tarifas da Copel. Em junho daquele ano, o aumento autorizado foi de 25,27%, mas nada foi repassado para a conta de luz. Em janeiro de 2004, foram aplicados 15% de reajuste e a diferença continuou sendo oferecida como desconto para quem pagasse o débito em dia. No ano seguinte, a Aneel autorizou aumento de 14,43%, sendo que 9% foram repassados. Outros 5% ficaram para fevereiro de 2005. Em junho, a conta deveria subir 7,8%, mas o governador não autorizou de imediato, e só em agosto houve aumento de 4,4%.

Com o passar do tempo, os reajustes ficarem menores, o que reduziu o atrito entre Requião, investidores e analistas. Em junho de 2006, a Aneel autorizou repasse de 5,12%, que foi feito. No ano seguinte, o reajuste foi negativo em 1,22% e, em 2008, de 0,04%. Sobre 2009, Requião vinha dando sinais de que seria contrário a aumentos, como medida para combater a crise.

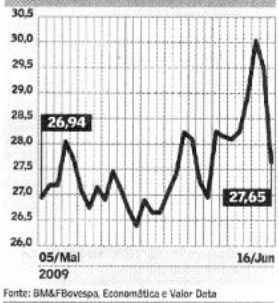
"O Brasil inteiro está aumentando, em média, 20% o preço da energia. Mas os paranaenses podem ficar tranquilos. O Governo do Estado se recusa a aumentar as tarifas neste momento de crise", disse, na segunda-feira. No mesmo dia, a empresa fez um comunicado ao mercado informando que, por orientação do acionista majoritário, a diretoria recomendou que o "reajuste tarifário tenha efeito nulo para o consumidor".

O índice a ser autorizado pela Copel ainda não é conhecido, mas o reajuste levaria em conta a alta do dólar no final do ano passado que encareceu a energia de Itaipu, o acionamento das térmicas que gerou encargos para o consumidor, a entrada em operação de projetos do Proinfa em que a energia gerada é mais cara.

Ontem o presidente da Copel, Rubens Ghilardi, disse em reunião com membros do governo que a companhia paranaense já tem a menor tarifa do país. "A tarifa residencial da Copel teria de subir 14% para igualar-se à segunda menor tarifa residencial do país, enquanto a tarifa das indústrias teria que ser aumentada em 22%, a dos estabelecimentos comerciais em 23% e a dos rurais em 20%."

"O seu compromisso com a lucratividade não se sobrepõe ao interesse social da geração de empregos, do incremento de renda e da melhoria na qualidade de vida da população", argumentou Requião. Segundo o governador, "com o crescimento do consumo de energia elétrica, a Copel recuperará o percentual que não repassou como tarifa na quantidade comercializada e não no preço".

Queda livre
Cotação no fechamento - em R$/ação



Fonte: BM&FBovespa, Economática e Valor Data

Data	Veículo	Título
20 Ago 2009	Canal Energia	**Decisão sobre localização de usinas nucleares será política, diz Abdan**

Decisão sobre localização de usinas nucleares será política, diz Abdan

Coppe/UFRJ está fazendo estudos para apontar melhor local para usinas do Nordeste, que será aprovado pelo Senado

Carolina Medeiros, da Agência CanalEnergia, Expansão

A decisão final sobre onde ficarão localizadas as usinas nucleares a serem construídas no Nordeste será de cunho político, de acordo com o presidente da Abdan, Antonio Muller. Segundo ele, até meados de 2010 serão escolhidos locais possíveis dentros dos estados da Bahia, Sergipe, Pernambuco e Alagoas, mas a decisão final será do Senado Federal.

"Pela lei brasileira, a aprovação do local para usinas nucleares tem que ir ao Senado. Então, vamos fazer recomendações, que vão ao Senado e ele aprova", disse Muller, durante o Fórum Matriz Hidrotérmica e a Segurança do Sistema Elétrico Nacional, que acontece nesta quinta-feira, 20 de agosto, no Rio de Janeiro.

Os estudos detalhados dos sítios estão sendo realizados pela Eletronuclear em parceria com a Coppe/UFRJ."Eles estão analisando questões de água, sísmica e população", comentou. Segundo ele, as áreas que vão sendo estudadas vão recebendo notas. "Áreas que tiverem abalos sísmicos, mesmo que pequenos, terão uma nota, área muito povoada terá outra nota. Assim serão analisados vários itens", explicou.

A idéia, disse Muller, é que depois que se fizer a análise, se escolham quatro locais por estado e se faça uma recomendação ao Senado para se definir quais seriam os locais mais apropriados. O sítio terá capacidade para seis usinas, que totalizam 6 mil MW.

Data	Veículo	Título
05 Out 2009	Folha de S. Paulo	**Eletrobras quer uma Belo Monte no exterior**

Estatal busca se converter em Petrobras do setor elétrico e negocia 9.500 MW em novas usinas pela América do Sul

Objetivo é internacionalizar a Eletrobras e trazer para o país energia hidrelétrica de usinas construídas em outros países da região

AGNALDO BRITO
DA REPORTAGEM LOCAL

A Eletrobras, estatal com planos de ser a Petrobras do setor elétrico, negocia a construção de grandes hidrelétricas na América do Sul e na América Central. O ousado plano da estatal prevê a construção de usinas com capacidade instalada total de até 9.500 MW, quase 10% da base ativa hoje no Brasil. Os oito projetos planejados pela Eletrobras quase equivalem ao gigante e polêmico empreendimento de Belo Monte, no rio Xingu (Pará), que está em fase de licenciamento.

Há dois objetivos para esse movimento da estatal brasileira. O primeiro é dar impulso ao seu plano de crescimento, com operações internacionais -o que inclui a busca de negócios na área de transmissão de energia inclusive nos Estados Unidos. O segundo é garantir, com esse movimento, a integração regional da infraestrutura do setor elétrico na América do Sul. A produção de energia em países onde o potencial hidrelétrico ainda não foi usado pode assegurar a expansão da oferta que será necessária ao Brasil.

Por ano, o país precisa expandir de 3.000 MW a 5.000 MW a base instalada, a depender do PIB. Nos últimos anos, sem as hidrelétricas, esse aumento de oferta só foi possível com usinas térmicas a gás natural, mais caras e poluentes. A produção de energia hidrelétrica próxima à fronteira brasileira pode, portanto, atender a essa demanda, avalia a Eletrobras. Isso porque a energia excedente produzida na Guiana, no Peru e na Argentina será transportada por linhas de transmissão para o Brasil.

O projeto mais adiantado é o da usina de Inambari, no departamento de Madre de Dios, no Peru. O projeto prevê a construção de uma usina de 2.000 MW e de uma linha de transmissão com 1.600 quilômetros -que ligará a unidade a Porto Velho (RO). Dessa forma, a energia produzida lá seria, em parte, transferida para o sistema interligado brasileiro. A obra, de US$ 4 bilhões, poderá já estar no leilão de energia para o mercado regulado no Brasil em 2010, com perspectiva de oferta efetiva em 2015.

Além desse, a Eletrobras, em parceria com a Odebrecht, a Engevix, a Andrade Gutierrez e a OAS, estuda quatro aproveitamentos hidrelétricos em solo peruano. Somados, totalizam mais 4.500 MW.

O projeto de Inambari chamou a atenção da imprensa do país andino, que acusa o governo do presidente Alan García de aceitar um projeto que beneficia o Brasil, enquanto os danos ambientais entrarão na conta da Amazônia peruana. É a mesma crítica apontada por muitos opositores do projeto da usina de Belo Monte e dos empreendimentos planejados pelo Brasil em outras áreas da região amazônica.

Binacional

Como Itaipu, há um novo plano para a construção de uma usina binacional. Desta vez, no rio Uruguai. O projeto Garabi, estudado pela CNEC (do Grupo Camargo Corrêa), é parceria entre os governos brasileiro e argentino. A usina planejada terá 2.000 MW de capacidade instalada e linhas de transmissão com capacidade equivalente que levarão essa energia para o Brasil e para a Argentina. Até abril de 2010, os estudos que atentam a viabilidade estarão prontos. A modelagem do projeto ainda não está definida.

Na Guiana, a Eletrobras estuda a construção de uma usina de 800 MW, no rio Mazaruni. Sinval Gama, superintendente de operações internacionais, diz que o projeto abastecerá a Guiana com 100 MW e transferirá para Boa Vista (única capital brasileira fora do sistema interligado) outros 700 MW. Com a importação de energia da Guiana, Boa Vista pode reduzir o uso de térmicas.

A construção de usinas pela Eletrobras fora do Brasil tem ainda projeto na Nicarágua. A hidrelétrica de 220 MW fica no rio Grande de Matagalpa. Segundo Gama, a obra está estimada em US$ 600 milhões. Nesse caso, a energia abasteceria a América Central, onde já existe um sistema interligado e operado por uma empresa.

Data	Veículo	Título
22 Dez 2009	Valor Econômico	**Acionistas pressionam por corte de custos na Celesc**

Energia: Conselho aprova PDV para cortar 40% da folha de pagamentos

Josette Goulart, de São Paulo

A Celesc vai iniciar 2010 em uma encruzilhada na qual terá de decidir se prossegue na gestão política que há anos a vem caracterizando ou se promove um profundo corte de custos sob pena de não ter sua concessão renovada em 2015. A empresa gasta cerca de 60% a mais do que está estabelecido pela Agência Nacional de Energia Elétrica. Só de gastos com pessoal o corte precisa ser de 40%, um passo importante mas difícil para uma das companhias que mais emprega em seu Estado e que é comandada pelo governo estadual que já vive o clima das próximas eleições.

Desde o início do ano, os acionistas minoritários têm jogado suas cartas numa tentativa de fiscalizar seu patrimônio e levar a Celesc ao caminho dos cortes ou pelo menos que a sangria do caixa seja estancada. Fazem isso com o poder de quem detêm quase 80% do capital. Eles não admitem que uma empresa com faturamento anual próximo a R$ 5 bilhões não dê retorno a seus acionistas em função de alto custeio. Entre os maiores acionistas estão a Previ, a Eletrobras e a Tarpon Investimentos. O governo do estado tem hoje 20,20% do capital total, mas é controlador com 50,18% das ações ordinárias. O segundo maior acionista é a Previ, com quase 15% do capital total.

No rumo dos cortes de custos, foi aprovado no início de dezembro, pelo conselho de administração, um plano de demissão voluntária. O presidente da Celesc, Sérgio Alves, diz que a expectativa é que dos mais de 3,5 mil funcionários diretos da companhia, pelo menos 800 que tem mais de 25 anos de casa entrem no plano. "Minha preocupação é com a retenção do conhecimento, o ideal seria que a adesão fosse maior na parte administrativa", diz Alves.

Já a maior preocupação dos acionistas é a de que o PDV desta vez será efetivo. Isso porque em 2002 a empresa também fez um programa como esse com adesão de 1000 pessoas e em seguida recontratou 1.018 funcionários. Só os gastos com a folha de pagamento da empresa, de R$ 500 milhões, já é maior que o total de gastos permitido pela Aneel.

Alguns outros custos, entretanto, começaram a ter maior controle. O presidente da Celesc diz que o orçamento de 2010 já prevê um corte de 20% a 25% nos outros gastos gerenciáveis da companhia. Neste ano, a empresa também conseguiu renegociar com os clientes inadimplentes. O balanço do terceiro trimestre mostra que a inadimplência no ano, com atrasos superior a 30 dias, chega a R$ 383 milhões. O cliente industrial responde por R$ 175 milhões.

Não faltam relatos de acionistas ou funcionários da companhia de que o maior problema é com clientes com acesso fácil ao governador do Estado ou que ameacem demitir seus funcionários. De qualquer forma, pelo menos os contratos vencidos foram renegociados. As cinco principais indústrias têxteis devem pagar os R$ 100 milhões que devem em 36 meses.

Mas a sombra do uso político da companhia ainda é forte, mesmo com a saída de Eduardo Pinho Moreira no meio do ano por forte pressão dos minoritários. Em seu lugar assumiu Alves, que era presidente da Celesc Distribuidora. Para o cargo de Alves assumiu Ricardo Rabelo. Mas Rabelo deixou o cargo alguns meses depois em meio a discussões de que não conseguiria administrar tantos vícios de contratos. Funcionários relatam que o grande problema é que muitos diretores ligados a políticos continuam em seus cargos. A solução para profissionalizar seria se o acordo de acionistas fosse revisto e alguns cargos pudessem ser indicados também pelos minoritários.

Os problemas da Celesc foram tantos ao longo do ano que ela chegou a ficar meses sem seguro de seus ativos. Mas a culpa foi da crise, pois as resseguradoras resolveram selecionar mais seus clientes. Agora, os acionistas parecem acreditar que a companhia deve seguir seu rumo. O atual presidente da holding defende que o próximo governo mantenha em seu campo de discussão uma possível privatização da companhia. No meio deste ano, a Previ tentou aumentar o nível de governança levando a companhia para o Novo Mercado da Bolsa de Valores. Sem sucesso, por forte pressão dos funcionários.

Data	Veículo	Título
23 Jan 2010	Folha de S. Paulo	**Após 31 anos, Eletrobras pagará R$ 10 bi a acionistas**

Estatal decide quitar dividendos que havia retido com a justificativa de fazer investimentos
Medida favorece 100 mil investidores nacionais e estrangeiros; principal beneficiado é o Tesouro, que detém 46% das ações

SAMANTHA LIMA
DA SUCURSAL DO RIO

Uma novela de 31 anos de calote contra investidores brasileiros e estrangeiros protagonizado por uma estatal encerrou-se ontem. Depois de se apropriar de cerca de R$ 10 bilhões em dividendos não pagos a acionistas, a Eletrobras foi autorizada pelo governo a quitar a fatura, o que será feito em quatro prestações anuais, sempre em junho, até 2013.

A correção das parcelas será feita pela Selic (taxa básica de juros). A medida favorece 100 mil investidores nacionais e estrangeiros, sendo os principais o próprio governo, já que o Tesouro detém 46% das ações, e o BNDES, outros 12%.

Com o anúncio, a ação preferencial "B" da Eletrobras subiu 11,14% na Bovespa, e o papel ordinário, 9,94%.
Terão direito ao pagamento quem detiver ações da Eletrobras no dia 29 de janeiro de 2010. Os valores totais que serão pagos por ação são de R$ 11,36 por ação ordinária, R$ 14,44 por ação preferencial série A e R$ 0,18 por preferencial série B. Dessa forma, o Tesouro receberá R$ 6,1 bilhões, e o BNDES, R$ 1,5 bilhões.
Os dividendos foram retidos em alguns anos entre 1979 e 1998. A justificativa da empresa era que precisava dos recursos para fazer investimentos.

Nos últimos anos, o presidente da estatal, José Antônio Muniz, dizia que era necessário que o governo a liberasse da economia que as empresas públicas e a administração fazem para pagar juros da dívida interna (superavit primário).

A Eletrobras não explicou por que, apesar de não ter conseguido sair do cálculo do superavit primário, o pagamento foi autorizado. A empresa informou que as parcelas anuais, de R$ 2,5 bi, cabem em seu caixa, que hoje tem R$ 16 bilhões.

Mas, segundo Muniz, os ministros de Minas e Energia, Edison Lobão, e da Casa Civil, Dilma Rousseff, autorizaram. "É o nosso objetivo [sair do cálculo do superavit]", disse.

Com isso, a empresa espera melhorar sua percepção no mercado. "Ganharemos em credibilidade, ao tirar a pendência junto aos acionistas", diz Muniz. A empresa quer melhorar um nível na escala dos que mais respeitam o acionista. Hoje está no Nível 1 (são três no total, entre melhores).

Pelo calote, a ação da Eletrobras foi negociada, nos últimos anos, a preço abaixo do que seria o justo. Levantamento feito pela Ativa Corretora, no início da semana, concluiu que, entre 239 empresas do setor elétrico em todo o mundo, a Eletrobras era a 233ª empresa.

Segundo Ricardo Corrêa, responsável pelo estudo, as demais empresas brasileiras estavam no meio do ranking. A conta levava em consideração a relação entre seu preço de mercado e seu valor contábil.
A operação foi bem-vista pelo mercado. "Num mercado moderno como o de hoje, já não há mais espaço para comportamento em relação a acionistas como esse", diz Correa.

A medida também livra a empresa de questionamentos judiciais e regulatórios. Um dos que mais lutavam pelos seus direitos era o fundo americano Brandes Investments. Com cerca de 6% das ações ordinárias da Eletrobras, tinha ação na Justiça e havia acionado a CVM -que apurava o caso. "O prazo e as condições de pagamento nos pareceram razoáveis", disse Luiz Guilherme Sauerbronn, analista do fundo.

A Eletrobras estuda captar US$ 2 bilhões, para reduzir o impacto da dívida em dólar que a usina de Itaipu tem no resultado da empresa. Até setembro, o prejuízo era de R$ 1,4 bilhão, decorrente da variação cambial com a crise. Segundo Muniz, a captação não tem a ver com o pagamento dos dividendos.

Data	Veículo	Título
23 Jan 2010	O Estado de S. Paulo	**Eletrobras anuncia pagamento de dividendos, 30 anos depois**

Dívida, que soma R$ 10,328 bilhões, será paga em 4 parcelas anuais, a primeira em junho
Kelly Lima

Depois de mais de 30 anos, o conselho de administração da Eletrobras finalmente aprovou ontem o pagamento dos dividendos retidos no fim da década de 1970 e início dos anos 1980. O pagamento será feito em quatro parcelas anuais, a primeira com vencimento no dia 30 de junho de 2010.

Nos cálculos da companhia, a dívida com os acionistas soma R$ 10,328 bilhões. Terão direito ao pagamento os detentores de ações ordinárias e preferenciais. Segundo a estatal, o pagamento por dividendo é de R$ 11,36 por ação ON, de R$ 14,44 por PNA e de R$ 0,18 por PNB, a considerar a posição dos acionistas da Eletrobras no dia 29 de janeiro.

A Eletrobras reteve dividendos que deveriam ter sido pagos aos donos de ações ordinárias para a realização de investimentos. Cerca de um quinto dos dividendos refere-se à parcela de acionistas minoritários.

De acordo com o estatuto da Eletrobras, esses créditos serão remunerados pela variação da taxa Selic até a data do pagamento. Para o pagamento, a companhia vai utilizar caixa próprio, hoje na casa dos R$ 16 bilhões.

"Temos fluxo de caixa e acreditamos que para as próximas parcelas isso também deverá ocorrer", disse o presidente da estatal, José Antonio Muniz, completando que a retirada da primeira parcela, de R$ 2,5 bilhões, não deverá prejudicar os investimentos de R$ 9 bilhões previstos para também saírem do caixa da estatal este ano.

Mesmo assim, a companhia quer captar ainda no primeiro trimestre US$ 2 bilhões no mercado internacional para fazer hedge de suas operações com a Usina de Itaipu, que são em dólar. Se ocorrer, a captação vai superar o recorde de US$ 1 bilhão batido pela estatal no ano passado em uma operação semelhante.

De acordo com Muniz, a empresa aguarda apenas a autorização do Tesouro para efetivar a operação. Também não está descartada, segundo ele, uma segunda captação no mesmo valor até o fim do ano para financiar novos projetos, entre eles a Hidrelétrica de Belo Monte.

Ele afirmou ainda que a ideia inicial de fazer uma capitalização da empresa para quitar a dívida integralmente "não se mostrou adequada" e por isso foi descartada, sendo substituída por esse pagamento em parcelas anuais.

Já no primeiro ano, o custo financeiro da dívida, que era de R$ 1,5 bilhão anual, deverá cair pelo menos 12,5% no balanço, em razão do pagamento da primeira parcela. O porcentual pode aumentar, caso o pagamento seja antecipado. "Não descartamos a antecipação do pagamento", disse Muniz.

O mercado reagiu bem à operação anunciada pela Eletrobras. Depois de atingir picos de 14% de alta em dia de baixa do Ibovespa, os papéis ON da companhia fecharam com alta de 9,9%. Para os analistas, o anúncio da operação dá o fôlego que a companhia precisa para promover sua reestruturação.

"Há espaço para crescer muito mais. E não só os ativos diretos da Eletrobras sentirão esse impacto, mas as coligadas também", avaliou Ricardo Correa, da Ativa Corretora, lembrando que desde dezembro os papéis da empresa se valorizaram em torno de 30% por causa das perspectivas do pagamento dos dividendos.

Para Rosângela Ribeiro, da SLW Corretora, o viés é de alta, mas ela acredita que haverá menos pressão sobre os papéis nos próximos dias, em virtude do anúncio do pagamento dos dividendos. "Havia a perspectiva de que isso estava por acontecer e isso puxou a alta. Agora, vamos esperar. Deverá haver uma realização de lucro até que se tenha mais novidades que fortaleçam a empresa", disse.

Data	Veículo	Título
25 Jan 2010	Valor Econômico	**Mercado comemora dividendos, mas ainda cobra governança na Eletrobras**

Energia elétrica: Empresa pagará proventos atrasados com o caixa

Por Cláudia Schüffner e Fernando Torres, do Rio e de São Paulo

A tão esperada solução para os dividendos atrasados de R$ 10,3 bilhões da Eletrobras finalmente saiu e foi bem recebida pela mercado na sexta-feira. Mas a decisão de acertar as contas com os acionistas ainda não é suficiente para que o mercado tenha confiança total na governança corporativa da companhia, a ponto de poder considerá-la a Petrobras do setor elétrico, como quer o governo.

Um dos problemas que se mantêm refere-se à comunicação com mercado. Durante o pregão de sexta-feira, uma pulga ainda estava atrás da orelha dos investidores: a a possibilidade de o governo realizar um aumento de capital de R$ 14 bilhões na companhia, o que diluiria os minoritários e poderia ter impacto negativo de R$ 3 a R$ 4 no preço por ação, segundo cálculo do Barclays Capital.

Essa possibilidade de capitalização foi admitida por membros do governo na semana passada, mas não havia sido esclarecida pela empresa. No fim do dia, a direção da Eletrobras informou que a capitalização não ocorrerá e que o dividendo será pago com o caixa, em quatro parcelas anuais, sendo a primeira em 30 de junho. A empresa tem R$ 16 bilhões em caixa, considerando os R$ 3 bilhões destinados ao Fundo de Financiamento às Controladas. A dívida da companhia é de R$ 4 bilhões.

O pagamento dos atrasados levará em conta a base acionária de 29 de janeiro. O valor por ação ordinária (com direito a voto) a ser pago será de R$ 11,36, em parcelas corrigidas pela variação da taxa Selic. No total, serão pagos R$ 10,284 bilhões a esses acionistas.

A empresa possui ações preferenciais (sem voto) do tipo A em uma quantidade irrisória, de apenas 147 mil papéis, que terão direito a dividendo de R$ 14,45 por ação, ou R$ 2,1 milhões no total. As ações preferenciais com liquidez e volume são as do tipo B, mas que têm direito a apenas R$ 0,18 por papel em dividendos atrasados. No total, os detentores dos papéis PNB receberão R$ 41,4 milhões.

Considerando o risco de o pagamento ser feito em quatro anos (já que a disposição em pagar pode mudar ou decisões judiciais podem atrapalhar o processo), a Fator Corretora calcula um valor presente de R$ 10,80 para os dividendos atrasados por ação ordinária.

Tendo em conta esse número, os analistas da Fator estimam que a ação ON teria um valor justo R$ 9,00 acima do papel PNB até 29 de janeiro. Na sexta-feira, a diferença era positiva para o papel ordinário em R$ 6,81. Depois dessa data, no entanto, a perspectiva é de inversão dessa relação, segundo o Barclays Capital, em cerca de R$ 8,00 por papel. Isso porque a ação PNB tem garantido estatutariamente o pagamento de 6% do valor patrimonial da ação em dividendo, que é descontado da distribuição mínima obrigatória prevista em lei, de 25% do lucro. O acionista ordinarista, portanto, fica com o que sobra depois disso.

A analista do setor elétrico da SLW Corretora, Rosângela Ribeiro, chama atenção para a redução do custo de carregar a reserva de dividendo no patrimônio, já que era corrigida pela Selic. "Ela tinha uma perda acima de R$ 1,5 bilhão por ano. Pelo menos um quarto disso vai sumir no primeiro ano", diz.

Segundo ela, a notícia dos dividendos se soma à da reestruturação das distribuidoras e à da possível retirada da companhia do cálculo do superávit primário, o que leva, ainda de acordo com Rosângela, a uma melhora nos níveis de governança corporativa.

O presidente da Eletrobras, José Antônio Muniz Lopes, admitiu que o governo analisou a possibilidade de realizar uma capitalização. No entanto, segundo ele, a operação seria muito complexa, já que envolveria um aumento de capital. Por isso, o conselho de administração optou por utilizar o caixa.

Muniz admite que o pagamento poderá afetar o cumprimento, pela Eletrobras, da meta de superávit primário estabelecida pelo governo para as estatais. A meta de superávit do Tesouro em 2010 é de 3,3% do PIB, sendo que a Eletrobras responde por uma economia de 0,2% do PIB. No ano passado, a empresa não conseguiu cumpri-la, registrando déficit de US$ 2,6 bilhões.

A tendência, com a decisão de usar o caixa para o pagamento dos dividendos, é que a Eletrobras seja liberada do cumprimento da meta, a exemplo do que aconteceu com a Petrobras no ano passado. Mas isso Muniz disse que não cabe à Eletrobras resolver.

O diretor financeiro da companhia, Astrogildo Quental, lembrou que a medida vai afetar o balanço porque os dividendos de R$ 10,3 bilhões, que antes estavam contabilizados como reserva de dividendos e como parte

do patrimônio líquido, agora passarão a ser contabilizados como passivo. "Uma consequência é que a Eletrobras não vai conseguir cumprir a meta de superávit este ano", confirma.

A Eletrobras deixou de pagar dividendos durante nove anos, sendo o primeiro deles em 1979.

O processo de arrumação da Eletrobras em curso prevê uma autorização para que a empresa possa captar US$ 2 bilhões este ano. Muniz listou duas razões para a medida, sendo uma delas a necessidade de investimentos - para este ano estão previstos R$ 9 bilhões. A outra razão, que ele disse ser a principal, é reduzir a exposição da companhia à variação cambial causada pela dívida da hidrelétrica Itaipu Binacional, cujos créditos, em dólar, afetam o balanço de forma sistemática, às vezes criando lucro meramente contábil sobre o qual incidem impostos. A dívida de Itaipu atualmente é de US$ 7 bilhões e vence em 2023. Desse total, apenas US$ 4 bilhões estão sem proteção cambial (hedge). Outros US$ 3 bilhões entrarão no caixa por meio de empréstimos e captações a partir de 2005.

"Hoje quando o dólar cai o impacto é muito ruim nas contas da Eletrobras. Agora vamos 'hedgear' o balanço, criando dívida em dólar equivalente (aos créditos). Temos razão para captar por isso", disse Muniz, completando que não há decisão sobre como se dará essa captação. "Se via BNDES, mercado ou bônus, não importa", disse o executivo. O dinheiro resultante dessa captação irá para o Fundo de Financiamento às Controladas e será usado em investimentos.

A decisão sobre os dividendos favorecerá o próprio governo. Os maiores acionistas da Eletrobras são o Tesouro, com 52% das ordinárias, a BNDESPar, com 21,1% das ordinárias e fundos do governo, que têm outros 5,15%. Os maiores acionistas privados são o Brandes Investment Partners, que representa estrangeiros, com 6% das ordinárias, e o fundo norueguês Skagen, com 14% das preferenciais.

Data	Veículo	Título
10 Mar 2010	Valor Econômico	**Sob comando de Requião, reajustes foram evitados**

De Curitiba

Os investidores da bolsa de valores sempre foram meio desconfiados com o papel da Copel. Um dos principais motivos é que desde que o governador Roberto Requião assumiu o Paraná, a empresa já deixou de passar muitos reajustes tarifários autorizados pela Aneel. Bom para o consumidor de energia elétrica do estado. Péssimo para os acionistas da companhia que buscam resultados. Mas o presidente da Copel, Rubens Ghilardi, diz que esse deveria ser o papel de uma companhia de distribuição de energia e por isso defende as companhias estaduais. "A privatização do setor elétrico foi feita sem aumentar em um megawatt a capacidade de geração do país", afirma.

No ano passado, a Aneel autorizou um reajuste de quase 13% nas tarifas da companhia. A justificativa para o não repasse era de que com crise financeira ainda batendo à porta, era justificável dar esse alento ao consumidor paranaense. Mesmo assim, no ano passado, o papel da copel subiu quase 76%, valorização menor, entretanto, que o índice da Bolsa de Valores que subiu 82%.

No histórico da Copel, o argumento do acionista majoritário da companhia sempre foi o de que ao deixar de repassar reajuste de tarifa é possível estimular a economia e atrair investimentos para o Estado. Tanto Requião como Ghilardi costumam dizer que a Copel tem a menor tarifa do país. Os descontos foram vários.

Em junho de 2003, o aumento autorizado foi de 25,27%, mas nada foi repassado para a conta de luz do consumidor. Em janeiro de 2004, foram aplicados 15% de reajuste e a diferença continuou sendo oferecida como desconto para quem pagasse o consumo em dia. Em junho de 2004, a Aneel autorizou aumento de 14,43%, sendo que 9% foram repassados. Outros 5% ficaram para fevereiro de 2005. Em junho de 2005, a conta deveria subir 7,8%, mas o governador não autorizou de imediato, e só em agosto houve aumento de 4,4%.

O impacto nos resultados da companhia pelo fato de não ter repassado o reajuste da Aneel para a tarifa no ano passado só será conhecido depois que a companhia divulgar o balanço do ano, o que está previsto para acontecer depois do dia 20 de março. Mas já existe uma previsão de que o lucro líquido não seja tão impactado. Em 2008, lucrou pouco mais que R$ 1 bilhão. (JG e ML)

Data	Veículo	Título
02 Mai 2010	O Globo	**Governo abriga ministros e aliados nos conselhos de estatais e de bancos**

Levantamento mostra que muitos não têm qualificação para justificar cargo
Regina Alvarez

BRASÍLIA. Ao largo de critérios técnicos, estatais e grandes bancos públicos abrigam nos seus conselhos fiscal e de administração ministros de Estado, assessores do segundo escalão, apadrinhados e aliados políticos do governo. A prática não é nova, mas está disseminada na atual administração. Funciona, em muitos casos, como uma forma de engordar os rendimentos mensais dos ministros e de um grupo de assessores mais próximos do poder. Levantamento feito pelo GLOBO mostra a presença de 12 ministros nos conselhos das maiores estatais e bancos federais, sendo que alguns sem qualquer qualificação técnica que justifique a ocupação dessas cadeiras. Os salários chegam a R$14 mil para participar de uma reunião por mês.

A lista de conselheiros das estatais e bancos públicos - montada a partir de respostas das empresas a um requerimento de informações do deputado Arnaldo Madeira (PSDB-SP) - traz informações que reforçam a ação entre amigos por trás dessas nomeações. Um dos casos emblemáticos é o da arquiteta Clara Ant, que ocupa uma das vagas do Conselho de Administração do BNDESPAR, com salário mensal de R$4.600 para participar de uma reunião a cada três meses.

Considerada uma das pessoas mais próximas de Lula, até poucos dias, Clara ocupava o cargo de chefe de gabinete adjunta do presidente, mas o Diário Oficial do dia 15 de abril trouxe a sua exoneração, já que a militante histórica do PT se engajou na campanha da candidata Dilma Rousseff.

Perguntado na sexta-feira sobre a permanência de Clara Ant no conselho do BNDESPAR, mesmo após ter deixado o governo para reforçar a campanha de Dilma, o BNDES informou, por meio da assessoria, que a arquiteta havia solicitado o seu desligamento e não participaria da próxima reunião do conselho, mas não soube informar a data do pedido.

Erenice está em dois conselhos

No topo do organograma das empresas, os conselhos de administração e fiscal têm importância estratégica em qualquer organização, mas no governo a gestão profissional é muitas vezes deixada em segundo plano para atender a interesses políticos.

O critério que prevalece em muitos casos é a proximidade com o poder. Erenice Guerra, recém empossada ministra da Casa Civil, já era poderosa antes de ocupar a vaga de Dilma Rousseff. E isso se reflete em sua presença nos conselhos de empresas e bancos federais. Erenice faz parte do Conselho de Administração do BNDES e da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf), que tem uma das vagas ocupada por outro assessor da Casa Civil: Swedenberger Barbosa - que ultimamente está mais envolvido com a reforma do Planalto.

Outros dois assessores que despacham no Palácio do Planalto - Cezar Alvarez e Luiz Alberto Santos - têm vagas garantidas em conselhos federais. Cezar, assessor direto do presidente Lula, está na Finep, ligada ao Ministério da Ciência e Tecnologia, enquanto Santos, assessor da Casa Civil, está nos conselhos da Eletronorte e da Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

Apadrinhados do governo e de aliados políticos estão acomodados em conselhos de estatais importantes, como é o caso de Silas Rondeau, ex-ministro de Minas e Energia, que deixou o cargo em 2007 por suspeitas de envolvimento em corrupção. Rondeau - que é afilhado político do presidente do Senado, José Sarney - recebe R$5.500 mensais da Petrobras e 13º salário, para participar de uma reunião mensal do Conselho de Administração.

Tesoureiro do PT recebe R$14 mil

Já o sindicalista João Vaccari Neto, eleito recentemente para o cargo de tesoureiro do PT, continua assentado em uma vaga do Conselho de Administração da Itaipu Binacional, com salário mensal de R$14 mil. O mais disputado dos conselhos abriga também os ministros do Planejamento, Paulo Bernardo, e das Relações Exteriores, Celso Amorim, além do ex-governador do Rio Grande do Sul Alceu Collares, militante histórico do PDT e amigo de Dilma Rousseff.

Outros dois sindicalistas: João Felício, da CUT; e Cláudio Guimarães da Silva, o Janta, presidente da Força Sindical no Rio Grande do Sul, ocupavam cadeiras no Conselho de Administração do BNDES até poucos meses. Cláudio foi exonerado em 1º de abril, porque é candidato às eleições de outubro.

- Esse procedimento para favorecer apadrinhados e interesses pessoais é uma prática política das mais rasteiras. Mostra como continuamos com uma visão patrimonialista do papel do Estado - observa o deputado Arnaldo Madeira, que inquiriu as empresas sobre a ocupação dos conselhos, com base em prerrogativa garantida pela Constituição.

- No setor privado, mesmo as empresas familiares têm conselhos de administração profissionalizados. Enquanto nas estatais o patrimônio público é usufruído por alguns poucos - destaca o parlamentar.

A distribuição das vagas nos conselhos em muitos casos não atende a requisitos essenciais, como um mínimo de afinidade do ocupante com a área em que a empresa atua. É o caso, por exemplo, do ministro Luiz Dulci, da Secretaria Geral da Presidência, que está assentado no Conselho de Administração da Eletrobras, junto com Miriam Belchior, a nova mãe do PAC.

A lista de secretários ou assessores dos ministros da Fazenda, Guido Mantega, e do Planejamento, Paulo Bernardo, que ocupam vagas nos conselhos dos bancos e estatais ultrapassa uma dezena. Em vários casos não há também relação direta entre a atividade da empresa e a função do assessor no governo. Como acontece com Alexandre Rosa, secretário de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento, que está no Conselho de Administração de Furnas, junto com o ex-prefeito do Rio Luiz Paulo Conde, do grupo do deputado Eduardo Cunha, do PMDB do Rio.

O Ministério do Planejamento, que indica conselheiros para várias empresas e bancos, não quis comentar os critérios que utiliza.

Data	Veículo	Título
20 Jul 2010	Valor Econômico	**Belo Monte causa divergência no conselho da Neoenergia**

Por Josette Goulart e Graziela Valenti, de São Paulo

O polêmico projeto da usina hidrelétrica de Belo Monte está expondo também controversas questões de governança das companhias abertas, como a da função do conselheiro independente. Um dos conselheiros da Neoenergia, Paulo Assunção - diretor de administração da Previ, que representa os beneficiários do fundo de pensão - se manifestou contra a participação da empresa na sociedade de propósito específico que vai construir Belo Monte, por entender que não havia total transparência dos números do projeto. Mas pouca diferença fez sua divergência, já que o acordo de acionistas da empresa prevê que os representantes dos controladores devem votar em unanimidade e de acordo com o que decidiram os sócios em reunião prévia ao encontro do conselho de administração.

"A Neoenergia tem um acordo de acionistas que estabelece que os conselheiros votam de acordo com a posição de seus acionistas, ou seja, as matérias devem ser aprovadas por unanimidade, assim sendo, não há possibilidade de voto discordante", informou a empresa em comunicado. "A Previ não orienta voto de seus conselheiros", disse o fundo de pensão em nota. O conselheiro Paulo Assunção não quis fazer comentários.

A independência do conselheiro de administração, mesmo quando indicado pelo acionista controlador ou do bloco de controle, é um tema controverso. A própria Lei das Sociedades por Ações, no lugar de esclarecer, ajuda a causar confusões.

De um lado, a legislação determina que o conselheiro deve votar e agir no melhor interesse da companhia - e, portanto, não em defesa de um grupo específico que possa tê-lo indicado para o cargo. Porém, em outro artigo, a mesma lei determina que o conselheiro de deve seguir e fazer valer o acordo de acionistas. Caso ele vote contra, seu voto será desconsiderado.

Por entender que tal artigo pode prejudicar a independência do conselheiro de administração, o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) lançou em março de 2008 uma "carta diretriz" com orientação sobre o tema.

Na carta, o instituto recomenda que as empresas evitem esse tipo de acordo de acionistas, que vincula o voto do conselheiro, deixando as decisões polêmicas para a assembleia, para que assim os controladores possam exercer o acordo por meio do voto. Sugere também que o conselheiro que se sentir em situação de conflito, na qual discorda da orientação recebida, deixe registrado em ata o argumento contrário, mesmo sabendo que o voto será desconsiderado.

O assunto vem à baila justamente com um projeto que foi considerado pouco atrativo para os investidores durante o leilão, em função do preço da energia, e em que o governo teve que dar benefícios para viabilizá-lo. A Neoenergia fez parte do consórcio perdedor, que deu um deságio ínfimo no preço. E agora faz parte da sociedade vencedora, que baixou o preço em 6%.

Um dos principais problemas apontados para Belo Monte é o risco de construção, pelo tamanho do projeto e o tamanho da escavação que será feita em meio à Floresta Amazônica. Todos os novos sócios entraram no projeto sem ainda o consórcio vencedor ter fechado contratos de construção e de fornecimento de equipamentos.

O risco da construção foi o grande entrave visto pelos grandes autoprodutores, como CSN e Gerdau. Uma fonte próxima a uma das empresas conta que se retirou da mesa de negociações pela completa falta de informações que pudesse levar ao seu conselho de administração para ter aprovação. "Não tínhamos um investimento teto, em função do risco de construção, tínhamos que nos responsabilizar solidariamente por todos os outros sócios em caso de inadimplência e não havia sócios definidos."

A Eletrobras informou, por meio de sua assessoria de imprensa, que todos autoprodutores, assim como todos os sócios, receberam, sob acordo de confidencialidade, as informações necessárias para decidirem sobre a participação na SPE que vai construir Belo Monte. "A formação da SPE exigiu o estabelecimento de condições societárias isonômicas, que atenderam a todas as empresas, não cabendo, portanto, criar condições especiais para autoprodutores ou qualquer outro empreendedor." O que os autoprodutores dizem é que na mesa de negociações todas as conversas eram muito truculentas e as garantias que minimizam o risco do empreendimento eram dadas apenas na base da palavra.

Até agora a Eletrobras não prestou nenhuma informação a seus acionistas do impacto do projeto em seu fluxo de caixa. Afinal, a empresa junto com suas controladas terá quase 50% do projeto. O fundo de pensão

dos funcionários da Petrobras (Petros) foi o único que prestou informações a seus beneficiários. Disse em comunicado que o investimento está estimado em R$ 25 bilhões e que o fundo será responsável por R$ 650 milhões.

A Previ não se sente nessa obrigação porque o investimento está sendo feito por sua controlada, a Neoenergia, dona da Bolzano Participações. Tampouco a Iberdrola fez comunicado a seus acionistas na Espanha. Para a Neoenergia, a importância do investimento está no salto que ela dará como geradora de energia. A empresa tem capacidade de investimento pelo caixa que possui em forma de reserva de lucro de mais de R$ 4 bilhões.

Data	Veículo	Título
17 Set 2010	Valor Econômico	**O risco oculto das eleições**

Por Alessandra Bellotto e Beatriz Cutait | De São Paulo

Expectativa com o resultado das urnas já começa a mexer com as recomendações de ações.

É comum ouvir que a disputa para a Presidência entrou na reta final aparentemente sem ter causado interferência no dia a dia do mercado. O risco eleitoral, que em outros tempos provocou oscilações agudas da bolsa, dizem alguns, já não aflige gestores e investidores. Pura balela!

O risco eleitoral apenas trocou de roupa. Saem de cena os temores de uma guinada na gestão macroeconômica - capazes de derreter o Ibovespa e fazer disparar o dólar - e adentram o palco os riscos microeconômicos, ligados a mudanças de regras na relação do Estado com setores e empresas. Isso sem falar na alteração de rotas na condução de companhias estatais listadas na bolsa, como a própria Petrobras.

Esse aspecto novo do risco é mais perceptível, por ora, nas eleições estaduais, afirma o gerente da área de pesquisa da Planner Corretora, Ricardo Tadeu Martins. O risco político no âmbito estadual tem afetado algumas ações, principalmente do setor elétrico.

Um caso exemplar é a o da estatal mineira Cemig. A virada recente na corrida para o governo de Minas Gerais mudou a percepção do investidor sobre a companhia, afetando diretamente o desempenho das ações preferenciais (PN, sem voto) da empresa. Depois de atingir o pico de R$ 28,20 no início de maio, passaram a ser castigadas com a possibilidade de vitória do candidato do PMDB ao governo, Hélio Costa, líder absoluto nas pesquisas. "Havia o medo de modificação no padrão de gestão da estatal mineira em um governo dele", destaca o analista do setor elétrico da Ativa Corretora, Ricardo Corrêa.

Com a reação nas pesquisas do candidato do governador Aécio Neves, Antonio Anastasia (PSDB), a partir do fim de agosto, os papéis reagiram, saindo da casa de R$ 25 para voltar ao pico de R$ 28. "Com Aécio, a Cemig cresceu bastante, houve pouca ingerência política e a relação com o mercado melhorou muito", afirma o analista da corretora Socopa Osmar Camilo, ressaltando que uma vitória de Costa poderia levar o mercado a antecipar a uma deterioração da governança corporativa, derrubando as ações da Cemig.

Para Corrêa, da Ativa, um dos principais riscos é o de mudança regulatória, conforme ficou evidente na últimas semanas com o início das discussões para o terceiro ciclo de revisão tarifária pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Em reunião de colegiado, a agência propôs um índice de retorno máximo para as distribuidores (Wacc regulatório) de 7,15% ao ano, cerca de 28% abaixo do percentual válido no segundo ciclo, de 9,95%. O Wacc regulatório é um componente importante da composição da tarifa de energia elétrica cobrada pelas distribuidoras.

A queda já era esperada, mas o mercado vinha trabalhando com algo acima de 8%. A estimativa inicial da Ativa era de 8,5% ao ano. O analista ressalta que, pior do que o resultado, foi a maneira como a Aneel chegou ao número, mudando a metodologia de cálculo. Isso representa uma retrocesso no amadurecimento do arcabouço regulatório do setor, destaca.

Ainda segundo ele, o ambiente regulatório pode vir a piorar com a proximidade do período eleitoral e novas medidas podem vir a movimentar negativamente todo o setor elétrico. Entre as mais vulneráveis, ele destaca especialmente a Eletrobras, que tem duas subsidiárias concessionárias de distribuição de energia na região Norte do país. A estatal também é conhecida por financiar projetos com taxas de retorno pouco atrativas, além dos problemas históricos de "federalizar" distribuidoras, diz Corrêa. A Celg, de Goiás, era candidata a receber socorro este ano.

O Bank of America Merrill Lynch afirma, em relatório, que o setor de "utilidade pública" é um dos mais suscetíveis ao risco político associado às disputas estaduais. Isso porque, em alguns estados, o atual governador não pode concorrer à reeleição, o que implicaria em mudança na percepção de risco das empresas.

No caso da provável vitória na eleição presidencial da candidata do governo, a petista Dilma Rousseff, na visão do Merrill Lynch, um dos maiores riscos está no aumento da participação pública em setores-chave da economia. Entre os segmentos mais suscetíveis a uma presença maior do Estado destacam-se os financeiro, de óleo e gás e de fundos de pensão públicos.

No universo dos bancos, o maior risco político está associado ao público Banco do Brasil. Assim como a política governamental para suportar a reestruturação financeira e o crédito ao agronegócio pode se provar

pouco rentável, o BB pode ser usado para promover o financiamento ao varejo em associação às iniciativas sociais do governo de crédito à construção de baixa renda.

Outra que pode ser afetada negativamente no governo de Dilma, segundo o banco americano, é a Vale. "A maior interferência do governo, via fundos de pensão, e o aumento dos royalties na atividade de exploração das minas é um risco", diz o relatório. Uma das preocupações é que a mineradora tenha de investir em projetos de baixo retorno. Já um eventual aumento de royalties de 1% significaria uma redução de 3% do valor líquido dos ativos da empresa.

Na avaliação de um analista, que prefere não ter seu nome citado, a Vale é uma das companhias que poderá ser afetada pelo resultado da eleição presidencial. "Há muito mais chance de intervenção na linha estratégica da empresa, e a Vale pode acabar tomando decisões de investimento que não são aquelas que enxerga como ótimas", afirma.

Para CSN e Usiminas, o risco está relacionado ao aumento dos royalties, aponta o Merrill Lynch. Para a CSN, a cada 1% de aumento nos royalties, o valor líquido dos ativos da siderúrgica seria reduzido em 2%, uma vez que a atividade de minério de ferro representa 40% do lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (lajida). Para a Usiminas, o impacto seria menor, de apenas 0,2%, pela exposição menor.

Outro setor-chave para o novo governo deve ser o de telefonia, mídia e tecnologia, com o Plano Nacional de Banda Larga (PNBL). O banco espera um aumento da participação da presença estatal, após a recriação da Telebrás.

Na contramão, os setores que devem se beneficiar com uma possível vitória de Dilma são educação, construção civil e transportes. Segundo o banco, os programas de financiamento estudantil devem beneficiar empresas como Estácio, Kroton e Anhanguera. No universo das construtoras, programas como o Minha Casa Minha Vida tendem a favorecer MRV e PDG Realty.

Já a expectativa de que o novo governo concentre esforços para eliminar os gargalos de logística que afetam a produtividade do país tende a beneficiar empresas como a CCR Rodovias e OHL Brasil e Ecorodovias.

Ibovespa
Índice no fehamento, em pontos - em 2002
13.872
12.985
11.268
8.370
02/Jan 2002
29/Mai
16/Out
30/Dez 2002
Ibovespa
Índice no fehamento, em pontos - em 2006
44.473
41.979
33.507
34.978
02/Jan 2006
09/Mai
22/Set
30/Dez 2006
Ibovespa
Índice no fehamento, em pontos - em 2010
71.784
70.045
68.517
67.662
58.192
02/Jan 2010
08/Abr
20/Mai
02/Ago
16/Set 2010
Cemig PN
Cotação no fechemento, em R$/ação
28,07
28,20
27,16
24,20
04/Jan 2010
03/Mai
02/Jun
16/Set
Copel PNB
Cotação no fechemento, em R$/ação
39,05
37,83
37,61
32,73
04/Jan 2010
01/Jun
06/Jul
16/Set
Fonte: BM&FBovespa e Economática. Elaboração: Valor Data

Data	Veículo	Título
05 Out 2010	Valor Econômico	**Elétricas bombam com resultado do 1º turno**

Coluna De olho na bolsa
Alessandra Bellotto

O setor elétrico foi o grande protagonista do pregão ontem, com a definição eleitoral em alguns Estados, como no Paraná e em Minas Gerais, e a realização de segundo turno para a eleição presidencial. No universo do Ibovespa, as ações preferenciais (PN, sem voto) classe B da paranaense Copel tiveram a maior alta: 4,42%.

Destaque ainda para as PNs da Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (CTEEP), com ganho de 3,24%; Eletrobras, com valorização de 2,68% nas ordinárias (ON, com voto) e de 2,56% nas PNBs; Cesp PNB (+ 2,39%); Cemig PN (+1,81%) e CPFL Energia ON (+1,70%). Das 15 maiores altas do índice, 7 foram de empresas de energia.

A reação positiva da Copel está ligada à vitória no primeiro turno do candidato tucano Beto Richa para o governo estadual. "O risco político foi neutralizado", resume o analista de energia da Ativa Corretora, Ricardo Corrêa, referindo-se ao fim da gestão peemedebista de Roberto Requião. Com a mudança, o mercado aposta em menor interferência política na companhia e melhora na gestão e na governança corporativa (ver mais na página D3).

O mesmo raciocínio vale para a Cemig, com a vitória em Minas do tucano Antonio Anastasia. As ações sofreram com a possibilidade de o candidato Hélio Costa (PMDB) ganhar a disputa. Já no caso de Eletrobras, acredita Corrêa, a valorização dos papéis deve-se ao fato de a eleição presidencial ter ido para o segundo turno. "A Eletrobras é que a mais sofre com o risco político."

Ele refere-se ao "uso" da empresa para viabilizar leilões de energia, sanear distribuidoras endividadas e fazer política energética. De maneira geral, a percepção do mercado é que o governo do PSDB tende a ser mais amigável aos setores elétrico e de saneamento, que dependem de regulação, ao preservar a remuneração do acionista.

Já o Ibovespa fechou com leve alta de 0,22%, a 70.384 pontos, na contramão do mercado americano, que foi alvo de um movimento de realização depois da forte alta de setembro.

Porém, no nível atual, acredita o diretor da Hera Investimentos, Nicholas Barbarisi, a volatilidade da bolsa brasileira deve aumentar. Tecnicamente, o mercado entrou numa faixa de preços perigosa, em que tem muito vendedor. Mas, do ponto de vista macroeconômico, de crescimento forte e boas perspectivas para os resultados das empresas, o mercado deve deslanchar e buscar os 72 mil pontos, ressalta.

Para a analista-chefe da Spinelli, Kelly Trentin, a economia dos países desenvolvidos ainda está muito fraca para que o índice continue subindo com vigor. Fora isso, diz, o investidor está à espera de dados importantes que saem no fim desta semana, como emprego nos EUA.

Alessandra Bellotto é repórter de Investimentos. A titular da coluna, Daniele Camba, está de licença.

Data	Veículo	Título
05 Out 2010	Valor Econômico	**Definição nos Estados tem impacto na bolsa**

Por Luciana Monteiro, Beatriz Cutait e Angelo Pavini | De São Paulo

Eleições: Empresas elétricas são as mais influenciadas pelas votações.

A definição já em primeiro turno da eleição para governador em 17 dos 26 Estados, além do Distrito Federal, teve impacto na bolsa, especialmente nos papéis de energia elétrica, onde há muitas empresas estaduais. O risco relacionado à vitória de alguns candidatos, dizem os especialistas, foi neutralizado. Resultado: vários papéis ligados ao segmento registraram alta ontem.

Foi o caso da Companhia Elétrica de Minas Gerais (Cemig). Com a possibilidade de vitória do candidato de oposição, Hélio Costa (PMDB), as ações da empresa começaram a sofrer, já que temia-se uma mudança no padrão de gestão da estatal.

A eleição de Antonio Anastasia (PSDB), candidato apoiado pelo ex-governador Aécio Neves, acaba com os descontos, avalia Ricardo Corrêa, analista do setor elétrico da Ativa Corretora. "A percepção de valor da Cemig melhora", diz. A análise do mercado é que, com Aécio, a empresa cresceu bastante e houve pouca ingerência política.

Tanto que Lika Takahashi, analista-chefe da Fator Corretora, afirma que "ninguém achava que íamos ter um governador como o Aécio Neves, e veio o Anastasia, que é muito favorável", diz. Lika já fazia a aposta em Anastasia em fevereiro e amargou Cesp em baixa por "um tempão" até o candidato virar nas pesquisas.

Em sua carteira recomendada para outubro, o Safra já chamava a atenção para o desconto nos papéis da Cemig por conta da eleição. "Historicamente, as ações têm sido negociadas com prêmio em relação ao setor, porém a percepção da eleição de Hélio Costa fez os múltiplos serem negociados em linha com a média setorial", dizia o relatório. "Nós acreditamos que, em caso de vitória de Antonio Anastasia, do PSDB, em primeiro turno, as ações da Cemig podem voltar a ser negociadas com prêmio."

Os analistas do banco estimam preço-alvo de R$ 35,00 para as ações preferenciais (PN, sem direito a voto), o que embute potencial de valorização de 24,5%. Ontem o papel registrou alta de 1,81%, cotado a R$ 28,10. O Índice Bovespa subiu 0,22%, para 70.384 pontos.

Corrêa, da Ativa, lembra, no entanto, que a Cemig já passa por um momento de elevação de risco por conta dos novos projetos que vêm implementando. Hoje, um novo projeto elétrico significa um retorno negativo, para algo abaixo de 11%.

As ações da Companhia Paranaense de Energia (Copel) também foram beneficiadas ontem, após a vitória de Beto Richa (PSDB). As ações preferenciais classe B da Copel registraram ontem valorização de 4,42%, maior alta do índice, cotada a R$ 38,75. "Com o resultado da eleição, consolida-se provavelmente um círculo virtuoso para a empresa, com um governo alinhado ao mercado e um padrão de gestão", diz Corrêa.

O analista da Ativa cita a política de descontos nas contas de luz implementada por Roberto Requião (PMDB), atual governador do Paraná, que deixará o cargo este ano, e que reduziu as receitas da Copel, prejudicando o acionista. "Isso já deve trazer uma margem mais equilibrada para a empresa no quarto trimestre", avalia Corrêa. Espera-se também a venda que ativos que não são interessantes para a empresa.

A vitória do candidato do PSDB no Paraná fez a Fator Corretora reforçar a recomendação de compra para a Copel, diz Lika. "A expectativa de saída do Requião já vinha reduzindo a percepção de risco político desde o fim do ano passado", diz. "O que não estava no preço ainda era a eleição do candidato do PSDB, que o mercado vê como mais amigável e com uma gestão melhor", diz.

A eleição em si já seria positiva somente pela troca do governador, avalia Filipe Acioli, analista do setor de energia da Ágora. "Com a saída de Requião para concorrer ao Senado, já se notou uma mudança em termos de gestão na empresa", diz.

A empresa de saneamento do Paraná, Sanepar, pode entrar no radar também, ao ser privatizada ou reestruturada. "Como a Copel também é acionista de Sanepar, um novo governo pode destravar o valor da empresa", diz Lika, da Fator. Outra que pode se beneficiar da nova gestão é a CCR, alvo constante da guerra do governo atual aos pedágios.

As PNBs da Cesp também subiram ontem já que as discussões sobre a renovação das concessões e a privatização da empresa podem ficar mais claras com a eleição de Geraldo Alckmin (PSDB). No caso da

Cesp, entretanto, o principal aspecto está ligado às renovações das concessões federais, que ainda devem demorar de seis meses a um ano, afirma Lika, da Fator.

Na carteira recomendada pelo Safra no início do mês, os analistas do banco já chamavam a atenção para o impacto do cenário eleitoral sobre os papéis da Cesp. "No curto prazo, acreditamos que a definição do cenário eleitoral pode acelerar as discussões sobre a renovação das concessões e a privatização da empresa", diz o relatório. A instituição tem preço-alvo de R$ 32,00 para as PNBs, o que embute um potencial de valorização de 20,30% ante o fechamento de ontem, a R$ 26,60, em alta de 2,39%.

Já a Celesc, de Santa Catarina, que andava esquecida, pode reagir com a vitória de um candidato do DEM. "Mas é preciso reestruturar a empresa, e há dez anos se fala nisso, agora há uma chance", afirma Lika, da Fator.

No cenário federal, a disputa entre Serra e Dilma em segundo turno trouxe alguma chance de vitória para o candidato do PSDB. "Mas vai ser difícil, ele terá de atrair quase todos os votos da Marina e não perder os que já tem", diz Lika.

Um sentimento do mercado é que um governo Serra teria um ambiente regulatório melhor. Para a Vale, Serra significaria também menor pressão pela saída de Roger Agnelli, presidente da empresa, e talvez um adiamento na regulamentação do setor de mineração. "O governo Lula ou Dilma pode ter maior apetite por regulamentar a mineração do que o do PSDB."

No caso do Banrisul, no Rio Grande do Sul, onde Tarso Genro foi eleito governador pelo PT, Lika não vê grandes mudanças. "O banco é formado por funcionários de carreira, só pode ser privatizado depois de um plebiscito", diz.

Data	Veículo	Título
05 Out 2010	O Globo	**Depois do 1º turno, hora de rever estratégias**

Ações de estatais que poderiam ser privatizadas num governo Serra avançam na Bolsa

Bruno Villas Bôas, Lucianne Carneiro e Patrícia Duarte*

RIO e NOVA YORK. As eleições presidenciais pouco haviam se refletido no mercado financeiro até a última sexta-feira. Ontem, foi hora de rever estratégias, já que a grande parte dos analistas esperava vitória da candidata do PT, Dilma Rousseff, no primeiro turno. Gestores de carteiras de investimentos se reuniram e começaram a avaliar as mudanças que poderiam ser adotadas em caso de vitória de José Serra, com um maior ajuste fiscal. Além disso, a grande maioria apostava que, com o resultado, o governo adiaria a elevação do IOF sobre o capital estrangeiro para novembro, depois do segundo turno. Mas a medida acabou anunciada depois do fechamento dos negócios.

Após três quedas seguidas, o dólar voltou a subir ontem. A moeda americana fechou em alta de 0,65%, a R$1,692, após dois leilões do Banco Central (BC) no mercado à vista. A estimativa é que a autoridade monetária tenha comprado de US$500 milhões a US$600 milhões nos dois leilões.

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) também fechou o dia em leve alta. Sua principal referência, o Ibovespa, avançou 0,22%, aos 70.384 pontos. A Bovespa operou a manhã em alta, mas durante a tarde a queda no mercado americano acabou pesando mais e o índice ficou instável.

A ação preferencial (PN, sem voto) da Companhia Paranaense de Energia (Copel) foi a maior alta do Ibovespa, de 4,42%, a R$38,75. Com a saída de Roberto Requião (PMDB) do governo do Paraná, para quem analistas torciam o nariz, e a vitória de Beto Richa (PSDB), o mercado acredita em melhor desempenho da empresa.

Já a ação ordinária (ON, com voto) da Eletrobras avançou 2,68%, a R$22,26. Segundo o economista da Um Investimentos Eduardo Otero, a valorização considerou a possibilidade da vitória de Serra no segundo turno.
- O mercado foi influenciado por papéis de empresas que podem ser alvo de privatização ou maior aumento de capital privado num cenário de vitória de Serra - disse o economista, sem citar o nome das companhias.

Para o gestor da Yield Capital, Hersz Ferman, a Bolsa brasileira ainda está se ajustando, passado o período da capitalização da Petrobras.
- Estamos vendo um movimento de correção, já que a Bovespa ficou descolada dos EUA. Desde que acabou a capitalização, a Bolsa está um pouco mais solta - diz.

O índice Dow Jones perdeu 0,72%, enquanto o Nasdaq, das empresas de tecnologia, caiu 1,01%. O S&P 500, por sua vez, recuou 0,80%.

O gestor de renda variável da Máxima Asset Management, Felipe Casotti, explicou que a alta nas ações da Petrobras estava até então ajudando a segurar o índice.
- As bolsas lá fora registram fortes altas nos últimos dias e agora aproveitam para embolsar os ganhos dos últimos pregões - afirma Casotti.

Paulo Petrassi, sócio-gestor da Leme Investimentos, afirma que uma possível vitória de Serra no segundo turno contribuiu ontem para uma queda dos juros nos contratos de janeiro de 2014 (de 0,25%, para 11,71%) e janeiro de 2017 (de 0,43%, para 11,59%):
- Com uma vitória de Serra haveria a possibilidade de medidas fiscais mais fortes, o que poderia reduzir juros no Brasil - disse.

Pesquisa Focus do BC divulgada ontem mostra que os analistas de mercado não mexeram nas suas previsões para o câmbio deste ano e do próximo - esperam o dólar a R$1,75 e R$1,80, respectivamente. Já para a inflação deste ano, o mercado piorou as estimativas pela terceira semana seguida, mas manteve apostas de que os juros básicos não serão mexidos tão cedo. Economistas calculam que o IPCA ficará em 5,07% em 2010, acima dos 5,05% da semana anterior e distanciando-se mais do centro da meta do governo, de 4,5%.

BES prevê que governo Dilma deverá acelerar gastos públicos

O que continua incentivando a deterioração das expectativas são os preços dos alimentos, ainda em alta.
- Esse cenário não deve mudar até o fim do ano - afirmou o economista-chefe da Máxima Asset Management, Elson Teles.

Na avaliação dele, os recentes aumentos das commodities (matérias-primas) agrícolas já chegaram ao consumidor. Por isso, calcula que a inflação de alimentos deve registrar alta de 1% por mês até o fim deste ano.

O economista-chefe do Banco Espírito Santo, Jankiel Santos, acredita na manutenção da política econômica num governo Dilma. Ele, que apresenta hoje na Firjan um estudo da perspectiva econômica no pós-Lula, acha que a ex-ministra deve acenar com redução de gastos com pessoal, para ganhar credibilidade, mas vai pisar no acelerador em outros, por causa de Copa e Olimpíadas. Para Santos, um governo tucano seria mais focado em esforços fiscais. Apostando no aumento dos gastos nos próximos anos, ele acha que o déficit em conta corrente seguirá se deteriorando.

COLABOROU: Rennan Setti, com agências internacionais

Data	Veículo	Título
06 Out 2010	Brasil Econômico	**Definição eleitoral puxa ações de elétricas**

Weruska Goeking

Nos dois dias seguintes à definição das eleições do primeiro turno, as ações de empresas de energia elétrica se destacaram na BM&F Bovespa. Os papéis da Copel puxaram o avanço do Ibovespa na segunda-feira, quando as ações preferenciais classe B (CPLE6) subiram 4,42%. Ontem, as ações fecharam em alta de 3,61%, a R$ 40,15. De acordo com o analista Filipe Acioli, da corretora Ágora, boa parte dessa elevação se deve à eleição de Beto Richa (PSDB) para o governo do Paraná - Estado em que atua a distribuidora de energia.

O analista afirma que já eram esperados resultados positivos com o novo governo, disputado ponto a ponto com Osmar Dias (PDT), mas "com o Richa ficou melhor".
Contudo, a Copel ainda carece de alguns fatores para melhorar sua performance em bolsa, como ser minoritária em projetos para facilitar parcerias e financiamentos pelo BNDES. Fatos já concretizados pela Cemig.

A ação preferencial da Cemig (CMIG4), embora não tenha registrado alta tão expressiva quanto a da Copel, também foi favorecida. Quando Hélio Costa (PMDB) subia nas pesquisas de opinião de voto, as ações da Cemig tinham tendência de queda, pois os investidores temiam mudanças de gestão.

Com a subida de Antonio Anastásia (PSDB) e a confirmação de sua vitória, o temor diminuiu, já que ele deve seguir os mesmos passos do governo anterior, de Aécio Neves. "A continuação do governo de Aécio era vista como muito positiva e a Cemig reduziu seu risco", diz Acioli.

Outra empresa que acumulou ganhos nos últimos dias foi a Eletrobras. Sem a confirmação da vitória de Dilma Rousseff (PT) à presidência, o mercado especula as chances de José Serra (PSDB) conquistar o segundo turno no dia 31 de outubro. De maneira geral, a disputa pela presidência deveria impactar no setor elétrico, principalmente pelos consórcios que vencem em 2015. Entretanto, Serra e Dilma não demonstraram ainda propostas claras sobre o assunto.

A renovação das concessões deve ter maior impacto na Cesp e na Eletrobras, através da Chesf. "Uma definição clara dos candidatos a respeito desse assunto seria importante não só para as duas empresas como para o mercado de forma geral", afirma o analista da Ágora.

De quebra, o mercado alvo das concessionárias também vai de vento em popa, já que o consumo de energia elétrica cresceu 8,7% nos últimos 12meses, de acordo como Sistema Interligado Nacional (SIN).

Data	Veículo	Título
22 Nov 2010	Valor Econômico	**Furnas desafia sua controladora Eletrobras no leilão de Teles Pires**

Energia: Empresa comandada pelo PMDB se opõe à preferência dada à Eletronorte, do PT

Josette Goulart | De São Paulo

A disputa em torno da concessão da usina hidrelétrica Teles Pires mal começou e está provocando uma forte queda de braço política dentro da Eletrobras. A subsidiária Furnas ignorou o processo aberto pela Eletronorte , outra subsidiária do grupo, para a composição de consórcios que vão disputar o leilão da usina. A empresa comandada por diretores indicados pelo PMDB abriu, por conta própria, uma chamada pública para interessados em formar parceria e informou ao Valor , por meio de sua assessoria de imprensa, que caberá à diretoria de Furnas a decisão de com quem irá ao leilão, previsto para o dia 17 de dezembro.

No governo, o mal-estar é geral, pois expõe a fragilidade do grupo Eletrobras, que tem pretensão de vir a ser "a Petrobras do setor elétrico", mas sequer consegue unir suas subsidiárias em torno de um único objetivo. Às empresas privadas que se cadastraram e estão interessadas em ter a Eletrobras como sócia em Teles Pires, interlocutores do governo têm dito que o caso será resolvido até o dia do leilão.

A ideia da Eletrobras é fazer um processo muito parecido ao que fez em Belo Monte. Nessa usina, a Eletronorte, que tem diretores vinculados ao PT, fez a chamada pública em nome de todas as subsidiárias e depois a holding definiu a formação de consórcios. Todo o processo da hidrelétrica foi comandado pelo diretor de engenharia da Eletrobras, Valter Cardeal, e pelo diretor da Eletronorte, Adhemar Palocci. Ambos tem vínculos com o PT, apesar de o presidente da Eletrobras ser do PMDB.

O descontentamento dentro do PT com o comportamento da administração de Furnas em leilões de usinas hidrelétricas é antigo. No leilão das usinas do Madeira, a subsidiária assinou um acordo de exclusividade com a Odebrecht e as duas empresas tinham vantagem competitiva por terem, juntas, estudado o projeto. No fim, as empresas ganharam apenas Santo Antônio e a usina de Jirau, na última hora, ficou para o consórcio liderado pela GDF Suez. Em rápida entrevista, Cardeal disse apenas que o processo de Teles Pires será feito pela Eletrobras, mas não quis discutir a questão de Furnas.

Na dúvida de como o processo vai se desenrolar, boa parte das empresas interessadas na usina se cadastraram tanto na Eletronorte quanto em Furnas. O interesse dos investidores em torno de Teles Pires é muito grande por vários motivos. O preço-teto da energia estabelecido em R$ 87 o MWh é considerado bom e tende a dar bons retornos aos investidores. A usina não tem grandes problemas sócio-ambientais, não está em terras indígenas e não envolve o deslocamento de população. Além disso, é a maior hidrelétrica de um complexo que terá capacidade de gerar mais de 3.200 MW de energia e ser dono da principal concessão abre uma enorme vantagem competitiva para as outras usinas do complexo. Isso porque a sinergia entre elas, que envolve inclusive operação de reservatório, é muito grande e potencializa retorno.

Entre os interessados na usina de 1.800 MW que vai ser instalada no rio Teles Pires, em Mato Grosso, estão todos os grandes grupos geradores como GDF Suez, Neoenergia, CPFL, Cemig, Copel e também da Alupar e Odebrecht. Esta última é, por enquanto, dona apenas de parte da usina de Santo Antônio mas tem ambições de se tornar uma das maiores geradoras do país. Todas as construtoras, que inclui as três grandes (Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez e Odebrecht) também estão interessadas e estudando com afinco o projeto.

Mesmo quem formar parceria com a Eletrobras vai enfrentar um concorrente forte - a Copel, que também realizou chamada pública para formação de consórcios. A estatal paranaense foi agressiva no leilão realizado em meados desse ano e levou a concessão da usina de Colíder, que também fica em Teles Pires. A Cemig é outra interessada e se for à disputa será em parceria. De acordo com o diretor financeiro da empresa, Luiz Fernando Rolla, entretanto, a estatal mineira não se cadastrou na Eletrobras para formação de consórcios. Mas Rolla reiterou o interesse na disputa.

A usina vai requerer investimentos de R$ 3,4 bilhões, segundo os estudos da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), e ainda não tem licença ambiental. A energia assegurada é de 985 MW e 15% poderá ser vendida livremente. Uma simulação de retorno feita pelo Itaú mostram ganhos para o capital do investidores na faixa dos 20%, bastante alto se comparado a outros projetos leiloados recentemente.

Data	Veículo	Título
24 Nov 2010	Valor Econômico	**Holding decidirá sobre atuação em leilões**

Rafael Rosas | Do Rio

O presidente da Eletrobras, José Antônio Muniz Lopes, disse que a decisão sobre a participação das subsidiárias da empresa no leilão de A-5 será tomada pelo conselho de administração da Eletrobras.

Muniz Lopes classificou como "sem efeito" a chamada pública feita por Furnas para atrair sócios para o leilão. "A chamada de Furnas não serviu de nada. Não sei porque ela fez, só digo que a chamada dela está sem efeito", disse Muniz Lopes, que participou da Conferência Hidreletricidade Sustentável, no Rio de Janeiro.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) deverá leiloar as hidrelétricas de Teles Pires e Sinop, no Mato Grosso, e Ribeiro Gonçalves, Estreito do Piauí e Cachoeira, no Piauí. Os empreendimentos ainda dependem do licenciamento ambiental.

A primeira chamada em busca de sócios para o leilão foi feita pela Eletronorte, em nome da Eletrobras. Furnas também fez a sua chamada pública e Muniz Lopes considerou que o aviso divulgado pela subsidiária com sede no Rio foi fruto de um mal-entendido. Para evitar novos ruídos, a holding Eletrobras fará uma chamada complementar para o leilão das cinco usinas. "Para acabar com essa história, daqui para frente quem vai fazer a chamada é a Eletrobras."

Indagado sobre a forma como a holding participará do leilão das cinco usinas, Muniz Lopes disse que o martelo só será batido na reunião de conselho da Eletrobras no começo de dezembro. O leilão está marcado para o dia 17.

De acordo com o presidente da Eletrobras, a única garantia é que as subsidiárias não concorrerão entre si nem participarão de consórcios rivais. "No Nordeste, a ideia é que entre a Chesf. No rio Teles Pires, podem entrar duas, mas sempre juntas e não separadas", disse.

O presidente de Furnas, Carlos Nadalutti Filho, disse ontem que ainda não há "nada de concreto" sobre a forma de participação da empresa no leilão de 17 de dezembro.

O executivo afastou a possibilidade de a subsidiária da Eletrobras entrar como concorrente de outras companhias do grupo.

"Vamos entrar em conjunto, na melhor opção que for para o sistema. É para agregar e não para dividir", disse Nadalutti, que também participou da Conferência Hidroeletricidade Sustentável, no Rio.
/

Data	Veículo	Título
24 Nov 2010	DCI	**Eletrobras lidera consórcio e evita confronto com coligadas**

Mauricio Godói

SÃO PAULO - As subsidiárias da Eletrobras não disputarão a mesma usina em lados opostos, garantiu o presidente da estatal, José Antônio Muniz Lopes. A estatal de energia acaba de decidir formar consórcio diretamente com as empresas interessadas em concorrer no leilão da usina Teles Pires (1,820 mil MW), marcado para acontecer em 17 de dezembro. Assim, a Eletrobras evita que as empresas ligadas à holding, como Furnas e Eletronorte, estabeleçam parcerias individualmente com interessados em disputar o direito de explorar a usina e se coloquem em lados opostos, como ocorreu com a usina de Jirau (RO).

Entrar na disputa por grandes usinas é o foco da empresa, que tem a ambiciosa meta -estabelecida em seu planejamento estratégico para os próximos 10 anos- de ser a maior empresa de geração de energia limpa do mundo até 2020. Além das hidroelétricas de grande porte, a estatal mira também as de tamanho médio. Segundo a Eletrobras, o Brasil está vivendo um momento como há muito não se via no País. "Temos, hoje, grandes obras já em andamento, que vão garantir um período de tranquilidade em termos de oferta de energia, mesmo com as grandes perspectivas de crescimento econômico que o Brasil tem atualmente. Para se ter uma idéia, só com Santo Antônio, Jirau e Belo Monte, estamos falando de quase 20 mil MW de energia que entrará no sistema brasileiro nos próximos cinco ou seis anos", apontou Luiz Augusto Figueira, superintendente da presidência.

Balanço saneado

A estatal deverá anunciar, ainda em 2010, um plano de negócios para cinco anos de cerca de US$ 45 bilhões, e planeja também investimentos em energia eólica, a biomassa e continuar no setor nuclear, conforme os planos do governo federal. Além disso, afirma que esse seu movimento, considerado até agressivo por agentes do setor, é natural para um player que segue estratégias de mercado e que atua em defesa de seus acionistas.

O assunto Acionista gerou bastante discussão: a razão são os dividendos retidos, mas que já começaram a ser pagos. "Entendemos que esta questão está solucionada, a forma de pagamento já foi definida, está sendo feita em quatro parcelas iguais e anuais sendo que o primeiro pagamento já foi feito em fevereiro deste ano. Os outros três estão previstos sempre para os meses de junho de 2011, 2012 e 2013", disse Figueira.

Capitalização

Outro ponto que ainda está pendente na estatal, mas que deverá ser resolvido em breve, é a questão da capitalização da empresa em R$ 4 bilhões, recursos esses do Tesouro Nacional que foram repassados à holding ainda em 2002 e que desde então pesavam sobre os resultados da empresa. Segundo o diretor de Finanças e de Relações com Investidores da Eletrobras, Armando Casado, a assembléia de acionistas para deliberar sobre esse assunto deverá acontecer ainda este ano, mas, pelo prazo legal, a efetivação desse aumento de capital ficará para 2011.

Todo esse processo faz parte do processo de transformação da empresa na Nova Eletrobras. Figueira cita a maior integração, que leva a decisões de negócio direcionadas para o sucesso do conjunto de empresas, melhorias na governança corporativa, investimentos em grandes projetos cujas obras já estão a pleno vapor e em outros que começam a sair do papel e a internacionalização, que abre uma nova perspectiva de negócios, bastante rentável. Em termos de mercado internacional, a Eletrobras vê a América do Sul como o mais importante. Segundo estimativa da companhia, a região tem 60% do seu potencial hidroelétrico explorável (356 GW) ainda a ser aproveitado e tem a vantagem de estar próximo de sua área de atuação. "Atualmente, estamos estudando cerca de 50 mil MW em geração a partir de fonte renovável no Brasil e no exterior, sendo 20 mil MW nas Américas. Nosso foco maior é em hidroelétricas e os estudos estão mais adiantados no Peru e na Nicarágua", apontou Casado.

"Também estamos construindo uma linha de transmissão de 400 quilômetros que liga Brasil e Uruguai, e que deve entrar em operação em março de 2013, e há um potencial muito bom para transmissão nos EUA", completou o diretor, que acrescentou que o plano prevê que a empresa deverá ter, até 2020, 10% de sua receita vinda do exterior.

Enquanto a empresa planeja essas ações, as dificuldades para licenças ambientais para a linha de transmissão das usinas do Madeira, de ambas as quais a Eletrobras possui participação, continuam. Para Figueira, porém, o prazo será atendido.

Data	Veículo	Título
24 Nov 2010	Valor Econômico	**Minoritário critica governança da Eletrobras**

Investidores privados querem vender ações de distribuidoras em bolsa e demitir diretores de controladas que desobedeçam estratégia do grupo.

Por Josette Goulart | De São Paulo
Daniel Wainstein/Valor

Arlindo Magno, representante dos minoritários no conselho: novo governo deve enfrentar assuntos "intocáveis"

Em meio ao período de transição do governo, os interesses em torno da maior companhia de energia elétrica do país se acentua. A Eletrobras está em uma disputa de poder e no dilema de se tornar uma empresa rentável, quiçá a "Petrobras do setor elétrico", como planejava o governo Lula. Neste momento, os minoritários da empresa, que têm cerca de 20% do capital votante, esperam que o futuro governo possa resolver assuntos "intocáveis". O representante deles no conselho de administração, Arlindo Magno, é quem levanta as questões que preocupam os investidores. De política, pouco falou, já que ele próprio é um militante do PT. Mas como representante do setor privado propõe uma privatização branca das distribuidoras da empresa, a venda dos ativos que não fazem parte do negócio da Eletrobras, a saída dos fundos e a demissão de diretores das controladas que desobedeçam a estratégia da companhia. Veja a seguir trechos da entrevista:

Valor: O sr. é militante do PT? É importante lhe perguntar logo no início dessa conversa.
Arlindo Magno: Sou.

Valor: Isso pode fazer alguma diferença...
Magno: Não. Eu sou governo, mas não sou chapa-branca. E represento R$ 9 bilhões em interesses privados dentro da Eletrobras. Esse já é meu quarto mandato como conselheiro eleito pelos minoritários, e que incluem os investidores estrangeiros.

Valor: Por que o senhor resolveu dar essa entrevista agora, em período de transição de governo?
Magno:Justamente por isso. Porque existe a mudança de governo e tenho esperança que a presidente Dilma possa mexer nos problemas intocáveis da Eletrobras.

Valor: Intocáveis?
Magno:Qual o nosso negócio, por exemplo? É um problema intocável. Todo mundo responde rápido que é geração, transmissão e distribuição. Mas temos vários ativos que não estão dentro desse escopo. Então, por que não vender? A Eletrobras tem participações minoritárias em mais de 30 empresas, que somam R$ 6,8 bilhões, e não há gestão sistemática dessas participações. Gerenciamos os fundos setoriais. Isso não é negócio nosso. Por que não mandar isso para um gestor financeiro como o BNDES? Gerenciamos o Luz para Todos, o Reluz. Nada é nosso negócio, são ações de governo.

Valor: Mas a empresa considera como negócio?
Magno: Eles não tocam no assunto. As participações minoritárias, em alguns casos, são por questão de depósito judicial. Não importa. O que importa é a política da empresa. Tem de decidir que vai vender esses ativos. Por que não faz isso? Porque é um assunto intocável.

Valor: A venda desses ativos já foi discutida alguma vez?
Magno: É intocável.

Valor: O sr. já expôs a ideia pelo menos?
Magno: Já. Diversas vezes.

Valor: A Eletrobras é tradicionalmente reduto do PMDB...
Magno: Os investidores privados sabem do risco político. Não vou entrar no detalhe da disputa interna na base do governo.

Valor: Mas essa é uma questão importante.
Magno: A questão é ter governança. Se tiver, não é importante quem for indicado para cargos na empresa. E isso não existe, nem em nível de conselho. Belo Monte, por exemplo. Você sabe qual o valor do investimento? Eu não sei. Sabe a rentabilidade? Eu não sei. O leilão aconteceu na primeira parte do ano e até agora não fomos informados sobre quanto a empresa vai investir e o retorno que teremos. Quando aprovamos a participação, só demos diretrizes, como rentabilidade mínima. O mercado até aceita

rentabilidade menor, mas é preciso também que a EPE revise seus cálculos, os preços estão muito apertados.

Valor: O sr. pediu os números?
Magno: Várias vezes.

Valor: E o que alegam?
Magno: Assunto intocável. O mesmo acontece em Angra 3. Isso virou uma inércia do conselho, que não chama para si essa responsabilidade.

Valor: É bom para a Eletrobras sair da conta do superávit primário?
Magno: Não. A Eletrobras tem que cumprir o superávit pelo baixo nível de governança que tem. Fazendo parte das contas do governo, ao entrar em um projeto sabe que ao se endividar precisa ter um retorno suficiente para pagar o principal e o serviço da dívida. Se está na meta, tem algum controle. Quando virar uma holding - hoje não sabe se é holding ou empresa de participações -, aí sim pode implementar melhores práticas de governança. E é preciso estabelecer meta para a gestão das controladas. Não obedeceu, não "performou", vai ter que se justificar. Se não é boa a justificava, não reconduz um diretor.

Valor: E qual o problema para se tornar uma holding?
Magno: É problema de cultura. O site da Eletronorte é .gov.br, parece um braço do Ministério. O da Eletrobras é .com. Olha a cultura díspare em um detalhe. Aí você vai buscar os resultados operacionais de cada empresa e são os piores do setor. E não conseguimos ter o acompanhamento disso dentro do conselho. Propomos que se crie uma diretoria de participações que tenha controle do que acontece em todas as empresas.

Valor: As resistências em torno da centralização são ainda visíveis, como o caso recente de Furnas, que abriu processo concorrente à Eletronorte para o leilão de Teles Pires.
Magno: A centralização é para dar racionalidade aos investimentos. Por que esse problema com Furnas? Porque existia antes uma concorrência de leilões de energia, predatória, onde cada controlada fazia o que queria, destruindo valor. Isso é da cultura. Já tivemos um avanço ao fazer o contrato de gestão com essas empresas, mas o problema é a política de consequência. Se não atinge a meta, a empresa é punida com corte de empréstimo. Não se pune o dirigente. A política correta é demitir imediatamente. Então, eu defendo que a diretoria de Furnas seja demitida ao não cumprir decisão estratégica estabelecida para Teles Pires. Para não acontecer de novo. E defendo que a diretoria da Chesf não seja reconduzida por ter criado problemas locais no momento da consolidação da holding.

Valor: As diferentes empresas da Eletrobras têm partidos diferentes no comando, isso....
Magno: Na Petrobras e no BB (Banco do Brasil) também era assim. Superaram pela governança. No BB só vice-presidentes são indicados e lá há os comitês. O modelo do BB é um modelo a ser observado. Mas o da Cemig também. A empresa é controlada pelo governo de Minas Gerais e veja o resultado operacional da companhia. Nós, minoritários, não temos a ilusão de que a Eletrobras vai ter rentabilidade de uma Tractebel. Porque a Tractebel não assume determinados riscos para construir uma hidrelétrica estratégica para o país. Então, sabemos que governo tem que tomar essa responsabilidade.

Valor: E as distribuidoras? São intocáveis?
Magno: Sim. Mas a distribuição é 100% regulada. Defendemos a criação de uma holding das distribuidoras e da abertura de capital no Novo Mercado. Significa que o governo perde o controle. É como se fosse uma privatização branca. Pode até perder o controle, mas captura ganhos. A Eletrobras já colocou mais de R$ 20 bilhões nelas.

Valor: O PMDB vai deixar a Dilma governar?
Magno: Assunto intocável. Não para a Eletrobras, para mim.

Valor: O que aconteceu em Furnas, em relação a Teles Pires, tem a ver com o problema com o PMDB?
Magno: Foi desobediência. José Antônio Muniz, o presidente, é indicado do PMDB. Ele é quem está mais aborrecido com isso.

Valor: Por que isso acontece se estão todos do mesmo partido?
Magno: Porque existe uma luta interna para ver quem controla a corporação. E quem pode dar uma disciplina é o conselho de administração da Eletrobras.

Data	Veículo	Título
24 Nov 2010	Valor Econômico	**Minoritários querem dados de controladas do Sistema Eletrobras**

Governança: Presidente do conselho de administração diz que companhia presta as informações exigidas em lei .
Por Josette Goulart | De São Paulo

Os balanços da Eletrobras são considerados verdadeiros mistérios por analistas pela quantidade de variáveis que estão lá inseridas, que vão desde dívidas antigas em dólar de Itaipu corrigidas por um índice de inflação americano até a gestão financeira de fundos setoriais, que torna a companhia um grande banco. Mas também a dificuldade de acesso à informação mais detalhada sobre as companhias controladas pela Eletrobras é latente. O representante dos minoritários da empresa no conselho de administração, Arlindo Magno, diz que, não só no balanço como dentro do próprio conselho, é difícil de se obter essas informações.

Em julho, Magno enviou uma carta ao Ministério de Minas e Energia sugerindo aperfeiçoamento da governança e que as reuniões do conselho passem a contar com informações estruturadas e sistemáticas de gastos, orçamentos realizados e faltantes, investimentos etc. Com isso, o conselho poderia, em sua opinião, fiscalizar e gerir melhor a empresa. Ele reclama que não recebeu resposta nenhuma. O ministro de Minas e Energia, Márcio Zimmermann, é quem está no centro desse questionamento por ser o presidente do conselho. Mas o ministro informou, por meio da assessoria de imprensa, que a Eletrobras tem ações cotadas em bolsa não só no Brasil como em Nova York e, por isso, presta todas as informações exigidas pela lei brasileira e também americana.

Muitos questionamentos foram feitos à Eletrobras, mas a empresa não tinha um porta-voz disponível para falar sobre os questionamentos que lhe foram enviados. Em evento no Rio de Janeiro na tarde de ontem, José Antônio Muniz já tinha falado sobre o tema do processo de leilão de Teles Pires. Conforme o Valor informou, a administração de Furnas abriu processo licitatório que desafiava o processo aberto pela Eletronorte. A subsidiária chegou a dizer oficialmente ao jornal que seria a direção de Furnas a decidir com quem iria ao leilão e não o conselho de administração.

Ontem, também o presidente de Furnas, Carlos Nadalutti, falou com a imprensa informando que a empresa iria entrar em conjunto para agregar valor à Eletrobras. Em nota ao jornal, informou apenas que será a decisão da Eletrobras que irá prevalecer. Mas não informou porque abriu o processo de chamada pública que concorria com a Eletronorte. As empresas do setor privado, confusas, se cadastraram nos dois processos. O caso desagradou os minoritários e o representante deles pede a demissão imediata da diretoria de Furnas. Seria uma forma, segundo Magno, de se ter uma política de consequência na Eletrobras com o objetivo de se construir a holding com estratégias únicas.

Data	Veículo	Título
25 Nov 2010	Valor Econômico	**Comunicado ao mercado sobre matéria do jornal Valor Econômico**

Fonte: Diretoria Financeira e de Relações com Investidores

A Eletrobras enviou hoje (25) comunicado ao mercado relativo às informações de matéria publicada na edição de ontem (24) do jornal Valor Econômico, com os seguintes esclarecimentos:

1. O Conselho de Administração da Eletrobras tem acesso a toda e qualquer informação relativa aos negócios das empresas do Sistema, recebe relatórios de forma periódica e estabelece as diretrizes, particularmente aquelas relativas a investimentos. O acompanhamento das metas das empresas Eletrobras é feito trimestralmente pelo Conselho de Administração e, além disso, todos os conselheiros têm a oportunidade de discutir o desempenho econômico e financeiro das empresas decorrentes da apresentação de resultados, inclusive na presença de auditores externos.

2. Não há dúvida em relação ao negócio das empresas Eletrobras. O Planejamento Estratégico 2010-2020, já amplamente divulgado, apresenta de forma clara e inequívoca a missão da Eletrobras e estabelece, como visão para 2020, ser o maior sistema empresarial de energia limpa do mundo. Em função disso, as empresas têm focado seus investimentos em hidrelétricas de médio e grande portes, além de projetos de biomassa e eólicos. Estão claras também as condições para a realização desses investimentos: que estejam alinhados à estratégia de ampliar a atuação no mercado de energia limpa e que sejam rentáveis para os acionistas.

3. No caso dos projetos de Belo Monte e Angra 3, mencionados na matéria, as diretrizes, incluindo a rentabilidade mínima, foram integralmente aprovadas pelo Conselho de Administração da Eletrobras. Como ainda estão sendo negociados pela empresa os financiamentos e os contratos com fornecedores, ainda não é possível apurar a rentabilidade final dos dois projetos.

4. Os investimentos em participações minoritárias são realizados apenas em empresas de energia elétrica, ou seja, estão absolutamente dentro do foco do negócio da Eletrobras. A rentabilidade dos investimentos da Eletrobras é acompanhada sistematicamente pelo Departamento de Governança Corporativa da empresa e encaminhada ao Conselho de Administração todos os meses. Esses investimentos têm rentabilidade compatível com os custos de capital e vêm sendo utilizados como garantia em ações judiciais, evitando que a empresa tenha que mobilizar disponibilidades financeiras com esse objetivo.

5. A retirada da Eletrobras do cálculo do resultado primário é extremamente importante para aumentar a sua competitividade, já que as empresas Eletrobras competem com empresas privadas não sujeitas a controle fiscal. A Eletrobras continuará contribuindo com o superávit primário do governo, por meio do pagamento anual dos seus dividendos. Além disso, a retirada da Eletrobras da meta fiscal não desobrigará estas empresas da elaboração de orçamentos anuais de investimento, debatidos e aprovados pelo Congresso Nacional, bem como do Programa de Dispêndios Globais (PDG), cuja aprovação é feita por meio de decreto presidencial.

6. A gestão de fundos setoriais e programas de governo é realizada pela Eletrobras, em função de sua grande experiência em negócios de energia elétrica. Em decorrência do papel de administradora dos referidos fundos, cuja titularidade é do Tesouro Nacional, sua contabilização é feita em estrita observância ao principio da entidade, não havendo "contaminação" nos balanços da Eletrobras e, portanto, não impactando na determinação de seus resultados. Esses fundos são sujeitos a prestações de contas regulares e sua execução submetida à fiscalização da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

7. Em relação aos investimentos feitos pela empresa na área de distribuição, conforme é de conhecimento do mercado financeiro e da sociedade em geral, em 2008, a Eletrobras promoveu a reestruturação na governança corporativa de suas seis empresas de distribuição. Isso foi feito por meio da centralização de sua direção, da reforma dos estatutos e da padronização de gestão. Um reconhecimento da excelência desse trabalho é, por exemplo, o apoio do Banco Mundial, com um financiamento de US$ 495 milhões, seguindo todos os rigorosos critérios daquela instituição. Como pode ser observado nas demonstrações contábeis, todas essas ações já surtem efeito, com melhorias sobre os resultados de tais empresas.

8. Quanto à governança corporativa, a Eletrobras está cada vez mais preocupada em atingir os níveis ideais exigidos pelo mercado. Os requisitos da Lei Sarbannes-Oxley (SOX) foram implantados na empresa, tornando-se um processo permanente de gestão de riscos e controles internos. A Eletrobras faz parte do ISE/Bovespa há três anos consecutivos e está trabalhando para compor o índice Dow Jones, da Bolsa de Nova Iorque. Além disso, a empresa tem uma Política de Sustentabilidade integrada, aprovada em 2010, que norteia suas ações nos aspectos ambiental, social e econômico-financeiro.

9. Considerando as questões relacionadas à gestão interna, as empresas Eletrobras já atuam de forma mais integrada. Existe uma linguagem visual única e vêm sendo feitos vários esforços para a aproximação com todos os seus públicos de relacionamento. Cada vez mais, existe a preocupação com os aspectos intangíveis, como fica claro a partir da implantação de projetos como o de gestão de marcas e o de gestão da comunicação interna. A decisão de implementar também um plano de carreira e remuneração único para os quase 30 mil empregados de nossas empresas em todo o Brasil é mais uma evidência de que a mudança de cultura vem sendo trabalhada intensamente.

Todas as informações sobre os negócios das empresas Eletrobras estão disponíveis em sua página na internet (www.eletrobras.com). Os investidores têm também à sua disposição a área de Relações com Investidores da Eletrobras, que está sempre pronta a esclarecer qualquer dúvida em relação às atividades da empresa.

Armando Casado de Araújo

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Data	Veículo	Título
30 Nov 2010	Valor Econômico	**Governança sob medida (Entrevista com José Antonio Muniz, presidente da Eletrobras)**

Criticado por acionistas minoritários, presidente da Eletrobras diz que cada um tem seu próprio conceito de gestão. "É como o amor."

Por Josette Goulart | De São Paulo

O que é governança, afinal? Para o presidente da Eletrobras, José Antonio Muniz, "é um conceito como felicidade ou amor, para cada um é diferente".

Em um momento em que a bilionária empresa que comanda é questionada por seus acionistas minoritários justamente pela governança, ou a falta dela, e a dificuldade em se obter informações das subsidiárias do grupo, Muniz pondera: "Queria ver qual ser humano seria capaz de ler todas as informações que são geradas aqui".

Ele diz que como presidente do sistema o importante é ter informações dos pontos principais. Afinal, cada empresa do grupo tem seu próprio conselho de administração.

A disputa pelo poder na Eletrobras tem sido acirrada nesta transição de governo. São nove presidências em jogo e algumas dezenas de cargos em diretoria, além dos próprios cargos em conselhos de administração. Nem o próprio Muniz, indicado pelo PMDB, é nome confirmado no comando da empresa. Ele mesmo diz com certa frequência "se eu estiver aqui em janeiro" ao falar sobre seu futuro próximo. Sob sua batuta, entretanto, Muniz é defensor de uma Eletrobras que continue sendo parte empresa e parte agente de Estado.

A governança da empresa e a atuação do próprio conselho de administração, presidido pelo ministro de Minas e Energia, Márcio Zimmermann, foram duramente criticadas em entrevista recente concedida ao Valor pelo representante dos acionistas minoritários no conselho, Arlindo Magno. Magno falou de assuntos que considera "intocáveis" na Eletrobras e que, segundo ele, deveriam ser enfrentados pelo novo governo federal. "O Arlindo [Magno] quer a diretoria de participações e comitês de assessoramento ao conselho", diz Muniz. "E nós vamos chegar lá".

Mas as propostas do representante dos minoritários vão além. Ele sugere um conselho mais forte, sem que seja presidido pelo ministro de Minas e Energia. "O presidente não pode [constranger] os demais conselheiros", disse Magno. "Nós precisamos de um conselho mais independente". Muniz entende que o fato de ter um diretor do BNDES, um representante do Tesouro, um conselheiro independente e um representante da Casa Civil fortalece o conselho da Eletrobras.

Além das atividades de distribuição, geração e transmissão, a Eletrobras é responsável pela gestão de fundos setoriais e programas de governo como o Luz para Todos. Mas Muniz acredita que a Eletrobras não pode perder seu papel de agente de Estado, e administrar esses fundos faz parte desse papel. Desde que o resultado não seja negativo, segundo Muniz, ficar no zero (na gestão dos fundos) já é bom.

Muniz também é totalmente contra a privatização das distribuidoras da Eletrobras, apesar de não serem o negócio principal da empresa e passarem por grandes dificuldades. "Mas nós vamos recuperar essas empresas", diz.

Desde 2007, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva traçou uma meta para a Eletrobras, de se tornar a "Petrobras do setor elétrico". De lá para cá, a gestão da companhia foi unificada, os planos de cargos e salários devem seguir o mesmo caminho até o ano que vem, o logotipo das empresas tiveram o "Eletrobras" acrescentado a seus nomes originais. As empresas do grupo tiveram suas dívidas com a holding transformadas em capital, uma operação de R$ 10 bilhões.

Mesmo assim alguns incidentes trouxeram à tona a dificuldade de se unir empresas com culturas tão diferentes sob uma mesma gestão.

A subsidiária Furnas, por exemplo, desobedeceu uma decisão estratégica da empresa para participação no leilão da usina hidrelétrica de Teles Pires.

A unificação da marca foi o estopim para que os funcionários da Chesf criassem desconforto com o que consideraram a tentativa de se tirar a companhia do povo pernambucano. Os casos, segundo Muniz, foram isolados e ele mesmo justifica que não se pode querer mudar a cultura das empresas. "A Chesf e Furnas foram criadas antes da Eletrobras e sempre foram muito independentes", diz Muniz. "Estamos passando por um processo de transformação."

Na bolsa de valores, os papéis da empresa refletem o descontentamento dos investidores. Enquanto o índice do setor de energia sobe 9% no ano, as ações com direito a voto da Eletrobras caem mais de 14%. As preferenciais, que são beneficiadas por dividendos garantidos, caem quase o mesmo. Os números operacionais da empresa, comparados com seus pares no setor, também desapontam. Relatórios de bancos de investimento mostram que os índices das empresas do sistema Eletrobras são piores inclusive que seus pares estatais, como a Cemig.

No cronograma da Eletrobras, o próximo grande evento de interesse de seus acionistas deverá ser a capitalização de cerca de R$ 5 bilhões a ser feito pelo governo federal. Além disso, a empresa continua pagando os dividendos que ficaram parados anos na empresa. Uma vitória para os minoritários, segundo o próprio representante deles no conselho, Arlindo Magno.

Data	Veículo	Título
20 Dez 2010	O Globo	**Dilma quer reduzir poder de PMDB em estatais**

Presidente eleita pretende ter técnicos de sua confiança no comando do setor de energia

Maria Lima, Gustavo Paul, Cristiane Jungblut e Eliane Oliveira
BRASÍLIA

Vencida a dura batalha pela definição do Ministério, a presidente eleita, Dilma Rousseff, após assumir o cargo, vai se dedicar à montagem do tabuleiro do segundo escalão mais cobiçado do governo: o comando das estatais, com promessa de reduzir o poderio do PMDB no setor. Ela pretende esperar apenas a eleição dos novos presidentes da Câmara e do Senado, marcada para o início de fevereiro. Nessa fase, com mais autonomia, vai atacar primeiro as empresas da área energética, hoje dominadas pelos grupos do presidente do Senado, José Sarney (AP), de Jader Barbalho (PA) e do deputado Eduardo Cunha (RJ), todos do PMDB.

Dilma quer pôr nos principais postos do setor elétrico pessoas de perfil técnico e de sua confiança.

Reconduzido ao Ministério de Minas e Energia para atender Sarney, Edison Lobão admitiu recentemente que não terá autonomia para indicar todos os cargos das estatais do setor:
- Não há nenhum ministério nessa condição de porteira fechada - disse Lobão.

A cobiça em torno das empresas do sistema Eletrobras se dá pelos R$8,1 bilhões de investimentos previstos no Orçamento de 2011. Nos últimos anos, a presidência da holding ficou sob responsabilidade de indicados por Sarney. O atual presidente, José Antonio Muniz Lopes, é um fiel aliado do presidente do Senado. Antes de ir para a Eletrobras, presidiu a Eletronorte.

Mas o alvo número um de Dilma é Furnas. Ela avisou aos integrantes da transição que, em fevereiro, quer intervir no comando da empresa para limpar a estatal de qualquer influência de Eduardo Cunha. A terceira maior verba das estatais do setor elétrico é destinada a Furnas (R$1,256 bilhão), que tem no comando atualmente Carlos Nadalutti, do grupo de Cunha.

Comando de Furnas é disputado pelo PMDB de Minas Gerais

O comando de Furnas está sendo disputado pelo PMDB mineiro como opção para o senador Hélio Costa (PMDB-MG), derrotado na eleição para o governo estadual, com apoio do deputado Newton Cardoso (PMDB-MG). Furnas tem também o cobiçado Fundo de Pensão Real Grandeza, que movimenta um orçamento de cerca de R$7,1 bilhões por ano, e cujo comando já foi alvo de duras disputas tendo Cunha à frente. Dilma já avisou que não cederá ao lobby de Hélio Costa.

O líder do PMDB na Câmara, deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), disse que o PMDB não criará problemas na discussão do segundo escalão:
- A presidente Dilma termina agora a dificílima tarefa de escolha do Ministério e saberá conduzir a formação do segundo e do terceiro escalões. E pode contar com o PMDB, que não vamos disputar espaço. Somos governo agora - disse Eduardo Alves.

Responsável por obras estratégicas como a usina de Belo Monte, a Eletronorte terá para investir em 2011 R$807 milhões e é comandada por Josias Matos de Araújo. Ele assumiu no lugar do paraense Jorge Palmeira, indicado por Jader Barbalho. Josias também é da cota partidária, mas do PT: foi indicado pela governadora petista Ana Júlia Carepa. E também poderá ser substituído.

Outras definições do segundo escalão dos ministérios foram acertadas nos últimos dias. Muitos técnicos que estão na função de ministros desde abril, quando os titulares políticos saíram do governo para disputar as eleições, voltam ao posto de secretário-executivo, o segundo cargo na hierarquia dos ministérios.

Mas ainda não será desta vez que a Secretaria-Geral do Itamaraty (o equivalente à secretaria executiva dos demais ministérios) será ocupada por uma mulher, como foi cogitado por integrantes da equipe de transição. O futuro ministro das Relações Exteriores, Antônio Patriota, deu preferência ao experiente embaixador Ruy Nogueira, atual subsecretário de Cooperação e Promoção Comercial do Itamaraty.

Outros que já estão confirmados para as secretarias executivas dos respectivos ministérios são os ministros da Justiça, Luiz Paulo Barreto; dos Transportes, Paulo Sérgio Pastos; da Previdência, Carlos Gabas; e de Minas e Energia, Marcio Zimmermann.

Data	Veículo	Título
30 Dez 2010	O Estado de S. Paulo	**PDT quer estatais do setor elétrico, avisa Lupi**

Ministro do Trabalho afirma que partido espera "reciprocidade" por dedicação na campanha presidencial de Dilma

Mônica Ciarelli - O Estado de S.Paulo

O PDT tem ambições maiores que apenas um ministério no governo Dilma Rousseff. "Nós temos várias reivindicações no segundo escalão", revelou ontem ao Estado o presidente licenciado do partido, Carlos Lupi, que já teve confirmada a sua permanência à frente do ministério do Trabalho e Emprego.

As estatais são o alvo do PDT, que se apresenta como o primeiro a apoiar oficialmente a presidente eleita. "O que queremos é uma reciprocidade nessa dedicação", disse Lupi.

Na lista de prioridades dos pedetistas estão estatais do setor elétrico. Segundo o ministro, o partido quer espaço na Eletrosul e também pleiteia a presidência de Itaipu para Osmar Dias, que concorreu pelo PDT ao governo do Paraná na eleição ganha por Beto Richa, do PSDB.

"Queremos estatais onde possamos desenvolver um trabalho de política pública de fortalecimento dessas empresas", explicou o pedetista. Mas o ministro acredita que as negociações só vão andar mesmo depois de fevereiro.

Carisma. Com o argumento de que em time que está ganhando não se mexe, Lupi acredita que o governo Dilma será parecido com o de Luiz Inácio Lula da Silva no campo macroeconômico e na política social.

Segundo ele, a diferença entre os dois governos está no estilo pessoal. Lula, observou, é um homem de muito carisma e calejado pelo sofrimento das lutas políticas. Já Dilma, segundo ele, por ser uma mulher, é mais sensível, e tem a experiência da luta contra a ditadura militar.

"Dizer que a Dilma tem o carisma do Lula é mentir. É minha chefe, mas a gente não pode mentir. Ela tem a sensibilidade que pode compensar, com muita facilidade, a falta de carisma", disse.

Na avaliação de Lupi, o fato de a presidente eleita ter ocupado o cargo de ministra-chefe da Casa Civil por quatro anos lhe dá muita bagagem na gestão administrativa do dia a dia de um país. Isso porque ela precisou enfrentar conflitos não só em seu próprio partido, mas também harmonizar interesses das legendas aliadas.

Data	Veículo	Título
30 Dez 2010	O Estado de S. Paulo	**PT avança sobre feudos do PMDB e acirra disputa pelo segundo escalão**

Insatisfeitos com sua cota ministerial, peemedebistas não aceitam perder setores importantes como Funasa e a presidência da Eletrobras; apetite petista preocupa também o PC do B, que não emplacou um segundo nome no time de Dilma

Christiane Samarco e Denise Madueño - O Estado de S.Paulo

A três dias da posse da presidente eleita Dilma Rousseff, o PMDB é minado pelo PT e pode perder o comando de fundações e estatais que há vários governos compõem sua cota de poder. Na iminência de ter de entregar ao novo ministro da Saúde, Alexandre Padilha, o posto mais estratégico da pasta - a Secretaria de Atenção à Saúde -, o partido acusa o PT de querer "aparelhar" o ministério subtraído dos peemedebistas na montagem do primeiro escalão.

A expectativa da cúpula do PMDB era precisamente o oposto. Quando desistiu de negociar o ministério para estancar o desgaste político e de imagem, o comando do PMDB contava compensar o quinhão perdido na partilha dos postos do segundo escalão. Mas a disputa pela Esplanada infiltrou-se nas instâncias menores. Na Saúde, os peemedebistas também esperavam manter a presidência da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), também cobiçada por petistas.

O PMDB chegou a desdenhar do posto de ministro da Saúde, julgando que manteria Alberto Beltrame na Secretaria de Atenção à Saúde - o setor que define regras e valores das tabelas dos serviços prestados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) em Estados e municípios.

Beltrame, indicado pelo PMDB gaúcho, caiu nas graças de toda a cúpula partidária porque "atende bem ao partido", mas o ministro Padilha quer substituí-lo por Helvécio Magalhães, do PT de Minas, apadrinhado do novo ministro de Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel.

O PMDB protesta, alegando ter sido avisado de que as definições do segundo escalão só ocorreriam entre janeiro e fevereiro. Assim, estaria "disciplinado, aguardando". Diante da movimentação do PT, a insatisfação evoluiu. "Querem tirar nosso oxigênio na política", afirma um peemedebista, para quem "oxigênio" é sinônimo de verbas orçamentárias e cargos.

"Atropelados". O partido do vice-presidente Michel Temer não é o único da base governista que se julga atropelado pelo PT. O PC do B dava como certa a indicação do atual ministro do Esporte, Orlando Silva, como autoridade pública olímpica, deixando sua vaga para a deputada Luciana Santos (PC do B-PE). Para surpresa geral, Orlando ficou no posto e Luciana não foi chamada. Os comunistas culpam o PT.

Não bastasse a briga entre os aliados, o PMDB tem disputas internas a administrar, algumas estimulada pela própria presidente, empenhada em promover trocas de comando. É o caso da presidência da Eletrobras, tida como um "feudo" do presidente do Senado, José Sarney (MA).

Para o lugar do atual presidente, José Antonio Muniz, está sendo cotado o ex-diretor de Distribuição da estatal, Flávio Decat. É a segunda vez que Decat e Muniz disputam a presidência da Eletrobras. Em 2008, foi o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão quem bancou a permanência de Muniz à frente da estatal.

Fontes do setor elétrico atribuem ao PMDB do Rio a pressão para levar Flavio Decat ao comando da Eletrobras. A julgar pela reação do deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), no entanto, a indicação de Decat não passou pela regional fluminense do partido. "Não que eu saiba. Eu não sei quem é Decat, nem o conheço", diz Cunha.

Data	Veículo	Título
04 Jan 2011	Valor Econômico	**PT e PMDB disputam setor elétrico**

Paulo de Tarso Lyra | De Brasília

A presidente Dilma Rousseff vai propor que Flávio Decat seja o futuro presidente da Eletrobras, desbancando o poder do PMDB na holding, atualmente presidida por José Antonio Muniz Lopes Filho, afilhado do presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP). Será uma reedição de 2008, quando Sarney venceu a disputa com a então chefe da Casa Civil e conseguiu indicar seu apadrinhado para o posto.

A Eletrobras é o exemplo mais patente de uma disputa tensa entre PT e PMDB pelos segundo escalão do setor elétrico. A área sempre foi considerada um feudo pemedebista, especialmente do clã Sarney. O presidente do Senado conseguiu, ainda durante a campanha presidencial, a garantia de que o senador Edison Lobão (PMDB-MA) retornaria ao Ministério de Minas e Energia caso Dilma fosse eleita.

Lobão chegou a cogitar, caso José Antônio Muniz Lopes Filho seja realmente substituído, indicar Márcio Zimmermann para o posto, mas não teve força política suficiente e Zimmermann retornou para a secretaria-executiva do Ministério de Minas e Energia.

O chefe da Casa Civil, Antonio Palocci, avisou a lideranças do PT e do PMDB que as negociações de cargos no setor elétrico só vão começar na segunda quinzena de janeiro. O aviso serviu para acalmar um pouco os ânimos na base dos dois partidos. Vencida esta etapa, vai começar outra fase complexa: a escolha dos nomes que vão comandar as subsidiárias.

O caso mais complicado é o de Furnas, no Rio de Janeiro. O PT está ansioso para tirar a estatal do comando do deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ). Os petistas argumentam que Cunha é um aliado perigoso, que já prejudicou o governo durante a votação da CPMF em 2007 - atrasando a entrega do relatório na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara para pressionar pela indicação de Luiz Paulo Conde para a presidência da empresa fluminense.

O pemedebista ironizou o apetite do PT para diminuir espaços do PMDB no governo. "Ninguém vem a público defender cargos para o PMDB. Só querem tirar. Quero ver como ficarão as votações no Congresso depois", disse. Segundo Cunha, a exemplo do PT, seu partido também pretende manter os postos que ocupa atualmente e, se possível, avançar em algumas áreas.

Na Eletronorte, é grande a possibilidade de permanência do atual presidente, Josias Araújo. No fim do ano passado, circulou a informação que Dilma gostaria de indicar uma mulher para a presidência, notícia que acabou não se confirmando. Mas são consideradas certas mudanças em outras diretorias para acomodar o senador Luiz Otávio (PMDB-PA), que não se elegeu para deputado, e o deputado Jader Barbalho (PMDB-PA), cuja eleição foi impugnada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) com base na Lei da Ficha Limpa. Na Eletrosul, o PT catarinense deve propor a troca do atual presidente, Luiz Mescolotto, ex-marido da ministra da pesca, Ideli Salvatti. E na Chesf, o PSB de Eduardo Campos vai indicar um nome para o lugar do atual presidente, Dilton da Conti. "Mas o cargo não sairá da órbita de Campos. A Chesf é fundamental para Pernambuco", confidenciou um petista que milita no setor elétrico.

Data	Veículo	Título
04 Jan 2011	Brasil Econômico	**Atuação do governo preocupa setor elétrico**

Temor é que nova gestão interfira na Aneel e promova loteamento de cargos na agência

Weruska Goeking

A atuação do governo no setor de energia e sua tensa relação com a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) geraram desconforto no segmento nos últimos oito anos. Agora, o mercado cria expectativa sobre qual será o grau de autonomia da agência durante o mandato da presidente Dilma Rousseff.

Há quem acredite que as ingerências sobre a Aneel tendem a ser intensificadas, como o especialista em planejamento energético Adriano Pires, diretor da consultoria Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE). "Essa já era uma característica do presidente Lula: o esvaziamento das agências", diz. Ele discorda da "política de grande participação do Estado" e acredita que a consequência dessa postura é o enfraquecimento das agências reguladoras. "A Aneel é uma piada; agência reguladora é uma coisa anglo-saxã que foi tropicalizada", diz Luiz Pinguelli Rosa, ex-presidente da Eletrobras entre 2003 e 2004 e diretor do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Coppe/UFRJ).
Apesar da declaração forte, Pinguelli Rosa concorda com a atuação mais incisiva do governo federal nas agências de regulação, especialmente na própria Aneel. "O Estado tem um papel natural no setor, que é o da garantia do suprimento de energia elétrica, e a agência pertence ao estado", defende.

Pinguelli Rosa defende a ideia de que não existe agência independente no país e que intervenções federais podem ser essenciais em momentos críticos, como o ocorrido com a ação do governo americano para que a montadora General Motors não fechasse as portas.

A ideia de inexistência de agência reguladora neutra é compartilhada por Ildo Sauer, ex-diretor de Gás e Energia da Petrobras, professor e diretor do Instituto de Eletrotécnica e Energia da Universidade de São Paulo (IEE-USP). Entretanto, ele acredita que o estado tem usado seu poder para manipular de forma negativa a Aneel.

Para embasar sua opinião, Sauer lembra do recente episódio do erro de cálculo na revisão das tarifas de energia elétrica, que resultou em um prejuízo de R$ 7 bilhões aos consumidores. "O governo foi notificado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) em 2004 pelos problemas nos contratos e nada foi feito", afirma. "As agências devem ser reformuladas para que cumpram o papel de mediação de interesses para garantir mais qualidade e mais acesso, o que não tem acontecido", diz Sauer.

Perfil técnico

Além das interferências pontuais, há também a questão do loteamento partidário dos cargos da Aneel, em detrimento da escolha de especialistas. Para Otávio Santoro, economista e especialista em engenharia elétrica, há cargos que exigem conhecimento na área. "Temos que separar a área política da técnica e, infelizmente, faz parte da postura do PT incluir afiliados", afirma Santoro.

O especialista afirma reconhecer a qualidade e a capacidade técnica de Nelson Hubner, atual diretor-geral da Aneel, mas critica a ocupação de outros cargos por pessoas aliadas ao governo, mas sem conhecimento técnico sobre o setor elétrico.

Essa postura já trouxe problemas para o setor. "Tanto Dilma quanto o ministro de Minas e Energia Edison Lobão bateram cabeça sem saber o que aconteceu no apagão de novembro do ano passado e acabaram descobrindo que foi um problema de manutenção por falta de planejamento", recorda.

Sobre a escolha de Lobão para ser novamente ministro, Santoro afirma que ele é "um ótimo político", mas que não possui o perfil técnico esperado para a função. "Podemos dizer que ele já fez um estágio, agora vamos ver se nos próximos quatro anos convence como líder do setor", diz.

A reportagem procurou a Aneel, que preferiu não se manifestar sobre o assunto.

Data	Veículo	Título
05 Jan 2011	Valor Econômico	**Dilma tenta conter crise com o PMDB**

Partidos: Presidente convoca Padilha, Palocci e Bernardo para buscar conciliação na escolha do 2º escalão

Paulo de Tarso Lyra e Raquel Ulhôa | De Brasília

Os ministros da Casa Civil, Antonio Palocci, da Saúde, Alexandre Padilha, e das Comunicações, Paulo Bernardo, foram designados pela presidente Dilma Rousseff para tentar conter a crise do PMDB com o governo. O objetivo do grupo é conciliar o desejo do PMDB por cargos e o de Dilma em privilegiar nomes técnicos, e não políticos, na formação do segundo escalão do governo federal. Pela presidente, a reformulação ocorrida nos Correios se repetiria em todas as estatais. Uma contradição, porém, pois nos Correios a troca de diretores se deu com indicações políticas, desta vez do PT.

A eleição de Marco Maia (PT-RS) para a presidência da Câmara não parece estar ameaçada pela insatisfação do PMDB, mas existem temas delicados no Congresso, como a votação do salário mínimo e da proposta de emenda constitucional que cria um piso nacional para policiais militares e bombeiros (PEC 300). O PMDB já avisou que precisa ser convencido das razões que levaram o governo a definir um mínimo de R$ 540. O líder do partido na Câmara, Henrique Eduardo Alves (RN), foi ontem ao ministro das Relações Institucionais, Luiz Sérgio, pedir que ele marque para uma reunião com Guido Mantega na segunda quinzena de fevereiro. "Dizer que o governo quer um mínimo de R$ 540 não é argumento. Queremos ajudar a Dilma, mas queremos ser convencidos", disse.

Os partidos aliados da presidente, especialmente o PMDB, ameaçam aprovar um salário mínimo superior aos R$ 540 decretados pelo governo, se não tiverem atendidas suas reivindicações por cargos e liberação de emendas ao Orçamento da União. Num primeiro momento, os descontentes prometiam dar o troco na eleição de Maia a presidente da Câmara, ameaça que perdeu fôlego com a decisão da oposição de respeitar o princípio da proporcionalidade (de acordo com o tamanho das bancadas eleitas) na partilha de cargos no Congresso. Alves avisou que o PMDB cumprirá o acordo de apoiar o petista.

O temor do governo é a pressão que acontecerá depois caso a crise que atinge os dois principais partidos da base aliada não seja debelada logo. "Marco Maia assumiria uma Câmara em clima de total insegurança. Além do salário mínimo, temos matérias que podem provocar rombos no Orçamento, como a PEC 300", declarou um interlocutor do governo. A escolha da trinca de ministros serve também para blindar a presidente Dilma do desgaste com o principal aliado. Políticos próximos lembram que ela tem um estilo diferente do antecessor, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. "O Lula fazia vistas grossas para essa questão de cargos e cobrava apenas fidelidade nas votações. Aprovava o que queria e depois ia para o povo capitalizar", disse um petista com livre trânsito no quarto andar do Palácio do Planalto.

Para este interlocutor, Dilma está muito atenta à questão programática e à escolha de perfis técnicos para o segundo escalão. "Eu já a vi pressionando ministros para tirar apadrinhados e colocar nomes mais qualificados. Por ela, a atitude de Paulo Bernardo nos Correios se repetiria nas demais nomeações do governo".

O anúncio foi feito ontem por Temer. As negociações serão retomadas após as eleições dos presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado. Até lá, o PMDB vai apresentar um quadro de cargos dos quais não abre mão, especialmente no setor elétrico e na Fundação Nacional da Saúde (Funasa).

Após reunião no apartamento de Temer, entre dirigentes e líderes do PMDB, o líder Henrique Alves afirmou que o partido quer saber quais foram os "parâmetros" para fixação do valor do mínimo, para ser "convencido" de que ele deve ser adotado. "O Legislativo não é mero carimbador. Não conhecemos os parâmetros que motivaram a fixação em R$ 540 e quais as consequências para Estados e municípios. Precisamos ter todas as informações para nos convencer", disse Alves.

Nos últimos dois dias, a cúpula petista e o ministro das Relações Institucionais, Luiz Sérgio (PT), tentaram agir para conter a insatisfação do PMDB. O presidente da Câmara, Marco Maia, e deputados da sigla reuniram-se com Temer e Henrique Alves na segunda-feira e comprometeram-se a defender que o governo retome o diálogo com o PMDB na composição do governo.

Dirigentes do PT criticam a "precipitação" de ministros do partido, que afastaram servidores indicados pelo PMDB sem negociar com o aliado, que é estratégico. Para essa ala do partido, o PT não pode exigir "porteira fechada" em suas Pastas, já que há petistas em cargos importantes de ministérios que são do PMDB - como o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), órgão do Ministério de Minas e Energia, e a secretaria-executiva do Ministério da Previdência.

A bancada do PT na Câmara mostra preocupação porque o PMDB terá a segunda maior bancada de deputados (79, atrás do PT, que terá 88) e os dois partidos precisam atuar juntos para barrar um aumento maior do salário mínimo e a aprovação da PEC 300.

Segundo o líder do PMDB, Henrique Alves, a interrupção no processo de nomeações para os cargos do segundo escalão vai evitar que os aliados se atropelem na ânsia pela ocupação de espaço. "Essa parada é boa para o governo ter ideia dos espaços de cada partido da base, uma visão mais correta desse mosaico. A partir desse levantamento, voltaremos a conversar sobre as indicações, dentro de critérios técnicos, como quer a presidente, mas evitando atropelos."

Data	Veículo	Título
05 Jan 2011	Folha de S. Paulo	**PMDB usa salário mínimo para pressionar por cargos**

Insatisfeita com perda de espaço sob Dilma, sigla trabalhará por valor maior

Presidente reage à intimidação e escala ministro para antecipar veto a reajuste que eleve piso a mais de R$ 540

DE BRASÍLIA

Em dois dias de governo, a presidente Dilma Rousseff enfrentou a primeira ameaça do seu principal aliado, o PMDB. O partido prometeu trabalhar contra o salário mínimo de R$ 540, fixado pela equipe econômica, para marcar sua insatisfação com a perda de cargos para o PT.

Por determinação da presidente, o Ministério da Fazenda reagiu à intimidação, e o ministro Guido Mantega foi escalado e veio a público declarar o veto a qualquer valor do mínimo acima do patamar estabelecido.

Segundo a Folha apurou, a resposta à legenda partiu da avaliação de que o Executivo não podia se submeter à ameaça do aliado, apesar da constatação de que há, de fato, um princípio de crise entre as duas maiores forças da base de sustentação.

O partido acusa o PT de tomar-lhe cargos estratégicos no segundo escalão, caso da presidência da Funasa, dos Correios e órgãos do setor elétrico, tradicionais redutos peemedebistas. A proposta de elevar o mínimo vem no momento em que a equipe econômica negocia cortes na despesa da máquina.

Apesar do recado da Fazenda, líderes do PMDB não recuaram. "A Funasa, respeitosamente, é uma indicação do PMDB", disse o líder da sigla na Câmara, Henrique Eduardo Alves (RN), alegando que o governo está em débito com o partido por ter tirado o comando da Secretaria de Atenção à Saúde de sua área de influência e entregue a um petista.

A advertência do PMDB partiu de Alves. "Não estamos convencidos do valor do mínimo. Queremos discutir para que a gente possa ser convencido ou convencer o governo." Ganha força um reajuste que eleve o mínimo para R$ 560, acima dos R$ 540 em vigor desde o começo do ano, uma das últimas medidas editadas por Lula.

"Neste momento é temerário aumentarmos para mais de R$ 540. Se vier alguma coisa diferente, nós vamos vetar", disse Mantega.

Nos bastidores, outra tentativa de intimidação surgiu ontem: peemedebistas começaram a discutir o nome do deputado Sandro Mabel (PR-GO) para a presidência da Câmara, contra a candidatura do petista Marco Maia (RS), que é a opção oficial.

A rebelião peemedebista fez com que Dilma suspendesse negociações para acomodar os titulares do segundo escalão até a eleição para o comando do Congresso.

DESCONFIANÇA

O deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) classificou a atual relação entre os dois partidos como "de desconfiança". Para ele, o congelamento nas nomeações não adianta se não houver algum tipo de sinal do governo de que não congelará apenas a cota do PMDB, mantendo as indicações petistas.

"O congelamento, por si só, não adianta, principalmente se for para passar a perna depois. Precisamos estabelecer parceria", disse.

O vice-presidente, Michel Temer, comunicou anteontem durante a reunião de coordenação que não vê crise interna, apenas reclamações isoladas em alguns grupos.

O incômodo do aliado com seu espaço na Esplanada começou ainda na formação dos ministérios ao ver diminuído seu peso político e reduzido em 37,5% seu poder de investimento. Na conta final, ficou sem Comunicações, Saúde e Integração Nacional.

(MÁRCIO FALCÃO, NATUZA NERY, MARIA CLARA CABRAL, SIMONE IGLESIAS, BRENO COSTA E RANIER BRAGON)

Data	Veículo	Título
06 Jan 2011	O Estado de S.Paulo	**PMDB quer influir em decisões políticas e exige regra para definição de cargos**

Cúpula peemedebista decide, durante jantar, que reivindicações a Dilma Rousseff serão apresentadas em conjunto; partido cobra promessa, feita durante a campanha, de que seria parceiro estratégico e teria poder de opinar sobre ações de governo

Christiane Samarco

Dirigentes do PMDB e seus principais ministros decidiram se unir para cobrar da presidente Dilma Rousseff o que, afirmam, lhes é devido na condição de "sócios da vitória": a montagem de um protocolo de divisão mais igualitária do poder com o PT, respeito aos espaços do partido e assento nos conselhos que definem os rumos políticos e as medidas do governo. A decisão foi tomada em jantar na noite de terça-feira da cúpula do PMDB na casa da governadora Roseana Sarney (MA) em Brasília.

A cúpula peemedebista não aceita ficar de fora das reuniões do núcleo do poder no Palácio do Planalto, o que já estava avisado desde a campanha presidencial. Avalia que é hora de demonstrar unidade, não só para garantir presença em todos os conselhos políticos de Dilma, como para evitar que petistas ocupem ministérios do PMDB, avançando sobre posições da legenda no segundo escalão federal.

Orientado em boa parte pelo ministro da Defesa, Nelson Jobim, que abriu o debate durante o jantar sobre o tamanho da representação do partido, o PMDB decidiu que não deve se desgastar tratando de cargos no varejo. A opção, sugeriu o ministro, é definir com a presidente o real status do partido no poder. "E logo", aconselhou.

Estavam no jantar, além de Jobim e do vice-presidente da República, Michel Temer (PMDB-SP), o presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), todos os ministros peemedebistas e parlamentares da sigla.

Um dos convidados da governadora conta que Jobim abriu o debate lembrando os espaços que o partido ocupava no governo Lula. Tudo para observar, ao final, que o PMDB continuava "raquiticamente representado e alijado do núcleo de poder", contrariando as promessas feitas durante a campanha eleitoral. Sarney também deu um testemunho no mesmo sentido e Temer concordou, embora ressaltando seu relacionamento pessoal com Dilma: "Ela me trata muito bem." O partido o encarregou de levar os problemas e as demandas ao conhecimento da presidente.

A ordem é não lamentar postos já perdidos. "O que passou passou", disse Roseana, quando um dos convidados citou as presidências da Eletrobras e da Fundação Nacional de Saúde (Funasa). Entre as posições que o PMDB não quer perder de forma alguma para o PT foram mencionadas a presidência da Transpetro e diretorias na Caixa Econômica Federal e no Banco do Brasil. O ministro da Agricultura, Wagner Rossi, foi alertado de que o petista Aloizio Mercadante, na Ciência e Tecnologia, já fala que a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) deveria estar no ministério dele.

Na saída, Temer disse que o jantar foi "apenas uma reunião social" e que o PMDB não está disputando cargos e vai esperar a decisão de Dilma. "Haverá, naturalmente, uma divisão equitativa entre os partidos."

Em meio ao alerta geral para que todos os peemedebistas tomassem cuidado com as investidas de petistas, a anfitriã Roseana e Jobim advertiram que não era bom que um ministro, sozinho, "peitasse o PT". A ideia é fugir das queixas pessoais para transformá-las em reivindicação do conjunto. Roseana pediu, ainda, mais articulação dos cinco governadores do partido. / COLABOROU EUGÊNIA LOPES

Data	Veículo	Título
07 Jan 2011	O Globo	**Cargos de estatais do setor elétrico serão novo alvo da fome de aliados**

Presidente Dilma quer substituir indicações políticas por nomes técnicos

Gerson Camarotti e Maria Lima
BRASÍLIA

Depois de mudanças no Ministério da Saúde e nos Correios, o próximo alvo de intervenções em postos críticos, alvos de escândalos de corrupção no segundo escalão, será o setor elétrico. A determinação partiu da presidente Dilma Rousseff, que deseja nomes técnicos para blindar as estatais do setor. Dilma só não efetivou mudanças imediatas para evitar a reação do PMDB e contaminar a disputa pelas presidências da Câmara e do Senado.

Esse poderá ser novo ponto de atrito com o PMDB, cuja relação como o PT esquentou nos últimos dias. Nos Correios, a diretoria ligada ao PMDB foi substituída por técnicos, para fugir de ingerências políticas e recuperar eficiência. Dilma quer agora o comando do setor elétrico - hoje com PMDB, PT e PSB.
- Se a reestruturação da Saúde está dando confusão, quero ver a hora que chegar no setor elétrico. Ali sim é um vespeiro - observou um integrante do governo Dilma.

O principal alvo é a Eletrobras, comandada por José Antonio Muniz, afilhado de José Sarney. A presidente deseja pôr lá Flávio Decat, que integrou a diretoria da estatal e tem o apoio do senador Delcídio Amaral (PT-MS). O ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, aliado de Sarney, tem sido cauteloso. Diz que PT e PMDB convivem em harmonia no setor elétrico e tenta evitar grande mudança.

Também está na mira de Dilma a substituição em Furnas e no bilionário Fundo Real Grandeza, feudo do PMDB do Rio de Janeiro. O cargo do atual presidente de Furnas, Carlos Nadalutti Filho, é alvo de petistas, mas o PMDB não desistiu de permanecer no comando. O PMDB mineiro tenta ficar com a estatal, mas está dividido.

A bancada na Câmara tenta emplacar o deputado Marcos Lima (PMDB-MG), mas outro grupo liderado pelo deputado eleito Newton Cardoso faz lobby pelo senador Hélio Costa, derrotado na disputa ao governo mineiro.

PSB tenta manter controle da Chesf

O PMDB tenta reassumir a Eletronorte, comandada até o ano passado por um aliado de José Sarney, Jorge Palmeira, que faleceu em agosto. O atual presidente, Josias Matos de Araújo, não tem apoio político. O PT controla a Eletrosul, presidida por Eurides Luiz Mescolotto, e Itaipu Binacional, presidida por Jorge Samek, da cota pessoal do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e que deve continuar no cargo. O PSB controla a Chesf, comandada por Dilton da Conti. E o governador Eduardo Campos (PSB-PE) se mobiliza para manter a estatal.

O ministro Alexandre Padilha, com aval de Dilma, interveio na Funasa. O presidente Faustino Lins, indicado pelo líder do PMDB na Câmara, Henrique Eduardo Alves(RN), deverá ser substituído por Gilson Queiroz, indicado pelo PT mineiro. De perfil técnico, ele foi diretor de Saneamento da Secretaria de Saúde de Minas Gerais e diretor de Obras da Sudecap, em Belo Horizonte. Segundo peemedebistas, Gilson é sócio-diretor da Carvalho Queiroz Engenharia, empreiteira que teria participado de obras na Funasa e é alvo de tomada de contas especiais no TCU. Segundo interlocutores do governo, se ele for "bichado", como dizem petistas, não será efetivado no cargo.

Fiel escudeiro de Henrique Eduardo Alves, o deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) ironizou em sua página no Twitter ao comentar a crise dos cargos do segundo escalão: "Essa história de cargos está igual à pérola de que periquito come milho e papagaio leva a fama. E o papagaio é o PMDB, e periquito, o PT. Se é verdade o que O GLOBO publicou - o congelamento (das substituições no segundo escalão) - é só para os aliados. Já vai o PT atrás da Funasa. Que apetite".

Em São Paulo, o vice-presidente Michel Temer (PMDB), depois de um encontro com o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), demonstrou insatisfação com a falta de integrantes do partido na reunião de coordenação do governo:
- Todos os partidos precisam estar representados. Afinal, é um governo de coalizão, não é? Vamos tratar disso (maior participação do PMDB) nessa semana e na semana que vem - disse ele, único representante do partido na reunião.

Data	Veículo	Título
09 Jan 2011	Correio Braziliense	**Novo governo: Busca por uma vaguinha**

Políticos da base aliada derrotados nas urnas tentam emplacar uma nomeação no segundo escalão da Esplanada dos Ministérios

Ivan Nunes, Tiago Pariz

A disputa deflagrada pelos cargos no segundo escalão do governo federal abriu a porteira para pelo menos seis políticos alinhados ao Palácio do Planalto, que estavam à deriva desde a derrota nas urnas, em outubro. Depois de não conseguirem se eleger governador, senador ou deputado federal, todos buscam um cargo, o mais próximo possível da presidente Dilma Rousseff com o intuito de se manter em evidência no cenário político e não ter de voltar aos estados de origem de mãos abanando.

O posto mais cobiçado pela bloco dos "à deriva" é o de subchefe de Assuntos Parlamentares, espécie de sombra do ministro de Relações Institucionais, Luiz Sérgio. A pasta será responsável por auxiliar o titular nas demandas do Legislativo. Um dos cotados para o posto é o deputado Paulo Rocha (PT-PA) - que renunciou ao mandato em 2005 para fugir da cassação em pleno fervor do escândalo do mensalão. Sem ter conseguido a eleição para senador, ele diz que deseja permanecer no estado. "Meu capital político está no Pará, por isso a minha preferência é por permanecer aqui", afirmou o petista. Mesmo que não desembarque no 4º andar do Palácio do Planalto, continuar em sua base política não significa ficar de fora da máquina federal. O cargo que ele realmente almeja é um posto na regional do Pará da Eletronorte.

O posto de ajudante de Luiz Sérgio também é cobiçado por outro petista: o deputado federal Carlos Abicalil (PT-MT), que também não conquistou uma cadeira no Senado. Se não conseguir, ele aceita um cargo de confiança no Ministério da Educação, de preferência, um com destaque. Para se ter uma ideia da sanha pelos cargos comissionados, no mesmo dia da posse da presidente Dilma, a conversa que mais se ouvia nas rodas dos políticos era: qual DAS estava aberto e disponível nos ministérios. A sigla significa Direção e Assessoramento Superior, um mero jargão para designar os postos de livre nomeação.

Sábado com a família

A presidente Dilma Rousseff passou o sábado na residência oficial da Granja do Torto. Sem compromissos oficiais, ela aproveitou para descansar e para curtir a família. A filha da presidente, Paula, e o neto, Gabriel, que moram em Porto Alegre, estão passando a semana em Brasília. A agenda da presidente prevê para hoje mais um dia sem compromissos oficiais. Segundo a assessoria do Planalto, ela ficará na Granja do Torto.

Discurso ensaiado

Um exemplo do desespero dos náufragos neste momento de preenchimento da máquina foi o discurso ensaiado pelo ex-ministro da Pesca Altemir Gregolim. Na tarde de terça-feira, o Correio testemunhou a conversa na antessala de Luiz Sérgio ensaiada pelo petista. Ele conversava com quem quisesse ouvir que gostaria de ocupar a Presidência da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) ou uma diretoria da Eletrosul. "A Conab é a minha área de atuação, mas se não der eu volto para a iniciativa privada, fazer o quê? Mas se bem que tem a Eletrosul também e o meu currículo é todo na área elétrica", ponderou Gregolin com políticos de livre trânsito no quarto andar do Planalto.

Essa movimentação é estimulada pelos partidos. O PDT, por exemplo, quer porque quer emplacar o candidato derrotado ao governo do Paraná Osmar Dias na Presidência de Itaipu. A partir do mês que vem, o senador deixa o mandato. O deputado federal Dagoberto Nogueira (PDT-MS), que saiu derrotado da briga pelo Senado, também está de olho na estatal vista pelos políticos como o coração de mãe da máquina pública - aquele que sempre cabe mais um: a Eletrosul. "São pessoas com capital político considerável, ex-senadores, governadores, que o partido tem de alocar no segundo escalão, não pode deixar perder isso", defendeu o deputado André Vargas (PT-PR), sobre as indicações do partido.

Alguns políticos rejeitam as mexidas patrocinadas pelos partidos. Pelo menos é o que diz o deputado Pedro Wilson (PT-GO). Ele queria - jamais foi cogitado pela presidente Dilma - ser o próximo ministro de Direitos Humanos. Como a intenção fez água, diz que não quer um DAS no Ministério da Educação. Os aliados do deputado federal por Goiás ainda tentam convencê-lo a mudar de ideia. (TP e II)

Data	Veículo	Título
09 Jan 2011	O Estado de S.Paulo	**Guerra por segundo escalão envolve 600 cargos e R$ 107 bi de investimento**

Novo governo. Poder das nomeações, causa central do confronto entre PMDB e PT, está relacionado à visibilidade política dos postos, mensurada pelo montante de recursos que cada área tem para investir no País; acordo na Integração exclui peemedebistas

Guerra por segundo escalão envolve 600 cargos e R$ 107 bi de investimento

João Domingos / BRASÍLIA

A disputa entre os partidos aliados da presidente Dilma Rousseff para manter os postos que já têm no segundo escalão ou abocanhar novos cargos visa o controle de 102 empresas estatais, sendo 84 no setor produtivo e 18 no setor financeiro. Destas, 66 do setor produtivo e sete do setor financeiro dispõem de R$ 107,54 bilhões para investimentos só neste ano. Ao todo, estão em disputa cerca de 600 cargos. É provável que a maioria seja mantida, pela continuidade do governo.

Trata-se de um butim bilionário capaz de levar os partidos a uma batalha política pelos próximos meses, apesar dos apelos de paz feitos pela presidente da República e da suspensão de novas nomeações para o segundo escalão até que sejam feitas as eleições para as Mesas Diretoras da Câmara e do Senado.

A guerra compreende também postos estratégicos em ministérios e órgãos, como os Correios, que o PMDB perdeu para o PT. Na Saúde, a disputa pela Secretaria de Atenção à Saúde (SAS) deu origem à guerra do segundo escalão. Embora os R$ 45 bilhões dessa secretaria não estejam carimbados para investimentos – são repasses ao SUS –, o partido que ocupa o posto tem grande visibilidade no País, o que se traduz em votos.

O novo ministro da Saúde, Alexandre Padilha, tomou o posto do PMDB e o passou para seu partido, o PT. Em seguida, avançou sobre a Fundação Nacional da Saúde (Funasa), que tem orçamento de R$ 5 bilhões e cerca de R$ 1 bilhão para saneamento nas pequenas cidades. Depois de ameaçar votar em favor de um salário mínimo maior, o PMDB conseguiu que Padilha não nomeasse um petista para a Funasa, deixando as negociações suspensas até o mês que vem.

Agora, os peemedebistas lutam para manter Ariovaldo Rosendo na direção do Fundo Nacional da Saúde (FNS). Trata-se de um apadrinhado do ex-ministro Hélio Costa (PMDB). Esse fundo dispõe de R$ 65,2 bilhões.

Feudo. Nesse ritmo, os golpes prometem ser baixos e as rasteiras frequentes. O PT e o PSB, por exemplo, fecharam um acordo que deixará o PMDB ainda mais irritado. Decidiram varrer o partido de todos os cargos que detém no Ministério da Integração, velho feudo peemedebista.

Elias Fernandes, atual diretor-geral do Departamento Nacional de Obras contra as Secas (Dnocs), é homem de confiança do líder do PMDB, Henrique Eduardo Alves (RN). Será demitido pelo novo ministro da Integração, Fernando Bezerra Coelho, do PSB.

Ocorreu o mesmo com o presidente da Codevasf, Orlando Castro, cujo padrinho é o ex-ministro Geddel Vieira Lima (BA). Pelo acordo entre PT e PSB do Nordeste, Castro também será afastado, dando lugar a um socialista, provavelmente Sérgio Novais, presidente do PSB de Fortaleza. Em troca, os petistas do Ceará, que desde 2003 mantêm o controle do Banco do Nordeste, devem permanecer no posto.

Poderosa. Dos R$ 107,54 bilhões que as estatais têm para investimentos, R$ 91,2 bilhões são do sistema Petrobrás. Trata-se de uma empresa que se tornou objeto de desejo, e da qual a presidente Dilma Rousseff não abre mão de controlar. Tanto é assim que, antes mesmo de fechar seu ministério, chamou o presidente José Sérgio Gabrielli para continuar à frente da empresa.

Diante da enormidade da estatal, aos outros partidos resta a luta para não perder os postos que detêm nas suas diretorias. Quem corre maior risco é – de novo – o PMDB. Desde que o deputado Fernando Diniz (MG) morreu, o diretor da Área Internacional da Petrobrás, Jorge Zelada, ficou sem padrinho. O deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) luta para preservá-lo. O restante da diretoria é rateada entre o PT e o PP.

O PMDB mantém o controle de duas empresas importantes do sistema Petrobrás. Na direção da Transpetro o partido mantém o ex-senador Sérgio Machado, na cota do presidente do Senado, José Sarney (AP), e do líder do PMDB no Senado, Renan Calheiros (AL). Machado já foi do PSDB e até liderou o partido no Senado. A Transpetro dispõe de R$ 2,47 bilhões para investimentos. Na presidência da BR Distribuidora está José Luiz de Andrade Neto, nomeado por influência do ministro de Minas e Energia, Edison Lobão. Esta empresa conta com R$ 717 milhões para investir em 2011.

Substituta. Situação curiosa é a da ex-governadora do Pará Ana Júlia Carepa (PT). Madrinha da nomeação de Abidias Júnior para a presidência do Banco da Amazônia (Basa), a petista, derrotada nas urnas, agora quer o lugar do afilhado para manter um emprego público e ficar por dentro da rotina da articulação do governo federal. O Basa dispõe de R$ 120 milhões para investimentos neste ano.

Já o deputado Paulo Rocha (PT-PA), que perdeu a eleição para senador, responde ao processo do mensalão e ainda está enquadrado na Lei da Ficha Limpa, batalha para pegar a direção da Superintendência da Amazônia (Sudam), que tem R$ 39 milhões para gastar em 2011. Seria mais um golpe para o PMDB: o atual superintendente, Djalma Melo, foi indicado pelo senador Eduardo Braga (AM) e pelo ex-senador Luiz Octávio (PA), ambos peemedebistas.

O FILÉ DO SEGUNDO ESCALÃO

● O poder político e financeiro dos cargos mais importantes nas estatais e autarquias que os políticos disputam e apadrinham

CIA. DOCAS DA BAHIA
R$ 80 milhões
PRESIDENTE JOSÉ REBOUÇAS
PR INDICAÇÃO: PR da Bahia
Deve continuar no cargo

PETROBRÁS
R$ 60,7 bilhões
PRESIDENTE JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI
PT INDICAÇÃO: Dilma Rousseff e Jaques Wagner (BA)
Dilma já confirmou Gabrielli no cargo

CORREIOS
R$ 500 milhões
PRESIDENTE WAGNER PINHEIRO
PT INDICAÇÃO: Paulo Bernardo e bancada do PT
O PMDB não se conforma por ter perdido o cargo para o PT

BANCO DO BRASIL
R$ 2,17 bilhões
PRESIDENTE ALDEMIR BENDINI
PT INDICAÇÃO: Bancada do PT
Deve continuar no cargo

ELETRONORTE
R$ 807 milhões
PRESIDENTE JOSIAS MATOS DE ARAÚJO
PT INDICAÇÃO: Dilma Rousseff
O PMDB, que já mandou na estatal, quer o cargo de volta

BANCO DO NORDESTE
R$ 210 milhões
PRESIDENTE ROBERTO SMITH
PT INDICAÇÃO: O PT do Nordeste
O PSB quer o cargo só para ele

BANCO DA AMAZÔNIA
R$ 120 milhões
PRESIDENTE ABIDIAS JUNIOR
PT INDICAÇÃO: Ex-governadora Ana Júlia (PT), do Pará
Ana Júlia quer tomar o cargo do apadrinhado

CHESF
R$ 1,5 bilhão
PRESIDENTE DILTON DA CONTI
PSB INDICAÇÃO: Eduardo Campos, governador (PE)
Está há oito anos à frente da Chesf. Pode sair

CIA. DOCAS DE SÃO PAULO
R$ 550 milhões
PRESIDENTE JOSÉ ROBERTO CORREA CEZAR
PSB INDICAÇÃO: Pedro Brito (que era apadrinhado pelo PSB)
O PMDB quer retomar o posto

INFRAERO
R$ 2,2 bilhões
PRESIDENTE MURILO MARQUES BARBOZA
PT INDICAÇÃO: Nelson Jobim, ministro da Defesa
O PMDB quer o cargo para o deputado Geddel Vieira Lima (BA)

TELEBRÁS
R$ 1,24 bilhão
PRESIDENTE ROGÉRIO SANTANNA
PT INDICAÇÃO: Dilma Rousseff
Deverá continuar no cargo

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
R$ 951 milhões
PRESIDENTE MARIA FERNANDA COELHO
PT INDICAÇÃO: Bancada do PT
Deve ficar como está

ELETROSUL
R$ 445 milhões
PRESIDENTE EURIDES LUIZ MOSCOLOTTO
PT INDICAÇÃO: Ideli Salvati, ministra da Pesca
O PDT quer o cargo para o ex-senador Osmar Dias (PR)

ELETROBRÁS
R$ 8,16 bilhões
PRESIDENTE JOSÉ ANTONIO MUNIZ
PMDB INDICAÇÃO: José Sarney (AP), presidente do Senado
A presidente Dilma Rousseff quer pôr no lugar Flávio Decat

TRANSPETRO
R$ 2,47 bilhões
PRESIDENTE SÉRGIO MACHADO
PMDB INDICAÇÃO: Renan Calheiros (AL)
O PMDB não abre mão de seu comando

FURNAS
R$ 1,25 bilhão
PRESIDENTE CARLOS NADALUTTI FILHO
PMDB INDICAÇÃO: Deputado Eduardo Cunha (RJ)
O PT quer o cargo

BR DISTRIBUIDORA
R$ 717 milhões
PRESIDENTE JOSÉ LIMA DE ANDRADE NETO
PMDB INDICAÇÃO: Edison Lobão, ministro Minas e Energia
O PMDB não abre mão de seu comando

Balanço da disputa pelas estatais

PT: 10 | PMDB: 4 | PSB: 2 | PR: 1

INFOGRAFICO/AE

Data	Veículo	Título
09 Jan 2011	O Estado de S.Paulo	**Apoio de Sarney em 2002 rendeu frutos**

Decisão do peemedebista de contrariar o PMDB e fazer campanha para Lula lhe rendeu controle de quase todo o setor elétrico

O presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), aderiu à candidatura do PT à Presidência ainda no início de 2002, antes mesmo que seu partido indicasse a deputada Rita Camata (ES) para vice na chapa do tucano José Serra, derrotado por Luiz Inácio Lula da Silva. E mesmo quando o PMDB entrou na campanha de Serra, Sarney levou à frente a sua dissidência pró-Lula. Cobrou caro por isso.

Os cargos que detém no governo - desde Lula, mantidos com Dilma - superam em número os do PC do B, PDT e PP. Sarney controla praticamente todo o setor elétrico do País. A começar pelo ministro de Minas e Energia, Edison Lobão (PMDB-MA).

Ao todo, o orçamento do setor elétrico - para custeio e investimentos - supera os R$ 85 bilhões. A Eletrobras, maior companhia do setor elétrico da América Latina, tem o controle do sistema de geração e transmissão de energia do País. O orçamento deste ano para investimentos do sistema Eletrobras é de R$ 8,16 bilhões. O presidente da estatal é José Antonio Muniz . O padrinho, Sarney.

Juntamente com o ex-senador Jader Barbalho (PMDB-PA), Sarney foi também o responsável pela nomeação de Jorge Palmeira para a presidência da Eletronorte. Mas, desde que este morreu, o comando da empresa foi dado a Josias Matos de Araújo, escolhido por Dilma. Se ela resolver mudar o titular, deverá ouvir Sarney antes de decidir.

Braços.

As ramificações de Sarney vão além do setor elétrico. O diretor de Controle e Risco do Banco da Amazônia (Basa), Evandro Bessa Filho, é apadrinhado dele. Sarney pôs ainda na diretoria de Gestão desse banco o aliado João Alberto, que só deixou o posto para se candidatar a senador pelo Maranhão.

Também foi de Sarney a indicação de Ulisses Assad para a diretoria de Engenharia da Valec, responsável pela construção da Ferrovia Norte-Sul. A obra foi concebida por Sarney e combatida por Lula quando deputado. À frente da Presidência, porém, o petista a elegeu como obra prioritária. Durante o governo Lula foi concluída a maior parte do trecho que liga o Maranhão a Goiás.

Apoio de Sarney em 2002 rendeu frutos

Decisão do peemedebista de contrariar o PMDB e fazer campanha para Lula lhe rendeu controle de quase todo o setor elétrico

BRASÍLIA

O presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), aderiu à candidatura do PT à Presidência ainda no início de 2002, antes mesmo que seu partido indicasse a deputada Rita Camata (ES) para vice na chapa do tucano José Serra, derrotado por Luiz Inácio Lula da Silva. E mesmo quando o PMDB entrou na campanha de Serra, Sarney levou à frente a sua dissidência pró-Lula. Cobrou caro por isso.

Os cargos que detém no governo – desde Lula, mantidos com Dilma – superam em número os do PC do B, PDT e PP. Sarney controla praticamente todo o setor elétrico do País. A começar pelo ministro de Minas e Energia, Edison Lobão (PMDB-MA).

Ao todo, o orçamento do setor elétrico – para custeio e investimentos – supera os R$ 85 bilhões. A Eletrobrás, maior companhia do setor elétrico da América Latina, tem o controle do sistema de geração e transmissão de energia do País. O orçamento deste ano para investimentos do sistema Eletrobrás é de R$ 8,16 bilhões. O presidente da estatal é José Antonio Muniz . O padrinho, Sarney.

Juntamente com o ex-senador Jader Barbalho (PMDB-PA), Sarney foi também o responsável pela nomeação de Jorge Palmeira para a presidência da Eletronorte. Mas, desde que este morreu, o comando da empresa foi dado a Josias Matos de Araújo, escolhido por Dilma. Se ela resolver mudar o titular, deverá ouvir Sarney antes de decidir.

Braços. As ramificações de Sarney vão além do setor elétrico. O diretor de Controle e Risco do Banco da Amazônia (Basa), Evandro Bessa Filho, é apadrinhado dele. Sarney pôs ainda na diretoria de Gestão desse banco o aliado João Alberto, que só deixou o posto para se candidatar a senador pelo Maranhão.

Também foi de Sarney a indicação de Ulisses Assad para a diretoria de Engenharia da Valec, responsável pela construção da Ferrovia Norte-Sul. A obra foi concebida por Sarney e combatida por Lula quando deputado. À frente da Presidência, porém, o petista a elegeu como obra prioritária. Durante o governo Lula foi concluída a maior parte do trecho que liga o Maranhão a Goiás. / J.D

● Ordem
Causador de insatisfação no PMDB, o ministro Alexandre Padilha (Saúde) diz que só vai nomear secretários com perfil técnico para a pasta. E enfatizou: a ordem é da presidente Dilma Rousseff

Cenário: *João Domingos*

Na CPI, Jefferson já revelava a razão para fome de cargos

Por que no Brasil os partidos vivem num clima beligerante por causa das nomeações para cargos importantes? A resposta mais clara – embora não completa – parece ainda ser a do ex-deputado Roberto Jefferson (RJ), presidente do PTB, durante depoimento à CPI dos Correios, no dia 30 de junho de 2005. Indagado pela então deputada e ex-juíza Denise Frossard (RJ) sobre a importância das nomeações, Jefferson, que era padrinho de vários diretores dos Correios, afirmou que essa era uma forma de os partidos captarem dinheiro. Não que recebessem os valores das empresas públicas onde tinham seus homens-chaves, mas pelas facilidades que as nomeações ofereciam no contato com empresas privadas.

Informou ele: "É possível, na relação, a empresa privada ajudar por dentro, no caixa, o partido, fazendo doações. É assim que funciona há anos, sempre foi assim". E acrescentou: "Toda essa disputa, Juíza Frossard, passa por aí. Por que os partidos buscam nomear os cargos de governo? Para ter um homem numa área importante de decisão, que estabeleça uma relação com as empresas privadas".

Além das irregularidades que são encontradas pela Polícia Federal, Tribunal de Contas da União (TCU) e Ministério Público e permeiam as relações entre empresas públicas e privadas, as nomeações representam um pouco mais do que Jefferson revelou à CPI. Na Fundação Nacional da Saúde (Funasa), por exemplo, os partidos ganham visibilidade nas regiões mais longínquas. Os cargos são, ainda, máquinas de fazer votos.

Data	Veículo	Título
10 Jan 2011	Valor Econômico	**Crise em torno de nomeações deve aumentar**

Governo : Apesar de reconhecer que o PMDB tem razão para reclamar, Dilma quer técnicos em estatais

Raquel Ulhôa | De Brasília

A presidente Dilma Rousseff mantém a determinação de nomear técnicos para o comando das estatais do setor elétrico, especialmente Furnase Eletrobras, e da Fundação Nacional da Saúde (Funasa), tirando esses órgãos do controle do PMDB, mesmo reconhecendo que o partido do vice-presidente Michel Temer tem motivos para reclamar da forma como o PT avançou sobre seu espaço no segundo escalão.

O PMDB tem chance de manter apenas uma das estatais do setor elétrico, a Eletronorte, e assim mesmo terá de enfrentar disputa com o PT da região Norte, que reivindica o cargo para Adhemar Palocci - irmão do ministro Antonio Palocci (Casa Civil) -, hoje diretor da empresa.

O governo já prevê aumento da crise e tentar administrar a relação com o PMDB negociando a ocupação de outros cargos. Os coordenadores políticos do governo, ministros Luiz Sérgio (Relações Institucionais), e Antonio Palocci, com aval da presidente, assumiram com lideranças do PMDB o compromisso de deixar para o partido as indicações dos diretores da Funasa, desde que escolhidos entre servidores de carreira do órgão e com perfil técnico.

Também faz parte do acordo repartir entre os aliados a ocupação das superintendências estaduais da Funasa, a partir de avaliação de cada caso. O PMDB poderá manter controle sobre braços da fundação nos Estados, mas perderá a presidência da instituição.

Dilma, que foi ministra de Minas e Energia e conhece bem o setor, não abre mão de trocar a direção da Eletrobras e de Furnas. O engenheiro José Antonio Muniz, apadrinhado do senador José Sarney (PMDB-AP), não será mantido na Eletrobras, mas ainda não há decisão sobre o substituto.

O mais cotado é Flávio Decat, ex-diretor da empresa e vice- presidente do grupo Rede Energia. Também estava no páreo Valter Cardeal, diretor da Eletrobras, que acabou desgastado por notícias de suposto conflito de interesses envolvendo seu irmão, engenheiro Edgar Luiz Cardeal, que trabalha em projetos de energia elétrica.

O governo ainda não tem o nome para comandar Furnas, historicamente sob o controle da bancada do PMDB do Rio de Janeiro. Mas está descartada a nomeação de qualquer um dos indicados do partido: o ex-senador Hélio Costa (MG) ou o deputado Marcos Lima (MG), não reeleito, escolhido da bancada mineira.

A pedido do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o diretor-geral da Itaipu, Jorge Samek, será mantido no cargo.

O petista Eurides Mescolotto não vai continuar na presidência da Eletrosul. O cargo está sendo disputado entre PT e PDT. O PT de Santa Catarina que está indicando o deputado Claudio Vignatti, que não se reelegeu. O PDT tem dois nomes: o do deputado Dagoberto Nogueira, que perdeu a eleição para o Senado por Mato Grosso do Sul, e o do vice-presidente do PDT, Manoel Dias, o Maneca.

Na presidência da Funasa, o ministro Alexandre Padilha (Saúde) está decidido a colocar o empreiteiro Gilson de Carvalho Queiroz, que presidiu o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Crea) de Minas Gerais, no lugar de Faustino Lins, indicado pelo líder do PMDB na Câmara, Henrique Eduardo Alves (RN). A indicação de Queiroz depende ainda dos desdobramentos da fiscalização de uma empresa sua pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Só depois é que serão discutidas as nomeações nas superintendências estaduais.

...

Data	Veículo	Título
20 Jan 2011	Canal Energia	**Lindolfo Zimmer, da Copel: voltar a ser relevante**

Canal Energia
Lindolfo Zimmer, da Copel: voltar a ser relevante

Empresa quer retomar papel de destaque com investimento em geração fora do Paraná. Política de descontos na tarifa acabou, diz presidente

Alexandre Canazio, da Agência CanalEnergia, Artigos e Entrevistas

O governador Beto Richa (PSDB), do Paraná, determinou a equipe que a Copel volte a ser uma empresa de destaque no setor elétrico. Essa foi a missão aceita pela diretoria liderada por Lindolfo Zimmer, que assumiu a presidência este ano. "Nós temos uma empresa com potencial maravilhoso", definiu o executivo em entrevista exclusiva à Agência CanalEnergia. A Copel será figura fácil nos próximos leilões de energia. Mas Zimmer avisa que o foco será em projetos que tragam valor para a companhia.

" Vamos estar presentes nos aproveitamentos que entendamos criar valor para a empresa. E que possamos ser competitivos, pois não faz sentido empreender esforços para uma concorrência que não tenhamos chance", salientou o presidente da companhia. A Copel vai iniciar, este ano, a construção da hidrelétrica de Colíder (MT-300 MW). Zimmer disse que pretende aproveitar a janela hidrológica, com isso, há expectativa de antecipar a entrada em operação da usina prevista para janeiro de 2015.

Outro ponto relevante da nova administração é o fim da política de desconto na tarifa para os consumidores adimplentes aplicada durante o governo de Roberto Requião. A política de não repassar reajustes desagradava ao mercado financeiro e aos acionistas minoritários da Copel. "Nós vamos aplicar plenamente aquilo que o poder concedente nos der como tarifa para que possamos prestar um serviço de boa qualidade", frisou Zimmer, acrescentando que os descontos acabam ferindo a qualidade do atendimento aos clientes.

Leia abaixo a entrevista de Lindolfo Zimmer, presidente da Copel:

Agência CanalEnergia: Quais foram as orientações do governador para vocês ao assumir a Copel?
Lindolfo Zimmer: O governador nos deu um desafio, uma missão, de fazer com que a empresa voltasse a ocupar um posicionamento de destaque que já teve no passado. De preferência ser melhor do que aquele posicionamento que já teve no passado. Essa é a determinação dele. É simples e foi aceita pela nova gestão.

...

Agência CanalEnergia: Vocês estão com um projeto grande fora do Paraná que é a hidrelétrica de Colíder. Essa continuará a ser a linha de investimento e atuação da empresa?
Lindolfo Zimmer: Isso é muito simples dessa nossa forma de atuação. Empresas vem executam obras no nosso estado. Empresas vêm e vendem energia no nosso estado e investem no nosso. Por que não podemos construir usinas fora de nosso estado? Ou no estado dos outros? Por que não podemos vender energia no estado dos outros? Então nossa área de concessão, a menos da nossa distribuição - que tem território demarcado -, o restante é o território nacional. Então podemos atuar em qualquer parte.
E quais são as usinas que nos interessam? Interessam aquelas que agreguem valor a nossa empresa. Aquelas que possam ter retornos maiores que os custos para sua implantação. Essa é a diretriz maior dentro daquilo que o governo federal disponibilizar para ser construído. Então, dependemos dos leilões da Aneel planejados pela EPE que acontecem todos os anos. Vamos estar presentes nos aproveitamentos que entendamos criar valor para a empresa. E que possamos ser competitivos, pois não faz sentido empreender esforços para uma concorrência que não tenhamos chance. Temos capacidade financeira, baixo endividamento, potencial para crescer: porque não crescer? Se não outros vão crescer e vamos perder espaço, como qualquer atividade econômica.

Agência CanalEnergia: A empresa tem um plano de investimento aprovado para este ano. Ele vai ser cumprido?
Lindolfo Zimmer: Por enquanto, ele continua válido. Nós estamos, digamos, revendo premissas. Nós estamos montando um plano estratégico de longo prazo, para os próximos quatro anos, e um de curto prazo, que seria esse plano de investimento aprovado para este ano, com algum ajuste. Não tem muito ajuste, porque ele contempla duas usinas: o término de Mauá, de 300 MW, e o início muito forte de Colíder, porque temos que aproveitar a janela hidrológica da região. Ou nos aproveitamos ou, então, perdermos um ano e não queremos, com absoluta segurança, protelar isso. Queremos, se possível, até antecipar a entrada em geração.

Tem outras expansões, de geração e distribuição, e de telecomunicação, que tem uma empresa, praticamente, independente. Então, salvo alguns ajustes, o orçamento será aplicado na integra.

Agência CanalEnergia: E a usina de Colíder, como está o andamento do projeto?
Lindolfo Zimmer: Foi assinada a outorga de concessão. Já temos a LI. Temos que buscar outras licenças, como supressão. O andamento está bem. Estamos com a faca e o queijo na mão. Só falta a tábua para cortar [risos].

Agência CanalEnergia: Como vocês estão vendo as discussões sobre concessões e recontratação de energia velha. Há alguma preocupação?
Lindolfo Zimmer: A preocupação não é só nossa, é do setor elétrico como um todo. Nós temos uma concessão em 2015, que é Capivari Cachoeira, que temos um carinho todo especial. Não gostaríamos de ver outro agente operando aquela usina. As outras são para 2023 com um horizonte um pouco mais amplo. Esse é um problema que afeta todas as empresas do setor. Menos as de distribuição, que tenham um contrato um pouco mais longo. Mas na geração teremos que constituir uma solução para o país como um todo. Sejam as empresas federais, estaduais ou privadas. Porque dependendo do que for decidido, a empresa pode perder valor de mercado. As ações podem cair dependendo do que for a decisão maior. Isso não é bom para as empresas. Os acionistas não vão gostar. Quer dizer que é uma solução complicada.
Entendemos o lado do poder concedente. As concessões tinham um prazo e o prazo exauriu-se. E esses ativos já estão amortizados. E a sociedade pagou por isso, então, ela faz jus a usufruir de parte desse benefício. Se o benefício for, exclusivamente, para uma das partes vai prejudicar a outra. Só o consumidor tendo benefício, seguramente, os detentores das outorgas vão ter dificuldades em ter recursos para continuarem os seus investimentos e as empresas contam com esses valores para investimentos futuros, garantido a expansão do sistema e o custo dessa expansão. Porque se os recursos tiveram um custo mais elevado, a expansão vai custar mais e o pró
Essa é uma equação que precisa ser bem equilibrada para todos os lados. O governo busca modicidade tarifária para os clientes e o crescimento do país, as empresas buscam esses recursos para investir mais adiante e assim por diante. Os acionistas contam também com resultado melhor. Para resumir, teremos uma decisão de consenso. Ela vai ser onerosa em benefício da modicidade tarifária, mas não vai sacrificar empresas ao ponto de ter a capacidade financeira inibida em termos da expansão. Claro que no final é uma decisão política. O próprio governo federal, que tem a maior parte dessas usinas, não vai querer sacrificar suas próprias usinas.
Tem que ser uma solução absolutamente equilibrada. Claro que o esforço político dos representantes dos diferentes estados vai ser importante, pois cada um vai tentar fazer prevalecer seu ponto de vista. Cada um sempre tem razão. Não tenho muita dúvida porque diferentes órgãos do poder concedente conduziram o setor elétrico de forma sábia - com prudência e sabedoria. Tanto é que não houve nenhuma frustração em termos de energia oferecida ao mercado, que inibisse o crescimento. Atendeu também a busca pela modicidade tarifária, o que a gente viu nos leilões, com destaque, para as eólicas.

Agência CanalEnergia: Como será o relacionamento com o mercado financeiro e os acionistas? No último governo, os descontos para os consumidores nas tarifas desagradou ao mercado.
Lindolfo Zimmer: Vivemos o setor elétrico há mais de 40 anos. Participamos, em outras épocas, de inaugurações de muitas coisas que se traduziram no marco regulatório. Essa equação, que define a tarifa para diferentes empresas, hoje considerada uma empresa espelho para servir de referência e ser justo na tarifa. Ser justo significa ter uma tarifa para empresa, digamos, manter-se viva de forma digna, possa remunerar, adequadamente, seus investimentos e margem para expansão e universalização e atender com qualidade cujos os índices são definidos pela Aneel. Não sobra muita margem de manobra. Se não tiver a receita mínima vai falhar com alguma coisa. Ou falha na qualidade ou na expansão ou na universalização de seus serviços. Não tem muita manobra a ser feita.
Eu diria que essa política de não aplicação da tarifa plena acabou prejudicando aos clientes e a empresa. Chegou um momento que não conseguiu dar a qualidade mínima e foi multada pela Aneel. Não adiantou de nada porque teve que atender àqueles requisitos exigidos com sacrifício muito maior, pois aquele valor frustrado de receita é irrecuperável. Mas ela teve que atender aqueles requisitos mínimos com sacrifícios na própria carne para poder chegar lá. Sacrificando uma expansão maior, então, teve que levar o sistema a situação mais críticas para atender.
Eu não acredito que seja uma boa alternativa essa restrição. Nós vamos aplicar plenamente aquilo que o poder concedente nos der como tarifa para que possamos prestar um serviço de boa qualidade.

Data	Veículo	Título
21 Jan 2011	Valor Econômico	**Copel tenta se distanciar da era Requião**

Energia: Reajustes tarifários serão integralmente aplicados aos clientes

Josette Goulart | De São Paulo

A empresa estatal de energia do Paraná, quinta maior distribuidora e nona maior geradora do país, começa a década claramente com uma nova gestão depois de oito anos sob o comando do ex-governador, Roberto Requião (PMDB). O novo presidente da Copel, Lindolfo Zimmer, indicado pelo governador Beto Richa (PSDB), dá o primeiro tom da mudança: reajustes tarifários refletem a real necessidade da empresa para investir e serão aplicados em sua integridade. "Temos que recuperar a qualidade da prestação de serviço da Copel e qualquer frustração de receita impede isso", diz Zimmer, em referência à sistemática imposição do ex-governador que em três diferentes momentos impediu reajustes para beneficiar consumidores.

Se nesse caso a posição é díspare, os planos de crescimento da empresa em geração de energia até coincidem com o que se pregava no fim do governo anterior: a expansão fora do Paraná. Mas Zimmer faz questão de frisar que foi tardia, somente no último ano, e agressiva demais a forma como se deu essa expansão. A Copel foi vencedora do leilão de Colíder e de linhas de transmissão em São Paulo. A meta é crescer, segundo Zimmer, mas sob a condição de bons retornos. Isso não teve nada a ver, entretanto, com o fato de a Copel ter sido pouco competitiva no leilão da hidrelétrica Teles Pires, no Mato Grosso. "A empresa vivia um período de transição (em dezembro) e era prudente não repassar um investimento dessa magnitude ao novo governo", diz Zimmer.

Em 2011, a Copel deve investir R$ 2 bilhões. A empresa tem forte caixa e muito pouca dívida - representa apenas 20% de seu patrimônio líquido. "Isso significa que podemos alavancar em R$ 5 bilhões ou R$ 6 bilhões novos investimentos", diz Zimmer. A meta é atingir em capacidade de geração o total do consumo do Paraná. Isso deve significar 1.200 MW em capacidade instalada. Como a empresa vai construir Colíder, para atingir essa meta faltam 900 MW. Com a mudança da legislação estadual, a empresa poderá a partir de agora ser minoritária em projetos que participe e isso deve facilitar sua expansão principalmente em projetos de pequenas centrais hidrelétricas e energia eólica.

O que preocupa, nesse momento, a Copel é o fim das concessões que acontece em 2015 e 2023 para as usinas da empresa. Do alto de seus 40 anos de setor elétrico, Zimmer diz que é certo que o governo federal irá renovar as concessões, a preocupação, entretanto, é a que preço. "É claro que a modicidade tarifária é importante, mas o governo federal precisa estar ciente de que não pode reduzir drasticamente a receita das geradoras pois vai impedir novos investimentos".

Com os preços baixos dos últimos leilões de energia, existe a preocupação de que o governo abaixe demais os preços para a renovação das concessões, afetando a receita das companhias. A Copel só está mais tranquila nesse quesito pois acredita que o governo federal não irá penalizar suas próprias empresas, já que boa parte das concessões a vencer pertencem à Eletrobras.

Em transmissão, os planos não são muito ambiciosos e a empresa deve centrar mais seus negócios em geração. De qualquer forma, todo um plano estratégico ainda será formulado e entregue ao atual governador. Em distribuição, o novo presidente está ciente das diversas empresas estatais que estão sendo vendidas, em parte, por seus acionistas. Caso da Celesc e Celg.

Diferentemente do que se podia esperar, o terceiro ciclo de revisão tarifária ainda não é uma preocupação de Zimmer, que ainda está tomando par de toda a situação da companhia. As novas regras para a revisão de tarifas, entretanto, que estão sendo discutidas na Aneel, devem afetar em 40% o resultado das distribuidoras em geral e sua capacidade de geração de caixa.

Se as diferenças com o governo Requião parecem grandes, pelo menos um desejo do governo passado é compartilhado: a entrada da Copel em Baixo Iguaçu, no rio Iguaçu, no Paraná. O leilão da usina foi vencido pela Neoenergia em 2008, mas a obra está paralisada por uma briga judicial. "Mas se a Neoenergia acenar...", diz Zimmer.

Data	Veículo	Título
21 Jan 2011	Valor Econômico	**Governador do AP acusa ministério de retaliação política**

Cristian Klein | De São Paulo

A ocupação de cargos na máquina federal não é o único campo onde o PSB encontra dificuldades de barganha. O partido cresceu nas urnas no ano passado, mas os lucros políticos, que pareciam tão certos, não chegaram - pelo contrário, seja pela medição de força entre seus dois principais líderes, os governadores Eduardo Campos (PE) e Cid Gomes (CE), seja pela disputa ou pelo pacto entre os aliados principais da base governista, PT e PMDB.

No Amapá, um dos seis governadores eleitos pela legenda, Camilo Capiberibe, reclama do tratamento que está recebendo do Ministério das Minas e Energia. Ontem, em Brasília, depois de participar de uma reunião com o secretário-executivo da Pasta, Márcio Zimmermann, sobre o endividamento da Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA), Capiberibe saiu indignado. Considerou que lhe foi posta a "faca no pescoço" numa negociação para renovar contrato com a Eletronorte. O governador acusa a Pasta de retaliação política.
O Ministério das Minas e Energia é comandado pelo pemedebista Edison Lobão, do mesmo grupo político do presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP). Sarney é seu adversário no Amapá e padrinho dos últimos governadores do Estado, Waldez Góes, e Pedro Paulo, derrotado na tentativa de reeleição.

"A situação da CEA é antiga. Dá calote há oito anos e agora, quando eu assumo, o ministério me diz que eu tenho 15 dias para resolver", reclama Camilo.

A dívida da CEA, de R$ 1,4 bilhão, é um dos maiores desafios do governador, que herda um Estado em péssima situação financeira e mergulhado numa grave crise institucional. Capiberibe conquistou o mandato depois de estar num distante quarto lugar e após uma operação da Polícia Federal, em meio à campanha, que levou à prisão autoridades dos três Poderes no Estado, acusadas de corrupção, incluindo o então governador Pedro Paulo e Waldez Góes, que concorria ao Senado e também não se elegeu.

Camilo Capiberibe disse ter achado "estranha" a conversa no Ministério das Minas e Energia. Ele afirma que não se recusa a assumir parte da dívida - a CEA deve R$ 800 milhões à Eletronorte - e não vê problema nas condições de pagamento, que incluiriam a realização de empréstimos que teriam como garantia recursos do Fundo de Participação do Estado.

Mas considera draconiano o prazo de 15 dias, pois sua equipe mal assumiu o governo. Afirma que fará a mesma proposta, com um prazo de três meses para montar um plano de reestruturação. Pretende, contudo, levá-la diretamente ao ministro Edison Lobão, que não teria comparecido à reunião por estar doente.

Sem apoio do ministério, Capiberibe afirma que o Amapá sofrerá com racionamento de energia e apagão. Procurada, a assessoria do Ministério das Minas e Energia não deu resposta sobre o caso, até o fechamento desta edição.

Data	Veículo	Título
21 Jan 2011	Valor Econômico	**Estatais federais passam a ter empregado no conselho**

Governança: Regra vale para empresas como Petrobras, BB e Eletrobras. Processo de eleição, por voto direto dos pares, ainda será definido pelo Planejamento.

Fernando Torres | De São Paulo

Petrobras, Banco do Brasil e Eletrobras são algumas das companhias abertas que passarão a ter, obrigatoriamente, um representante dos empregados no conselho de administração a partir deste ano. A exigência, que vale para todas as empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pela União, consta da Lei 12.353, publicada em 29 de dezembro no "Diário Oficial da União".

O conselho de administração é o órgão que faz a intermediação entre os acionistas e a diretoria de uma empresa. Nessa instância, que tem também o papel de fiscalizar a atuação dos executivos, são tomadas decisões estratégicas das companhias. "O conselho é o coração do sistema de governança", resume Eliane Lustosa, coordenadora da regional do Rio de Janeiro do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC).

Os empregados conselheiros serão eleitos em votação direta de seus pares, em um processo organizado pela empresa e por entidades sindicais. A responsabilidade desse membro será igual à dos demais. Procurados, Petrobras e Banco do Brasil informaram que aguardam a regulamentação da lei por parte do Ministério do Planejamento para decidir o que farão.

Segundo o Ministério, o Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Dest) "segue a orientação da ministra Miriam Belchior no sentido de concluir esse trabalho o mais rápido possível". As eleições dos conselheiros de administração das empresas abertas costumam ocorrer nas assembleias gerais ordinárias, que, via de regra, são realizadas anualmente até o fim de abril.

De acordo com Eliane, do IBGC, é importante que esse empregado tenha consciência de que não estará no conselho para privilegiar o interesse daquela parte que o indicou. "Ele é responsável, na condição de pessoa física, em zelar pelo interesse da empresa. Quando chega ali, ele tem que trocar o chapéu." Eliane diz ainda que essa regra também vale para os conselheiros indicados por controladores ou minoritários.

Como exemplo de conflito envolvendo a participação dos empregados no conselho, ela citou o caso da Varig e as decisões sobre a política salarial da companhia. "Quando há conflito, é importante que o conselheiro seja transparente, explicite o caso e saia de todo o processo", afirma. A esse respeito, o próprio texto da lei diz que o representante dos empregados não deverá participar das discussões e deliberações que tratarem de "relações sindicais, remuneração, benefícios e vantagens, inclusive matérias de previdência complementar e assistenciais, hipóteses em que fica configurado o conflito de interesse".

"O legislador entendeu que são casos expressos de conflito formal e decidiu proibir o voto", afirma o advogado Daniel Tardelli Pessoa, sócio do escritório Levy & Salomão, destacando que podem haver outros pontos de conflito, mas que não foram explicitados. De acordo com Pessoa, a lei não impede que a regulamentação feita pelo Ministério do Planejamento ou a própria empresa crie requisitos mínimos para que um empregado se candidate.

De acordo com o código de melhores práticas do IBGC, é importante que o conselheiro tenha, no mínimo, quatro características: alinhamento com os valores da organização, capacidade de defender seu ponto de vista a partir de julgamento próprio, disponibilidade de tempo e motivação.

O código diz ainda que é recomendável que ele tenha visão estratégica, conhecimento de governança, noções da legislação societária, entenda relatórios financeiros e balanços e saiba trabalhar em equipe.

A secretária-geral do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região, Raquel Kacelnikas, destaca que já houve experiências desse tipo em estatais estaduais paulistas. Ela mesma já atuou como conselheira da Nossa Caixa. Para se candidatar, diz ela, era exigido um grau mínimo de conhecimento de gestão, seja por formação acadêmica, seja por experiência prática comprovada.

"O conselheiro não vai salvar a pátria, porque só terá um voto, mas será um bom canal de discussão interna e externa para proteção desse bem (empresa estatal) e dos interesses dos trabalhadores", diz Raquel.

Data	Veículo	Título
21 Jan 2011	Correio Braziliense	**As fissuras, agora, são dentro do PMDB**

As fissuras, agora, são dentro do PMDB

O duelo contra o PT deu lugar, em vários postos do segundo escalão, a uma batalha interna por influência e cargos. Embate respingou no líder do partido

» IVAN IUNES

A briga pelo controle do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs) acirrou ainda mais a disputa interna do PMDB por cargos no segundo escalão da Esplanada dos Ministérios. Se até a semana passada os ruídos no partido eram atribuídos ao apetite do PT pelos postos, agora a motivação é interna. Nomeações de Furnas Centrais Elétricas, Dnocs, Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Fundação Nacional de Saúde e da Vice-Presidência de Pessoas Jurídicas da Caixa abriram uma fissura na base da legenda na Câmara.

O embate respingou nos últimos dias no líder peemedebista na Casa, Henrique Eduardo Alves (RN), que tem tido as indicações contestadas pelos colegas. De olho na disputa pelo Dnocs, parlamentares do PMDB reclamam que o deputado tem beneficiado a bancada fluminense, leia-se Eduardo Cunha (PMDB-RJ), e os próprios apadrinhados. O foco de insatisfação dos parlamentares teve início com a escolha de Pedro Novais (PMDB-MA) para ministro do Turismo — a indicação dos deputados havia recaído sobre Mendes Ribeiro (PMDB-RS).

> **O Henrique não pode usar a posição de líder para fazer indicações pessoais. O constrangimento aconteceu pela pressão dele por indicações no Dnocs, na Funasa e na Secretaria de Atenção à Saúde"**
>
> ***Desabafo de um parlamentar peemedebista***

Depois do ruído inicial, acabaram na conta de Alves a briga pela permanência de Faustino Lins à frente da Funasa e a nomeação do secretário executivo do Turismo, Frederico da Costa — acusado de beneficiar empresas turísticas da família com liberações de verbas federais, além de ter firmado convênios suspeitos com organizações não governamentais. A diretoria de Pessoas Jurídicas da Caixa Econômica, hoje ocupada por Carlos Antônio de Brito, também teria entrado na alça de mira do grupo ligado ao líder peemedebista. "O Henrique não pode usar a posição de líder para fazer indicações pessoais. O constrangimento aconteceu pela pressão dele por indicações pessoais no Dnocs, na Funasa e na Secretaria de Atenção à Saúde. Só que o partido inteiro pegou a culpa", reclama um peemedebista.

Contraponto

Diante das críticas de parte da bancada, Henrique Eduardo Alves garantiu que a única nomeação pessoal que defende é a do Dnocs. Os outros cargos, segundo o deputado, foram indicados pelas bancadas do partido no Rio de Janeiro (Furnas), Ceará (Funasa) e Distrito Federal (Caixa). Do BNB, ele admite ter interesse em uma diretoria, mas nega tentar a substituição do atual presidente do banco, Roberto Smith. "As indicações, todas elas, foram de bancada. Reclamam de Furnas, mas foi o Rio de Janeiro, que tem a segunda maior bancada do partido, quem escolheu o presidente de lá. No BNB, toda a diretoria é petista e tem feito bom trabalho, diga-se. Só cogitamos nomear um diretor", defende.

Com a movimentação de deputados interessados na liderança do partido na Câmara — Leonardo Quintão (PMDB-MG) e Rose de Freitas (PMDB-ES) seriam cogitados — o atual líder garante que tem falado pela bancada e pelo partido. "Em qualquer lugar do mundo, coalizão é somar partido, ideias, propostas e governo. Agora é participar do governo, dentro dos critérios estabelecidos, mas com a importância devida. O PMDB quer somente isso, e em qualquer lugar do mundo é assim", justifica Alves.

Pontos de discórdia

O preenchimento de cargos de destaque em quatro instituições opõe parlamentares do PMDB

Amaro Junior / Caio Gomez/CB/D.A Press

Data	Veículo	Título
07 Mar 2011	O Estado de S.Paulo	**PMDB revê tática e evita confrontar Dilma**

Para não emperrar ainda mais a disputa por postos estratégicos, partido vai preferir intermediários a falar diretamente com presidente

João Domingos

Um mês e meio de confronto com a presidente da República por causa dos cargos nos ministérios e no segundo escalão foi suficiente para o PMDB mudar a sua forma de conviver com Dilma Rousseff. A partir de agora, a decisão dos peemedebistas é de não mais falar em cargos nas conversas com a presidente, pois é sabido que ela detesta o assunto.

Está prevista uma nova rodada de negociações em torno de nomes do PMDB depois do carnaval, quando serão definidos os postos em que deverão ser acomodados alguns dos derrotados, como o ex-ministro Geddel Vieira Lima (Integração Nacional), os ex-governadores José Maranhão (Paraíba), Iris Rezende (Goiás) e Orlando Pessutti (Paraná). Em nenhum momento, porém, a cúpula falará com a presidente. O interlocutor será o ministro da Casa Civil, Antonio Palocci.

A Dilma o PMDB tem outro tipo de mensagem, a de que se convenceu de que é governo de fato e de direito e, com ela, quem conversa é o vice, Michel Temer, presidente licenciado da legenda. Qualquer queixa que o partido tiver, no máximo será levada a Temer, que decidirá se vai encaminhá-la à presidente.

São dois os motivos que levaram o PMDB a se recolher, informam dirigentes da legenda. Em primeiro lugar, o partido percebeu que Dilma não se deixa pressionar por cargos. Ela sabe que os partidos têm direito a eles, na divisão dos pedaços do bolo para a base aliada. Mas quer que as coisas ocorram no devido tempo. E nos lugares apropriados.

Por exemplo: para as vice-presidências do Banco do Brasil e da Caixa não quer nomes de partidos, mas técnicos que entendam de assuntos financeiros. Não se importa se esses técnicos forem apadrinhados por alguma legenda. Assim, tanto Geddel quanto Iris e Maranhão, candidatos às vices dos bancos oficiais, dificilmente serão nomeados para algum cargo por lá. Palocci já avisou que outras vagas deverão ser encontradas para os candidatos.

Em segundo lugar, o PMDB decidiu ficar na moita para preservar o líder do partido na Câmara, Henrique Eduardo Alves (RN). Pressionado pelo deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), que mandava na direção de Furnas Centrais Elétricas - e viu o comando da estatal fugir de suas mãos, por decisão da presidente -, Henrique Alves atritou-se não só com Dilma, mas também com o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão. A ponto de dizer a Lobão que não aceitava a indicação de Flávio Decat para a presidência de Furnas.

Acontece que Henrique Alves é o nome do partido para ocupar a presidência da Câmara de 2013 a 2015, no sistema de rodízio com o PT. Se continuasse se desgastando por causa da disputa por cargos dos ministérios e do segundo escalão, não teria nenhuma condição se candidatar. Numa conversa com Temer, foi aconselhado a mudar de tática. Deu certo. Henrique Alves acabou por levar o PMDB da Câmara a dar os 77 votos a favor do salário mínimo de R$ 545, voltando a cair nas graças da presidente, com quem conversou descontraidamente na quarta-feira, num papo recheado por brincadeiras.

Senadores. No Senado, onde o PMDB tem cinco dissidentes, a orientação é para que não sejam tratados a pão e água, apesar da resistência que ainda têm para votar a favor de projetos do governo. Um deles é Roberto Requião (PR), que votou contra o mínimo de R$ 545, mas disse que em outras propostas ficará com o governo. Requião ganhou a presidência da Comissão de Educação.

Quanto aos outros dissidentes, Luiz Henrique (SC) foi indicado pelo líder Renan Calheiros (AL) para todas as comissões pedidas: Constituição e Justiça, Assuntos Econômicos e Relações Exteriores; Jarbas Vasconcelos (PE) e Pedro Simon (RS) foram para a Comissão de Relações Exteriores; Casildo Maldaner (SC) foi contemplado com posto na CAE.

Data	Veículo	Título
15 Mar 2011	O Estado de S.Paulo	**Estatais paulistas deram abrigo a aliados de outros Estados**

Indicados do Rio Grande do Norte, Mato Grosso e Pará confirmam ter feito parte do segundo escalão na gestão de José Serra

Julia Duailibi e Daniel Bramatti

As empresas estatais de São Paulo, que têm políticos e quadros do PSDB em seus conselhos de administração, abrigaram até ex-parlamentares tucanos de outros Estados durante a gestão de José Serra.

Um deles foi o ex-senador Geraldo Melo, do Rio Grande do Norte, ex-conselheiro da Emae (Empresa Metropolitana de Águas e Energia). Segundo Melo, o motivo de ter aceitado o cargo não foi a remuneração de conselheiro. "A vida me deu suficiente para eu não precisar dos R$ 3 mil. Na época, me disseram que havia uma dificuldade da autoridade superior de saber o que acontecia nas empresas. O governador precisava ter em cada lugar uma pessoa da confiança dele. Foi esse o tom", afirmou.

Melo disse que pediu para sair do conselho da empresa ao ficar "desconfortável com muitos assuntos dos quais não estava inteirado". "Em determinado momento, as decisões ficaram muito complexas, e pedi para sair."

O ex-senador Antero Paes de Barros, do PSDB de Mato Grosso e jornalista de formação, foi indicado no governo Serra para atuar no conselho da Sabesp, empresa estadual de saneamento.

Antero ocupou o conselho entre 2007 e 2009. Disse que, durante esse período, quando precisava ir a São Paulo participar das reuniões, recebia cerca de R$ 4.200 e pagava do próprio bolso as passagens e hospedagem. "O conselho da Sabesp não é de faz de conta. Eu dava uma ou outra colaboração. Era um debate tão de alto nível que a colaboração surgia", afirmou.

O atual governador do Pará, Simão Jatene (PSDB), que tem formação de economista, ocupou um cargo no conselho da Companhia Energética de São Paulo (Cesp), uma das maiores geradora de energia elétrica do País.

Procurado pelo Estado, Jatene respondeu, por meio de sua assessoria, que por já ter ocupado vários cargos públicos, tem "experiência administrativa plenamente compatível com o cargo para o qual foi convidado".

Ney Lopes, ex-deputado do DEM do Rio Grande do Norte, foi contemplado com um cargo na Cetesb, companhia ambiental do Estado. Ele disse que recebe da empresa R$ 2.800 por reunião, além de passagens aéreas entre Natal e a capital paulista.

O secretário estadual de Energia, José Aníbal, negou ter convidado Cláudia Toni, ex-diretora da Orquestra Sinfônica de São Paulo, para o conselho de administração da Emae, diferentemente do que informou a reportagem do Estado ontem. A informação foi dada na semana passada pela própria conselheira, também assessora da presidência da TV Cultura. Procurada ontem, ela não respondeu aos recados deixados pelos repórteres.

Data	Veículo	Título
16 Mar 2011	Folha de S.Paulo	**Ex-ministros de Lula ainda mantêm cargos em estatais**

Fora da Esplanada, Celso Amorim e Luiz Dulci recebem salários para fazer parte de conselhos administrativos

Ex-titulares de pasta das Relações Exteriores e da Secretaria-Geral da Presidência não veem conflito ético em prática

DE SÃO PAULO
Mesmo fora do governo, os ex-ministros Celso Amorim (Relações Exteriores) e Luiz Dulci (Secretaria-Geral da Presidência) continuam a receber salário para integrar conselhos de estatais.

Eles deixaram a Esplanada em 1º de janeiro, após oito anos no primeiro escalão do governo Lula. No entanto, ainda ocupam vagas nos conselhos de administração da Itaipu Binacional e da Eletrobras, respectivamente.

Os dois afirmaram à Folha não ver conflito ético na prática, mas disseram que os cargos estão à disposição do governo Dilma Rousseff.

Além da aposentadoria como ministro de primeira classe do Itamaraty, Amorim recebe, fora do poder, um dos maiores salários pagos em conselhos de estatais federais: R$ 13.100 por mês.

Filiado ao PT fluminense, ele tem mandato na estatal até maio de 2012. Para mantê-lo, basta comparecer a encontros bimestrais.

O conselho se reuniu uma vez neste ano, com a presença do ex-ministro. Procurado, ele disse ter ficado na vaga a pedido do sucessor, ministro Antonio Patriota.

"Absolutamente não é uma sinecura. Eu não pedi nada", afirmou o ex-chanceler. "O ministro Patriota pediu que eu ficasse, mas não sei se vou ficar muito tempo. Tenho muitas ocupações."

Amorim ocupa uma vaga de livre indicação no conselho em Itaipu. O assento reservado ao Ministério das Relações Exteriores é ocupado pelo embaixador Antonio José Ferreira Simões.

Convidado por Lula para dirigir seu futuro instituto, Dulci recebe R$ 4.300 por mês, mais 13º salário, como conselheiro da Eletrobras.

O petista mineiro disse ter posto o cargo à disposição do sucessor, Gilberto Carvalho, no início do ano. "Fui indicado porque era ministro e não pretendo continuar."

O conselho da estatal do setor elétrico é eleito anualmente, no fim de abril.

Também ex-ministro de Lula, Carlos Eduardo Esteves Lima recebe R$ 5.400 do conselho fiscal do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social).

Ele chefiou a Casa Civil no fim de 2010, após a queda de Erenice Guerra, e agora permanece no governo como assessor especial do órgão. Procurado, não ligou de volta.

Alvo de cobiça em Brasília, as vagas em conselhos de estatais funcionam, na maioria das vezes, como complemento salarial.

A função dos órgãos é auxiliar a gestão das empresas, aprovar orçamentos e definir normas internas.

Os conselheiros têm mandato de um a quatro anos, mas podem ser substituídos a qualquer momento pelo Planalto. (SILVIO NAVARRO E BERNARDO MELLO FRANCO)

Data	Veículo	Título
18 Mar 2011	Valor Econômico	**Depois de intervenção federal, Furnas começa a mudar**

Do Rio

Depois da grande movimentação para retirar a estatal Furnas da área de influência do deputado federal Eduardo Cunha (PMDB-RJ) e a Eletrobras da alçada do presidente do Senado, José Sarney (PMDB-MA), as coisas estão mudando lentamente em Furnas. A presença de Cunha ainda é sentida apesar da iniciativa da presidente Dilma Rousseff de indicar o engenheiro Flavio Decat para presidir a empresa no lugar de Carlos Nadalutti Filho, apadrinhado do deputado.

Ao Valor Cunha diz que nunca teve interferência no setor de energia - "minha única participação no setor de energia foi uma indicação, junto com a bancada, que acabou em nomeação do ex-prefeito Luiz Paulo Conde" - mas o ex-prefeito do Rio por quem ele bloqueou a votação da CPMF no Congresso, é hoje membro do conselho de administração da estatal apesar de enfrentar sérios problemas de saúde.

Decat, que inicialmente a presidente queria nomear para a Eletrobras, assumiu a direção de Furnas com um discurso para elevar o moral dos funcionários. Tem dito que quer tirar a companhia das páginas policiais e colocá-la nas econômicas. Mas a missão pode não ser fácil, já que a diretoria da estatal, que tem indicações do PT-MG, PRB e PR ainda não mudou desde sua nomeação.

Uma das primeiras medidas de Decat em Furnas foi o afastamento de Aluízio Meyer de Gouvêa Costa de três sociedades de propósito específico (SPEs), Transenergia Renovável, Transenergia São Paulo e Transenergia Goiás, criadas para construir linhas de transmissão e subestações. Apadrinhado de Cunha, foi denunciado pelo Ministério Público por desvio de dinheiro dos cofres públicos e que teve passagens pela Cedae.

Furnas tem participação minoritária de 49% nas três. As SPEs têm agora como diretor técnico Celio Calixto, homem de confiança de Decat. Outro afastado foi Boris Gorenstin, que ocupava o cargo de assessor da presidência na gestão de Conde e de Nadalutti, e era responsável pela análise de novos investimentos. Gorenstin é funcionário de carreira do Cepel e no momento está de licença.

Contudo, outras pessoas em postos-chave indicados durante a gestão Conde e Nadalutti, foram mantidas: entre elas a chefe do jurídico, Denise Paiva, e a superintendente de cultura, patrocínio e responsabilidade social, Ana Claudia Gesteira. O próprio Nadalutti, que também é funcionário de carreira, virou assessor da presidência e seu chefe de gabinete, Luis Roberto Bezerra, também permanece no mesmo cargo sob a gestão de Decat.

A insatisfação com a permanência dos ocupantes de alguns desses cargos - alguns, segundo dizem, despachavam no escritório de Cunha - vem sendo expressa em folhetos e panfletos distribuídos na sede de Furnas, que fica em Botafogo, na Rua Real Grandeza. O endereço dá nome ao fundo de pensão dos funcionários de Furnas e Eletronuclear que Cunha tentou controlar.

Depois de conseguir derrubar o presidente anterior da Fundação, Sérgio Wilson Fontes, por asfixia (a patrocinadora só aceitava cumprir obrigações com os funcionários se o presidente saísse), Cunha não conseguiu nomear quem ele queria. Emplacou Eduardo Henrique Garcia na diretoria de investimentos e não na presidência. O deputado também teve outro revés na Eletrobras, onde tentou indicar nomes para uma diretoria internacional que acabou não sendo criada. Chesf e Eletronorte também não tiveram mudança no comando mesmo depois do apagão do Nordeste que tanto preocupou Dilma. (CS e PdeM)

Data	Veículo	Título
23 Mar 2010	Folha de S. Paulo	**Eletrobras admite descontrole "preocupante" em investimentos**

Estatal vê "exposição indesejada a riscos" e pode fazer enxugamento, como a venda de participações

Sob Lula, empresa, que participa de 88 projetos, teve forte crescimento com objetivo de cumprir compromissos do PAC

A Eletrobras identificou um quadro de descontrole "preocupante" sobre as suas participações societárias em projetos de geração e transmissão de energia e em outras empresas.

A estatal decidiu contratar uma auditoria para fechar um raio-X dos 88 projetos dos quais ela e suas subsidiárias participam, entre os quais as hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio, em Rondônia, e Belo Monte, no Pará.

A companhia possui ainda participação acionária relevante em mais de 40 empresas de energia, como a Cesp, a AES Tietê, a Cemar e a Celpa, entre outras.

O objetivo é cessar um quadro de "exposição indesejada a riscos" e promover, caso necessário, um enxugamento da empresa. Para isso, foi encomendado um relatório urgente sobre a lucratividade dessas participações.

Uma das opções avaliadas é vender as participações minoritárias em empresas como a paulista Cesp e também em distribuidoras que hoje estão em mãos privadas, como a Celpa e a Cemat.

A Folha apurou que apenas as participações acionárias que não tiverem boa lucratividade serão vendidas. A auditoria terá quatro meses para fechar o diagnóstico, mas precisará encaminhar uma avaliação prévia dentro de três semanas.

Segunda maior estatal do setor produtivo, a Eletrobras cresceu muito rápido no governo Lula. Foi impulsionada por um plano de fortalecimento de sua musculatura financeira, para fazê-la cumprir seus compromissos com obras do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento).

A empresa foi retirada da meta de superavit primário (economia para reduzir a dívida pública) e, com isso, ganhou mais liberdade para fazer novos investimentos no sistema energético.

Para criar essa "Nova Eletrobras", o governo autorizou a empresa a elevar sua capacidade de endividamento de R$ 3,5 bilhões para R$ 12 bilhões; e a União publicou decreto permitindo que a estatal desse garantias financeiras em empréstimos para projetos nos quais atua em consórcio, o que antes era proibido pela legislação.

Foram realizados ainda dois aumentos de capital, que incrementaram seus cofres em quase R$ 15 bilhões. Essas medidas proporcionaram crescimento "descontrolado" da empresa, e isso traz preocupação:

"A crescente participação, em número e em complexidade, das empresas controladas do Sistema Eletrobras em outras empresas vem preocupando a administração da companhia", afirma documento da própria Eletrobras.

POR DENTRO DA ELETROBRAS

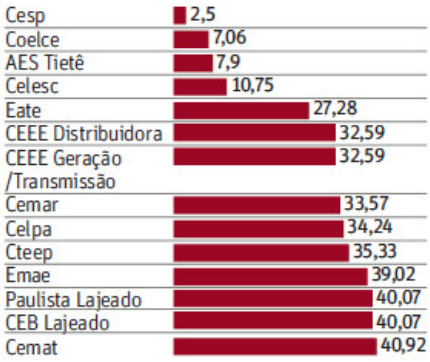
Plano de investimento da empresa para 2011 prevê R$ 10 bi

Participações acionárias

Participações acionárias da Eletrobras estão presentes nos segmentos de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica

Estação de energia no Morumbi, em São Paulo

Algumas das empresas onde a Eletrobras é acionista, em %



ELETROBRAS EM NÚMEROS

Em 2009

LUCRO LÍQUIDO
R$ 170,5 milhões

EBITDA*
R$ 7,1 bilhões

SUBSIDIÁRIAS
Entre outras, Furnas, Chesf, Eletronorte, Eletrosul, Eletronuclear e CGTEE

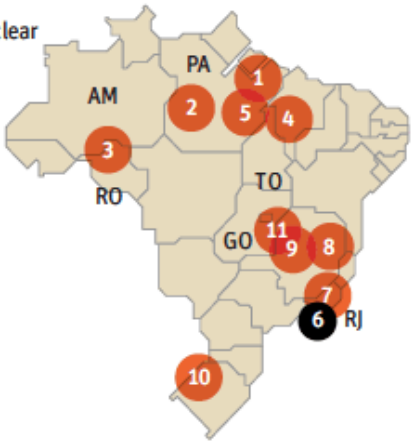
*Lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização

ELETROBRAS PRODUZ 37% DA ENERGIA DO PAÍS

Obras onde a Eletrobras e/ou suas subsidiárias Furnas, Eletronorte e Chesf participam

Capacidade instalada, em MW ● Hidrelétricas ● Nuclear

1	Belo Monte	11.000
2	Complexo do Tapajós	10.500
3	Usinas do Rio Madeira	7.500
4	Serra Quebrada	2.300
5	Marabá	2.100
6	Angra 3	1.420
7	Simplício	338
8	Baguari	140
9	Retiro Baixo	82
10	Passo São João	77
11	Batalha	52,5



Fonte: Eletrobras

http://www1.folha.uol.com.br/mercado/892705-eletrobras-admite-descontrole-preocupante-em-investimentos.shtml

Data	Veículo	Título
23 Mar 2010	Folha de S. Paulo	**Eletrobras quer controlar mais empresas**

Presidente da estatal diz que são avaliadas "três ou quatro" distribuidoras estaduais com problemas de gestão

Segundo a Eletrobras, a contratação de uma consultoria é apenas medida de prevenção tomada pela empresa

CIRILO JUNIOR
DO RIO

Ao mesmo tempo em que admite o "descontrole" em investimentos, a Eletrobras anuncia que deve assumir o controle de mais distribuidoras estaduais com problemas de gestão e que dão prejuízo.

Ontem, o presidente da estatal, José da Costa Neto, disse que estão sendo avaliadas "três ou quatro" empresas.

Embora o executivo não tenha confirmado, a empresa negocia a aquisição das distribuidoras estatais do Amapá, de Roraima e de Goiás.

"A Eletrobras entrou nesse ramo da distribuição para resolver problemas de empresas que estavam com má performance. Como há outras com os mesmos problemas, pode ser que a gente acabe tendo que pegar essas empresas", disse Costa Neto.

Nos últimos anos, a companhia assumiu a gestão de distribuidoras em Rondônia, Acre, Amazonas, Boavista, Alagoas e Piauí. Essas empresas ainda dão prejuízo.

As aquisições de distribuidoras não estão contempladas no plano de investimentos da empresa para 2011, que prevê R$ 10 bilhões, especialmente para os setores de geração e transmissão.

AUDITORIA

Sobre a contratação de consultoria para fazer raio-X dos projetos dos quais participa, a empresa diz se tratar de medida de prevenção.

A estatal diz que passa por grande transformação e busca aumentar a competitividade, a rentabilidade e a integração entre as empresas do Sistema Eletrobras.

O objetivo, diz a assessoria, é se adequar às exigências da governança corporativa. Por isso, irá avaliar suas participações acionárias sob a ótica da sustentabilidade econômico-financeira e de risco, como diz o edital.

A companhia afirma ainda que nada está definido com relação à atual carteira de participações da Eletrobras, seja em ativos em formação, seja em ativos em operação.

CARGOS

Na Eletrobras só o cargo de presidente foi mudado desde a posse de Dilma Rousseff. José Costa Carvalho, o Costinha, ex-presidente da Cemig, assumiu no lugar de José Antônio Muniz (PMDB), que é ligado à família Sarney.

Sem proximidade com o PMDB, a indicação de Costinha foi trabalhada por Fernando Pimentel e aprovada por Dilma. A presidente manteve as outras diretorias da estatal, que possui técnicos de carreira com apadrinhamento político do PMDB.

A exceção é o grande manda-chuva da Eletrobras, Valter Cardeal (PT), diretor de Engenharia e homem de confiança de Dilma. Ele deverá permanecer no cargo.

Colaborou a Sucursal de Brasília

Data	Veículo	Título
23 Mar 2010	Canal Energia	**Eletrobras estuda comprar distribuidoras com dificuldades financeiras**

Segundo José da Costa Carvalho Neto, companhia tem entrado no setor de distribuição para salvar empresas

Carolina Medeiros, da Agência canalEnergia, Negócios e Empresas

A Eletrobras está estudando a compra de distribuidoras que estejam com problemas financeiros. O objetivo, segundo José da Costa Carvalho Neto, presidente da estatal, é tornar essas companhias rentáveis, com boa qualidade de fornecimento. O executivo não quis adiantar quais seriam as distribuidoras, mas especula-se que sejam concessionárias do Norte do país - CEA (AP) e CERR (RR), ambas com problemas financeiros), e a Celg, de Goiás. No passado, chegou-se a cogitar a compra de empresas do grupo Rede, como a Celpa (PA).

A CEA já teve a caducidade da concessão recomendada pela Agência Nacional de Energia Elétrica ao Ministério de Minas e Energia e o atual governo tem afirmado que está em busca de soluções para os problemas financeiros que afetam a companhia. A Celg passa por problemas financeiros e teve aprovação, recentemente, de medidas financeiras para sanear a companhia, entre elas, a aprovação, ainda pendente, de empréstimo de R$ 2,7 bilhões junto ao governo federal.

"Tem três ou quatro empresas que poderão ser compradas pela Eletrobras", afirmou Carvalho Neto, após participar do UKBrazil Energy, evento realizado no Rio de Janeiro. Segundo ele, a Eletrobras poderá comprar a distribuidora, diretamente, ou aumentar a participação da estatal. "Se o governo julgar procedente e se houver necessidade, nós vamos comprar essas empresas. Podem ser estatais estaduais ou privadas", contou.

Durante discurso no evento, ele disse ainda que o foco da Eletrobras é a geração ou a transmissão, mas que a companhia tem entrado no segmento de distribuição principalmente para salvar empresas. " A ideia é construir um sistema de distribuição mais sólido e confiável", declarou. Carvalho Neto ressaltou que a compra dessas distribuidoras é apenas uma possibilidade e que os recursos necessárioss não estão contabilizados nos investimentos previstos para este ano, no valor de R$ 9 bilhões.

A Eletrobras já faz a gestão de seis distribuidoras que foram federalizadas após o programa de privatizações, por conta das dificuldades financeiras que enfrentavam e pela falta de interesse de investidores na época. Ainda de acordo com o executivo, elas ainda não estão totalmente recuperadas. A Eletrobras conseguiu há pouco tempo um empréstimo de R$ 1,2 bilhão junto ao Banco Mundial para realizar investimentos nas distribuidoras federalizadas. O montante será aportado no período de quatro a cinco anos e tem como objetivo reduzir as perdas comerciais dessas empresas.

Data	Veículo	Título
30 Mar 2011	Valor Econômico	**Eletrobras negocia compra de 10% da EDP**

Josette Goulart | De São Paulo

Energia: Estatal seria segunda maior acionista da portuguesa; Dilma Rousseff disse que Brasil pode ajudar o país.

A Eletrobras está em negociações avançadas para adquirir uma participação minoritária relevante na estatal Energias de Portugal (EDP). A empresa contratou o Citibank para fazer checar os números da companhia portuguesa e a estimativa da área internacional da Eletrobras é que o negócio fique perto de 600 milhões e euros, cerca de R$ 1,3 bilhão. Alta fonte da empresa confirmou ao Valor que as negociações estão em estágio avançado.

Oficialmente, por meio de sua assessoria de imprensa, a companhia apenas confirmou que está estudando várias possibilidades no exterior e que tem interesse em fechar "bons negócios".
Em visita a Portugal, a presidente Dilma Rousseff declarou ontem à imprensa que o Brasil pode ajudar economicamente o país, que passa por severa crise financeira, mas não deu detalhes de como seria essa ajuda.

A presidente reduziu seu tempo de visita ao país e voltará hoje ao Brasil para o velório do ex-vice-presidente José Alencar.

A estatal portuguesa EDP tem hoje em Portugal a mesma importância que a Eletrobras tem para o Brasil, e privatizá-la em parte seria de grande ajuda ao país, que tem o objetivo de vender participações de várias companhias em diferentes setores.

O governo português detém 25% das ações da elétrica em Portugal e deve vender 40% desse total à estatal brasileira. Isso representaria cerca de 10% do capital total da EDP, o que colocaria a Eletrobras como a segunda maior acionista individual do governo português na companhia de eletricidade. A estatal brasileira tomaria o posto hoje ocupado pelo grupo espanhol Iberdrola, que detém pouco menos de 7% do capital da companhia.

Ao confirmar o negócio, a Eletrobras passaria a ter papel relevante em decisões que podem afetar diretamente os negócios no Brasil e a consolidação do setor de distribuição. A EDP é dona das distribuidoras de energia do Espírito Santo, a Escelsa, e da Bandeirante, em São Paulo. Ambos são ativos de grande interesse para empresas como a CPFL, em São Paulo, e para a Cemig que é dona da Light no Rio e é vizinha à Escelsa. As duas distribuidoras atendem quase oito milhões de consumidores nas regiões que atuam. Em geração, a EDP é a quinta maior no Brasil com um parque instalado de mais de 1.700 MW de capacidade e tem ainda cerca de 400 MW em construção.

Os investimentos no país somam cerca de R$ 1 bilhão por ano. O negócio de maior porte fechado nos últimos anos foi o da usina termelétrica de Pecém I, em parceria com a MPX Energia. A usina terá capacidade de gerar mais de 700 MW. Mas a EDP, em função da crise econômica de 2008, desistiu de participar de Pecém II. De lá para cá, os novos investimentos não foram de grande monta e apesar de ser uma das maiores em geração eólica no mundo, os investimentos nesse setor se restringiram a compra de duas usinas do programa Proinfa do governo federal. Mas os portugueses estiveram fora dos leilões de energia eólica realizados nos últimos dois anos.

No mundo, a estatal elétrica portuguesa tem uma capacidade instalada de quase 22 mil MW. O faturamento da companhia chegou a ? 14,2 bilhões em 2010 e o lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização foi de ? 3,6 bilhões. Quase 20% disso gerado pelos negócios brasileiros.

Os negócios da EDP estão espalhados por Portugal, Espanha, França, Bélgica, Polônia, Romênia, Estados Unidos e Brasil. A empresa é o maior grupo industrial português e o terceiro maior produtor mundial de energia eólica. A empresa também atua no setor de gás na Península Ibérica.

Data	Veículo	Título
30 Mar 2011	Valor Econômico	**Empresa adia divulgação de balanço**

Valor Econômico
Empresa adia divulgação de balanço
De São Paulo

A Eletrobras informou ontem ao mercado que só vai divulgar seu balanço no dia 29 de abril, com um mês de atraso em relação ao prazo estabelecido pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Isso implicará multa para a companhia. A previsão é que os resultados fossem reportados ontem, mas a adequação do balanço da companhia às novas regras contábeis teria sido o motivo do atraso.

Não é a primeira vez que a Eletrobras tem problemas em divulgar seu balanço no prazo estabelecido pela CVM. No ano passado, Furnas, uma das subsidiárias do grupo, atrasou a entrega de seus números. Mas a Eletrobras divulgou resultados mesmo assim, sem o consolidado de Furnas.

O comunicado da Eletrobras diz que novamente o problema ocorreu com empresas do grupo que entregaram tardiamente suas demonstrações financeiras, devido à adoção do novo padrão contábil. "Em função do processo de convergência às novas normas, que representa uma mudança conceitual relevante, no que se refere ao reconhecimento, mensuração e divulgação das informações contábeis, as empresas do Sistema Eletrobras não irão concluir suas demonstrações financeiras do exercício de 2010 no prazo originalmente previsto", disse o comunicado.

As empresas têm até o fim deste mês para a apresentação de resultados e quase todas as companhias elétricas já divulgaram seus balanços. Para hoje está prevista a divulgação da Cesp. (JG)

Data	Veículo	Título
02 Abr 2011	Folha de S. Paulo	**Citado em escândalo, deputado mantém influência em Furnas**

Dilma mudou presidente, mas não diretoria ligada a Eduardo Cunha

RODRIGO RÖTZSCH
DO RIO

Mais de dois meses após o surgimento de dossiê apócrifo com denúncias sobre suspeitas de corrupção e má gestão em Furnas, que levaram à substituição do então presidente, Carlos Nadalutti, por Flávio Decat, os demais integrantes da diretoria permanecem em seus postos.

Entre eles estão os diretores financeiro, Luiz Hamann, e de Gestão, Fernando Paroli, identificados no documento como integrantes de uma suposta "gestão Eduardo Cunha" - a subordinação da estatal a interesses do deputado federal do PMDB-RJ.

A permanência dos dois contraria a intenção do governo Dilma de tirar Furnas da esfera de influência do deputado -Nadalutti fora indicado pela bancada PMDB-RJ, liderada por Cunha. O deputado nega ter qualquer ingerência sobre Furnas.

No dossiê, Haman é acusado de ameaçar gerentes de demissão para obrigá-los a assinar documentos. O diretor nega as acusações.

Paroli é acusado de compactuar com supostas irregularidades nas áreas de Recursos Humanos e Tecnologia da Informação, como o aditamento em um contrato com a SAP, de R$ 10 milhões.

Ele diz que o aditamento seguiu processo instruído por pareceres técnicos da consultoria jurídica e da assessoria de coordenação e análise financeira de Furnas.

Os diretores de Construção, Márcio Arantes Porto, e de Engenharia, Mário Márcio Rogar, são citados como responsáveis por suposto sobrepreço de 100% na construção das hidrelétricas de Simplício e Batalha. Os dois afirmam que "projetos complexo" são "passíveis de adequações quanto a prazo e custo".

Questionada sobre a permanência dos diretores, Furnas disse que o assunto cabe ao Ministério de Minas e Energia, que não quis comentar a questão.

Data	Veículo	Título
10 Abr 2011	Correio Braziliense	**Água na fervura da disputa por cargos**

Na tentativa de amansar o ímpeto da base aliada por vagas no segundo escalão, Dilma optou por adiar a definição dos titulares de estatais.

Ivan Iunes
Tiago Pariz

Logo nos primeiros dias de governo, a anunciada disputa por cargos entre PT e PMDB teve o ápice com a sucessão na Fundação Nacional de Saúde (Funasa). Quase 100 dias depois do embate entre o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, e o líder peemedebista na Câmara, Henrique Eduardo Alves (RN), a fundação continua em compasso de espera, sem definição e sob o comando incerto de Faustino Barbosa Filho. Pelo menos outras oito estatais desperdiçaram os últimos 100 dias submersas pela falta de definição do Palácio do Planalto quanto aos cargos de direção. Em alguns casos, estiveram quase à deriva.

O Banco da Amazônia (Basa) e o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) permanecem sob gestão praticamente interina. Há oito anos no BNB, Roberto Smith tenta seguir à frente da instituição, mas deve ser substituído por Miguel Cícero Lima, indicação do PT do Ceará. No Basa, a diretoria atual segue em banho-maria - embora uma troca geral já tenha sido acenada pelo Ministério da Fazenda.

Da mesma forma, companhias energéticas como a Hidrelétrica do São Francisco (Chesf), a Eletrosul Centrais Elétricas e a Eletronorte continuam com as diretorias antigas, mesmo com indicativos fortes de mudanças. Em 100 dias, nomes foram especulados para as três centrais, mas em nenhuma houve dança das cadeiras. Mesmo com o apagão em vários estados no início do ano, a Chesf continua presidida por Dilton Oliveira, indicação do PSB, feita pelo governador pernambucano, Eduardo Campos. O cargo era cobiçado pelo secretário de Recursos Hídricos do estado, João Bosco Almeida, mas a troca não-efetivada. No restante da diretoria, compartilhada por PT e PMDB, não houve alteração.

Na Eletrosul, a tendência é de que Eurides Mescolotto permaneça no posto. A Presidência da companhia chegou a "pular de mãos" - o atual secretário executivo da Secretaria de Relações Institucionais, Cláudio Vignatti, chegou a ser cotado. Com a acomodação dos principais nomes petistas de Santa Catarina na Esplanada, a disputa pela posição esfriou, mas segue em aberto. Na Eletronorte, a Presidência era vista como prêmio de consolação para José Antônio Muniz Lopes, que perdeu o comando da Eletrobras. Indicado por José Sarney (PMDB-AP), no entanto, ele permaneceu na diretoria de transmissão da estatal, dando sobrevida, ao menos temporária, a Josias Mattos de Araújo.

"Imexível"

Somente agora, 100 dias depois de a presidente Dilma Rousseff subir a rampa do Planalto e assinar a nomeação dos ministros, a situação das estatais ganha contornos. As principais pendências estão nos setores financeiro e energético. Tida inicialmente como "imexível", a Caixa assistiu à troca de Maria Fernanda Coelho por Jorge Hereda. Pelo menos uma vice, a de gestão de pessoas, permanece vaga. No Banco do Brasil, Ademir Bendini permaneceu na Presidência, mas alguns subordinados foram substituídos para dar lugar a indicações políticas, como o ex-senador Osmar Dias (PDT-PR), agora titular da Vice-Presidência de agronegócio.

Data	Veículo	Título
25 Abr 2011	Época	**A vida à espera de uma boquinha**

Ed. 675 - 25 de Abril de 2011

A vida à espera de uma boquinha

O que fazem os políticos que estão na fila por um cargo no governo federal: uns flanam por Brasília, outros recorrem à ex-mulher e quem tem sorte conta com o lobby de Lula

Leonel Rocha

Altemir Gregolin (PT) deixou o cargo de ministro da Pesca e Aquicultura em janeiro. Em vez de voltar a seu Estado, Santa Catarina, perambula por Brasília. Gregolin visita gabinetes e, nas muitas horas vagas, passeia pela cidade. Como Gregolin, Marcos Lima (PMDB-MG) não sai de Brasília. Ele não conseguiu se reeleger deputado federal, mas frequenta o Congresso toda semana, como se nada tivesse mudado. Lima e Gregolin estão, assim, meio à deriva, por causa da dinâmica eleitoral. Eles estão numa fila de desempregados de luxo, formada por políticos que esperam por um cargo no governo federal. Filas assim se formam a cada quatro anos com políticos que perdem eleições, deixam cargos por mudanças de governo ou não encontram padrinhos com força suficiente para encaixá-los em novas funções. Para sair dela, Gregolin já tentou - sem sucesso - sua indicação para quatro postos. Lima está à espera do cobiçado cargo de diretor de Furnas, a estatal do setor elétrico com R$ 1,3 bilhão para investir.

Ao contrário dos desempregados comuns, Lima e Gregolin têm um privilégio. Eles figuram na lista de nomes indicados por PT e PMDB - os dois maiores partidos governistas - para ocupar um emprego público em retribuição ao apoio à eleição da presidente Dilma Rousseff (leia os principais nomes da fila no quadro abaixo). Na semana passada, um almoço do vice-presidente, Michel Temer, com os ministros da Casa Civil, Antonio Palocci, e das Relações Institucionais, Luiz Sérgio, serviu para mais uma rodada da infindável negociação entre o governo e o PMDB para preencher cargos no segundo escalão. Participaram do almoço o presidente do PMDB, senador Valdir Raupp (RO), e o líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR).

Escalado pela presidente Dilma para a função de analisar as indicações, Palocci, desde o início do ano, recebe pedidos de emprego de PT, PMDB e de outros oito partidos da base governista no Congresso. Nas reuniões, Palocci ouve com atenção, infla o visitante com elogios e, no final, adia a decisão. Seus interlocutores rebatem com o método da confusão e da insistência. Em geral, pedem cargos para seus protegidos e depois citam o caso de colegas de partido que estariam insatisfeitos e poderiam criar dificuldades para o governo caso não sejam contemplados.

Os políticos fazem pressão porque estão em jogo cerca de 22 mil cargos que a Presidência pode preencher sem concurso. A maioria desses milhares de cargos é de menor expressão. A briga é pelas posições de destaque que proporcionam o que os políticos querem: capacidade de exercer o poder e, principalmente, administrar grandes orçamentos.

Dilma tem tentado vencer a avidez dos políticos pelo cansaço. A presidente está esticando ao máximo o prazo das nomeações para forçar a desistência do candidato ou de seus padrinhos. Essa procrastinação tem feito os menos resistentes sucumbir. O ex-deputado Rocha Loures (PMDB-PR) gostaria de ser o ministro da Secretaria da Aviação Civil, para administrar os bilhões de reais da manutenção e reforma dos aeroportos. Mas só foi oferecida a Rocha Loures a presidência da Embratur, a estatal encarregada do setor de turismo. Ele não quis e preferiu se acomodar, por enquanto, na assessoria especial do vice-presidente Michel Temer.

O método de Dilma já causou ansiedade até no ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ele telefonou para Dilma e intercedeu pela nomeação do ex-senador Osmar Dias (PDT-PR). Lula estava preocupado com as consequências políticas do atraso na nomeação. No ano passado, Dias desistiu de se candidatar à reeleição ao Senado para disputar o governo do Paraná e apoiar Dilma. Ajudou a tirar uma significativa quantia de votos do adversário de Dilma, José Serra (PSDB), no Paraná. Depois do telefonema de Lula a Dilma, Osmar Dias arrumou um emprego como diretor do Banco do Brasil.

A pressão na disputa por cargos levou o presidente do PT, José Eduardo Dutra, para o hospital

Quem não tem um padrinho com a força de Lula tem de lutar. Muitas vezes, o adversário mais duro está no próprio partido. Derrotado na disputa pelo governo da Paraíba, José Maranhão (PMDB) queria ser diretor do Banco do Brasil. Como Dilma resistiu, Maranhão pediu o cargo de diretor-geral do Departamento de Obras Contra a Seca (DNOCS). Dono de um patrimônio declarado de R$ 7,4 milhões, Maranhão luta por um salário de R$ 11.179 mensais, mas o que lhe interessa de verdade é a administração de cerca de R$ 890 milhões

para gastar em obras no Nordeste. A nomeação de Maranhão está enroscada porque o líder de seu partido na Câmara, deputado Henrique Eduardo Alves (RN), também quer o cargo no DNOCS para um amigo. Outro adversário duro é o senador Roberto Requião (PR). Ele avisou Palocci que não quer cargos, mas exige poder de veto. Requião não aceita que seu ex-vice no Paraná, Orlando Pessuti, seja nomeado para uma diretoria de Itaipu ou uma posição na Autoridade Pública Olímpica (APO), que vai cuidar das Olimpíadas de 2016 no Rio. Resultado: Pessuti ainda espera na fila.

A lista de políticos desempregados é democrática. As ex-governadoras Wilma Faria (PSB), do Rio Grande do Norte, e Ana Júlia Carepa (PT), do Pará, aguardam nela como simples mortais. As duas perderam eleições e queriam ser ministras. Mas as pretensões mudaram. Wilma aceita ser superintendente da Sudene e Ana Júlia se contenta com uma diretoria do Banco da Amazônia (Basa). Ana Júlia tem uma vantagem: é funcionária de carreira do Banco do Brasil. De acordo com auxiliares, a presidente Dilma Rousseff vai exigir experiência no setor de quem quiser ocupar diretorias e superintendências em bancos públicos. A exigência deveria ser óbvia, mas é uma novidade. Em geral, o critério técnico é levado a sério apenas em poucas áreas, como no Banco Central e na Receita Federal.

A ministra da Pesca, Ideli Salvatti (PT), adotou o critério familiar. Ela trabalha para manter o ex-marido Eurides Luiz Mercolotto na presidência da estatal Eletrosul. Ideli aproveita a proximidade com a presidente e com o ministro Antonio Palocci para interceder em favor do ex. Mas, como foi derrotada nas urnas, Ideli não é uma madrinha politicamente forte. Tanto que já foi avisada pelo Planalto de que o posto de Mercolotto deve ser entregue a outro partido ou a alguém de outra corrente do PT, que não a de Ideli.

Entre muxoxos, ameaças e caras feias, as disputas por cargos fizeram uma vítima. Pressionado pelas correntes de seu partido, o presidente do PT, José Eduardo Dutra, somatizou, teve problemas de pressão arterial, foi hospitalizado duas vezes e está de licença médica para tratar uma crise de depressão. Dutra administrava as pressões de colegas por cargos e até a ansiedade dele mesmo em conseguir um lugar na Esplanada. Ex-presidente da Petrobras no primeiro governo Lula e coordenador da campanha eleitoral de Dilma, Dutra é suplente do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE). Dutra acalentava o projeto de Valadares virar ministro e ele assumir uma vaga no Senado. Até agora isso não aconteceu. O caso de Dutra mostra que a disputa por cargos públicos é política, mas segue uma regra clássica da economia e do mercado de trabalho. Ela é regulada não só pelo excesso de demanda, mas também pela falta de oferta.

Data	Veículo	Título
15 Mai 2011	Canal Energia	**Eletrobras nega interesse em venda de ativos de distribuição**

Estatal mantém estudos para possíveis compras, mas ressalta que interesse da EDP em vender participação é novidade para mercado e não foi analisado pelo conselho

Danilo Oliveira, da Agência CanalEnergia, Negócios e Empresas

O resultado da Amazonas Energia (AM), um prejuízo de R$ 1,315 bilhão, foi o principal fator que influenciou o prejuízo das distribuidoras da Eletrobras em 2010, que chegou a R$ 1,433 bilhão, ante perda de R$ 322 milhões em 2009. A Eletrobras lucrou R$ 2,248 bilhões no ano passado. Apesar do resultado, o diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Eletrobras, Armando Casado de Araújo, afirmou nesta terça-feira, 17 de maio, que a holding não analisa ou tomou qualquer decisão no sentido de se desfazer dos ativos de distribuição.

Segundo o executivo, o conselho de administração está adotando medidas no sentido de sanar os prejuízos das distribuidoras."Não existe por parte da administração da companhia decisão sobre as distribuidoras. Não tenho informação adicional sobre qualquer proposta de reestruturação da empresa", comentou Araújo, que participou de teleconferência com analistas sobre os resultados da Eletrobras em 2010.

As distribuidoras de Alagoas e Rondônia também tiveram prejuízos no ano passado: R$ 43 milhões e R$ 69 milhões, respectivamente. As empresas do Piauí e Acre reverteram perdas e tiveram lucro de R$ 14 milhões e R$ 13 milhões, respectivamente.

O diretor de RI da estatal destacou, entre as providências, o financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (Bid) para combate às perdas nas distribuidoras, além da redução do quadro de PMSO (Pessoal, Material, Serviços e Outras Despesas) para os níveis da empresa de referência.

EDP - Em contrapartida, Araújo contou que a Eletrobras continua estudando a compra de ativos. No entanto, o executivo negou que o conselho administrativo da companhia analise a possibilidade de compra de uma fatia na EDP Energias do Brasil, cuja holding (EDP - Energias de Portugal), anunciou interesse de vender até 14% do capital da companhia.

"Não deixamos de estudar nenhuma possibilidade de [compra de] ativos. Nesse caso ainda estamos muito incipientes. A notícia foi jogada para o mercado e ainda não nos voltamos a fazer esse estudo. Não houve reuniões após essa informação e essa decisão ainda não foi tomada pelo conselho de administração", disse.

Data	Veículo	Título
17 Mai 2011	Canal Energia	**Eletrobras espera reduzir nível de perdas nas distribuidoras para padrão aceitável em 4 anos**

Projeto em parceria com Banco Mundial receberá US$ 700 milhões de investimentos

Danilo Oliveira, da Agência CanalEnergia, Negócios e Empresas

17/05/2011

A Eletrobras espera que, em até quatro anos, suas distribuidoras estejam dentro do nível aceitável de perdas estabelecido pela Agência Nacional de Energia Elétrica. Nesta terça-feira, 17 de maio, o presidente da estatal, José da Costa Carvalho Neto, explicou que, dos R$ 1,5 bilhão de prejuízos dessas empresas em 2010, R$ 750 milhões referem-se a perdas técnicas e comerciais somadas - o restante é atribuído a efeitos contábeis por conta do fim das concessões.

O executivo contou que na Amazonas Energia (AM), o nível atual de perdas atingiu os 42%, contra o limite de 20% estabelecido pela Aneel. Carvalho Neto explicou que, caso as empresas chegassem ao limite do nível regulatório, o prejuízo poderia cair de R$ 750 milhões para R$ 150 milhões. Ele reconheceu que as seis distribuidoras estão em situação delicada. "Muita coisa já foi feita e elas apresentam déficit grande", afirmou.

Carvalho Neto revelou que 15% dos consumidores das distribuidoras da holding passarão por um projeto piloto de monitoramento, em parceria com o Banco Mundial. Segundo o executivo, o foco será onde acredita-se que estão concentrados 65% do consumo e mais de 70% das perdas dessas empresas.

Ao todo, devem ser aplicados US$ 700 milhões no projeto, sendo US$ 500 milhões financiados pelo Banco Mundial e o restante proveniente de recursos próprios da estatal. Carvalho Neto adiantou que os US$ 200 milhões da Eletrobras devem ser liberados em breve, visando o ínicio dos trabalhos ainda esse ano. Dentre outras medidas, está prevista a utilização de medidores eletrônicos. A medição das seis distribuidoras será concentrada em Brasília (DF). A ideia do Banco Mundial é que esse projeto seja aplicado também em outros países.

O presidente da Eletrobras disse ainda que a Aneel deveria rever o valor da empresa de referência para as concessionárias do grupo. Segundo Carvalho Neto, as áreas com baixa densidade demográfica possuem mais dificuldades em relação ao restante do concessionário nacional. "Achamos que a Aneel precisa reconhecer o valor um pouco superior. A Aneel tem que subir o valor e temos que nos adaptar", avaliou. A Eletrobras controla distribuidoras no Amazonas, Rondônia, Roraima, Acre, Piauí e Alagoas.

Data	Veículo	Título
24 Mai 2011	Valor Econômico	**Eletrobras muda critérios para se associar em leilões**

Josette Goulart | De São Paulo

Energia: No Peru, estatal desistiu de parceria com a Odebrecht alegando que retorno pode não cobrir custo

A nova administração da poderosa estatal federal de energia elétrica quer dar uma guinada na forma de condução de seus negócios, a começar pelos critérios que vão definir futuras parcerias em diferentes leilões. O presidente da Eletrobras, José da Costa Carvalho Neto, que assumiu o comando da empresa há cerca de três meses, diz que as premissas de associação serão mais objetivas e que os retornos dos investimentos precisam ser privilegiados para alterar a rentabilidade da companhia, hoje em torno de 3% sobre seu patrimônio e com meta de chegar a 10%.

Se engana quem pensa que essa nova conduta está em um tempo futuro e que vai se limitar a definição de pequenas parcerias. No fim de março, os novos critérios foram decisivos para que a estatal desistisse, às vésperas do leilão de energia no Peru, de participar da disputa com uma tradicional parceira, a Odebrecht.

Carvalho Neto explica que a decisão foi tomada porque a Eletrobras avaliou que poderia não obter retorno suficiente para cobrir seu custo de capital. "Acreditamos que a Odebrecht foi otimista demais na previsão que fez de venda da energia no mercado à vista", disse o presidente da Eletrobras.

A estatal vive sob forte pressão depois que, nos últimos anos, entrou em diversas hidrelétricas, que estão em fase de construção, e que podem ter seus retornos comprometidos. A empresa é sócia da GDF Suez em Jirau, que está em negociação para o pagamento de um adicional de construção de mais de R$ 1 bilhão que vai elevar o investimento a R$ 13 bilhões. Além disso, a usina não vai entrar em operação com a antecipação prevista.

Em Belo Monte, onde a Eletrobras e suas controladas tem quase 50% do empreendimento, já se passou mais de um ano desde o leilão e a licença ambiental para início das obras ainda está pendente. A usina de Teles Pires, em que a controlada Furnas foi vitoriosa em sociedade com a Neoenergia, a tarifa que entrou para a história como a mais baixa em todos os leilões já realizados, de R$ 58,36, ainda está para mostrar que é capaz de remunerar os investimentos.

Na usina hidrelétrica de Chaglla, onde a Eletrobras não quis aportar seus investimentos, a Odebrecht garante que os retornos serão na casa dos dois dígitos acima do dólar. A empresa vai investir cerca de US$ 1 bilhão para construir a hidrelétrica que terá pouco mais de 400 MW de capacidade. No leilão, a empresa vendeu 284 MW, por quinze anos, que serão remunerados a US$ 46 o MWh. Mas no Peru, o mercado de energia difere do brasileiro. A potência da usina, por exemplo, também é remunerada e no caso de Chaglla o preço a ser considerado na receita é de US$ 55,52 o MWh. O vice-presidente financeiro da Odebrecht Energia, Marco Rabello, lembra ainda que a concessão, diferente do Brasil, é perpétua.

A Odebrecht Energia manteve a participação no leilão, mesmo sem a Eletrobras. A empresa já tinha a concessão e portanto a obrigação de construir a usina. De qualquer forma, além de investidora, a Odebrecht vai usar sua subsidiária de construção no país para a obra. O presidente da Eletrobras garante que não via problema no fato de a mesma empresa ser investidora e construtora do empreendimento.

Mas em novos leilões, esse será um critério a ser avaliado. A Eletrobras está realizando chamada pública de potenciais sócios para o leilão de eólicas que acontece em julho e o presidente da estatal diz que aqueles que levarem projetos que tenham serviços contratados com os próprios sócios perdem pontos nos critérios de avaliação. A empresa vai exigir ainda governança em cada fase da execução do empreendimento e o retorno mínimo em função do custo de capital. Planos de negócios claros também terão que ser apresentados.

Data	Veículo	Título
24 Mai 2011	Valor Econômico	**Usinas têm déficit de R$ 635 milhões**

De São Paulo

As novas regras de contabilidade também deram motivos para que a Eletrobras passe a ter critérios objetivos para se associar em leilões. Debaixo das normas do IFRS, que são as regras internacionais adotadas em 2010 pelas empresas brasileiras, as empresas de geração terão que a cada ano apontar suas usinas deficitárias. Em seu último balanço, três hidrelétricas estavam na lista da Eletrobras: Simplício, Batalha e Passo São João. Juntas elas terão um sobrecusto de R$ 635 milhões, ou seja, a receita dos empreendimentos não será suficiente para cobrir os investimentos realizados.

O diretor financeiro da empresa, Armando Casado, explica que todos os empreendimentos, inclusive aqueles em fase de construção, passarão por reavaliações que mostram os investimentos e receitas a valor presente (no jargão contábil é chamado de 'impairment').

Casado explica que no caso das usinas de Simplício e Batalha a elevação do custo dos financiamentos com a crise de 2008 e 2009 colocaram as usinas em situação de déficit. Simplício, entretanto, é uma usina de 333 MW em que a controlada Furnas teve que renegociar o contrato de construção.

Com a obrigação de a cada ano reavaliar custos, obrigações e receitas, a empresa terá que ficar atenta aos contratos de construção que fecha. Por enquanto, segundo Casado, Jirau não está deficitária, mas as renegociações com a construtora Camargo Corrêa podem afetar a companhia. De qualquer forma, essa análise pode mudar a cada ano em função da energia vendida no mercado livre, ou como explicou Casado, em função do custo de financiamento.

Data	Veículo	Título
22 Jun 2011	Valor Econômico	**Rombo nas distribuidoras da Eletrobras cresce 35%**

Josette Goulart | De São Paulo

O passivo a descoberto das distribuidoras de energia da Eletrobras cresceu cerca de 35% nos três primeiros meses do ano.

As demonstrações financeiras do primeiro trimestre da estatal, divulgado na segunda-feira à noite, apontam um passivo de curto prazo a descoberto de R$ 735 milhões, comparado a R$ 550 milhões em dezembro.

A exemplo do que fez no parecer das demonstrações financeiras anuais, a PricewaterhouseCoopers voltou a suscitar dúvidas sobre a continuidade operacional das distribuidoras do grupo.

O maior problema está localizado na Amazonas Energia, que atende o Estado na região Norte do país. A empresa tem um passivo circulante a descoberto de R$ 534 milhões e é a que mais tem gerado prejuízo para o grupo Eletrobras. No primeiro trimestre, a distribuidora teve perdas de R$ 174 milhões e sua margem operacional está negativa em quase 20%. O próprio Ebitda da empresa, o lucro antes dos juros, impostos, amortização e depreciação, foi negativo em R$ 64 milhões. Já nos resultados consolidados de 2010 a empresa apurou um prejuízo de R$ 1,13 bilhão, em parte explicado pelas mudanças das regras contábeis.

As cinco distribuidoras federalizadas sob gestão da Eletrobras que têm a contabilidade destacada de outras subsidiárias - Amazonas, Alagoas, Piauí, Rondônia e Roraima - registraram juntas um prejuízo de R$ 256 milhões no trimestre. A única que teve lucro no período foi a Distribuição Alagoas, com R$ 280 mil positivos. Mas no quesito resultado operacional todas tiveram resultados negativos. A Eletrobras ainda é dona da distribuidora do Acre, mas a contabilidade dessa empresa está consolidada no balanço de outra subsidiária da estatal, a Eletronorte.

O rombo das distribuidoras foi exposto pela primeira vez no balanço anual de 2010, que foi divulgada em maio deste ano. Naquela oportunidade, o então presidente das distribuidoras, hoje assessor da presidência da empresa, Pedro Hosken, disse ao Valor que a solução para as empresas, sendo elas públicas, são de longo prazo. Ele explicou que na Amazonas Energia a grande dificuldade tem sido controlar as perdas da empresa. Disse ainda que a solução passará por injeção de capital por parte da Eletrobras. Desde 2008, cerca de R$ 5 bilhões em dívidas das seis distribuidoras com a holding foram transformadas em capital até o ano passado. Mesmo assim, as empresas continuam em dificuldades.

Pelos números divulgados pela Eletrobras, um dos principais motivos dos prejuízos na atividade de distribuição se deveu ao crescimento dos custos do serviço em cerca de 40%, enquanto a receita líquida cresceu menos de 30%. Segundo alguns analistas, isso reflete o crescimento do custo operacional das companhias, que não é integralmente repassado para a tarifa. A única abertura de custos operacionais feita pela empresa foi a da Distribuição Alagoas, onde os gastos cresceram de R$ 28 milhões no primeiro trimestre de 2010 para R$ 52 milhões nos primeiros três meses deste ano.

Os gastos em geral das empresas da Eletrobras têm registrado crescimento. As despesas gerais e administrativas cresceram cerca de 10% no primeiro trimestre do ano e somaram R$ 5,8 bilhões. A empresa registrou lucro no período de R$ 1,3 bilhão, o que representou um crescimento de 672% em relação ao ano passado.

Os números da Eletrobras são altamente influenciados pelo comportamento dos indexadores da dívida de Itaipu, que é atrelada ao dólar e à inflação americana e por isso varia de um ano para o outro. No primeiro trimestre de 2010, por exemplo, as operações de repasse de Itaipu resultaram em um prejuízo de R$ 600 milhões. Neste ano, apresentaram lucro de R$ 634 milhões. De qualquer forma, a Eletrobras também credita o aumento do lucro aos ganhos das empresas controladas, que cresceu 21% no período, chegando a R$ 956 milhões.

Data	Veículo	Título
26 Jun 2011	O Estado de S. Paulo	**Nomeador-geral, Sarney dribla as demandas da base**

Nomeador-geral, Sarney dribla as demandas da base

Presidente do Senado mantém forte influência em indicações para estatais, bancos públicos, agências reguladoras e ministérios

João Domingos / BRASÍLIA

Espécie de nomeador-geral da República, o presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), paira acima da briga diária e quase insana dos partidos aliados para garantir nas estatais e no segundo e terceiro escalões do governo um lugar a seus afilhados. Sozinho, Sarney garantiu mais nomeações do que a maioria dos partidos envolvidos na disputa.

A força de Sarney é tamanha que, em alguns casos, ele consegue influir na escolha de um nome mesmo sem o conhecer. Foi o que aconteceu com a indicação de Eurides Mescolotto para a presidência da Eletrosul.

Ex-marido da ministra Ideli Salvatti (Relações Institucionais), o nome de Mescolotto só foi confirmado na direção da estatal, no governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), depois de Ideli recorrer à ajuda de Sarney.

Agora, transcorridos quase seis meses de governo de Dilma Rousseff, o ex-marido de Ideli continua firme na direção da Eletrosul, apesar da pressão pela troca originada no PT, partido da presidente e de Mescolotto.

O nome sugerido para o lugar foi o do ex-deputado Cláudio Vignatti (PT-SC). Mas Dilma não se comoveu e manteve Mescolotto. Vignatti acabou nomeado para a Secretaria de Relações Institucionais, como sub do então ministro Luiz Sérgio que, há menos de 20 dias, foi para o Ministério da Pesca e cedeu o lugar para Ideli Salvatti.

Listas. Na semana passada, o PMDB foi a Ideli pedir que fossem nomeados 48 nomes indicados ao governo ainda em janeiro. Deixou a reunião com a promessa de que os pleitos serão atendidos dentro das possibilidades, porque as vagas são poucas.

O governador do Ceará, Cid Gomes (PSB), entregou uma nova lista de afilhados para a ministra. Cid argumentou que era a mesma do início do governo, mas tomara o cuidado de levá-la novamente a Ideli porque talvez o ex-ministro Antonio Palocci (Casa Civil) a tivesse perdido.

Pois Sarney, sem enfrentar fila, nomeou no início da semana para o Conselho Consultivo da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) os jornalistas Fernando Cesar Mesquita, diretor de Comunicação do Senado, e Virgínia Galvez, responsável pela expansão da rede de TVs do Senado. Fernando Cesar disse que Sarney garantiu as nomeações porque os dois precisam fazer contato frequente com a Anatel, por causa do projeto de criação de uma rede de emissoras da TV do Senado. Disse que o cargo não tem remuneração e que o Senado tem direito a duas indicações, assim como a Câmara.

De acordo com a assessoria de Sarney, o presidente do Senado aparece como responsável por muitas nomeações porque ele costuma ser procurado pelas bancadas dos partidos e pelos governadores para interceder por alguém. Desse modo, acaba se tornando o grande nomeador na República.

O fato é que dos seis ministros do PMDB, Sarney garantiu dois. Primeiro, Edison Lobão para o Ministério de Minas e Energia, durante o governo de Lula. Lobão foi reaproveitado por Dilma para a mesma função. Em segundo lugar, Sarney pôs o deputado Pedro Novais (MA) no Turismo, atendendo também o pedido da bancada do PMDB na Câmara.

Consórcio. A influência de Sarney no setor elétrico é tanta que alguns políticos afirmam que o sistema Eletrobrás é administrado por um consórcio: Dilma/Sarney. A assessoria do presidente do Senado, no entanto, afirma que Sarney perdeu espaço, porque seu maior afilhado – José Antonio Muniz, presidente da Eletrobrás durante o governo de Lula – deu lugar a José da Costa Carvalho, apoiado pelo PT. Mas Sarney garantiu na presidência de Furnas o afilhado Flávio Decat.

A mão de Sarney está em estatais como a Transpetro, na direção de agências reguladoras, como a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e a Anatel, no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), na Petrobrás, na Eletronorte, no Banco da Amazônia e na Caixa Econômica Federal, entre outros (veja o quadro nesta página).

Nepotismo. A decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de proibir o nepotismo nos órgãos públicos atingiu o clã Sarney. Pelo menos sete membros da família passaram pelo Senado nos últimos 20 anos e, por causa do STF, tiveram de ser afastados.

São eles: Ivan Celso Furtado Sarney, irmão; Shirlei Pinto de Araújo, cunhada; João Fernando Michels Gonçalves Sarney, neto; Rosângela Terezinha Michels Gonçalves, nora; Isabella Murad Cabral Alves dos Santos, sobrinha de Jorge Murad, genro; Maria do Carmo de Castro Macieira, sobrinha e Vera Portela Macieira Borges, também sobrinha.

● Gratidão

A deferência com a qual o governo trata Sarney se explica pela importância do ex-presidente na governabilidade. No governo Lula, o petista disse ser grato a ele pela ajuda na crise do mensalão.

O NOMEADOR-GERAL DA REPÚBLICA

● Exemplos da influência do presidente do Congresso em postos-chave do governo Dilma Rousseff e do Senado

16 INDICADOS

2 MINISTÉRIOS	Edison Lobão	Minas e Energia
	Pedro Novais	Turismo
2 ESTATAIS	Paulo Roberto da Costa	Petrobrás
	Sérgio Machado	Transpetro
4 AGÊNCIAS REGULADORAS	Fernando Brito Fialho	Antaq
	Emília Maria Ribeiro	Anatel
	Fernando C. Mesquita	Anatel
	Virgínia Galvez	Anatel
3 SETOR ELÉTRICO	Tito C. de Oliveira Neto	Eletronorte
	Eurides Mescolotto	Eletrosul
	Flávio Decat	Furnas
2 BANCOS PÚBLICOS	Evandro B. de Lima Filho	Banco da Amazônia
	Sérgio P. Rodrigues	Caixa Econômica
2 CARGOS NO SENADOS	Doris Marize Peixoto	Diretora-geral
	Alberto Cascais	Advogado-geral
1 AUTARQUIA	Mauro Hauschild	INSS

INFOGRÁFICO/AE

Data	Veículo	Título
10 Jul 2011	Correio Braziliense	**Ex-ministros buscam refúgio nos conselhos**

Integrantes do primeiro escalão na gestão Lula ocupam postos com altos salários e pouco trabalho nas estatais

» Izabelle Torres / Leandro Kleber

Antigos comandantes de ministérios que conquistaram a confiança do ex-presidente Lula não ficaram desamparados ao deixarem os cargos quando Dilma Rousseff assumiu o poder. Com cargos bem remunerados e funções que exigem pouco esforço, ex-ministros são conselheiros em estatais e recebem remunerações que chegam a R$ 15 mil para participarem, geralmente, de apenas uma reunião mensal. Além dos ex-ministros, há vagas reservadas para figurões de outras legendas que perderam cargos maiores ou foram para a geladeira depois de se envolverem em escândalos.

Na lista de petistas enrolados, mas não esquecidos pelo partido, está o tesoureiro do PT, João Vaccari Neto. Ele é réu em ação por desvio de dinheiro da Bancoop - o esquema incluiria caixa dois eleitoral. O escândalo lesou cerca de 3 mil pessoas. Denunciado pela tentativa e prática de estelionato, formação de quadrilha ou bando, e falsidade ideológica, Vaccari ocupa uma vaga em Itaipu, considerado a elite dos conselhos, com salário de R$15 mil.

No mesmo conselho estão o ex-chanceler Celso Amorim, o ex-ministro de Ciência e Tecnologia Roberto Amaral além do ex-deputado federal Alceu Collares (PDT-RS). Também ex-governador gaúcho, Collares recebeu o agrado depois de declarar apoio à candidatura de Tarso Genro (PT) ao governo do Rio Grande do Sul à revelia do próprio partido. Nome constante no setor elétrico, Antônio Muniz perdeu o cargo de presidente da Eletrobras, mas se manteve como diretor da empresa e compõe a elite do conselho da estatal. Ele e Silas Rondeau, ex-titular de Minas e Energia no governo Lula, são tradicionais aliados do clã Sarney. O ex-ministro é conselheiro da Petrobras, com vencimento de R$ 10 mil.

Salários extras

A remuneração mensal para quem ocupa uma cadeira nos colegiados de empresas públicas não pode ultrapassar 10% do salário médio dos diretores das companhias - normalmente elevados. O valor incrementa até os salários dos que ainda compõem o primeiro escalão do governo. No caso da Petrobras, por exemplo, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, é membro do conselho de administração e recebe o mesmo que Rondeau. A esse jetom soma-se o salarial de R$ 26,7 mil do cargo na Esplanada, teto constitucional. O comandante do ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel, também ultrapassa o piso salarial graças à participação no conselho do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES), que lhe rende os mesmos R$ 10 mil de Mantega.

A ministra do Planejamento, Miriam Belchior, tem assento na Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf) e recebe da estatal pouco mais de R$ 3 mil. Para acabar com a possibilidade de pagamentos de supersalários, a ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, apresentou projeto no Senado para que nenhum servidor público ganhasse mais do que a remuneração dos ministros do Supremo Tribunal Federal. Quem recebe o teto salarial teria de participar gratuitamente dos conselhos. O projeto não conta com o apoio declarado dos parlamentares.

Data	Veículo	Título
11 Jul 2011	O Popular (GO)	**Aneel retoma análise sobre Celg**

Agência enviou documento que determina prazo de 30 dias para apresentação de defesa e plano de ações

Fabiana Pulcineli

O risco de ter a concessão cassada por conta da má gestão financeira volta a rondar a Celg. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) retomou no mês passado procedimentos que visam à análise de possível abertura de processo de caducidade (extinção da concessão).

A Aneel enviou à Celg, no dia 16 de junho, amplo documento, chamado Termo de Intimação, que determina prazo de 30 dias para apresentação de defesa e de plano de ações que estabeleça "180 dias para correção definitiva das falhas e transgressões à legislação e ao contrato de concessão".

O POPULAR teve acesso com exclusividade ao documento, de 146 páginas, que detalha a situação financeira da Celg, com quase R$ 7 bilhões de dívidas, e aponta para grandes dificuldades de equilíbrio das contas.

O relatório feito pela Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira (SFF) da Aneel destaca o desequilíbrio: "A combinação de baixa eficiência operacional com custo financeiro do elevado endividamento dificulta cada vez mais a perspectiva de saneamento financeiro da concessionária".

Ao final, lembrando as sucessivas tentativas de negociação da estatal goiana, a superintendência recomenda: "Tendo em vista a recorrência de insucessos de todos os planos econômico-financeiros, esta superintendência recomenda o início do processo de caducidade da concessão da Celg, com objetivo de evitar o agravamento da situação financeira que prejudica toda a sociedade (agentes do setor elétrico, consumidores e contribuintes)".

O relatório da agência reguladora afirma que o endividamento líquido de curto e longo prazo em 31 de dezembro de 2010 corresponde a 31,1 vezes a geração de caixa bruta operacional do exercício de 2010. "Neste patamar de solvência, a Celg é tecnicamente incapaz de honrar com suas obrigações de caixa", afirmam os técnicos.

O documento inclui dados sobre fiscalizações da agência e problemas da Celg desde 1999 até o primeiro quadrimestre deste ano.

Negociações

A avaliação da concessão já havia sido incluída na pauta de reunião da diretoria da Aneel em abril do ano passado, inclusive com designação do relator, mas foi retirada por conta dos avanços nas negociações entre governos estadual e federal para solucionar os problemas da companhia.

Na ocasião, o Estado submetia à Assembleia Legislativa projeto de lei que autorizava empréstimo de R$ 3,7 bilhões para aplicação na Celg. Tratava-se da quinta proposta de recuperação da empresa desde 2002.

Depois de eleito governador, Marconi Perillo (PSDB) atuou fortemente contra o acordo ameaçando não cumprir o contrato com a Caixa Econômica Federal. O tucano era contrário ao repasse de parte da primeira parcela do empréstimo para o caixa do Estado, em referência ao ICMS devido pela Celg. Na visão de Marconi, o governo deveria fazer encontro de contas e aplicar todo o empréstimo na companhia.

A operação foi cancelada e, desde o início do ano, o governo já apresentou três propostas de recuperação para a estatal goiana. A última tentativa de negociação prevê acordo com a Eletrobras para transferência de parte das ações como compensação de uma parcela da dívida, de quase R$ 2 bilhões. Segundo o governo, ainda não houve resposta por parte da estatal federal.

A Eletrobras manifestou interesse em obter a maior parte das ações da Celg, mas o governo garante que mantém o compromisso de não estudar a federalização ou privatização da companhia.

Processo

A assessoria de imprensa da Aneel informou à reportagem que as solicitações feitas pela Aneel fazem parte de uma fase de fiscalização econômico-financeira, que reúne dados para avaliar a necessidade de abertura de processo de caducidade.

Segundo a assessoria, a instauração ou não do processo é decidida pelos diretores em reunião, mas não há previsão para análise do caso Celg. A assessoria também destaca que cabe à Aneel apenas a recomendação de cassação e que a palavra final é do Ministério de Minas e Energia.

A equipe da Aneel informou ainda que não poderia dar detalhes da fase atual porque ela ocorre em sigilo. A assessoria também não esclareceu o que motivou a retomada dos procedimentos que visam à abertura do processo.

Concessão

A concessão da Celg vence em 2015, segundo contrato assinado em 2000. A União estuda renovar até 2035 os contratos com concessionárias de todo o País, mas ainda não há decisão a respeito.

A Lei número 8.987, de 1995, estabelece que a declaração de caducidade pode ocorrer em caso de falhas da concessionária na execução do contrato, como descumprimento de cláusulas, perda de condições econômicas para manter a adequada prestação de serviços, inadimplência e descumprimento de penalidades impostas.

A lei ainda determina que, declarada a caducidade, não caberá à União qualquer responsabilidade sobre encargos, obrigações ou compromissos com terceiros e empregados da concessionária.

A Celg tem cerca de 7,5 mil funcionários. Os termos da lei que trata da caducidade foram incluídos no relatório entregue à direção da companhia no mês passado.

Data	Veículo	Título
12 Jul 2011	Valor Econômico	**Argentina subsidia energia com US$ 1,6 bi**

De São Paulo

A Argentina vai conceder 6,7 bilhões de pesos (US$ 1,64 bilhão) em subsídios para o setor de energia. A medida, publicada ontem no Diário Oficial, foi tomada duas semanas depois de o governo ter anunciado reduções no fornecimento de gás a cerca de 300 indústrias para evitar que as famílias recebam menos combustível - crucial no inverno para os sistemas de aquecimento.

O governo argentino já gasta mais de 3% do PIB em subsídios para manter praticamente congeladas, desde a megadesvalorização do peso em 2002, as tarifas de serviços públicos como energia elétrica e ônibus urbanos.
As baixas temperaturas do inverno ameaçam comprometer o sistema elétrico do país - embora até agora não tenha havido apagões como em anos anteriores. No interior, no entanto, já falta combustível em algumas áreas em consequência de problemas estruturais de baixa produção do setor energético argentino.

A maior fatia dos subsídios (4,7 bilhões de pesos) será destinada à Cammesa e outros 2,04 bilhões de pesos à Enarsa, empresas encarregadas da importação de energia de países vizinhos.

A Argentina recebe atualmente mais de 7 milhões de metros cúbicos de gás da Bolívia e 18 milhões vindos em navios cargueiros que transportam gás líquido para plantas de regaseificação.

Segundo a imprensa argentina, cálculos conservadores estimam que essas operações custarão à Argentina este ano mais de US$ 2,6 bilhões - o que equivale a três ou quatro vezes o que foi gasto no ano passado.

Pela decisão publicada ontem, a maior parte dos recursos virá do Fundo Fiduciário para o Desenvolvimento Provincial - um caixa especial de onde o governo saca recursos em situações de emergência.

Uma fatia menor virá também de um crédito concedido pelo banco de promoção às exportações, o Eximbank, da China.

Antes da decisão do governo de ampliar os subsídios à energia, a estimativa era que os gastos com subsídios em todos os setores da economia neste ano chegassem a pelo menos US$ 13,5 bilhões. Mesmo nas estimativas mais conservadoras, isso equivale a todo o dinheiro arrecadado com os impostos às exportações de produtos agrícolas que estiveram no centro da maior crise política do mandato da presidente Cristina Kirchner - ou aos juros pagos anualmente aos credores externos após a reestruturação da dívida pública em moratória.

Data	Veículo	Título
13 Jul 2011	Correio Braziliense	**O modelo de Belo Monte**

Coluna Brasil S/A
O modelo de Belo Monte

A presidente Dilma Rousseff se apegou à idéia da menor tarifa ao promover com sucesso a concessão de rodovias enquanto ministra do governo Lula, obtendo valores de pedágios muito mais baixos que os fixados pelos governos tucanos em São Paulo. Replicada na usina de Belo Monte, porém, o conceito da tarifa módica afastou as empresas mais fortes. No fim, o governo teve de aumentar o aporte estatal e os subsídios, estatizando virtualmente o custo da hidrelétrica.

É possível que a tarifa a ser cobrada quando Belo Monte começar a gerar energia seja como Dilma quis, módica, mas graças ao subsídio público. Com o trem-bala, dizem as empreiteiras, nem isso haveria, já que nele o maior bocado do capital investido seria privado.

Data	Veículo	Título
14 Jul 2011	O Popular (GO)	**Presidente da Celg rebate declarações de Lula**

Marcellus Araújo

No fim da tarde desta quinta-feira (14), o presidente da Celg e vice-governador de Goiás, José Eliton (DEM), rebateu as declarações dadas pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ontem (13), durante jantar com aliados do PT e PMDB no apartamento do prefeito Paulo Garcia (PT).

Eliton disse que sempre tratou a questão da Celg com "viés estritamente técnico". "Lula foi infeliz nas suas declarações. Ele busca sempre politizar as questões", asseverou. Ontem, Lula acusou o governador Marconi Perillo (PSDB) de ser o responsável pelo fracasso do empréstimo acordado em dezembro passado.

"Fiz de tudo por essa negociação e ele não deixou sair. Agora se não sair, a culpa é dele", comentou Lula. "Lamento as declarações de Lula, que presta um desserviço à sociedade", atacou Eliton.

O presidente da estatal voltou a afirmar que o empréstimo aprovado para a Celg no fim do ano passado, sob a gestão do então governador Alcides Rodrigues (PP), não salvaria a empresa de forma concreta. Segundo Eliton, a operação encerraria a capacidade de endividamento do Estado.

Ele contou ao POPULAR que Marconi, em conversa nesta manhã com a presidente Dilma Rousseff, durante reunião desta com os governadores do Centro-Oeste, tratou sobre o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) que será feito para beneficiar a região do Entorno do Distrito Federal. O principal tema falado foi a violência.

Sobre a Celg, Eliton disse que Marconi conversou "rapidamente" com Dilma, e que ele se mostrou receptiva a futuras tratativas.

Data	Veículo	Título
15 Jul 2011	O Popular (GO)	**José Eliton diz que operação pela Celg foi "uma farsa"**

Marcellus Araújo

O vice-governador José Eliton (DEM), que preside a Celg, afirmou ontem que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi "infeliz" ao criticar o governador Marconi Perillo (PSDB) por ser o responsável pelo fracasso do empréstimo de R$ 3,7 bi para sanar dívidas da estatal. A negociação foi feita no fim da gestão de Alcides Rodrigues (PP), mas Marconi ameaçou não honrar o compromisso.

"Lula foi extremamente infeliz nas declarações, tratando a questão com a superficialidade costumeira. Ele jamais entra nos temas com solidez nos argumentos. Busca apenas politizar matérias que devem ser tratadas com critérios técnicos", rebateu.

Em jantar no apartamento do prefeito Paulo Garcia (PT), anteontem, Lula disse, em meio a aliados, que fez "de tudo por essa negociação e ele (Marconi) não deixou sair. Agora se não sair, a culpa é dele".

"Lamento profundamente as declarações de Lula. Ele presta um desserviço à nação brasileira, ao não se atentar à importância da matéria", criticou o democrata.

Eliton acusou a operação negociada por Alcides e Lula de ser "peça de propaganda, uma farsa". Todo o recurso, segundo ele, serviria para pagar obrigações da empresa com o governo federal. Além disso, o presidente da estatal disse que não havia previsão de incremento financeiro para a Celg.

"O ex-presidente deveria se atentar às companhias com quem ele tem andado em Goiás", alfinetou Eliton.
Marconi tratou o caso em tom mais brando. Ele disse ontem que "o Estado está de portas abertas" para Lula. Pediu ajuda do petista e disse que não está interessado em "polemizar com ninguém".

Em nota, o secretário de Articulação Institucional, Daniel Goulart, disse, em nome do governo, que se Marconi "não tivesse atuado na questão da Celg, o dinheiro do empréstimo seria desviado".

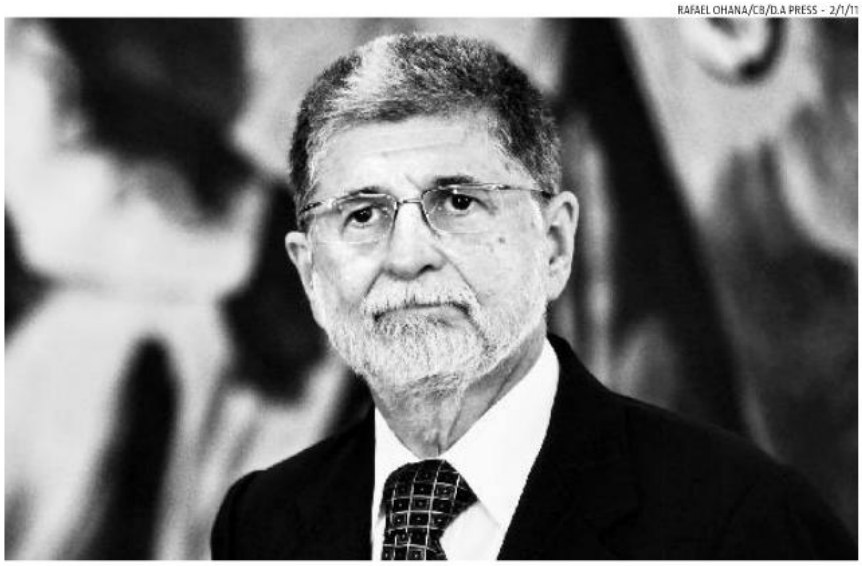
Data	Veículo	Título
15 Jul 2011	Jornal do Commercio (RJ)	**Aliados recebem vagas em conselhos de estatais**

GOVERNO - Com remunerações que chegam a R$ 15 mil para participar de apenas uma reunião mensal, ministros e ex- ministros engordam os salários

Aliados recebem vagas em conselhos de estatais

IZABELLE TORRES
E LEANDRO KLEBER

RAFAEL OHANA/CB/D.A PRESS - 2/1/11



Ex-ministro Celso Amorim ocupa uma vaga no Conselho de Itaipu. Exemplo é seguido por muitos

Antigos comandantes de ministérios que conquistaram a confiança do ex-presidente Lula não ficaram desamparados ao deixar o cargo nas mudanças feitas por Dilma Rousseff, quando assumiu o poder. Pelo contrário. Com cargos bem remunerados e funções que exigem pouco esforço, ex-ministros ocupam postos de conselheiros em estatais e recebem remunerações que chegam a R$ 15 mil para participar geralmente de apenas uma reunião mensal. Abrigados na máquina pública estão, por exemplo, os ex-ministros Celso Amorim (Relações Exteriores) e Silas Rondeau (Minas e Energia).

Há vagas também reservadas para figurões de outras legendas que perderam cargos maiores que ocupavam e para companheiros do PT que tiveram de ir para geladeira depois de se envolverem em escândalos. Na lista de petistas bem colocados em estatais que não foram esquecidos pelo partido, apesar dos rolos e dos processos criminais, está, por exemplo, o ex-tesoureiro do PT João Vacari Neto. Ele é réu em ação por conta de desvio de dinheiro da Bancoop, supostamente para fazer caixa dois para a legenda. O escândalo que envolveu a cooperativa lesou cerca de 3 mil pessoas. Denunciado por estelionato e tentativa de estelionato, formação de quadrilha ou bando e falsidade ideológica, o companheiro dos petistas ocupa uma vaga no Conselho de Itaipu, considerado a elite dos conselhos porque paga cerca de R$15 mil a seus membros.

No mesmo conselho de Vacari está o ex-ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim e o ex-deputado federal Alceu Collares (PDT-RS), que

em 2010 enfrentou seu partido ao declarar apoio à candidatura de Tarso Genro (PT) ao governo do Rio Grande do Sul, em detrimento da de José Fogaça, do PMDB.

ABRIGO. O espaço aberto para o pedetista Alceu Collares como forma de recompensá-lo pela fidelidade aos petistas é um dos muitos exemplos que demonstram que os conselhos das estatais também servem para abrigar integrantes de legendas aliadas que perderam espaço no primeiro escalão do governo. Roberto Amaral, do PSB, foi ministro de Ciência e Tecnologia do governo Lula e hoje está no conselho de Itaipu.

Antonio Muniz, aliado de primeira hora do clã Sarney, perdeu o cargo de presidente da Eletrobrás, mas se manteve como diretor da empresa e compõe a elite do conselho da estatal. Silas Rondeau, ex-ministro de Minas e Energia do governo Lula – também graças à indicação do PMDB de José Sarney – é membro do conselho da Petrobras e recebe em torno de R$ 10 mil.

SALÁRIOS EXTRAS. Além de prestígio, os conselhos das estatais oferecem benefícios e uma boa quantia no fim do mês. A remuneração mensal para quem ocupa uma cadeira nos colegiados de empresas públicas não pode ultrapassar 10% do salário médio dos diretores das companhias. Mas, como os vencimentos da diretoria são elevados, o valor se torna bastante significativo e incrementa os salários dos que atualmente compõem o primeiro escalão do governo.

No caso da Petrobras, por exemplo o ministro da Fazenda, Guido Mantega, é membro do conselho de administração e recebe em torno de R$ 10 mil como conselheiro. A esse jeton, soma-se o salário de R$26,7mil do cargo no ministério, que já é o teto constitucional. O ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel, também ultrapassa o piso salarial graças à sua participação no conselho do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES), que lhe rende cerca de R$ 10 mil por mês.

A ministra do Planejamento, Miriam Belchior, participa como conselheira da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf) e recebe da estatal de pouco mais de R$3 mil.

Para acabar com a possibilidade de pagamentos de supersalários que unem o teto constitucional e jetons de estatais, a atual ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, apresentou projeto quando assumiu mandato no Senado para regulamentar o artigo 37 da Constituição Federal. Pela proposta, nenhum servidor público pode ganhar mais que a remuneração de ministro do Supremo Tribunal Federal. Na prática, quem já recebe o teto salarial teria de participar gratuitamente dos conselhos. O projeto está em fase inicial e não conta com o apoio declarado dos parlamentares.

Data	Veículo	Título
20 Jul 2011	Revista IstoÉ	**Os olheiros de Dilma**

Obrigada a escolher ministros por pressão política, a presidente escala funcionários de sua estrita confiança nos postos que considera mais sensíveis

Sérgio Pardellas

Em meio à crise no setor de Transportes, um personagem emergiu no noticiário político: Hideraldo Caron, diretor de Infraestrutura Rodoviária do Dnit, os olhos da presidente Dilma Rousseff no órgão. Filiado ao PT do Rio Grande do Sul, Caron foi quem manteve Dilma informada sobre o andamento das obras na pasta desde o início do ano. A atuação de Caron encontra paralelo em outros órgãos do governo. Preocupada, sobretudo, com a gestão da máquina administrativa, e em acabar com eventuais irregularidades e gargalos da administração pública, Dilma mantém nos ministérios e estatais outras pessoas de sua estrita confiança, designadas para atuar como uma espécie de olheiros do Planalto. São pelo menos seis servidores mais próximos da presidente que, quando solicitados, fazem relatos para ela sobre o andamento dos principais programas das pastas em que atuam. "São os fiéis escudeiros de Dilma no governo. Pessoas com as quais ela gosta de estabelecer uma interlocução frequente", conta um auxiliar da presidente.

Para não dizer que pairam desconfianças sobre os titulares dos ministérios e afastar a tese de que os ministros estão sendo monitorados, no Palácio do Planalto a justificativa é de que é tudo uma questão de afinidade. Quando surgem dúvidas, Dilma recorre a eles. Na maioria das vezes, quem faz o meio campo entre Dilma e esses funcionários de alto escalão é a ministra do Planejamento, Miriam Belchior. Como ocorreu no dia 17 de junho, quando Miriam e a secretária Nacional de Habitação, Inês Magalhães, conversaram pelo menos uma hora sobre projetos tocados pelo ministro das Cidades, Mário Negromonte. Miriam queria saber sobre as liberações de dinheiro para obras do PAC, que hoje ocorrem num ritmo mais lento do que o desejado pela presidente Dilma. A conversa aconteceu antes da gravação do programa "Bom Dia, Ministro", produzida pela Secretaria de Imprensa da Presidência da República. Parceira de carteado de Miriam, Inês Magalhães está na secretaria desde 2003 e goza da total confiança de Dilma. Por pouco não foi promovida a ministra das Cidades no início do governo. Mas a presidente teve de se render às pressões do PP, interessado em manter o controle da pasta.

Outro que só não é titular do ministério por causa da necessidade de uma composição política, nesse caso com o PMDB de Edison Lobão, é o secretário-executivo de Minas e Energia, Márcio Zimmermann. Ele é considerado por todos no governo como o homem de Dilma no setor elétrico. Durante o episódio do blecaute que atingiu oito Estados do Nordeste, em fevereiro deste ano, foi Zimmermann que Dilma procurou primeiro pedindo explicações. "Foi ou não pane no sistema de segurança. Foi ou não?", repetia Dilma. A presidente só sossegou quando recebeu as explicações detalhadas do secretário-executivo. Zimmermann havia sido colega de Dilma no governo Olívio Dutra (PT) e, desde então, os dois mantêm uma relação baseada na admiração e confiança mútuas.

Os ministros políticos ficam enciumados com o tratamento diferenciado conferido muitas vezes aos servidores de perfil mais técnico. A verdade é que muitos dos integrantes do primeiro escalão ainda não conseguiram entender o estilo Dilma de governar. "É um estilo diferente. As pessoas precisam se adaptar", diz o senador Eunício Oliveira (PMDB-CE), integrante da base aliada no Congresso. Dilma costuma dizer que prefere os técnicos aos políticos. "Com eles o diálogo flui melhor. O foco dela é na gestão", atesta um assessor de Dilma. Daí a necessidade de monitorar permanentemente os trabalhos e os programas em diferentes ministérios.

No setor energético, a presidente também nutre uma grande simpatia pelo diretor de Planejamento e Engenharia da Eletronorte, Adhemar Palocci. Irmão do ex-ministro da Casa Civil, Antônio Palocci, Adhemar é o principal interlocutor de Dilma na estatal desde o governo Lula. Na ocasião, ainda ministra da Casa Civil, ela dividia o controle da Eletronorte com o presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP). Durante o leilão da usina de Belo Monte, Dilma falava com Adhemar quase diariamente.

...

Data	Veículo	Título
20 Jul 2011	Revista IstoÉ Dinheiro	**Novo rumo para as agências**

Governo indica técnicos para as diretorias e reforça os orçamentos para dar maior poder de fogo aos órgãos reguladores

Por Cristiano Zaia

Criadas em 1998 com o objetivo de regular as empresas privatizadas no governo Fernando Henrique Cardoso, as agências reguladoras de serviços públicos foram esvaziadas nos oito anos de Luiz Inácio Lula da Silva, com pesados cortes de orçamento e denúncias de aparelhamento partidário. Após seis meses no posto, a presidente Dilma Rousseff vem cumprindo sua promessa de campanha e fortalecendo as agências com a nomeação de técnicos para os cargos de conselheiros.

De 11 vagas em aberto, desde fevereiro do ano passado, nas dez agências em operação no País, a presidente já preencheu sete com esse perfil. Internamente, Dilma determinou que os cargos das reguladoras, que têm o poder de punir empresas por deficiências e irregularidades nos serviços prestados nas áreas de telefonia, energia elétrica, planos de saúde e outros, fiquem fora da disputa partidária. "Não há negociação política", afirmou a presidente. "Tem de ter competência técnica."

A posição da presidente foi bem recebida. "Desde o começo do governo Lula, havia uma tentativa clara de esvaziar as agências, mas essa postura mudou com a chegada de Dilma", afirma o professor Paulo Coutinho, da UnB. O quadro de funcionários, esvaziado nos últimos anos, também começou a ser reposto. Mesmo com a suspensão das nomeações, a ministra do Planejamento, Miriam Belchior, autorizou a contratação de 210 concursados para a Aneel (Energia Elétrica) e para a Anatel (Telecomunicações).

Entre eles, 71 dos 105 funcionários que foram "devolvidos" pela Anatel à Telebrás, reativada no ano passado. Mas há outras agências que ainda não conseguiram recompor suas equipes, como Antaq (Transportes Aquaviários), Anvisa (Vigilância Sanitária) e ANA (Águas). "Diante dos desafios econômicos que o País tem à frente, as agências estão ficando com quadros deficitários, mas já estamos vendo sinais de melhora", diz Paulo Mendes, presidente da Associação Nacional dos Servidores Efetivos de Agências Reguladoras (Aner).

O reforço no orçamento das reguladoras, mesmo em ano de contenção de gastos, é outro indicador positivo. A verba das dez agências somadas triplicou, passando de R$ 2,8 bilhões, em 2003, para R$ 8,5 bilhões, neste ano. E o contingenciamento diminuiu, de, em média, 82%, durante o governo Lula, para 63% no primeiro semestre deste ano. Embora as reclamações dos usuários ainda não permitam falar em bons serviços, a Aneel, por exemplo, deu uma demonstração de força ao aplicar uma multa de R$ 43,3 milhões a Furnas, por um apagão que afetou 18 Estados, em 2009.

Data	Veículo	Título
22 Jul 2011	Correio Braziliense	**Furnas é o alvo**

A presidente Dilma Rousseff deve promover, nas próximas semanas, modificações na diretoria de Furnas, uma das principais subsidiárias do setor elétrico. No início do ano, a presidente já havia trocado o então diretor-geral, Carlos Nadalutti Filho, por Flávio Decat. Mas como não alterou a composição da diretoria, Furnas ficou praticamente paralisada nesses cinco meses por ausência de clima para decisões colegiadas.

A primeira baixa deve ser do atual diretor-financeiro, Luiz Henrique Hamann, ligado politicamente ao líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR). O nome mais cotado para substituí-lo é de Paulo Sérgio Petis, homem de confiança de Decat e que tem total apoio de Dilma.

As mudanças não devem parar por aí. A presidente está disposta a retomar as nomeações no setor elétrico, iniciadas no fim de janeiro mas interrompidas em seguida pela necessidade de composição com o PMDB no Congresso. Dilma demonstrou disposição para romper o feudo do partido no setor e o estopim para a alteração foi o surgimento de um dossiê apontando Furnas como alvo de irregularidades comandadas pelo deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ). Dilma resolveu, então, nomear Decat, homem de sua confiança desde os tempos em que a presidente era ministra de Minas e Energia.

Mas Decat ficou engessado. Pelo estatuto da empresa elétrica, as nomeações para a diretoria precisam ser decididas pelo Conselho de Administração, do qual o governo federal é sócio majoritário. Segundo apurou o Correio, Dilma reconheceu que a atual composição da cúpula de Furnas ainda reflete o poderio de Cunha na empresa. Os pemedebistas - assim como o PR no caso do Ministério dos Transportes - pedem isonomia do Planalto no tratamento aos indicados pelo PT. Se Hamann sair, o diretor de Gestão Corporativa, Luís Fernando Paroli Santos, indicado pelo petista Odair Cunha (MG), não poderá permanecer no quadro diretor.

É pouco provável que a Eletrobras entre nessa lista de mudanças - a empresa teve seu presidente substituído no início do ano, saindo José Antonio Muniz Lopes Filho para a entrada de José da Costa Carvalho Neto, o Costinha. Mas ainda há espaço para mexidas na Eletronorte e na Chesf. Nessa última, o atual presidente, Dilton da Conti, perdeu o apoio político do governador de Pernambuco, Eduardo Campos (PSB), que já sinalizou o interesse de substituí-lo após oito anos no comando da empresa. Dilton também ficou fragilizado após o apagão de mais de cinco horas em sete estados da Região Nordeste.

A presidente teve que interromper as substituições no setor elétrico para não confrontar o PMDB em um momento que precisava do partido em votações importantes no Congresso, como o salário mínimo e o Código Florestal. Depois, o principal articulador dessas trocas, o então chefe da Casa Civil, Antonio Palocci, envolveu-se na crise deflagrada com a descoberta de seu expressivo aumento patrimonial e teve de deixar a pasta. O Planalto ainda se refazia quando o Ministério dos Transportes foi atropelado pelo escândalo de superfaturamentos em obras. "Mas a presidente está se sentindo mais à vontade com a faxina nos indicados do PR e acha que isso poderá reforçar a ação no setor elétrico", disse um político que milita na área. (PTL)

Setor estratégico

A presidente Dilma Rousseff iniciou seu mandato disposta a promover mudanças estruturais no setor elétrico. Profunda conhecedora da área desde os tempos em que foi secretária de Minas e Energia do governo do Rio Grande do Sul, Dilma sempre defendeu que o setor deveria ser comandado por diretores com perfil técnico.

Também incomodava a presidente o controle quase absoluto que o PMDB exercia no setor. Após a queda do ministro Silas Rondeau, em 2008 - acusado pela Polícia Federal de receber propina de empreiteiras -, Dilma travou uma disputa com o atual presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), para a escolha do sucessor no Ministério de Minas e Energia. Sarney venceu o embate e nomeou o senador Edison Lobão (PMDB-MA) e o presidente da Eletrobras, José Antonio Muniz Lopes Filho.

Dilma acabou aproximando-se de Lobão e manteve o senador maranhense no ministério ao tornar-se presidente. Mas diminuiu a autonomia dele nas nomeações para o segundo escalão. Ela já estudava as substituições na Eletrobras quando estourou uma crise entre o PT e o PMDB do Rio em torno do comando de Furnas. O secretário municipal de Habitação, Jorge Bittar (PT), elaborou um dossiê com acusações contra a cúpula da empresa ligada ao deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ).

O documento parou nas mãos do então ministro de Relações Institucionais, Luiz Sérgio. O fato irritou a presidente e ela teve de alterar os planos, pois a crise estava instaurada no quarto andar do Palácio do Planalto. Após nomear Flávio Decat para a subsidiária, ela voltou as atenções à Eletrobras, diminuindo o poder de Sarney na estatal. O ex-diretor José Antonio Muniz Lopes Filho retornou à diretoria da Eletronorte. (PTL)

Data	Veículo	Título
25 Jul 2011	O Estado de S. Paulo	**Brasil vai construir hidrelétrica na Nicarágua**

Estimada em R$ 1 bilhão, obra será financiada pelo BNDES e pode ajudar Daniel Ortega a se reeleger em novembro

Lisandra Paraguassu/BRASÍLIA

O Brasil vai construir uma hidrelétrica de US$ 1 bilhão na Nicarágua, em um projeto que envolve a Eletrobras, a empreiteira Queiroz Galvão e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

A obra - acertada com o governo nicaraguense durante a presidência de Luiz Inácio Lula da Silva - é considerada essencial pelo presidente Daniel Ortega, por razões estruturais, já que vai representar 27% da energia elétrica do país, mas também políticas. A hidrelétrica será um dos principais trunfos para a campanha de Ortega pela reeleição neste ano.

Na semana retrasada, o chanceler nicaraguense, Samuel Santos, esteve no Brasil para uma visita de cortesia cujo principal objetivo era pedir pressa ao governo brasileiro. "Temos uma cooperação estratégica no desenvolvimento da hidrelétrica de Tumarín com o apoio do Brasil e gostaríamos de começar o quanto antes", disse Santos.

Para o chanceler, a hidrelétrica ajudaria a Nicarágua a garantir estrutura para indústrias brasileiras que quiserem se instalar no país. Em troca, seria possível aos empresários usufruir do tratado de livre comércio que o país tem com os Estados Unidos.

Do custo total da hidrelétrica, o planejado é que a Eletrobras entre com pelo menos US$ 200 milhões. Outros US$ 342 milhões serão aportados pelo BNDES através de financiamento para bens e serviços exportados pelo Brasil para aplicação na obra. A construtora Queiroz Galvão entraria com outra parte, assim como o Banco Centroamericano de Integración Económica.

A engenharia financeira da obras prevê que a Eletrobras e a Queiroz Galvão teriam, ao final, 90% da hidrelétrica, unidas em uma nova empresa, a Centrales Hidrelétricas de Centroamérica (CHC). Os outros 10% pertenceriam à Empresa Nicaraguense de Electricidad.

Pendências. Apesar da sutil pressão diplomática, ainda há detalhes a resolver para que o projeto se torne realidade. Entre eles, estão as mudanças no estatuto da Eletrobras, que permitam a estatal se internacionalizar.

Outro ponto pendente é acertar o preço final da obra com a Queiroz Galvão - que pode passar de US$ 1 bilhão, se forem incluídos novos itens como quer a Nicarágua. Também falta alcançar um entendimento sobre o preço final das tarifas de energia, que o governo de Daniel Ortega ainda não determinou.

O que cabe ao governo local, no entanto, deve correr mais rápido agora. Prestes a enfrentar uma campanha para a reeleição de novembro, Ortega vê a hidrelétrica como um trunfo eleitoral. Apesar de ter, nas últimas pesquisas, alcançado mais de 47% das intenções de voto - é necessário apenas ultrapassar 35% para ser reeleito no primeiro turno - Ortega enfrenta uma oposição dura.

A Nicarágua cresceu 4,5% em 2010, mas tem hoje um apoio econômico importante da Venezuela de Hugo Chávez. A crise internacional e a possibilidade real do governo venezuelano perder a capacidade de continuar investindo no país ameaçam Ortega. Outro problema para o presidente nicaraguense é sua contínua defesa do ditador líbio Muammar Kadafi, explorada a exaustão pela oposição.

Data	Veículo	Título
25 Jul 2011	Valor Econômico	**Cesp quer recuperar R$ 9 bilhões com fim das concessões**

Josette Goulart | De São Paulo

As reivindicações de indenizações da Cesp com o fim de suas concessões em 2015 podem superar os R$ 9 bilhões. Parte desse valor chega agora à mesa de negociações e representaria uma devolução de pagamentos de impostos, da época da compensação de contas de resultados do setor elétrico, que na visão da Cesp são indevidos. Outros R$ 4 bilhões serão pleiteados a título de investimentos ainda não amortizados. Os valores bilionários surgem na tentativa de sensibilizar o governo federal em sua decisão de prorrogação ou não das concessões. Decisão que deve ser tomada ainda neste ano.

Na semana passada, o secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia (MME), Márcio Zimmermann, disse que caberá a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) analisar os investimentos não amortizados. Mas foi taxativo ao dizer que, diferentemente da época das privatizações do governo Fernando Henrique Cardoso, em que os Estados foram privilegiados, agora será a vez do consumidor. "Não importa se seja tomada a decisão por prorrogar a concessão ou relicitá-la", disse Zimmermann.

O governo de São Paulo foi quem promoveu as maiores privatizações no setor. Para atrair compradores, a legislação permitiu a venda com o prazo completo das concessões, que pode chegar a 50 anos. Assim foram vendidas as distribuidoras CPFL, Eletropaulo, Bandeirante e Elektro e as geradoras Tietê e Paranapanema.

Juntas elas renderam R$ 30 bilhões ao governo do Estado, segundo conta Mauro Arce. O executivo é hoje presidente da Cesp e foi um dos homens do governo Mário Covas (PSDB) que ajudou a promover a venda das empresas. Ele conta que, na época, o Estado precisava de dinheiro até mesmo para honrar a folha de pagamento de funcionários. "Se fôssemos ainda donos de todas essas empresas, sem dúvida teríamos em mãos a maior elétrica do mundo", diz Arce. "Mas naquele momento fizemos o que devíamos fazer."

Com exceção da CPFL, todas as companhias estão sob controle do capital estrangeiro. A Eletropaulo tem além do grupo americano AES, o BNDESPar como sócio. A empresa é hoje questionada pelo próprio governo do Estado sobre a qualidade do serviço que presta. Na geração, Duke Energy e AES (donas da Paranapanema e Tietê) são questionadas por investimentos que não fizeram. A ideia era de já em 2001 fazer a venda do que havia restado da geração da Cesp, um parque com 7,5 mil MW. Mas o racionamento que viveu o país não permitiu, segundo Arce.

Em 2006, o governo estadual, ainda sob o comando do PSDB, vendeu a Cteep, companhia de transmissão paulista arrematada pelo grupo estatal colombiano ISA. Dois anos depois, em 2008, houve a tentativa da venda da Cesp. Esbarrou justamente na questão do fim das concessões em 2015. Tanto Cteep quanto agora a Cesp já não tinham o privilégio da legislação que zerava a contagem do prazo da concessão em caso de privatização.

No mercado financeiro, a discussão ainda persiste sobre se a Cesp será privatizada. Suas ações têm oscilado com as expectativas. Quando Arce assumiu a presidência da companhia, as ações dispararam na bolsa e este ano elas já valorizaram 25%. Arce garante que essa decisão, entretanto, só poderá ser tomada após uma definição do governo federal. E coloca os números na mesa. Não à toa, já que as concessões que vencem da Cesp representam 70% da geração de sua caixa.

Arce diz que boa parte dos investimentos não foram amortizados porque ao longo das décadas o governo federal fez política com tarifa de energia. "Tivemos até de conter inflação", diz. Além disso, a construção de Itaipu fez com que suas usinas gerassem menos para que a energia da binacional entrasse no sistema. No caso do questionamento dos impostos, o presidente da Cesp apela para uma retomada de um projeto de lei, aprovado no Congresso, que previa a compensação de imposto de renda pago na conta de compensações. Mas a lei foi vetada no governo Lula, em 2003. "Mas não há impedimento de o Congresso rever esse veto", diz Arce.

Data	Veículo	Título
25 Jul 2011	Valor Econômico	**Multa às termelétricas do grupo Bertin opôs PT e PMDB**

Valor Econômico
Multa às termelétricas do grupo Bertin opôs PT e PMDB
Josette Goulart | De São Paulo
A delicada relação entre PT e PMDB quando o assunto é o setor elétrico extrapola a Eletrobras. Quando há três semanas, o grupo Bertin conseguiu que dois diretores da Agência Nacional de Energia Elétrica, ambos indicados pelo ministro Edison Lobão, mudassem de voto - em um processo que dava uma espécie de perdão em parte do atraso das usinas termelétricas do grupo - lideranças do PT no setor viram a luz amarela acender. Enquanto a Petrobras cortava gás para as térmicas, o Ministério de Minas e Energia, sob o comando do PMDB, atuava para amenizar a crítica situação do Bertin.

Indicação quase isolada do PT na Aneel, o diretor-geral da agência, Nelson Hubner, foi quem mais se mostrou surpreso, durante a reunião de diretoria, com a mudança de votos do colegiado. Ele e Romeu Donizete mantiveram suas posições. Edvaldo Santana e André Pepitone, os dois nomes indicados por Lobão, mudaram seus votos, apesar de anteriormente terem se posicionado de forma contundente contra o benefício de dar 101 dias de prorrogação para entrada em operação de seis usinas do grupo, dando alívio nas multas. Alegaram que valia à pena dar uma chance à empresa, que mostrou que estava tentando de fato resolver a questão. O outro diretor indicado por Lobão, Julião Coelho já entendia que a demanda era justa.

O caso Bertin acabou se tornando emblemático porque em menos de um mês foi a segunda atuação do ministério na agência em favor do grupo. O ministério, entretanto, não quis falar sobre o assunto. A primeira intervenção já havia acontecido em outro processo, em que se julgava a extinção do contrato de concessão em função da inadimplência de R$ 200 milhões de duas usinas do grupo. Às vésperas do julgamento, o ministério enviou uma carta à Agência alegando que a diretoria não poderia deliberar sobre concessões. Procurado pelo Valor, o ministro Edison Lobão preferiu não se pronunciar.

O que tem preocupado representantes do PT é o fato de a Casa Civil não estar mais tão ligada aos acontecimentos do setor como no tempo em que era comandada por Dilma. Era sabido entre todos os agentes que o poder da Pasta era muito mais evidente do que aquele do Ministério de Minas e Energia. Situação que se inverteu com a chegada de Dilma à Presidência. Ela agora não tem mais o mesmo tempo para se ocupar do setor. Esse é um dos motivos que têm tornado o diretor-geral da Aneel figura sempre presente no Planalto. "Dilma percebeu que precisa ter mais interlocutores, escolhidos por ela, próximos de si e a par dos assuntos", disse fonte do governo.

Um dos episódios que mais irritou a presidente foi o blecaute em linhas de transmissão da Chesf. Logo Lobão saiu declarando que o sistema era robusto e que a queda se devia a um pequeno componente. A presidente perguntou ao ministro se ele achava que todo brasileiro era "burro" e que iria acreditar em um sistema robusto, que é derrubado por uma "plaquinha".

As causas do blecaute de 2009 nas linhas de transmissão do sistema Itaipu, que pertencem a Furnas, já tinham tido tratamento parecido por parte do ministério que logo apontou causas meteorológicas para o apagão. Mas os técnicos da Aneel apontaram sérios problemas de manutenção. O caso criou um impasse entre Aneel e Ministério. A diretoria manteve a multa de R$ 43 milhões. "O racionamento de 2001 está na memória do povo. Este governo não pode se dar ao luxo de deixar isso acontecer novamente", disse importante fonte ligada ao governo.

Data	Veículo	Título
25 Jul 2011	Valor Econômico	**Seis meses depois, Furnas só trocou de presidente**

Cristian Klein, Josette Goulart e Claudia Schuffner | De São Paulo e do Rio

Símbolo das mudanças que a presidente Dilma Rousseff pretendia fazer na Eletrobras, Furnas, estatal de maior orçamento do setor, de mais de R$ 9 bilhões, segue, seis meses depois da posse, quase intacta.

Depois de uma queda-de-braço com o PMDB, Dilma tirou o presidente da estatal Carlos Nadalutti, apadrinhado do deputado federal Eduardo Cunha (RJ), vice-líder do partido na Câmara, mas manteve intactas todas as diretorias. Funcionário de carreira da estatal, Nadalutti não poderia ser demitido. O novo presidente, Flávio Decat abrigou-o como assessor de seu gabinete.

As expectativas de mudança foram alimentadas pela carta, divulgada em janeiro deste ano pelos funcionários de Furnas - "Furnas passa por uma das maiores crises de sua história e teme-se por seu futuro. Os empregados preocupados com o futuro da empresa apostam na intervenção da presidente Dilma", dizia o manifesto, que prosseguia listando o loteamento político da estatal e os prejuízos ao erário dele decorrente.

A avaliação interna, é de que Decat não teve autonomia para trocar a cúpula da empresa - de superintendentes a diretores - da companhia que assumiu em fevereiro.

Nome técnico, Decat era cotado para assumir a presidência da holding, mas o cartucho foi queimado logo em Furnas na tentativa de mudar a empresa. Mineiro, Decat é próximo do senador Aécio Neves, do PSDB, dos tempos em que trabalhou no setor elétrico em Minas Gerais e caiu no gosto da presidente Dilma, quando ela era ministra das Minas e Energia. Também teria relações com a família do presidente do Senado, José Sarney (PMDB), vinculação que Decat nega peremptoriamente. O executivo já disse a interlocutores que se encontrou com Sarney a pedido da própria Dilma mas que seu nome ficou vinculado ao do político maranhense porque uma conversa foi grampeada pela Polícia Federal, que investigava integrantes da família do senador.

A nomeação de Decat criou a imagem de que a autoridade de Dilma havia prevalecido e que o novo presidente de Furnas faria uma "limpeza", impondo um estilo mais gerencial e menos subordinado a pedidos e pressões políticas. Ele assumiu depois de uma série de denúncias envolvendo favorecimento a um grupo ligado a Eduardo Cunha que gerou perdas para Furnas em negócios envolvendo as hidrelétricas Serra da Carioca II e Serra do Facão. Uma das primeiras medidas de Decat em Furnas foi o afastamento de Aluízio Meyer de Gouvêa Costa, substituído por Celio Calixto, homem de confiança do novo presidente.

Apadrinhado de Cunha e com passagem pela Cedae, Aluízio Meyer, como é mais conhecido, já tinha sido condenado por improbidade administrativa. As três sociedades de propósito específico (SPEs) presididas por ele - a Transenergia Renovável, Transenergia São Paulo e Transenergia Goiás - foram criadas para construir linhas de transmissão e subestações tendo Furnas com sócia com 49%. Outro afastado foi Boris Gorenstin, que ocupava o cargo de assessor da presidência na gestão de Conde e de Nadaluti, e era responsável pela análise de novos investimentos.

Depois que a poeira assentou, a impressão é de que nada mudou na empresa. Uma das razões para a inércia seria o modelo de governança corporativa no qual as decisões são colegiadas e o voto do presidente vale tanto quanto o dos demais cinco diretores. Sua ligação direta com a presidente impõe respeito e alguns diretores tentam se mostrar solícitos. Mas a atuação de Decat tem frustrado funcionários que apoiaram o manifesto de janeiro e já a alcunha de "tigre de papel". Procurado pelo Valor, Decat não quis se pronunciar.

Integrantes de uma equipe que vem desde a penúltima presidência de Luiz Paulo Conde - ex-prefeito do Rio, que também chegou ao cargo pela força de Cunha -, permanecem nos mesmos lugares.

Nos cargos principais da empresa, os cinco diretores ainda são os mesmos. O chefe de gabinete da presidência, Luiz Roberto Bezerra, foi mantido. Apesar de fontes informarem que Nadalutti não tem ingerência alguma mais na empresa, a expressão é sempre de espanto entre funcionários da Eletrobras que de repente descobrem que ele se tornou assessor direto da presidência. Em diversas atas de assembleias de empresas do grupo, o nome de Nadalutti aparece assinado ao lado do de Decat.

Ocupantes de outros postos importantes - como a consultora jurídica Denise Paiva e os superintendentes de Responsabilidade Social, Ana Cláudia Gesteira, de Recursos Humanos, Francisco Alonso, e de Organização e Informática, José Carlos Faria - também permanecem.

Segundo uma fonte ligada à empresa, o novo presidente estaria cercado e imobilizado pela força das indicações políticas controladas pelo PMDB e por Eduardo Cunha, os quais ainda exercem pressão. A

situação seria um reflexo da própria dificuldade da presidente Dilma Rousseff de impor sua vontade perante os aliados.

"A Dilma achou que podia enfrentar esses interesses e está apanhando para dobrá-los", afirma a fonte, que compara a ocupação de Furnas à do Ministério dos Transportes, cuja cúpula caiu devido a denúncias de corrupção, mas continua sob o comando do PR.

Diante dos últimos dois presidentes, Conde e Nadalutti, apadrinhados de Eduardo Cunha, Decat é visto como alguém que impede um controle maior do deputado sobre a empresa, mas que não consegue reverter a situação e atender à expectativa de sua nomeação por Dilma.

Seu papel tem sido mais o de garantir a manutenção da correlação de forças - como resistir à pressão para retirar o diretor de Operação do Sistema e Comercialização de Energia, Cesar Ribeiro Zani, cuja indicação é atribuída ao deputado licenciado e secretário municipal de Habitação do Rio, Jorge Bittar (PT) - do que mexer com os interesses de aliados.

Duas diretorias, a de Construção, ocupada por Márcio Porto, e a financeira, por Luiz Henrique Hamann, teriam como padrinhos, respectivamente, dois caciques do PMDB: o presidente em exercício do partido, o senador Valdir Raupp (RO), e o também senador Romero Jucá (RR). A diretoria de Engenharia, de Mario Márcio Rogar, seria da cota do PR. E a de Gestão Corporativa, ocupada por Luís Fernando Paroli Santos, teria como padrinhos o deputado Odair Cunha (PT-MG) e Eduardo Cunha.

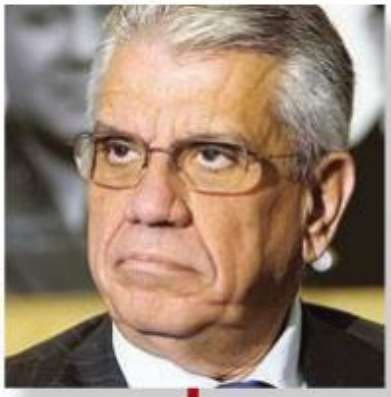
O deputado fluminense estenderia ainda sua influência por outros cargos, como os de superintendentes, e de Nadalutti e Bezerra - assessores diretos de Decat.

A escolha de pessoas da confiança de Dilma para a presidência de Furnas e da Eletrobras, chegou a ser utilizada como justificativa pelo governo para que novas frentes de conflito não fossem abertas, como a alteração de diretorias de estatais, autarquias e bancos públicos da Região Norte, controladas pelo PMDB.

Vespeiro pluripartidário

PMDB, PT e PR dividem diretorias de Furnas

Diretor-presidente: Flávio Decat



LEO PINHEIRO/ VALOR

Quem indicou
Dilma Rousseff

Assessor da Presidência
Carlos Nadalutti

Quem indicou
Eduardo Cunha (PMDB-RJ)

Diretor de Engenharia
Mario Márcio Rogar

Quem indicou
Sandro Mabel (PR-GO)

Diretor de Construção
Márcio Antônio Arantes Porto

Quem indicou
Valdir Raupp (PMDB-RO) e Dimas Toledo (PSDB)

Diretor de Operação do Sistema e Comercialização de Energia
Cesar Ribeiro Zani

Quem indicou
Jorge Bittar (PT-RJ)

Diretor de Gestão Corporativa
Luís Fernando Paroli Santos

Quem indicou
Odair Cunha (PT-MG) e Eduardo Cunha (PMDB-RJ)

Diretor financeiro
Luiz Henrique Hamann

Quem indicou
Romero Jucá (PMDB-RR)

Data	Veículo	Título
25 Jul 2011	Valor Econômico	**Estatal foi o estopim do mensalão no governo Lula**

Cristian Klein | De São Paulo

A dificuldade da presidente Dilma Rousseff de fazer valer sua intenção de renovar Furnas remete ao tradicional insulamento de poderosos interesses representados nas diretorias da estatal, que, quando ameaçados, já causaram a maior crise enfrentada pelo PT.

O estouro do escândalo do mensalão, em 2005, é geralmente associado à reação do então deputado federal e presidente do PTB, Roberto Jefferson, às acusações de corrupção nos Correios, estatal que era controlada por seu partido.

Mas as denúncias nos Correios eram um revés de Jefferson numa guerra maior, que remonta a uma intensa disputa em torno de uma cobiçada diretoria de Furnas: a de Planejamento, Engenharia e Construção (DT), hoje subdividida nas diretorias de Engenharia (DE) e Construção (DC).

Mesmo dois anos após assumir o governo, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva não havia conseguido tirar da diretoria o polêmico mineiro Dimas Fabiano Toledo. Técnico de carreira, mas muito ligado à administração do PSDB, Toledo era suspeito de utilizar a proximidade com empreiteiras, que o cargo proporcionava, para arrecadar recursos para campanhas eleitorais.

Segundo declarações de Roberto Jefferson à época, Lula considerava Toledo "extremamente tucano" e cobrava sua saída, o que não acontecia. O ex-presidente teria ficado especialmente irritado por ter transferido R$ 1,5 milhão para a Cemig, para fazer o programa Luz para Todos em favelas mineiras, e ver o crédito nas placas atribuído ao governo Aécio Neves (PSDB).

Como Lula queria nomear para o cargo um nome do PTB, escalou Roberto Jefferson para a tarefa de derrubar Dimas Toledo. Jefferson, segundo conta em seu livro "Nervos de aço", chegou a recusar o cargo, pois já havia feito um acordo com o então ministro da Casa Civil, José Dirceu, no qual R$ 4 milhões arrecadados de empresas interessadas em contratos com Furnas seriam divididos entre o PT, o PTB (R$ 1,5 milhão para cada) e Toledo, que, em troca, permaneceria no posto.

Lula, ainda segundo o relato de Jefferson, teria ficado indignado com o acordo feito à sua revelia e ameaçado dar o cargo para outro partido. Diante da possibilidade de perder influência sobre a diretoria, Jefferson lançou-se em rota de colisão com Dimas Toledo.

A divulgação de fitas sobre a corrupção nos Correios, envolvendo Roberto Jefferson - que resolveu então abrir a boca e revelar o esquema de pagamentos mensais a parlamentares para obtenção de apoio ao governo no Congresso - é considerada uma retaliação de Dimas Toledo, por ter perdido o cargo em Furnas.

A Toledo também é atribuída a elaboração de uma lista com nomes de mais de 150 políticos, a maior parte de partidos aliados que sustentavam o governo Fernando Henrique Cardoso, que receberam doações de caixa 2 arrecadadas por ele.

A chamada "lista de Furnas" seria um trunfo de Toledo para que políticos beneficiados pelo esquema e interessados na não divulgação de seus nomes pressionassem o governo por sua manutenção na DT.

Durante as investigações do mensalão, diante da convocação do publicitário Marcos Valério, protagonista do esquema, petistas forçaram, por sua vez, o depoimento de Dimas Toledo com o objetivo de incluir a oposição no escândalo.

Segundo uma fonte com ligações com Furnas, o ex-diretor ainda teria influência na empresa.

Data	Veículo	Título
25 Jul 2011	Valor Econômico	**Mudanças pretendiam transformar holding na Petrobras do setor elétrico**

Claudia Schuffner e Josette Goulart | Do Rio e de São Paulo

O presidente da Eletrobras, José da Costa Carvalho Neto, é um quadro técnico convidado pela presidente Dilma Rousseff. Segundo diz, a presidente deixou claro que o compromisso era com ela e com o ministro da Pasta. O que o deixa protegido, segundo ele, do assédio de políticos: "Não tenho compromisso com mais ninguém".

"Nunca recebi uma ordem que empresarialmente não pudesse atender", diz. Sobre Furnas, a mais polêmica entre as controladas pela Eletrobras, ele é taxativo ao defender a gestão do atual presidente, Flávio Decat, a quem chamou de mestre. "O que eu sei te falar é que quem manda em Furnas é o Decat".

Ele presidiu a Cemig, de onde se aposentou, e no ano passado, a então candidata o encontrou Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais. Quando o empresário Robson Andrade (dono da Orteng e atual presidente da Confederação Nacional da Indústria) quis apresentá-los, Dilma respondeu: "Tentei levá-lo para o governo diversas vezes, mas ele nunca quis".

A troca de nomes em diretorias do setor elétrico visava atender ao objetivo de fazer a integração entre as estatais do setor e a holding Eletrobras e transformá-la na Petrobras do setor elétrico. Por enquanto, o que as torna parecidas é apenas a ausência do acento no nome, retirado da Eletrobras no ano passado. Uma importante fonte ligada à companhia é taxativa: "A realidade é que o segundo escalão da Eletrobras é que continua mandando na empresa".

Apesar da confiança da presidente nos comandantes das duas empresas, as diretorias tanto da holding como das demais subsidiárias seguem intactas.

Carvalho Neto diz que a afirmação "era um pouquinho verdade e muita brincadeira", e como bom mineiro, evita demonstrar intimidade com a presidente. Também faz questão de deixar claro a hierarquia do cargo, frisando sua desvinculação política: "Eu me reporto ao (ministro de Minas e Energia) Edison Lobão. Isso ela (Dilma) deixou claro. Me reporto a ele, que naturalmente segue as diretrizes. Sigo as diretrizes dela indiretamente através do ministro. Ele é o meu chefe".

O próprio Carvalho Neto tem como diretores dois ex-presidentes da Eletrobras, Valter Cardeal (diretor de Geração) e José Antonio Muniz Lopes (de Transmissão). O único diretor nomeado por ele foi Marcos Aurélio Madureira da Silva, diretor de distribuição, que foi da Cemig e da Energipe.

Fontes do setor próximas às empresas dizem que Chesf e Furnas, donas de orçamentos conjuntos de R$ 17 bilhões, continuam sendo as mais difíceis de lidar. E foram justamente nas linhas de transmissão das duas estatais que ocorreram os maiores apagões no governo do PT, em 2009 e neste ano.

A Chesf ainda se recusa a utilizar o nome Eletrobras e a expectativa de que pelo menos o presidente seria alterado não se concretizou até agora. Com sede em Pernambuco, a Chesf foi uma das protagonistas na "revolta" das subsidiárias com o início de uma estruturação da Eletrobras que deixe o centro de decisão na holding. Funcionários chegaram a promover manifestações contra, acreditando que a Chesf ficaria menor no plano nacional. O presidente da empresa, Dilton da Conti Oliveira, indicado pelo PSB, diz que isso já foi resolvido. Mas pequenos detalhes chamam a atenção, como a recusa da empresa a adotar a marca Eletrobras como fizeram outras subsidiárias. Nem mesmo o site da companhia a coloca como empresa do grupo.

Data	Veículo	Título
08 Ago 2011	DCI	**Eletrobras projeta investir R$ 46 bi até 2014**

Plano não foi oficializado pela estatal em razão da indefinição sobre as concessões que vencem em 2015. Presidente da empresa é a favor da renovação.

SÃO PAULO
A renovação das concessões de energia que vencem em 2015 levou a Eletrobras a colocar o pé no freio de seu plano de negócios para um período de cinco anos. Apesar disso, a estatal já começa a delinear a estratégia de investimentos para um período de três anos. A previsão da empresa é de realizar aportes que somam R$36 bilhões a partir de 2012 e até 2014, ou R$ 12 bilhões por ano. Somados à previsão de R$ 10 bilhões para este ano, a estatal poderia aplicar cerca de R$ 50 bilhões em projetos se a decisão sobre a mudança na lê que regula as concessões já tivesse sido tomada.

Se o aporte para o ano que vem ficar em R$ 12 bilhões, representará um aumento de 20% sobre a previsão para este ano. A maior parte desse investimento seria feito em geração, com R$ 5 bilhões, O segmento de transmissão de energia deverá receber R$4 bilhões; distribuição, R$ 1,5 bilhão, e o restante ficará com serviços de apoio à atividade da empresa. "Ainda não finalizamos os estudos para o próximo ano, mas deve ser algo em torno desse valor que, por enquanto, é preliminar. Estamos finalizando esses números com o governo", disse o presidente da Eletrobras, José da Costa Carvalho Neto, em São Paulo.

Esse aumento do orçamento da estatal, explicou, deve-se, em parte à retirada da empresa do calculo do superávit primário do governo. "Esse fator ajudou a elevar nossa perspectiva de elevar nosso programa de investimentos. Passamos de R$ 6 bilhões em 2010, para R$ 10 bilhões esse ano e chegaremos a R$ 12 bilhões no ano que vem", comemorou ele.

De acordo com a premissa estabelecida no governo passado, a Eletrobras deverá ser a maior empresa de energia elétrica do mundo a partir do uso de fontes renováveis.A primeira medida para isso foi a mudança de marca, que vale cerca de US$2,5bilhões.

Plano de metas

Uma das bases do plano de negócios da Eletrobras passa pela adoção de metas de desempenho de suas controladas. Essas metas valerão para todos os segmentos e serão desdobradas para cada uma das empresas do grupo. De acordo com o executivo, essas companhias terão de atender às metas de desempenho estabelecidas em contrato.

Esse plano prevê o repasse de dividendos às controladas de acordo como percentual da meta alcançada. "Se uma empresa alcançar 100% da meta, terá a totalidade do repasse. Se ficar em 90%, receberá participação equivalente a esse índice", disse o executivo ao DCI. "Até o final do ano deveremos implementar o plano que passará a valer a partir de janeiro e os resultados serão vistos em 2013", acrescentou Neto.

A empresa trabalha ainda na redução de custos operacionais com a integração de sua estrutura administrativa em escritórios fora da sede das empresas. Este é o caso de Brasília, onde o executivo aponta a possibilidade da centralização das representações de todas as subsidiárias, incluindo a própria holding em um local só. Essa junção levaria a ganhos com sinergias entre essas empresas em setores como o de suprimentos e o de tecnologia da informação, entre outros.

Mais um fator destacado por Neto é a melhoria da governança corporativa. A empresa formará comitês para que haja maior participação do conselho de administração no seu dia a dia. Além disso, está previsto um projeto que estabelece critérios para avaliação de desempenho de diretores e conselheiros, além de um trabalho de implementação de gestão de riscos em todo o grupo.

O problema que ainda emperra a adoção desse plano é justamente a decisão do governo quanto a renovação das concessões. Isso porque a Eletrobras é a empresa com mais ativos nessa situação. De 22 mil MW de capacidade instalada de geração de energia que estão com os contratos prestes avencem, 15 mil MW são de empresas controladas pela estatal. Por isso, enquanto não houver clareza quanto ao futuro dessas usinas, a companhia não poderá estabelecer essas metas. A previsão de colocar em vigência o plano de negócios para os próximos cinco anos, já a partir de 2012, parte da premissa - e crença - do mercado de que a decisão, que passa pela alteração de lei no Congresso Nacional, seja tomada ainda este ano.

O executivo se mostra tranquilo diante do impasse que ronda o setor em Brasília. Para o presidente da Eletrobras a perspectiva de redução dos ativos da empresa tem outro lado. Em termos de novas usinas, a

estatal já possui a mesma capacidade que pode vir a perder em 2015, além de outros 20 mil M'W que estão em estudo no mercado brasileiro e outros 18 mil MW no exterior.

"Ficaremos maiores do que somos atualmente. Se os contratos não forem renovados, disputaremos todas as concessões que são nossas e as que não estão em nosso poder", afirmou o presidente da estatal. "A decisão, porém, é do governo. Mesmo ele sendo majoritário no capital da Eletrobras, não temos participação alguma nessas negociações", completou.

Apesar do tom otimista quanto à expansão da empresa, José da Costa Carvalho Neto afirmou que é contra a não-renovação em razão dos prejuízos que o Brasil pode vir a ter com a decisão, que não tem impacto expressivo sobre a conta de energia. Em sua opinião, o problema está no desvio dos investimentos que seriam utilizados para energia nova sendo colocados na estrutura já existente. De acordo com Neto, isso prejudicaria o atendimento ao crescimento da demanda por energia no Brasil. Além disso, poderia levar uma ameaça de desorganização do setor elétrico brasileiro pela indefinição dos repasses às empresas e conseqüente paralisação da expansão da economia em decorrência da falta de energia nova.

Ele cita o Plano Decenal de Energia (PDE) de 2020, que prevê a necessidade de aportes de cerca de R$ 300 bilhões somente no aumento da capacidade do setor elétrico. "Atualmente, o Brasil possui 110 GW de capacidade instalada. Levando em consideração o crescimento da economia nesta década, deveríamos ter 170 GW instalados em 2020. Isso daria um incremento de6GWpor ano nesse período. Se houver investidores de olho na rede já existente corremos o risco de ter a expansão minimizada", analisou o executivo. Ele ressaltou ainda a necessidade de isonomia e de modicidade tarifária que esse processo tem de trazer ao Brasil.

Recursos

Nesse horizonte de investimentos no setor elétrico brasileiro, Neto trabalha com estimativa de que a Eletrobras responda por 40% de todo o aporte. Pelo menos, em princípio, levando em conta que, dos R$ 30 bilhões anuais estimados no PDE 2020, a empresa fique responsável por R$ 12 bilhões como o planejado para 2012. Se esse valor se mantiver, a estimativa é de que a estatal arque com R$ l20bilhões.

Por este motivo, o presidente da estatal afirma que já foram feitas simulações de capacidade de investimentos. Nessas análises estão incluídas todas as formas de financiamento: do uso de recursos próprios após o pagamento de dividendos, com fontes tradicionais, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e da realização de novas captações externas, até mesmo a abertura de capital de empresas controladas e que ainda estão fechadas. A estimativa é de que assim o endividamento da empresa mantenha-se em níveis baixos e fique entre 3 e 3,5 vezes a relação entre o resultado Ebitda (lucro antes de impostos, juros, depreciação e amortização) e a divida líquida do grupo.

Projetos

Com os recursos em mãos - ou equalizados quanto à viabilidade financeira de sua execução - a Eletrobras se concentrará principalmente em grandes empreendimentos hidroelétricos. Os mais prementes neste caso estão na Bacia do Tapajós, que deverá ser o próximo grande grupo de usinas a serem colocadas em leilão pela Agência Nacional da Energia Elétrica (Aneel). Estas deverão ser as primeiras a serem construídas no conceito usina-plataforma, o que possibilitaria a manutenção da vegetação do entorno da usina.

Apesar desse foco na maior fonte de geração de energia elétrica no Brasil, a Eletrobras começa a se fortalecer também nas alternativas. Na próxima semana a estatal deverá participar do leilão A-3 e de energia de reserva com cerca de 1,2 GW de projetos eólicos como sócia em diversos parques. Outra fonte que entrará em estudo pela companhia é a solar, com uma usina em Florianópolis, que terá 1 MW de potência instalada e será gerenciada pela Eletrosul, sua controlada naquela parte do País.

Em termos de internacionalização, Neto afirmou que a empresa analisa a aquisição da participação de 20% na ED1 referente à fatia que o governo português possui na empresa e cujo valor pode chegar a 2 bilhões de euros. 'Ainda estamos analisando. Nossa intenção era a de ter 5%, mas como o governo português quer vender uma parcela maior, ainda estamos avaliando o negócio", concluiu o executivo.

Data	Veículo	Título
08 Ago 2011	Brasil Econômico	**Eletrobras planeja dobrar os investimentos anuais para $ 12 bi**

No ano passado, a companhia investiu R$5,3 bilhões; companhia aguarda definição de concessões para definir aplicação

Thaís Moreira

A Eletrobras, maior empresa do setor elétrico da América Latina, informou ontem que planeja dobrar o ritmo de investimentos até 2015, para cerca de R$ 12 bilhões por ano, em um esforço para acompanhar expansão da economia brasileira. Além disso, confirmou que mantém o interesse em comprar a parte do governo português na EDP.

O presidente da estatal, José da Costa Carvalho Neto, que está há seis meses no comando da empresa disse ontem que a Eletrobras investirá um total de R$ 12,6 bilhões em 2012, enquanto projeta dispêndio de R$ 10 bilhões neste ano. Em 2010, a companhia investiu cerca de R$ 5,3 bilhões.

Segundo Carvalho, dos R$ 12,6 bilhões previstos para até 2012, R$ 6,4 bilhões irão para o setor de geração, R$ 4,3 bilhões para o setor de transmissão e R$ 1,9 bilhão no segmento de distribuição.

"Estamos para divulgar o plano de investimento, estamos só esperando a questão das concessões para ter um valor mais exato", afirmou o executivo, em referência a concessões do setor elétrico que vencem a partir de 2015 e que precisam ser renovadas ou licitadas novamente. O governo ainda não tomou uma decisão, embora empresas do setor e agentes do mercado acreditem que haverá renovação.

Entre os projetos previstos para 2015, estão a entrada em operação da usina de Belo Monte, no Pará, terceira maior hidrelétrica do mundo.

O executivo acrescentou, porém, que os números ainda podem passar por ajustes. Segundo ele, o Brasil está passando por um desenvolvimento do setor terciário (serviços) e com isso ele avalia que para um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 1% ao ano, há necessidade de se ampliar a oferta de energia em 1,2%.

Concorrência na fatia da EDP

Além de anunciar os investimentos, a Eletrobras também confirmou o interesse de comprar a parte do governo português na EDP e pode acirrar a disputa com a empresa China Power. A companhia chinesa está disposta a aumentar a oferta inicial que era de obter 10% de participação. Agora planeja, em curto ou médio prazo,obter os cerca de 20% que devem ser ofertados pelo governo português.

A estatal brasileira encerrou o primeiro trimestre de 2011 com lucro líquido de R$ 1,3 bilhões e teve um crescimento de 147,1% em relação ao mesmo período de 2010, ante um prejuízo de R$ 519,8 milhões no último trimestre de 2010. A receita líquida atingiu R$ 1,1 bilhões neste trimestre. No quarto trimestre de 2010 a receita líquida foi de R$ 4,2 bilhões.

Data	Veículo	Título
10 Ago 2011	Valor Econômico	**Eletrobras vai disputar EDP com mais quatro grupos**

Josette Goulart | De São Paulo

O governo português parece que finalmente decidiu privatizar o controle da EDP, uma das maiores companhias daquele país, e a Eletrobras vai entrar na briga pelos 20% do capital da companhia que estão hoje sob controle estatal em Portugal.

Um negócio que deve ficar na casa dos bilhões de dólares. Se vencer, a estatal brasileira passará a ficar mais perto das gigantes elétricas mundiais. O Valor apurou, entretanto, que a disputa pode ser acirrada, mesmo com a crise financeira se agravando em todas as partes do mundo nos últimos dias. Além da Eletrobras, outros quatro competidores internacionais estariam no páreo pelos ativos portugueses. O grupo espanhol Iberdrola, os franceses da EDF, a alemã EoN e até um grupo estatal chinês estão na briga. Um dos maiores ativos de interesse dos grupos estrangeiros é justamente a atividade brasileira da EDP. A empresa é uma gigante mundial, sendo uma das maiores geradoras de energia eólica, mas seus resultados no Brasil representam quase um quarto de toda a companhia. No país, o grupo português é dono de duas distribuidoras de energia, que atuam nos Estados de São Paulo (Bandeirante) e Espírito Santo (Escelsa), além de um parque gerador que soma 2,1 mil megawatts (MW) de capacidade instalada.

O que mais preocupa o governo brasileiro é o apetite dos chineses na disputa, que poderiam aumentar sua presença no país. Indiretamente, os chineses já tem participação relevante na distribuidora Eletropaulo e na geradora Tietê, já que detém 15% do capital total da AES nos Estados Unidos. Sem contar que, diretamente, passaram a controlar mais de três mil quilômetros de linhas de transmissão depois que a estatal chinesa State Grid comprou a Plena Transmissoras por R$ 3 bilhões. Nessa disputa, os chineses desbancaram a Cemig.

Inicialmente a Eletrobras negociava comprar apenas 10% do capital da EDP. Mas de acordo com o presidente da estatal brasileira, José da Costa Carvalho Neto, o governo português já decidiu que vai vender 20% do capital da empresa e deve permanecer apenas com 5%, que estariam impedidos de ser vendidos. A expectativa é que o edital de privatização da companhia portuguesa seja logo divulgado. Uma das vantagens da Eletrobras, neste momento, seria justamente a crise, que pode reduzir o apetite das europeias e o real forte.

Para a Iberdrola, o ativo tem diversos atrativos. A companhia espanhola já é dona de 7% do capital da EDP e áreas de atuação na Europa, centradas em Portugal e Espanha, são praticamente contíguas. Além disso, a empresa ampliaria sua participação no Brasil, onde declaradamente tem centrado investimentos. Já para os alemães da EoN essa seria a oportunidade de entrar no país, onde já analisaram diversas oportunidades e chegaram a cogitar a compra das térmicas do grupo Bertin. A francesa EDF poderia voltar a investir em terras brasileiras como seu presidente já anunciou recentemente.

No mundo, a estatal elétrica portuguesa tem uma capacidade instalada de quase 22 mil MW. O faturamento da companhia chegou a 14,2 bilhões de euros em 2010 e o lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) foi de 3,6 bilhões de euros. Quase 20% disso gerado pelos negócios brasileiros. Os negócios da EDP estão espalhados por Portugal, Espanha, França, Bélgica, Polônia, Romênia, Estados Unidos e Brasil. A empresa é o terceiro maior grupo industrial português e o terceiro maior produtor mundial de energia eólica. A empresa também atua no setor de gás na Península Ibérica.

Data	Veículo	Título
22 Ago 2011	Valor Econômico	**Governo discute privatização de federalizadas**

Distribuidoras sob o comando da Eletrobras estão a caminho de terem seus controles vendidos

A possibilidade de privatização de alguns ativos do setor elétrico começa a se tornar uma opção viável e a ser estudada dentro do governo federal, O alto escalão já considera essa a melhor alternativa para as distribuidoras federalizadas que atuam em seis Estados do Norte e Nordeste do país, que estão hoje sob o guarda-chuva da Eletrobras. Mesmo petistas de carteirinha, em cargos estratégicos no setor elétrico, já aceitam a ideia e inclusive a defendem.

O Valor esteve com seis fontes importantes na Eletrobras, na Agência Nacional de Energia Elétrica e no Ministério de Minas e Energia. Todos dizem a mesma coisa: "sim, a privatização é possível". Esse, admitem, seria o caminho para melhorar a qualidade do serviço prestado pelas distribuidoras Amazonas Energia, Boa Vista Energia, Eletroacre, Ceron (Rondônia), Cepisa (Piauí) e Ceal (Alagoas).

A pecha da "privatização" é o maior obstáculo - por ser político - a ser superado e por isso ainda nenhum estudo formal foi solicitado. Mas se no governo de Luiz Inácio Lula da Silva qualquer discussão sobre o assunto era terminantemente proibida, desde que a presidente Dilma Rousseff apoiou e determinou o programa de concessão dos aeroportos a postura entre os colaboradores e no setor elétrico mudou.

Diversas soluções estão sendo vislumbradas para se fugir dessa questão política. Entre elas é tratar a privatização como uma parceria pública e privada", ou seja, vender o controle mas deixar a Eletrobras como sócia - a exemplo do modelo dos aeroportos em que a estatal Infraero será sócia dos investidores privados.

A ideia circula por várias instâncias e até conversas informais com executivos de importantes fundos de pensão já foram travadas para se saber o interesse nesse tipo de negócio. Os fundos se interessam, mas o modelo de negócios a ser definido seria fundamental, pois eventualmente envolveria a abertura de capital dessas empresas. Fora dos fundos de pensão, há também interesse. Comprar empresas como a Cepisa, que atua no Piauí, sempre foi um desejo declarado, por exemplo, da Equatorial Energia, que hoje é dona da Cemar (Maranhão), vizinha à Cepisa, e que ainda não conseguiu expandir sua atuação no setor elétrico.

Se a decisão for levada adiante e, principalmente, aceita politicamente, a expectativa do setor privado é de que a privatização comece a ser aceita também dentro de governos estaduais que têm hoje distribuidoras de energia com sérias dificuldades econômico-financeiras ou problemas com qualidade do serviço. Entre os exemplos a CEB, que enfrenta os problemas de anos sem investimentos que culminaram com queda na qualidade dos serviços.

A Celg, que atua em Goiás, também enfrenta problemas e busca um sócio para capitalizar a empresa que está altamente endividada, mas tem sido difícil conseguir sócios sem entregar o controle. A empresa de distribuição de Goiás precisa apresentar um plano de recuperação para a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e evitar um processo de caducidade da concessão, em que o Estado poderia perder o direito de operar a companhia. As eleições em Goiás, entretanto, foram marcadas pelas promessas de não se privatizar ativos.

O fim das concessões a partir de 2015 também pode ser usado como caminho para se buscar uma alternativa à privatização. Em entrevista publicada na semana passada pelo Valor, o diretor da Aneel, Julião Coelho, propôs que o governo permita a possibilidade de prorrogação desde que a agência tenha a prerrogativa de analisar, com base em critérios objetivos de qualidade e capacidade financeira, aqueles que podem permanecer com a concessão. Com isso, as empresas em dificuldades poderiam ter seus controladores alterados em novos processos de licitação e os atuais donos receberiam indenização pelos investimentos que realizaram e não foram amortizados.

Toda essa discussão em torno da privatização passou a se fazer necessária depois que a administração da Eletrobras começou a perceber que seus esforços para melhorar a qualidade de suas distribuidoras não surtiram efeitos. São seis concessionárias que há seis anos sangram os cofres da empresa. Desde 2008, só em conversão de dívidas em capital, as distribuidoras já consumiram cerca de R$ 5 bilhões da estatal, sem contar volume parecido que foi investido ao longo dos últimos dez anos. Mesmo assim, os prejuízos têm sido constantes e os índices de qualidade e perdas não estão a contento. A mais problemática é a Amazonas Energia, que tem sob seu atendimento toda a Zona Franca de Manaus.

Apesar das injeções de capital em anos anteriores nas distribuidoras, os balanços publicados em 2011 pela Eletrobras apresentaram um dado preocupante. Até o primeiro trimestre, o passivo de curto prazo estava a descoberto em R$ 750 milhões. Situação que levou os auditores privados da empresa a descreverem , pela primeira vez em suas notas de balanço, que há dúvidas sobre a continuidade operacional dessas companhias. O então diretor presidente das distribuidoras, Pedro Hosken, quando esse passivo se

apresentou pela primeira vez, afirmou que, sendo essas empresas públicas, só no longo prazo seria possível resolver o problema. Mas a Eletrobras já administra a situação dessas companhias há mais de dez anos.

O presidente da Eletrobras, José da Costa Carvalho Neto, diz que a empresas esta empenhada em fazer investimentos para melhorar a qualidade dos serviços. Neste ano vai investir R$ 897 milhões nas empresas e, entre 2012 e 2014, mais de 1,1 bilhão.

Energia Distribuidoras sob comando da Eletrobras estão no caminho de terem seus controles vendidos

Governo discute privatização de federalizadas

Josette Goulart
De Brasília

A possibilidade de privatização de alguns ativos do setor elétrico começa a se tornar uma opção viável e a ser estudada dentro do governo federal. O alto escalão já considera essa a melhor alternativa para as distribuidoras federalizadas que atuam em seis Estados do Norte e Nordeste do país, que estão hoje sob o guarda-chuva da Eletrobras. Mesmo petistas de carteirinha, em cargos estratégicos no setor elétrico, já aceitam a ideia e inclusive a defendem.

O **Valor** esteve com seis fontes importantes na Eletrobras, na Agência Nacional de Energia Elétrica e no Ministério de Minas e Energia. Todos dizem a mesma coisa: "sim, a privatização é possível". Esse, admitem, seria o caminho para melhorar a qualidade do serviço prestado pelas distribuidoras Amazonas Energia, Boa Vista Energia, Eletroacre, Ceron (Rondônia), Cepisa (Piauí) e Ceal (Alagoas).

A pecha da "privatização" é o maior obstáculo — por ser político — a ser superado e por isso ainda nenhum estudo formal foi solicitado. Mas se no governo de Luiz Inácio Lula da Silva qualquer discussão sobre o assunto era terminantemente proibida, desde que a presidente Dilma Rousseff apoiou e determinou o programa de concessão dos aeroportos a postura entre os colaboradores da presidente no setor elétrico mudou.

Diversas soluções estão sendo vislumbradas para se fugir dessa questão política. Entre elas, uma das preferidas é a de tratar a privatização como uma "parceria público e privada", ou seja, vender o controle mas deixar a Eletrobras como sócia — a exemplo do modelo dos aeroportos em que a estatal Infraero será sócia dos investidores privados.

A ideia circula por várias instâncias e até conversas informais com executivos de importantes fundos de pensão já foram travadas para se saber o interesse nesse tipo de negócio. Os fundos se interessam, mas o modelo de negócios a ser definido seria fundamental, pois eventualmente envolveria a abertura de capital dessas empresas. Fora dos fundos de pensão, há também interesse. Comprar empresas como a Cepisa, que atua no Piauí, sempre foi um desejo declarado, por exemplo, da Equatorial Energia, que hoje é dona da Cemar (Maranhão), vizinha à Cepisa, e que ainda não conseguiu expandir sua atuação no setor elétrico.

A ideia circula por várias instâncias e conversas com executivos de importantes fundos de pensão já foram travadas

Se a decisão for levada adiante e, principalmente, aceita politicamente, a expectativa do setor privado é de que a privatização comece a ser aceita também dentro de governos estaduais que têm hoje distribuidoras de energia com sérias dificuldades econômico-financeiras ou problemas com qualidade do serviço. Entre os exemplos estão a CEB, que enfrenta os problemas de anos sem investimentos que culminaram com queda na qualidade dos serviços.

A Celg, que atua em Goiás, também enfrenta problemas e busca um sócio para capitalizar a empresa que está altamente endividada, mas tem sido difícil conseguir sócios sem entregar o controle. A empresa de distribuição de Goiás precisa apresentar um plano de recuperação para a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e evitar um processo de caducidade da concessão, em que o Estado poderia perder o direito de operar a companhia. As eleições em Goiás, entretanto, foram marcadas pelas promessas de não se privatizar ativos.

O fim das concessões a partir de 2015 também pode ser usado como caminho para se buscar uma alternativa à privatização. Em entrevista publicada na semana passada pelo **Valor**, o diretor da Aneel, Julião Coelho, propôs que o governo permita a possibilidade de prorrogação desde que a agência tenha a prerrogativa de analisar, com base em critérios objetivos de qualidade e capacidade financeira, aqueles que podem permanecer com a concessão. Com isso, as empresas em dificuldades poderiam ter seus controladores alterados em novos processos de licitação e os atuais donos receberiam indenização pelos investimentos que realizaram e não foram amortizados.

Toda essa discussão em torno de privatização começou a se fazer necessária depois que a administração da Eletrobras começou a perceber que seus esforços para melhorar a qualidade de

suas distribuidoras não surtiram efeitos. São seis as concessionárias que há anos sangram o caixa da empresa. Desde 2008, só em conversão de dívidas em capital, as distribuidoras já consumiram cerca de R$ 5 bilhões da estatal, sem contar volume parecido que foi investido ao longo dos últimos dez anos. Mesmo assim, os prejuízos têm sido constantes e os índices de qualidade e perdas não estão a contento. A mais problemática é a Amazonas Energia, que tem sob seu atendimento toda a indústria da Zona Franca de Manaus.

Apesar das injeções de capital em anos anteriores nas distribuidoras, os balanços publicados em 2011 pela Eletrobras apresentaram um dado preocupante. Até o primeiro trimestre, o passivo de curto prazo estava a descoberto em R$ 750 milhões. Situação que levou os auditores privados da empresa a descreverem, pela primeira vez em suas notas de balanço, que há dúvidas sobre a continuidade operacional dessas companhias. O então diretor presidente das distribuidoras, Pedro Hosken, quando esse passivo se apresentou pela primeira vez, afirmou que, sendo essas empresas públicas, só no longo prazo seria possível resolver o problema. Mas a Eletrobras já administra a situação dessas companhias há mais de dez anos.

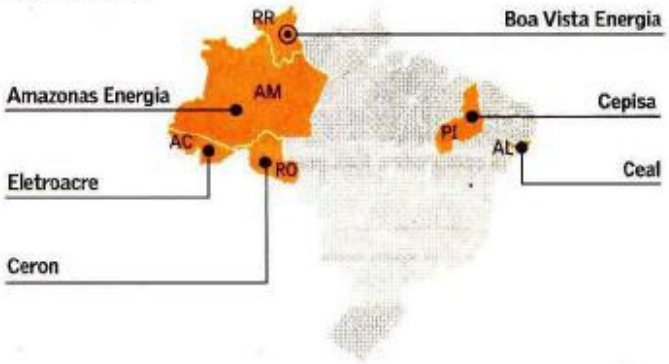
O presidente da Eletrobras, José da Costa Carvalho Neto, diz que a empresa está empenhada em fazer investimentos para melhorar a qualidade dos serviços. Neste ano, vai investir R$ 897 milhões nas empresas e, entre 2012 e 2014, mais de R$ 1,1 bilhão.

Carga pesada

As seis distribuidoras federalizadas devem somar um passivo descoberto de R$ 700 milhões este ano

Empresas	Lucro líquido		Receita operacional		Custos e Despesas		Financiamentos da holding	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
Amazonas Energia	-225	-1.315	—	—	—	—	—	—
Boa Vista Energia	—	—	—	—	—	—	—	—
Ceal (Alagoas)	34	-43	695	695	70 6	649	754	754
Cepisa (Piauí)	-111	-69	549	549	851	595	901	901
Ceron (Rondônia)	-10	14	659	659	637	638	630	630
Eletroacre	-10	13	198	198	193	198	173	173
Prejuízo total	-322	-1400	—	—	—	—	—	

Áreas atendidas



Raio X da distribuição

- Número de consumidores atendidos **3,292 milhões**
- Total de municípios **463**
- **3,1%** da energia consumida no país é distribuída pela Eletrobras
- Investimentos **R$ 822 milhões**
- Passivo a descoberto **R$ 554,3 milhões**

Fonte: Eletrobras

Data	Veículo	Título
22 Ago 2011	Valor Econômico	**Plano de Dilma é inferior à experiência da era FHC**

Valor Econômico
Plano de Dilma é inferior à experiência da era FHC

Os planos de privatizações de algumas distribuidoras no setor elétrico agora discutidas pelo governo Dilma Rousseff, se levados adiante, não serão amplos como o processo de desestatização no modelo adotado entre 1995 e 2002 no governo Fernando Henrique Cardoso. As empresas de geração e transmissão da Eletrobras, por exemplo, estão totalmente fora da lista.

No governo FHC, a desestatização na área de energia elétrica teve início com a venda da Escelsa, distribuidora que atua no Estado do Espírito Santo, que hoje está nas mãos do grupo português EDP. No âmbito federal, as vendas se resumiram à Escelsa, Light e à Gerasul, esta última arrematada pela Tractebel, que hoje faz parte do grupo GDF Suez. Ainda havia a intenção de se privatizar Furnas, mas mesmo dentro do governo FHC foi difícil fazer a venda em razão da forte pressão contrária dos grupos políticos que dominavam a estatal. E com isso a empresa segue como uma subsidiária da Eletrobras.

Quando a Gerasul foi vendida, apenas a Tractebel deu lance sem grande ágio e levou a empresa por US$ 880 milhões, segundo dados de 2002 divulgados pelo BNDES. A razão para um único participante, na época, se deveu à crise internacional que afugentou interessados. Mas a venda sem ágio, mesmo que por motivos fora do alcance do governo da época, acabou sendo argumento para os opositores contra o modelo de desestatização.

O programa de privatização da era FHC chegou ainda aos Estados, sendo o de São Paulo o maior vendedor. Ao todo, foram transferidas 17 distribuidoras e três empresas de geração. Em valores de 2002, segundo divulgação da época do BNDES, a receita da venda foi de US$ 22 bilhões. Foi nesse período que chegaram ao Brasil grandes grupos estrangeiros, que foram inclusive os maiores compradores de todo o processo de privatização. Se levado em conta todos os setores desestatizados, inclusive telecomunicações, os estrangeiros levaram 53% dos ativos que foram vendidos.

No setor elétrico, entraram no país por meio do programa de privatizações os americanos da AES e da Duke, os espanhóis da Iberdrola e da Endesa, os portugueses da EDP e os franco-belgas da GDF Suez. Todos ainda hoje no o país. O setor privado nacional também levou ativos importantes como a Camargo Corrêa, que na época junto com Votorantim e Bradesco, adquiriu o controle da CPFL. O fundo de pensão do Banco do Brasil comprou junto com a Iberdrola as distribuidoras da Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Norte. (JG)

Data	Veículo	Título
22 Ago 2011	Valor Econômico	**Cemar é tipo de parceria a ser copiada**

Dona de um terço do capital da Companhia Energética do Maranhão (Cemar), a Eletrobras pouco dá palpite em sua administração pois está feliz com o que acontece por lá. Em sete anos, viu a distribuidora sair de um estado falimentar, com serviço que deixava o cidadão maranhense, na média, 60 horas por ano sem luz, para uma situação em que os dividendos pagos já se aproximam de R$ 1 bilhão e a média de horas sem luz caiu para menos de 20.

Com números tão bons e promissores, não é à toa que a empresa é citada espontaneamente por membros do Ministério de Minas e Energia, que é comandado por um maranhense, o ministro Edison Lobão; da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel); e da própria Eletrobras. Mas todos esses executivos públicos sabem que a resposta para a saúde financeira da Cemar só foi possível de ser encontrada por meio do setor privado. O acionista majoritário é a Equatorial Energia, que tem como principais sócios os ex-executivos do Pactual hoje reunidos da Vinci Partners, comandados por Gilberto Sayão.

A empresa foi privatizada na era FHC, mas o grupo americano que assumiu a companhia teve seus próprios problemas e a concessão acabou sendo retomada pela União quando o GP Investimentos comprou a empresa por R$ 1 e fez um aporte de capital de R$ 100 milhões. A primeira medida tomada foi renegociar a dívida que tinha basicamente com a Eletrobras, que acabou transformando a dívida em capital, em 2004. A segunda foi demitir todos os 1.500 funcionários e recontratar número igual, para acabar com qualquer vício no processo. Alguns anos mais tarde, o GP deixou a empresa e vendeu sua participação para os atuais sócios.

A grande frustração da Equatorial foi justamente não ter podido repetir o modelo da Cemar em outras empresas da região, comprando empresas deficitárias e transformando a gestão. Mas o apetite por esse tipo de ativo continua presente na empresa. O presidente da Equatorial, Firmino Sampaio, diz que a companhia ainda tem predileção pelos ativos complicados e vai buscar esses ativos se estiverem à venda. O diretor financeiro da empresa, Eduardo Haiama, diz ainda que nem mesmo o terceiro ciclo de revisão tarifária, que vai alterar a forma de cálculo das tarifas e reduzir os ganhos das empresas, tira o apetite para a compra de novos ativos. "A Aneel quer privilegiar os melhores e premiar quem está melhorando", disse Haiama.

O terceiro ciclo tarifário, inclusive, trará grande impacto às já combalidas estatais pois perderão grande parte da receita. Mesmo sem saber que o assunto principal da reportagem do Valor era o possível processo de privatização das federalizadas, Haiama já falava em como a empresa se prepara para comprar ativos se alguns processos de privatização fossem adiante. A Equatorial tem uma alavancagem baixa que não chega a duas vezes a capacidade de geração de caixa de companhia. Mas dizia Haiama: "Mas se for um negócio grande, como por exemplo, se todas as federalizadas estiverem sendo negociadas, podemos fazer chamada de capital". Mas a Equatorial sabe que terá que enfrentar fortes competidores. (JG)

Data	Veículo	Título
23 Ago 2011	DCI	**Ações da Eletrobras sobem com rumores sobre distribuidoras**

São Paulo - As ações ordinárias da Eletrobras figuram entre os destaques de alta do Ibovespa ontem. Rosângela Ribeiro, analista do setor elétrico da corretora SLW, acredita que, além do resultado da empresa, que seria apresentado após o pregão, a notícia de que as distribuidoras federais podem ser privatizadas está afetando os papéis.

As ações ON subiram 1,90%, contra estabilidade do principal índice de ações brasileiro, o Ibovespa. Já os papéis PNB mostravam um fôlego menor, subindo 1,24%. O Índice de Energia Elétrica (IEE), que mede o desempenho do setor, subiu 0,29%.

Segundo informações que circulam no mercado, o governo estuda possibilidades de se livrar do rombo causado pelas distribuidoras federais de energia elétrica. Durante o ano de 2010, um acúmulo de R$ 1,5 bilhão em dívidas das seis principais companhias da holding ligada à estatal trouxe um prejuízo de aproximadamente R$ 500 milhões ao grupo.

Uma das alternativas para se livrar do problema e melhorar a eficiência da empresas seria montar uma parceria público-privada. O controle das distribuidoras seria vendido, mas a Eletrobras permaneceria como sócia do negócio. Este é o mesmo modelo adotado pela Infraero para repassar a administração dos aeroportos à iniciativa privada.

Rosângela vê um impacto positivo desta notícia nos papéis da empresa. "Deu um estímulo para as ações, que estavam muito defasadas. As outras do setor estão com desempenho pior, também, por causa de realização de lucros", afirma. Na máxima do dia, as ações PNA da estatal apresentaram alta de 4,66%.

Resultados trimestrais

Além da expectativa de venda das distribuidoras, o anúncio da empresa de que o resultado referente ao segundo trimestre de suas operações será divulgado após o pregão desta segunda movimentou as negociações com o papel.

A expectativa do mercado é que os números apresentados tenham vindo com mais força do que no mesmo período de 2010. "A melhora significativa na despesa financeira deve fazer com que o resultado da Eletrobras venha mais forte do que no ano anterior", analisa Rosângela. Até o fechamento desta edição, a companhia ainda não tinha apresentado seu balanço.

Data	Veículo	Título
23 Ago 2011	Folha de S. Paulo	**PMDB e PR perdem diretorias em Furnas**

PMDB e PR perdem diretorias em Furnas

Governo só preservou os nomes indicados pelo PT; troca amplia a insatisfação dos peemedebistas com o Planalto

Mudança desagradou o presidente interino do PMDB, Valdir Raupp, e os líderes Romero Jucá e Henrique Eduardo Alves

LEILA COIMBRA
DO RIO
NATUZA NERY
DE BRASÍLIA

O governo federal desalojou dois dos três partidos aliados que comandavam diretorias em Furnas: PMDB e PR. Na estatal, restaram apenas dois indicados pelo PT.

A empresa, de economia mista e capital fechado, é controlada pela Eletrobras e atua na geração e transmissão de energia em 11 Estados.

Ontem, o conselho de administração da companhia fez uma reforma em sua cúpula, com a saída de Luiz Henrique Hamann, da área financeira; Mario Márcio Rogar, diretor de Engenharia; e Márcio Antônio Arantes Porto, de Construção.

Hamann e Porto são indicações do PMDB. Rogar é ligado ao PR. Foram mantidos na cota petista Fernando Paroli Santos, diretor de Gestão Corporativa, e o diretor de Operação do Sistema e Comercialização de Energia, Cesar Ribeiro Zani.

A troca reforça a lista de insatisfações do PMDB e ocorre no momento em que o Planalto tenta convencer o PR a voltar ao bloco governista.

O presidente de Furnas, Flavio Decat, diz que escolheu os novos diretores. São pessoas ligadas a ele ao longo de sua carreira no setor.

Integrantes do Planalto dizem que a definição teve a bênção do ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, e da presidente Dilma Rousseff, que deu carta branca a Decat.

"Eu discordo do tom [desalojar]. Prefiro crer que fui colocado aqui para fazer uma gestão técnica e profissional. Não tenho nada contra os que saíram", disse Decat à **Folha**.

As diretorias de Engenharia e Construção foram reunidas em uma, a de Expansão. Ela será comandada por Márcio Abreu, ex-diretor técnico executivo de Itaipu. "Havia uma redundância e acabava que ninguém se responsabilizava pelas obras."

Uma nova diretoria foi criada, a de Planejamento, Gestão de Negócios e Participações. Ficará com Olga Simbalista, atual assessora da presidência da Eletrobras.

A diretoria de Finanças ficará com Nilmar Foletto, funcionário de carreira, que já trabalhou na Eletronuclear e estava na Light.

No início do ano, Dilma pretendia levar Decat para a Eletrobras, mas a crise em Furnas, com a circulação de dossiês e acusações entre petistas e peemedebistas, a fez rever a escolha.

INSATISFEITOS

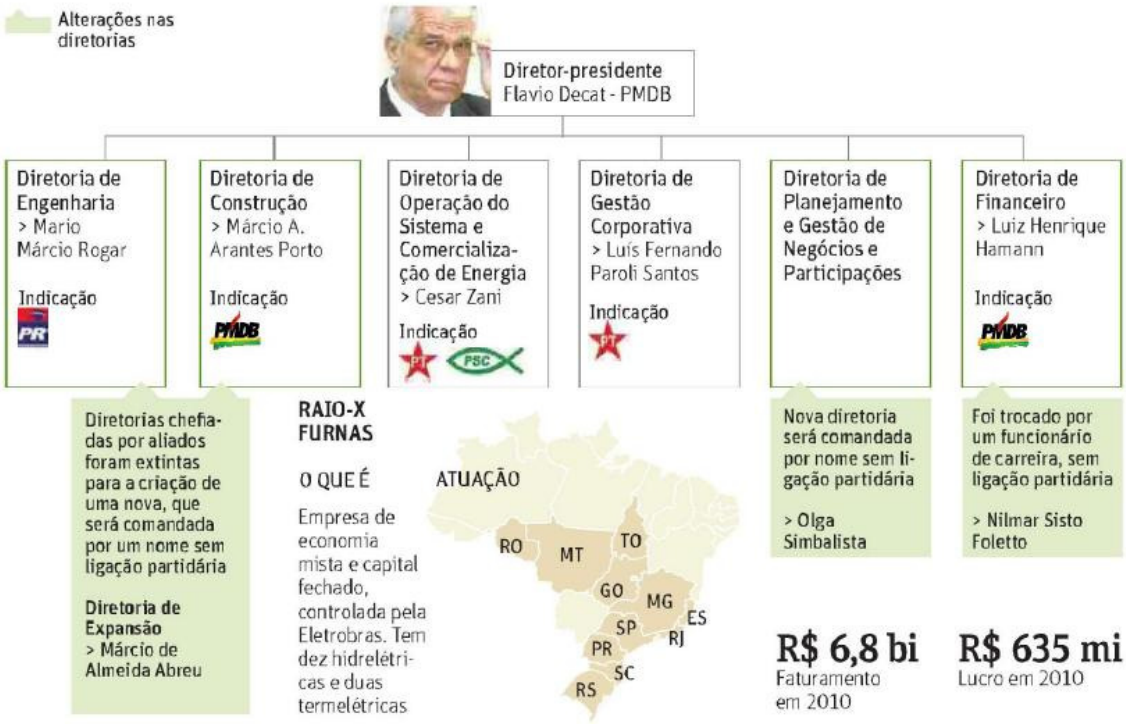
As mudanças na estatal irritam o PMDB. Os mais insatisfeitos são o próprio presidente interino da sigla, Valdir Raupp (RO); o líder do governo no Senado, Romero Jucá (RR); o líder da bancada, deputado federal Henrique Eduardo Alves (RN), e o deputado Eduardo Cunha (RJ).

Na diretoria de Construção, Marcio Porto era indicação de Raupp, enquanto o Luiz Hamann tinha o aval de Jucá. Alves e, principalmente, Cunha, eram donos da indicação de Carlos Nadalutti Filho, presidente de Furnas até a nomeação de Decat.

A avaliação de peemedebistas ouvidos pela **Folha** é que, se Dilma quer fazer uma "faxina"' no setor, toda a diretoria tem que ser trocada.

Colaborou MARIA CLARA CABRAL , de Brasília

REESTRUTURAÇÃO EM FURNAS Governo demite três diretores indicados por PMDB e PR e mantém petistas



Data	Veículo	Título
23 Ago 2011	Valor Econômico	**PMDB e PR perdem cargos em Furnas**

Por Cristian Klein

Depois da queda de dois de seus ministros nos últimos dois meses, por causa de escândalos nas Pastas da Agricultura e dos Transportes, o PMDB e o PR perderam ontem três cargos importantes no governo federal, com mudanças aprovadas pelo conselho de administração de Furnas.

Indicados pelo PMDB, os diretores financeiro, Luiz Henrique Hamann, e de Construção, Márcio Antônio Arantes Porto, serão substituídos, assim como o diretor de Engenharia, Mario Márcio Rogar, apadrinhado pelo PR.

Alterações na diretoria de Furnas haviam sido anunciadas pela presidente Dilma Rousseff desde fevereiro, quando ela nomeou Flávio Decat para a presidência da estatal. Reportagem publicada há um mês pelo Valor mostrou que a situação no primeiro e no segundo escalões da empresa continuava a mesma e até o ex-presidente, Carlos Nadalutti, permanecia como assessor do atual.

As mudanças ocorrem justamente num momento de enfraquecimento dos partidos envolvidos em escândalos de corrupção. A diretoria financeira de Furnas era uma indicação do senador Romero Jucá (RR), que ficou mal perante os próprios colegas do PMDB depois que seu irmão, Oscar Jucá, lançou acusações que abasteceram o escândalo que culminou com a demissão do ministro Wagner Rossi da Agricultura. A diretoria de Construção estava na cota do presidente em exercício do partido, o também senador Valdir Raupp (RO).

No lugar das indicações políticas, entram nomes técnicos, como era a orientação da presidente Dilma ao pôr Decat na presidência da estatal. A diretoria de finanças será comandada por Nilmar Foletto, funcionário de carreira de Furnas, que já atuou na Eletronuclear e atualmente estava na Light.

As cobiçadas diretorias de Engenharia e Construção foram reunidas numa só, como eram até 2005, e receberam o nome de diretoria de Expansão, que terá como titular o ex-diretor técnico executivo de Itaipu, Márcio Abreu.

Funções da área de engenharia, porém, foram transferidas para uma nova diretoria a ser criada, a de Planejamento, Gestão de Negócios e Participações. Ela terá à frente Olga Simbalista, ex-funcionária da Eletrobras. O setor ficará responsável pelo acompanhamento de novos negócios e parcerias da companhia, comercialização de energia elétrica, estudos de mercado, pesquisas e desenvolvimento tecnológico.

Para um ex-diretor da estatal, que elogiou a escolha dos nomes, as mudanças facilitarão o trabalho de Decat, que estaria isolado, diante de uma "aliança" de diretores indicados por partidos.

Data	Veículo	Título
23 Ago 2011	Valor Econômico	**Presidente de Furnas reformula suas diretorias**

Por Rafael Rosas

As mudanças anunciadas ontem no comando de Furnas não tiveram origem em indicações políticas, mas em necessidades operacionais para adequar a companhia "ao novo modelo do setor elétrico". A afirmação é do presidente da companhia, Flavio Decat, para quem o período de seis meses até as primeiras mudanças de diretoria foi antecipação de prazos, depois de "um silêncio obsequioso". "Foram seis meses para aprender. Não se pode chegar a uma estrutura como Furnas, gigante, achando que sabe rezar a missa."

Ontem, o conselho de administração de Furnas aprovou a proposta apresentada por Decat e criou a diretoria de planejamento, gestão de negócios e participações, que será comandada por Olga Simbalista. Além disso, as diretorias de engenharia e de construção, ocupadas respectivamente por Mario Marcio Rogar e Marcio Porto, foram fundidas na diretoria de expansão, que será comandada por Márcio Abreu. Por fim, Nilmar Foletto - ex-Furnas e Light - assumirá a diretoria de finanças no lugar de Luiz Henrique Hamman, que voltou para a Eletronorte.

"As mudanças são administrativas, ao abrigo de uma mudança de direcionamento de gestão. É algo mais profundo e consistente", frisou Decat, lembrando que a nova diretoria de planejamento terá, entre suas tarefas, que acompanhar as parcerias em consórcios em que Furnas é minoritária.

O presidente da estatal reforçou o foco dado pelo conselho de administração na expansão da companhia e na gestão. O executivo não descartou o crescimento via aquisições e revelou que a gestão passará por um acordo em negociação com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que deverá destinar entre US$ 500 mil a US$ 1 milhão a fundo perdido para contratar uma consultoria que analise a melhor adequação dos funcionários da empresa.

Decat garante que não haverá demissões, mas um programa de incentivo para desligamento. Atualmente, dos 5.001 funcionários de Furnas, 1.427 já demonstraram interesse no programa e o presidente acredita que até 1.000 poderiam ser desligados depois de um acordo. O número final, no entanto, só será fechado depois do trabalho da consultoria, que deve começar até o fim do ano.

Data	Veículo	Título
23 Ago 2011	Valor Econômico	**Furnas quer elevar margens e se preparar para renovação de concessões**

Por Rafael Rosas

RIO - A atual gestão de Furnas pretende elevar a margem Ebitda da companhia dos atuais 18% para 60% até 2015, de forma a "melhor enfrentar" o processo de renovação das concessões de hidrelétricas. Para o presidente da companhia, Flavio Decat, a melhor forma de buscar esse crescimento é ampliando a empresa nos setores de geração e transmissão.

Atualmente, Furnas tem 11.365 MW de capacidade instalada de geração. Desse total, 5.064 MW vencem em 2015 e outros 1.932 MW em 2017. Decat defende um processo de renovação das concessões, de forma a dar sustentabilidade às empresas.

"[A relicitação seria] Uma privatização das mais perversas, que significa pegar as empresas, tirar os ativos, e manter o custeio e o pessoal. É preciso que a questão seja vista com responsabilidade", afirmou Decat. "Furnas tem nove laboratórios. Não é apenas uma operadora", acrescentou.

O objetivo da companhia é seguir a determinação do conselho de administração de expandir aceleradamente a empresa, sem descartar aquisições. O foco está nos setores de geração e transmissão e Decat ressaltou a importância que os investimentos em energia eólica poderão adquirir.

No leilão de A-3 da semana passada, Furnas conseguiu vencer com projetos para gerar 85 MW em energia eólica, graças a projetos de torres de 140 metros de altura, treliçadas, nos moldes das torres de transmissão atualmente em uso pela estatal.

"Poderemos atuar com geração eólica e venda no mercado livre", disse Decat, acrescentando que a comercialização de energia está entre os focos de ação da sua gestão.

Data	Veículo	Título
23 Ago 2011	Valor Econômico	**Eletrobras faz revisão de seus controles internos**

Valor Econômico
Eletrobras faz revisão de seus controles internos

Entrevista - Fernando Macedo e Luiz Augusto Figueira

Por Nelson Niero, Cláudia Schüffner e Rafael Rosas

A auditoria externa da Eletrobras apontou deficiências nos controles usados para garantir a qualidade das informações usadas na elaboração das demonstrações financeiras da companhia, a holding estatal do setor elétrico.

As falhas foram descobertas durante o processo de preparação da empresa para ter registro na Bolsa de Nova York (Nyse), obtido em outubro de 2008.

As empresas com papéis negociados no mercado americano são obrigadas a ter seus controles internos testados pelo auditor independente para prevenir possíveis erros e fraudes.

Das 31 empresas brasileiras negociadas nos EUA, só Eletrobras e TAM tiveram ressalvas sobre os controles em 2009. A empresa aérea corrigiu o problema no ano seguinte.

Desde 2002, Brasil Telecom, Braskem, CSN, Embraer, Gol, Pão de Açúcar, Sabesp e Oi (Telemar) tiveram em algum momento problemas com controle relatadas pelos seus auditores.

O auditor da Eletrobras emitiu um parecer, com seis ressalvas, que consta de um documento enviado em julho, com atraso, ao órgão regulador do mercado de capitais americano (SEC, na sigla em inglês).

O chamado Formulário 20-F é uma espécie de balanço anual que as empresas estrangeiras com ações negociadas nos Estados Unidos têm que apresentar à SEC.

O documento, referente ao exercício de 2009, foi entregue com atraso de mais de um ano (o prazo regulamentar é de seis meses depois do fim do exercício).

O relatório de 2010 ainda não foi divulgado, mas a Eletrobras incluiu as considerações do auditor no Formulário de Referência, conjunto amplo de informações que passou a ser exigido pela Comissão da Valores Mobiliários (CVM), fiscal do mercado brasileiro, a partir de 2010.

Nesse documento, cuja primeira versão foi enviada à CVM no fim de maio com os dados de 2010, foi excluída uma das ressalvas, referente aos controles da usina de Itaipu.

Os problemas identificadas pela auditoria independente da empresa, a PricewaterhouseCoopers (PwC), vão desde a falta de controles eficazes para "prevenir e detectar distorções relevantes nas demonstrações financeiras" até "equipe interna com número insuficiente de pessoas com um nível satisfatório de conhecimentos contábeis [sobre as regras contábeis americanas]".

"As ressalvas do auditor não estão relacionadas aos números do balanço, mas aos controles internos e processos-chaves que garantem a confiabilidade dos números", diz Luiz Augusto Figueira, coordenador geral da presidência da Eletrobras.

"Ele identificou pontos de fraqueza que precisam ser aprimorados, mas nem por isso deu negativa de opinião ou deixou de auditar os números. Ele garante que aqueles números estão certos", afirmou Augusto Figueira. "[A mensagem do auditor foi] melhore alguns pontos de controle interno para garantir que o acionista tenha mais certeza desse investimento."

Fernando Macedo, gerente da divisão de controles internos do departamento de gestão de riscos da empresa, diz que em 2009 a empresa não tinha uma área de controle de gestão de riscos implementada. "Em 2010 criamos a área e estabelecemos a política de gestão de riscos, para acabar com esse problema." Mas, ele ressalta que a "atualização dos controles internos com a maturidade necessária tem um tempo mesmo".

Como parte de um projeto ambicioso de se tornar a "Petrobras do setor elétrico", a Eletrobras começou um processo de reestruturação para ganhar mais controles sobre suas coligadas, o que incluiu a adoção de uma sistema de gestão e de auditor únicos para todas as empresas do grupo.

José da Costa Carvalho Neto, presidente da Eletrobras, avalia que já houve um progresso "bom" e que a empresa está dando prioridade à questão da tecnologia, que inclui a adoção do software de gestão da alemã SAP.

"Vamos fazer um trabalho muito interessante sobre essas ferramentas de informática para dotar a Eletrobras de todos os recursos, não só nas empresas de geração e transmissão, mas também de distribuição", disse. "A integração para nós é fundamental, tem que começar com a parte de informática."

Contudo, ele admite que nem todas as empresas do grupo Eletrobras adotaram o sistema. Além da holding, Furnas, Eletronorte, Eletronuclear usam o SAP, as outras não. "Temos um sistema satisfatório na Chesf e na Eletrosul, mas não é o SAP. Não queremos que seja necessariamente o SAP. Queremos que os sistemas falem entre si, que sejam integrados. Tem diversas alternativas que analisamos e chegamos à conclusão das alternativas que são viáveis. Mas em todos os casos em que a alternativa é viável, tem um requisito: a integração", disse Carvalho Neto.

Leia a seguir a entrevista dada ao Valor por Fernando Macedo, gerente da divisão de controles internos do departamento de gestão de riscos da Eletrobras, e Luiz Augusto Figueira, coordenador geral da presidência.

Valor: O que aconteceu com o formulário 20-F?
Luiz Augusto Figueira: O 20-F é de 2009. Tinha uma divergência entre os dois auditores [BDO Trevisan e PricewaterhouseCoopers]. A gente fez uma consulta formal à [comissão de valores mobiliários americana] SEC no ano passado, e por isso que a gente atrasou o 20-F. Agora, esse reúne o consenso não só da Price como da BDO em relação aos investimentos temporários, que era a questão pendente da época. Não tinha nenhum problema de SOX [Lei Sarbanes-Oxley, de 2002], foi uma questão de como os investimentos iam ser tratados.

Valor: Investimentos relacionados a quê?
Figueira: Investimentos em participações. Basicamente como você ia avaliar esses investimentos, que tinham uma diferença de critério que a BDO tinha adotado nos anos anteriores e que a Price julgava ser correto adotar. Ela sugeriu que fosse feita uma nova abordagem, nós consultamos a SEC. Tivemos que refazer alguns cálculos e publicar esse formulário de 2009 com todos os novos cálculos.

Valor: O 20-F deste ano também está atrasado.
Figueira: É só uma questão de braço mesmo. A expectativa é liberar até dia 15 de agosto, já em IFRS [normas internacionais de contabilidade]. O foco foi fechar o de 2009, e você sabe que atrasamos balanço anual também. Mas já entregamos as demonstrações do primeiro trimestre e agora a prioridade é fechar o 20-F de 2010.

Valor: Por que estão atrasando tanto esses balanços?
Figueira: É uma pergunta para o financeiro, mas é que houve essa mudança do padrão contábil.

Valor: Mas a mudança foi para todas as empresas...
Figueira: Já viu o número de participações que a Eletrobras tem?

Valor: A Petrobras tem muito mais, e não atrasou.
Figueira: Muitas empresas já adotavam o padrão IFRS, as nossas não. Adotamos o padrão IFRS neste ano, tivemos uma série de motivos para isso. Eu preferia endereçar essa questão...

Valor: Para o presidente (risos).
Figueira: É. Para o diretor financeiro, para as pessoas que entendem desse assunto. Eu não me sinto nem confortável para tocar nesse assunto.

Valor: O que chamou a atenção é que a Eletrobras diz que tem seis pontos de deficiência no balanço, não tem nível razoável de segurança com relação a eles. Se ela tem seis dúvidas com relação ao que ela informa, é hora de ter papéis negociados na Bolsa de Nova York?
Figueira: A dúvida não é nossa. A questão foi colocada pela Price, que é o auditor, alguns pontos em relação aos controles internos. Não quer dizer necessariamente que são em relação aos números de balanço. Isso é muito importante, porque os números de balanço o auditor auditou e fechou. Ele não tem dúvidas com relação a números. Vamos separar uma questão: balanço, quando ele fecha os números, quando ele dá lá a receita bruta, ele não tem dúvida da receita bruta. Agora, o que ele quer dizer? Existe uma necessidade de controles internos que me garantam que aquele número foi gerado com confiabilidade, não teve chance de erro, e aí é que entra a SOX. Nessa questão da SOX, ele levantou seis pontos de advertência. O que a lei fala é a necessidade de você ter controles internos e processos chaves da sua organização que você garanta a confiabilidade dos seus números.

Valor: Pois é, aí o auditor diz que tais e tais deficiências relacionadas a ambientes de controle da empresa foram identificadas.

Figueira: Isso, ele identificou isso. Esse é o primeiro ponto. Quem identificou isso foi o olhar do auditor. Ele identificou que tem pontos de fraqueza que precisam ser aprimorados, mas nem por isso deu negativa de opinião ou deixou de auditar os números. Ele garante que aqueles números estão certos. Mas ele quer dizer o seguinte: "Olha, é preciso que você melhore alguns pontos de controle interno para você garantir, dar mais confiabilidade a esses números e garantir que o acionista tenha mais certeza desse investimento". Isso é o controle interno. O número do balanço não está errado. Isso é que é importante dizer. Vou passar para o Fernando falar pra ele te explicar em linhas gerais esses seis pontos que eles colocaram.

Valor: Vamos começar do item número um: "Não conseguimos manter efetivos controles internos sobre os dados financeiros baseados no critério do [Comitê de Organizações Patrocinadoras da Comissão Treadway sobre Controles Internos]".
Macedo: Existe uma regra na certificação da [Lei] Sarbannes-Oxley em que o controle interno para ser julgado como eficaz tem que estar operando em 31/12 do exercício fiscal, operando corretamente, mas não só naquela data, com um mínimo de maturidade de operação, baseada na sequência em que esse controle é executado. Quando fazemos uma atualização do sistema, aqui na Eletrobras, em Furnas, em várias de nossas empresas, usamos o [software] SAP como ferramenta de gestão. Nós tivemos dois grandes projetos, um de implementação do SAP em Furnas e outro de atualização do SAP na Eletrobras, e teremos agora na Eletronuclear também. Em que esses processos de atualização de ferramentas não é que tenha que instalar uma nova versão. Mudar conceitos a partir de melhorias que o sistema ganha, mudar conceitos operacionais. Ou muda a operação para fazer uma gestão mais eficaz, baseada numa ferramenta melhor, ou muda o processo, ou muda a forma como um controle interno é executado na empresa. Esse primeiro ponto que você destacou é o esforço da Eletrobras em conseguir, das empresas Eletrobras, em conseguir apresentar, em 31 de dezembro daquele exercício, controles maduros e operando o seu processo, tendo o seu processo operacional acontecendo tal como estava descrito em documentos à época que o auditor externo obteve esse acesso. Quando a gente não consegue, porque o sistema entrou em operação mais perto do fim do ano e foram precisos ajustes operacionais para ele se tornar maduro. Quando a gente não consegue isso em tempo hábil em 31 de dezembro, isso vira deficiência no ambiente de controle.

Valor: Essa deficiência que você diz por causa do atraso foi 31 de dezembro de 2009?
Macedo: Estamos falando de procedimentos que aconteceram em 2009, que foi o caso específico de Furnas, e procedimentos que se repetiram em 2010, que foi a atualização da Eletrobras. Especificamente em 2009. Agora, entenda uma coisa por favor, quando a gente atualiza um sistema dessa ordem e coloca um SAP em Furnas com muito mais interação entre as áreas da empresa, o ganho de processos na empresa é imenso. O difícil é conseguir atualizar toda uma documentação para fins de auditoria até o tempo hábil de 31 de dezembro. Veja só como é incongruente. Você provoca uma melhoria muito grande na empresa, porque as empresas não podem parar suas operações ou suas atualizações em função de uma certificação, você melhora, fortalece uma empresa, mas não tem tempo hábil par a mostrar para o auditor que a empresa está mais forte do que aquilo que ele viu anteriormente.

Valor: Eu entendo, mas as outras empresas conseguiram. Isso é uma fraqueza da Eletrobras? Uma fraqueza de Furnas? Poderia ter começado antes. Não estamos falando aqui de uma microempresa, de uma padaria. É uma empresa gigantesca.
Figueira: Só fazendo um paralelo, você está dizendo que as outras conseguiram, não é bem assim, não. Se você pegar os balanços das empresas que estão na SEC que fizeram adoção de SAP, elas todas têm duas ressalvas, pode até checar isso.

Valor: Existem várias ressalvas no relatório da PwC.
Figueira: Duas ressalvas mínimas. Uma é essa questão de ambiente interno, que não teve maturidade para testar o ambiente de controle, e essa questão de controle de acesso. Porque é uma questão complexa mesmo, de fazer segregação de função na hora que faz implantação. Não é fácil. O que o Fernando [Macedo] falou é que a gente tem bastante confiança que a implantação desse sistema vai gerar uma melhoria de processo muito grande para a organização. Não só para Furnas, mas para a Eletrobras, que fez no ano passado a sua atualização. A atualização dos controles internos com a maturidade necessária tem um tempo mesmo. E algumas já tinham o SAP instalado, mas outras empresas de capital aberto que fizeram implantação de SAP tiveram esse problema também.

Valor: Vamos para o segundo ponto. A empresa não realizou a avaliação adequada e identificação de riscos a fim de garantir que foram adequadamente projetados e implementados controles efetivos que preveniriam e detectariam erros relevantes nas demonstrações financeiras.
Figueira: Na época, em 2009, não tínhamos uma área de controle de gestão de riscos implementada e por isso a Price fez essa ressalva. Em 2010 criamos a área e estabelecemos a política de gestão de riscos, exatamente para poder acabar com esse problema, para mitigar esse problema. O que a Sarbannes-Oxley entende? Quanto mais forte for o seu processo de gestão de riscos, menos rigoroso você precisa ser nos controles internos operacionais. Tem uma política que protege contra lançamentos indevidos, contra fraudes subornos, qualquer prática indevida. A área de gestão de riscos nas empresas, e na Eletrobras também, e criou a política de gestão de riscos.

Macedo: A gestão de riscos que o Luiz [Figueira] está tratando aqui é a gestão de riscos corporativa. As áreas de negócios individualmente, por exemplo, ambiental, tecnologia da informação, jurídico, todas elas já tinham a gestão de seus riscos individuais, seus riscos de negócios. O que a gente está citando aqui é a gestão de riscos corporativa.

Valor: Essas ressalvas vêm à público em meio a denúncias de utilização política de Furnas. Há alguma relação?
Figueira: Quando o auditor coloca isso, ele não entra nesse viés, não. Ele está muito mais preocupado como o mecanismo de gestão interna, de gestão de risco, ligada ao Coso [Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission - Comitê de Organizações Patrocinadoras da Comissão Treadway sobre Controles Internos]. Ele tem regras muito claras de gestão de riscos, então verifica se você está seguindo isso "by the book" dele. A gente deu o exemplo do SAP em Furnas, mas não foi só esse o problema. Tem problemas em outras empresas também. A gente deu um exemplo para você, para você entender o que é um controle maduro, mas não foi só esse o problema. A questão toda é que as ressalvas não afetam nenhuma entrada ou saída de dinheiro no balanço, nenhum regis tro no balanço. Elas são simplesmente de controle. É questão mesmo de ter mais barreiras de controles internos ou menos. Vamos lá, para a terceira.

Valor: A empresa não desenhou e manteve de maneira adequada controles efetivos sobre a responsabilidade com respeito a controles internos das demonstrações financeiras e as necessárias linhas de comunicação através da organização. É notório que vocês não falam bem umas com as outras, quer dizer, as suas subsidiárias?
Macedo: Nós temos um conjunto de 15 empresas. Quinze empresas e algumas delas com posicionamento em sociedades de propósito específico. Nessa época de 2009 nem tanto, tinha algumas, mas não na quantidade que a gente tem hoje. A tarefa de consolidar informações financeiras nesse conjunto de empresas onde tenho subsidiárias dentro de subsidiárias e algumas sem capital aberto, sem ter que publicar dados diretamente à CVM, é um processo bem complexo de consolidação e recebimento dessas informações para efeito de consolidação. De fato, é algo que a Eletrobras hoje está fazendo uma análise processual para observar as oportunidades de melhoria na brevidade do processo de consolidação, mas foi algo que em 2009 foi muito difícil conseguir os dados suficientes pra conso lidá-los. Consolidamos, mas tivemos dificuldade de conseguir em tempo hábil.

Valor: A questão número quatro: a empresa não preparou e manteve de maneira adequada políticas de tecnologia da informação efetivas, incluindo aqueles relacionados à segregação de função, segurança e acesso aos programas e dados de aplicações financeiras.
Macedo: Segregação de função é todo aquele cuidado que a gente tem de não dar superpoderes para algum usuário em transações mais complexas. Somente agora, em junho de 2011, que a Eletrobras conseguiu superar o imbróglio da Lei 8.666 [de Licitações], que é aquela lei de contratações, a lei que rege a Eletrobras. A gente conseguiu superar a fase jurídica de análise de aquisição para contratar uma ferramenta da própria SAP, que é a ferramenta integrada ao ambiente de gestão, que faz o monitoramento dessas questões de sensibilidade quanto à segregação de função e o automatizado. A gente está falando de uma empresa que tem bastante usuários SAP, não só a Eletrobras holding, como suas subsidiárias. E você tem uma análise que você tem que fazer para diminuir os poderes, fragmentar, fracionar os poderes dos usuários. É o que a ferramenta faz. Fomos ao jurídico, já que não havia fornecedores no mercado que fornecessem o mesmo tipo de ferramenta, a Eletrobras foi a primeira empresa que de fato entrou com a contratação para uma ferramenta desse tipo com a 8.666, com transparência. A Petrobras tem a forma dela de contratação mais rápida.
Figueira: Nós ainda não temos esse regulamento simplificado, porque ele depende de um decreto presidencial. A gente tem que usar a 8.666.
Macedo: Aprovamos agora em junho de 2011, correndo atrás historicamente dessa questão da segregação de função, do acompanhamento dela, com a solução de compras aprovada, o processo já foi encaminhado esse mês para a área de aquisições, o jurídico já deu o parecer favorável, estamos soltando agora o edital, o edital não, a compra direta do SAP, da ferramenta. Isso para a gente é um passo importante.

Valor: Quanto custa uma ferramenta dessas?
Macedo: Ela não é uma ferramenta cara, a questão é tecnológica. A Lei 8.666 fecha muito a gente para contratação de softwares porque ela pede uma transparência para o mercado de que eu estou sendo justo e aberto para todos os fornecedores possíveis. O que não existe são fornecedores que apresentam uma solução como a que a SAP já apresenta que tenha esse grau de integração que a ferramenta dele tem com o próprio sistema dele. Justificar isso juridicamente perante a lei é algo que dá muito trabalho. Eu não vou revelar aqui valores para não prejudicar o próprio fornecedor, mas não é uma ferramenta cara em si, em que o preço seja o problema em questão. É muito mais a argumentação perante a lei de ter um contratação transparente.

Valor: Isso aconteceu com Furnas, quando era presidida pelo José Pedro Rodrigues.
Figueira: Exatamente. Naquela época ele estava tentando contratar o SAP.

Valor: Foi em 2007. Está mais fácil a Petrobras virar a Eletrobras do setor de petróleo do que o contrário... (risos).
Macedo: Para começar, eu gostaria de ter o mesmo processo de aquisição que eles.
Figueira: Isso seria o melhor, porque a gente sofre muito aqui.

Valor: Outro ponto: a empresa possuía controles inadequados para identificar e monitorar conflitos de acesso de usuários de tecnologia de informação relacionados a aplicações financeiras.
Macedo: Essa é uma divisão daquilo do que a gente já conversou com você. O controle de acesso e segregação de função. Nós falamos da mesma ferramenta.
Figueira: Por exemplo, na tesouraria, o cara que habilita o pagamento não pode ser o mesmo que aprova o borderô para o banco. Isso é o controle de acesso. Se em alguma empresa em que ele fez o teste ele pegou o cara fazendo as duas coisas, ele achou deficiência. E às vezes as empresas não estavam preparadas, com estrutura de pessoal para ter pessoas diferentes nesses processos-chaves. Foi o que o Fernando [Macedo] falou, com a aquisição dessa ferramenta a gente acredita que vai ter muito mais mobilidade para fazer isso, condições de fazer um diagnóstico mais preciso disso. Mais até do que a gente já está fazendo para 2010.
Macedo: Suponha que nós dois sejamos dois técnicos da empresa, o Luiz [Figueira] trabalha no contas a pagar e eu, Fernando, na tesouraria. Conceder um acesso ao Luis significa abrir certas funções do SAP para o Luiz acessar e fazer as atividades dele. Elaborar um perfil que respeite segregação de função é só fornecer o mínimo de poderes para o Luiz realizar a atividade dele. Esse cuidado do desenho olhando para o que cada área faz na empresa separando suas funções e atividades. Lógico que os dois temas estão ligados intimamente à ferramenta que mencionamos agora à pouco.

Valor: Outro ponto diz que vocês não têm controles operacionais para garantir a revisão apropriada e o monitoramento relacionados com a preparação de demonstrações financeiras pelas regras americanas. Além disso, não havia pessoal da contabilidade interna com conhecimentos adequados dessas regras para supervisionar e revisar o processo de contabilidade.
Macedo: São criadas leis todo dia, toda hora. No mundo da contabilidade existe também uma série intensa de atualizações de pronunciamentos contábeis. E existem pronunciamentos contábeis para o mundo do US Gaap [normas americanas]. E existem pronunciamentos contábeis para o IFRS [normas internacionais], que é padrão para [cerca de 100 países]. Então, a quantidade de pronunciamentos é imensa. E nós não tínhamos na Eletrobras, e não estava previsto no nosso quadro o quantitativo de pessoal dentro da contabilidade que acompanhasse rotineiramente nossos pronunciamentos para elaboração do US Gaap. Para isso nós temos um contrato com consultoria, isso era vigente em 2009 e em 2010 e agora para o IFRS, temos contrato com uma grande consultoria que trabalha com esse tipo de acompanhamento de empresas que nos presta o serviços de auxiliar na elaboração do US Gapp conforme os pronunciamentos vigentes. Para atender as adequação do US Gaap para efeito do 20-F havia consultoria especializada contratada. O que a Price reforça é que além de ter consultoria, é importante para garantir a continuidade da gestão desse conhecimento que as empresas tenham, em seu quadro, pessoas que façam acompanhamento rotineiro desses pronunciamentos.
Figueira: O que estamos fazendo, e já tomamos providências para isso, é ter um megaprograma de treinamento e formação de profissionais na especialidade do IFRS. Além de manter a consultoria vamos ter os profissionais ligados à empresa para sanar essa deficiência. Em 2009 era o US Gaap e agora é o IFRS. Hoje o consenso é que o novo padrão IFRS adotado mundialmente e SEC aceita balanços estrangeiras tanto no US Gaap quanto IFRS.

Valor: Quantos desses problemas acabam no 20-F de 2010?
Figueira: Ainda não fechamos o de 2010, mas expectativa, pelo menos para 2011, é que o número vai ser bastante reduzido. Claro que não temos bola de cristal para a hora que o auditor for fazer o teste, mas vamos dizer o seguinte, que a administração está tomando todas as providências para reduzir isso bastante e para que a gente não tenha nenhum tipo de apontamento do auditor no 20-F
Macedo: Apesar de estarmos falando de 2009, já adiantamos algumas coisas de 2010. Mencionamos na questão dos ambientes de controle interno de 2009 a questão da implantação do SAP em Furnas. Mas já adiantamos que em 2010 processos similares de atualização muito grande aconteceram na holding Eletrobras. Devemos ter ainda alguma pontuação parecida com aquela primeira, porque agora estamos falando do universo de uma outra empresa que tem um universo de controle bem relevante dentro da certificação SOX. Quando falamos também sobre a ferramenta de controle de acesso etc., apesar de estar direcionando algo que existiu desde 2009, eu citei para você o mês de junho de 2011. Foi quando a empresa conseguiu desenrolar a contratação. Então é algo que porventura aparecerá, também no 2010. Talvez de uma forma mais atenuada, até porque ele já sabe a forma como estamos tentando solucionar.

Data	Veículo	Título
23 Ago 2011	Valor Econômico	**Itaipu invoca tratado e evita auditoria**

Não é tarefa simples uma revisão dos controles internos da Eletrobras, uma empresa estatal com várias controladas - ou "descontroladas", na expressão de um ex-presidente da própria companhia, espantado com o grau de autonomia de suas lideradas.

Nesse ambiente muitas vezes politicamente delicado, Itaipu é um caso especial. Apesar de a estatal brasileira ter 50% das ações da maior hidrelétrica do mundo em capacidade de geração e responsável por 16% de toda a energia consumida no país, seu auditor não tem acesso irrestrito aos números.

No balanço de 2009 entregue neste ano ao regulador do mercado de capitais americano, a PwC reporta falta de controles na "unidade de negócio" Itaipu Binacional relacionada à contabilização de ativos. Na época, Itaipu era auditada pela BDO. A PwC quis revisar os controles da usina, mas a administração não aceitou.

Procurada, a PwC não quis se pronunciar. O Valor apurou que a questão foi resolvida por meio de "cartas de conforto" - o que quer dizer que a auditoria continuou sem acesso aos números.

O Tratado de Itaipu - assinado pelo Brasil e o Paraguai em 1973 e que transformou a área da usina numa espécie de protetorado onde nem o Tribunal de Contas da União pode entrar - foi a barreira encontrada pela PwC para coletar dados diretamente na empresa.

A Eletrobras diz que a PwC não aceitou o trabalho da BDO, apesar de essa possibilidade ser prevista pelos reguladores americanos. O fato é que as normas de auditoria mais recentes limitam muito a aceitação, pelo auditor principal, da opinião de outra firma.

A direção de Itaipu e da Eletrobras informam ainda que o veto da direção de Itaipu invocou os termos do tratado, que determina que a usina pertence igualmente aos dois países, significando que ninguém tem o controle.

"Assim, não há relação de hierarquia, como acontece com as subsidiárias da Eletrobras, o que impede de auditores da holding de obterem informações da Binacional", diz a Eletrobras.

Segundo a estatal, desde 2009 os processos operacionais de Itaipu relevantes para o mercado americano são auditados por uma equipe interna de auditoria. Antes, o problema foi contornado porque tanto Itaipu quanto a Eletrobras eram auditadas pela mesma empresa, a BDO Trevisan, "que realizou testes de controles internos pertinentes à lei Sarbanes-Oxley [que estabeleceu a revisão dos controles internos], tanto no Brasil quanto no Paraguai".

O tratado estabelece ainda que a usina não pode gerar lucro ou prejuízo para nenhum dos países. O superávit de Itaipu em 2010 - US$ 466 milhões - é contábil e não serve de base para cálculo de dividendos ou qualquer movimentação financeira.

Com isso os resultados de Itaipu têm impacto zero no resultado consolidado da holding Eletrobras, argumenta a administração da hidrelétrica. "Ainda assim, a PwC insiste em ter acesso aos números de Itaipu por entender que ela deve ser considerada no aspecto do valor de seu ativo, por este ser relevante para a Eletrobras", informa a holding.

Os resultados da usina binacional apurados anualmente são acumulados na rubrica "resultados a compensar", que engloba os déficits e superávits desde o início das operações. O saldo acumulado até 2010 é um déficit de US$ 362 milhões.

"O Tratado de Itaipu prevê o equilíbrio entre as receitas e as despesas da entidade, o qual é respeitado e apresentado na demonstração das contas de exploração e respectivas notas explicativas, que estão disponíveis no site da Itaipu para acesso ao público em geral", informa a direção brasileira de Itaipu. (CS e NN)

Confira a seguir o parecer da PwC sobre os controles internos da Eletrobras:

(I) Falta de um ambiente de controle interno eficaz, considerando que as deficiências de controle interno não foram corrigidos em tempo hábil; a companhia não definiu adequadamente a responsabilidade com relação aos seus controles internos sobre demonstrações financeiras e as linhas de comunicação necessárias em toda a organização; a companhia não fez uma avaliação adequada para identificar riscos de modo a assegurar que controles eficazes foram adequadamente concebidos e implementados de maneira a prevenir e detectar distorções relevantes nas demonstrações financeiras; e a companhia não projetou e manteve adequadamente estratégias de tecnologia de informação eficazes, incluindo aquelas relacionadas à

segregação de funções, segurança e permissão e monitoramento de acesso ao seus programas de aplicação financeira e de dados;

(II) Falta de processos eficazes de inspeção e monitoramento e de documentação relativa ao registro de entradas de livro diário recorrentes e não recorrentes;

(III) Falta de controles efetivos para garantir a integridade/precisão dos depósitos judiciais e processos legais, incluindo revisões periódicas/atualizações deles e as perdas esperadas para fins de regime de competência;

(IV) Falta de controles efetivos para garantir a integridade/precisão ou a revisão/acompanhamento dos planos de benefícios pós-aposentadoria (planos de pensão), patrocinados pela companhia, incluindo detalhada revisão das premissas atuariais, reconciliação entre os relatórios de avaliação atuarial e registos contabilísticos, bem como o fluxo de caixa para os pagamentos de contribuição;

(V) Falta de controles eficazes da unidade de negócios Itaipu Binacional com relação à sua contabilização de ativos fixos;

(VI) Falta de controles eficazes para assegurar o adequado exame/acompanhamento relacionados com a preparação das demonstrações financeiras de acordo com os princípios contábeis amplamente aceitos nos Estados Unidos da América (US Gaap) e respectivas divulgações e equipe interna com número insuficiente de pessoas com um nível satisfatório de conhecimentos contábeis em US Gaap.

Data	Veículo	Título
25 Ago 2011	Canal Energia	**Eletrobras pode ficar com o controle acionário da CEA**

Amapá propôs, em reunião de GT da qual a estatal participou, que a União fique com 84,1% da distribuidora

Da Agência CanalEnergia, Negócios e Empresas

O governo do Amapá apresentou proposta para o saneamento da CEA ao grupo de trabalho do Ministério de Minas e Energia, que estuda formas de salvar a distribuidora da caducidade da concessão. Pela proposta, a União assumiria o controle da empresa ao ficar com 84,1% e parte das dívidas. Com isso, o estado ficaria com 15,8% e as prefeituras já sócias da concessionária com o restante.

O presidente da Eletrobras, José da Costa Carvalho Neto, que participou da reunião, elogiou a iniciativa do governo do estado do Amapá em fazer uma proposta para solucionar as dificuldades da empresa e afirmou que "o pior que se pode fazer pela CEA é deixar como está". Se a proposta se concretizar, a Eletrobras pode ser a responsável pela operação da distribuidora.

A dívida da CEA, atualmente, está em cerca de R$ 1,6 bilhão e, de acordo com o governo do estado, será reduzida pelas medidas saneadoras da atual gestão. O governo estadual afirmou que a proposta permite que a CEA receba capitalização suficiente para liberar a tarifa e realizar os investimentos necessários para o desenvolvimento do estado.

O diretor presidente da companhia, José Ramalho, disse aos membros do Grupo de Trabalho que aquele era um ponto de partida para se ampliar as discussões sobre o tema e que o GT poderá fazer uma contraproposta. A sugestão foi entregue ao secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia, Marcio Zimmermann, que afirmou que agora as negociações se darão entre o MME e o Ministério da Fazenda.

O diretor presidente José Ramalho garantiu que as ações de negociação e a recuperação de débitos da empresa continuam, e que as medidas saneadoras também tranquilizaram os técnicos do Tesouro Nacional que acompanhavam a reunião. "O valor da dívida pode ser reduzido até que a situação esteja completamente resolvida, reduzido o impacto no Tesouro Nacional", disse José Ramalho.

Amapá negocia com Eletronorte e Petrobras para reduzir endividamento da CEA

O governador do Amapá, Camilo Capiberibe, reuniu-se na semana passada com representantes da Eletronorte e Petrobras. O encontro debateu e alinhou ações positivas para a resolução do setor energético do Estado. Também participou do encontro o diretor presidente da CEA, José Ramalho. Durante a reunião foi definido que a Petrobras será incluída no Grupo de Trabalho composto pela CEA, Ministério de Minas e Energia e Eletronorte, que trabalha maneiras de resolver o caso da dívida da CEA com a União e outras instituições.

Outro encaminhamento foi a sugestão do encontro de contas, entre CEA, Eletronorte e Petrobras, após levantamento de receitas e dívidas entre as empresas, com o intuito de amortizar o débito da CEA com as concessionárias de energia.

Segundo o diretor presidente da CEA, a Eletronorte e a Petrobras, durante o período de 2001 a 2010, deixaram de repassar ao Estado o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS). Ele disse que a decisão judicial foi revogada em 2010 pelo Supremo Tribunal Federal, que ordenou o pagamento do valor do ICMS ao Governo do Estado do Amapá.

O presidente da CEA afirmou que a proposta é o cruzamento de contas do ICMS devido pela Petrobras e Eletronorte, no valor de R$ 219 milhões, contra os R$ 77 milhões da dívida da CEA com a estatal brasileira. Ao todo, a dívida da Companhia de Eletricidade do Amapá com seus credores soma R$ 1,6 bilhão. Com o encontro de contas e outras medidas já tomadas, a expectativa é reduzir o endividamento para R$ 500 milhões.

A CEA também instituiu uma comissão para atender às demandas exigidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica. O objetivo da comissão é concentrar em um único setor toda a documentação recebida e enviada para a Agência. Segundo José Ramalho, a comissão foi criada para que a distribuidora não receba mais multas por procedimentos internos, como perda de prazos para envio de documentos
A Comissão Regulatória é formada por Francisco Régio Costa, Lucia Lemos e Josiane Brazão. A comissão foi apresentada pelo presidente da empresa, informando que o primeiro passo da comissão é fazer um levantamento das multas e de todas as pendências de informações para a Aneel.

Data	Veículo	Título
29 Ago 2011	Folha de S. Paulo	**Orçamento de obras estoura e motiva 'faxina' em Furnas**

Orçamento de obras estoura e motiva 'faxina' em Furnas

A construção das hidrelétricas de Batalha e Simplício pode causar prejuízo de R$ 200 milhões, aponta o TCU

Estudos de viabilidade malfeitos farão com que as obras custem o dobro do que estava previsto, aponta relatório técnico

DIMMI AMORA
DE BRASÍLIA

Estudos de viabilidade malfeitos estão resultando em obras públicas que já custam mais que o dobro do preço previsto e que poderão gerar prejuízo de cerca de R$ 200 milhões.

O enredo é semelhante ao da crise nos Transportes. Mas o órgão é outro: Furnas Centrais Elétricas.

Indícios de irregularidades em obras da estatal motivaram semana passada a troca de três diretores.

As mudanças, feitas com a anuência da presidente Dilma Rousseff, desalojaram dois dos três partidos aliados que comandavam diretorias em Furnas: PMDB e PR.

A estatal está construindo com recursos próprios duas hidrelétricas: Batalha e Simplício. Em ambas, o TCU (Tribunal de Contas da União) já apontou indícios de superfaturamento.

O estudo de viabilidade de Batalha (na divisa entre MG e GO) orçava a obra em R$ 460 milhões. O valor pulou para R$ 868 milhões e, segundo dados da própria empresa, está em quase R$ 1 bilhão.

A obra tem atraso de quase dois anos, que deve se estender por mais dois.

Além disso, segundo o TCU, a usina vai dar um prejuízo a Furnas de, no mínimo, R$ 177 milhões. O cálculo considera o custo da obra e o retorno que ela pode dar.

Batalha fica na cabeceira do rio São Marcos. Abaixo desta usina foi construída uma outra, Serra do Facão, e há projeto para uma terceira.

O reservatório de Batalha vai ajudar a dar mais água para essas usinas, que são 51% privadas e poderão, as-

sim, gerar mais energia e lucrar m0ais.

"[Batalha] inunda muito, é pequena e absurdamente cara. Por si só, ela não se justifica. Furnas entra com o prejuízo para beneficiar uma empresa em que ela é minoritária", diz Luiz Pinguele Rosa, diretor da Coppe/UFRJ e ex-presidente da Eletrobras.

Para o TCU, o estudo de viabilidade de Batalha foi "falho", "inadequado" e trouxe "distorções à percepção econômico-financeira do empreendimento".

Em Simplício (divisa entre MG e RJ), a história não é diferente. O projeto, em valores atualizados, não passaria de R$ 1,2 bilhão. Os valores já estão em R$ 2,2 bilhões.

A usina está atrasada e, segundo o TCU, há sobrepreço de pelo menos R$ 53 milhões. Nesse caso, o órgão determinou que Furnas cobre de volta valores pagos a mais.

Neste ano, a presidente Dilma Rousseff trocou o presidente da estatal, instalando Flávio Decat no lugar de Carlos Nadalutti, indicado pelo deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ).

A realização de Batalha e Simplício com participação de Furnas em 100% foi aprovada no conselho da empresa em dezembro de 2005. Os estudos foram chancelados pelo diretor de Engenharia, Mário Marcio Rogar (indicado pelo PR), que perdeu o cargo em agosto.

PREJUÍZO MILIONÁRIO

Problemas de projeto e de gestão estouraram o orçamento de hidrelétricas

USINA DE BATALHA
Com problemas financeiros, ambientais e sociais, suas obras estão atrasadas e seu custo mais do que duplicou

Previsão inicial de conclusão	Set.2009
Capacidade (mwh)	52,5
Energia vendida por Furnas (mwh)	47

USINA DE SIMPLÍCIO
As obras estão atrasadas, o orçamento estourou e o TCU está apontando sobrepreço

Previsão inicial de conclusão	Set.2010
Capacidade (mwh)	323,7
Energia vendida por Furnas (mwh)	185

OS CUSTOS Estimado Atual

BATALHA	R$ 460 mi*	R$ 980 mi**
SIMPLÍCIO	R$ 1,2 bi	R$ 2,2 bi

* Data-base agosto de 2008. ** Previsão Fontes: TCU e Estudo de Viabilidade de Batalha

› OUTRO LADO ‹

Estatal defende construção da hidrelétrica de Batalha

Em relação à usina de Simplício, Furnas diz que irá obedecer às determinações do TCU, repactuando o contrato

DE BRASÍLIA

A estatal Furnas Centrais Elétricas defende a construção da Usina de Batalha. Diz que ela "é uma usina de grande importância para o Sistema Interligado Nacional, por apresentar um grande reservatório e estar situada na cabeceira do rio, proporcionando, assim, a regularização de toda a cascata".

Furnas diz que, além de Serra do Facão, outras oito usinas se beneficiariam da regularização em Batalha. Segundo a estatal, esse benefício foi calculado e incorporado no valor que Batalha recebeu quando foi a leilão.

Diz que o estudo de viabilidade foi feito por empresa reconhecida no mercado e leva em conta o benefício a todo o sistema, e não só a quantidade de energia gerada.

Além disso, aponta que os estudos foram aprovados pelo Ministério de Minas e Energia e pela Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica).

Sobre os custos, informa que nas obras houve troca de alguns itens por outros e que não há prejuízo, mas queda na rentabilidade do projeto.

Em relação à usina de Simplício, disse que "irá cumprir, dentro do prazo, as determinações do TCU", repactuando o contrato.

Sobre o uso da água e a licença ambiental, informa que tudo foi aprovado pela ANA (Agência Nacional de Água) e pelo Ibama.

O ministério disse que a responsabilidade pela aprovação do estudo é da Aneel e que eventuais aumentos de custos "deverão ser absorvidos pelo empreendedor [Furnas] e não repassados aos consumidores".

A Aneel informou que as condições para a Usina de Batalha são as estabelecidas no contrato de concessão. "Para o consumidor não há qualquer impacto caso se verifique um desvio no custo."

A PCE afirmou que não faz parte da gestão do empreendimento e que os acréscimos aconteceram devido a questões imprevisíveis.

Data	Veículo	Título
31 Ago 2011	Valor Econômico	**Eletrobras prepara estatuto para Nível 2 de governança corporativa**

Por Graziella Valenti | De São Paulo

A Eletrobras está preparando seu estatuto social para o Nível 2 de governança corporativa da BM&FBovespa. As mudanças serão submetidas a assembleia de acionistas, marcada para o próximo dia 9 de setembro.

Apesar de já ter convocado a reunião que aprovará as modificações no documento, a companhia ainda não chamou a assembleia que tratará da adesão propriamente. Consultada, a empresa não comentou o assunto.

Na proposta da administração para as alterações, a Eletrobras afirma que "a evolução das boas práticas de governança trouxe novas exigências do mercado, investidores e acionistas". Assim, a companhia pondera que "algumas novas leis e resoluções governamentais recém editadas trazem a necessidade de inserir no estatuto da companhia cláusulas que regulamentam um novo perfil de atuação da companhia e um modelo de governança mais aderente aos padrões de governança mundialmente reconhecidos e recomendados por órgãos como o IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa e Nível 2 de Governança Corporativa".

No ano, as ações preferenciais classe B da estatal de energia acumulam baixa de 17,4% e as ordinárias, queda de 24,5%. O valor de mercado da companhia encerrou a terça-feira em exatos R$ 23 bilhões - apenas 30% do valor patrimonial.

No balanço de 2009, a auditoria externa da Eletrobras apontou deficiências nos controles usados para garantir a qualidade das informações usadas na elaboração das demonstrações financeiras da companhia, a holding estatal do setor elétrico.

Data	Veículo	Título
03 Out 2011	Folha de S. Paulo	**Diretor de Furnas dedica tempo para atos eleitorais**

Paroli é o único integrante da cúpula da empresa que possui perfil político
Presença de diretor é frequente em eventos de Furnas em Minas, onde nasceu; ele nega favorecimento à região

MARCO ANTÔNIO MARTINS
DO RIO

Na fábrica de polvilho de Muzambinho, sul de Minas, há um consenso: sem Furnas, o projeto não estaria de pé. Ademir Piza, seu presidente, define bem a ideia: "a empresa e o senhor Paroli são grandes parceiros da gente".

O "senhor Paroli" é Luís Fernando Paroli Santos, 39, diretor de Gestão Corporativa de Furnas desde 2008. O único integrante com perfil político da atual direção da companhia dedica parte do seu tempo à frente da empresa a atividades sem ligação com seu cargo.
Entre elas, a entrega de ambulâncias a prefeituras do sul de Minas ou a visita a uma fábrica de cachaça da região.

Em agosto, a presidente Dilma Rousseff determinou mudanças na diretoria de Furnas, para que ela tivesse um perfil mais técnico.

Paroli foi o único mantido no cargo. Ex-comerciante em Elói Mendes, município mineiro, com cerca de 10 mil habitantes, ele é formado em ciências da computação.
Naquela área, a empresa, presente em dez estados e no Distrito Federal, é reconhecida por seu assistencialismo.

Em todos os eventos, Paroli está presente. Sempre acompanhado daquele que é considerado o seu padrinho político, o deputado federal Odair Cunha (PT-MG).

Em nota, Paroli nega o apadrinhamento. "Minha recondução passou por uma análise técnica da minha gestão", afirma. Cunha não respondeu até a conclusão desta edição.

"Em 2009, Furnas doou R$ 37 mil à fábrica. Depois nos deu um trator e ainda patrocinou a festa de inauguração", conta Piza, o presidente da fábrica de polvilho.

Muzambinho também recebeu patrocínio de Furnas para a construção de uma cozinha comunitária, inaugurada pela dupla Paroli-Cunha.

Em 2009, a empresa destinou R$ 5 milhões ao programa Furnas Social. Minas recebeu verba em 129 projetos -mais de quatro vezes mais do que o Rio (28).

De acordo com a assessoria de Furnas, a seleção "é realizada por um comitê formado por seis profissionais que representam cada uma das diretorias de Furnas" e "a empresa exige uma série de documentos e certidões".

ÊXITO ELEITORAL

A presença constante no sul de Minas rendeu êxito ao padrinho. Em sua primeira eleição para deputado estadual, em 2002, Odair Cunha obteve 34 mil votos. Em 2010, como candidato a deputado federal, conseguiu 164 mil.

O deputado e o diretor de Furnas foram sócios na Digitat Informática Ltda, em 2005. Logo depois, a empresa fechou. Em 2008, Paroli entrou em Furnas por indicação de Cunha. Na época, parte da diretoria era do PMDB -ele entrou na cota do PT mineiro.

Em fevereiro, o engenheiro Flávio Decat assumiu a presidência. Em agosto, três diretores técnicos substituíram as indicações políticas e reduziram o poder do PMDB na empresa.

Entre os indicados por suas ligações políticas, apenas Paroli permaneceu.

Sindicalistas contam que, desde então, Paroli repete que "tem enorme cartaz com a presidente Dilma" e que ninguém mexe com ele.

A Paroli cabe negociar com sindicalistas melhorias salariais e de estrutura. Funcionários reclamam do grande número de empresas terceirizadas (cerca de 625) e de problemas com limpeza, vigilância e manutenção.

Diz-se em Minas que Paroli se candidatará à Prefeitura de Elói Mendes em 2012. Em 2004, pelo PT, ficou em 3º lugar.

Frase

"A minha recondução passou por uma análise técnica da minha gestão"
LUÍS FERNANDO PAROLI, diretor de Furnas

Outro Lado
Paroli nega que empresa favoreça Estado de Minas
DO RIO

Em nota, o diretor de Gestão Corporativa de Furnas, Luis Fernando Paroli Santos, afirmou que sua recondução ao cargo passou por uma "análise técnica" de sua gestão e negou que a empresa privilegie o Estado de Minas nas ações sociais.

"Assim como em todas as regiões onde mantém ativos, a área social de Furnas atua no Estado de Minas Gerais contribuindo para o desenvolvimento das comunidades do entorno dos seus empreendimentos", diz o documento.

"Em 2005 Furnas destinou R$ 37 mil para a implantação do projeto social da agroindústria familiar dos derivados de mandioca, polvilho azedo e biscoito, visando à geração de emprego, ao aumento da renda familiar e à melhoria da qualidade de vida dos moradores do bairro de Macaúbas, em Muzambinho (MG)", afirma.

"Em relação à Fábrica de Cachaça, a área social de Furnas afirma nunca ter feito qualquer repasse de verba para este projeto."

O diretor disse ainda desconhecer a "existência de críticas por parte de entidades sindicais" e afirmou que sua gestão tem recebido apoio da "maioria dessas instituições".
O deputado Odair Cunha foi procurado por meio de sua assessoria, mas não respondeu até a conclusão desta edição.

GESTÃO EM FURNAS Luís Fernando Paroli Santos é o único diretor com perfil político

FURNAS
> Inaugurada em 1957, está em dez Estados e no DF
> Estrutura 15 usinas e 20 mil quilômetros de linha de transmissão

PRODUÇÃO
Por seu sistema passam 40% da energia consumida no país

FUNCIONÁRIOS
6.500

LUCRO LÍQUIDO
R$ 635 milhões em 2010

INVESTIMENTOS
R$ 1,24 bilhão em obras próprias
R$ 345 milhões em parcerias

DIRETORIAS DE FURNAS

Diretor-presidente
> Flavio Decat

Diretoria de Expansão
> Márcio Abreu

Diretoria de Operação do Sistema e Comercialização de Energia
> Cesar Zani

Diretoria de Gestão Corporativa
> Luís Fernando Paroli Santos
INDICAÇÃO: PT

Diretoria de Planejamento e Gestão de Negócios e Participações
> Olga Simbalista

Diretoria Financeira
> Nilmar Foletto

LUÍS FERNANDO PAROLI SANTOS
> Diretor de Gestão Corporativa desde 2008
> **Idade:** 39 anos
> **Formação:** ciências da computação e análise de sistemas pela PUC-MG
> **Política:** teve 2.000 votos na eleição para a Prefeitura de Elói Mendes, em 2004, pelo PT

Data	Veículo	Título
15 Out 2011	Brasil Energia, nº 371	**Caminhos para gerar valor**

Qual a diferença da gestão da Eletrobras e das outras empresas que o sr. já presidiu?
E, comparação à Cemig, a Eletrobras tem as mesmas vantagens e desvantagens de ser estatal. A diferença é que a Eletrobras é uma holding, que comanda grandes empresas. Na iniciativa privada os procedimentos são mais ágeis, não há amarras. Hoje já existe uma legislação que permite à Eletrobras ter um processo simplificado de licitações, mas ainda não foi regulamentada. Será algo semelhante ao que já ocorre com a Petrobras.

Que aspectos da iniciativa privada o sr. quer na Eletrobras?
O principal ponto é introduzir uma remuneração variável maior. Vamos trazer o programa de participação de lucros e resultados amarrado a meritocracia. Vamos verificar se cada empresa do grupo atingiu metas e resultados. Em acaso positivo, terá 100% do que é dedicado a ela. E outra parcela será proporcional ao desempenho especifico do empregado.

Essa foi uma idéia sua ou uma diretriz do governo?
É uma orientação do governo, mais já havia um direcionamento, ainda que não específico, no planejamento estratégico. E também é o que eu vivenciei na iniciativa privada.

Quais são as metas que a Eletrobras quer atingir?
Estamos definindo (as metas) para o ciclo 2012-2015. Existem metas como o custo sobre o resultado, o PMSO (pessoal, material, serviços e outros) relacionado a receita operacional liquida (ROL). Queremos atingir o nível das empresas competitivas. Com isso, nosso lucro vai aumentar. Nosso lucro dividido pelo patrimônio líquido foi de 3% no ano passado. Esse valor tão pequeno faz com que nosso valor de mercado em relação ao PL também seja pequeno, em torno de 30%. Se conseguirmos reduzir nosso custo operacional pela ROL, aumentaremos nosso lucro e nosso valor de mercado. Queremos que ele atinja mais de 100% do PL.

Para reduzir custos, pode ser feito um programa de demissão voluntária?
Estamos trabalhando nas duas partes da fração, ou seja, diminuir o PMSO e aumentar o ROL. Na ROL, a meta é aumentar a participação no mercado. Estamos participando de obras de geração de 22GW, e cerca de 50% desse total é nosso. Para reduzir os custos, uma medida seria um programa de desligamento voluntário. Também pensamos em remanejar pessoal, diminuir serviços contratados e aumentar a sinergia entre as empresas. Pensamos até em medidas simples, como economia de energia. São medidas simples, mas passam a ser emblemáticas.

O sr. Procurará projetos com rentabilidade compatível com a iniciativa privada?
Temos um limite que é o custo do capital. Dependendo do projeto, do seu grau de risco, há um custo para o capital que estamos aportando. De maneira alguma entraremos em projetos com custo inferior ao custo de capital.

As eólicas vencedoras dos últimos leilões estão com taxas de retorno aceitáveis?
Garanto que estão. Os custos de construção caíram muito. Em um dos projetos, por exemplo, já existia um parque inicial. Faremos um parque complementar. A linha de transmissão já estava pronta. Antes EUA e Europa estavam mais agressivos em energia eólica, mas pararam. O mercado, que era comprador, passou a ser vendedor. Surgiu essa oportunidade, e os preços caíram.

A idéia é ser líder eólico?
Vamos ser agressivos. Existe um potencial no Brasil na ordem de 350 GW. E os custos são decrescentes. Já temos 1.000 MW contratados.

Como a Eletrobras pretende dar contar de seu plano de expansão?
Precisamos aumentar nossa rentabilidade, nosso lucro e nosso caixa. Nosso programa de investimento para 2011 é de R$ 10 bilhões. Para 2012, o primeiro número, ainda sob análise, é de R$ 13 bilhões. Esse valor inclui geração, transmissão, distribuição, expansões, investimentos no exterior e reforma do sistema.

É um investimento muito elevado para a Eletrobras.
Mas temos uma capacidade de crescimento e de alavancagem muito grande. A relação dividida líquida/Ebitda é em torno de 1,5, é um índice de até 3,5 ainda é bastante confortável.

Qual será a política de captação de recursos?
Este ano devemos captar cerca de US$ 2,5 bilhões de no mercado externo. Isso cobre nossas necessidades deste ano e do inicio do ano de 2012. Estamos em processo de captação.

Por que no mercado externo?
Sobretudo por causa do dólar. Hoje estamos em uma situação favorável.

Mas não haverá exposição a risco cambial?

Não, porque temos o hedge natural da energia de Itaipu.

Qual é a posição da Eletrobras sobre o vencimento das concessões?
O certo é que, qualquer que seja a solução, nossa receita e nosso lucro vão cair. Dos 22 GW que vencerão a partir de 2015, 15 GW são da Eletrobras. Mas, ao mesmo tempo, temos em construção 22 GW. Em estudo temos outros 20 GW no Brasil e 18,5 GW no exterior, Se a decisão for relicitar, vamos disputar as nossas 18 usinas, e as outras também.

Quanto cai a receita, seja com relicitação ou renovação?
É muito difícil saber, porque não sabemos o modelo. O certo é que, da nossa receita de R$ 33 bilhões, aparte afetada corresponde a cerca de R$ 8 bilhões. Mas é claro que essa fatia não vai a zero. Se ela for para 60%, por exemplo, vamos perder 40% de R$ 8 bilhões, o que corresponde a R$ 3 bilhões. De qualquer forma, isso mostra necessidade de reduzir cada vez mais os nossos custos.

Como especialista, e não como presidente da Eletrobras, o que o sr. Defende? Renovar ou relicitar?
Quando estava na iniciativa privada defendi o mesmo ponto: a renovação, mas olhando a modicidade tarifária. Renovação para concessionárias que estão atuando com um bom serviço e que aceitem as regras que vão ser definidas. Vão vencer as concessões de 22 GW de usinas, de 60 mil a 70 mil km de linhas e de cerca de 40 distribuidoras, tudo praticamente na mesma época. Outra ação que tem que ser feita é a remunerar as empresas pelo investimento remanescente, que não foi depreciado. Isso pode dar uma querela administrativa e judicial muito grande.

Mas esse investimento todo já foi amortizado?
Não. Algumas dessas usinas funcionam a apenas 20 anos. Não estão totalmente depreciadas. Alem disso, durante o desenrolar da concessão, são feitos investimentos. Se a usina estivesse totalmente depreciada, você teria que pega-la agora e jogar fora.

Quanto desse investimento ainda não foi amortizado?
Varia muito de usina para usina. Temos hoje R$ 16 bilhões. O montante remanescente é maior que isso.

A RGR foi usada para tudo, menos para a finalidade original dela.
Ela poderia ajudar, mas o restante da parcela teria de ser pago com os recursos do vencedor.

A concorrência numa relicitação não seria melhor para a modicidade tarifária?
Aparentemente sim, mas o tumulto que isso pode dar pode custar muito mais caro para as outras empresas do sistema elétrico brasileiro como um todo. É uma instabilidade regulatória grande.

Qual é a estratégia para adquirir a EDP?
Nosso plano inicial era ter uma participação de 2% a 5%, o que nos permitiria ter um acento no conselho de Administração da empresa. Com isso, já teríamos uma visão de mercado internacional. No entanto, com a atual situação econômico-financeira de Portugal, houve a decisão de fazer o financiamento da divida e vender todas as empresas estatais. O governo português comanda a EDP com 25%, mas 5% estão como garantia de uma captação. Então, eles vão vender 20%.

Qual é o valor estimado do negócio?
O valor de mercado total da EDP já chegou a 11 bilhões. Com a crise atual, esta em 9 bilhões. Para facilitar a conta, vamos supor que seja 10 bilhões. Os 20% que serão colocados à venda representam algo em torno de 2 bilhões, o que corresponde a quase R$ 6 bilhões.

Como a Eletrobras levantaria essa quantia?
Uma parcela vai sair do caixa. E estamos conversando com o BNDES para fazer uma operação especial. Mas ainda não vimos o edital da concorrência. Só depois poderemos fazer a nossa proposta. (Nota da redação: o edital da concorrência estava previsto para ser publicado até o fim de setembro).

A Eletrobras tem interesse em explorar gás natural para gerar energia?
Com a quantidade de gás natural que existe no pré-sal, essa fonte será muito importante no futuro. Ainda temos um grande potencial hidroelétrico. Dos 260 GW ainda não explorados, talvez consigamos usar 180 GW ou 200 GW. Depois, para energia de base, sobrará nuclear e gás. Eólica, solar, e biomassa são muito importantes, mas complementares. O gás natural é importante. Vamos buscar todas as formas para sermos competitivos, inclusive entrando no downstream se for necessário. Mas não existe nada de concreto ainda.

É possível fazer parceria com uma empresa que esta perfurando, por exemplo?
Se for um fator de competitividade, como parece que vai ser, é claro que vamos fazer, mas hoje não esta no nosso cerne de preocupação. Ainda há muitos projetos hidrelétricos. Estamos voltando nossos olhos para a bacia do Tabajós. Alem de concluir as obras que estão em andamento, como Teles Pires, Jirau, Santo Antônio e Belo Monte, e as eólicas que estão em curso.

Há rumores de que a Eletrobras estuda um modelo de gestão compartilhada para suas distribuidoras, vendendo uma participação nessas empresas. Isso procede?
Essa é uma orientação que extrapola a competência da diretoria da Eletrobras. Nunca receberemos essa orientação do governo.

ANEXO II – TÉCNICAS DE DETERMINAÇÃO DE VALOR DE ATIVOS

Neste anexo é feita uma revisão das técnicas mais utilizadas de avaliação de empresas, com ênfase na discussão das vantagens e limitações de cada uma destas técnicas.

Tal revisão é feita sem perder de vista que o objeto de estudo são as empresas do Setor Elétrico Brasileiro, levando em conta que tais empresas possuem peculiaridades próprias de firmas imersas numa indústria de rede, que estão também engajadas na oferta de um serviço essencial que é a energia elétrica. Ao mesmo tempo buscam-se técnicas que viabilizem a quantificação dos efeitos de usos políticos sobre o valor das empresas do setor de energia elétrica.

A vasta literatura sobre o tema de avaliação de empresas e investimentos em geral, à exceção de nuances, tende a classificar as diversas Técnicas de Determinação de Valor de Ativos (TDVA) em quatro grandes categorias: (1) com base no Balanço Patrimonial; (2) com base no Demonstrativo de Resultados; (3) com base no Fluxo de Caixa Descontado; e (4) com base no Valor Adicionado, conforme ilustra o Quadro 3.1 abaixo:

1) Com Base no Balanço Patrimonial:
1.1 – Valor Contábil
1.2 – Valor de Liquidação
1.3 – Valor Substancial

2) Com base no Demonstrativo de Resultados:
2.1 – Valor dos Lucros (P/E Ratio ou PER)
2.2 – Valor dos Dividendos
2.3 – Múltiplos de Vendas e outros Múltiplos

3) Fluxo de Caixa Descontado:
3.1 – Free Cash Flow (Fluxo de Caixa Livre)
3.2 – Equity Cash Flow (Fluxo de Caixa para o Acionista)

4) Valor Adicionado:
4.1 – EVA (Economic Value Added)
4.2 – MVA (Market Value Added)

Quadro I.1: Técnicas de Determinação de Valor de Ativos
Elaboração Própria

A partir desta classificação, as próximas seções são dedicadas à discussão individual de cada uma das Técnicas de Determinação de Valor de Ativos (TDVA). O objetivo é oferecer uma visão integrada e proporcionar um olhar crítico a respeito do que cada uma dessas técnicas pode oferecer para ajudar a responder à primeira parte da Questão Central, sublinhada a seguir: "*Como medir o impacto do uso político sobre o valor das empresas do Setor Elétrico Brasileiro e quais são as estratégias e métricas que podem ser adotadas para, num segundo momento, bloquear o uso político"*

Cumpre mencionar que, enquanto o que podemos convencionar como a "Ciência da Modelagem" se concentra nas atividades técnicas de estruturação das planilhas eletrônicas, a "Arte da Modelagem" envolve a alimentação destas planilhas com os parâmetros de entrada adequados e, numa segunda etapa, a escolha dos parâmetros de saída relevantes para a análise de valor que se pretende realizar.

Nessa linha, Lemme (2001) explica: *"A dificuldade de trazer para a avaliação de empresas os modelos teóricos de avaliação de ativos abre espaço para procedimentos empíricos com elevado grau de subjetividade, dependentes do acesso a informações específicas e do talento do analista envolvida na avaliação."*

A menção acima importa porque, embora este capítulo procure descrever as diversas TDVAs do ponto de vista técnico, a literatura em que a descrição das técnicas se baseou cumpre tal função de forma muito mais completa. A ênfase e principal contribuição do capítulo será centrada nas nuances da "Arte" que cada uma dessas técnicas exige quando da sua aplicação às empresas do setor elétrico, ou, de forma mais restrita, às empresas do Setor Elétrico Brasileiro.

Assim, se esta ênfase for devidamente materializada, este capítulo também poderá ser usado como um "Guia Prático de Valuation para empresas do Setor Elétrico": de posse das técnicas gerais tratadas pela farta literatura dedicada às TDVAs, aqueles que procuram resolver o problema específico de definir o valor de empresas deste setor da economia encontrarão nas páginas seguintes uma referência adicional que os ajudará a desenvolver uma visão crítica sobre como tratar os parâmetros de entrada e saída de suas planilhas.

II.1 Técnicas com Base no Balanço Patrimonial

As técnicas baseados no Balanço Patrimonial das empresas buscam determinar o valor de uma empresa pela estimativa do valor dos ativos listados seu balanço patrimonial. Portanto, tais técnicas tratam de um valor estático, que não considera a evolução da empresa ao longo do tempo nem o conceito de valor do dinheiro no tempo. Assim, é possível afirmar que TDVAs baseadas no balanço patrimonial não consideram outros fatores que afetam o valor de uma empresa, tais como: posição competitiva no mercado, produtos em desenvolvimento, força da competição, perspectivas de vendas, qualidade da equipe e outros fatores que não podem ser retratados no balanço.

II.1.1 Valor Contábil

De acordo com Martins (2001), a técnica de Avaliação Contábil – sinônimo de "Valor Patrimonial" ou "*Book Value*" – utiliza-se das demonstrações contábeis da empresa para determinar o seu valor. Tal valor corresponde ao patrimônio líquido da empresa, calculado pela diferença entre seus ativos totais (bens e direitos) e seus passivos exigíveis (obrigações de curto e longo prazo perante terceiros). A equação que representa esta técnica é a seguinte:

Valor Contábil = Patrimônio Líquido = Ativos Totais – Passivos Exigíveis

Uma séria limitação dessa técnica aparece quando se considera que, enquanto a contabilidade registra as operações usando valores originais, baseados essencialmente em custos de aquisição para a formação de um ativo ou para a valorização de um passivo, o mercado adota outros critérios que levam em conta a capacidade dos ativos da empresa de gerar valor futuro.

Sobre esse ponto, Assaf Neto (2003) comenta: "*O custo histórico possui diversas limitações como conceito a ser aplicado na avaliação patrimonial e sua aceitação ampla ocorre de preferência no âmbito da contabilidade tradicional (princípio contábil aceito), dada sua relação bastante próxima com a receita realizada na operação do resultado contábil. Uma importante restrição ao método decorre de a avaliação ser baseada em valores passados (ocorridos), e não em expectativas futuras de resultados.*"

Esta técnica, por suas limitações, é raramente adotada no Setor Elétrico Brasileiro, uma vez que, por ser intensivo em capital e em ativos, o valor das empresas guarda pouca relação com seus aspectos físicos e muita relação com sua capacidade de gerar fluxos futuros.

II.1.2 Valor de Liquidação

O valor de liquidação representa o valor da empresa se ela fosse liquidada, encerrando suas atividades, com a venda de todos os seus ativos e o pagamento de todas as suas obrigações.

O resultado final seria ajustado pelas despesas de liquidação e encerramento, como pagamentos a empregados, encargos tributários e outras despesas – inclusive antecipação de despesas – decorrentes do encerramento.

A principal limitação dessa técnica é explicada por Assaf Neto (2003): "*O valor de realização de mercado determina o valor possível dos ativos da empresa de serem realizados individualmente em condições normais de transações dentro de um mercado organizado, ou seja, o preço razoável que se pode obter na alienação de cada um deles. Além das dificuldades naturais de avaliação, esse método não leva em consideração a possível sinergia dos ativos, fixando-se no valor pecuniário de sua realização.*"

Assim, esta técnica não é adequada para exercícios de determinação de valor de empresas do Setor Elétrico Brasileiro que pressupõem a continuidade da empresa. É com base nessa premissa que são feitos cenários ou análises de sensibilidade a parâmetros que dependem muito mais dos condicionantes de gestão, condições de mercado e de decisões de alocação de capital do que do preço dos ativos existentes.

II.1.3 Valor Substancial

Esta técnica representa o cálculo do valor do investimento que deveria ser feito para constituir uma empresa em idênticas condições às da empresa que está sendo avaliada. Falcini (1995) explica: "*Esse valor corresponde aos fundos que seriam necessários para a aquisição, dentro de condições normais, de todos os bens possuídos pela empresa, idênticos aos existentes.*"

As críticas que podem ser feitas sobre esta técnica de forma geral endereçam a preocupação de Neiva (1999), segundo o qual "*torna-se quase impossível criar uma empresa em idênticas condições de funcionamento àquela que se pretende adqui*rir".

No próprio Setor Elétrico Brasileiro há uma discussão relevante ao redor do conceito de "Valor de Reposição de Ativos", um conceito adotado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e que é determinado por meio da atualização dos valores históricos contábeis dos bens pelo IPCA (Índice de Preços ao Consumidor – Amplo), calculado pelo IBGE.

Em sua resolução nª 234 (Aneel, 2006), o regulador busca "*estabelecer os conceitos gerais, as metodologias aplicáveis e os procedimentos iniciais para realização do segundo ciclo de Revisão Tarifária Periódica das concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica*".

Para definir vários dos componentes essenciais da tarifa, que em última instância determinará o nível de remuneração das empresas por ciclos de quatro a cinco anos, este documento define inúmeros critérios para o cálculo do chamado Valor Novo de Reposição (VNR), que, segundo a própria Aneel, baseia-se no "Método do Custo de Reposição", que estabelece que "*cada ativo é valorado por todas as despesas necessárias para sua substituição, que efetue os mesmos serviços e tenha a mesma capacidade do ativo existente.*"

O conceito de VNR, por sua vez, abriga-se, pelo menos até Segundo Ciclo de Revisão Tarifária Periódica, em outro conceito mais geral, o da Empresa de Referência, uma empresa virtual de distribuição de energia elétrica que, em teoria, presta o serviço de forma eficiente nas mesmas condições e no mesmo ambiente em que a empresa real desenvolve suas atividades. Na definição formal da Aneel (2006), a Empresa de Referência deve "*cumprir os processos e atividades necessários para manter inalterada a vida útil das instalações vinculadas à prestação do serviço público de distribuição, considerando a extensão da rede elétrica e o montante de ativos específicos, bem como a gestão comercial e as atividades de direção e administração central e regional*."

Assim, no âmbito do Setor Elétrico Brasileiro, um crítica em relação à aplicação desta técnica de cálculo do valor de ativos é resumida pelo Instituto Acende Brasil (2007): "*A Empresa de Referência acaba sendo demasiado complexa e detalhada, o que dificulta a sua interpretação por concessionárias e consumidores* ".

De forma mais ampla, a subjetividade – e em certos casos a incorreção – envolvida em valorizar ativos do passado com um "olhar de reposição" compromete a aplicação desta técnica em exercícios voltados para a determinação do valor de empresas do Setor Elétrico Brasileiro – que costumam ser mais avaliadas com base em fatores futuros como nível de tarifa, tamanho do mercado e preço da energia – do que com base em valores de ativos adquiridos no passado e que são constantemente desafiados por alterações tecnológicas que podem promover quebras de paradigmas em termos de custos e de eficiência.

II.2 Técnicas com Base no Demonstrativo de Resultados (Múltiplos)

As técnicas baseadas no Demonstrativo de Resultados do Exercício das Empresas (DRE) procuram determinar o valor das empresas adotando indicadores do próprio DRE, como lucros, vendas, dividendo e outros. Técnicas baseadas neste princípio são implementadas pela multiplicação de um indicador selecionado por uma taxa, conhecida por "múltiplo" e, por isso, tais técnicas também são comumente chamadas de Avaliação por Múltiplos.

II.2.1 – Valor dos Lucros (P/E Ratio ou PER)

Uma das técnicas baseadas no DRE mais adotadas é a que determina o valor da empresa calculando a multiplicação dos lucros pela taxa que expressa a relação entre preço e lucro. Essa taxa, mais conhecida pelo acrônimo em inglês PER ("Price to Earnings Ratio", "P/E Ratio" ou P/E), indica o múltiplo dos lucros por ação que é pago no mercado de ações.

De acordo com Assaf Neto (2009):

PER = "P/E Ratio" = P/L = Valor de Mercado da Ação / Lucro por Ação

Um “P/E Ratio” alto pode ser assim interpretado: investidores estão pagando mais por unidade de lucro. Portanto, a ação correspondente é mais cara em comparação com outra(s) com “P/E Ratio” menor.

Assaf Neto (2009) também comenta: “... *o P/L não especifica necessariamente uma realização financeira (de caixa), pois a distribuição do lucro líquido da empresa é função de sua política de dividendos. Por outro lado, o valor de mercado da ação sofre constantes variações, determinando uma necessidade de se apurar esse índice para curtos intervalos de tempo, ou trabalhar-se com valores esperados.*”

As limitações desta técnica são comentadas por Martins (2001):
“*Na realidade, apesar de aceito pelo mercado, observamos algumas limitações nesse modelo, tais como:*
a) considera o lucro contábil;
b) ignora o valor do dinheiro no tempo e os riscos; e
c) considera implícita a idéia de eficiência de mercado.”

Müller (2003) aborda esta mesma limitação ao afirmar que “... *ela é um parâmetro que relaciona um valor de mercado (preço de uma ação) a um item puramente contábil (o lucro).”*

Apesar de suas limitações, a técnica de “PE Ratio” é um das preferidas no mercado de ações devido a duas grandes vantagens: a rapidez de aplicação e a capacidade de estabelecer comparações intuitivas entre empresas. Esta preferência também é adotada pelos analistas do SEB.

II.2.2 – Valor dos Dividendos

De acordo com essa técnica, o valor de uma ação corresponde ao valor presente líquido dos dividendos que são esperados. Por inferência, o valor de uma empresa, segundo esta

técnica, depende exclusivamente do valor total dos dividendos[1] pagos para todas as ações, trazidos a valor presente[2].

De acordo com Brealey e Myers (1998), a afirmação anterior (o valor de uma ação corresponde ao valor presente líquido dos dividendos que são esperados) parece ser "*...surpreendente para alguns. Afinal, quando investidores compram ações eles geralmente esperam receber dividendos, mas também têm alguma expectativa em relação a ganhos de capital (*promovidos pela valorização da própria ação). *Assim, porque os ganhos de capital não são levados em conta?"*. Os autores demonstram, no entanto, que esta igualdade é válida e pode ser expressa segundo a equação abaixo:

Valor da Ação = Valor Presente Esperado dos Dividendos

Se for considerada a situação de perpetuidade, ou seja, quando se espera que uma companhia distribua dividendos constantes a cada ano, o valor esperado para a ação é calculado pela divisão do dividendo por ação distribuído pela empresa no último ano por uma taxa de retorno sobre o patrimônio líquido esperada para o ano atual, subtraída da taxa de crescimento projetada:

Valor da Ação = (Dividendo por Ação do Último Ano) / (Ke – g)

onde Ke = taxa de retorno esperada/exigida para o capital próprio
g = taxa constante de crescimento dos dividendos

As limitações desta técnica são expressas pelas críticas referentes:

a) à razoabilidade da premissa que assume que os dividendos futuros continuarão a ser pagos de acordo com o valor do último ano;

b) à manutenção da taxa de retorno (Ke) constante ao longo do tempo; e

c) à relativa arbitrariedade embutida na taxa (g) de crescimento dos dividendos futuros.

[1] Os dividendos, por sua vez, são uma parte dos lucros efetivamente pagos aos acionistas e, em muitos casos, são o único fluxo regular de recursos recebidos pelos mesmos.

[2] Os conceitos "Valor Presente" e "Valor Presente Líquido" são discutidos mais adiante no item 3.3 – Técnicas de Fluxo de Caixa Descontado.

Esta técnica não é amplamente adotada para a determinação de valor das empresas do Setor Elétrico Brasileiro.

II.2.3 – Múltiplos de Vendas e outros Múltiplos

O modelo dos múltiplos de vendas ou de receitas calcula o valor da empresa pela multiplicação de seu volume de vendas por um fator (ou múltiplo).

De acordo com Fernández (2007), a equação da técnica de múltiplos de vendas pode também ser escrita da seguinte forma:

Preço/Vendas = (Preço/Lucro) x (Lucro/Vendas)

onde: Preço/Lucro = PER = P/E = PER (Price Earnings Ratio) descrita no item 3.2.1
Lucro/Vendas = Retorno sobre Vendas

Outros modelos de múltiplos são também utilizados e somam-se aos diversos modelos baseados no resultado de um exercício contábil. Alguns desses múltiplos são obtidos pela divisão do valor da empresa em dado momento por valores identificáveis nos livros contábeis.

Sobre a infinidade de outros cálculos de múltiplos que são utilizados pelos analistas, Assaf Neto (2003) comenta: "*Um dos problemas desse método é que diferentes momentos de vendas implicam diferentes avaliações, além do que as características de mercado em que atua cada empresa implicam diferentes potenciais de riqueza futuros*".

Durante a bolha da internet ao redor do ano 2000, por exemplo, várias empresas *startup* deficitárias receberam avaliações bilionárias com base em múltiplos referenciados a números de acesso às páginas da empresa e números de usuários, ainda que a maior parte dos usuários fosse de consumidores não pagantes. A explosão da bolha evidenciou vários erros de avaliação.

No Setor Elétrico Brasileiro um indicador que tem sido crescentemente adotado pelo mercado é o Enterprise Value/EBITDA[3] (o Enterprise Value corresponde ao Valor da Empresa). Este múltiplo serve ao propósito de comparar o desempenho entre empresas do setor por traduzir a medida de geração de valor que a empresa consegue realizar (expressa pelo EV) a partir da sua geração de caixa (expressa pelo EBITDA).

II.3 Técnicas de Fluxo de Caixa Descontado

Na avaliação pelo fluxo de caixa descontado, o objetivo é encontrar o valor dos ativos tendo em vista suas características de fluxo de caixa, crescimento e risco.

Segundo Müller (2003), "*Esses modelos procuram determinar o valor de uma empresa pela estimativa dos fluxos de caixa que devem ser gerados no futuro e então descontam esses valores a uma taxa condizente com o risco do fluxo. São modelos muito aceitos no mercado de consultoria e também amplamente citados e divulgados nas bibliografias que versam sobre avaliações de ativos e avaliações empresariais.*"

A técnica geral que aplica estes princípios é denominada de fluxo de caixa descontado ("FCD" ou "DCF – Discounted Cash Flow") .

Esta técnica baseia-se essencialmente na equação:

$$VP = \text{Valor Presente} = FC_1 / (1+k) + FC_2 / (1+k)^2 + ... + FC_n / (1+k)^n$$

onde: FC_i = fluxo de caixa do período i

k = taxa de desconto apropriada para o risco do fluxo de caixa

Assaf Neto (2003) traduz em palavras a equação acima: "*Uma empresa é avaliada por sua riqueza econômica expressa a valor presente, dimensionada pelos benefícios de caixa esperados no futuro e descontados por uma taxa de atratividade que reflete o custo de oportunidade dos vários provedores de capital*".

[3] EBITDA: Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization ou LAJIDA: Lucros antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização.

Brealey e Myers (1998), em “Principles of Corporate Finance”, um dos livros consagrados nas escolas e cursos de finanças ao redor do mundo, dedicam grande de seu texto à defesa da técnica de fluxo de caixa descontado e do resultado por ela produzido.

O mesmo fazem Copeland, Koller e Murrin (2002) que adotam esta técnica e praticamente ignoram outras alternativas, com exceção do EVA (Economic Value Added, discutido no item 3.4.1). Para Martins (2001), "*entre os modelos apresentados, o fluxo de caixa é tido como aquele que melhor revela a efetiva capacidade de geração de riqueza de determinado empreendimento*".

Essa preferência universal não é exceção no Setor Elétrico, que adota amplamente esta técnica para determinar o valor de suas empresas.

II.3.1 – Free Cash Flow (FCF ou Fluxo de Caixa Livre)

A técnica de Fluxo de Caixa Descontado mais usada é a de Fluxo de Caixa Livre. Para Fernández (2007), o FCF “*expressa o fluxo de caixa operacional da empresa, ou, em outras palavras, o fluxo gerado pelas operações desconsiderando-se as decisões financeiras envolvidas, descontado por uma taxa de desconto apropriada*.”

Assim, esta técnica envolve dois problemas essenciais: a determinação dos fluxos de caixa e a determinação da taxa de desconto apropriada. Em relação aos fluxos de caixa, devem-se considerar os valores a receber e a pagar efetivos e não apenas aqueles que seriam provisionados segundo critérios definidos pela empresa ou parametrizados por regras contábeis.

Ainda, para o cálculo do FCF deve-se desconsiderar o financiamento das operações da empresa e olhar para o resultado financeiro dos ativos da empresa após a tributação, extraindo da contabilidade os investimentos necessários para a continuidade das operações.

Sobre a taxa de desconto que deve ser usada, tanto credores quanto acionistas esperam ser remunerados pelo custo de oportunidade do investimento de seus recursos na empresa, uma

vez que tal empresa compete pelos recursos de credores e acionistas *vis a vis* outras alternativas de alocação de capital.

A taxa de remuneração que expressa essa escolha de credores e acionistas é o custo médio ponderado do capital (ou WACC – Weighted Average Cost of Capital), usada para trazer todos os fluxos de caixa a valor presente.

Bruni (2008), define os seguintes passos para o cálculo de valor de uma empresa pela técnica de FCF:

1) Estimar o fluxo de caixa livre (FCF)
2) Calcular o custo do capital (WACC)
3) Descapitalizar o fluxo a valor presente

Em relação ao Passo 1, o cálculo do FCF a partir do Demonstrativo de Resultados do Exercício é detalhado abaixo, de acordo com Bruni (2008, p. 114):

Receitas
(-) Custos dos Produtos Vendidos
(-) Despesas operacionais
(-) Depreciação
= LAJIR (Lucro Antes dos Juros e Imposto de Renda)
(-) Imposto de Renda
= Lucro Líquido Operacional
(+) Depreciação
= Fluxo de Caixa Operacional
(-) Investimentos Permanentes
(-) Capital de Giro
= Fluxo de Caixa Livre (FCF ou "Free Cash Flow")

Em relação ao Passo 2, a determinação do WACC é representada pela equação:

$$WACC = K_e \times E / (D+E) + K_d \times D / (D+E) \times (1-T)$$

onde: K_e = Custo de capital próprio;
K_d = Custo de capital de terceiros;
E = Montante de Capital Próprio;

D = Montante de Capital de Terceiros;

T = Taxa Efetiva de Tributos [4]

O custo de capital próprio K_e, por sua vez, pode ser estimado pelo modelo CAPM (Capital Asset Pricing Model), expresso pela seguinte equação:

$$K_e = r_f + \beta \times (r_m - r_f) + r_r$$

onde: r_f = Taxa Livre de Risco;

β = Risco Sistêmico ou Não Diversificável;

r_m = Prêmio de Risco de Mercado;

r_r = Outros Riscos de Prêmio

A diversidade de parâmetros que compõem a técnica de FCF permite que sofisticadas análises e simulações sejam feitas tanto sobre o perfil dos fluxos futuros da empresa quanto sobre a taxa de desconto usada para trazer tais fluxos a valor presente. Por essas razões o FCF tem se consagrado como a TDVA mais usada pelos mercados.

No Setor Elétrico Brasileiro o FCF também domina as avaliações em todas os elos da cadeia de valor: geração, transmissão e distribuição. Isso significa que tanto para avaliar projetos de usinas – hidrelétricas, termelétricas, de energias complementares – como para definir a atratividade de investimentos em leilões de lotes de transmissão ou para a determinação do valor regulado de tarifas de distribuição, a flexibilidade e amplitude conceitual desta técnica de Fluxo de Caixa Descontado tem se provado universal.

Como exemplo da relevância desta técnica, pode-se encontrar em "An Introduction to Financial and Economic Modeling for Utility Regulators" escrito por Estache et al (2003) um sumário que aponta para a alta correlação entre nível tarifário e valor de uma empresa distribuidora regulada quando tal valor é baseado na técnica de fluxo de caixa descontado: "*Em última análise, o que o regulador precisa identificar é o nivel tarifário que gerará um fluxo de caixa coerente com o valor da empresa, que, por sua vez, deve ser coerente com o custo de oportunidade de capital da empresa.*"[5]

[4] Equivalente, na legislação brasileira atual, à soma das alíquotas do Imposto de Renda Pessoa Jurídica e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido.

Os usuários de FCF vão desde reguladores até analistas de banco, passando pelos empreendedores e prestadores de serviço que orbitam ao redor das empresas. As discussões que moldam o universo desta técnica estão mais centradas nos parâmetros que devem ser adotados (qual custo de capital próprio, como projetar fluxos mais previsíveis) do que na robustez da técnica em si, que raramente é contestada.

II.3.2 – Equity Cash Flow (ECF ou Fluxo de Caixa do Capital Próprio)

De acordo com Bruni (2008, p.123) "*os fluxos de caixa livre (FCF) enfatizam a análise do caixa gerado pelas operações da empresa e que poderão ser destinados ao pagamento de credores e sócios. ... Porém, uma outra forma possível para a projeção dos fluxos de caixa consiste na construção de projeções sob o ponto de vista do sócio ou acionista.*". Assim, "*... os fluxos de caixa deverão estar liberados de obrigações com juros e amortizações*".

Ainda segundo o mesmo Bruni (2008, p. 124) o ECF pode ser calculado da seguinte forma:

Receitas
- (-) Custos dos Produtos Vendidos
- (-) Despesas operacionais
- (-) Depreciação

= LAJIR (Lucro Antes dos Juros e Imposto de Renda)
- (-) Imposto de Renda

= Lucro Líquido Operacional
- (+) Depreciação

= Fluxo de Caixa Operacional
- (-) Investimentos Permanentes
- (-) Capital de Giro
- (-) Recebimentos ou amortizações de empréstimos

= Fluxo de Caixa do Acionista/Sócio (ECF ou "Equity Cash Flow")

Alternativamente, e de acordo com Fernández (2007), o modelo ECF (Equity Cash Flow) é calculado a partir do Fluxo de Caixa Livre (ou Free Cash Flow – FCF) pela:

a) subtração dos juros e pagamentos aos credores, líquidos de tributação;

b) adição de novas provisões realizadas junto aos credores.

---

[5] Tradução livre de "*Ultimately, what the regulator does is identify a tariff level that will generate a cash flow consistent with the*

A equação que traduz o conceito é a seguinte:

ECF = FCF – [(Pagamentos de Juros x (1-T)] – Pagamentos de Principal + Novas Dívidas

onde: T = Taxa Efetiva de Tributos

A taxa de desconto que deve ser usada para trazer a valor presente estes fluxos é a Ke (taxa de retorno esperada/exigida para o capital próprio).

Em comparação com o FCF, o ECF é uma técnica menos adotada no Setor Elétrico Brasileiro.

II.4 Técnicas de Valor Adicionado

Há duas técnicas que se destacam nessa categoria: o Economic Value Added (EVA) e o Market Value Added (MVA), discutidas nas próximas seções.

II.4.1 – EVA (Economic Value Added)

O conceito de valor econômico agregado ou adicionado (Economic Value Added) foi criado por Joel Stern e Bernnett G. Stewart durante os anos de 1980.

Eles hoje presidem a empresa de consultoria Stern & Stewart, que patenteou o conceito de EVA. Esta técnica deriva da abordagem do lucro econômico, o qual mede o valor criado em um negócio a partir do investimento de uma certa quantidade de capital:

Lucro econômico = capital investido x (ROIC – WACC)

onde: ROIC = Return on Invested Capital (Retorno sobre Capital Investido)
WACC = Weighted Average Cost of Capital (Custo Médio Ponderado de Capital)

---

valuation of the firm, which in turn must be consistent with the firm's opportunity cost of capital."

Segundo Wernke e Lembeck (2000, p.86), [...] o EVA é um indicador do valor econômico agregado que permite a executivos, acionistas e investidores avaliar com clareza se o capital empregado num determinado negócio está sendo bem aplicado.

A aplicação do EVA, entretanto, exige uma série de ajustes contábeis. O capital e o lucro líquido, por exemplo, não são obtidos de forma direta a partir dos saldos contábeis das empresas. Tais saldos precisam ser ajustados, pois os princípios e normas contábeis podem distorcer o resultado final.

Segundo Vázquez e Salgado (2001), o EVA utiliza cerca de 164 ajustes aplicados aos dados contábeis, mas muitas empresas têm limitado esse número aos dez principais.

Esta necessidade de amplos ajustes é uma das maiores limitações à adoção mais geral do EVA: além da exigência de sólidos conhecimentos técnico-contábeis por parte do analista, questiona-se se o nível de subjetividade por vezes adotado não compromete a robustez da avaliação. Esse segundo ponto, no entanto, pode ser rebatido uma vez que o mesmo problema de subjetividade poderia ser levantado sobre as decisões – de certa forma arbitrárias – a respeito dos parâmetros de custo de capital que precisam ser tomadas nas técnicas de Fluxo de Caixa Descontado.

O EVA tem sido adotado para a determinação de valor de empresas no Setor Elétrico Brasileiro (SEB) com uma freqüência menor, porém tem servido a propósitos que outras técnicas não conseguem atender.

Como este setor é extremamente intensivo em capital, o EVA tem a capacidade única de detectar se o retorno sobre o capital investido é maior que o custo de oportunidade do capital alocado.

Os resultados apontados, por exemplo, pelo estudo desenvolvido pela própria Stern Stewart (2009) sobre o desempenho da Eletrobras em comparação com um grupo de empresas privadas despertam várias questões sobre a capacidade de geração de valor e sobre a disciplina de alocação de capital de estatais do Setor Elétrico Brasileiro.

II.4.2 – MVA (Market Value Added)

Um conceito muito relacionado ao do EVA é o do MVA (Market Value Added). O MVA é a diferença entre o valor de mercado da empresa e o capital investido pelos acionistas.

De acordo com Assaf Neto (2003, p.177), o MVA® "*reflete a expressão monetária da riqueza gerada aos proprietários de capital determinada pela capacidade operacional da empresa em produzir resultados superiores ao seu custo de oportunidade. Reflete, dentro de outra visão, quanto a empresa vale adicionalmente ao que se gastaria para repor todos os seus ativos a preços de mercado*".

Pode-se dizer que o MVA é a somatória de todos os EVAs futuros trazidos a valor presente. Logo, o MVA remete a uma visão futura dos resultados, enquanto o EVA reflete resultados estáticos e relacionados com o passado. É um valor dinâmico, que muda conforme o capital e as perspectivas do mercado.

Portanto, o MVA pode ser encarado como uma "fotografia" das projeções futuras de EVA em uma determinada data. Assim, se o MVA for positivo, o valor presente dos EVAs esperados é positivo. Se o MVA for negativo, o valor presente dos EVAs futuros é negativo, o que implica que o valor de mercado da empresa é menor que seu capital contábil.

O MVA não tem sido amplamente adotado na avaliação de empresas do SEB.

II.5 Comentários Finais

Perez e Famá (2003) afirmam que: "*Diferentes avaliadores, analistas ou interessados no negócio, utilizando as mesmas metodologias, podem chegar a diferentes valores de avaliação para uma mesma empresa, pois partem de premissas, objetivos e perspectivas diferentes*".

E Copeland (2002) adiciona: "*Na vida real, os administradores vêm sendo bombardeados com conselhos sobre medidas de desempenho... e achamos que o debate desvinculou-se do verdadeiro objetivo: ajudar na tomada de decisões criadoras de valor*".

Assim, pode-se fazer os seguintes conclusões sobre as TDVAs (Técnicas de Determinação de Valor de Ativos) exploradas neste capítulo:

a) As técnicas com base no Balanço Patrimonial não são adequadas à tarefa de determinação de valores de ativos para o Setor Elétrico Brasileiro. Seu caráter estático e baseado no passado agrega pouco valor às tomadas de decisão sobre eventos futuros.
b) Já entre as técnicas com base no Demonstrativo de Resultados, a técnica de múltiplos – por sua rapidez de cálculo e capacidade de síntese – pode ser conjunturalmente adotada como ferramenta auxiliar, principalmente quando se busca comparar empresas que operam em condições similares ou que deveriam ser avaliadas por critérios semelhantes.
c) As técnicas de Fluxo de Caixa Descontado se destacam entre as quatro categorias pela simplicidade dos seus conceitos, pelo seu "olhar voltado para o futuro", pelo foco no caixa efetivo como elemento gerador de valor, e pela versatilidade que seus diversos parâmetros oferecem a analistas que queiram simular cenários e análises de sensibilidade.
d) O EVA e o MVA comunicam conceitos riquíssimos a respeito da alocação de capital, mas tendem a não ser tão frequentemente usados pela complexidade dos ajustes contábeis necessários à correta implementação destas técnicas.

De acordo com Lemme (2001):"*Os métodos de avaliação, em vez de concorrentes, talvez sejam complementares, cabendo ao analista ou pesquisador juntar as diferentes abordagens de alguma forma razoável, de maneira a reunir o máximo possível de informação para a tomada de decisão.*"

Portanto, as técnicas acima precisam ser encaradas como um ferramental cuja aplicação será determinada pelos objetivos que se quer atingir e pelas restrições de tempo e dados impostas pelas circunstâncias de cada avaliação.

II.6 Bibliografia do Anexo I

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA – ANEEL (2006), *Resolução Normativa nº 234*, Estabelece os conceitos gerais, as metodologias aplicáveis e os procedimentos iniciais para realização do segundo ciclo de Revisão Tarifária Periódica das concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica, 31/10/2006. Brasília.

ASSAF NETO, Alexandre (2003). *Finanças Corporativas e Valor*. São Paulo: Atlas.

ASSAF NETO, Alexandre (2009). *Estrutura e Análise de Balanços*. São Paulo: Atlas.

BREALEY, Richard A., MYERS, Stewart C (1998). *Principles of Corporate Finance*. New York: McGraw-Hill, 998 p.

BRUNI, Adriano Leal (2008). *Avaliação de Investimentos*. São Paulo: Atlas. 520 p.

COPELAND, Tom, KOLLER, Tim, MURRIN, Jack (2002), *Avaliação de Empresas: Valuation: Calculando e Gerenciando o Valor das Empresas*. 3ª edição, São Paulo: Pearson Makron Books.

ESTACHE, Antonio, RODRIGUEZ PARDINA, Martin A., SEMBER, German and RODRIGUEZ, José María (2003). *An Introduction to Financial and Economic Modeling for Utility Regulators*. World Bank Policy Research Working Paper No. 3001. Disponível em: http://ssrn.com/abstract=636363. Acesso em Maio de 2011.

FALCINI, Primo (1995). *Avaliação Econômica de Empresas*. São Paulo: Atlas.

FERNÁNDEZ, Pablo (2007). *Company Valuation Methods: The Most Common Errors in Valuations*. Disponível em SSRN: http://ssrn.com/abstract=274973. Acesso em Maio de 2011.

INSTITUTO ACENDE BRASIL (2007). *Cadernos de Política Tarifária nº 3 – Empresa de Referência*, São Paulo. Disponível em: http://www.acendebrasil.com.br/archives/files/estudos/Caderno_03_Empresa_de_Referencia.pdf. Acesso em Maio de 2011.

LEMME, Celso Funcia (2001). *Revisão dos Modelos de Avaliação de Empresas e suas Aplicações nas Práticas de Mercado*. Revista de Administração, São Paulo, v. 36, n. 2, p.117-124.

MARTINS, Eliseu (2001). *Avaliação de Empresas: da Remuneração Contábil à Econômica*. FIPECAFI. São Paulo: Editora Atlas.

MÜLLER, Aderbal (2003). *Fluxo de Caixa Descontado, Lucros Capitalizados e Lucros Excedentes – o Desempenho dos Modelos de Avaliação de Empresas*. 271 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina.

NEIVA, Raimundo A (1999). *Valor de Mercado da Empresa*. 2. ed. São Paulo: Atlas.

PEREZ, Marcelo Monteiro; FAMÁ, Rubens (2003). *Avaliação de Empresas e Apuração de Haveres em Processo Judiciais***.** In: Seminários em Administração, 6, São Paulo.

STERN STEWART (2009). *Eletrobras: uma Análise de Geração de Valor*, São Paulo. Disponível em: www.acendebrasil.com.br/archives/2010_WhitePaper_02_AcendeBrasil_Rev0.pdf. Acesso em Dezembro de 2009.

VÁZQUEZ, Roberto; SALGADO, Claudia A.B (2001). *Valor económico agregado y intangibles*. Contabilidad y Auditoría, Buenos Aires, ano 7, n.14, p.83-96.

ANEXO III – BANCO DE DADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS

	Genco 1	Genco 2	Genco 3	Genco 4	Genco 5	Genco 6	Genco 7	Genco 8	Genco 9	Genco 10	Genco 11
Receita Operacional Líquida - ROL (R$ milhões)											
	Eletronorte	**CHESF**	**Furnas**	**Eletrosul**	**Cemig GT**	**Copel GT**	**Cesp**	**Tractebel**	**AES Tietê**	**Duke**	**CPFL**
2001				1.344,9			2.113,3	2.083,0		619,9	
2002				1.650,8			1.860,8	1.363,4		523,9	268,8
2003	2.247,9	3.080,0	4.660,0	378,5		862,2	1.728,5	1.831,0	779,0	632,5	276,5
2004	2.954,8	3.502,0	4.614,0	456,4		937,0	1.917,1	2.470,0	980,8	641,6	313,2
2005	3.433,4	3.299,0	5.053,0	468,4	1.888,1	1.110,1	1.839,9	2.288,4	1.220,1	615,1	393,4
2006	3.203,7	3.226,0	5.219,0	539,3	2.243,0	1.118,8	2.011,9	2.705,5	1.387,0	600,1	510,9
2007	3.761,5	3.981,0	5.105,0	549,1	2.666,0	1.281,4	2.183,7	3.043,4	1.463,9	634,2	647,8
2008	3.810,0	4.826,0	5.772,0	639,0	2.937,0	1.544,1	2.479,7	3.400,3	1.605,2	707,8	787,3
2009	3.433,5	4.243,0	6.074,0	723,9	3.530,0	1.621,1	2.652,8	3.496,7	1.669,9	780,3	876,6
2010							2.905,3	4.100,4		862,3	
2009 (IFRS)	3.382,9	4.620,0	5.974,0	819,7	3.536,0	1.708,9	2.652,8	3.496,7	1.669,9	780,3	930,8
2010 (IFRS)	3.430,4	5.433,0	6.450,0	794,5	3.914,7	1.721,6	2.905,3	4.100,4	1.754,3	862,3	1.083,3

EBITDA (R$ milhões)											
	Eletronorte	**CHESF**	**Furnas**	**Eletrosul**	**Cemig GT**	**Copel GT**	**Cesp**	**Tractebel**	**AES Tietê**	**Duke**	**CPFL**
2001							1.023,0	1.236,1		338,3	
2002			1.653,0	335,6			1.497,0	419,3		375,7	
2003		2.466,0	2.087,0	393,7		346,6	1.357,0	928,0	611,8	486,4	
2004		2.674,0	1.481,0	416,4		334,6	1.470,0	1.271,0	776,5	442,3	282,2
2005	596,9	2.285,0	1.533,0	250,6	1.202,0	540,6	1.231,2	1.451,0	939,1	422,9	345,1
2006	868,2	1.928,0	1.266,0	315,0	1.344,0	943,6	1.255,8	1.595,0	1.096,9	369,6	437,0
2007	1.229,0	2.335,0	496,0	316,6	1.723,0	808,1	1.448,3	1.885,9	1.098,8	403,9	541,0
2008	1.131,3	3.088,0	1.492,0	413,5	1.938,0	940,2	1.626,5	2.176,6	1.254,3	511,3	622,0
2009	1.146,1	2.041,0	1.234,0	450,1	2.249,0	950,6	1.849,1	2.177,7	1.260,5	478,7	742,0
2009 (IFRS)	1.108,2	2.036,0	640,0	364,1	2.299,0	936,0	1.849,1	2.201,7	1.255,0	466,4	814,0
2010 (IFRS)	1.208,1	3.342,0	1.166,0	267,6	2.368,0	889,8	1.957,2	2.611,5	1.320,5	599,6	794,0

	Genco 1	Genco 2	Genco 3	Genco 4	Genco 5	Genco 6	Genco 7	Genco 8	Genco 9	Genco 10	Genco 11
EBITDA/ROL (%)											
	Eletronorte	**CHESF**	**Furnas**	**Eletrosul**	**Cemig GT**	**Copel GT**	**Cesp**	**Tractebel**	**AES Tietê**	**Duke**	**CPFL**
2001	NA	NA	NA	0,0%	NA	NA	48,4%	59,3%	NA	54,6%	NA
2002	NA	NA	NA	20,3%	NA	NA	80,4%	30,8%	NA	71,7%	0,0%
2003	0,0%	80,1%	44,8%	104,0%	NA	40,2%	78,5%	50,7%	78,5%	76,9%	0,0%
2004	0,0%	76,4%	32,1%	91,2%	NA	35,7%	76,7%	51,5%	79,2%	68,9%	90,1%
2005	17,4%	69,3%	30,3%	53,5%	63,7%	48,7%	66,9%	63,4%	77,0%	68,8%	87,7%
2006	27,1%	59,8%	24,3%	58,4%	59,9%	84,3%	62,4%	59,0%	79,1%	61,6%	85,5%
2007	32,7%	58,7%	9,7%	57,7%	64,6%	63,1%	66,3%	62,0%	75,1%	63,7%	83,5%
2008	29,7%	64,0%	25,8%	64,7%	66,0%	60,9%	65,6%	64,0%	78,1%	72,2%	79,0%
2009	33,4%	48,1%	20,3%	62,2%	63,7%	58,6%	69,7%	62,3%	75,5%	61,3%	84,6%
2009 (IFRS)	32,8%	44,1%	10,7%	44,4%	65,0%	54,8%	69,7%	63,0%	75,2%	59,8%	87,5%
2010 (IFRS)	35,2%	61,5%	18,1%	33,7%	60,5%	51,7%	67,4%	63,7%	75,3%	69,5%	73,3%
2005-2010	**29,7%**	**57,9%**	**19,9%**	**53,5%**	**63,3%**	**60,3%**	**66,9%**	**62,5%**	**76,5%**	**65,3%**	**83,0%**
Cluster		**40,3%**				**63,5%**			**71,8%**		

Lucro Líquido - LL (R$ milhões)											
	Eletronorte	**CHESF**	**Furnas**	**Eletrosul**	**Cemig GT**	**Copel GT**	**Cesp**	**Tractebel**	**AES Tietê**	**Duke**	**CPFL**
2001				93,0			(1.223,6)	582,3		22,4	97,7
2002				58,3			(3.417,5)	(183,5)		(61,3)	(71,1)
2003	(292,9)	816,6		152,1		218,0	627,7	517,0	195,4	85,5	2,5
2004	(1.055,4)	836,8	637,0	193,8		27,4	34,1	775,0	291,5	46,6	71,1
2005	(323,7)	746,4	840,0	166,2	468,0	231,7	(195,8)	920,1	556,1	113,1	117,2
2006	(349,1)	457,3	364,0	209,5	614,0	850,2	(118,4)	979,1	614,0	86,2	165,0
2007	(542,3)	652,6	677,0	196,9	752,0	542,5	178,6	1.045,6	609,1	72,8	278,9
2008	(2.424,6)	1.437,3	455,0	264,7	986,0	623,2	(2.351,6)	1.115,2	692,5	148,3	229,7
2009	303,9	764,4	(127,2)	214,4	1.309,0	654,8	762,7	1.134,4	780,2	189,4	338,0
2009 (IFRS)	584,5	905,9	358,0	214,4	1.103,0	561,3	478,5	1.090,9	706,2	102,3	316,6
2010 (IFRS)	139,8	2.177,2	635,0	67,6	1.084,0	529,1	93,0	1.211,6	737,3	180,5	245,5

	Genco 1	Genco 2	Genco 3	Genco 4	Genco 5	Genco 6	Genco 7	Genco 8	Genco 9	Genco 10	Genco 11
	LL/ROL (%)										
	Eletronorte	**CHESF**	**Furnas**	**Eletrosul**	**Cemig GT**	**Copel GT**	**Cesp**	**Tractebel**	**AES Tietê**	**Duke**	**CPFL**
2001	NA	NA	NA	6,9%	NA	NA	-57,9%	28,0%	NA	3,6%	NA
2002	NA	NA	NA	3,5%	NA	NA	-183,7%	-13,5%	NA	-11,7%	-26,4%
2003	-13,0%	26,5%	0,0%	40,2%	NA	25,3%	36,3%	28,2%	25,1%	13,5%	0,9%
2004	-35,7%	23,9%	13,8%	42,5%	NA	2,9%	1,8%	31,4%	29,7%	7,3%	22,7%
2005	-9,4%	22,6%	16,6%	35,5%	24,8%	20,9%	-10,6%	40,2%	45,6%	18,4%	29,8%
2006	-10,9%	14,2%	7,0%	38,8%	27,4%	76,0%	-5,9%	36,2%	44,3%	14,4%	32,3%
2007	-14,4%	16,4%	13,3%	35,9%	28,2%	42,3%	8,2%	34,4%	41,6%	11,5%	43,1%
2008	-63,6%	29,8%	7,9%	41,4%	33,6%	40,4%	-94,8%	32,8%	43,1%	21,0%	29,2%
2009	8,9%	18,0%	-2,1%	29,6%	37,1%	40,4%	28,8%	32,4%	46,7%	24,3%	38,6%
2009 (IFRS)	17,3%	19,6%	6,0%	26,2%	31,2%	32,8%	18,0%	31,2%	42,3%	13,1%	34,0%
2010 (IFRS)	4,1%	40,1%	9,8%	8,5%	27,7%	30,7%	3,2%	29,5%	42,0%	20,9%	22,7%
2005-2010	**-9,7%**	**23,0%**	**8,4%**	**30,8%**	**30,0%**	**40,5%**	**-7,6%**	**33,8%**	**43,7%**	**17,6%**	**32,8%**
Cluster	**13,1%**				**21,0%**			**32,0%**			

	Empregados										
	Eletronorte	**CHESF**	**Furnas**	**Eletrosul**	**Cemig GT**	**Copel GT**	**Cesp**	**Tractebel**	**AES Tietê**	**Duke**	**CPFL**
2001				1.215			1.406	843		435	
2002				1.279			1.376	859		324	
2003	2.335			1.302		798	1.352	844		298	
2004	2.390	5.625		1.325		815	1.330	849	253	289	177
2005	2.570	5.628	4.581	1.458	2.102	921	1.284	893	272	291	220
2006	2.707	5.688	4.525	1.525	2.256	975	1.403	906	285	294	226
2007	3.613	5.640	4.534	1.553	2.276	1.510	1.369	917	283	300	240
2008	3.725	5.535	4.724	1.583	2.166	1.554	1.321	941	318	304	287
2009	3.701	5.635	4.758	1.580	2.041	1.594	1.284	990	315	293	296
2010	3.850	5.638	4.906	1.717	1.823	1.744	1.463	1.033	313	281	389

	Genco 1	Genco 2	Genco 3	Genco 4	Genco 5	Genco 6	Genco 7	Genco 8	Genco 9	Genco 10	Genco 11
	ROL/Empregado (R$ milhões/pessoa)										
	Eletronorte	**CHESF**	**Furnas**	**Eletrosul**	**Cemig GT**	**Copel GT**	**Cesp**	**Tractebel**	**AES Tietê**	**Duke**	**CPFL**
2001	NA	NA	NA	1,107	NA	NA	1,503	2,471	NA	1,425	NA
2002	NA	NA	NA	1,291	NA	NA	1,352	1,587	NA	1,617	NA
2003	0,963	NA	NA	0,291	NA	1,080	1,278	2,169	NA	2,123	NA
2004	1,236	0,623	NA	0,344	NA	1,150	1,441	2,909	3,877	2,220	1,769
2005	1,336	0,586	1,103	0,321	0,898	1,205	1,433	2,563	4,486	2,114	1,788
2006	1,183	0,567	1,153	0,354	0,994	1,147	1,434	2,986	4,867	2,041	2,261
2007	1,041	0,706	1,126	0,354	1,171	0,849	1,595	3,319	5,173	2,114	2,699
2008	1,023	0,872	1,222	0,404	1,356	0,994	1,877	3,613	5,048	2,328	2,743
2009	0,928	0,753	1,277	0,458	1,730	1,017	2,066	3,532	5,301	2,663	2,962
2009 (IFRS)	0,914	0,820	1,256	0,519	1,732	1,072	2,066	3,532	5,301	2,663	3,145
2010 (IFRS)	0,891	0,964	1,315	0,463	2,147	0,987	1,986	3,969	5,605	3,069	2,785
2005-2010	**1,045**	**0,753**	**1,207**	**0,410**	**1,433**	**1,039**	**1,780**	**3,359**	**5,111**	**2,427**	**2,626**
Cluster	**0,854**				**1,417**			**3,381**			

	EBITDA/Empregado (R$ milhões/pessoa)										
	Eletronorte	**CHESF**	**Furnas**	**Eletrosul**	**Cemig GT**	**Copel GT**	**Cesp**	**Tractebel**	**AES Tietê**	**Duke**	**CPFL**
2001	NA	NA	NA	-	NA	NA	0,728	1,466	NA	0,778	NA
2002	NA	NA	NA	0,262	NA	NA	1,088	0,488	NA	1,160	NA
2003	-	NA	NA	0,302	NA	0,434	1,004	1,100	NA	1,632	NA
2004	-	0,475	NA	0,314	NA	0,411	1,105	1,497	3,069	1,531	1,594
2005	0,232	0,406	0,335	0,172	0,572	0,587	0,959	1,625	3,453	1,453	1,569
2006	0,321	0,339	0,280	0,207	0,596	0,968	0,895	1,760	3,849	1,257	1,934
2007	0,340	0,414	0,109	0,204	0,757	0,535	1,058	2,057	3,883	1,346	2,254
2008	0,304	0,558	0,316	0,261	0,895	0,605	1,231	2,313	3,944	1,682	2,167
2009	0,310	0,362	0,259	0,285	1,102	0,596	1,440	2,200	4,002	1,634	2,507
2009 (IFRS)	0,299	0,361	0,135	0,230	1,126	0,587	1,440	2,224	3,984	1,592	2,750
2010 (IFRS)	0,314	0,593	0,238	0,156	1,299	0,510	1,338	2,528	4,219	2,134	2,041
2005-2010	**0,303**	**0,433**	**0,239**	**0,216**	**0,907**	**0,627**	**1,194**	**2,101**	**3,905**	**1,585**	**2,175**
Cluster	**0,298**				**0,909**			**2,441**			

	Genco 1	Genco 2	Genco 3	Genco 4	Genco 5	Genco 6	Genco 7	Genco 8	Genco 9	Genco 10	Genco 11
	LL/Empregado (R$ milhões/pessoa)										
	Eletronorte	**CHESF**	**Furnas**	**Eletrosul**	**Cemig GT**	**Copel GT**	**Cesp**	**Tractebel**	**AES Tietê**	**Duke**	**CPFL**
2001	NA	NA	NA	0,077	NA	NA	(0,870)	0,691	NA	0,052	NA
2002	NA	NA	NA	0,046	NA	NA	(2,484)	(0,214)	NA	(0,189)	NA
2003	(0,125)	NA	NA	0,117	NA	0,273	0,464	0,613	NA	0,287	NA
2004	(0,442)	0,149	NA	0,146	NA	0,034	0,026	0,913	1,152	0,161	0,401
2005	(0,126)	0,133	0,183	0,114	0,223	0,252	(0,152)	1,030	2,044	0,389	0,533
2006	(0,129)	0,080	0,080	0,137	0,272	0,872	(0,084)	1,081	2,154	0,293	0,730
2007	(0,150)	0,116	0,149	0,127	0,330	0,359	0,130	1,140	2,152	0,243	1,162
2008	(0,651)	0,260	0,096	0,167	0,455	0,401	(1,780)	1,185	2,178	0,488	0,800
2009	0,082	0,136	(0,027)	0,136	0,641	0,411	0,594	1,146	2,477	0,646	1,142
2009 (IFRS)	0,158	0,161	0,075	0,136	0,540	0,352	0,373	1,102	2,242	0,349	1,070
2010 (IFRS)	0,036	0,386	0,129	0,039	0,595	0,303	0,064	1,173	2,356	0,642	0,631
2005-2010	**(0,111)**	**0,182**	**0,098**	**0,122**	**0,437**	**0,421**	**(0,122)**	**1,122**	**2,229**	**0,436**	**0,867**
Cluster		**0,073**				**0,245**			**1,164**		

	Capacidade Instalada (MW)										
	Eletronorte	**CHESF**	**Furnas**	**Eletrosul**	**Cemig GT**	**Copel GT**	**Cesp**	**Tractebel**	**AES Tietê**	**Duke**	**CPFL**
2001			9.292,0				7.126,0	5.036,0		2.307,0	
2002			9.292,0				7.346,0	5.890,0		2.307,0	812,0
2003			9.292,0			4.550,0	7.456,0	5.918,0		2.284,0	812,0
2004	7.251,0	10.760,8	9.467,0	89,5		4.550,0	7.456,0	5.918,0	2.651,0	2.284,0	854,0
2005	8.203,4	10.618,3	9.458,0	130,0	5.890,0	4.550,0	7.456,0	5.918,0	2.651,0	2.237,0	915,0
2006	9.293,3	10.618,3	9.910,0	344,4	6.249,0	4.550,0	7.456,0	5.918,0	2.651,0	2.237,0	1.072,0
2007	9.736,7	10.618,3	9.910,0	444,4	6.250,0	4.550,0	7.456,0	6.094,0	2.651,0	2.306,0	1.501,0
2008	9.293,3	10.618,3	10.076,0	1.104,4	6.250,0	4.550,0	7.456,0	6.188,0	2.651,0	2.307,0	1.617,0
2009	9.674,5	10.615,1	10.216,0	1.185,3	6.754,0	4.549,6	7.456,0	6.431,0	2.651,0	2.307,0	1.650,0
2010	9.294,3	10.615,1	11.366,0	1.721,3	6.896,0	4.549,6	7.456,0	6.472,0	2.657,0	2.307,0	2.309,0

	Genco 1	Genco 2	Genco 3	Genco 4	Genco 5	Genco 6	Genco 7	Genco 8	Genco 9	Genco 10	Genco 11
ROL/Capacidade Instalada (R$ milhões/MW)											
	Eletronorte	**CHESF**	**Furnas**	**Eletrosul**	**Cemig GT**	**Copel GT**	**Cesp**	**Tractebel**	**AES Tietê**	**Duke**	**CPFL**
2001	NA	NA	-	NA	NA	NA	0,297	0,414	NA	0,269	NA
2002	NA	NA	-	NA	NA	NA	0,253	0,231	NA	0,227	0,331
2003	NA	NA	0,502	NA	NA	0,189	0,232	0,309	NA	0,277	0,341
2004	0,408	0,325	0,487	5,099	NA	0,206	0,257	0,417	0,370	0,281	0,367
2005	0,419	0,311	0,534	3,603	0,321	0,244	0,247	0,387	0,460	0,275	0,430
2006	0,345	0,304	0,527	1,566	0,359	0,246	0,270	0,457	0,523	0,268	0,477
2007	0,386	0,375	0,515	1,236	0,427	0,282	0,293	0,499	0,552	0,275	0,432
2008	0,410	0,454	0,573	0,579	0,470	0,339	0,333	0,549	0,606	0,307	0,487
2009	0,355	0,400	0,595	0,611	0,523	0,356	0,356	0,544	0,630	0,338	0,531
2009 (IFRS)	0,350	0,435	0,585	0,692	0,524	0,376	0,356	0,544	0,630	0,338	0,564
2010 (IFRS)	0,364	0,435	0,526	0,476	0,513	0,376	0,356	0,540	0,628	0,338	0,403
2005-2010	**0,375**	**0,388**	**0,551**	**1,252**	**0,448**	**0,317**	**0,316**	**0,503**	**0,576**	**0,306**	**0,475**
Cluster	**0,641**				**0,360**			**0,465**			

EBITDA/Capacidade Instalada (R$ milhões/MW)											
	Eletronorte	**CHESF**	**Furnas**	**Eletrosul**	**Cemig GT**	**Copel GT**	**Cesp**	**Tractebel**	**AES Tietê**	**Duke**	**CPFL**
2001	NA	NA	-	NA	NA	NA	0,144	0,245	NA	0,147	NA
2002	NA	NA	0,178	NA	NA	NA	0,204	0,071	NA	0,163	-
2003	NA	NA	0,225	NA	NA	0,076	0,182	0,157	NA	0,213	-
2004	-	0,248	0,156	4,653	NA	0,074	0,197	0,215	0,293	0,194	0,330
2005	0,073	0,215	0,162	1,928	0,204	0,119	0,165	0,245	0,354	0,189	0,377
2006	0,093	0,182	0,128	0,915	0,215	0,207	0,168	0,270	0,414	0,165	0,408
2007	0,126	0,220	0,050	0,712	0,276	0,178	0,194	0,309	0,414	0,175	0,360
2008	0,122	0,291	0,148	0,374	0,310	0,207	0,218	0,352	0,473	0,222	0,385
2009	0,118	0,192	0,121	0,380	0,333	0,209	0,248	0,339	0,475	0,207	0,450
2009 (IFRS)	0,115	0,192	0,063	0,307	0,340	0,206	0,248	0,342	0,473	0,202	0,493
2010 (IFRS)	0,130	0,315	0,103	0,155	0,343	0,196	0,263	0,404	0,497	0,260	0,344
2005-2010	**0,111**	**0,229**	**0,111**	**0,682**	**0,289**	**0,189**	**0,215**	**0,323**	**0,443**	**0,203**	**0,402**
Cluster	**0,283**				**0,231**			**0,343**			

	Genco 1	Genco 2	Genco 3	Genco 4	Genco 5	Genco 6	Genco 7	Genco 8	Genco 9	Genco 10	Genco 11
LL/Capacidade Instalada (R$ milhões/MW)											
	Eletronorte	**CHESF**	**Furnas**	**Eletrosul**	**Cemig GT**	**Copel GT**	**Cesp**	**Tractebel**	**AES Tietê**	**Duke**	**CPFL**
2001	NA	NA	-	NA	NA	NA	(0,172)	0,116	NA	0,010	NA
2002	NA	NA	-	NA	NA	NA	(0,465)	(0,031)	NA	(0,027)	(0,088)
2003	NA	NA	-	NA	NA	0,048	0,084	0,087	NA	0,037	0,003
2004	(0,146)	0,078	0,067	2,165	NA	0,006	0,005	0,131	0,110	0,020	0,083
2005	(0,039)	0,070	0,089	1,278	0,079	0,051	(0,026)	0,155	0,210	0,051	0,128
2006	(0,038)	0,043	0,037	0,608	0,098	0,187	(0,016)	0,165	0,232	0,039	0,154
2007	(0,056)	0,061	0,068	0,443	0,120	0,119	0,024	0,172	0,230	0,032	0,186
2008	(0,261)	0,135	0,045	0,240	0,158	0,137	(0,315)	0,180	0,261	0,064	0,142
2009	0,031	0,072	(0,012)	0,181	0,194	0,144	0,102	0,176	0,294	0,082	0,205
2009 (IFRS)	0,060	0,085	0,035	0,181	0,163	0,123	0,064	0,170	0,266	0,044	0,192
2010 (IFRS)	0,015	0,205	0,056	0,039	0,157	0,116	0,012	0,187	0,278	0,078	0,106
2005-2010	**(0,041)**	**0,096**	**0,045**	**0,424**	**0,139**	**0,125**	**(0,022)**	**0,172**	**0,253**	**0,056**	**0,159**
Cluster	**0,131**				**0,081**			**0,160**			

Capacidade Instalada/Empregado (MW/pessoa)											
	Eletronorte	**CHESF**	**Furnas**	**Eletrosul**	**Cemig GT**	**Copel GT**	**Cesp**	**Tractebel**	**AES Tietê**	**Duke**	**CPFL**
2001	NA	NA	NA	-	NA	NA	5,068	5,974	NA	5,303	NA
2002	NA	NA	NA	-	NA	NA	5,339	6,857	NA	7,120	NA
2003	-	NA	NA	-	NA	5,702	5,515	7,012	NA	7,664	NA
2004	3,034	1,913	NA	0,068	NA	5,583	5,606	6,971	10,478	7,903	4,825
2005	3,192	1,887	2,065	0,089	2,802	4,940	5,807	6,627	9,746	7,687	4,159
2006	3,433	1,867	2,190	0,226	2,770	4,667	5,314	6,532	9,302	7,609	4,743
2007	2,695	1,883	2,186	0,286	2,746	3,013	5,446	6,646	9,367	7,687	6,254
2008	2,495	1,918	2,133	0,698	2,886	2,928	5,644	6,576	8,336	7,589	5,634
2009	2,614	1,884	2,147	0,750	3,309	2,854	5,807	6,496	8,416	7,874	5,574
2010	2,414	1,883	2,317	1,003	3,783	2,609	5,096	6,265	8,489	8,210	5,936
2005-2010	**2,807**	**1,887**	**2,173**	**0,509**	**3,049**	**3,502**	**5,519**	**6,524**	**8,943**	**7,776**	**5,383**
Cluster	**1,844**				**4,023**			**7,156**			

	Genco 1	Genco 2	Genco 3	Genco 4	Genco 5	Genco 6	Genco 7	Genco 8	Genco 9	Genco 10	Genco 11
	Energia Gerada (GWh)										
	Eletronorte	**CHESF**	**Furnas**	**Eletrosul**	**Cemig GT**	**Copel GT**	**Cesp**	**Tractebel**	**AES Tietê**	**Duke**	**CPFL**
2001							26.383	24.602		11.062	
2002			67.432				34.504	31.045		11.579	4.422
2003	38.100	50.960	52.400			16.598	37.009	27.156		11.853	3.730
2004	47.790	48.836	39.379			19.121	36.340	28.419	11.943	11.167	3.791
2005	44.036	49.911	50.551		30.411	18.436	37.899	29.801	12.852	11.150	4.208
2006	48.944	47.000	56.322		32.187	10.358	42.896	21.351	12.475	10.102	4.725
2007	40.524	49.596	55.742		33.130	18.134	41.203	33.858	13.518	9.972	6.702
2008	39.715	50.692	55.064		31.163	20.372	41.139	33.258	13.260	10.974	7.567
2009	44.031	46.409	55.193		32.830	17.143	39.832	31.763	14.006	12.602	8.021
2010	39.229	51.748	56.712		33.082	24.321	40.947	42.986	14.582	13.471	10.078

	ROL/Energia Gerada (R$ milhões/GWh)										
	Eletronorte	**CHESF**	**Furnas**	**Eletrosul**	**Cemig GT**	**Copel GT**	**Cesp**	**Tractebel**	**AES Tietê**	**Duke**	**CPFL**
2001	NA	NA	NA	NA	NA	NA	0,080	0,085	NA	0,056	NA
2002	NA	NA	-	NA	NA	NA	0,054	0,044	NA	0,045	0,061
2003	0,059	0,060	0,089	NA	NA	0,052	0,047	0,067	NA	0,053	0,074
2004	0,062	0,072	0,117	NA	NA	0,049	0,053	0,087	0,082	0,057	0,083
2005	0,078	0,066	0,100	NA	0,062	0,060	0,049	0,077	0,095	0,055	0,093
2006	0,065	0,069	0,093	NA	0,070	0,108	0,047	0,127	0,111	0,059	0,108
2007	0,093	0,080	0,092	NA	0,080	0,071	0,053	0,090	0,108	0,064	0,097
2008	0,096	0,095	0,105	NA	0,094	0,076	0,060	0,102	0,121	0,064	0,104
2009	0,078	0,091	0,110	NA	0,108	0,095	0,067	0,110	0,119	0,062	0,109
2009 (IFRS)	0,077	0,100	0,108	NA	0,108	0,100	0,067	0,110	0,119	0,062	0,116
2010 (IFRS)	0,087	0,105	0,114	NA	0,118	0,071	0,071	0,095	0,120	0,064	0,107
2005-2010	**0,082**	**0,087**	**0,103**	**NA**	**0,091**	**0,083**	**0,059**	**0,102**	**0,113**	**0,062**	**0,105**
Cluster		**0,091**				**0,078**			**0,095**		

	Genco 1	Genco 2	Genco 3	Genco 4	Genco 5	Genco 6	Genco 7	Genco 8	Genco 9	Genco 10	Genco 11
EBITDA/Energia Gerada (R$ milhões/GWh)											
	Eletronorte	**CHESF**	**Furnas**	**Eletrosul**	**Cemig GT**	**Copel GT**	**Cesp**	**Tractebel**	**AES Tietê**	**Duke**	**CPFL**
2001	NA	NA	NA	NA	NA	NA	0,039	0,050	NA	0,031	NA
2002	NA	NA	0,025	NA	NA	NA	0,043	0,014	NA	0,032	-
2003	-	0,048	0,040	NA	NA	0,021	0,037	0,034	NA	0,041	-
2004	-	0,055	0,038	NA	NA	0,017	0,040	0,045	0,065	0,040	0,074
2005	0,014	0,046	0,030	NA	0,040	0,029	0,032	0,049	0,073	0,038	0,082
2006	0,018	0,041	0,022	NA	0,042	0,091	0,029	0,075	0,088	0,037	0,092
2007	0,030	0,047	0,009	NA	0,052	0,045	0,035	0,056	0,081	0,041	0,081
2008	0,028	0,061	0,027	NA	0,062	0,046	0,040	0,065	0,095	0,047	0,082
2009	0,026	0,044	0,022	NA	0,069	0,055	0,046	0,069	0,090	0,038	0,093
2009 (IFRS)	0,025	0,044	0,012	NA	0,070	0,055	0,046	0,069	0,090	0,037	0,101
2010 (IFRS)	0,031	0,065	0,021	NA	0,072	0,037	0,048	0,061	0,091	0,045	0,079
2005-2010	**0,025**	**0,050**	**0,020**	**NA**	**0,058**	**0,051**	**0,040**	**0,063**	**0,087**	**0,040**	**0,087**
Cluster	**0,032**				**0,050**			**0,069**			

LL/Energia Gerada (R$ milhões/GWh)											
	Eletronorte	**CHESF**	**Furnas**	**Eletrosul**	**Cemig GT**	**Copel GT**	**Cesp**	**Tractebel**	**AES Tietê**	**Duke**	**CPFL**
2001	NA	NA	NA	NA	NA	NA	(0,046)	0,024	NA	0,002	NA
2002	NA	NA	-	NA	NA	NA	(0,099)	(0,006)	NA	(0,005)	(0,016)
2003	(0,008)	0,016	-	NA	NA	0,013	0,017	0,019	NA	0,007	0,001
2004	(0,022)	0,017	0,016	NA	NA	0,001	0,001	0,027	0,024	0,004	0,019
2005	(0,007)	0,015	0,017	NA	0,015	0,013	(0,005)	0,031	0,043	0,010	0,028
2006	(0,007)	0,010	0,006	NA	0,019	0,082	(0,003)	0,046	0,049	0,009	0,035
2007	(0,013)	0,013	0,012	NA	0,023	0,030	0,004	0,031	0,045	0,007	0,042
2008	(0,061)	0,028	0,008	NA	0,032	0,031	(0,057)	0,034	0,052	0,014	0,030
2009	0,007	0,016	(0,002)	NA	0,040	0,038	0,019	0,036	0,056	0,015	0,042
2009 (IFRS)	0,013	0,020	0,006	NA	0,034	0,033	0,012	0,034	0,050	0,008	0,039
2010 (IFRS)	0,004	0,042	0,011	NA	0,033	0,022	0,002	0,028	0,051	0,013	0,024
2005-2010	**(0,009)**	**0,021**	**0,008**	**NA**	**0,028**	**0,035**	**(0,004)**	**0,034**	**0,049**	**0,011**	**0,034**
Cluster	**0,007**				**0,020**			**0,032**			

	Genco 1	Genco 2	Genco 3	Genco 4	Genco 5	Genco 6	Genco 7	Genco 8	Genco 9	Genco 10	Genco 11
	Energia Gerada/Empregado (GWh/pessoa)										
	Eletronorte	**CHESF**	**Furnas**	**Eletrosul**	**Cemig GT**	**Copel GT**	**Cesp**	**Tractebel**	**AES Tietê**	**Duke**	**CPFL**
2001	NA	NA	NA	-	NA	NA	18,765	29,184	NA	25,430	NA
2002	NA	NA	NA	-	NA	NA	25,076	36,141	NA	35,739	NA
2003	16,317	NA	NA	-	NA	20,799	27,374	32,176	NA	39,775	NA
2004	19,996	8,682	NA	-	NA	23,461	27,324	33,473	47,206	38,640	21,418
2005	17,135	8,868	11,035	-	14,468	20,017	29,516	33,372	47,249	38,315	19,127
2006	18,080	8,263	12,447	-	14,267	10,624	30,574	23,566	43,771	34,360	20,907
2007	11,216	8,794	12,294	-	14,556	12,009	30,097	36,923	47,766	33,239	27,925
2008	10,662	9,158	11,656	-	14,387	13,109	31,143	35,343	41,698	36,098	26,366
2009	11,897	8,236	11,600	-	16,085	10,754	31,021	32,084	44,462	43,010	27,098
2010	10,189	9,178	11,560	-	18,147	13,946	27,988	41,613	46,587	47,939	25,907
2005-2010	**13,197**	**8,750**	**11,765**	**-**	**15,318**	**13,410**	**30,057**	**33,817**	**45,256**	**38,827**	**24,555**
Cluster	**11,237**				**19,595**			**35,614**			

Receita Operacional Líquida - ROL (R$ milhões)	Disco 1	Disco 2	Disco 3	Disco 4	Disco 5	Disco 6	Disco 7	Disco 8	Disco 9	Disco 10	Disco 11	Disco 12	Disco 13	Disco 14	Disco 15	Disco 16	Disco 17	Disco 18	Disco 19	Disco 20	Disco 21	Disco 22
	Estatais Federais			Estatais Estaduais			Neoenergia			Endesa	Rede			Energisa		Energisa		Endesa	Light	AES	CPFL	
	CEAL	CERON	CEPISA	Cemig D	Copel D	Celg	Coelba	Cosern	Celpe	Coelce	CELTINS	CELPA	CEMAT	Sergipe	Paraíba	MG	N. Frib.	Ampla	Light D	Eletropaulo	Paulista	RGE
2005	468,8	454,4	376,7	6.397,0	3.785,0	1.556,2	2.702,1	619,6	1.477,5	1.487,3	265,6	996,1	1.138,4	381,2	492,5	291,6	76,2	2.146,4	4.885,7	8.321,5	7.070,4	1.503,3
2006	503,3	371,2	418,8	6.314,0	3.439,8	1.497,6	2.522,2	634,0	1.867,1	1.567,6	302,2	1.026,7	991,2	427,9	595,6	291,0	67,7	1.984,8	4.743,1	6.919,6	5.973,5	1.478,9
2007	536,7	444,4	472,2	5.976,0	3.551,9	1.688,4	2.894,5	749,8	1.988,2	1.702,4	335,6	1.129,5	1.128,9	445,6	623,6	301,3	72,3	2.132,1	4.755,2	7.130,8	4.460,7	1.601,8
2008	637,4	494,8	548,8	6.147,0	3.765,9	1.782,4	3.115,1	796,3	2.214,5	1.914,0	365,9	1.263,6	1.249,6	422,2	683,6	321,6	72,1	2.451,3	5.101,0	7.529,9	4.346,1	1.666,6
2009	625,6	600,5	598,6	6.385,0	3.890,1	1.821,5	3.350,8	855,1	2.501,3	2.140,7	381,4	1.580,3	1.364,3	463,0	724,2	337,8	79,3	2.745,7	5.133,0	8.049,9	4.780,9	1.841,0
2009 (IFRS)	694,8	627,2	566,9	6.694,0	4.420,9	2.028,3	3.996,1	1.060,2	2.914,8	2.419,3	466,1	1.480,2	1.678,3	520,2	857,6	365,0	87,3	3.150,9	5.908,0	8.785,6	5.143,7	1.965,9
2010 (IFRS)	706,0	638,7	877,8	6.927,0	4.939,3	2.163,7	4.394,3	1.150,8	2.860,1	2.849,7	580,6	2.110,9	1.956,6	568,5	880,3	395,9	93,1	3.154,8	6.097,1	9.697,2	5.360,0	2.125,2

EBITDA (R$ milhões)																						
	Estatais Federais			Estatais Estaduais			Neoenergia			Endesa	Rede			Energisa		Energisa		Endesa	Light	AES	CPFL	
	CEAL	CERON	CEPISA	Cemig D	Copel D	Celg	Coelba	Cosern	Celpe	Coelce	CELTINS	CELPA	CEMAT	Sergipe	Paraíba	MG	N. Frib.	Ampla	Light D	Eletropaulo	Paulista	RGE
2005	82,6	8,7	(25,9)	1.354,5	365,5	(3,1)	1.133,7	199,9	388,4	359,8	104,0	228,9	322,2	170,1	155,1	95,3	21,9	486,8	766,0	1.133,0	1.004,0	307,0
2006	41,5	18,3	4,3	1.273,0	454,8	(0,2)	1.033,6	239,2	430,3	532,6	107,1	286,3	250,3	187,0	162,0	100,1	18,5	492,2	599,0	1.763,4	1.179,0	344,0
2007	49,4	18,5	22,8	1.825,0	874,5	196,3	1.264,9	297,8	584,1	462,9	102,5	287,2	311,6	170,0	200,6	90,6	16,6	624,7	938,0	1.664,7	1.419,0	416,0
2008	44,1	21,7	43,6	1.606,0	787,6	182,4	1.217,2	262,6	691,7	575,4	105,1	214,5	351,1	132,0	173,8	86,3	15,1	705,5	1.314,0	1.696,0	1.010,0	380,0
2009	36,9	59,2	40,9	945,0	414,8	83,4	1.183,3	250,9	682,9	578,8	87,7	295,2	380,5	117,9	244,2	65,1	17,3	654,1	1.020,0	1.573,4	857,0	393,0
2009 (IFRS)	(32,8)	46,6	(2,5)	1.637,0	272,4	(14,9)	1.270,9	312,2	906,4	648,7	105,5	284,4	380,1	125,1	255,5	73,8	17,4	840,7	1.215,0	1.775,3	1.294,0	425,0
2010 (IFRS)	58,1	32,2	(5,2)	1.177,0	542,3	32,6	1.337,6	331,5	719,9	807,0	136,4	328,4	360,7	132,2	205,2	103,4	20,1	633,8	1.334,2	2.412,8	1.119,0	502,0

EBITDA/ROL (%)																						
	Estatais Federais			Estatais Estaduais			Neoenergia			Endesa	Rede			Energisa		Energisa		Endesa	Light	AES	CPFL	
	CEAL	CERON	CEPISA	Cemig D	Copel D	Celg	Coelba	Cosern	Celpe	Coelce	CELTINS	CELPA	CEMAT	Sergipe	Paraíba	MG	N. Frib.	Ampla	Light D	Eletropaulo	Paulista	RGE
2005	17,6%	1,9%	-6,9%	21,2%	9,7%	-0,2%	42,0%	32,3%	26,3%	24,2%	39,2%	23,0%	28,3%	44,6%	31,5%	32,7%	28,7%	22,7%	15,7%	13,6%	14,2%	20,4%
2006	8,2%	4,9%	1,0%	20,2%	13,2%	0,0%	41,0%	37,7%	23,0%	34,0%	35,4%	27,9%	25,3%	43,7%	27,2%	34,4%	27,3%	24,8%	12,6%	25,5%	19,7%	23,3%
2007	9,2%	4,2%	4,8%	30,5%	24,6%	11,6%	43,7%	39,7%	29,4%	27,2%	30,5%	25,4%	27,6%	38,2%	32,2%	30,1%	23,0%	29,3%	19,7%	23,3%	31,8%	26,0%
2008	6,9%	4,4%	7,9%	26,1%	20,9%	10,2%	39,1%	33,0%	31,2%	30,1%	28,7%	17,0%	28,1%	31,3%	25,4%	26,8%	20,9%	28,8%	25,8%	22,5%	23,2%	22,8%
2009	5,9%	9,9%	6,8%	14,8%	10,7%	4,6%	35,3%	29,3%	27,3%	27,0%	23,0%	18,7%	27,9%	25,5%	33,7%	19,3%	21,8%	23,8%	19,9%	19,5%	17,9%	21,3%
2009 (IFRS)	-4,7%	7,4%	-0,4%	24,5%	6,2%	-0,7%	31,8%	29,4%	31,1%	26,8%	22,6%	19,2%	22,6%	24,0%	29,8%	20,2%	19,9%	26,7%	20,6%	20,2%	25,2%	21,6%
2010 (IFRS)	8,2%	5,0%	-0,6%	17,0%	11,0%	1,5%	30,4%	28,8%	25,2%	28,3%	23,5%	15,6%	18,4%	23,3%	23,3%	26,1%	21,6%	20,1%	21,9%	24,9%	20,9%	23,6%
2005-2010	7,3%	5,4%	1,8%	22,0%	13,7%	3,9%	37,6%	32,9%	27,6%	28,2%	29,0%	21,0%	25,5%	32,9%	29,0%	27,1%	23,3%	25,2%	19,4%	21,4%	21,8%	22,7%
Cluster		4,8%			13,2%						29,3%								23,0%			

Lucro Líquido (R$ milhões)	Disco 1	Disco 2	Disco 3	Disco 4	Disco 5	Disco 6	Disco 7	Disco 8	Disco 9	Disco 10	Disco 11	Disco 12	Disco 13	Disco 14	Disco 15	Disco 16	Disco 17	Disco 18	Disco 19	Disco 20	Disco 21	Disco 22
	Estatais Federais			Estatais Estaduais			Neoenergia			Endesa	Rede			Energisa		Energisa		Endesa	Light	AES	CPFL	
	CEAL	CERON	CEPISA	Cemig D	Copel D	Celg	Coelba	Cosern	Celpe	Coelce	CELTINS	CELPA	CEMAT	Sergipe	Paraíba	MG	N. Frib.	Ampla	Light D	Eletropaulo	Paulista	RGE
2005	12,5	(35,9)	(100,4)	990,0	187,0	117,9	581,4	116,7	134,8	189,1	44,0	98,4	186,3	67,3	72,1	38,5	11,7	126,2	243,0	(184,4)	755,8	113,7
2006	(136,0)	(36,9)	(69,1)	769,6	284,7	(267,9)	540,5	141,4	217,8	298,2	47,3	79,4	83,8	77,6	70,2	75,1	8,1	191,1	(210,0)	373,4	767,0	121,0
2007	(22,7)	(54,4)	(81,2)	774,0	581,5	(176,9)	647,4	169,1	311,5	244,7	31,7	114,2	98,7	43,8	87,9	38,9	7,7	153,3	1.008,0	712,6	818,0	164,7
2008	(43,6)	(57,9)	(123,4)	709,0	544,4	(244,2)	814,8	212,3	466,3	338,5	24,3	(3,9)	84,6	(20,5)	101,6	43,9	5,7	281,4	918,0	1.027,1	590,0	164,0
2009	(2,2)	6,2	(67,0)	338,0	319,7	(91,0)	809,4	197,2	435,5	334,4	50,0	121,7	167,0	109,8	133,9	29,7	9,4	222,3	528,5	1.063,2	458,0	163,4
2009 (IFRS)	(33,8)	(9,6)	(110,6)	776,0	188,1	(194,6)	887,6	244,8	586,9	394,7	61,5	88,0	149,5	116,5	144,8	36,0	9,9	360,8	542,0	1.156,5	750,3	185,2
2010 (IFRS)	(42,6)	4,7	(68,6)	440,0	524,3	(616,1)	945,7	253,6	448,3	471,9	58,7	(100,7)	18,6	33,8	108,5	53,3	9,7	216,1	475,0	1.347,7	696,0	240,8

LL/ROL (%)																						
	Estatais Federais			Estatais Estaduais			Neoenergia			Endesa	Rede			Energisa		Energisa		Endesa	Light	AES	CPFL	
	CEAL	CERON	CEPISA	Cemig D	Copel D	Celg	Coelba	Cosern	Celpe	Coelce	CELTINS	CELPA	CEMAT	Sergipe	Paraíba	MG	N. Frib.	Ampla	Light D	Eletropaulo	Paulista	RGE
2005	2,7%	-7,9%	-26,7%	15,5%	4,9%	7,6%	21,5%	18,8%	9,1%	12,7%	16,6%	9,9%	16,4%	17,7%	14,6%	13,2%	15,4%	5,9%	5,0%	-2,2%	10,7%	7,6%
2006	-27,0%	-9,9%	-16,5%	12,2%	8,3%	-17,9%	21,4%	22,3%	11,7%	19,0%	15,7%	7,7%	8,5%	18,1%	11,8%	25,8%	12,0%	9,6%	-4,4%	5,4%	12,8%	8,2%
2007	-4,2%	-12,2%	-17,2%	13,0%	16,4%	-10,5%	22,4%	22,6%	15,7%	14,4%	9,4%	10,1%	8,7%	9,8%	14,1%	12,9%	10,7%	7,2%	21,2%	10,0%	18,3%	10,3%
2008	-6,8%	-11,7%	-22,5%	11,5%	14,5%	-13,7%	26,2%	26,7%	21,1%	17,7%	6,6%	-0,3%	6,8%	-4,9%	14,9%	13,7%	7,9%	11,5%	18,0%	13,6%	13,6%	9,8%
2009	-0,4%	1,0%	-11,2%	5,3%	8,2%	-5,0%	24,2%	23,1%	17,4%	15,6%	13,1%	7,7%	12,2%	23,7%	18,5%	8,8%	11,9%	8,1%	10,3%	13,2%	9,6%	8,9%
2009 (IFRS)	-4,9%	-1,5%	-19,5%	11,6%	4,3%	-9,6%	22,2%	23,1%	20,1%	16,3%	13,2%	5,9%	8,9%	22,4%	16,9%	9,9%	11,3%	11,5%	9,2%	13,2%	14,6%	9,4%
2010 (IFRS)	-6,0%	0,7%	-7,8%	6,4%	10,6%	-28,5%	21,5%	22,0%	15,7%	16,6%	10,1%	-4,8%	1,0%	5,9%	12,3%	13,5%	10,4%	6,8%	7,8%	13,9%	13,0%	11,3%
2005-2010	-6,7%	-5,9%	-17,3%	10,8%	9,6%	-11,1%	22,8%	22,6%	15,8%	16,0%	12,1%	5,2%	8,9%	13,3%	14,7%	14,0%	11,4%	8,7%	9,6%	9,6%	13,2%	9,4%
Cluster		-10,0%			3,1%						14,6%								10,8%			

Empregados																						
	Estatais Federais			Estatais Estaduais			Neoenergia			Endesa	Rede			Energisa		Energisa		Endesa	Light	AES	CPFL	
	CEAL	CERON	CEPISA	Cemig D	Copel D	Celg	Coelba	Cosern	Celpe	Coelce	CELTINS	CELPA	CEMAT	Sergipe	Paraíba	MG	N. Frib.	Ampla	Light D	Eletropaulo	Paulista	RGE
2005	946	495	1140	7.868	5.557	2.819	2.776	683	1.731	1.319	700	2.332	1.525	897	1.638	720	101	1.326	4.147	4.377	2.993	1.444
2006	947	561	1112	8.064	5.826	2.846	2.721	709	1.686	1.313	731	2.206	1.532	947	1.665	738	108	1.413	4.152	4.316	3.008	1.399
2007	1065	679	1099	8.317	6.476	2.757	2.720	731	1.742	1.298	807	2.155	1.465	921	1.882	514	136	1.385	3.907	4.241	3.028	1.490
2008	1226	753	1220	8.031	6.508	2.699	2.646	738	1.747	1.278	789	2.145	1.600	917	1.845	500	125	1.298	3.732	4.141	3.127	1.466
2009	1294	744	1350	7.461	6.554	2.686	2.550	734	1.705	1.298	774	2.125	1.610	926	2.071	502	136	1.235	3.694	4.360	3.132	1.470
2010	1259	748	1330	6.807	6.657	2.423	2.541	746	1.676	1.309	773	2.158	1.760	965	2.201	539	138	1.176	3.693	5.663	3.130	1.457

	Disco 1	Disco 2	Disco 3	Disco 4	Disco 5	Disco 6	Disco 7	Disco 8	Disco 9	Disco 10	Disco 11	Disco 12	Disco 13	Disco 14	Disco 15	Disco 16	Disco 17	Disco 18	Disco 19	Disco 20	Disco 21	Disco 22
ROL/Empregado (R$ milhões/pessoa)							**ROL/Empregado (R$ milhões/pessoa)**									**ROL/Empregado (R$ milhões/pessoa)**						
	Estatais Federais			**Estatais Estaduais**			**Neoenergia**			**Endesa**	**Rede**			**Energisa**		**Energisa**		**Endesa**	**Light**	**AES**	**CPFL**	
	CEAL	**CERON**	**CEPISA**	**Cemig D**	**Copel D**	**Celg**	**Coelba**	**Cosern**	**Celpe**	**Coelce**	**CELTINS**	**CELPA**	**CEMAT**	**Sergipe**	**Paraíba**	**MG**	**N. Frib.**	**Ampla**	**Light D**	**Eletropaulo**	**Paulista**	**RGE**
2005	0,496	0,918	0,330	0,813	0,681	0,552	0,973	0,907	0,854	1,128	0,379	0,427	0,746	0,425	0,301	0,405	0,754	1,619	1,178	1,901	2,362	1,041
2006	0,531	0,662	0,377	0,783	0,590	0,526	0,927	0,894	1,107	1,194	0,413	0,465	0,647	0,452	0,358	0,394	0,627	1,405	1,142	1,603	1,986	1,057
2007	0,504	0,654	0,430	0,719	0,548	0,612	1,064	1,026	1,141	1,312	0,416	0,524	0,771	0,484	0,331	0,586	0,532	1,539	1,217	1,681	1,473	1,075
2008	0,520	0,657	0,450	0,765	0,579	0,660	1,177	1,079	1,268	1,498	0,464	0,589	0,781	0,460	0,371	0,643	0,577	1,889	1,367	1,818	1,390	1,137
2009	0,483	0,807	0,443	0,856	0,594	0,678	1,314	1,165	1,467	1,649	0,493	0,744	0,847	0,500	0,350	0,673	0,583	2,223	1,390	1,846	1,526	1,252
2009 (IFRS)	0,537	0,843	0,420	0,897	0,675	0,755	1,567	1,444	1,710	1,864	0,602	0,697	1,042	0,562	0,414	0,727	0,642	2,551	1,599	2,015	1,642	1,337
2010 (IFRS)	0,561	0,854	0,660	1,018	0,742	0,893	1,729	1,543	1,707	2,177	0,751	0,978	1,112	0,589	0,400	0,735	0,675	2,683	1,651	1,712	1,712	1,459
2005-2010	0,519	0,771	0,444	0,836	0,630	0,668	1,250	1,151	1,322	1,546	0,503	0,632	0,850	0,496	0,361	0,595	0,627	1,987	1,363	1,797	1,727	1,194
Cluster		**0,578**			**0,711**						**0,901**								**1,327**			

EBITDA/Empregado (R$ milhões/pessoa)							**EBITDA/Empregado (R$ milhões/pessoa)**									**EBITDA/Empregado (R$ milhões/pessoa)**						
	Estatais Federais			**Estatais Estaduais**			**Neoenergia**			**Endesa**	**Rede**			**Energisa**		**Energisa**		**Endesa**	**Light**	**AES**	**CPFL**	
	CEAL	**CERON**	**CEPISA**	**Cemig D**	**Copel D**	**Celg**	**Coelba**	**Cosern**	**Celpe**	**Coelce**	**CELTINS**	**CELPA**	**CEMAT**	**Sergipe**	**Paraíba**	**MG**	**N. Frib.**	**Ampla**	**Light D**	**Eletropaulo**	**Paulista**	**RGE**
2005	0,087	0,018	(0,023)	0,172	0,066	(0,001)	0,408	0,293	0,224	0,273	0,149	0,098	0,211	0,190	0,095	0,132	0,217	0,367	0,185	0,259	0,335	0,213
2006	0,044	0,033	0,004	0,158	0,078	(0,000)	0,380	0,337	0,255	0,406	0,147	0,130	0,163	0,197	0,097	0,136	0,171	0,348	0,144	0,409	0,392	0,246
2007	0,046	0,027	0,021	0,219	0,135	0,071	0,465	0,407	0,335	0,357	0,127	0,133	0,213	0,185	0,107	0,176	0,122	0,451	0,240	0,393	0,469	0,279
2008	0,036	0,029	0,036	0,200	0,121	0,068	0,460	0,356	0,396	0,450	0,133	0,100	0,219	0,144	0,094	0,173	0,121	0,544	0,352	0,410	0,323	0,259
2009	0,029	0,080	0,030	0,127	0,063	0,031	0,464	0,342	0,401	0,446	0,113	0,139	0,236	0,127	0,118	0,130	0,127	0,530	0,276	0,361	0,274	0,267
2009 (IFRS)	(0,025)	0,063	(0,002)	0,219	0,042	(0,006)	0,498	0,425	0,532	0,500	0,136	0,134	0,236	0,135	0,123	0,147	0,128	0,681	0,329	0,407	0,413	0,289
2010 (IFRS)	0,046	0,043	(0,004)	0,173	0,081	0,013	0,526	0,444	0,430	0,617	0,176	0,152	0,205	0,137	0,093	0,192	0,146	0,539	0,361	0,426	0,358	0,345
2005-2010	0,038	0,042	0,009	0,181	0,084	0,025	0,457	0,372	0,368	0,435	0,140	0,127	0,212	0,159	0,104	0,155	0,147	0,494	0,270	0,381	0,366	0,271
Cluster		**0,029**			**0,097**						**0,264**								**0,298**			

LL/Empregado (R$ milhões/pessoa)							**LL/Empregado (R$ milhões/pessoa)**									**LL/Empregado (R$ milhões/pessoa)**						
	Estatais Federais			**Estatais Estaduais**			**Neoenergia**			**Endesa**	**Rede**			**Energisa**		**Energisa**		**Endesa**	**Light**	**AES**	**CPFL**	
	CEAL	**CERON**	**CEPISA**	**Cemig D**	**Copel D**	**Celg**	**Coelba**	**Cosern**	**Celpe**	**Coelce**	**CELTINS**	**CELPA**	**CEMAT**	**Sergipe**	**Paraíba**	**MG**	**N. Frib.**	**Ampla**	**Light D**	**Eletropaulo**	**Paulista**	**RGE**
2005	0,013	(0,073)	(0,088)	0,126	0,034	0,042	0,209	0,171	0,078	0,143	0,063	0,042	0,122	0,075	0,044	0,053	0,116	0,095	0,059	(0,042)	0,253	0,079
2006	(0,144)	(0,066)	(0,062)	0,095	0,049	(0,094)	0,199	0,199	0,129	0,227	0,065	0,036	0,055	0,082	0,042	0,102	0,075	0,135	(0,051)	0,087	0,255	0,086
2007	(0,021)	(0,080)	(0,074)	0,093	0,090	(0,064)	0,238	0,231	0,179	0,189	0,039	0,053	0,067	0,048	0,047	0,076	0,057	0,111	0,258	0,168	0,270	0,111
2008	(0,036)	(0,077)	(0,101)	0,088	0,084	(0,090)	0,308	0,288	0,267	0,265	0,031	(0,002)	0,053	(0,022)	0,055	0,088	0,046	0,217	0,246	0,248	0,189	0,112
2009	(0,002)	0,008	(0,050)	0,045	0,049	(0,034)	0,317	0,269	0,255	0,258	0,065	0,057	0,104	0,119	0,065	0,059	0,069	0,180	0,143	0,244	0,146	0,111
2009 (IFRS)	(0,026)	(0,013)	(0,082)	0,104	0,029	(0,072)	0,348	0,334	0,344	0,304	0,079	0,041	0,093	0,126	0,070	0,072	0,073	0,292	0,147	0,265	0,240	0,126
2010 (IFRS)	(0,034)	0,006	(0,052)	0,065	0,079	(0,254)	0,372	0,340	0,267	0,361	0,076	(0,047)	0,011	0,035	0,049	0,099	0,070	0,184	0,129	0,238	0,222	0,165
2005-2010	(0,036)	(0,042)	(0,073)	0,088	0,059	(0,081)	0,285	0,262	0,217	0,249	0,060	0,026	0,072	0,066	0,053	0,078	0,072	0,173	0,133	0,173	0,225	0,113
Cluster		**-0,050**			**0,022**						**0,143**								**0,138**			

	Disco 1	Disco 2	Disco 3	Disco 4	Disco 5	Disco 6	Disco 7	Disco 8	Disco 9	Disco 10	Disco 11	Disco 12	Disco 13	Disco 14	Disco 15	Disco 16	Disco 17	Disco 18	Disco 19	Disco 20	Disco 21	Disco 22
Energia Distribuída (GWh)							**Energia Distribuída (GWh)**									**Energia Distribuída (GWh)**						
	Estatais Federais			**Estatais Estaduais**			**Neoenergia**			**Endesa**	**Rede**			**Energisa**		**Energisa**		**Endesa**	**Light**	**AES**	**CPFL**	
	CEAL	**CERON**	**CEPISA**	**Cemig D**	**Copel D**	**Celg**	**Coelba**	**Cosern**	**Celpe**	**Coelce**	**CELTINS**	**CELPA**	**CEMAT**	**Sergipe**	**Paraíba**	**MG**	**N. Frib.**	**Ampla**	**Light D**	**Eletropaulo**	**Paulista**	**RGE**
2005	2164	1439	1583	20.221	17.524	7.050	10.261	3.163	7.860	6.410	932	4.661	4.006	1.647	2.528	924	284	6.832	19.139	31.634	31.019	6.470
2006	2049	1532	1628	20.134	17.479	7.173	10.604	3.212	7.834	6.206	964	4.739	3.982	1.642	2.663	949	286	7.051	18.381	31.656	23.747	6.319
2007	2114	1627	1718	20.693	18.523	7.874	11.379	3.396	8.192	6.553	1.069	5.117	4.347	1.654	2.388	974	300	7.450	18.235	32.577	18.866	6.549
2008	2246	1720	1830	22.439	19.663	8.358	12.908	3.807	9.103	6.992	1.149	5.519	4.782	1.819	2.561	1.016	303	7.770	18.285	33.860	19.529	6.826
2009	2290	2080	1897	22.409	20.242	8.617	14.083	4.106	9.553	7.314	1.233	5.580	5.018	1.990	2.679	1.054	316	8.034	19.101	34.436	25.268	6.805
2010	2505	2177	2219	23.091	21.303	9.439	14.587	3.839	10.039	8.163	1.430	6.152	5.143	2.045	3.046	1.110	332	8.269	19.460	35.434	26.988	6.736

ROL/Energia Distribuída (R$ milhões/GWh)							**ROL/Energia Distribuída (R$ milhões/GWh)**									**ROL/Energia Distribuída (R$ milhões/GWh)**						
	Estatais Federais			**Estatais Estaduais**			**Neoenergia**			**Endesa**	**Rede**			**Energisa**		**Energisa**		**Endesa**	**Light**	**AES**	**CPFL**	
	CEAL	**CERON**	**CEPISA**	**Cemig D**	**Copel D**	**Celg**	**Coelba**	**Cosern**	**Celpe**	**Coelce**	**CELTINS**	**CELPA**	**CEMAT**	**Sergipe**	**Paraíba**	**MG**	**N. Frib.**	**Ampla**	**Light D**	**Eletropaulo**	**Paulista**	**RGE**
2005	0,217	0,316	0,238	0,316	0,216	0,221	0,263	0,196	0,188	0,232	0,285	0,214	0,284	0,231	0,195	0,316	0,268	0,314	0,255	0,263	0,228	0,232
2006	0,246	0,242	0,257	0,314	0,197	0,209	0,238	0,197	0,238	0,253	0,313	0,217	0,249	0,261	0,224	0,307	0,237	0,281	0,258	0,219	0,252	0,234
2007	0,254	0,273	0,275	0,289	0,192	0,214	0,254	0,221	0,243	0,260	0,314	0,221	0,260	0,269	0,261	0,309	0,241	0,286	0,261	0,219	0,236	0,245
2008	0,284	0,288	0,300	0,274	0,192	0,213	0,241	0,209	0,243	0,274	0,318	0,229	0,261	0,232	0,267	0,317	0,238	0,315	0,279	0,222	0,223	0,244
2009	0,273	0,289	0,316	0,285	0,192	0,211	0,238	0,208	0,262	0,293	0,309	0,283	0,272	0,233	0,270	0,321	0,251	0,342	0,269	0,234	0,189	0,271
2009 (IFRS)	0,303	0,302	0,299	0,299	0,218	0,235	0,284	0,258	0,305	0,331	0,378	0,265	0,334	0,261	0,320	0,346	0,276	0,392	0,309	0,255	0,204	0,289
2010 (IFRS)	0,282	0,293	0,396	0,300	0,232	0,229	0,301	0,300	0,285	0,349	0,406	0,343	0,380	0,278	0,289	0,357	0,281	0,382	0,313	0,274	0,199	0,315
2005-2010	0,265	0,286	0,297	0,297	0,206	0,219	0,260	0,227	0,252	0,284	0,332	0,253	0,292	0,252	0,261	0,325	0,256	0,330	0,278	0,241	0,219	0,261
Cluster		**0,283**			**0,240**						**0,268**								**0,273**			

21.492,0

EBITDA/Energia Distribuída (R$ milhões/GWh)							**EBITDA/Energia Distribuída (R$ milhões/GWh)**									**EBITDA/Energia Distribuída (R$ milhões/GWh)**						
	Estatais Federais			**Estatais Estaduais**			**Neoenergia**			**Endesa**	**Rede**			**Energisa**		**Energisa**		**Endesa**	**Light**	**AES**	**CPFL**	
	CEAL	**CERON**	**CEPISA**	**Cemig D**	**Copel D**	**Celg**	**Coelba**	**Cosern**	**Celpe**	**Coelce**	**CELTINS**	**CELPA**	**CEMAT**	**Sergipe**	**Paraíba**	**MG**	**N. Frib.**	**Ampla**	**Light D**	**Eletropaulo**	**Paulista**	**RGE**
2005	0,038	0,006	(0,016)	0,067	0,021	(0,000)	0,110	0,063	0,049	0,056	0,112	0,049	0,080	0,103	0,061	0,103	0,077	0,071	0,040	0,036	0,032	0,047
2006	0,020	0,012	0,003	0,063	0,026	(0,000)	0,097	0,074	0,055	0,086	0,111	0,060	0,063	0,114	0,061	0,105	0,065	0,070	0,033	0,056	0,050	0,054
2007	0,023	0,011	0,013	0,088	0,047	0,025	0,111	0,088	0,071	0,071	0,096	0,056	0,072	0,103	0,084	0,093	0,055	0,084	0,051	0,051	0,075	0,064
2008	0,020	0,013	0,024	0,072	0,040	0,022	0,094	0,069	0,076	0,082	0,092	0,039	0,073	0,073	0,068	0,085	0,050	0,091	0,072	0,050	0,052	0,056
2009	0,016	0,028	0,022	0,042	0,020	0,010	0,084	0,061	0,071	0,079	0,071	0,053	0,076	0,059	0,091	0,062	0,055	0,081	0,053	0,046	0,034	0,058
2009 (IFRS)	(0,014)	0,022	(0,001)	0,073	0,013	(0,002)	0,090	0,076	0,095	0,089	0,086	0,051	0,076	0,063	0,095	0,070	0,055	0,105	0,064	0,052	0,051	0,062
2010 (IFRS)	0,023	0,015	(0,002)	0,051	0,025	0,003	0,092	0,086	0,072	0,099	0,095	0,053	0,070	0,065	0,067	0,093	0,061	0,077	0,069	0,068	0,041	0,075
2005-2010	0,018	0,015	0,006	0,065	0,028	0,008	0,097	0,074	0,070	0,080	0,095	0,052	0,073	0,083	0,075	0,087	0,060	0,083	0,054	0,051	0,048	0,059
Cluster		**0,013**			**0,034**						**0,078**								**0,063**			

	Disco 1	Disco 2	Disco 3	Disco 4	Disco 5	Disco 6	Disco 7	Disco 8	Disco 9	Disco 10	Disco 11	Disco 12	Disco 13	Disco 14	Disco 15	Disco 16	Disco 17	Disco 18	Disco 19	Disco 20	Disco 21	Disco 22
LL/Energia Distribuída (R$ milhões/GWh)							**LL/Energia Distribuída (R$ milhões/GWh)**									**LL/Energia Distribuída (R$ milhões/GWh)**						
	Estatais Federais			**Estatais Estaduais**			**Neoenergia**			**Endesa**	**Rede**			**Energisa**		**Energisa**		**Endesa**	**Light**	**AES**	**CPFL**	
	CEAL	**CERON**	**CEPISA**	**Cemig D**	**Copel D**	**Celg**	**Coelba**	**Cosern**	**Celpe**	**Coelce**	**CELTINS**	**CELPA**	**CEMAT**	**Sergipe**	**Paraíba**	**MG**	**N. Frib.**	**Ampla**	**Light D**	**Eletropaulo**	**Paulista**	**RGE**
2005	0,006	(0,025)	(0,063)	0,049	0,011	0,017	0,057	0,037	0,017	0,030	0,047	0,021	0,047	0,041	0,029	0,042	0,041	0,018	0,013	(0,006)	0,024	0,018
2006	(0,066)	(0,024)	(0,042)	0,038	0,016	(0,037)	0,051	0,044	0,028	0,048	0,049	0,017	0,021	0,047	0,026	0,079	0,028	0,027	(0,011)	0,012	0,032	0,019
2007	(0,011)	(0,033)	(0,047)	0,037	0,031	(0,022)	0,057	0,050	0,038	0,037	0,030	0,022	0,023	0,026	0,037	0,040	0,026	0,021	0,055	0,022	0,043	0,025
2008	(0,019)	(0,034)	(0,067)	0,032	0,028	(0,029)	0,063	0,056	0,051	0,048	0,021	(0,001)	0,018	(0,011)	0,040	0,043	0,019	0,036	0,050	0,030	0,030	0,024
2009	(0,001)	0,003	(0,035)	0,015	0,016	(0,011)	0,057	0,048	0,046	0,046	0,041	0,022	0,033	0,055	0,050	0,028	0,030	0,028	0,028	0,031	0,018	0,024
2009 (IFRS)	(0,015)	(0,005)	(0,058)	0,035	0,009	(0,023)	0,063	0,060	0,061	0,054	0,050	0,016	0,030	0,059	0,054	0,034	0,031	0,045	0,028	0,034	0,030	0,027
2010 (IFRS)	(0,017)	0,002	(0,031)	0,019	0,025	(0,065)	0,065	0,066	0,045	0,058	0,041	(0,016)	0,004	0,017	0,036	0,048	0,029	0,026	0,024	0,038	0,026	0,036
2005-2010	(0,018)	(0,017)	(0,049)	0,032	0,019	(0,024)	0,059	0,051	0,041	0,046	0,040	0,012	0,025	0,033	0,039	0,045	0,029	0,029	0,027	0,023	0,029	0,025
Cluster	**-0,028**			**0,009**			**0,038**									**0,029**						

Energia Distribuída/Empregado (GWh/pessoa)							**Energia Distribuída/Empregado (GWh/pessoa)**									**Energia Distribuída/Empregado (GWh/pessoa)**						
	Estatais Federais			**Estatais Estaduais**			**Neoenergia**			**Endesa**	**Rede**			**Energisa**		**Energisa**		**Endesa**	**Light**	**AES**	**CPFL**	
	CEAL	**CERON**	**CEPISA**	**Cemig D**	**Copel D**	**Celg**	**Coelba**	**Cosern**	**Celpe**	**Coelce**	**CELTINS**	**CELPA**	**CEMAT**	**Sergipe**	**Paraíba**	**MG**	**N. Frib.**	**Ampla**	**Light D**	**Eletropaulo**	**Paulista**	**RGE**
2005	2,288	2,907	1,389	2,570	3,154	2,501	3,696	4,631	4,541	4,860	1,331	1,999	2,627	1,836	1,543	1,283	2,812	5,152	4,615	7,227	10,364	4,481
2006	2,164	2,731	1,464	2,497	3,000	2,520	3,897	4,530	4,647	4,727	1,319	2,148	2,599	1,734	1,599	1,286	2,648	4,990	4,427	7,335	7,895	4,517
2007	1,985	2,396	1,563	2,488	2,860	2,856	4,183	4,646	4,703	5,049	1,325	2,374	2,967	1,796	1,269	1,896	2,206	5,379	4,667	7,681	6,231	4,395
2008	1,832	2,284	1,500	2,794	3,021	3,097	4,878	5,159	5,211	5,471	1,456	2,573	2,989	1,984	1,388	2,031	2,426	5,986	4,900	8,177	6,245	4,656
2009	1,770	2,796	1,405	3,003	3,088	3,208	5,523	5,594	5,603	5,635	1,593	2,626	3,117	2,149	1,294	2,099	2,326	6,505	5,171	7,898	8,068	4,629
2010	1,990	2,910	1,668	3,392	3,200	3,896	5,741	5,146	5,990	6,236	1,850	2,851	2,922	2,119	1,384	2,058	2,404	7,031	5,269	6,257	8,622	4,623
2005-2010	2,005	2,671	1,498	2,791	3,054	3,013	4,653	4,951	5,116	5,329	1,479	2,429	2,870	1,936	1,413	1,775	2,470	5,841	4,842	7,429	7,904	4,550
Cluster	**2,058**			**2,953**			**3,353**									**4,973**						

Disco 1 Disco 2 Disco 3 Disco 4 Disco 5 Disco 6

Receita Operacional Líquida - ROL (R$ milhões)

	Estatais Federais			Estatais Estaduais		
	CEAL	CERON	CEPISA	Cemig D	Copel D	Celg
2005	468,8	454,4	376,7	6.397,0	3.785,0	1.556,2
2006	503,3	371,2	418,8	6.314,0	3.439,8	1.497,6
2007	536,7	444,4	472,2	5.976,0	3.551,9	1.688,4
2008	637,4	494,8	548,8	6.147,0	3.765,9	1.782,4
2009	625,6	600,5	598,6	6.385,0	3.890,1	1.821,5
2009 (IFRS)	694,8	627,2	566,9	6.694,0	4.420,9	2.028,3
2010 (IFRS)	706,0	638,7	877,8	6.927,0	4.939,3	2.163,7

EBITDA (R$ milhões)

	Estatais Federais			Estatais Estaduais		
	CEAL	CERON	CEPISA	Cemig D	Copel D	Celg
2005	82,6	8,7	(25,9)	1.354,5	365,5	(3,1)
2006	41,5	18,3	4,3	1.273,0	454,8	(0,2)
2007	49,4	18,5	22,8	1.825,0	874,5	196,3
2008	44,1	21,7	43,6	1.606,0	787,6	182,4
2009	36,9	59,2	40,9	945,0	414,8	83,4
2009 (IFRS)	(32,8)	46,6	(2,5)	1.637,0	272,4	(14,9)
2010 (IFRS)	58,1	32,2	(5,2)	1.177,0	542,3	32,6

EBITDA/ROL (%)

	Estatais Federais			Estatais Estaduais		
	CEAL	CERON	CEPISA	Cemig D	Copel D	Celg
2005	17,6%	1,9%	-6,9%	21,2%	9,7%	-0,2%
2006	8,2%	4,9%	1,0%	20,2%	13,2%	0,0%
2007	9,2%	4,2%	4,8%	30,5%	24,6%	11,6%
2008	6,9%	4,4%	7,9%	26,1%	20,9%	10,2%
2009	5,9%	9,9%	6,8%	14,8%	10,7%	4,6%
2009 (IFRS)	-4,7%	7,4%	-0,4%	24,5%	6,2%	-0,7%
2010 (IFRS)	8,2%	5,0%	-0,6%	17,0%	11,0%	1,5%
2005-2010	7,3%	5,4%	1,8%	22,0%	13,7%	3,9%
Cluster	4,8%			13,2%		

Disco 7 Disco 8 Disco 9 Disco 10 Disco 11 Disco 12 Disco 13 Disco 14 Disco 15

Receita Operacional Líquida - ROL (R$ milhões)

Neoenergia			Endesa	Rede			Energisa	
Coelba	Cosern	Celpe	Coelce	CELTINS	CELPA	CEMAT	Sergipe	Paraíba
2.702,1	619,6	1.477,5	1.487,3	265,6	996,1	1.138,4	381,2	492,5
2.522,2	634,0	1.867,1	1.567,6	302,2	1.026,7	991,2	427,9	595,6
2.894,5	749,8	1.988,2	1.702,4	335,6	1.129,5	1.128,9	445,6	623,6
3.115,1	796,3	2.214,5	1.914,0	365,9	1.263,6	1.249,6	422,2	683,6
3.350,8	855,1	2.501,3	2.140,7	381,4	1.580,3	1.364,3	463,0	724,2
3.996,1	1.060,2	2.914,8	2.419,3	466,1	1.480,2	1.678,3	520,2	857,6
4.394,3	1.150,8	2.860,1	2.849,7	580,6	2.110,9	1.956,6	568,5	880,3

EBITDA (R$ milhões)

Neoenergia			Endesa	Rede			Energisa	
Coelba	Cosern	Celpe	Coelce	CELTINS	CELPA	CEMAT	Sergipe	Paraíba
1.133,7	199,9	388,4	359,8	104,0	228,9	322,2	170,1	155,1
1.033,6	239,2	430,3	532,6	107,1	286,3	250,3	187,0	162,0
1.264,9	297,8	584,1	462,9	102,5	287,2	311,6	170,0	200,6
1.217,2	262,6	691,7	575,4	105,1	214,5	351,1	132,0	173,8
1.183,3	250,9	682,9	578,8	87,7	295,2	380,5	117,9	244,2
1.270,9	312,2	906,4	648,7	105,5	284,4	380,1	125,1	255,5
1.337,6	331,5	719,9	807,0	136,4	328,4	360,7	132,2	205,2

EBITDA/ROL (%)

Neoenergia			Endesa	Rede			Energisa	
Coelba	Cosern	Celpe	Coelce	CELTINS	CELPA	CEMAT	Sergipe	Paraíba
42,0%	32,3%	26,3%	24,2%	39,2%	23,0%	28,3%	44,6%	31,5%
41,0%	37,7%	23,0%	34,0%	35,4%	27,9%	25,3%	43,7%	27,2%
43,7%	39,7%	29,4%	27,2%	30,5%	25,4%	27,6%	38,2%	32,2%
39,1%	33,0%	31,2%	30,1%	28,7%	17,0%	28,1%	31,3%	25,4%
35,3%	29,3%	27,3%	27,0%	23,0%	18,7%	27,9%	25,5%	33,7%
31,8%	29,4%	31,1%	26,8%	22,6%	19,2%	22,6%	24,0%	29,8%
30,4%	28,8%	25,2%	28,3%	23,5%	15,6%	18,4%	23,3%	23,3%
37,6%	32,9%	27,6%	28,2%	29,0%	21,0%	25,5%	32,9%	29,0%
				29,3%				

Disco 16 Disco 17 Disco 18 Disco 19 Disco 20 Disco 21 Disco 22

Receita Operacional Líquida - ROL (R$ milhões)						
Energisa		Endesa	Light	AES	CPFL	
MG	N. Frib.	Ampla	Light D	Eletropaulo	Paulista	RGE
291,6	76,2	2.146,4	4.885,7	8.321,5	7.070,4	1.503,3
291,0	67,7	1.984,8	4.743,1	6.919,6	5.973,5	1.478,9
301,3	72,3	2.132,1	4.755,2	7.130,8	4.460,7	1.601,8
321,6	72,1	2.451,3	5.101,0	7.529,9	4.346,1	1.666,6
337,8	79,3	2.745,7	5.133,0	8.049,9	4.780,9	1.841,0
365,0	87,3	3.150,9	5.908,0	8.785,6	5.143,7	1.965,9
395,9	93,1	3.154,8	6.097,1	9.697,2	5.360,0	2.125,2

EBITDA (R$ milhões)						
Energisa		Endesa	Light	AES	CPFL	
MG	N. Frib.	Ampla	Light D	Eletropaulo	Paulista	RGE
95,3	21,9	486,8	766,0	1.133,0	1.004,0	307,0
100,1	18,5	492,2	599,0	1.763,4	1.179,0	344,0
90,6	16,6	624,7	938,0	1.664,7	1.419,0	416,0
86,3	15,1	705,5	1.314,0	1.696,0	1.010,0	380,0
65,1	17,3	654,1	1.020,0	1.573,4	857,0	393,0
73,8	17,4	840,7	1.215,0	1.775,3	1.294,0	425,0
103,4	20,1	633,8	1.334,2	2.412,8	1.119,0	502,0

EBITDA/ROL (%)						
Energisa		Endesa	Light	AES	CPFL	
MG	N. Frib.	Ampla	Light D	Eletropaulo	Paulista	RGE
32,7%	28,7%	22,7%	15,7%	13,6%	14,2%	20,4%
34,4%	27,3%	24,8%	12,6%	25,5%	19,7%	23,3%
30,1%	23,0%	29,3%	19,7%	23,3%	31,8%	26,0%
26,8%	20,9%	28,8%	25,8%	22,5%	23,2%	22,8%
19,3%	21,8%	23,8%	19,9%	19,5%	17,9%	21,3%
20,2%	19,9%	26,7%	20,6%	20,2%	25,2%	21,6%
26,1%	21,6%	20,1%	21,9%	24,9%	20,9%	23,6%
27,1%	23,3%	25,2%	19,4%	21,4%	21,8%	22,7%
23,0%						

Disco 1 Disco 2 Disco 3 Disco 4 Disco 5 Disco 6

Lucro Líquido (R$ milhões)

	Estatais Federais			Estatais Estaduais		
	CEAL	CERON	CEPISA	Cemig D	Copel D	Celg
2005	12,5	(35,9)	(100,4)	990,0	187,0	117,9
2006	(136,0)	(36,9)	(69,1)	769,6	284,7	(267,9)
2007	(22,7)	(54,4)	(81,2)	774,0	581,5	(176,9)
2008	(43,6)	(57,9)	(123,4)	709,0	544,4	(244,2)
2009	(2,2)	6,2	(67,0)	338,0	319,7	(91,0)
2009 (IFRS)	(33,8)	(9,6)	(110,6)	776,0	188,1	(194,6)
2010 (IFRS)	(42,6)	4,7	(68,6)	440,0	524,3	(616,1)

LL/ROL (%)

	Estatais Federais			Estatais Estaduais		
	CEAL	CERON	CEPISA	Cemig D	Copel D	Celg
2005	2,7%	-7,9%	-26,7%	15,5%	4,9%	7,6%
2006	-27,0%	-9,9%	-16,5%	12,2%	8,3%	-17,9%
2007	-4,2%	-12,2%	-17,2%	13,0%	16,4%	-10,5%
2008	-6,8%	-11,7%	-22,5%	11,5%	14,5%	-13,7%
2009	-0,4%	1,0%	-11,2%	5,3%	8,2%	-5,0%
2009 (IFRS)	-4,9%	-1,5%	-19,5%	11,6%	4,3%	-9,6%
2010 (IFRS)	-6,0%	0,7%	-7,8%	6,4%	10,6%	-28,5%
2005-2010	-6,7%	-5,9%	-17,3%	10,8%	9,6%	-11,1%
Cluster	**-10,0%**			**3,1%**		

Empregados

	Estatais Federais			Estatais Estaduais		
	CEAL	CERON	CEPISA	Cemig D	Copel D	Celg
2005	946	495	1140	7.868	5.557	2.819
2006	947	561	1112	8.064	5.826	2.846
2007	1065	679	1099	8.317	6.476	2.757
2008	1226	753	1220	8.031	6.508	2.699
2009	1294	744	1350	7.461	6.554	2.686
2010	1259	748	1330	6.807	6.657	2.423

Disco 7 Disco 8 Disco 9 Disco 10 Disco 11 Disco 12 Disco 13 Disco 14 Disco 15

Lucro Líquido (R$ milhões)

Neoenergia			Endesa	Rede			Energisa	
Coelba	Cosern	Celpe	Coelce	CELTINS	CELPA	CEMAT	Sergipe	Paraíba
581,4	116,7	134,8	189,1	44,0	98,4	186,3	67,3	72,1
540,5	141,4	217,8	298,2	47,3	79,4	83,8	77,6	70,2
647,4	169,1	311,5	244,7	31,7	114,2	98,7	43,8	87,9
814,8	212,3	466,3	338,5	24,3	(3,9)	84,6	(20,5)	101,6
809,4	197,2	435,5	334,4	50,0	121,7	167,0	109,8	133,9
887,6	244,8	586,9	394,7	61,5	88,0	149,5	116,5	144,8
945,7	253,6	448,3	471,9	58,7	(100,7)	18,6	33,8	108,5

LL/ROL (%)

Neoenergia			Endesa	Rede			Energisa	
Coelba	Cosern	Celpe	Coelce	CELTINS	CELPA	CEMAT	Sergipe	Paraíba
21,5%	18,8%	9,1%	12,7%	16,6%	9,9%	16,4%	17,7%	14,6%
21,4%	22,3%	11,7%	19,0%	15,7%	7,7%	8,5%	18,1%	11,8%
22,4%	22,6%	15,7%	14,4%	9,4%	10,1%	8,7%	9,8%	14,1%
26,2%	26,7%	21,1%	17,7%	6,6%	-0,3%	6,8%	-4,9%	14,9%
24,2%	23,1%	17,4%	15,6%	13,1%	7,7%	12,2%	23,7%	18,5%
22,2%	23,1%	20,1%	16,3%	13,2%	5,9%	8,9%	22,4%	16,9%
21,5%	22,0%	15,7%	16,6%	10,1%	-4,8%	1,0%	5,9%	12,3%
22,8%	22,6%	15,8%	16,0%	12,1%	5,2%	8,9%	13,3%	14,7%
				14,6%				

Empregados

Neoenergia			Endesa	Rede			Energisa	
Coelba	Cosern	Celpe	Coelce	CELTINS	CELPA	CEMAT	Sergipe	Paraíba
2.776	683	1.731	1.319	700	2.332	1.525	897	1.638
2.721	709	1.686	1.313	731	2.206	1.532	947	1.665
2.720	731	1.742	1.298	807	2.155	1.465	921	1.882
2.646	738	1.747	1.278	789	2.145	1.600	917	1.845
2.550	734	1.705	1.298	774	2.125	1.610	926	2.071
2.541	746	1.676	1.309	773	2.158	1.760	965	2.201

Disco 16 Disco 17 Disco 18 Disco 19 Disco 20 Disco 21 Disco 22

Lucro Líquido (R$ milhões)						
Energisa		Endesa	Light	AES	CPFL	
MG	N. Frib.	Ampla	Light D	Eletropaulo	Paulista	RGE
38,5	11,7	126,2	243,0	(184,4)	755,8	113,7
75,1	8,1	191,1	(210,0)	373,4	767,0	121,0
38,9	7,7	153,3	1.008,0	712,6	818,0	164,7
43,9	5,7	281,4	918,0	1.027,1	590,0	164,0
29,7	9,4	222,3	528,5	1.063,2	458,0	163,4
36,0	9,9	360,8	542,0	1.156,5	750,3	185,2
53,3	9,7	216,1	475,0	1.347,7	696,0	240,8

LL/ROL (%)						
Energisa		Endesa	Light	AES	CPFL	
MG	N. Frib.	Ampla	Light D	Eletropaulo	Paulista	RGE
13,2%	15,4%	5,9%	5,0%	-2,2%	10,7%	7,6%
25,8%	12,0%	9,6%	-4,4%	5,4%	12,8%	8,2%
12,9%	10,7%	7,2%	21,2%	10,0%	18,3%	10,3%
13,7%	7,9%	11,5%	18,0%	13,6%	13,6%	9,8%
8,8%	11,9%	8,1%	10,3%	13,2%	9,6%	8,9%
9,9%	11,3%	11,5%	9,2%	13,2%	14,6%	9,4%
13,5%	10,4%	6,8%	7,8%	13,9%	13,0%	11,3%
14,0%	11,4%	8,7%	9,6%	9,6%	13,2%	9,4%
			10,8%			

Empregados						
Energisa		Endesa	Light	AES	CPFL	
MG	N. Frib.	Ampla	Light D	Eletropaulo	Paulista	RGE
720	101	1.326	4.147	4.377	2.993	1.444
738	108	1.413	4.152	4.316	3.008	1.399
514	136	1.385	3.907	4.241	3.028	1.490
500	125	1.298	3.732	4.141	3.127	1.466
502	136	1.235	3.694	4.360	3.132	1.470
539	138	1.176	3.693	5.663	3.130	1.457

	Disco 1	Disco 2	Disco 3	Disco 4	Disco 5	Disco 6

ROL/Empregado (R$ milhões/pessoa)

	Estatais Federais			Estatais Estaduais		
	CEAL	CERON	CEPISA	Cemig D	Copel D	Celg
2005	0,496	0,918	0,330	0,813	0,681	0,552
2006	0,531	0,662	0,377	0,783	0,590	0,526
2007	0,504	0,654	0,430	0,719	0,548	0,612
2008	0,520	0,657	0,450	0,765	0,579	0,660
2009	0,483	0,807	0,443	0,856	0,594	0,678
2009 (IFRS)	0,537	0,843	0,420	0,897	0,675	0,755
2010 (IFRS)	0,561	0,854	0,660	1,018	0,742	0,893
2005-2010	0,519	0,771	0,444	0,836	0,630	0,668
Cluster	0,578			0,711		

EBITDA/Empregado (R$ milhões/pessoa)

	Estatais Federais			Estatais Estaduais		
	CEAL	CERON	CEPISA	Cemig D	Copel D	Celg
2005	0,087	0,018	(0,023)	0,172	0,066	(0,001)
2006	0,044	0,033	0,004	0,158	0,078	(0,000)
2007	0,046	0,027	0,021	0,219	0,135	0,071
2008	0,036	0,029	0,036	0,200	0,121	0,068
2009	0,029	0,080	0,030	0,127	0,063	0,031
2009 (IFRS)	(0,025)	0,063	(0,002)	0,219	0,042	(0,006)
2010 (IFRS)	0,046	0,043	(0,004)	0,173	0,081	0,013
2005-2010	0,038	0,042	0,009	0,181	0,084	0,025
Cluster	0,029			0,097		

LL/Empregado (R$ milhões/pessoa)

	Estatais Federais			Estatais Estaduais		
	CEAL	CERON	CEPISA	Cemig D	Copel D	Celg
2005	0,013	(0,073)	(0,088)	0,126	0,034	0,042
2006	(0,144)	(0,066)	(0,062)	0,095	0,049	(0,094)
2007	(0,021)	(0,080)	(0,074)	0,093	0,090	(0,064)
2008	(0,036)	(0,077)	(0,101)	0,088	0,084	(0,090)
2009	(0,002)	0,008	(0,050)	0,045	0,049	(0,034)
2009 (IFRS)	(0,026)	(0,013)	(0,082)	0,104	0,029	(0,072)
2010 (IFRS)	(0,034)	0,006	(0,052)	0,065	0,079	(0,254)
2005-2010	(0,036)	(0,042)	(0,073)	0,088	0,059	(0,081)
Cluster	-0,050			0,022		

Disco 7	Disco 8	Disco 9	Disco 10	Disco 11	Disco 12	Disco 13	Disco 14	Disco 15

ROL/Empregado (R$ milhões/pessoa)

Neoenergia			Endesa	Rede			Energisa	
Coelba	Cosern	Celpe	Coelce	CELTINS	CELPA	CEMAT	Sergipe	Paraíba
0,973	0,907	0,854	1,128	0,379	0,427	0,746	0,425	0,301
0,927	0,894	1,107	1,194	0,413	0,465	0,647	0,452	0,358
1,064	1,026	1,141	1,312	0,416	0,524	0,771	0,484	0,331
1,177	1,079	1,268	1,498	0,464	0,589	0,781	0,460	0,371
1,314	1,165	1,467	1,649	0,493	0,744	0,847	0,500	0,350
1,567	1,444	1,710	1,864	0,602	0,697	1,042	0,562	0,414
1,729	1,543	1,707	2,177	0,751	0,978	1,112	0,589	0,400
1,250	1,151	1,322	1,546	0,503	0,632	0,850	0,496	0,361
				0,901				

EBITDA/Empregado (R$ milhões/pessoa)

Neoenergia			Endesa	Rede			Energisa	
Coelba	Cosern	Celpe	Coelce	CELTINS	CELPA	CEMAT	Sergipe	Paraíba
0,408	0,293	0,224	0,273	0,149	0,098	0,211	0,190	0,095
0,380	0,337	0,255	0,406	0,147	0,130	0,163	0,197	0,097
0,465	0,407	0,335	0,357	0,127	0,133	0,213	0,185	0,107
0,460	0,356	0,396	0,450	0,133	0,100	0,219	0,144	0,094
0,464	0,342	0,401	0,446	0,113	0,139	0,236	0,127	0,118
0,498	0,425	0,532	0,500	0,136	0,134	0,236	0,135	0,123
0,526	0,444	0,430	0,617	0,176	0,152	0,205	0,137	0,093
0,457	0,372	0,368	0,435	0,140	0,127	0,212	0,159	0,104
				0,264				

LL/Empregado (R$ milhões/pessoa)

Neoenergia			Endesa	Rede			Energisa	
Coelba	Cosern	Celpe	Coelce	CELTINS	CELPA	CEMAT	Sergipe	Paraíba
0,209	0,171	0,078	0,143	0,063	0,042	0,122	0,075	0,044
0,199	0,199	0,129	0,227	0,065	0,036	0,055	0,082	0,042
0,238	0,231	0,179	0,189	0,039	0,053	0,067	0,048	0,047
0,308	0,288	0,267	0,265	0,031	(0,002)	0,053	(0,022)	0,055
0,317	0,269	0,255	0,258	0,065	0,057	0,104	0,119	0,065
0,348	0,334	0,344	0,304	0,079	0,041	0,093	0,126	0,070
0,372	0,340	0,267	0,361	0,076	(0,047)	0,011	0,035	0,049
0,285	0,262	0,217	0,249	0,060	0,026	0,072	0,066	0,053
				0,143				

Disco 16 Disco 17 Disco 18 Disco 19 Disco 20 Disco 21 Disco 22

ROL/Empregado (R$ milhões/pessoa)						
Energisa		Endesa	Light	AES	CPFL	
MG	N. Frib.	Ampla	Light D	Eletropaulo	Paulista	RGE
0,405	0,754	1,619	1,178	1,901	2,362	1,041
0,394	0,627	1,405	1,142	1,603	1,986	1,057
0,586	0,532	1,539	1,217	1,681	1,473	1,075
0,643	0,577	1,889	1,367	1,818	1,390	1,137
0,673	0,583	2,223	1,390	1,846	1,526	1,252
0,727	0,642	2,551	1,599	2,015	1,642	1,337
0,735	0,675	2,683	1,651	1,712	1,712	1,459
0,595	0,627	1,987	1,363	1,797	1,727	1,194
			1,327			

EBITDA/Empregado (R$ milhões/pessoa)						
Energisa		Endesa	Light	AES	CPFL	
MG	N. Frib.	Ampla	Light D	Eletropaulo	Paulista	RGE
0,132	0,217	0,367	0,185	0,259	0,335	0,213
0,136	0,171	0,348	0,144	0,409	0,392	0,246
0,176	0,122	0,451	0,240	0,393	0,469	0,279
0,173	0,121	0,544	0,352	0,410	0,323	0,259
0,130	0,127	0,530	0,276	0,361	0,274	0,267
0,147	0,128	0,681	0,329	0,407	0,413	0,289
0,192	0,146	0,539	0,361	0,426	0,358	0,345
0,155	0,147	0,494	0,270	0,381	0,366	0,271
			0,298			

LL/Empregado (R$ milhões/pessoa)						
Energisa		Endesa	Light	AES	CPFL	
MG	N. Frib.	Ampla	Light D	Eletropaulo	Paulista	RGE
0,053	0,116	0,095	0,059	(0,042)	0,253	0,079
0,102	0,075	0,135	(0,051)	0,087	0,255	0,086
0,076	0,057	0,111	0,258	0,168	0,270	0,111
0,088	0,046	0,217	0,246	0,248	0,189	0,112
0,059	0,069	0,180	0,143	0,244	0,146	0,111
0,072	0,073	0,292	0,147	0,265	0,240	0,126
0,099	0,070	0,184	0,129	0,238	0,222	0,165
0,078	0,072	0,173	0,133	0,173	0,225	0,113
			0,138			

	Disco 1	Disco 2	Disco 3	Disco 4	Disco 5	Disco 6

Energia Distribuída (GWh)

	Estatais Federais			Estatais Estaduais		
	CEAL	CERON	CEPISA	Cemig D	Copel D	Celg
2005	2164	1439	1583	20.221	17.524	7.050
2006	2049	1532	1628	20.134	17.479	7.173
2007	2114	1627	1718	20.693	18.523	7.874
2008	2246	1720	1830	22.439	19.663	8.358
2009	2290	2080	1897	22.409	20.242	8.617
2010	2505	2177	2219	23.091	21.303	9.439

ROL/Energia Distribuída (R$ milhões/GWh)

	Estatais Federais			Estatais Estaduais		
	CEAL	CERON	CEPISA	Cemig D	Copel D	Celg
2005	0,217	0,316	0,238	0,316	0,216	0,221
2006	0,246	0,242	0,257	0,314	0,197	0,209
2007	0,254	0,273	0,275	0,289	0,192	0,214
2008	0,284	0,288	0,300	0,274	0,192	0,213
2009	0,273	0,289	0,316	0,285	0,192	0,211
2009 (IFRS)	0,303	0,302	0,299	0,299	0,218	0,235
2010 (IFRS)	0,282	0,293	0,396	0,300	0,232	0,229
2005-2010	0,265	0,286	0,297	0,297	0,206	0,219
Cluster	**0,283**			**0,240**		

EBITDA/Energia Distribuída (R$ milhões/GWh)

	Estatais Federais			Estatais Estaduais		
	CEAL	CERON	CEPISA	Cemig D	Copel D	Celg
2005	0,038	0,006	(0,016)	0,067	0,021	(0,000)
2006	0,020	0,012	0,003	0,063	0,026	(0,000)
2007	0,023	0,011	0,013	0,088	0,047	0,025
2008	0,020	0,013	0,024	0,072	0,040	0,022
2009	0,016	0,028	0,022	0,042	0,020	0,010
2009 (IFRS)	(0,014)	0,022	(0,001)	0,073	0,013	(0,002)
2010 (IFRS)	0,023	0,015	(0,002)	0,051	0,025	0,003
2005-2010	0,018	0,015	0,006	0,065	0,028	0,008
Cluster	**0,013**			**0,034**		

Disco 7	Disco 8	Disco 9	Disco 10	Disco 11	Disco 12	Disco 13	Disco 14	Disco 15

Energia Distribuída (GWh)

Neoenergia			Endesa	Rede			Energisa	
Coelba	Cosern	Celpe	Coelce	CELTINS	CELPA	CEMAT	Sergipe	Paraíba
10.261	3.163	7.860	6.410	932	4.661	4.006	1.647	2.528
10.604	3.212	7.834	6.206	964	4.739	3.982	1.642	2.663
11.379	3.396	8.192	6.553	1.069	5.117	4.347	1.654	2.388
12.908	3.807	9.103	6.992	1.149	5.519	4.782	1.819	2.561
14.083	4.106	9.553	7.314	1.233	5.580	5.018	1.990	2.679
14.587	3.839	10.039	8.163	1.430	6.152	5.143	2.045	3.046

ROL/Energia Distribuída (R$ milhões/GWh)

Neoenergia			Endesa	Rede			Energisa	
Coelba	Cosern	Celpe	Coelce	CELTINS	CELPA	CEMAT	Sergipe	Paraíba
0,263	0,196	0,188	0,232	0,285	0,214	0,284	0,231	0,195
0,238	0,197	0,238	0,253	0,313	0,217	0,249	0,261	0,224
0,254	0,221	0,243	0,260	0,314	0,221	0,260	0,269	0,261
0,241	0,209	0,243	0,274	0,318	0,229	0,261	0,232	0,267
0,238	0,208	0,262	0,293	0,309	0,283	0,272	0,233	0,270
0,284	0,258	0,305	0,331	0,378	0,265	0,334	0,261	0,320
0,301	0,300	0,285	0,349	0,406	0,343	0,380	0,278	0,289
0,260	0,227	0,252	0,284	0,332	0,253	0,292	0,252	0,261
				0,268				

EBITDA/Energia Distribuída (R$ milhões/GWh)

Neoenergia			Endesa	Rede			Energisa	
Coelba	Cosern	Celpe	Coelce	CELTINS	CELPA	CEMAT	Sergipe	Paraíba
0,110	0,063	0,049	0,056	0,112	0,049	0,080	0,103	0,061
0,097	0,074	0,055	0,086	0,111	0,060	0,063	0,114	0,061
0,111	0,088	0,071	0,071	0,096	0,056	0,072	0,103	0,084
0,094	0,069	0,076	0,082	0,092	0,039	0,073	0,073	0,068
0,084	0,061	0,071	0,079	0,071	0,053	0,076	0,059	0,091
0,090	0,076	0,095	0,089	0,086	0,051	0,076	0,063	0,095
0,092	0,086	0,072	0,099	0,095	0,053	0,070	0,065	0,067
0,097	0,074	0,070	0,080	0,095	0,052	0,073	0,083	0,075
				0,078				

Disco 16 Disco 17 Disco 18 Disco 19 Disco 20 Disco 21 Disco 22

Energia Distribuída (GWh)						
Energisa		Endesa	Light	AES	CPFL	
MG	N. Frib.	Ampla	Light D	Eletropaulo	Paulista	RGE
924	284	6.832	19.139	31.634	31.019	6.470
949	286	7.051	18.381	31.656	23.747	6.319
974	300	7.450	18.235	32.577	18.866	6.549
1.016	303	7.770	18.285	33.860	19.529	6.826
1.054	316	8.034	19.101	34.436	25.268	6.805
1.110	332	8.269	19.460	35.434	26.988	6.736

ROL/Energia Distribuída (R$ milhões/GWh)						
Energisa		Endesa	Light	AES	CPFL	
MG	N. Frib.	Ampla	Light D	Eletropaulo	Paulista	RGE
0,316	0,268	0,314	0,255	0,263	0,228	0,232
0,307	0,237	0,281	0,258	0,219	0,252	0,234
0,309	0,241	0,286	0,261	0,219	0,236	0,245
0,317	0,238	0,315	0,279	0,222	0,223	0,244
0,321	0,251	0,342	0,269	0,234	0,189	0,271
0,346	0,276	0,392	0,309	0,255	0,204	0,289
0,357	0,281	0,382	0,313	0,274	0,199	0,315
0,325	0,256	0,330	0,278	0,241	0,219	0,261
			0,273			
			21.492,0			

EBITDA/Energia Distribuída (R$ milhões/GWh)						
Energisa		Endesa	Light	AES	CPFL	
MG	N. Frib.	Ampla	Light D	Eletropaulo	Paulista	RGE
0,103	0,077	0,071	0,040	0,036	0,032	0,047
0,105	0,065	0,070	0,033	0,056	0,050	0,054
0,093	0,055	0,084	0,051	0,051	0,075	0,064
0,085	0,050	0,091	0,072	0,050	0,052	0,056
0,062	0,055	0,081	0,053	0,046	0,034	0,058
0,070	0,055	0,105	0,064	0,052	0,051	0,062
0,093	0,061	0,077	0,069	0,068	0,041	0,075
0,087	0,060	0,083	0,054	0,051	0,048	0,059
			0,063			

Disco 1 Disco 2 Disco 3 Disco 4 Disco 5 Disco 6

LL/Energia Distribuída (R$ milhões/GWh)

	Estatais Federais			Estatais Estaduais		
	CEAL	CERON	CEPISA	Cemig D	Copel D	Celg
2005	0,006	(0,025)	(0,063)	0,049	0,011	0,017
2006	(0,066)	(0,024)	(0,042)	0,038	0,016	(0,037)
2007	(0,011)	(0,033)	(0,047)	0,037	0,031	(0,022)
2008	(0,019)	(0,034)	(0,067)	0,032	0,028	(0,029)
2009	(0,001)	0,003	(0,035)	0,015	0,016	(0,011)
2009 (IFRS)	(0,015)	(0,005)	(0,058)	0,035	0,009	(0,023)
2010 (IFRS)	(0,017)	0,002	(0,031)	0,019	0,025	(0,065)
2005-2010	(0,018)	(0,017)	(0,049)	0,032	0,019	(0,024)
Cluster	-0,028			0,009		

Energia Distribuída/Empregado (GWh/pessoa)

	Estatais Federais			Estatais Estaduais		
	CEAL	CERON	CEPISA	Cemig D	Copel D	Celg
2005	2,288	2,907	1,389	2,570	3,154	2,501
2006	2,164	2,731	1,464	2,497	3,000	2,520
2007	1,985	2,396	1,563	2,488	2,860	2,856
2008	1,832	2,284	1,500	2,794	3,021	3,097
2009	1,770	2,796	1,405	3,003	3,088	3,208
2010	1,990	2,910	1,668	3,392	3,200	3,896
2005-2010	2,005	2,671	1,498	2,791	3,054	3,013
Cluster	2,058			2,953		

Disco 7	Disco 8	Disco 9	Disco 10	Disco 11	Disco 12	Disco 13	Disco 14	Disco 15

LL/Energia Distribuída (R$ milhões/GWh)

Neoenergia			Endesa	Rede			Energisa	
Coelba	Cosern	Celpe	Coelce	CELTINS	CELPA	CEMAT	Sergipe	Paraíba
0,057	0,037	0,017	0,030	0,047	0,021	0,047	0,041	0,029
0,051	0,044	0,028	0,048	0,049	0,017	0,021	0,047	0,026
0,057	0,050	0,038	0,037	0,030	0,022	0,023	0,026	0,037
0,063	0,056	0,051	0,048	0,021	(0,001)	0,018	(0,011)	0,040
0,057	0,048	0,046	0,046	0,041	0,022	0,033	0,055	0,050
0,063	0,060	0,061	0,054	0,050	0,016	0,030	0,059	0,054
0,065	0,066	0,045	0,058	0,041	(0,016)	0,004	0,017	0,036
0,059	0,051	0,041	0,046	0,040	0,012	0,025	0,033	0,039
				0,038				

Energia Distribuída/Empregado (GWh/pessoa)

Neoenergia			Endesa	Rede			Energisa	
Coelba	Cosern	Celpe	Coelce	CELTINS	CELPA	CEMAT	Sergipe	Paraíba
3,696	4,631	4,541	4,860	1,331	1,999	2,627	1,836	1,543
3,897	4,530	4,647	4,727	1,319	2,148	2,599	1,734	1,599
4,183	4,646	4,703	5,049	1,325	2,374	2,967	1,796	1,269
4,878	5,159	5,211	5,471	1,456	2,573	2,989	1,984	1,388
5,523	5,594	5,603	5,635	1,593	2,626	3,117	2,149	1,294
5,741	5,146	5,990	6,236	1,850	2,851	2,922	2,119	1,384
4,653	4,951	5,116	5,329	1,479	2,429	2,870	1,936	1,413
				3,353				

Disco 16 Disco 17 Disco 18 Disco 19 Disco 20 Disco 21 Disco 22

LL/Energia Distribuída (R$ milhões/GWh)						
Energisa		Endesa	Light	AES	CPFL	
MG	N. Frib.	Ampla	Light D	Eletropaulo	Paulista	RGE
0,042	0,041	0,018	0,013	(0,006)	0,024	0,018
0,079	0,028	0,027	(0,011)	0,012	0,032	0,019
0,040	0,026	0,021	0,055	0,022	0,043	0,025
0,043	0,019	0,036	0,050	0,030	0,030	0,024
0,028	0,030	0,028	0,028	0,031	0,018	0,024
0,034	0,031	0,045	0,028	0,034	0,030	0,027
0,048	0,029	0,026	0,024	0,038	0,026	0,036
0,045	0,029	0,029	0,027	0,023	0,029	0,025
			0,029			

Energia Distribuída/Empregado (GWh/pessoa)						
Energisa		Endesa	Light	AES	CPFL	
MG	N. Frib.	Ampla	Light D	Eletropaulo	Paulista	RGE
1,283	2,812	5,152	4,615	7,227	10,364	4,481
1,286	2,648	4,990	4,427	7,335	7,895	4,517
1,896	2,206	5,379	4,667	7,681	6,231	4,395
2,031	2,426	5,986	4,900	8,177	6,245	4,656
2,099	2,326	6,505	5,171	7,898	8,068	4,629
2,058	2,404	7,031	5,269	6,257	8,622	4,623
1,775	2,470	5,841	4,842	7,429	7,904	4,550
			4,973			

ANEXO IV – LÂMINAS USADAS NA DEFESA DA TESE

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Programa de Pós-Graduação em Energia

(IEE, EP, IF, FEA)

MÉTRICAS E ESTRATÉGIAS DE BLOQUEIO DE USO POLÍTICO NAS EMPRESAS DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO

Doutorando: **Eduardo Müller Monteiro**

Orientador: **Prof. Dr. Edmilson Moutinho dos Santos**

Defesa - Doutorado

19 de Dezembro de 2011

1

Índice

1. Contexto, Motivações, Objetivos, Questão Central e Estrutura
2. Revisão da Metodologia de Análise de Uso Político no SEB
3. Populismo Tarifário e a Copel
4. Loteamento Político e a Eletrobras
5. Estratégias e Métricas de Bloqueio de Uso Político nas Empresas do SEB
6. Conclusões

Bibliografia

Anexo 1 – Banco de Dados de Matérias sobre Uso Político

Anexo 2 – Técnicas de *Valuation*

Anexo 3 – Banco de Dados Econômico-financeiros

2

Contexto

- Farta documentação empírica sobre "uso político" no Setor Elétrico Brasileiro ...
- ... mas com pouco rigor analítico e sem referencial teórico ...
- ... e com potencial alto impacto sobre a criação e destruição de valor.

- populismo tarifário;
- uso de cargos em estatais como moeda de troca entre políticos;
- apropriação e loteamento de estatais por grupos privados e partidos políticos;
- assunção de projetos (leilões regulados, internacionais etc) com ROIC < WACC;
- debilidade de mecanismos de controle e governança corporativa em estatais;
- uso eleitoral e falta de clareza de objetivos em estatais;
- corrupção.

Motivações e Questão Central

Motivações:

- Determinar os efeitos do uso político sobre o valor das empresas do SEB;
- Estabelecer métricas que capturem os efeitos do uso político;
- Propor estratégias de bloqueio do uso político.

O trabalho se concentra no domínio empresarial e se apóia:

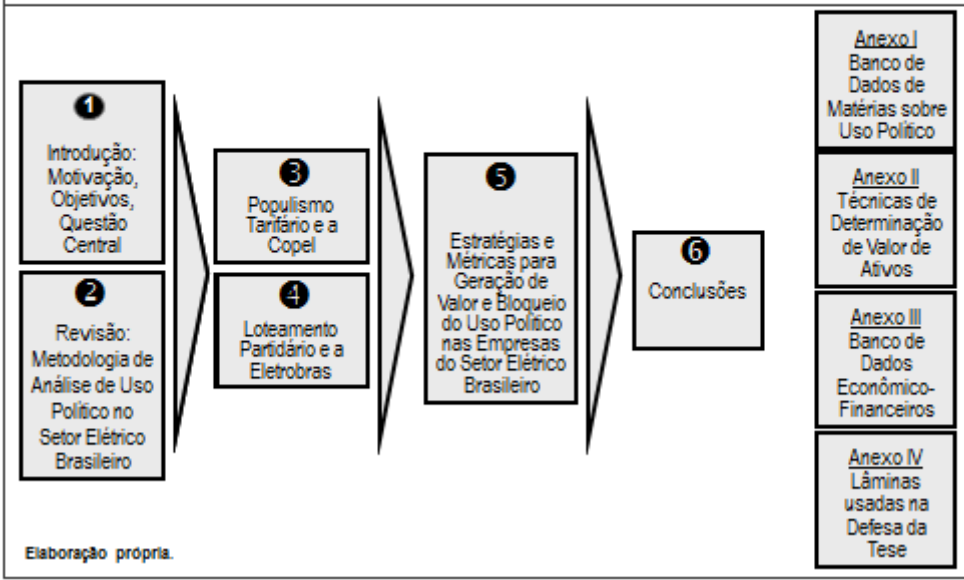
- Em metodologia desenvolvida no trabalho de Mestrado do autor;
- Na observação de manifestações de uso político de 2003 a 2010 (8 anos);
- No estudo empírico de duas estatais relevantes do SEB.

Questão Central: Como analisar o impacto do uso político sobre o valor das empresas do SEB e quais as estratégias para seu bloqueio?

Objetivos

Objetivos Principais	Objetivos Secundários
❑ Analisar o efeito do uso político sobre o valor das empresas que atuam no SEB pela aplicação de uma metodologia concebida para analisar hipóteses de uso político;	❑ Desenvolver ferramental analítico que pode ser expandido para outros setores vitimizados por uso político (empresas reguladas, monopólios etc)
❑ Propor métricas e estratégias para interromper a destruição de valor derivada do uso político	❑ Construir instrumento auxiliar para análistas profissionais do SEB
	❑ Oferecer banco de dados de matérias (Anexo I), revisão de Valuation para o SEB (Anexo II) e banco de dados econômico-financeiros (Anexo III)

Estrutura Capitular



Elaboração própria.

Índice

1. Contexto, Motivações, Objetivos, Questão Central e Estrutura

2. Revisão da Metodologia de Análise de Uso Político no SEB

3. Populismo Tarifário e a Copel

4. Loteamento Político e a Eletrobras

5. Estratégias e Métricas de Bloqueio de Uso Político nas Empresas do SEB

6. Conclusões

Bibliografia

Anexo 1 – Banco de Dados de Matérias sobre Uso Político

Anexo 2 – Técnicas de *Valuation*

Anexo 3 – Banco de Dados Econômico-financeiros

Teoria de Grupos de Pressão de Gary Becker
Fundamentos e Intuição

- Fundamentos do modelo:
  - Centra a atenção na competição entre os grupos de interesse
  - Políticos apenas "transmitem as pressões de grupos ativos"
  - Pressão política de cada grupo = f(representatividade, recursos)
- Modelagem matemática do mecanismo de pressão:
  - Aumento de subsídios
  - Diminuição de impostos

Teoria de Grupos de Pressão de Gary Becker
Proposições e Corolários

Proposição 1	**Um grupo que se torna mais eficiente na produção de pressão política é mais capaz de reduzir seus impostos ou aumentar seus subsídios.**
Corolário da Proposição 1	**A eficácia política de um grupo não é determinada pela sua eficiência absoluta, mas por sua eficiência relativa a outros grupos de pressão.**
Proposição 2	**O aumento nos custos relacionados ao peso-morto reduz o subsídio do estado de equilíbrio.** Como o peso-morto gerado pelos impostos encoraja o exercício de pressão dos pagadores de impostos e desencoraja a pressão dos recebedores de subsídios (já que nem toda o valor retirado dos primeiros é transferido aos segundos, daí a expressão "peso-morto"), os pagadores de impostos têm uma vantagem intrínseca no exercício de pressão.

9

Teoria de Grupos de Pressão de Gary Becker
Proposições e Corolários

Corolário da Proposição 2	**Políticas públicas que aumentam a eficiência têm maiores chances de serem adotadas do que políticas que diminuem a eficiência.** Como o aumento do número de pessoas tributadas diminui a alíquota necessária para obter uma certa receita, reduzindo por conseqüência o peso-morto marginal da tributação, o aumento do número de contribuintes reduziria a produção de pressão. É por isso que grupos preferem que seu subsídio seja subsidiado por impostos com pequenas alíquotas individuais pagas por um número alto de pessoas.
Proposição 3	**Grupos bem-sucedidos politicamente tendem a ser pequenos em relação aos grupos tributados que viabilizam os pagamentos dos subsídios que beneficiam os primeiros.**
Proposição 4	**A competição entre grupos de pressão favorece a construção de métodos eficientes de tributação.**

10

Teoria de Grupos de Pressão de Gary Becker
Conclusões derivadas da Teoria

- A pressão se materializa, economicamente, na maximização de subsídios recebidos e na minimização de impostos pagos;
- Políticos são apenas veículos dos grupos de pressão e agirão buscando sua própria viabilização política, posicionando-se a favor do(s) grupo(s) que têm maiores condições de exercer pressão;
- A intensidade da pressão é diretamente proporcional aos recursos disponíveis e à homogeneidade de interesses dos membros dos grupos;
- A influência é um jogo de soma-zero: quando um grupo competindo por influência política aumenta seu espaço, o(s) outro(s) competidores perdem espaço político;
- O peso-morto produzido pela tributação oferece um incentivo natural aos grupos de pressão que têm que arcar com esses impostos;
- A dinâmica de influências e de pressões políticas é importante para a construção de mecanismos eficientes de tributação e de políticas de subsídios.

Métricas e Estratégias de Disparo de Uso Político nas Empresas do Setor Elétrico Brasileiro

11

Conceituação de Uso Político

Critério
"Benefício no Curto Prazo – Perda no Longo Prazo"

Exemplo: Obras iniciadas às vésperas de eleições

Critério
"Benefício Definido – Custo Indefinido"

Exemplo: Subsídios tarifários para certos consumidores

Critério
"Subsídio do Setor Elétrico para o Estado"

Exemplos: Represamento tarifário, Tributação excessiva

Critério
"Estratégico se sobrepõe ao Econômico"

Exemplo: Projetos com rentabilidade inferior ao WACC

Métricas e Estratégias de Disparo de Uso Político nas Empresas do Setor Elétrico Brasileiro

12

Hipóteses de Manifestação de Uso Político

HIPÓTESE DE MANIFESTAÇÃO DE USO POLÍTICO	ORIGEM DA PRESSÃO	DESTINO DA PRESSÃO			
		Empresas Privadas	Empresas Estatais	Tesouro Nacional	Consu-midor
Tarifa e Inflação	Governo Federal	x	x	x	
Impostos e Encargos	Governos e Eletrobras	x	x		x
Cargos e Empregos em Estatais	Governos e Aliados		x	x	x
Obras de Expansão	Governos e Aliados	x	x	x	x
Uso de Fundos de Pensão	Governos e Aliados	x	x	x	
Interferências Políticas na Agência Reguladora	Governos e Aliados	x	x		
Uso de Recursos do Setor Elétrico para subsidiar Projetos Sociais	Governos e Estatais	x	x	x	
Leilões de Energia	Governos e Estatais	x	x	x	

Análise Institucional
Instituições Formais

Instituições de Estado
• ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) • ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) • CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica)

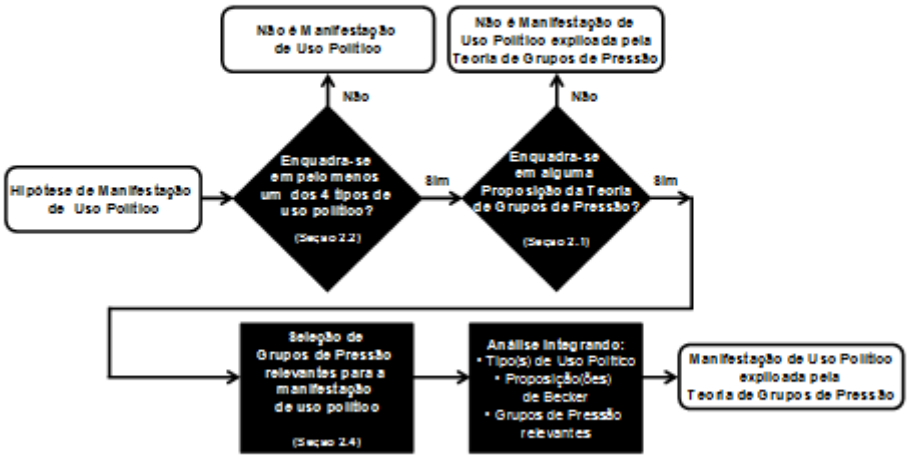
Poder Executivo	Poder Legislativo	Poder Judiciário
• MME (Ministério de Minas e Energia) • EPE (Empresa de Pesquisa Energética) • CMSE (Comitê de Monitoramento do Sistema Elétrico) • CNPE (Conselho Nacional de Política Energética)	• Câmara dos Deputados • Senado	• STF (Supremo Tribunal Federal) • STJ (Superior Tribunal de Justiça) • TCU (Tribunal de Contas da União)

• Empresas Estatais	• Empresas Privadas

Análise Institucional
Instituições Influenciadoras

- Poderes Executivo e Legislativo Estaduais e Municipais
- Fornecedores de Equipamentos e Serviços
- Órgãos Ambientais
- ONGs e Movimentos Sócio-Ambientais
- Associações de Classe

Metodologia de Análise de Uso Político no SEB



Elaboração própria.

Índice

1. Contexto, Motivações, Objetivos, Questão Central e Estrutura

2. Revisão da Metodologia de Análise de Uso Político no SEB

3. Populismo Tarifário e a Copel

4. Loteamento Político e a Eletrobras

5. Estratégias e Métricas de Bloqueio de Uso Político nas Empresas do SEB

6. Conclusões

Bibliografia

Anexo 1 – Banco de Dados de Matérias sobre Uso Político

Anexo 2 – Técnicas de *Valuation*

Anexo 3 – Banco de Dados Econômico-financeiros

Populismo Tarifário e a Copel
Populismo Latino-Americano

- O termo geral "Populismo" foi inicialmente empregado para caracterizar as tendências ideológicas de um movimento nascido nos Estados Unidos da América por volta de 1891, ano de fundação do "Populist Party", ou Partido Populista;

- O objetivo do movimento era o de melhorar as condições de trabalhadores e fazendeiros, pessoas que não faziam parte da "elite", outro termo precariamente definido até a atualidade;

- Definição que acolhe a maior parte do que se convenciona chamar de "populismo" na atualidade é a oferecida por Albertazzi e McDonnell (2008) em seu "*Twenty-First Century Populism*" ("Populismo do Século 21"):

> *O Populismo pode ser definido como uma ideologia que "posiciona um virtuoso e homogêneo 'povo' contra um grupo de 'elites' e perigosos 'outros' que são conjuntamente descritos como destruidores (ou que procuram destruir) direitos, valores, prosperidade, identidade e voz de um povo soberano".*

Populismo Tarifário e a Copel
O Represamento Tarifário

Risco Requião: em 21 de janeiro de 2009 o governador do Estado do Paraná, representante controlador da empresa estatal Copel, fez a afirmação de que não iria "*admitir a elevação de tarifas — seja de ônibus, de água, de energia. Um momento de crise é um momento em que o trabalhador merece respeito*".

i) retirada das ações da Copel de carteiras de fundos de investimento com base no aumento da sua volatilidade

ii) aumento de percepção de risco de interferência política na empresa, fenômeno que tem atingido a empresa nos últimos seis anos

iii) rebaixamento da classificação das ações da Copel e aumento do custo do capital próprio da empresa

Populismo Tarifário e a Copel
A Percepção de Perda de Valor

Cemig vs. Copel valuation premium widened: *The Cemig vs. Copel EV/EBITDA premium has widened following renewed concerns of political interference by the local state government (controlling shareholder) in Copel's regulated distribution tariffs following comments by the Paraná state governor that tariffs (bus, water, energy) should not be allowed to rise in moments of crisis.*

We do not expect premium to narrow in the short term: *We do not expect the valuation premium to narrow in the short term due to concerns about Copel (1) potentially not fully implementing its distribution tariff adjustment to be granted by the regulator (ANEEL) on June 24, and (2) potential acquisitions/investments in non-core assets (such as water utility Sanepar). However, as we head towards the election of a new governor in Oct-2010, political risk perception that has plagued Copel over the last six years could diminish. We expect this to gain more relevance in 2H09.*

Valuation premium is not only due to politics: *Although Copel's valuation discount is greatly influenced by political risk perception, there are other factors that drive Cemig's premium, in our view: (1) limits to capex in by-laws, (2) more attractive dividend policy (minimum 50% payout, with potential extraordinary dividends every 2 years), (3) growth outside of home state via acquisitions/new investments, (4) partnerships with private investors for new investments, (5) better capital structure, and (6) lower growth in headcount (-11% from 4Q02-3Q08 vs. Copel's +35%).*

Quadro 3.2: Relatório de Análise sobre Ações da Copel e Cemig – BAS/ML
Fonte: Bank of America Securities, Merrill Lynch, 27/01/2009

Populismo Tarifário e a Copel
A Percepção de Perda de Valor

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
EBIT	205,6	336,7	737,0	825,9	843,3	590,6	591,7
Interest on own capital	(32,5)	(50,5)	(56,5)	(102,5)	(159,2)	(101,9)	(101,4)
(-) Taxes on EBIT	(55,7)	(97,3)	(231,4)	(245,9)	(232,6)	(166,2)	(166,7)
Tax Rate (%)	-34%	-34%	-34%	-34%	-34%	-34%	-34%
Depreciation	105,6	135,1	171,2	216,9	220,5	175,3	190,3
Gross Cash Flow	252,5	374,6	676,8	706,9	831,2	599,9	615,2
Change in Working Capital	155,4	119,0	(265,7)	(97,4)	(75,5)	(11,3)	(20,1)
Capex	(118,2)	(274,5)	(261,0)	(265,2)	(424,2)	(450,7)	(455,4)
CRC							42,7
Free Cash Flow	289,6	218,8	50,1	434,3	331,4	107,9	149,5

Quadro 3.5: Fluxo de Caixa Livre da Copel
Fonte: Bank of America Securities, Merrill Lynch, 27/01/2009

Present Value of FCF	US$ mn
Present Value of FCF	2.934,4
Present Value of Perpetuity	1.973,5
Present Value	4.907,0

Discount Rate	
Risk Free of the US Market	3,90%
Country Risk (Brazil)	3,30%
Expected Return Over Risk Free	5,70%
Beta of Copel's Shares	0,95
Cost of Equity	11,9%
Average Proportion of Equity	80,8%
Average Cost of Debt	11,0%
Effective Taxes	34%
Net Cost of Debt	7,2%
Average Proportion of Debt	19,2%
WACC	11,0%

Present Value of FCF	US$ mn
Present Value of FCF	2.327,9
Present Value of Perpetuity	1.616,2
Present Value	3.943,5

Discount Rate	
Risk Free of the US Market	3,90%
Country Risk (Brazil)	3,30%
Expected Return Over Risk Free	5,70%
Beta of Copel's Shares	0,95
Cost of Equity	11,0%
Average Proportion of Equity	80,8%
Average Cost of Debt	11,0%
Effective Taxes	34%
Net Cost of Debt	7,2%
Average Proportion of Debt	19,2%
WACC	10,7%

Present Value of FCF	US$ mn
Present Value of FCF	2.069,7
Present Value of Perpetuity	1.050,1
Present Value	3.100,7

Discount Rate	
Risk Free of the US Market	3,90%
Country Risk (Brazil)	3,30%
Expected Return Over Risk Free	5,70%
Beta of Copel's Shares	0,95
Cost of Equity	10,0%
Average Proportion of Equity	80,8%
Average Cost of Debt	11,0%
Effective Taxes	34%
Net Cost of Debt	7,2%
Average Proportion of Debt	19,2%
WACC	10,2%

Populismo Tarifário e a Copel
A Perda de Receita – Metodologia de Cálculo

a) horizonte de análise: 2003-2006 (primeiro mandato de Requião como governador) e 2007-2010 (segundo mandato);

b) consumos de energia mensal da Copel com base na interpolação simples entre os dados anuais de "Mercados Faturados" da Copel (medidos em GWh e disponíveis no Quadro 3.18);

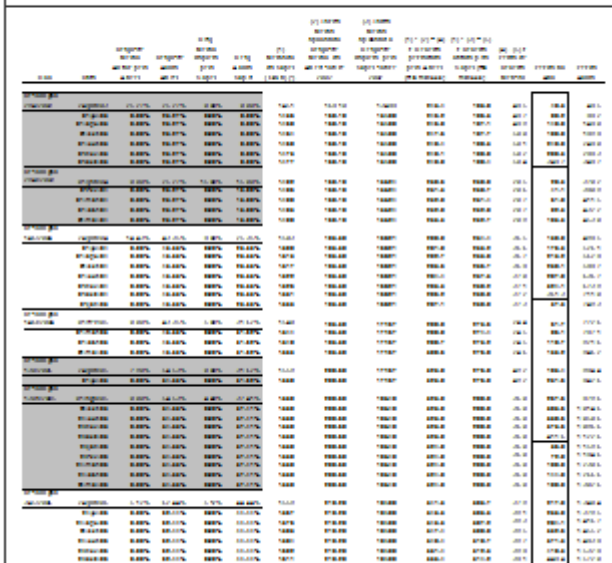
c) obtenção dos dados de todas as alterações tarifárias da Copel nos períodos acima nos eventos de Reajuste Tarifário Anual e Revisão Tarifária Periódica;

d) cálculo das receitas permitidas pela Aneel pela multiplicação do consumo de energia mensal pela Tarifa Média calculada pela Aneel e publicada nas Resoluções;

e) cálculo da receita obtida pela Copel pela multiplicação do consumo de energia mensal pela Tarifa Média aplicada pela Copel de acordo com os represamentos tarifários impostos pelo governador Requião;

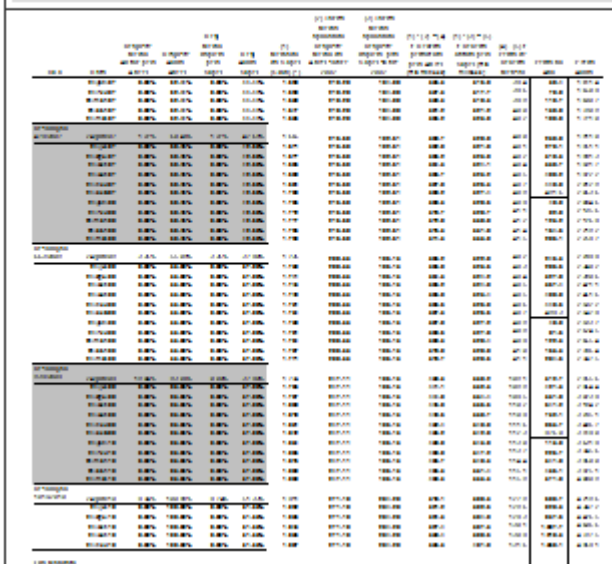
f) cálculo da diferença entre os itens "d" e "e" acima, valor que representa a perda de receita derivada do represamento tarifário.

Populismo Tarifário e a Copel
A Perda de Receita – Resultados 1º. Mandato



Perda de R$ 1,572 bilhão em receitas tarifárias entre 2003 e 2006

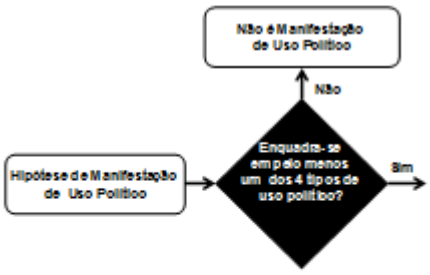
Populismo Tarifário e a Copel
A Perda de Receita – Resultados 2º. Mandato



Perda de R$ 5 bilhões em receitas tarifárias entre 2003 e 2010

Populismo Tarifário e a Copel
Aplicação da Metodologia de Análise de Uso Político

Passo 1: Enquadra-se em pelo menos um dos quatro tipos de uso político? (Seção 2.2, Quadro 2.3)?



A hipótese sobrevive ao teste por se enquadrar em dois tipos de critério de uso político:

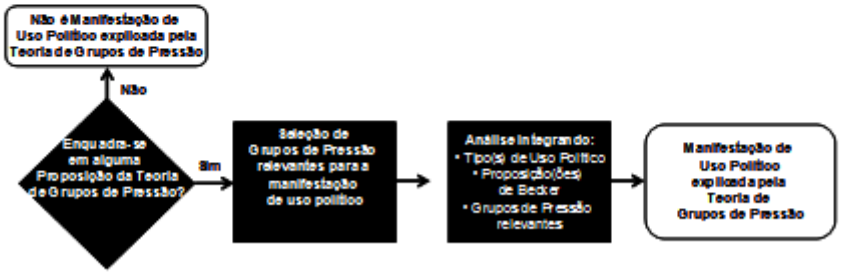
- "Benefício Definido – Custo Indefinido": os beneficiados foram o governador e consumidores atuais (tarifas menores), mas perdem os contribuintes e acionistas minoritários (grupo maior) que arcaram com o custo deste subsídio.
- "Subsídio do Setor Elétrico para o Estado": A Copel assumiu o papel do Tesouro paranaense

Populismo Tarifário e a Copel
Aplicação da Metodologia

Passo 2: Enquadra-se em alguma Proposição da Teoria de Grupos de Pressão (Seção 2.1, Quadro 2.1)?

Passo 3: Mapeamento de Grupos de Pressão relevantes para a manifestação de uso político

Passo 4: Análise integrada



Populismo Tarifário e a Copel
Análise de Uso Político

Manifestação de Uso Político	Suporte na Teoria de Grupos de Pressão
Os grupos prejudicados pelo represamento (acionistas minoritários, diretamente, e toda a população paranaense, indiretamente) não dispunham de ferramentas capazes de produzir pressão política de forma tão eficiente quanto a máquina governamental liderada pelo ex-governador Requião	**Proposição 1:** "Um grupo que se torna mais eficiente na produção de pressão política é mais capaz de reduzir seus impostos ou aumentar seus subsídios"
Baixa repercussão de manifestações dos acionistas minoritários que foram contra a política de represamento tarifário, manifestações formalmente expressas em assembleias.	**Corolário da Proposição 1:** "*A eficácia política de um grupo não é determinada pela sua eficiência absoluta, mas por sua eficiência relativa a outros grupos*"
Beneficiados: Governador Requião e seus aliados políticos (benefícios eleitorais); e consumidores industriais (produção subsidiada). Prejudicados: o Tesouro do Estado e, portanto, a população paranaense em geral (o efeito líquido do "desconto tarifário é negativo para a maioria da população, formada por consumidores residenciais que obtiveram o desconto tarifário mas que não consomem tanta energia e que seriam mais beneficiados com mais recursos do Estado direcionados para áreas como saúde, educação e segurança); e acionistas minoritários da Copel.	**Proposição 3:** "*Grupos bem-sucedidos politicamente tendem a ser pequenos em relação aos grupos tributados que viabilizam os pagamentos dos subsídios que beneficiam os primeiros.*"

Métricas e Estratégias de Bloqueio de Uso Político nas Empresas do Setor Elétrico Brasileiro

27

Índice

1. Contexto, Motivações, Objetivos, Questão Central e Estrutura
2. Revisão da Metodologia de Análise de Uso Político no SEB
3. Populismo Tarifário e a Copel
4. Loteamento Político e a Eletrobras
5. Estratégias e Métricas de Bloqueio de Uso Político nas Empresas do SEB
6. Conclusões

Bibliografia

Anexo 1 – Banco de Dados de Matérias sobre Uso Político

Anexo 2 – Técnicas de *Valuation*

Anexo 3 – Banco de Dados Econômico-financeiros

Métricas e Estratégias de Bloqueio de Uso Político nas Empresas do Setor Elétrico Brasileiro

28

Loteamento Partidário e a Eletrobras
Propriedade Estatal *versus* Propriedade Privada

- Cinquenta anos atrás, os economistas não hesitavam em favorecer a propriedade estatal de empresas quando havia a mínima suspeita de falhas de mercado:
  - o prêmio Nobel de Economia de 1979, Arthur Lewis, preocupado com o poder de monopolistas, defendia a "nacionalização";
  - o prêmio Nobel de Economia de 1988, Maurice Allais, advogava a "nacionalização" de empresas para facilitar a comparação "estatal vs privada";

- A partir da década de 1990, no entanto, houve um movimento pendular no sentido oposto, onde governos de países que operam sob as regras "de mercado" optaram pela privatização de setores como de aço e siderurgia, telecomunicações, energia e serviços financeiros.

- Banco Mundial (1995) em "*Bureaucrats in Business: The Economics and Politics of Government Ownership*":

  "Governos de países em desenvolvimento e em transição têm empenhado-se para promover reformas em suas economias. No entanto, e especialmente nos países mais pobres, alguns setores econômicos têm sido teimosamente resistentes a reformas. Este relatório lida com um dos itens mais importantes [de tais reformas]: empresas estatais ineficientes e deficitárias que são um significativo peso sobre os orçamentos e sobre os escassos recursos em muitos países. Tais empresas prejudicam o crescimento, impedem a liberalização de mercado e, portanto, direta e indiretamente limitam os esforços voltados à redução da pobreza"

Loteamento Partidário e a Eletrobras
Propriedade Estatal *versus* Propriedade Privada

- Banco Mundial (1995) em "*Bureaucrats in Business: The Economics and Politics of Government Ownership*":

  "Burocratas tipicamente têm desempenho pior no mundo empresarial não porque eles são incompetentes (eles não são) mas porque eles enfrentam objetivos contraditórios e incentivos perversos que podem distraire desencorajar até mesmo os mais capazes e dedicados servidores públicos. O problema não está nas pessoas, e sim no sistema. O problema não são os burocratas em si, mas sim as situações em que eles se colocam como burocratas atuando no mundo empresarial."

- O estudo empírico desenvolvido por Pollitt (1995) em "*Ownership and Performance in Electric Utilities: the International Evidence on Privatization and Efficiency*" propõe:

  "... demonstramos que há pouca argumentação teórica para supor que, num setor econômico como o elétrico, uma ou outra forma de propriedade [estatal ou privada] será superior. Portanto, fica estabelecida a necessidade de análises empíricas para testar o desempenho relativo das duas formas de propriedade.
  No entanto, observamos que a evidência teórica realmente sugere que a propriedade estatal pode ser relativamente mais pobre no que se refere a decisões atreladas a investimentos eficientes. As literaturas das escolas de pensamento sobre 'Direito de Propriedade' e sobre 'Escolhas Públicas' enfatizam processos de decisão mais pobres e a interferência política em decisões de grandes investimentos feitas em empresas estatais.

Loteamento Partidário e a Eletrobras
Loteamento de Cargos e Apropriação por Partidos Políticos

No Anexo II são apresentadas 188 matérias publicadas em mais de 20 veículos da imprensa nacional entre agosto de 2004 a outubro de 2011.

	Loteamento de Cargos em Estatais	Populismo Tarifário	Governança / Rentabilidade	Corrupção	Apropriação por Partidos Políticos	Uso ou Impacto Eleitoral	Privatização / Estatização
TOTAL DE MATÉRIAS POR CATEGORIA	74	8	48	22	18	13	5
Percentual sobre o total de Matérias	39%	4%	26%	12%	10%	7%	3%

- O loteamento de cargos de estatais e a apropriação do setor e de suas estatais por políticos e partidos políticos não são manifestações recentes.
- A Eletrobras e suas subsidiárias são as grandes vítimas dos políticos no setor elétrico, sendo as mais cobiçadas pelos partidos.
- A agressividade dos políticos na disputa por cargos tem crescido ao longo do tempo.
- Poucos políticos, de um mesmo partido político, concentram há décadas o poder sobre o setor, com o domínio de oligarquias pouco desafiadas por outras forças políticas.
- Além dos cargos em diretorias (dezenas de posições), o loteamento se espalha "para cima" – conselhos de administração – e "para baixo" – nos chamados "segundos escalões".
- As manifestações recentes do governo federal em encerrar o loteamento de cargos, exigindo perfis técnicos para as diretorias, ainda não produziu efeitos visíveis.

Métricas e Estratégias de Disputa de Uso Político nas Empresas do Setor Elétrico Brasileiro

31

Loteamento Partidário e a Eletrobras
Operações Ineficientes, Governança Frágil e Rentabilidade Baixa

No Anexo II são apresentadas 188 matérias publicadas em mais de 20 veículos da imprensa nacional entre agosto de 2004 a outubro de 2011.

	Loteamento de Cargos em Estatais	Populismo Tarifário	Governança / Rentabilidade	Corrupção	Apropriação por Partidos Políticos	Uso ou Impacto Eleitoral	Privatização / Estatização
TOTAL DE MATÉRIAS POR CATEGORIA	74	8	48	22	18	13	5
Percentual sobre o total de Matérias	39%	4%	26%	12%	10%	7%	3%

- Pressões de acionistas por critérios de governança mais objetivos e rígidos;
- Pagamento de dividendos atrasados, símbolo material de mudança das últimas gestões em busca de padrões mais altos de governança corporativa;
- Cobrança de maior transparência sobre as taxas de retorno assumidas em empreendimentos de geração e transmissão incorporados via leilões regulados;
- Divulgação mais objetiva de indicadores financeiros e operacionais do grupo; e
- Início da exigência, por parte da holding, de maior controle sobre padrões de gestão e sobre o comportamento das subsidiárias.

Métricas e Estratégias de Disputa de Uso Político nas Empresas do Setor Elétrico Brasileiro

32

Loteamento Partidário e a Eletrobras
Análise de Indicadores

•**Horizonte de análise:**
- Seis anos, de 2005 a 2010, incorporando para os dados a partir de 2010 o padrão IFRS (*International Financial Reporting Standards*);

•**Amostra de empresas:**
- 11 geradoras (sete estatais e quatro privadas), sendo que quatro das empresas estatais são subsidiárias da Eletrobras; e
- 22 distribuidoras (seis estatais e 16 privadas), sendo que três das seis estatais são subsidiárias da Eletrobras.

•**Dados econômico-financeiros:**
- Receita Operacional Líquida (ROL);
- EBITDA ou LAJIDA; e
- Lucro Líquido (LL).

•**Dados operacionais:**
- Número de empregados;
- Capacidade Instalada (em MW) de empresas de geração; e
- Energia gerada/distribuída (em MWh) de empresas de geração/distribuição.

Indicadores:

1. EBITDA/ROL (%);
2. LL/ROL (%);
3. ROL/Empregado (R$/pessoa);
4. EBITDA/Empregado (R$/pessoa);
5. LL/Empregado (R$/pessoa);
6. ROL/Energia G. ou D.(R$/GWh);
7. EBITDA/En. G. ou D. (R$/GWh);
8. LL/En. G. ou D. (R$/GWh);
9. Energia Gerada ou Distribuída/Empregado (GWh/pessoa).

Métricas e Estratégias de Disputa de Uso Público nas Empresas do Setor Elétrico Brasileiro

33

Loteamento Partidário e a Eletrobras
Clusters de Geradoras

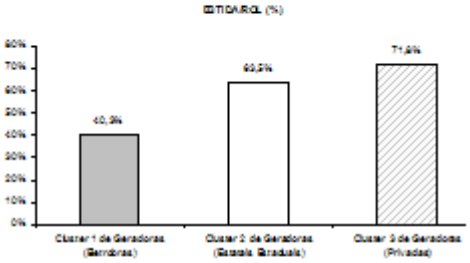
Cluster 1 de Geradoras (Eletrobras)	Cluster 2 de Geradoras (Estatais Estaduais)	Cluster 3 de Geradoras (Privadas)
Eletronorte	Cemig GT	Tractebel Energia
Chesf	Copel GT	AES Tietê
Furnas	Cesp	Duke Energy
Eletrosul		CPFL Energia
32.996 MW de Potência ou 31,7% do mercado	18.902 MW de Potência ou 18,2% do mercado	13.745 MW de Potência ou 13,2% do mercado

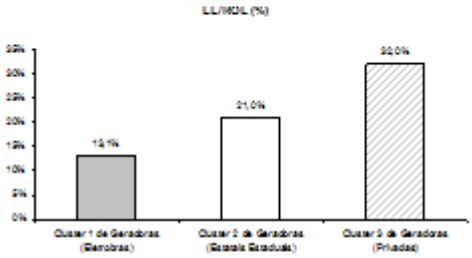
- 65.643 MW de potência instalada (63,1% da potência instalada brasileira);
- 327.156 GWh de energia gerada (dados da Eletrosul não disponíveis);
- ROL de R$32,5 bilhões, EBITDA de R$16,5 bilhões e Lucro Líquido de R$7,1 bilhões;
- 23.157 empregados.

Métricas e Estratégias de Disputa de Uso Público nas Empresas do Setor Elétrico Brasileiro

34

Loteamento Partidário e a Eletrobras
Clusters de Geradoras – Resultados dos Indicadores

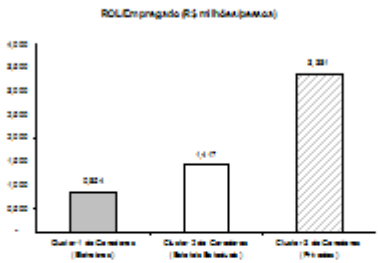


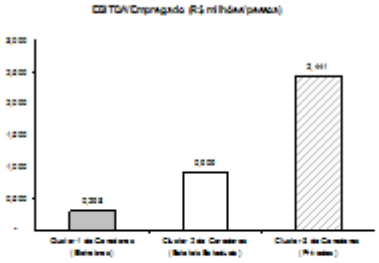


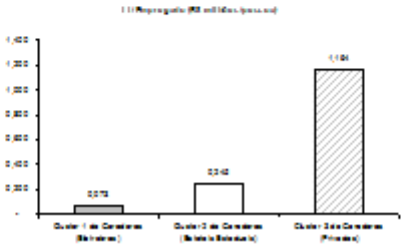
	Petrobrás	CHESF	Furnas	Petrobrás	Cemig GT	Copel GT	Cesp	Tractebel	AES Tietê	Duke	CPFL
2008	17,4%	69,5%	30,3%	33,0%	63,7%	48,7%	60,0%	63,4%	77,3%	68,8%	67,7%
2009	37,1%	69,8%	34,3%	38,4%	69,0%	64,3%	63,4%	69,0%	76,1%	61,8%	63,0%
2007	33,7%	68,1%	5,7%	37,7%	64,6%	63,1%	60,0%	63,3%	72,1%	63,7%	63,0%
2008	36,7%	64,0%	33,8%	64,7%	60,0%	63,0%	60,0%	64,0%	73,1%	73,3%	70,0%
2009	33,4%	48,1%	30,3%	63,3%	63,7%	58,0%	60,7%	63,3%	72,2%	61,3%	64,0%
2008 (PRR)	33,8%	44,1%	10,7%	44,4%	60,0%	54,8%	60,7%	63,3%	72,3%	58,8%	67,3%
2010 (PRR)	33,2%	61,2%	18,1%	33,7%	60,0%	51,7%	57,4%	63,7%	72,3%	60,3%	73,3%
2007 a 2010	26,1%	59,8%	19,8%	43,8%	63,1%	56,3%	60,0%	63,8%	74,4%	64,3%	66,0%
Gabarito	45,0%				60,0%			71,0%			

	Petrobrás	CHESF	Furnas	Petrobrás	Cemig GT	Copel GT	Cesp	Tractebel	AES Tietê	Duke	CPFL
2008	-1,0%	33,6%	16,0%	33,0%	34,8%	33,3%	-13,0%	43,3%	42,6%	43,4%	33,8%
2009	-13,0%	41,1%	7,3%	33,8%	37,1%	76,3%	-1,0%	38,3%	41,3%	14,4%	33,3%
2007	-14,4%	42,4%	13,3%	33,0%	38,3%	43,3%	8,3%	34,4%	41,0%	11,3%	43,1%
2008	-43,8%	33,8%	7,3%	41,4%	33,6%	43,4%	-44,8%	33,8%	43,1%	31,3%	33,3%
2009	8,0%	43,1%	4,1%	33,8%	37,1%	43,4%	33,8%	33,4%	45,7%	34,3%	33,8%
2008 (PRR)	-17,3%	43,4%	8,3%	34,3%	31,3%	33,8%	-18,0%	31,3%	43,3%	13,1%	34,3%
2010 (PRR)	4,1%	43,1%	8,8%	8,8%	37,7%	33,7%	3,3%	33,8%	43,3%	33,8%	33,7%
2007 a 2010	8,4%	33,1%	9,4%	33,8%	36,1%	43,8%	7,8%	33,1%	43,7%	19,8%	33,8%
Gabarito	15,0%				21,0%			33,0%			

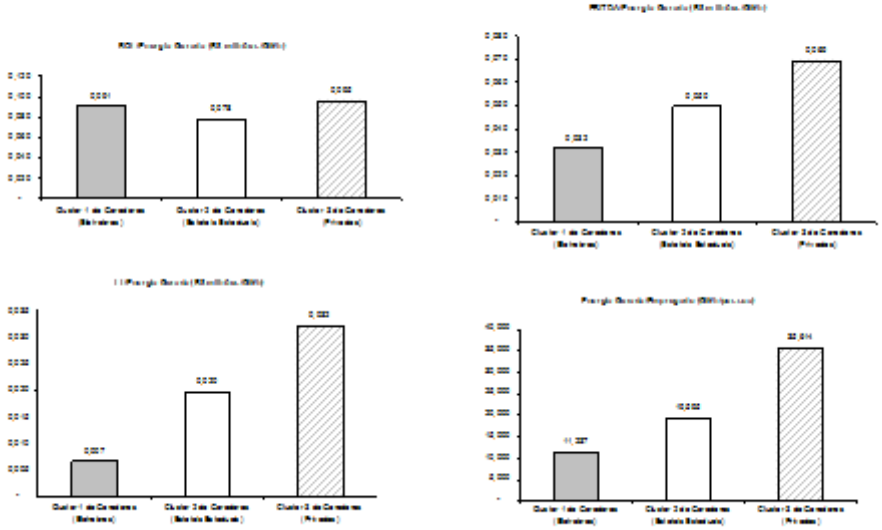
Loteamento Partidário e a Eletrobras
Clusters de Geradoras – Resultados dos Indicadores







Loteamento Partidário e a Eletrobras
Clusters de Geradoras – Resultados dos Indicadores

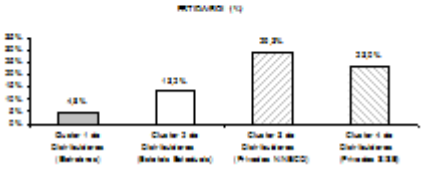


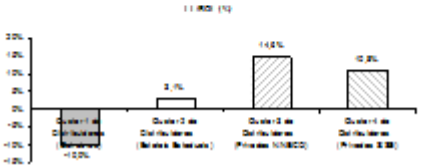
Loteamento Partidário e a Eletrobras
Clusters de Distribuidoras

Cluster 1 de Distribuidoras (Eletrobras)	Cluster 2 de Distribuidoras (Estatais Estaduais)	Cluster 3 de Distribuidoras (Privadas N/NE/CO)	Cluster 4 de Distribuidoras (Privadas S/SE)
Cepisa Ceal Ceron	Cemig D Copel D Celg	Coelba Cosern Celpe Coelce Celtins Celpa Cemat Energisa Sergipe Energisa Paraíba	Energisa MG Energisa Nova Friburgo Ampla Light Eletropaulo CPFL Paulista RGE
6.901 GWh de Energia Distribuída (2,3% do mercado)	53.833 GWh de Energia Distribuída (17,9% do mercado)	54.444 GWh de Energia Distribuída (18,1% do mercado)	98.329 GWh de Energia Distribuída (32,8% do mercado)

- 213.506 GWh de energia distribuída (ou 71,1% do mercado de distribuição brasileiro);
- ROL de R$60,5 bilhões, EBITDA de R$12,3 bilhões e Lucro Líquido de R$5,5 bilhões;
- 49.149 empregados.

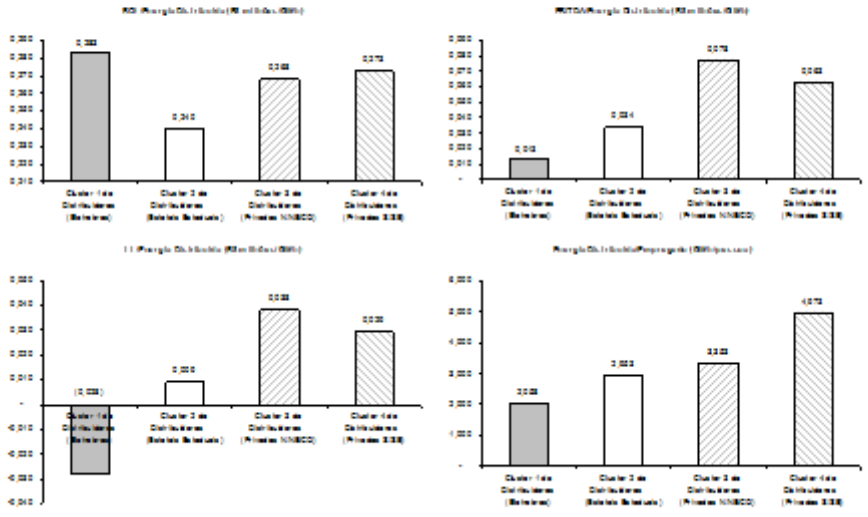
Loteamento Partidário e a Eletrobras
Clusters de Distribuidoras – Resultados dos Indicadores





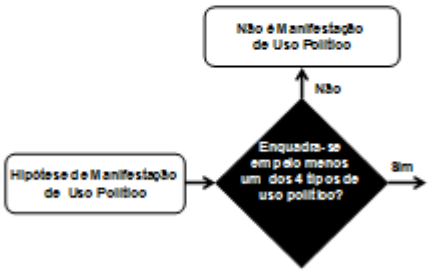
| | | | | | |

Loteamento Partidário e a Eletrobras
Clusters de Distribuidoras – Resultados dos Indicadores



Loteamento Partidário e a Eletrobras
Aplicação da Metodologia de Análise de Uso Político

Passo 1: Enquadra-se em pelo menos um dos quatro tipos de uso político? (Seção 2.2, Quadro 2.3)?



A hipótese sobrevive ao teste por se enquadrar em dois tipos de critério de uso político:

- "Benefício no Curto Prazo – Custo no Longo Prazo": o loteamento partidário tem produzido efeitos aparentemente benéficos para o SEB mas representa destruição de valor no longo prazo.

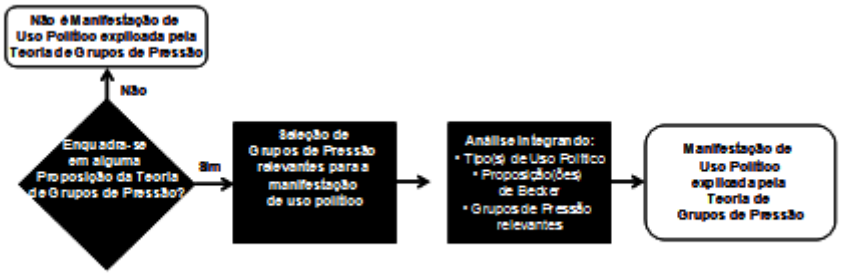
- "Estratégico se sobrepõe ao Econômico": As decisões que envolvem a Eletrobras têm desrespeitado padrões de rentabilidade e governança, sem explicações objetivas sobre os critérios "estratégicos".

Loteamento Partidário e a Eletrobras
Aplicação da Metodologia

Passo 2: Enquadra-se em alguma Proposição da Teoria de Grupos de Pressão (Seção 2.1, Quadro 2.1)?

Passo 3: Mapeamento de Grupos de Pressão relevantes para a manifestação de uso político

Passo 4: Análise integrada



Loteamento Partidário e a Eletrobras
Análise de Uso Político

Manifestação de Uso Político	Suporte na Teoria de Grupos de Pressão
<u>Grupos de pressão beneficiados</u>: - O governo federal que recebe apoio dos partidos cooptados pela cessão de cargos da estatal; - partidos políticos que recebem os cargos de empresas Eletrobras; - políticos com bases eleitorais nos locais de atuação da Eletrobras; - a parcela de empregados das empresas da Eletrobras que não manteria seus empregos sob uma gestão mais eficiente; - fornecedores da Eletrobras que não obteriam contratos sob gestões mais eficientes; e - uma parcela de consumidores das áreas de concessão operadas pelas distribuidoras da Eletrobras que praticam impunemente furtos de energia e não pagam suas contas. <u>Grupos de pressão prejudicados</u>: -o Tesouro Nacional (acionista majoritário da Eletrobras) e todos os contribuintes/cidadãos brasileiros; - acionistas minoritários; - a parcela de empregados das empresas da Eletrobras em busca de meritocracia e eficiência; - consumidores nas áreas de concessão de distribuidoras da Eletrobras em situação financeira frágil.	**Proposição 1:** "Um grupo que se torna mais eficiente na produção de pressão política é mais capaz de reduzir seus impostos ou aumentar seus subsídios" **Corolário da Proposição 1:** "*A eficácia política de um grupo não é determinada pela sua eficiência absoluta, mas por sua eficiência relativa a outros grupos*" **Proposição 3:** "*Grupos bem-sucedidos politicamente tendem a ser pequenos em relação aos grupos tributados que viabilizam os pagamentos dos subsídios que beneficiam os primeiros.*"

Índice

1. Contexto, Motivações, Objetivos, Questão Central e Estrutura

2. Revisão da Metodologia de Análise de Uso Político no SEB

3. Populismo Tarifário e a Copel

4. Loteamento Político e a Eletrobras

5. Estratégias e Métricas de Bloqueio de Uso Político nas Empresas do SEB

6. Conclusões

Bibliografia

Anexo 1 – Banco de Dados de Matérias sobre Uso Político

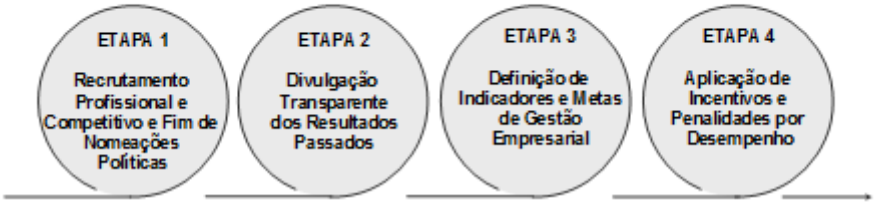
Anexo 2 – Técnicas de *Valuation*

Anexo 3 – Banco de Dados Econômico-financeiros

Domínios das Hipóteses de Uso Político no SEB

HIPÓTESE DE MANIFESTAÇÃO DE USO POLÍTICO	DOMINIO (EMPRESARIAL / SETORIAL)
1. Tarifa, Inflação e Eleições	Empresarial
2. Impostos e Encargos	Setorial
3. Cargos e Empregos em Estatais	Empresarial
4. Obras de Expansão	Empresarial
5. Uso de Fundos de Pensão	Empresarial/Setorial
6. Interferencias Políticas na Agência Reguladora	Setorial
7. Uso do Setor para subsidiar Projetos Sociais	Empresarial/Setorial
8. Baixa Rentabilidade de Estatais	Empresarial

Estratégia para Bloqueio de Uso Político (Domínio Empresarial)

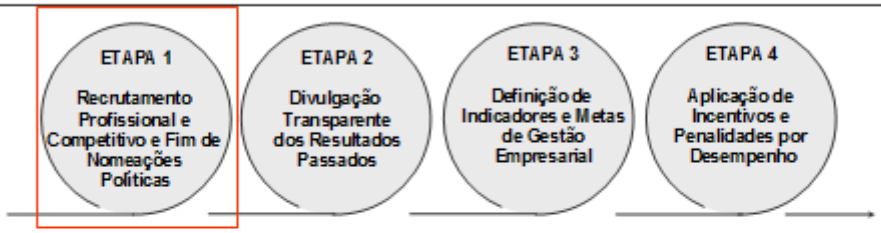


ETAPA 1	ETAPA 2	ETAPA 3	ETAPA 4
1.1 Tolerância zero para barganhas políticas de cargos em estatais	2.1 Padronização de demonstrativos financeiros de empresas estatais	3.1 Seleção de indicadores operacionais e econômico-financeiros de estatais do setor	4.1 Definição e divulgação de critério de remuneração variável atrelada às metas, em todos os níveis profissionais das estatais
1.2 Demissão de diretores sem formação acadêmica adequada e sem experiências profissionais relevantes	2.2 Divulgação das taxas de retorno de novos projetos	3.2 Atualização anual de estudo comparativo nacional de indicadores de empresas referenciais (*benchmark*) nos	4.2 Divulgação anual do nível de cumprimento de metas das estatais
1.3 Contratação via	2.3 Cálculo anual do EVA de estatais, incluindo WACC, ROIC e capital empregado		4.3 Pagamento de

Métricas e Estratégias de Bloqueio de Uso Político nas Empresas do Setor Elétrico Brasileiro

47

Estratégia para Bloqueio de Uso Político (Domínio Empresarial) Etapa 1

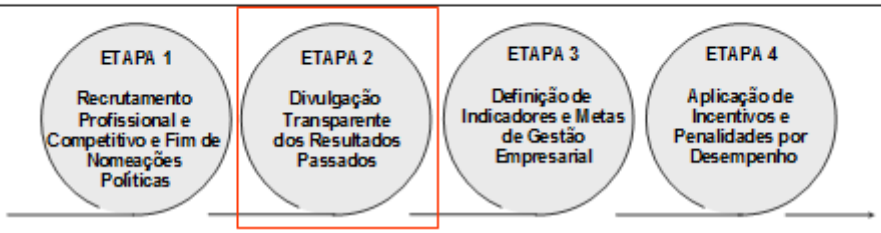


1. Tolerância zero para barganhas políticas de cargos em estatais
2. Demissão de diretores sem formação acadêmica adequada e experiências profissionais relevantes
3. Contratação via processo competitivo de recrutadores profissionais
4. Divulgação na internet dos critérios de seleção dos candidatos aos cargos
5. Publicação do perfil dos candidatos finalistas e do atendimento aos critérios de seleção
6. Seleção final dos melhores candidatos após sabatina dos finalistas no Senado
7. Publicação de relatório técnico

Métricas e Estratégias de Bloqueio de Uso Político nas Empresas do Setor Elétrico Brasileiro

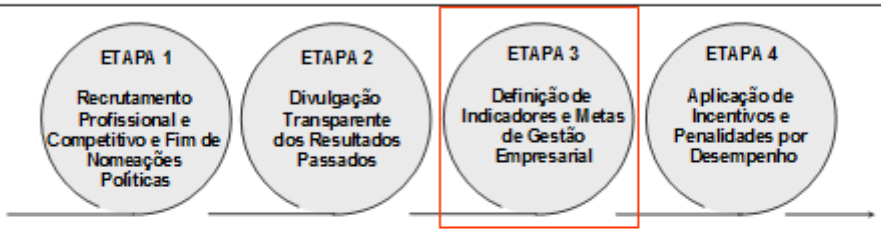
48

Estratégia para Bloqueio de Uso Político (Domínio Empresarial) Etapa 2



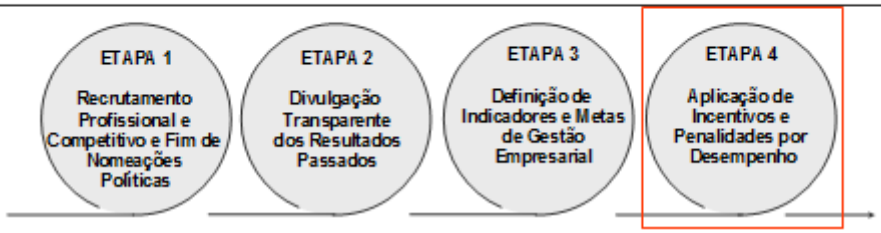
1. Padronização de demonstrativos financeiros de empresas estatais
2. Divulgação das taxas de retorno de novos projetos
3. Cálculo anual do EVA de estatais, incluindo WACC, ROIC e capital empregado
4. Realização de sessão anual no Senado para divulgação de resultados de estatais
5. Publicação, pelo Tribunal de Contas da União, de relatório comparativo dos resultados financeiros das estatais federais e estaduais e de empresas comparáveis no setor privado

Estratégia para Bloqueio de Uso Político (Domínio Empresarial) Etapa 3



1. Seleção de indicadores operacionais e econômico-financeiros de estatais do setor
2. Atualização anual de estudo comparativo nacional de indicadores de empresas referenciais (benchmark) nos setores estatal e privado nacional
3. Definição e divulgação das metas para os indicadores
4. Publicação no Diário Oficial da União dos planos de ação detalhados assumidos pelos diretores para cumprimento das metas de todos os indicadores

Estratégia para Bloqueio de Uso Político (Domínio Empresarial) Etapa 4



1. Definição e divulgação de critério de remuneração variável atrelada às metas, em todos os níveis profissionais das estatais
2. Divulgação anual do nível de cumprimento de metas das estatais
3. Pagamento de remuneração variável
4. Definição de critério e seleção de "melhor gestor estatal" e "melhor estatal" do ano
5. Criação de banco de dados nacional com ranking cumulativo dos melhores gestores estatais por critérios acadêmicos e de desempenho profissional
6. Demissão de presidentes e diretores com desempenho fraco recorrente

Índice

1. Contexto, Motivações, Objetivos, Questão Central e Estrutura
2. Revisão da Metodologia de Análise de Uso Político no SEB
3. Populismo Tarifário e a Copel
4. Loteamento Político e a Eletrobras
5. Estratégias e Métricas de Bloqueio de Uso Político nas Empresas do SEB
6. Conclusões

Bibliografia

Anexo 1 – Banco de Dados de Matérias sobre Uso Político

Anexo 2 – Técnicas de *Valuation*

Anexo 3 – Banco de Dados Econômico-financeiros

Conclusões

- Este trabalho se concentrou na análise do efeito do uso político sobre o valor das empresas que atuam no SEB e, com base nos resultados obtidos, propôs métricas e estratégias para interromper a destruição de valor originada a partir de algumas manifestações de uso político.
- Abordou-se a Questão Central proposta no Capítulo 1: "*Como analisar o impacto do uso político sobre o valor das empresas do SEB e quais estratégias e métricas podem ser adotadas para bloquear o uso político?*"
- Contribuições:
  - Em primeiro lugar, e com base na observação de oito anos de manifestações de uso político, o texto documenta e analisa, à luz da Teoria de Grupos de Pressão, duas manifestações fartamente documentadas de interferência política que destruíram grande quantidade de valor de duas empresas estatais;
  - Em segundo lugar, o trabalho propõe uma metodologia para bloquear tal uso político com base numa estratégia e num conjunto de indicadores (para estruturar a gestão de estatais com métricas objetivas de desempenho).

Conclusões

- O primeiro estudo empírico revelou que o populismo tarifário praticado ao longo de oito anos pelo ex-governador do estado do Paraná – e que vitimou a empresa estatal Copel – produziu uma perda de cerca de R$ 5 bilhões de receita tarifária que havia sido legalmente autorizada pelo regulador.
- Esta receita não poderá ser recuperada e, portanto, os contribuintes paranaenses (acionistas majoritários) e os acionistas minoritários nunca poderão reaver este valor que lhes foi tomado.

Conclusões

- O segundo estudo computou e analisou uma série de 18 indicadores econômicos, financeiros e operacionais para possibilitar a comparação entre as empresas da Eletrobras e empresas agrupadas em outros grupos comparáveis ("clusters"), tanto no segmento de geração quanto de distribuição de energia elétrica.
- Todos os indicadores das geradoras posicionaram a Eletrobras em posição de produtividade e lucratividade inferior à dos outros clusters.
- No caso das empresas de distribuição, a distância da Eletrobras em relação aos outros três clusters foi ainda mais evidente. Todos os indicadores, especialmente os de produtividade (por empregado ou por quantidade de energia distribuída) consolidam efeitos acumulados das operações ineficientes, da governança corporativa frágil e de baixa rentabilidade (bilhões de destruição de valor da maior empresa do SEB).

Conclusões

Do ponto de vista metodológico, os seguintes pontos podem ser caracterizados como limitadores para o trabalho:

- por ter sido o único episódio explicitamente documentado, foi realizada a análise de apenas uma manifestação de populismo tarifário relativamente recente (Capítulo 3), mas há evidências empíricas que datam da década de 1980 sobre o mesmo fenômeno.
- a baixa disponibilidade de dados econômico-financeiros mais antigos de estatais de forma desverticalizada – i.e., dados separados para as atividades de geração, transmissão e distribuição – e a falta de padronização de relatórios (inclusive entre subsidiárias da mesma holding) limitou a análise de indicadores a períodos mais recentes;
- a aplicabilidade das quatro etapas da estratégia será altamente correlacionada às forças políticas e efetiva disposição e força dos líderes políticos para implementar tais etapas.

Conclusões

Como aprimoramentos e sugestões para trabalhos futuros, algumas promissoras oportunidades:

- Análise da destruição de valor de estatais do setor elétrico devido ao represamento tarifário nas décadas de 1980 e 1990 e de destruição de valor da Petrobras pela limitação de preços de combustíveis imposta pelo Governo Federal para contenção da inflação;
- Estudos comparativos globais de manifestações de populismo tarifário e loteamento partidário de estatais (estatais chinesas?);
- Estudos que abordem a correlação entre: a implantação de indicadores gerenciais e o desempenho de estatais brasileiras; e a implantação de remuneração variável em estatais e seu desempenho;
- Dissertações e teses na área de Humanas que abordem as raízes e bases de sustentação dos grupos políticos e oligarquias que têm dominado o setor elétrico há tanto tempo.

Conclusões

O percurso adotado nesta tese de doutorado pode ser extrapolado a outros estudos que buscam capturar efeitos econômicos de manifestações de uso político em outros setores e outros países:

- a contribuição metodológica deste trabalho objetiva ir além da análise dos efeitos de interferências políticas sobre o valor de empresas do SEB

Esta tese busca oferecer algumas contribuições metodológicas mais universais aos gestores públicos, administradores privados e demais stakeholders, atuando no Brasil e em outros países do mundo:

1. Auxiliá-los a levantar e testar hipóteses de uso político (de empresas e/ou setores econômicos) com base em referenciais conceituais sólidos;
2. Oferta de caminhos para quantificar os efeitos dos usos políticos sobre o valor de empresas vitimizadas por interferências políticas;
3. Exploração de indicadores e estratégias que minimizem ou bloqueiem usos políticos e maximizem a geração de valor.